

Tomás Bruginski de Paula

PADRÕES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - UMA ANÁLISE DO SISTEMA FISCAL E DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL NO BRASIL

*Este exemplar  
responde ao origi-  
nal da tese defendida pe-  
lo aluno Tomás Bruginski de  
Paula, orientada pelo prof. Dr. Luiz  
Gonzaga de Mello Belluzzo em 13.12.89.*

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Instituto  
de Economia da UNICAMP,  
sob a orientação do prof.  
Luiz Gonzaga de Mello  
Belluzzo.

*Paulo Eduardo de Andrade Beltrão*  
Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Beltrão  
Coordenador de Pós-Graduação  
Instituto de Economia - UNICAMP  
Matr. 04.454

Campinas, janeiro de 1989.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Aos meus pais.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, pelo exemplo de integridade e criatividade intelectual.

A todos os colegas do IESP/FUNDAP, onde esse trabalho foi desenvolvido, e especialmente aos mais velhos - Quinho, Paulinha, Fernandinho, Edu, Zulu e Carlos - pelo convívio, pelo estímulo, pela cooperação ao longo desse período. Em particular a Luis Fernando Novaes, com quem sempre pude contar, em diferentes momentos. Ao João e ao Vavá, pela amizade e o incentivo constantes.

Sou grato aos professores/técnicos com quem tive oportunidade de estudar e trabalhar nesses anos e que contribuíram decisivamente para a minha formação profissional. Ao Sérgio Prado, pelo interesse e pelo auxílio na discussão de muitos pontos.

A todos os estagiários que trabalharam comigo ao longo desse período, e especialmente a Lígia, Vitor, Luis Claudio, Mônica e Jorge, que coletaram, processaram e organizaram os dados do Anexo. Seu auxílio foi inestimável.

Na fase final, foi decisivo o trabalho de Isabel Peres na datilografia, de Luis Claudio na montagem das estatísticas e a ajuda de Carlos Kawall. Tudo muito rápido.

A FAPESP deu o suporte inicial a esse estudo e a FUNDAP tornou possível desenvolvê-lo a partir dos projetos de pesquisa do Instituto de Economia do Setor Público.

A minha família e o convívio com o bom astral de muitas pessoas foram importantes para que esse trabalho não perdesse seu contexto.

Finalmente, ao professor e amigo Frederico M. Mazzucchelli, popular Fredão, pelo apoio nos momentos iniciais, de projeto e de São Paulo, pelo estímulo intelectual, pelo carinho.

E a Aninha, pela compreensão e pela dedicação com que acompanhou e segurou tudo. Pelo exemplo bonito e permanente das coisas simples.

## APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é apenas uma apreensão particular do debate acerca do financiamento do setor público brasileiro, que se amplia claramente a partir do início dos anos 80.

Essa presença crescente das finanças públicas e, em menor medida, das próprias políticas públicas na discussão recente decorre, basicamente, da inserção determinante dos diferentes segmentos do estado no quadro de fragilização financeira da economia. Inscreve-se, de todo modo, e tendo em conta suas evidentes especificidades, no marco geral de questionamento acerca das experiências, funções e mudanças dos modernos estados capitalistas, particularmente a partir da desaceleração dos anos 70.

Na medida em que se rompem os mecanismos de financiamento prevalecentes nos anos 70, assentados de forma relevante no endividamento externo, a dimensão e o perfil dos passivos do setor público brasileiro se colocam como um componente inibidor da expansão, agravado pela acentuada gravitação estatal no conjunto dos investimentos.

O ponto central que se pretende ressaltar é que a crise é do padrão de financiamento e não é apreensível apenas a partir do déficit público. Em particular, cabe notar que a estatização das posições devedoras, internas e externas, é resultante de uma dinâmica que se liga tanto a

à posição estrutural do setor público no movimento da economia brasileira, como à gestão particular da política econômica na expansão e ajustamento.

Efetivamente, a economia brasileira não desenvolveu sistemas de financiamento capazes de garantir patamares mínimos de crescimento de longo prazo, a partir de um nível sustentado de investimentos. Isso introduz uma fragilidade financeira básica, que é central à explicação da instabilidade das taxas de crescimento da renda e à posição financeira do setor público.

Nesse contexto, o debate que nos parece relevante relaciona-se às estruturas públicas de financiamento e às políticas executadas a partir delas. Nessa direção, para a qual tem contribuído a própria redefinição institucional a nível do governo central, trata-se de qualificar o debate sobre o financiamento público do ponto de vista econômico, determinando-lhe os movimentos internos e ultrapassando a dimensão contábil, que é apenas a sua incompleta expressão.

Mas esse enfoque e a sistematização necessária a sua consistência, implicam também uma análise crítica do referencial corrente na chamada teoria das finanças públicas, no sentido de aferir sua (in)capacidade em explicar a abrangência, os movimentos e as crises nas formas de execução e financiamento das políticas públicas nos modernos estados capitalistas. Vale dizer, a compreensão da "crise fiscal" no seu sentido amplo envolve um conjunto complexo de estruturas financeiras e de ação do setor público e que informam também os espaços potenciais de mudança no caráter da presença estatal, como se verifica claramente nos movimentos de reestruturação industrial.

Assim, e com caráter apenas indicativo, procura-se apontar na introdução para alguns desses aspectos ligados à análise do financiamento público, buscando essencialmente um balisamento mais abrangente para as análises específicas das estruturas fiscal e do setor produtivo estatal, que são as esferas de execução direta das políticas de gasto público e que revelam importantes diversidades internas ao setor público, bem como diferentes possibilidades de articulação das suas políticas.

Os capítulos 1 e 2 detalham o financiamento destas duas estruturas do setor público brasileiro. No capítulo 1 analisa-se a evolução do financiamento fiscal, situando inicialmente o âmbito dessa esfera tradicional. Em seguida, estabelecem-se os principais traços da relação entre o financiamento fiscal e a política econômica, a partir da estrutura tributária definida em meados dos anos 60. Os itens 1.3, 1.4 e 1.5 abordam aspectos centrais e recorrentes ao debate fiscal, ou seja, a carga tributária, a regressividade do financiamento e o federalismo fiscal. No item 1.6, procura-se ampliar a análise da política fiscal no sentido de relacionar sua abrangência, o conteúdo das políticas e as sistemáticas de execução ao contexto mais geral do financiamento do setor público brasileiro, notando-se seu progressivo afastamento das noções clássicas de orçamento. Finalmente, apontam-se algumas características básicas à estrutura fiscal brasileira e ao redesenho do sistema.

A introdução ao capítulo 2 procura qualificar a análise dos setores produtivos do estado, especialmente tendo em conta que se trata de uma instância não-tradicional ao arcabouço corrente das finanças públicas. No item seguinte aborda-se a constituição e a expansão recente do setor produtivo estatal no Brasil, procurando caracterizar a

inserção econômica específica dos maiores grupos e a articulação que se moldou ao longo do período recente com o conjunto da economia. No item 2.3 detalha-se o financiamento do setor produtivo nos anos 80, destacando os principais momentos do processo de fragilização financeira desse segmento. Na medida em que as análises agregadas não permitem a identificação dos setores determinantes dos principais movimentos, no item 2.4 são analisadas as estruturas de financiamento e de gastos de cada um dos grandes grupos. No item 2.5 delineiam-se as principais dimensões da presença do segmento produtivo do estado e os impasses colocados para a ação estatal a partir dele.

O Anexo Estatístico contém um amplo conjunto de estatísticas acerca das contas fiscais e das empresas estatais, envolvendo todas as tabelas referidas no texto. Divide-se em duas partes que correspondem, respectivamente, aos capítulos 1 e 2.

## INDICE

INTRODUÇÃO.....	01
- A TEORIA DAS FINANÇAS PUBLICAS - UMA NOTA .....	10
- AS ESTRUTURAS DE FINANCIAMENTO/AÇÃO DO SETOR PUBLICO BRASILEIRO.....	20
CAPÍTULO 1 - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO FISCAL ..	33
1.1 - INTRODUÇÃO .....	34
1.2 - O SISTEMA FISCAL E A POLÍTICA ECONOMICA .....	39
1.3 - A ABRANGENCIA DO SISTEMA - A CARGA TRIBUTARIA .....	52
1.3.1 - A evolução recente no Brasil .....	53
1.3.2 - A carga tributária comparada .....	60
1.4 - A REGRESSIVIDADE DO FINANCIAMENTO .....	62
1.5 - A QUESTAO DO FEDERALISMO FISCAL.....	77
1.5.1 - A evolução das receitas próprias .....	80
1.5.2 - O sistema de transferências.....	82
1.5.2.1 - A estrutura das transferências.....	83
1.5.2.2 - A realocação regional .....	86
1.5.2.3 - A disponibilidade de recursos .....	92
1.5.3 - Os reflexos da centralização fiscal .....	94
1.6 - A DESFIGURAÇÃO ORÇAMENTARIA E O FINANCIAMENTO DAS POLITICAS PUBLICAS .....	105
1.6.1 - As estruturas descentralizadas de dispêndio..	108
1.6.2 - As mudanças na estrutura da receita .....	114
1.6.3 - A política social não-orçamentária.....	118
1.6.3.1 - O financiamento habitacional.....	120
1.6.3.2 - O sistema previdenciário .....	125
1.6.3.3 - Os fundos PIS-PASEP .....	127
1.6.4 - A privatização das políticas públicas .....	131
1.6.5 - A reordenação institucional e a esfera fiscal	134
1.6.5.1 - O quadro geral das mudanças .....	137
1.6.5.2 - As mudanças e a execução financeira ...	149

1.7 - PERSPECTIVAS E IMPASSES DO SISTEMA FISCAL .....	151
1.7.1 - O diagnóstico .....	151
1.7.2 - A reforma tributária de 1988 - uma avaliação preliminar.....	157
CAPITULO 2 - O FINANCIAMENTO DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL ....	168
2.1 - INTRODUÇÃO.....	169
2.2 - SPE - AS ORIGENS E A EXPANSÃO RECENTE.....	182
2.3 - O FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS NOS ANOS 80.	216
2.3.1 - O esgotamento do padrão de financiamento dos anos 70.....	218
2.3.2 - O SPE e o ajuste recessivo .....	221
2.3.3 - O retorno à fiscalidade e o esforço de recuperação tarifária .....	235
2.4 - SETOR PRODUTIVO ESTATAL - A POSIÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS .....	240
2.5 - SPE - CARACTERÍSTICAS E IMPASSES.....	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
BIBLIOGRAFIA.....	276

I N T R O D U C A O

## INTRODUÇÃO

O setor público ocupa posição central no debate econômico contemporâneo. A discussão acerca dos papéis do Estado e a reflexão acerca da presença estatal ao longo das últimas décadas ocorre, a nível internacional, num momento de crise das instâncias regulatórias engendradas no pós-guerra e diante da internacionalização dos mercados produtivos e financeiros. Assim, os anos 80 têm assistido exatamente à gestação e à conformação de distintas respostas nacionais, que se manifestam sobretudo na direção imprimida às políticas industrial, de regulação financeira e de atendimento social. Nesse sentido, as experiências liberalizantes em alguns países europeus são apenas uma das faces desse processo e, vale dizer, guardam especificidades nem sempre explicitadas no debate corrente.

De todo modo, essa atualidade da questão é salutar. De um lado, porque permite explicitar a complexidade dos modernos estados capitalistas, cuja ação regulatória transcende largamente a esfera estritamente orçamentária. De outro, porque representa nas sociedades democráticas um importante espaço de questionamento acerca dos reais interesses atendidos pela atuação do setor público e de proposição de perfis alternativos de intervenção. Isso é especialmente verdadeiro no caso brasileiro e mesmo urgente à definição de um novo padrão de crescimento da economia com maior distribuição dos benefícios.

Esse impasse é especialmente claro no caso dos países latino americanos nos anos 80. Vale lembrar que em em simultâneo ao movimento que nos países desenvolvidos levaria ao poder, pela via democrática, governos conservadores, implantavam-se em vários países latino-americanos políticas de ajustamento que tinham na

liberalização dos mercados e na privatização dos diferentes segmentos do setor público um elemento central.

O pressuposto básico que conduz às terapias ortodoxas na região, e especialmente no Cone Sul, envolvia uma crítica à própria estratégia de industrialização desses países em que o estado, e especialmente o estado-empresário, desempenhou funções relevantes. As baixas taxas de crescimento que se verificam nas últimas décadas na Argentina, Chile e Uruguai, principalmente, eram atribuídas basicamente à excessiva gravitação estatal na economia, impedindo que o dinamismo do mercado liderasse a expansão.

Em particular, o neo-liberalismo distingue a natureza das intervenções do estado, localizando na perpetuação da presença estatal após a crise dos anos 30, um elemento nefasto ao desenvolvimento. A proteção às indústrias substitutivas tornou-se excessiva e injustificável a concentração no mercado interno, num momento de expansão do comércio internacional. Com o "crescimento para dentro" as exportações foram refreadas, deixando de gerar divisas, cuja escassez redundou em controles administrativos sobre as importações e os movimentos de capital. A inflação endêmica implicou por sua vez em controles de preços, retirando destes a função alocativa, o que exigiu créditos subsidiados e seletivos para estimular a produção. Assim, os mecanismos de mercado foram sendo substituídos pelas decisões do estado, o que teria redundado em perda de vantagens comparativas e menor crescimento. Essa interpretação sustentava ainda a noção de que o desenvolvimento sócio-político do Cone Sul havia

excedido largamente as possibilidades do substrato econômico em que se apoiava.(1)

Esta crítica de caráter geral secunda, evidentemente, aquela que se fazia nas economias industrializadas às práticas "keynesianas" de política econômica, consideradas incapazes de reverter o crescente quadro de arrefecimento do crescimento que vigorara até o final dos anos 60 e de instabilidade dos preços.

Com base naquele diagnóstico, a retomada do crescimento e a solução para os recorrentes desequilíbrios externos das economias latino-americanas exigiria eliminar os entraves ao livre comércio colocados pelas tarifas protecionistas, câmbios diferenciados etc, maior mobilidade de capitais e do mercado financeiro interno, além da privatização do aparelho estatal, foco central de ineficiência e grande responsável pela inflação, através do déficit público. Essa desregulamentação daria a essas economias maior competitividade no mercado internacional, utilizando-se o crédito externo como suporte dos investimentos.

Se os casos extremos encontram-se nas experiências do Chile (a partir de 1973), da Argentina (após 1976) e Uruguai (1974), o enfoque de ajustamento neo-liberal não se restringiu a esses países, estendendo-se a outros como o Peru, o México e no Brasil no início dos anos 80,

1 Como nota oportunamente Ramos (1984), algumas dessas críticas eram (e são) partilhadas por segmentos não neo-liberais; entretanto, "talvez o elemento distintivo do neo-liberalismo econômico haja radicado não tanto em suas formulações técnicas, embora estas fossem em muitos aspectos claramente contraditórias com as de outros enfoques, como em sua fé virtualmente ilimitada no dinamismo do setor privado e na eficácia do mercado". Para uma análise dos supostos e aplicação dessas políticas ver, dentre outros, Ramos (1984), Villarreal (1984), Tokman (1984) e Feinberg & French-Davis (1988).

principalmente a partir das suas relações com os organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional, a partir dos seus recorrentes problemas de financiamento. FMI.

Efetivamente esses países repousaram, em grande medida, no endividamento externo para financiar o crescimento recente, ainda que em muitos casos a elevação da dívida externa não tenha financiado novos investimentos mas um crescente volume de importações, com baixo peso das máquinas e equipamentos e/ou a especulação com ativos financeiros diante das elevadas taxas de juros internas, como na Argentina e no Chile.<sup>(2)</sup>

Diante da acentuada elevação dos juros internacionais e da crescente insolvência que marca o início dos anos 80, há um movimento de elevação da parcela de responsabilidade do setor público no financiamento, ou seja, de estatização da dívida. Esta pressão do setor externo sobre as contas públicas conduz a recorrentes desequilíbrios orçamentários, dificultando a formulação das políticas fiscal e monetária. Em suma, a crise externa transmuta-se em "crise fiscal".

Esta noção, central à trajetória recente dessas economias - e que se coloca também para as economias desenvolvidas, com um caráter diferenciado - requer, aqui,

<sup>2</sup> No Chile, Davis & De Gregório (1987) estimam um excesso de importações no período 1977/82 equivalente a US\$ 7,7 bilhões, o que representa cerca de 75% do endividamento externo líquido no período; na Argentina, Frenkel & Fanelli (1987) observam a acentuada elevação da dívida externa líquida no período 1980/81, quando a taxa cambial permaneceu fixa - com evidente supervalorização - para concluir que "... o principal elemento do processo de endividamento foi a aquisição de ativos externos por parte do setor privado, efetuada enquanto vigorou um mercado livre de câmbio entre 1978 e 1982, porém com maior intensidade em 1980 e 1981, período em que se conjugaram os efeitos das reformas institucionais e da política cambial".

algumas qualificações. Rigorosamente, a crise fiscal corrente é antes um sintoma que a causa dos problemas de financiamento. Ou seja, é a crise das estruturas de financiamento do desenvolvimento da AL, de que a componente fiscal - no sentido amplo, da gravitação de recursos de origem pública na conformação e dinâmica do financiamento - é um elemento central, que torna o desequilíbrio financeiro do setor público a expressão mais imediata do desajuste externo. Vale dizer, em economias onde o dinamismo da ação estatal - e especialmente do gasto público e das empresas produtivas - sempre foi decisivo na determinação do patamar de crescimento, ao mesmo tempo em que o financiamento da expansão repousa largamente em créditos oficiais este movimento, com a crescente e concentrada utilização dos recursos externos - inevitável em muitos contextos e que não constitui "per se" um elemento desestabilizador, embora coloque implicações evidentes para o perfil do gasto e introduza um elemento adicional de risco, caracterizando uma posição de financiamento especulativo, ou "Ponzi finance", na definição de Minsky (1986) - coloca-se como uma fragilização e uma restrição crescentes aos esquemas internos de financiamento e crescimento.

Assim, na medida em que se conjugam a escassa capacidade interna de mobilização produtiva de capitais e choques externos, o peso do ajustamento recai com maior intensidade sobre o setor público, agravando a crise fiscal que é, antes de mais nada, reflexo da debilidade dos mecanismos internos de geração e alocação de recursos. Num sentido mais geral, quando se rompem os mecanismos de financiamento em que se apoia a expansão, o estado é chamado a intervir, regulando os passivos privados.

Esta problemática não é recente mas a recolocação, num contexto mais complexo, da própria definição em torno das estratégias de financiamento do desenvolvimento na AL.

Cabe notar, desde logo, que a liberalização não-seletiva dos fluxos comerciais e financeiros não parece ter sido uma solução para este impasse, como o demonstram as experiências recentes.

Por outro lado, o ajustamento das economias nos países desenvolvidos, que perpassa os anos 80, aponta para a reorganização industrial e da presença estatal num contexto de complexidade financeira. Qualquer que seja a conformação deste cenário internacional, as implicações são evidentes para as economias em desenvolvimento. Especialmente porque a década de 70, ao internacionalizar os mercados industriais e financeiros, estreitou as possibilidades de taxas de crescimento significativamente diferenciadas como as que se observaram até meados da década, e que permitiram a inserção de novas economias na ordem internacional.

Esse quadro é a referência básica às possibilidades da reativação industrial e à direção que esse processo pode assumir na AL. As mudanças tecnológicas, a dimensão dos investimentos e a necessidade de abertura externa, dentre outros, são pontos cruciais que vão permear a redefinição das relações entre os setores público e privado.

O paradigma recorrente colocado para a AL, como exemplo de industrialização com liberalização dos mercados, são as economias do leste asiático. Vários estudos têm apontado, entretanto, para a acentuada gravitação estatal nestas economias e para as diferenças estruturais que marcaram o equacionamento das questões agrária, de financiamento e de integração industrial. Como notam Sachs (1986) e Fajnzlyber (1983) não é possível tomar esses países como modelos de abertura e não-intervencionismo.

Um ponto básico a essas experiências foi a própria opção industrializante enquanto projeto de crescimento. Não foi a abertura externa apenas que permitiu o desenvolvimento, mas a própria circunstância de que ela se deu através da indústria manufatureira e não via produtos primários, o que determinou empuxos internos dinamizadores. Em particular contraste com as economias latino-americanas, como nota Sachs, " ... as histórias de sucesso do leste asiático, frequentemente apontadas como ilustrações dos benefícios do crescimento voltado para as exportações, não demonstram a utilidade da liberalização comercial em meio a uma crise macroeconômica. Em primeiro lugar Japão, Coréia e Taiwan não adotaram suas estratégias durante ou em resposta a crises macroeconômicas ou de endividamento. Esses países resolveram suas dificuldades macroeconômicas e financeiras do fim dos anos 40 e início dos anos 50 bem antes de embarcarem no estágio de crescimento liderado pelas exportações " ( 1987, p. 3 ). Nessas economias há um peso claro do estado na formulação e implementação das políticas de crescimento, e especialmente na política industrial, que remonta à constituição desse Estados Nacionais e que se liga a sua própria inserção geopolítica. Efetivamente, como nota Sachs, há três traços básicos das transições desses países para a fase de crescimento via exportações: o primeiro seria o significativo intervalo de tempo entre a estabilização econômica e o crescimento exportador; o segundo seria a substancial ajuda financeira americana para cada um desses países e, finalmente, em nenhum deles as mudanças de políticas, como em relação à política comercial, se deram abruptamente, mas sim de forma sistemática.

De qualquer modo, interessa-nos aqui apenas reter a percepção de que a dinâmica da reestruturação industrial vai implicar a formulação de políticas industriais abrangentes, com ênfase tecnológica e articulação das empresas e interesses estatais, privados nacionais e

estrangeiros, bem como suas estratégias de financiamento, em novas bases. Claramente, a modernização do AE é obrigatória a esta reformulação. A questão central para os países latino-americanos é exatamente como encaminhar a questão da estatização/privatização para uma solução positiva, que represente e sancione este avanço industrial e, assim, minimamente mantenha a presença destas economias no cenário internacional, ao mesmo tempo em que equacione ou abra espaços para o equacionamento das questões social (cobertura dos programas, formas de financiamento etc) e política (representatividade, burocratização e controle). É nessa direção - ou seja, da redefinição de formas e conteúdo da regulação estatal - que o debate acerca do estado e da economia do setor público adquire um significado distinto e qualitativo, não apenas para os países da região.

Mas este debate coloca para a análise econômica a necessidade de, por um lado, referenciais que efetivamente dêem conta dos movimentos das economias capitalistas e das especificidades colocadas pelo desenvolvimento histórico. De outro, a ampliação e sistematização do conhecimento acerca do próprio setor público, apreendendo a inserção econômica das suas instâncias, a estruturação e as implicações da suas políticas ou da ausência delas.

No tocante ao primeiro aspecto, a teoria tradicional das finanças públicas parece precária, quer do ponto de vista de sua base macroeconômica, quer no tocante à sua apreensão das diversas conformações institucionais.

Pretende-se a seguir apenas indicar alguns pontos pertinentes a essa discussão, sugerindo que não apenas análises mais aprofundadas do setor público brasileiro como o próprio desenho das suas políticas devem ter em conta, previamente, a estrutura e a dinâmica de funcionamento das diferenciadas estruturas que o compõem. Uma vez que o estado

assumiu historicamente funções que se plasmaram em arcabouços jurídico-organizacionais próprios, a identificação das instâncias relevantes e de suas dimensões econômicas parece pertinente à superação das visões estreitas e simplistas que permeiam o debate sobre as contas públicas. Mais que isso, são centrais à qualificação da "crise fiscal" e dos condicionantes ao financiamento público no caso brasileiro, ensejando o deslocamento do debate do déficit público para o padrão de financiamento que o determina e a própria redefinição/qualificação de algumas noções tradicionais como as de política fiscal e política monetária.

#### A TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS - UMA NOTA

A tributação sempre representou a face econômica mais imediata do setor público. A exação fiscal está constitutivamente ligada à organização dos Estados Nacionais, fundando-se exatamente no poder impositivo. Tal relação foi sendo mediada historicamente pelos parlamentos, que lhe conferiram e/ou ampliaram o caráter de consentimento, ao menos nas sociedades livres.<sup>(3)</sup>

---

3 Uma análise das origens econômicas do Estado a partir da componente fiscal é desenvolvida em Schumpeter (1854). "Os tributos não ajudaram somente a criar o Estado. Eles ajudaram a formá-lo. O sistema tributário foi o órgão cujo desenvolvimento modelou os demais órgãos. Imposições fiscais nas mãos, o Estado penetrou as economias privadas e ganhou crescente domínio sobre elas. O tributo traz o dinheiro e o espírito de cálculo a recantos onde eles ainda não existiam e, desta forma, se torna um fator de formação no próprio organismo que o desenvolveu. As espécies e o nível da tributação são determinados pela estrutura social; mas, uma vez existentes, os tributos se tornam um instrumento de que as forças sociais podem se apoderar a fim de mudar esta estrutura" (p.17).

Dessa forma, tanto a formulação da política fiscal (do ponto de vista do atendimento das vontades sociais e diante das opções políticas vigentes), como sua implementação (no tocante aos mecanismos utilizados e a sua inserção nos marcos na política econômica e do aparelho estatal), envolvem dimensões próprias. Isso é particularmente claro quando se tem em conta que toda análise da política fiscal requer a integração de seus dois aspectos básicos: o padrão de financiamento - ou seja, a forma pela qual são gerados os recursos, em que predomina a dimensão tributária - e o padrão de gastos - ou seja, a execução das políticas públicas, os objetivos, resultados e impactos da despesa.

No modelo tradicional o espaço fiscal coloca-se, assim, no centro de pressões políticas que, ao serem interpretadas em instâncias de discussão e decisão socialmente reconhecidas deveriam aproximá-lo do que idealmente seria a vontade coletiva. Nesse sentido, o orçamento fiscal deveria contemplar os gastos julgados socialmente necessários, com base num sistema tributário transparente e equitativo.

Não há certamente discordâncias substantivas acerca desses princípios gerais, que permanecem subjacentes aos recorrentes debates sobre a "natureza fiscal" dos gastos do governo.<sup>(4)</sup> Entretanto, essas noções são aparentemente simples e inquestionáveis exatamente porque são gerais e

---

4 A tradução desses princípios na chamada teoria das finanças públicas faz-se a partir das chamadas funções fiscais - alocativa, redistributiva e de estabilização - e em torno do processo orçamentário e da noção de "bem público", que é central à chamada economia do bem-estar (Musgrave, 1980). Efetivamente, é em função dessa noção que se definem os gastos que devem constar do orçamento. O desenvolvimento da "escola da escolha social" ilustra particularmente esse ponto.

vazias de significados histórico-concretos. É na determinação de quais são os gastos "socialmente necessários" e de que sistemas tributários são "equitativos", bem como na explicitação dos processos pelos quais se definem esses atributos, por exemplo, que as divergências se manifestam.

Efetivamente, coloca-se aqui uma relevante questão metodológica, já que a organização dos fatos econômicos e a determinação de suas relações causais envolve sempre um processo de apreensão da realidade não isento dos juízos políticos acerca do estado da sociedade.<5>

Em trabalho clássico, Myrdal (1985) já colocava precisamente o ponto: "Há um evidente desacordo entre os princípios de pesquisa em economia e a sua prática. Por um lado, salienta-se que a ciência econômica somente observa a vida social e analisa o que se pode esperar que aconteça em diferentes circunstâncias, e que ela nunca pretende concluir o que os fatos devem ser. Por outro lado, todo economista tira na prática tais interferências. E as várias teorias econômicas específicas são, na maior parte do tempo, arranjadas com o objetivo mesmo de as tirar. O resultado são os preceitos políticos de natureza supostamente científica e objetiva" (p.18 ).

Essa questão metodológica é relevante pois está presente de forma particularmente acentuada na análise das finanças públicas. Aqui, com mais clareza que em outras áreas, a natureza das controvérsias e o referencial

---

5 Isso não significa que as construções teóricas e as análises econômicas não possam ser confrontadas e rigorosamente avaliadas sua consistência e poder explicativo. Pelo contrário, esta parece ser a direção relevante em ciência econômica. Fazê-lo, entretanto, implica reconhecer que enquanto ciência social a economia é, acima de tudo, economia política.

analítico são constantemente perspassados pelo caráter eminentemente institucional do objeto. (B)

Nesse sentido, há duas questões teóricas básicas com as quais essas análises devem se defrontar: de um lado, coloca-se a necessidade de problematizar o estado, sua natureza e dimensões; de outro, a integração a uma teoria macroeconômica que dê conta do movimento dinâmico das economias capitalistas.

No tocante ao primeiro ponto, parece necessário reconhecer que o Estado não é uma entidade neutra, abstrata, consensual ou oposta ao setor privado. É uma instituição política e uma instância de conflitos. Mais que isso, deve-se distinguir um componente histórico-concreto ineludível em finanças públicas, que se coloca exatamente porque o movimento econômico se dá em espaços nacionais; ou seja, as estruturas institucionais particulares e a direção que tomam (assumindo o comando de processos ou bloqueando-os) dependem do grau de desenvolvimento capitalista (envolvendo a articulação específica que mantêm a nível internacional) e

---

B "A teoria das finanças públicas, mais ainda do que qualquer outro ramo de doutrina econômica, sugere a idéia de uma conduta intencional dos negócios econômicos. Na teoria das finanças públicas é, portanto, particularmente tentador postular um único objetivo e uma série de valores coerentes e objetivos que guiam a atividade econômica. A ficção tem quase uma aparência de realidade nas instituições jurídicas que regulam o comportamento do Estado e das comunidades locais" (Myrdal, 1988, p.133).

do arranjo das forças políticas. (7) O exame da evolução institucional dos países desenvolvidos no pós-guerra é particularmente rico em delinear esses distintos padrões de intervenção. (8)

A base micro/macroeconômica que informa as análises, por sua vez, deverá envolver os processos de formação de preços e expectativas, os determinantes dos níveis de renda e emprego e suas oscilações, as relações monetárias, as interações dos setores etc., e o modo como a ação estatal e o impacto das receitas e despesas do setor público se articulam a esses movimentos, modificando ou mantendo o quadro existente, por exemplo, no tocante à

7 North (1985), criticando análises neoclássicas acerca da expansão do setor público nos EUA, afirma: "Numerosos estudos recentes acerca do crescimento do governo teorizaram acerca do crescimento de uma instituição, mas não têm teoria das instituições. Conseqüentemente, eles normalmente têm assumido implicitamente que a mudança institucional é uma resposta passiva a mudanças nos preços relativos, ou seja, que as instituições não importam (p.383). A precariedade de explicações que desconsideravam essa dimensão política levou ao desenvolvimento de teorias fiscais preocupadas exatamente com a interação eleitores/representantes/políticas públicas nas democracias capitalistas (Buchanan, 1967). Recentemente, alguns estudos têm-se concentrado no comportamento e implicações dos grupos de pressão. Nesse sentido, é interessante notar a linha de pesquisas futuras apontada por Mhyrman (1985, p.284): "... a pesquisa futura deve se concentrar no comportamento de grupos de interesses especiais e no comportamento dos políticos. O que é verdade mais necessário, é uma compreensão do problema do agente principal. Isto significa que devemos alcançar um entendimento mais profundo de como diferentes instituições ou sistemas políticos funcionam ao traduzir as "verdadeiras preferências" dos eleitores em decisões políticas concretas". A percepção dessa tensão permanente de natureza política é um capítulo importante no desenvolvimento da teoria tradicional em finanças públicas.

8 Cf. o demonstram as análises de Shonfield (1987).

geração e à distribuição da renda. <sup>(8)</sup> Importa, portanto, a dimensão qualitativa da presença estatal, ou seja, o conteúdo das políticas de governo e as relações que se estabelecem internamente ao movimento econômico. Isso é diferente de priorizar comparações estáticas entre agregados ou a propriedade dos fluxos como elementos essenciais à caracterização do peso ou "tamanho" do AE.

Esses referenciais permanecem apenas implícitos à maior parte dos estudos que analisam os sistemas tributários, as políticas fiscais de estabilização ou os reflexos das despesas do governo, e que determinam os

---

8 A preocupação com essa integração teórica está de alguma forma presente nos principais trabalhos na área. Musgrave (1959), por exemplo, afirma claramente: "O corpo geral da Teoria Econômica, que tem sido aplicado com tanto sucesso a campos tão específicos como o comércio internacional, deve ser aplicado com igual rigor às finanças públicas". Entendendo que os aspectos macroeconômicos das finanças públicas já teriam sido estudados em profundidade desde a Teoria Geral de Keynes, nota o autor que "... efeitos da política orçamentária sobre a distribuição de renda e alocação de recursos no setor privado receberam pouca atenção", devendo os esforços se concentrarem nesta direção. Efetivamente essa tem sido a tendência prevalecente na teoria tradicional. Os impactos alocativos e distributivos da política fiscal têm sido estudados sob um enfoque marcadamente microeconômico, onde o processo orçamentário substitui o mercado, reservando-se à política de estabilização a análise dos seus efeitos e função macroeconômica. Não cabe aqui uma apreciação sistemática do desenvolvimento desta teoria, mas cabe notar que esta deveria passar, obrigatoriamente, pelo exame dos pressupostos teóricos aí presentes acerca do funcionamento das economias capitalistas e de sua integração na teoria das finanças públicas. Isto nos conduziria, minimamente, aos trabalhos de Pigou: "Economics of Welfare" (1928) e "A Study in Public Finance" (1928).

significados específicos para noções tão gerais como a de "equidade", por exemplo. (10)

A análise dos modernos estados capitalistas implica, portanto, reter sua complexidade e ter em conta, por exemplo, que seu desenvolvimento transcende o aparato fiscal. A regulação capitalista envolve uma multiplicidade de instâncias cuja apreensão econômica requer o rompimento da visão essencialmente orçamentária e microeconômica da teoria corrente em finanças públicas.

Nessa direção, a análise desenvolvida em Lerner (1951) constitui um movimento importante e deriva diretamente das principais proposições macroeconômicas colocadas por Keynes. Não vamos aqui retomá-la, mas apenas notar alguns pontos básicos que nos parecem relevantes à análise das finanças públicas.

Ao focar as possibilidades de atuação do governo sobre as variáveis de gasto, nota Lerner que há sempre três pares possíveis de instrumentos fiscais a sua disposição: a compra e a venda de bens e serviços, a transferência ou o recebimento de dinheiro dos contribuintes e emprestar ou tomar empréstimos. Efetivamente, esse leque de alternativas é complexo nas economias modernas e

---

10 Note-se que o próprio Myrdal coloca-se como um referencial relevante para o desenvolvimento desses pontos. Para ele, investigações realistas dos efeitos da tributação, necessariamente "... deveriam apoiar-se na pesquisa sociológica e psicológica e deveriam ser construídas sobre uma teoria dinâmica de formação dos preços" (1984, p.157). Note-se que o próprio autor procurará estabelecer bases para esta teoria dinâmica em trabalhos posteriores: "Pricing and the Change Factor" e, principalmente, "Monetary Equilibrium", de 1931. Acerca desses esforços, Schackle (1987), afirma: "Foi na Suécia que as expectativas primeiro foram tomadas com um "prime mover" no processo econômico ... O trabalho de Myrdal (1931) ... teria servido muito bem como a pedra fundamental para uma teoria geral do emprego e da renda, se a Teoria Geral jamais tivesse sido escrita" (p.8)

apresenta materialidades diferenciadas. Na essência, entretanto, significa que o governo pode agir sobre a demanda agregada direta ou indiretamente, gastando ou abstendo-se de gastar ele mesmo no primeiro caso, ou induzindo o aumento ou redução do gasto dos demais agentes, no segundo caso. Assim, a composição da política fiscal vai envolver um "mix" de instrumentos e de intensidades na sua utilização, que serão determinados em função dos objetivos mais gerais da política econômica. E esse caráter é especialmente importante porque situa o próprio espaço das políticas fiscais, que são necessariamente funcionais à execução das metas da política econômica.

A noção de "finanças funcionais" desenvolvida por Lerner afirma exatamente que "... cada instrumento em mãos do governo deveria ser julgado não por qualquer regra tradicional, como a de que o orçamento deveria ser equilibrado, mas a partir do modo pelo qual funciona no interesse geral e em primeiro lugar na contribuição à prevenção da inflação ou deflação" (p.131) (11).

Vale dizer, a "functional finance" coloca-se antes como uma operacionalização das políticas públicas que como seu objetivo maior. Em certo sentido, o desenho da política fiscal macroeconômica seria a última preocupação do governo, posterior às decisões acerca das demandas que vai atender. De acordo com Lerner, "quando todas essas outras decisões tiverem sido tomadas resulta um montante de gasto do

11 A referência recorrente de Lerner à deflação e à inflação como expressão de desequilíbrios deriva da associação entre as variações no gasto/demanda e variações dos preços. Essa relação se torna claramente insuficiente diante da dinâmica dos preços industriais e dos mercados financeiros. Entretanto, isto não afeta a essência do argumento, na medida em que as variações dos preços se colocam apenas como uma expressão da necessidade de ajustes nas políticas de gasto macroeconômico, que são o eixo relevante da análise.

governo, dos indivíduos e das empresas, em consumo e em investimento. Todos esses são influenciados em diferentes graus pelas ações tomadas pelo governo e por razões não diretamente ligadas à prevenção da inflação ou deflação. Consideramos então se o gasto total resultante de todas essas forças é deficiente ou excessivo, se resultará em inflação ou deflação, ou se talvez resulta num montante de gasto que exatamente não trará inflação ou deflação. Nesse último caso não há nada para a "functional finance" fazer" (p.134 ). Como essa situação é, entretanto, pouco provável, há geralmente um espaço para as finanças funcionais, o que vai envolver a montagem efetiva da política fiscal, através da combinação de diferentes instrumentos . Em suma, a "functional finance" não é uma política. " ... E somente um esquema através do qual toda sorte de políticas podem ser aplicadas. Indica somente como o governo , além de fazer tudo que pretende fazer em outras áreas, pode também prevenir a inflação e a deflação e garantir-nos pleno emprego" ( p. 135).

Esse enfoque relativiza a "sound finance" da teoria tradicional, bem como as posturas apriorísticas acerca da dívida pública e da própria emissão monetária. Permite, efetivamente, resgatar o sentido relevante das propostas de política macroeconômica de Keynes. Não como políticas ligadas inerentemente ao déficit público, como de certo modo colocam Buchanan e Wagner (1977) - que analisam criticamente e de forma consistente a evolução do endividamento público e os custos do crescimento com déficits crescentes, mas que culpam a construção teórica e macroeconômica de Keynes como sancionadora desse crescimento instável- mas enquanto políticas de estabilização do investimento, objetivo primeiro de Keynes(Kregel,1985).

Vale dizer, o déficit público não aparece em Keynes como um objetivo e o meio principal de financiamento

dos gastos. Como nota Kregel, analisando as propostas de Keynes para o pós-guerra, "...Keynes via os déficits orçamentários como o resultado direto da falha em alcançar crescimento estável de pleno emprego da renda nacional, mais que como um eficiente remédio para o desemprego". Para Keynes, "... a principal tarefa deveria ser evitar grandes flutuações através de um programa estável de longo prazo. Se bem sucedido nesse intento, não seria difícil contrabalançar pequenas flutuações apressando ou retardando alguns itens nesse programa de longo prazo " (p.33)<sup>(12)</sup>. E nessa direção um maior controle do governo sobre o investimento se colocaria como desejável, o que não necessariamente significaria maior propriedade estatal mas maior capacidade de direcionamento dos gastos, num contexto em que se combinassem investimentos estatais e privados. Mais que isso, sugeria a definição de um orçamento de investimentos, "... concebido para produzir o nível de investimento de longo prazo associado a estabilidade da renda e ao pleno emprego: a montagem de um orçamento de capital é um meio de tentar curar o desequilíbrio se e quando ele ocorrer (p.33)". E um objetivo básico dessa distinção orçamentária seria exatamente identificar as políticas específicas associadas aos gastos (e desequilíbrios) correntes e de capital.

Analisando sob essa ótica o comportamento das taxas de inversão e a evolução do déficit e do crescimento nas economias desenvolvidas, e notando que declinam os gastos em investimento públicos e privados com preservação dos gastos correntes e aumento do déficit público, Kregel sugere mesmo a inversão do raciocínio segundo o qual as políticas "keynesianas" são responsáveis pelo desequilíbrio orçamentário e não mais funcionam. O comportamento

---

12 Nesse sentido, cabe notar que um exemplo relevante da adoção de políticas de inspiração "keynesiana" seria o da economia japonesa.

recente, ao contrário, estaria refletindo exatamente ... " o insucesso dos governos em seguir as recomendações de Keynes no tocante à política de investimentos públicos, os déficits sendo a evidência objetiva, não da falha da política de Keynes , mas de um fracasso em levá-la a efeito " (p.43 ).E esse decorreria do fato de que mesmo os governos mais progressistas não foram capazes de superar o peso dos interesses privados .

Essa perspectiva de análise das finanças públicas, cujo desenvolvimento se inscreve num debate mais amplo acerca dos estados modernos e da própria teoria macroeconômica, coloca-se de qualquer modo como um ponto de referência relevante para a análise do financiamento do setor público brasileiro. Nesse sentido, caberia desde logo identificar os espaços relevantes de execução e financiamento das políticas públicas , que condicionam os contornos e o conteúdo da política fiscal macroeconômica, sugerindo brevemente algumas características e implicações colocadas por esse enfoque.

#### AS ESTRUTURAS DE FINANCIAMENTO/AÇÃO DO AE BRASILEIRO

A presença estatal no desenvolvimento capitalista brasileiro é acentuada e decisiva. Não se resume à coordenação de processos e na atenção às políticas cambial, monetária ou fiscal mas se estende, marcadamente, às esferas produtiva e financeira. Desse modo, a heterogeneidade do

setor público e a relevância de suas políticas na determinação dos principais agregados de comportamento da economia ensejam qualificações mais precisas, que permitam apreendê-lo em suas dimensões realmente importantes.

Nesse sentido, é possível distinguir cinco estruturas básicas de financiamento ação no conjunto do setor público brasileiro e que são economicamente diferenciáveis:

- uma esfera fiscal tradicional, representada basicamente pelos orçamentos fiscais das três esferas de governo e envolvendo também as chamadas "entidades típicas de governo", cujo financiamento depende essencialmente de recursos orçamentários (fundações e autarquias); a base de financiamento fiscal é o sistema tributário e as suas políticas são as que mais diretamente se aproximam do escopo convencional das finanças públicas, embora com qualificações importantes, como se verá no capítulo 1.

- as empresas estatais, cujo financiamento está centrado nas receitas operacionais decorrentes das vendas de bens e serviços. Essa esfera envolve tanto as unidades tipicamente produtivas e inseridas na cadeia industrial (siderúrgicas, produção de minérios etc), como unidades prestadoras de serviços públicos gerais de infra-estrutura (abastecimento de água, transportes etc);

- o sistema financeiro público, envolvendo basicamente quatro conjuntos institucionais cujas operações se distinguem quer por sua natureza como pela setorialização no direcionamento do crédito. O Banco do Brasil, que até 1985 desempenhava também funções de autoridade monetária, constitui um sistema próprio, que funciona como um instrumento básico na política de crédito corrente e agrícola, além de ser o agente financeiro do Tesouro. Trata-

se, efetivamente do maior banco comercial brasileiro, com potencialidade evidente enquanto regulador das flutuações das taxas e alocação de recursos a setores específicos.

Os bancos de desenvolvimento representam um segundo segmento, com destaque evidente do sistema BNDES, que é o efetivo repassador de recursos dos bancos regionais de fomento e de parcela razoável dos desembolsos dos bancos privados de investimento. Trata-se do maior banco de fomento industrial dentre os países latino-americanos e sua participação no total do crédito do sistema financeiro ao setor privado é assimétrica à sua funcionalidade macroeconômica, na medida em que é essencialmente um banco de investimento.

Os bancos comerciais estaduais e federais constituem um conjunto heterôgeneo de instituições. Envolvem desde grandes bancos comerciais como o BANESPA ou o MERIDIONAL, recentemente estatizado como resultado da liquidação de um grande banco regional, passando pelos bancos oficiais estaduais - que em grande medida se constituem em linhas financeiras auxiliares dos governos estaduais - e por instituições federais específicas, quer ligadas a setores (BNCC), quer ligadas a regiões, e aqui desempenhando uma função mista de banco de fomento e banco comercial, à exemplo do Banco do Brasil (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia).

Finalmente, colocam-se as caixas econômicas federal e estaduais, que operam basicamente no financiamento habitacional, sob as normas do Sistema Financeiro da Habitação.

Esse breve quadro do sistema financeiro público brasileiro indica uma abrangência e uma magnitude de operações significativas, mas também uma concentração qualitativa do

âmbito do sistema financeiro, decorrente da especialização funcional das instituições financeiras, que afinal se desenha efetivamente apenas para os bancos públicos, fixando seus limites.

- o sistema previdenciário, até o período recente, se colocava não apenas enquanto estrutura com receitas definidas a partir de contribuições compulsórias mas, principalmente, enquanto um sistema específico de atendimento social (do ponto de vista de seus determinantes de receitas e dispêndios e do espectro de benefícios);

- a esfera das autoridades monetárias, envolvendo o Banco Central e a condução da política monetária (emissão, dívida pública, controle do mercado financeiro, etc). Note-se, também aqui, que as mudanças institucionais recentes mitigaram em grande medida a superposição/imbricações do BACEN e do Tesouro Nacional no tocante à dívida pública mobiliária. A dimensão estritamente financeiro-monetária permanece, entretanto, no BACEN e liga-se, inevitavelmente, ao manejo das condições de liquidez da economia (ver item 1.5).

Cabem aqui algumas considerações:

1. Inicialmente, é necessário frisar que esta classificação tem caráter essencialmente analítico, buscando enfatizar o conteúdo econômico das atividades de diferentes instâncias do setor público. Nesse sentido, não é rígida e não se atém à posição jurídico-administrativa das entidades. Interessa-nos a função que desempenham no movimento da

economia e uma caracterização mínima que as diferencie sob este aspecto. (13)

2. Em segundo lugar, é evidente que essas instâncias estão não apenas inter-relacionadas através de suas estruturas de recursos e dispêndios, como há atividades semelhantes executadas a partir de órgãos de natureza distinta. (14)

3. Há, ademais, e de um ponto de vista operacional, entidades e/ou estruturas de atividade/financiamento que não se adequam estritamente às categorias apontadas, requerendo exatamente um exame mais detido de sua presença econômica. No caso do extinto BNH, por exemplo, poder-se-ia pensar em um enfoque a parte, uma vez que era o principal agente de uma política pública específica e que arrecadava recursos a partir de uma poupança compulsória definida. Entretanto, o caráter e a estrutura do seu financiamento e das suas operações eram próprios de um banco de fomento ligado aos setores habitacional e de saneamento básico e, nesse sentido, similares às agências financeiras de desenvolvimento. Exatamente em razão disso é que a contribuição do FGTS não deveria se constituir, a não ser numa etapa inicial, na

---

13 Note-se, por exemplo, que a política previdenciária, tanto por suas atividades quanto pelo seu financiamento, é tradicionalmente discutida no próprio orçamento fiscal na maior parte dos países desenvolvidos. A constituição, o funcionamento e a dimensão do SINPAS no caso brasileiro, entretanto, se colocaram como particularidades que ensejam uma análise específica. Na medida da incorporação ao Orçamento Geral de um orçamento de seguridade social, amplia-se o escopo fiscal de financiamento.

14 Mesmo certa superposição de funções é normal em face da própria amplitude do setor público, ainda que no Brasil esta esteja fortemente marcada por injunções políticas particulares que conduziram muitas vezes ao fracionamento da Administração Pública.

fonte maior de recursos correntes do banco, ao contrário do sistema previdenciário. (15)

4. Finalmente, a tentativa de diferenciar essas esferas não elide suas inserções e articulações inerentes no âmbito da política econômica e, mais propriamente, sua subsunção à atividade regulatória geral do Estado. Nesse sentido, é pertinente notar que há sempre um "componente regulatório" que perpassa as diferentes instâncias da ação estatal (Prado, 1985). (16)

Essa composição interna do AE implica, inicialmente, a revisão da noção tradicional de política fiscal. No sentido macroeconômico mais rigoroso, ela deve ser vista como o resultado de um complexo de políticas que abrange, por exemplo, tanto a direção das políticas industrial e energética (onde o setor produtivo estatal é determinante), quanto as prioridades definidas a nível estritamente orçamentário. Da mesma forma, a noção de política monetária deverá ter em conta o aparato financeiro público e seu comportamento empresarial, as prioridades e

---

15 O mesmo se coloca no tocante ao Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, criado em 1988, que em sua concepção e estruturação se aproxima do Fundo do PIS-PASEP, embora com gestão centralizada no Ministério da Fazenda, base diferente para a contribuição compulsória e com outra pauta de financiamentos e aplicações.

16 "No entanto, a noção de regulação admite uma outra órbita de consideração, qual seja, a nível de Estado como um todo. Esse nível das atividades de regulação se funda na possibilidade de que a prática do Estado seja de alguma forma organizada em torno de objetivos globais, que transcendam as exigências colocadas, a cada organismo, pela sua inserção imediata e específica. Nesse sentido, cada organismo particular, qualquer que seja sua atividade específica, está sempre potencialmente sujeito à incidência de solicitações estranhas à lógica interna à sua área de atuação, emanadas dos centros de comando do AE e que - esse é o ponto importante, exigem dele a execução de atividades que necessariamente assumem caráter regulatório, pois derivam de objetivos a ele externos" (p.84).

condições de suas linhas de financiamento e a composição de suas aplicações.

A heterogeneidade apontada não recomenda apenas reter a maior complexidade da política fiscal, entretanto, mas também reconhecer os espaços específicos. Estritamente, enquanto empresas e bancos respondem principalmente por fluxos de natureza privada, aos quais se articulam pelo caráter de suas atividades, a política orçamentária envolve fluxos eminentemente públicos, que só existem como decorrência do poder impositivo socialmente reconhecido. Sob esse aspecto, representa componente relevante e único (no sentido de sua especificidade) na determinação dos níveis de preços, distribuição da renda, nível de atividades etc. A outra esfera constitutivamente pública é a das autoridades monetárias (emissão de moeda, controle das taxas de juros), em que novamente se coloca um atributo do estado, ou seja, o de garantidor em última instância do padrão monetário referencial dos contratos e da riqueza numa economia monetária, através do seu Banco Central.

Convém precisar o sentido dessas especificidades. Trata-se, concretamente, de delinear algumas características econômicas diferenciadas dentre as estruturas de financiamento e ação do setor público, que decorrem de suas naturezas distintas e de sua interação macroeconômica (no que afetam a dinâmica de funcionamento da economia) também específica. Essas singularidades se pautam, essencialmente, em duas dimensões. Primeiramente, no caráter do estado e das diferentes presenças do AE no desenvolvimento capitalista. Essa presença poderá assumir morfologias diversas e obedecer a "timings" históricos particulares, porque as funções serão próprias. Assim, enquanto a esfera fiscal é um espaço originariamente público, cuja conformação está ligada à dos Estados Nacionais, a emergência dos segmentos produtivos,

financeiros e mesmo do controle monetário está condicionada ao ritmo e ao formato assumido pelo desenvolvimento capitalista. De certo modo, as próprias crises sistemáticas engendram historicamente novas instâncias de regulação estatal.

No caso brasileiro, as empresas estatais produtivas e os bancos de fomento e mesmo comerciais colocam-se claramente como condição de avanço da industrialização, quer via mobilização de recursos, quer através da implantação de indústrias e de infra-estrutura básica.<sup><17></sup> Assim, o conteúdo específico das atividades dessas esferas as distingue do espaço fiscal estrito, calcado no poder impositivo consentido, traduzido nas "funções fiscais" da análise tradicional. Essa seria o âmbito mínimo do financiamento público.

O segundo aspecto diz respeito aos significados macroeconômicos diversos da presença estatal numa economia capitalista, a todo momento. Ou seja, os efeitos e o caráter de um aumento de impostos diferem da elevação nas taxas de juros. Diferem não apenas ao nível dos seus reflexos internos ao setor público, mas principalmente no que

---

17 Note-se que não foi a expansão produtiva do Estado a causa da desatenção às áreas sociais. Aquela se dá de forma integrada e viabiliza a expansão industrial. O não-atendimento social decorre do caráter excludente do Estado e do formato concebido para o financiamento das políticas públicas, agravado pela forma específica do desenvolvimento capitalista, que amplificou as disparidades. A simples constatação de que o componente empresarial do Estado supera em alguns aspectos sua dimensão fiscal não implica causalidades, mesmo porque suas estruturas de financiamento têm bases diferentes. Antes explicita exatamente que o AE não é um ente abstrato e único, e que sua inserção é historicamente condicionada (como transparece na mutação de funções de órgãos centrais à política econômica, como o BNDES - cf. Martins, 1985). Talvez paradoxalmente para os liberais, o que se coloca é que a própria viabilização do atendimento social se dá apenas com o aval histórico da expansão produtiva do Estado.

implicam para o tecido econômico, passando pelas reações específicas que comandam/determinam nas expectativas e movimentos dos tomadores de decisão, com reflexos claros para a dinâmica da economia e na organização (ou desorganização) do sistema.

Tome-se, por exemplo, uma elevação dos juros produzida deliberadamente pela política monetária. Ela terá impactos macroeconômicos objetivos, cuja resultante será mediada pela dinâmica e estruturação dos setores produtivos, comportamento e concentração dos mercados, distribuição da renda, forma de operar do setor financeiro. Nesse contexto, as aplicações podem mudar de composição, o ânimo de decisões de investimento pode arrefecer no curto prazo, que ao mesmo tempo significa uma ampliação dos subsídios nas linhas de crédito dos bancos de fomento, enquanto serão incertos os reflexos para a receita fiscal, embora provavelmente negativos.

Uma implicação básica relevante - e na direção apontada por Lerner - é a percepção de um amplo espectro de canais passíveis de utilização e, pelo menos em princípio, possibilidade de diferentes engajamentos das esferas do AE no desenho da política econômica e das políticas públicas de um modo geral. O alcance que ao mesmo tempo significa uma ampliação dos subsídios nas linhas de crédito dos bancos de fomento, enquanto serão incertos os reflexos para a receita fiscal, embora provavelmente negativos.

Uma implicação básica relevante - e na direção apontada por Lerner - é a percepção de um amplo espectro de canais passíveis de utilização e, pelo menos em princípio, possibilidade de diferentes engajamentos das esferas do AE no desenho da política econômica e das políticas públicas de um modo geral. O alcance e o conteúdo

dessas serão função, em maior ou menor grau - dependendo da centralidade ou não da posição do setor público na determinação dos resultados desejados - da natureza das atividades das diferentes instâncias - vale dizer, quais setores são atendidos através da despesa orçamentária estrita, qual o caráter da inserção industrial das empresas estatais e portanto quais segmentos serão aí afetados, quais as linhas de financiamento onde há um peso oficial significativo etc -, das próprias relações que estas estabelecem entre si e dos graus de autonomia (financeira e política, principalmente) em cada área. São exatamente esses condicionantes à atuação do estado em suas variadas faces que vão conformar o perfil "microeconômico" das opções fiscal e monetária no âmbito da formulação e implementação da política econômica. (18) Da mesma forma, qualquer que venha a ser o arcabouço e o sentido das políticas adotadas (ou não), os impactos macroeconômicos sempre rebaterão internamente ao setor público de uma forma diferenciada, pela mediação dessas instâncias particulares. (18)

Uma implicação particular é a necessidade de distinguir, desde logo, duas dimensões possíveis para a noção de política fiscal. Na análise do conjunto do setor

18 Enfoque nesse mesmo sentido é utilizado por Tanzi (1988), ao ressaltar a necessidade de uma análise mais aprofundada da política fiscal no âmbito dos programas de estabilização preconizados pelo FMI. Segundo ele, "... há argumentos que previnem contra a ênfase exclusiva ou excessiva sobre os tópicos fiscais tradicionais e favorecem a idéia de prestar cuidadosa atenção aos aspectos microeconômicos da política fiscal, tais como a estrutura dos impostos pessoais, a estrutura do gasto, dos investimentos, os preços dos serviços públicos, o emprego no setor público etc" (p.12).

18 Isto não significa que não existam áreas de confluência no tocante a efeitos, objetivos e instrumentos. No caso brasileiro, por exemplo, uma elevação das taxas de juros pode se dar, dada a sistemática vigente de tributação, via elevação do IR, independentemente da política monetária, não sem introduzir uma função estranha à concepção original do tributo.

despesas da administração direta e mesmo das ETGs, envolvendo minimamente as categorias de gasto e receita das empresas produtivas. Num sentido restrito, representa uma instância do AE com financiamento específico, compreendendo todo o conjunto de relações que transitam pela esfera orçamentária.

Essas distinções são especialmente pertinentes na medida em que a complexidade dos AE e o desenvolvimento das economias capitalistas (concorrência e mercados financeiros, particularmente) tornam a dicotomia tradicional política fiscal/política monetária um referencial analítico precário. Nem a política fiscal no seu sentido macroeconômico corrente dá conta da complexidade da presença estatal, nem o arcabouço convencional da política monetária apreende a dinâmica dos mercados monetário-financeiros. Nesse sentido, a política fiscal em seu escopo tradicional seria a política fiscal de um determinado estado, um caso particular dentre os estados capitalistas modernos.

Assim, a configuração heterogênea do setor público brasileiro implicará considerar, na análise de cada segmento, dois aspectos básicos: de um lado, suas determinações próprias. De outro, sua inserção no AE e as articulações que estabelece com as demais instâncias deste, através do conteúdo de suas funções e de suas estruturas de receitas e dispêndios. Essa teia de relações ou, mais precisamente, a magnitude, regularidade e natureza desses fluxos internos ao AE, são elementos relevantes à conformação do padrão de financiamento do setor público como um todo. Este só se definirá, contudo, a partir das análises específicas, enquanto resultado complexo exatamente da integração dos distintos segmentos do AE e das suas posições ativas e passivas. Não se trata, desde logo, e pelas próprias razões anteriormente expostas, de agregar ou "consolidar" fluxos de naturezas distintas. Antes, situá-los

no contexto do financiamento das políticas públicas em suas dimensões (macro)econômicas particulares.

Esta perspectiva geral enseja uma reflexão mais aprofundada acerca do eixo dos debates em torno do setor público no Brasil, excessivamente centrado na distribuição dos recursos tributários entre os três níveis de governo e numa discussão marcadamente ideologizada (e, assim, pouco esclarecedora) em torno das empresas estatais e do déficit público. É interessante notar, efetivamente, que a dimensão preferencial (para não dizer única) de conjunto do AE que se tem privilegiado na economia brasileira é exatamente a do déficit público. Este seria, efetivamente, a síntese num determinado momento da situação financeira do setor público. Entretanto, recebem pouca atenção algumas questões substantivas, cujas implicações por um lado transcendem a questão estrita do déficit, remetendo ao conteúdo das instâncias que compõem os distintos demonstrativos; por outro lado, e em decorrência, representam a própria base para a discussão do desequilíbrio financeiro.

Desse modo, desloca-se para um plano secundário o debate não apenas em torno das redefinições institucionais - e que envolve o redesenho das relações internas ao setor público, a coordenação das políticas de investimento, o delineamento das funções prioritárias correspondentes aos diferentes sistemas etc, - mas a própria complexidade e desdobramentos da crise fiscal a partir da estrutura existente. Essa não apreensão do conjunto reproduz analiticamente a fragmentação do próprio setor público ao mesmo tempo em que, e de forma não menos relevante, permanece presa aos conceitos e referenciais tradicionais da macroeconomia.

Tendo em conta esse referencial mais amplo, a análise detalhada das cinco estruturas apontadas acima e a sua articulação, não apenas do ponto de vista das políticas públicas mas também a nível analítico, coloca-se como um espaço relevante de apreensão do significado, determinantes e implicações da presença econômica do estado brasileiro.

Pretende-se nos dois capítulos seguintes aprofundar a compreensão das duas esferas básicas de execução das políticas de gasto público - a fiscal e das empresas estatais - , que são centrais ao desenho da política fiscal no seu sentido lato. Aponta-se exatamente para as características institucionais e de movimento dessas instâncias, delineando as questões que nos parecem pertinentes às suas estruturas de financiamento e à execução de suas políticas. Acentuam-se as diversidades internas a esses segmentos, sua posição no conjunto do financiamento do setor público e o conteúdo macroeconômico das suas funções. Esses pontos colocam algumas bases de referência para enfoques qualitativos e mesmo quantitativos mais abrangentes, que permitam o resgate das dimensões de planejamento econômico e programação financeira do estado.

CAPITULO 1 - ESTRUTURA E EVOLUCAO DO FINANCIAMENTO FISCAL

## 1.1 - INTRODUÇÃO

A esfera fiscal caracteriza-se não apenas por ser uma instância intrinsecamente orçamentária, como concebida na teoria das finanças públicas, e que supostamente permitiria maior controle institucional. Sua particularidade se liga a um conjunto de questões e de atividades cuja pertinência é eminentemente fiscal, envolvendo relações e fluxos públicos de recursos atrelados a essa esfera particular do AE.

De modo preponderante, a política fiscal diz respeito à geração e à distribuição da renda na economia; num sentido mais abrangente e mais preciso, está ligada à riqueza, em seus três aspectos básicos: setorial, pessoal e regional. Efetivamente, constitui o locus de arbitramento do Estado, socialmente reconhecido nas democracias, em relação à riqueza gerada num espaço nacional. Ai se tem movido desde os economistas clássicos (a polêmica em torno dos princípios da capacidade ou benefício expressa esse caráter básico). <1> O modo como o sistema fiscal vai alterar (ou não) o estado existente da riqueza será função dos instrumentos disponíveis (tipos de gravames, isenções, políticas e estruturas de dispêndios etc) e da pertinência/condicionamentos a sua utilização (ou seja, sua viabilidade econômica e política, no sentido amplo).

Do ponto de vista da renda pessoal, coloca-se o grau de concentração da riqueza social e, num sentido mais abrangente, o padrão de vida, que se define em função do grau de desenvolvimento e dos padrões vigentes de consumo. Exatamente por isso as políticas públicas fiscais são, também, um espaço de antecipação às novas questões postas pelo crescimento (ecologia, educação especial etc). Numa

---

1 Ver Myrdal (1984).

sociedade como a brasileira, em que é flagrante o descompasso entre os avanços econômico e social, parece particularmente pertinente divisar a esfera orçamentária como o eixo básico à formulação e implementação das políticas sociais, como ocorre na maior parte dos países desenvolvidos. Como coloca Abranches (1985), o quadro acentuado de destituição debilita a cidadania, à qual está ligada a atenção prioritária (ou não) do Estado às políticas sociais: "Se a sobrevivência é um direito que deve ser garantido pela sociedade, como admitem até mesmo os mais empedernidos liberais, ao exigirem do Estado segurança pública e defesa externa, ela decorre direta e exclusivamente do pertencer à comunidade. Se o próprio modo de relacionamento social e progresso material envolve o risco permanente de destituição e, portanto, de morte, a coletividade deve desenvolver meios que garantam a todos que a ela pertençam, independentemente de quaisquer outros atributos, a sobrevivência com um mínimo de dignidade e conforto" (p.85).

Nesse sentido, a dimensão fiscal seria própria à execução das políticas sociais exatamente por ser, exclusiva e constitutivamente, um espaço de fluxos públicos ligado centralmente à realocação direta ou indireta da renda, cujas respostas serão determinadas através dos conflitos políticos explícitos nas diferentes concepções acerca do desenho e objetivos das políticas de governo. Sua execução por órgãos de traço empresarial representa introdução de dimensões privadas que vão necessariamente afetar o alcance e o conteúdo das políticas.

Assim, o fato de a tributação realizar-se diretamente sobre as categorias de renda ou via preços -ou ainda sobre o gasto-, incidindo sobre quais bens, atividades ou profissões, a partir de que base de incidência, haver ou não compensações através das políticas

de gasto e tendo em vista o seu conteúdo e o âmbito regional/pessoal etc, são pontos relevantes que influenciam de modo decisivo e específico a posição dos indivíduos no tocante à riqueza. Essa é, sem dúvida, a dimensão de maior relevância.

Determinações semelhantes colocam-se para o aspecto setorial daquela distribuição. Essa envolverá tanto as estruturas internas à indústria, agricultura ou sistema financeiro (envolvendo o grau de concentração dos mercados, a opção por determinadas formas de organização produtiva, as políticas tecnológica e industrial - implicando maior dinamismo dos setores de ponta, complementação/integração da matriz de insumos básicos etc), quanto o perfil intersetorial, que estarão sempre permeados pelos objetivos macroeconômicos mais imediatos da política econômica (ajuste externo, recuperação do nível de atividades, inflação etc). A conformação resultante será, aqui, necessariamente marcada pela ação do sistema fiscal, dependendo dos regimes diversos de tratamento tributário, isenções, incentivos e subsídios fiscais, bem como das diretrizes de despesa. Esta dimensão é central à análise da experiência brasileira recente e um componente decisivo no tocante a conformação da própria base de arrecadação.

Finalmente, sob o aspecto regional, cabe notar que é próprio da natureza da política fiscal (sistema tributário e de gastos para o conjunto da nação) conceber mecanismos que modifiquem a alocação regional da renda, entre as unidades de governo e entre as diferentes regiões, a partir de incidências diferenciadas, dos sistemas de transferência ou via prioridades na aplicação dos recursos. O federalismo fiscal constitui exatamente o espaço onde se estabelecem essas relações internas ao aparato fiscal, ou seja, onde transitam as questões relativas às competências e à autonomia financeira da União, estados e municípios, da

mesma forma que a definição das suas responsabilidades nas políticas de gasto. É ocioso lembrar que os sistemas fiscais subnacionais estarão também submetidos às pressões políticas e à direção das composições políticas locais. (2)

A esfera fiscal representa, portanto, graus de flexibilidade para a ação do setor público, do ponto de vista da formulação de políticas voltadas às pressões/anseios sociais, em contraste particular com o quadro que se apresenta para as empresas produtivas. Ainda que estas possam se orientar por preocupações distributivas em suas atividades e que impliquem, por exemplo, políticas tarifárias diferenciadas ou investimentos regionais, as determinações colocadas por seu caráter empresarial estão sempre presentes, essencialmente em função de sua inserção econômica e dos fluxos privados que movimentam (contratos, origem das receitas, concorrência, endividamento, aplicações financeiras, articulação permanente à expansão do setor privado tanto na oferta como na compra de bens e serviços). Ou seja, inscrevem-se num espaço distinto de atuação estatal e da sua ação regulatória. (3)

É necessário notar que a delimitação estrita da política fiscal nos aproxima, sem dúvida, da discussão acerca do "bem público". Nesse espaço restrito se coloca a

---

2 Vale notar que a dimensão federativa, embora mais clara no âmbito fiscal, não lhe é exclusiva. O caráter do AE e a evolução recente da economia brasileira colocam para as contas públicas pelo menos uma face financeira relevante, centrada no endividamento da administração central e descentralizada junto às instituições financeiras federais, como a CEF e o BNH (ver item 1.5.3. adiante). No entanto, as inter-relações das diferentes esferas de governo se dão não apenas no aspecto fiscal ou financeiro, mas também nas instâncias previdenciária, empresarial e mesmo monetária do AE.

3 Isto é mais claro no caso de empresas como a Vale e a SIDERBRAS, cuja produção não é diretamente consumida pelo público, ao contrário do que se verifica, por exemplo, no caso do setor elétrico.

política fiscal no seu sentido tradicional e é como aparece na teoria das finanças públicas. No entanto, enquanto ali os bens públicos se definem a partir do setor privado (mais exatamente, a partir das suas deficiências alocativas), ou seja, são aqueles cujos benefícios não são individualizáveis e não permitem a determinação de um preço, procuramos caracterizar a esfera fiscal como uma instância econômica própria, ligada ao poder impositivo do Estado (o que se traduz numa forma de financiamento característica, a tributação, ou outras receitas compulsórias) e compreendendo um conjunto de ações próprias à atividade regulatória colocadas para a sociedade enquanto políticas do Estado. É supérfluo notar que o conteúdo dessas preocupações dependerá da natureza histórico-política deste. (4)

De qualquer modo, e juntamente com as demais dimensões da presença estatal, a esfera fiscal estará sempre subordinada à direção assumida pela política econômica, que terá como referencial o setor público em seu conjunto, envolvendo a política fiscal no seu sentido macroeconômico apontado anteriormente. Esse aspecto é especialmente claro no caso brasileiro e não necessariamente implica uma maior coordenação ou planejamento das atividades do estado, como o demonstra a experiência dos últimos anos.

---

4 Acerca deste ponto, já afirmava Schumpeter (1854): "Naturalmente, estamos acostumados a examinar funções sociais particulares como específicas da esfera do Estado e outras como especificamente "privadas". Contudo, não há fronteiras entre as duas a menos que alguém se dê por contente em dizer que "público" é tudo o que é considerado "público" num mesmo particular. Mas isto pressupõe a existência do Estado. Por esta razão é inútil tentar definir o Estado a partir de certas funções necessariamente públicas. Tão inútil é a tentativa oposta de derivar os "limites de sua eficiência" a partir da "essência" do Estado. Tais tentativas foram feitas e com anos atrás e ainda sendo feitas de vez em quando. Em particular, o "objetivo comum" não é o mesmo que "objetivo do Estado" (p.11).

A análise aqui desenvolvida acerca do sistema fiscal brasileiro procura apontar, inicialmente, os traços básicos das relações entre a política econômica e a política fiscal no seu sentido estrito. A partir desse quadro de referência para o período, tomam-se com maior detalhe a evolução da carga tributária, da distribuição dos recursos fiscais e da equidade no financiamento. Diante da peculiar posição assumida pelo sistema fiscal no conjunto do financiamento público, tanto do ponto de vista da natureza das políticas como sob o aspecto das suas relações institucionais, que conduziram a certa desfiguração desse espaço no próprio setor público, examinam-se algumas manifestações, implicações e desdobramentos desse processo. Finalmente, e em caráter preliminar, situam-se os principais pontos colocados pela reformulação do sistema tributário e orçamentário.

## 1.2 O SISTEMA FISCAL E A POLITICA ECONOMICA (5)

Em meados da década dos 60 operam-se modificações importantes no aparato institucional e no processo de gestão da política econômica. A consolidação da base industrial no período anterior, os recorrentes problemas de financiamento e as transformações no tecido social, passam a exigir um novo arcabouço estatal, compatível com sua presença mais complexa no movimento da economia.

As reformas fiscal, financeira, administrativa e no aparato social constituem elementos-chave a essa redefinição. Seu escopo, alcance e a direção que tomam serão

---

5 Uma bibliografia abrangente acerca desta evolução se encontra ao final da tese. Limitamo-nos aqui a citar os trabalhos que mais diretamente se relacionam aos pontos em foco.

indelevelmente marcados pelo caráter do estado a partir de 1964. Cabe notar que essas reformulações, e particularmente a tributária, processando-se num contexto de desaceleração econômica e elevadas taxas de inflação, se articulam claramente à estratégia de curto prazo contida no PAEG. (9)

O aparato tributário, que sofrera adaptações tópicas ao longo dos anos 50, revelava-se um instrumento precário de financiamento do setor público, mormente em face das ampliadas demandas no início dos anos 60. A reduzida base de incidência, as deficiências da administração fiscal e as falhas no sistema de partilhas, implantado pela Constituição de 1946 (e que nunca chegou a operar plenamente - cf. Mahar, 1975), ensejavam alterações mais profundas.

O sistema tributário de 1966 se apresentará mais abrangente, centralizador, tecnicamente superior ao anterior e funcional aos objetivos centrais da política econômica do período.

A reforma vai envolver uma profunda reformulação de todo o aparato fiscal. Não apenas o desenho e a organicidade do sistema tributário, mas também o aparelho fiscal é modernização das competências para tributar, concentradas na esfera federal (quadro 1). Expressa-se, também, no controle sobre as políticas de gasto e receitas

---

6 A consonância entre os trabalhos da Comissão de Reforma Tributária, constituída ainda em 1963, e os objetivos mais imediatos da condução da política econômica, se expressam em várias medidas do período de transição que antecede a consolidação do Código Tributário em 1966. A chamada Reforma Tributária de Emergência, de 1965, vai adiantar vários pontos do sistema posterior, embora visando essencialmente elevar a receita da União e reduzir o déficit público, um dos principais responsáveis pela inflação no diagnóstico da política econômica. Alguns dos trabalhos dos técnicos da Comissão são bastante claros nessa particular, distinguindo em suas análises as medidas imediatas das de longo prazo, que requereriam aprimoramento do sistema fiscal (vide Shoup, 1965).

dos estados e municípios, o que equivale a uma redução da própria autonomia política das instâncias subnacionais. Os argumentos básicos colocados para justificar essa centralização eram a maior capacidade arrecadadora e de planejamento da União<sup>(7)</sup> bem como a pertinência federal da maioria dos tributos (no sentido de sua utilização enquanto instrumento de poluição das competências para tributar, concentradas na esfera federal (quadro 1). Expressa-se, também, no controle sobre as políticas de gasto e receitas dos estados e municípios, o que equivale a uma redução da própria autonomia política das instâncias subnacionais. Os argumentos básicos colocados para justificar essa centralização eram a maior capacidade arrecadadora e de planejamento da União, bem como a pertinência federal da maioria dos tributos (no sentido de sua utilização enquanto instrumento de política econômica). As compensações deveriam advir do sistema de transferências, atingindo parcela relevante da receita federal.

Do ponto de vista técnico, não há dúvidas de que será a reforma de 1966 o marco inicial da implantação de um efetivo sistema tributário no país. Ela vai conferir organicidade à estrutura, extinguindo tributos com fatos geradores de difícil caracterização, transferindo para a União a competência do imposto sobre exportações, criando o imposto sobre operações financeiras enquanto instrumento auxiliar da política financeira, agora regulada pelo Banco Central e Conselho Monetário, introduzindo o critério do valor agregado em substituição às incidências cumulativas, corrigindo os débitos fiscais e aprimorando as relações jurídicas tributárias. <sup>(8)</sup>

---

7 Uma análise detalhada desses aspectos, se encontra em Oliveira (1981).

8 Para estes pontos, consultar os trabalhos específicos divulgados pela própria Comissão - FGV/MINFAZ.

QUADRO 1  
O SISTEMA TRIBUTARIO DE 1966

ESTRUTURA DE IMPOSTOS	COMPETENCIAS
Comércio Exterior	
Imp. importação	União
Imp. exportação	União
Patrimônio e renda	
Imp. s/ propr. territorial rural - ITR	União
Imp. s/ transmissão bens imóveis - ITBI	Estados
Imp. s/ renda e proventos - IR	União
Imp. s/ propr. predial e territ. urbana - IPTU	Municípios
Produção e circulação de bens	
Imp. s/ produtos industrializados - IPI	União
Imp. s/ circulação de mercadorias - ICM	Estados
Imp. s/ operações financeiras - IOF	União
Imp. s/ serviços transporte/comunicações	União
Imp. s/ serviços - ISS	Municípios
Impostos especiais	
Imp. s/ combustíveis e lubrificantes - IULC	União
Imp. s/ energia elétrica - IUÉE	União
Imp. s/ minerais - IUM	União

Finalmente, cabe distinguir dois aspectos da articulação do novo sistema aos objetivos da política econômica. De um ponto de vista estrito, várias medidas contribuem para o enfrentamento imediato dos principais obstáculos ao programa de estabilização: no combate ao déficit público, eleva-se a receita fiscal (maior abrangência do imposto de renda, elevação de várias alíquotas e criação de adicionais aos tributos) ao mesmo tempo em que se reduz a renda disponível. Essas medidas se coadunam com os cortes de gastos (o achatamento salarial no serviço público constitui uma face importante, em face da compressão já significativa nos gastos de investimento), com a gestão mais autônoma da política monetária e com o recursos, ao endividamento mobiliário (que vai gerar recursos próprios superiores ao déficit fiscal já em 1965 e que possuía não só um atrativo próprio - a correção monetária, depois generalizada - mas mercados cativos). Paralelamente, criam-se vários estímulos fiscais tanto para as empresas que não reajustassem preços acima de certos níveis, quanto para os aumentos de produtividade.

Por outro lado, a concepção do sistema estará marcada pela estratégia de crescimento, ou seja, de saída da crise, bem como pelo caráter privatista subjacente às reformas administrativa, financeira e no aparato social.<sup>(9)</sup> A estratégia de maior abertura da economia implicará, desde logo, em abatimentos e isenções de impostos para os

<sup>9</sup> A reforma administrativa antes contorna o problema da máquina pública, flexibilizando e estimulando a autonomia das instâncias descentralizadas, moldando-as ao comportamento privado. No aparato social, a criação do BNH e a formulação da política habitacional espelham bem a ótica das políticas sociais enquanto serviços a serem pagos pelos usuários. Finalmente, é uma preocupação central aos idealizadores da reforma financeira a crescente estatização do crédito e dos mecanismos de financiamento. Análises mais detalhadas desses processos e da bibliografia pertinente podem ser encontrados em Rezende (1984) e Prado (1985), Azevedo (1977), Abranchas (1985) e Almeida (1981).

exportadores bem como para os programas de importação considerados prioritários; ao mesmo tempo, os mecanismos de financiamento da economia (cujas reformulações institucionais são buscadas no âmbito das reformas financeiras, bancárias e do mercado de capitais) são contemplados com estímulos particularmente via imposto de renda (aplicações em ações, títulos da dívida pública, obrigações ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação etc).

Como já têm ressaltado vários analistas, o desenho do sistema não tinha por preocupação central a questão distributiva, particularmente do ponto de vista social (10). Os investimentos regionais implantados no início dos anos 60 (mecanismo conhecido como 34/18) são mantidos, ao mesmo tempo em que novas áreas de aplicação serão criadas setorialmente. Fica ausente, desde o início, a definição de uma política prioritária para atenuar as desigualdades, acirradas ao longo da década pelo próprio programa de estabilização.

A política de ajustamento preconizada no PAEG implicará acentuada redução do nível de atividades, do déficit público e dos salários reais, sem que fossem alcançadas as metas no tocante à inflação. A esse processo corresponderá um "enxugamento" da estrutura econômica, com maior concentração nos diferentes mercados e elevação da capacidade ociosa nos novos setores, que haviam se implantado na década anterior. A recuperação da economia a partir de 1968 se dá a partir de uma revisão no diagnóstico

---

10 Varsano (1981), dentre outros, comenta: "Na verdade, todos os documentos publicados pela Comissão de Reforma também demonstram a inexistência de qualquer preocupação com a utilização do sistema tributário como instrumento de políticas que vissem ajustar a distribuição da renda havendo, apenas, referências esparsas e sem maior elaboração ao conceito de justiça fiscal. Mesmo a reformulação do imposto de renda visou apenas permitir o estímulo à acumulação de capital" (p.212).

da política econômica, em que a política monetária é afrouxada amparando-se a retomada no setor de duráveis e no poder aquisitivo ampliado pelas financeiras, num contexto de endurecimento do regime. As amplas margens de capacidade ociosa assegurariam, de início, menor pressão inflacionária.

As taxas de inversão se elevam e cresce a demanda por bens de capital. Problemas crônicos de financiamento (baixa alavancagem do segmento privado interno, reduzida capacidade de coordenação das estatais, entrada de capital externo essencialmente para giro e retração das multinacionais) e o arrefecimento no ritmo de crescimento da demanda serão decisivos para determinar a reversão do ciclo a partir de 1972/73. O setor de duráveis arrefece os investimentos e o nível de atividades se sustenta precariamente pela produção do DI, decorrente das encomendas anteriores. Este, não-integrado, será incapaz de sustentar, a partir das suas relações internas, o ritmo de inversões.

Ao longo do período o aparato tributário será largamente utilizado para potenciar o crescimento, aprofundando-se algumas sendas já insinuadas no arcabouço montado em 1966. Assim, o sistema fiscal alocará decisivamente recursos na concessão de créditos tributários, isenções, abatimentos e incentivos diversos, basicamente via I.R. e I.P.I.. Beneficiaram-se, largamente, as atividades ligadas à exportação, o mercado de capitais e a produção de bens de capital a partir de 1970.

Há no período um conjunto de medidas que vão significar o enfraquecimento da capacidade de financiamento fiscal: o Fundo 157, isenções de I.P.I. e I.C.M. para desonerar os exportadores e setores considerados prioritários, linhas especiais de financiamento oficial (o Decreto Lei nº 1.137 estenderia os benefícios fiscais a todos os projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento

Industrial), deduções do I.R. para os gastos relacionados à importação e às aplicações financeiras, criação do BEFLEX e o surgimento das "tradings", além da depreciação acelerada.

Isso vai determinar, por um lado, medidas típicas de elevação de tributos, envolvendo principalmente os impostos únicos; por outro lado, e como decorrência mais relevante, aprofunda-se a concentração da receita gerada, acirrada com a inflexão autoritária em 1968. Desse modo são revistos, já em 1967 e novamente em 1968 os percentuais dos fundos de participação, não só drasticamente reduzidos em relação aos níveis estipulados em 1966, mas com vinculações restritivas da autonomia dos estados e municípios.

Apenas o crescimento, fazendo crescer a receita, baseada essencialmente nos impostos indiretos (que representam, grosso modo - excetuando-se o I.R., embora algumas modalidades deste não constituam, efetivamente, tributação direta - cerca de 60% da carga tributária bruta do período 1970/73), dá algum alívio ao visível agravamento da situação financeira das esferas subnacionais.<sup>(11)</sup> A execução orçamentária da União exprime o sentido do gasto: as despesas nas chamadas áreas sociais representam, na média do período 1968/73, apenas 22% do total. O caráter do crescimento e a direção da política econômica se apresentam como os condicionantes fundamentais da gradativa desfiguração do sistema tributário.<sup>(12)</sup>

11 Para o conjunto dos estados, a relação operação de crédito/receita corrente própria passa de 3% em 1968 para 27% em 1973 (Pastore, 1981).

12 Essa desfiguração se dá tanto do ponto de vista substantivo, ou seja, das funções, objetivos e alcance macroeconômico do aparato, como do ponto de vista formal, da inserção da esfera fiscal no conjunto do AE, do peso progressivo das chamadas "outras receitas" no orçamento, da inexistência de critérios claros de contabilização (é ilustrativa, neste particular, a retirada, desde 1971, dos encargos da dívida mobiliária do orçamento da União, com o que se deixa de apreender um elemento central à evolução das contas públicas no período posterior, ao mesmo tempo em que se alarga a arbitrariedade do BACEN na sua gestão.

Em meados da década dos 70 define-se o ambicioso programa de investimentos destinado a romper os estrangulamentos que determinam o arrefecimento do crescimento anterior. O II PND estará centrado nas indústrias de insumos básicos e de bens de capital contendo ainda objetivos esparsos no tocante à desconcentração regional e pessoal da renda. Ainda que apenas parcialmente cumprido, são essencialmente os projetos definidos em torno do setor produtivo estatal que sustentam o nível de atividades até fins da década (ver item 2.1). Ao mesmo tempo, o endividamento externo - cujo traço financeiro já se caracteriza no milagre - acentua-se e estatiza-se, enquanto a política de formação de reservas pressiona crescentemente a dívida mobiliária pública, cujo estoque supera a receita da União já em 1975.

Com a desaceleração do crescimento e a explicitação dos problemas no Balanço de Pagamentos, várias medidas fiscais seriam acionadas no curto prazo (1974/75), visando aliviar dificuldades setoriais (indústria têxtil, de eletrodomésticos e mobiliário, dentre outras, obtêm reduções/isenções significativas de I.P.I., os mutuários do SFH recebem crédito fiscal no I.R. e as dificuldades das instituições financeiras determinam a utilização do IOF para socorros de liquidez).<sup>(13)</sup>

Em meio à redefinição do padrão de crescimento com o II PND e às tentativas de estabilização que se ensaiam desde 1975//76, cabe registrar algumas inflexões na política fiscal. No tocante aos diferentes incentivos, a revisão que já se iniciara com a criação do PIN e PROTERRA no início da década (representando uma realocação dos recursos provenientes do IRPJ), se estende às aplicações nos fundos setoriais e aos abatimentos do I.R. para aplicações

---

13 A arrecadação do I.P.I. - indústria têxtil decresce 50% de 1974 para 1975.

financeiras, que sofrem limitações. Elevam-se alíquotas e estende-se a incidência de alguns impostos indiretos, visando setores específicos (o imposto sobre transporte rodoviário, por exemplo, passa a abranger também o transporte de cargas, acusando substancial elevação de receita em 1977 - cerca de 120% - e são criados adicionais para a TRU e o IULC). A repartição das receitas, por sua vez, passará por gradativa distensão, com revisão dos percentuais dos fundos de participação, em 1975, visando retornar, até 1979, aos níveis estabelecidos em 1967. Cria-se a Reserva Especial para os estados do Nordeste e introduz-se certa diferenciação nas alíquotas internas e interestaduais do I.C.M., buscando maior progressividade regional na sua incidência.

Estas medidas não aliviam, no entanto, as finanças subnacionais e o ritmo menor de crescimento afeta decisivamente o comportamento da arrecadação: a receita tributária total, que crescera à taxa média de 13% no período 1968/73, cresce 5,5% na média do período 1975/80. Já em meados da década de 70, portanto, o sistema se revela exaurido em sua capacidade de geração de recursos e de intervenção alocativa, na ausência de redefinições substantivas quanto ao redirecionamento da política fiscal. Com o deslocamento da inflação e da dívida externa para o centro do debate econômico, essas definições ficariam ainda mais distantes.

Após um breve ensaio de crescimento em 1980, quando se tenta reeditar o "milagre", a economia é deliberadamente conduzida a um ajustamento. Esse envolverá a geração de elevados saldos comerciais e arrochos fiscal, monetário e salarial. A política fiscal será aí peça importante. Do ponto de vista macroeconômico, significará a contenção de gastos do AE e a elevação da receita dos seus diversos segmentos. Uma vez que o endividamento externo é condicionante do nível de atividade e se concentra no setor público, urgia determinar com maior precisão o perfil desse

AE, envolvendo-o em conjunto na estratégia contencionista. Daí a SEST e a posição central do déficit público dentre as preocupações da política econômica. Estritamente, sucessivas medidas fiscais visavam elevar a receita da União, basicamente através do I.R. - fonte sobre as pessoas físicas e, posteriormente, sobre o setor financeiro e com a criação do FINSOCAL em 1982. (14)

Mas a deterioração da estrutura passiva do setor público determinará que o esforço fiscal não se reverta em atendimento das carências agravadas pela própria política, direcionando-se antes aos demais orçamentos e, de modo especial, ao monetário. A imbricação progressiva dessas instâncias será, efetivamente, traço característico e controverso das contas públicas nos anos 80. Estados e municípios, endividados externa e internamente, serão enquadrados em esquemas mais rígidos de controle, mas lograrão ganhos na repartição das receitas.

Diante desse quadro, as despesas orçamentárias da União recuam cerca de 15% no período 1980/84, deteriorando-se substancialmente as atividades de infra-estrutura e de serviços sociais. Quanto a estes, o movimento se dá tanto a nível da execução orçamentária quanto dos demais aparatos,

14 O Imposto de Renda, contrastando com os demais itens do orçamento federal, apresentará desempenho positivo ao longo do triênio 1982/83/84: passa, assim, de 25% em 1980 para 38% da receita total em 1984, medida pelo conceito de caixa. A sistemática de recolhimento na fonte representará expediente imperativo para o caixa federal, num contexto de aceleração inflacionária. Se aferida pela ótica da arrecadação (SRF/MF), o I.R.-fonte passa de 22% do total do I.R. em 1980 para 38% em 1984; medida pelo conceito de caixa (BACEN), no entanto, a receita bruta do I.R. alcança, na média do período 1980/84, cerca de 87% da receita total do tributo. (Para estes conceitos vide a nota metodológica na parte I do Anexo estatístico). A contrapartida dessa opção, que soluciona as necessidades de curto prazo, é a reposição do problema à frente, na forma das elevadas restituições.

fortemente assentados no comportamento da massa de salários (INPS, FGTS etc).

O ajuste externo não só ativará os segmentos ligados aos setores tipicamente exportadores, como obrigará outros a uma recomposição no perfil de suas demandas. O mercado interno é substituído pelo externo e se reeditam vultosos incentivos para os exportadores. A partir de meados de 1984 este movimento propicia certa reativação de atividades, secundado em 1985 pelos segmentos de bens de consumo. A política econômica vai buscar a sustentação desse crescimento, em meio a novo patamar inflacionário. Do ponto de vista fiscal, enquanto o crescimento faz crescer a receita, o "pacote" de dezembro, por um lado, aprofundará a busca de maior eficiência da administração fiscal no contexto de altas taxas de inflação (redução de prazos de recolhimento e permanência na rede bancária, encetadas desde meados do ano, revisão das tabelas I.R.-fonte para aliviar o peso das restituições etc) e, por outro, certa reorientação na direção da política, tornando-a mais progressiva, principalmente através do imposto de renda.

O Plano Cruzado, reduzindo as taxas de inflação em 1986, representa um ganho significativo para a situação financeira do Tesouro Nacional e dos governos estaduais e municipais. Isto se dá tanto pelos ganhos da receita, que são expressivas - a receita tributária federal se eleva 24% e a arrecadação do ICM cresce 30 % no ano - como pelo alívio dos encargos financeiros representados pelas dívidas desses segmentos (tabela 1.43). No caso do governo federal, reduz-se a relação dívida mobiliária em poder do público/PIB, de 18% em 1985 para 10% em 1986. Assim, em que pese a anulação de muitos ganhos projetados com o pacote fiscal de novembro, o saldo foi positivo para as receitas fiscais e também para as empresas (como se irá adiante). Isto reduziu o déficit público de 4,3% do PIB em 1985 para 3,5% em 1986.

Paralelamente, este é um momento de ganho adicional para os estados e municípios, na medida de incidência de maiores alíquotas dos fundos. Desta forma, o conjunto das transferências federais para estas esferas se eleva acima do próprio crescimento da receita tributária federal, alcançando cerca de 29%.

O movimento da execução financeira nos diferentes níveis em 1987 reflete, por sua vez, o retorno a um nível mais baixo de crescimento e a inflexão substancial dos preços. Nesse contexto, as perdas fiscais são sempre ampliadas, quer pela base da arrecadação, dependente do nível de atividades, quer pelas defasagens entre fatos geradores e recolhimentos. Neste ano, a receita tributária federal declina 17%, basicamente pela queda do imposto de renda sobre as aplicações financeiras, redundando num agravamento do perfil regressivo da carga fiscal (tabelas 1.43 e 1.7). No caso dos estados, o ICM também declina, cerca de 16% no total.

Este movimento, paralelo ao que se verifica em outras instâncias do setor público, repõe no sistema fiscal a questão básica da inadequação da capacidade de financiamento orçamentária às demandas, ampliadas também diante da fragilização financeira dos demais segmentos, que passam a repousar crescentemente nos repasses fiscais. Pretende-se nos pontos seguintes detalhar os principais aspectos da evolução do sistema fiscal brasileiro desenhado em meados dos anos 60.

### 1.3 - A ABRANGENCIA DO SISTEMA - A CARGA TRIBUTARIA

O primeiro aspecto relevante se refere a magnitude relativa dos recursos apropriados pelo estado para execução das suas políticas ao longo dos últimos anos. A medida tradicional e que deveria expressar tal subtração de recursos pelo setor público é a de carga tributária.

A questão central à discussão a respeito da carga tributária é, entretanto, mais ampla e passa pela definição das atribuições essenciais às políticas públicas. É só partir delas que adquire algum significado. Ou seja, a carga fiscal não pode ser considerada alta ou baixa, não passando de uma discussão em torno de parâmetros, se não há o dimensionamento das carências, das demandas e o resgate do planejamento para atendê-las. Todo o debate a respeito da carga tributária é, em última instância, um debate sobre o tamanho do estado, seu peso e sua influência na atividade econômica. Assim, o próprio esforço relevante e específico de mensurar com critérios claros o que vem a ser a carga fiscal envolve uma reflexão prévia sobre o formato do aparelho de estado e suas estruturas de financiamento. Assim, o tema admite diferentes enfoques.

Vamos tomá-la, essencialmente, como um indicador-chave do comportamento das receitas fiscais 'vis-à-vis' a evolução da renda na economia. Nesse sentido, cabem duas qualificações importantes:

1. O conceito de carga tributária, tal como calculado internacionalmente e também no Brasil, não corresponde estritamente à dimensão fiscal do financiamento público, se nos ativarmos à configuração institucional como definida anteriormente. Considera, apropriadamente face ao seu caráter geral, o conjunto dos pagamentos compulsórios ao estado. Vale dizer, envolve no caso brasileiro não apenas a

receita tributária e as contribuições que constam dos orçamentos dos três níveis de governo, mas também as poupanças compulsórias que não constituem recursos fiscais estritos, como as contribuições do FGTS, PIS-PASEP e da previdência social, administradas em estruturas diferentes e que financiam programas específicos.

Isso requer, de um lado, tomá-la de forma desagregada, procurando evidenciar o comportamento e o peso particular dos diferentes recursos. De outro, e visando a uma noção mais precisa do financiamento estritamente fiscal, atentar para a evolução da receita tributária total e, principalmente, para uma "proxy" razoável da pretendida dimensão do financiamento estatal, que seria dada pelo conjunto da receita orçamentária da União e da receita tributária dos estados e municípios.

2. O próprio cálculo da carga tributária envolve contabilizações discutíveis. Por exemplo, são incluídos como "transferências" os juros dos títulos da dívida pública em poder do BACEN - que não constituem transferências efetivas - e excluídos os incentivos fiscais do IRPJ e os créditos-prêmios do IPI e ICM, dado que os impostos são tomados em termos líquidos. Apenas recentemente tem havido uma análise mais sistemática dessas contas, inclusive em função da revisão no cálculo das contas nacionais. (15)

### 1.3.1 - A evolução recente no Brasil

As sucessivas medidas fiscais a partir de 1964 e a reforma tributária em 1966 elevaram a carga tributária bruta

---

15 Afonso (1986, b) coloca alguns desses aspectos e faz uma estimativa desagregada da carga tributária.

na segunda metade da década dos 60: de cerca de 18% em 1963 para, aproximadamente, 23% em 1968. Ao mesmo tempo, a tributação líquida passa de 12% em 1963 para cerca de 14% em 1967 (em que pese a elevação neste ano dos gastos com transferências, possivelmente em função da unificação dos sistemas de previdência social) e 15,5% em 1968. Com o crescimento econômico, a carga tributária eleva-se sucessivamente, alcançando 24,2% em 1969 e 25,7% em 1970. Por um lado, isso se deve ao maior peso dos impostos indiretos, que passam de 13,8% do PIB em 1967 para 16,6% em 1970; por outro, coloca-se a maior abrangência do imposto de renda a partir de 1969, que contribui para a elevação da tributação direta até 1970 (com o imposto de renda passando de 1,8% para 2,5% do PIB no triênio 1968/70), ao mesmo tempo em que o próprio crescimento, pelo efeito da ampliação do emprego, eleva a massa salarial e, portanto, as contribuições previdenciárias. Ainda que a carga líquida também se eleve, os gastos com transferências, passando de 6,2% para 9,4% do PIB em 1970, fazem-na retroceder neste ano a 15,5%. (tabela 1.1)

O período de altas taxas de crescimento da economia, de 1970 a 1973, é marcado por três movimentos distintos. Inicialmente, cabe notar a elevação da tributação direta, de 9,1% do PIB em 1970 para 10,9% em 1973: num primeiro momento o IR continua elevando-se e alcança 3,3% do PIB em 1972, seu nível mais alto ao longo da década, que só seria atingido novamente em 1977, basicamente em razão do grande aumento na arrecadação do IRPF de 1971 para 1972. No entanto, à medida que vão sendo concedidos diversos incentivos e isenções de tributação, o IR declina relativamente ao PIB, tendência que persiste até meados da década; desta forma, parcela relevante daquele crescimento na tributação direta deve-se explicar quer pelo alargamento da base das contribuições previdenciárias, quanto pela

própria criação de novos fundos, como o PIS e o PASEP em 1971/72.<sup>(18)</sup>

Em segundo lugar, os incentivos e isenções, atingindo também os impostos indiretos, levam à redução da tributação indireta já em 1971, para 15,5%; particularmente, isso se deveu à extensão ao ICM do crédito fiscal já existente para o IPI nas exportações de manufaturados, com o que o ICM passa de 6,8% em 1970 para 6,2% do PIB em 1971. Finalmente, enquanto as transferências declinam já em 1971, os subsídios elevam-se rapidamente para 1,2% do PIB em 1973 com a introdução do subsídio ao trigo e já refletindo, possivelmente, dificuldades setoriais que se agravariam com a desaceleração do crescimento. Observa-se que é nesses anos que a carga tributária atinge seus níveis mais elevados ao longo de todo o período 1966/86, nos seus dois conceitos.

A desaceleração implicará diversas medidas fiscais e creditícias que significaram, principalmente, queda na receita dos impostos indiretos e novos subsídios, que atingem 2,8% do PIB em 1975. Ao mesmo tempo, e uma vez que o IR não se eleva, o aumento na tributação direta deve-se explicar, novamente, pelas receitas previdenciárias.

Ao longo da segunda metade dos anos 70, colocam-se como aspectos principais:

- a tributação direta permanece estável, crescendo em seu conjunto a taxas próximas do PIB, com oscilações ditadas essencialmente pelos movimentos do IR, que terá na sistemática de recolhimento na fonte, e particularmente sobre os assalariados, instrumento essencial diante da acelera-

<sup>18</sup> Como apontam Oliveira & Azevedo (1984), a receita das contribuições previdenciárias (SINPAS) cresce 28% ao ano no biênio 1972/73, muito acima da taxa de crescimento do PIB, de 11,1% e 14,0%, respectivamente.

ção inflacionária. O sistema previdenciário, encerrada a fase de elevada incorporação de contribuintes e alargamento das fontes de receita do início dos anos 70,, verá seus recursos crescerem a taxas sistematicamente menores;

- a tributação indireta declina acentuadamente: aumentos localizados de alguns impostos não compensam a queda inicial do ICM e, principalmente, a progressiva redução do IPI, cuja receita chega mesmo a cair em termos reais, 4,4% em 1977 e 15% em 1979. A conjunção destes pontos acentua a tendência declinante da carga tributária bruta, que se reduz a cerca de 23% em 1979/80;
- finalmente, nota-se vigorosa retração dos subsídios em 1976, na ótica da estratégia contencionista da política econômica, com relativa ascensão nos anos seguintes, enquanto os gastos com transferências apresentam sucessivas elevações. Aqui, com peso crescente dos juros da dívida mobiliária.

O ano de 1980 apresenta certas peculiaridades do ponto de vista da carga tributária, que refletem as vicissitudes da política econômica. A tributação direta declina abruptamente, de 11,8% para 10,4% do PIB. Já que a receita do IR cai em apenas 0,3% do PIB, o restante desta queda pode ser atribuída essencialmente ao declínio nas contribuições previdenciárias em geral, que já denotam o arrefecimento do crescimento no segundo semestre de 1980. A tributação indireta, por sua vez, cresce acentuadamente, elevando-se de 11,5% para 12,8% do PIB. Basicamente, isto decorre do comportamento dos impostos sobre comércio exterior (aliado à criação de cotas sobre as operações com petróleo, café e cacau) e do IOF, cujas arrecadações

apresentam expressivas elevações. <sup>(17)</sup> A queda neste ano da carga tributária líquida resulta da substancial elevação dos subsídios, que alcançam 3,5% do PIB - determinados basicamente pela conta petróleo -, superando a arrecadação do IR.

O ajustamento a partir de meados de 1980 e que se aprofunda em 1981 leva, como já apontado anteriormente, a contrações nas políticas fiscal e monetária. O período 1981/83 assistirá assim à progressiva elevação do IR, centrada na tributação na fonte e no IRPJ, basicamente sobre o setor financeiro (adicionais de imposto, Decreto-Lei nº 2.085/83 etc.). Este movimento se reflete já em 1981 e persiste no biênio seguinte.

Por outro lado, o sistema previdenciário, que sofre de imediato os efeitos da recessão (da mesma forma que todos os demais fundos baseados na folha de salários), procurará elevar suas receitas, obtendo ganhos razoáveis em 1982, quando estas crescem cerca de 25%, sendo responsáveis por parcela relevante do crescimento da tributação direta no ano.<sup>(18)</sup> Com o aprofundamento da recessão, e dado o peso das contribuições compulsórias, a tributação direta declina em 1983 e 1984.

---

17 No caso dos impostos sobre o comércio exterior, particularmente quanto ao imposto de exportação, é decisivo o peso da máxima valorização de 30%; o IOF se beneficiará das elevadas taxas de juro, num contexto de correção monetária prefixada, e de maior abrangência.

18 No entanto, com notas Oliveira & Azevedo (1984): "a elevação da taxa para 25,5% em 1982 deveu-se a diversas iniciativas tomadas pelo governo na tentativa de contornar o déficit da Previdência Social e especialmente às alterações introduzidas na área de custeio do Sistema Previdenciário, objetivando o aumento da receita de contribuições (aumento das alíquotas, aumento do teto de contribuições e instituição de contribuições sobre pensões e aposentadorias). Portanto, a taxa real, isoladas estas medidas, não foge à tendência declinante dos últimos anos" (p.25).

Do ponto de vista dos tributos indiretos a estabilidade do conjunto, em torno de 12,5% do PIB, apenas reflete a ligação inerente ao ritmo de atividades. Nota-se, contudo, que a arrecadação do IPI cai sucessivamente, agravando-se com o alargamento dos incentivos à exportação e equivalendo, em 1984, quando sua receita diminui cerca de 32%, a apenas 1,2% do PIB. Uma vez que a arrecadação do ICM é também declinante, a estabilidade do conjunto da tributação indireta deve ser buscada nas medidas compensatórias do período (FINSOCIAL, por exemplo) e na captação de recursos exatamente a partir dos setores ativados pela própria política econômica, ou seja, o comércio externo e o setor financeiro.

Em 1984, a política de ajustamento propicia certa retomada do nível geral de atividades. No entanto, o agravamento da crise da previdência social e dos demais fundos de poupança compulsória mais que compensam a nova elevação do IR, cuja receita cresce 7,5%; além disso, a tributação indireta também se reduz, e violentamente, de 12,5% para 10,4% do PIB (de um lado pela queda continuada do IPI e, de outro, pelo comportamento dos demais impostos indiretos - a exceção do ICM, IOF e IUM - e das chamadas outras receitas - FINSOCIAL, adicionais, salário-educação etc).

Pelo lado da carga líquida, a queda de 11,0% para apenas 6,4% do PIB em 1984 não é difícil de ser explicada, em face da composição das transferências e subsídios; enquanto estes se reduzem já em 1981 e declinam progressivamente até 1,5% do PIB em 1984, os gastos com transferências se elevam de 9,0% para 13,6% do PIB, essencialmente em função do crescente volume dos juros da dívida mobiliária e, em menor escala, pelos saques nos fundos compulsórios e elevação dos benefícios do sistema

previdenciário, obviamente pressionados num contexto de crise.

Dessa forma, a carga tributária, nos seus conceitos bruto e líquido, alcança em 1984 seu ponto mais baixo desde a reforma de 1966. A reativação da economia em 1985 traz efeitos positivos para o nível de tributação, que se eleva quer pelo peso dos impostos indiretos (a receita do IPI cresce 43,3% e a arrecadação do ICM cerca de 19%) quanto pelo aumento da tributação direta; de um lado, a arrecadação do IR se eleva cerca de 17%, com o IR-fonte sobre o trabalho assalariado crescendo 54% e passando de 18% em 1984 para 24% da arrecadação total do imposto em 1985; de outro, o crescimento do emprego alivia a situação financeira do sistema previdenciário e dos demais fundos compulsórios. Assim, a carga tributária bruta se eleva, mas em apenas 0,5% do PIB. O Plano Cruzado é que representará, efetivamente, ganhos mais expressivos, alcançando a carga bruta cerca de 24,5% que é um nível, entretanto, apenas igual ao ano de 1983, evidenciando a rápida evasão da receita no período recente.

A capacidade de financiamento estritamente fiscal pode ser avaliada pelo comportamento dos recursos apropriados pelo Estado através da tributação nas três esferas. Esta relação é relevante porque indica como evolui no período a receita disponível para a execução das políticas públicas no âmbito orçamentário ( ver linha "receita tributária total" na tabela 1.1).

Há dois momentos bastante claros na evolução da receita tributária. Inicialmente, com a recuperação da economia a partir de 1966 e até o auge do crescimento em

1972/73, a receita cresce a taxas superiores ao PIB, em 1972, efetivamente, ela equivale a 17,8% do PIB, face a apenas 12,7% em 1967. Ao longo de todo o período posterior a capacidade de financiamento fiscal do AE vai deteriorar-se gradativa e continuamente. Se na média do período 1970/73 a relação receita tributária/PIB esteve em 17,3%, o declínio que se inicia já em 1973 determina para o período 1975/79 um nível médio bastante inferior, de 14,6%. Com a crise econômica dos anos 80 este movimento se acentua, com a referida relação atingindo em 1984 seu ponto mais baixo desde a reforma, 12,4%. É essencialmente este o processo subjacente à progressiva descaracterização desta esfera enquanto fonte básica de recursos para as políticas públicas, principalmente sociais. Este atrofamento conduziu mesmo a uma ampliação da componente não-tributária no financiamento, particularmente nos anos de crise (e que se evidencia pelo afastamento dos níveis das receitas tributária e fiscal na tabela 1.1).

### 1.3.2 - A Carga Tributária Comparada

Finalmente, um aspecto importante diz respeito à carga tributária no Brasil relativamente à de outros países. As tabelas II.2 e II.3 apresentam este indicador, respectivamente, para um grupo de países da OECD e para outro de renda "per capita" média (segundo a classificação do Banco Mundial). Há três características básicas que convém ressaltar aqui.

Em primeiro lugar, a carga tributária bruta no Brasil não está apenas em um patamar bem inferior aos observadores nos países desenvolvidos (note-se que o nível mais alto que atinge, cerca de 26,5% em 1973, está abaixo do que já era a carga tributária média na OECD em 1965);

mais que isto, ela tem crescido continuamente nestes países no período recente, alcançando em média cerca de 37% do PIB dos países do OECD em 1984, movimento contrário ao que se verificou no Brasil (tabela 1.2). Além disso, há casos em que o crescimento é significativo nos últimos anos, especialmente nas economias, dentre as desenvolvidas, que mais tem crescido. Assim, a carga tributária bruta se eleva no Japão - onde tradicionalmente se situa num patamar inferior - de 20% do PIB em meados dos anos 70 para 27% em 1984. Na Itália, esta inflexão é também acentuada, passando de 30% em 1976 para 41% em 1984, explicando-se essencialmente pelo aumento da receita tributária propriamente dita, que passa de 16% em 1975 para 27% em 1984. No caso do Japão, elevam-se tanto receita tributária como as contribuições previdenciárias. Mesmo na França, onde esta relação já é mais elevada desde o início dos anos 70, houve uma elevação da carga bruta de 1975 a 1984, passando de 37% para 45% do PIB, e que se explica essencialmente pelo nível mais elevado das contribuições previdenciárias.

Tomando-se o grupo de países com indicadores econômicos mais próximos dos brasileiros, destaca-se o fato de que a carga tributária média se elevou nos últimos anos, além de situar-se em nível superior ao brasileiro em vários deles. Os dados disponíveis indicam particularmente que, tomando-se os chamados países de industrialização recente (NICs), cujas taxas de crescimento foram pelo menos tão significativas quanto as brasileiras na década dos 70, que ficou em torno de 7,7%, o esforço tributário também se eleva; isto se depreende, principalmente, dos dados para o México, Coréia e Singapura (tabela 1.3).

Finalmente, no tocante à capacidade de financiamento estritamente tributária, excluindo-se as contribuições previdenciárias, nota-se que a parcela de recursos no caso brasileiro é substancialmente inferior à

dos países industrializados: enquanto nestes a relação receita tributária/PIB situava-se, na média, em 24% em 1970, elevando-se a cerca de 28% em 1984, no Brasil a evolução deste indicador também é inversa, como já apontado anteriormente. Em 1985, os recursos apropriados pelo sistema tributário brasileiro equivaleram a apenas 14% do PIB. Vale dizer, este sistema, na forma como estruturado em 1966, se esgotou enquanto instrumento efetivo de financiamento e realocação de recursos, na medida em que sequer acompanhou o ritmo de crescimento da renda na economia.

#### 1.4 - A REGRESSIVIDADE DO FINANCIAMENTO

O segundo aspecto relevante que se coloca para o exame da evolução do sistema é o seu grau de regressividade. Este, rigorosamente, não decorre exclusivamente da estrutura da exação fiscal, podendo ser enfocado num contexto mais amplo em que sejam considerados o próprio alcance do sistema e as políticas de dispêndio.

A base de incidência da tributação é um indicador básico da regressividade fiscal. De forma geral, é razoável supor que os impostos sobre produção e circulação de bens sejam acrescidos aos preços das mercadorias, representando cargas desiguais para os consumidores, enquanto impostos

sobre a renda e o patrimônio atingem diretamente a unidade recolhadora do imposto. É evidente que esta colocação admite qualificações, não só pelo lado da tributação direta (no caso do IRPJ, por exemplo, há possibilidade de repasse, embora não se possa argumentar que há sempre repasses aos preços - v. Eris, 1985 ) como pelo lado da tributação indireta (na medida em que o bem tributável não seja de uso difundido, o ônus tributário recai sobre alguns consumidores). De qualquer modo, entretanto, uma estrutura tributária com peso elevado dos impostos e taxas indiretas é mais regressiva e tende a onerar mais os contribuintes de menor renda, relativamente a outras em que predominem taxações sobre a renda e o patrimônio, especialmente numa base individual.

Assim, cabe observar que o peso dos tributos indiretos no Brasil, ao longo do período 1966/85, nunca foi inferior a 65% da receita tributária total (tabela 1.5). A regressividade do sistema fiscal, por esta ótica, foi ainda mais acentuada no início dos anos 70. É apenas a partir de 1977/78 que a composição da receita vai se alterando, o que se verifica com maior intensidade nos anos 80, com o crescimento do IR e a queda contínua do IPI. Em 1985 e 1986, de qualquer modo, os tributos indiretos representaram ainda a parcela maior da receita, sendo o ICM o principal tributo no conjunto do sistema, responsável em 1985 por 37% do total da receita tributária. Esta conformação da receita determina uma estreita relação entre a arrecadação e a atividade econômica, o que torna seu comportamento eminentemente pró-cíclico, instabilizando a capacidade de financiamento fiscal do setor público.

No tocante à própria tributação direta, há algumas características particulares. Desde logo, a taxação sobre o patrimônio tem uma abrangência reduzida, concentrando-se na

propriedade imobiliária. <sup>(18)</sup> Ai, os impostos são pouco explorados enquanto elementos efetivos de equalização e na implementação das políticas públicas. Por outro lado, sua participação na geração de receitas é pequena, não representando 5% do total.

O imposto sobre a renda e proventos se constitui, portanto, na fonte principal de recursos tributários diretos. No período recente, sem dúvida, o peso deste imposto teve um aumento substancial, com o que ele se tornou a maior fonte de recursos para o orçamento da União. Se ao longo do período 1967/73 o IR representava cerca de 26% da receita tributária federal, a partir da segunda metade da década de 70, com o declínio do IPI e de alguns impostos relevantes como IULC, a fatia do IR se eleva a cerca de 31%. E na década de 80, entretanto, com o esforço de elevação da receita, que o IR se tornará particularmente importante, respondendo no biênio 1984/85 por mais de 50% dos recursos tributários e cerca de 40% da receita orçamentária total da União (tabela 1.31). Em 1986, o IR declina no conjunto da receita federal, mas é em 1987 que essa inflexão é marcante, reduzindo o IR a 30% da receita ( tabela 1.43 ).

A evolução da estrutura interna do Imposto de renda, apresentada sucintamente na tabela 1.7, revela alguns aspectos essenciais à evolução do tributo. Desde logo, a sistemática de arrecadação na fonte tem um peso determinante e crescente, respondendo por cerca de 62% da receita total em 1984 e chegando a 70% em 1985. Em 1986, por força do pacote fiscal de dezembro de 1985 e da posterior revisão das tabelas abaixo da inflação, a retenção na fonte declinou cerca de 12% no conjunto e, aproximadamente, 25% no caso dos rendimentos do trabalho.

18 A exceção relevante é o IPVA, sobre a propriedade de veículos.

A opção preferencial por esta forma de arrecadar se expressa claramente na posição predominante que ocupa ao longo do período. De 1972 a 1974 representou, em média, 49% do total; retrocede em 1975 por força das modificações do IRPJ, mas apresenta crescimento contínuo durante a segunda metade dos anos 70, respondendo em 1980 por 58% da arrecadação.<sup>(20)</sup> Isto conduz a um progressivo arrocho fiscal, com significativa redução dos limites de isenção no caso dos rendimentos da pessoa física, base predominante da arrecadação. Embora em patamar superior ao prevalecente no período do milagre ( 1971/73 ), quando esteve em torno de 2,4 salários mínimos mensais ( SMM ) e da elevação substancial de 3,3 para 4,5 SMM em 1976, esse limite declina continuamente até o exercício de 1980, quando alcança apenas 3,7 SMM.<sup>(21)</sup>

Esta intensa utilização do IR-fonte responde a uma ótica financeira mais imediata, com facilidades operacionais evidentes do ponto de vista da administração fiscal, particularmente em momentos de recrudescimento da inflação. No entanto, não contribui para melhorar o perfil da exação, já que a folha de salários sempre representou uma fonte mais imediata e clara de recursos. A não-integração de muitos ganhos à declaração penaliza os contribuintes de menor renda e patrimônio menos diversificado e as características da tributação sobre determinados ativos a transforma, efetivamente, em taxaço indireta refletida nos níveis das taxas de juros.

---

20 Para uma análise do efeito das correções da tabela em níveis inferiores à inflação na década dos 70, ver GERHEIM (1982).

21 No conceito de caixa (BACEN), como já apontado, a sistemática de taxaço na fonte se revela de forma ainda mais clara, representando nos anos 80 cerca de 88% da receita do IR e alcançando 78% em 1985, quando então se tenta a adoção do sistema de bases correntes.

Mas não é apenas a forma de arrecadar que torna o IR peculiar. A estrutura da receita enseja também algumas qualificações. Inicialmente, fica evidente que o financiamento público via IR se tornou particularmente regressivo no período 1976/80, quando a tributação na fonte sobre os rendimentos do trabalho passa de 21% para 35% da receita total, sendo 28% proveniente dos assalariados ( tabela 1.8 ).

Em 1980, os efeitos das medidas econômicas conduzem a um arrocho fiscal considerável através do IR. Nesse ano, há uma disparidade acentuada dos diferentes índices de correção, que se reflete inclusive no comportamento das estatísticas de receita. Assim, enquanto a "arrecadação" do IR declina cerca de 3,7%, a receita de caixa eleva-se em 2,0%, pelo próprio efeito da prefixação da correção monetária, com reajuste da tabela em níveis bem inferiores à inflação e decréscimo substantivo das restituições, em cerca de 13% ( ver nota metodológica no anexo estatístico ) .

Isso leva a um movimento altamente regressivo na estrutura do imposto: a arrecadação na fonte sobre os rendimentos do trabalho eleva-se em 4%, basicamente em função do chamado carnê-leão (basta notar que o IR-fonte sobre os rendimentos do trabalho não-assalariado cresce 32%; contrastando com a tributação sobre o trabalho, a incidente sobre os rendimentos do capital cai 28,3% (com as prefixações e consequente fuga dos ativos artificialmente indexados, a tributação incidente sobre os juros dos títulos com correção monetária diminui 67% em relação a 1979), a sobre outros rendimentos declina 29,3% e sobre as remessas para o exterior, cerca de 7,0%. Uma vez que a arrecadação total do IR cai apenas 6,0% no ano, é claramente a tributação sobre o trabalho, responsável em 1980 por cerca de 60% do IR-fonte, que arrefece essa queda. O caráter

regressivo se expressa claramente na substancial redução do limite de isenção para o exercício de 1981, de 3,7 SMM para somente 3,0 SMM.

Esta concentração é abrandada no início dos anos 80, reduzindo-se significativamente em 1983 e 1984, também por força da recessão mas principalmente pelo aumento da taxaço sobre os ganhos de capital.<sup>(22)</sup> Neste período, o peso dos rendimentos do trabalho no total do IRPF se reduz em relação aos anos anteriores (de cerca de 56% de 1976 a 1980, passa a 46%) e alcança 26% do total do IR no período 1981/85, com uma inflexão, já apontada, em 1987.

O caráter da estrutura do imposto se revela mais claramente no contraste entre o comportamento dos recursos provenientes das diferentes fontes. O IRPF, que deveria ser a forma preferencial de arrecadação, tem uma participação declinante desde os anos 70, passando de 23% em 1972 para 11% em 1975, 7% em 1980 e apenas 3% em 1985/86, enquanto a taxaço sobre o trabalho assalariado não só está em patamar bem mais elevado como teve um peso crescente até o início dos anos 80, representando aproximadamente 24% do IR total em 1985.

Tomando-se o total do IRPF, com base nos dados constantes das declarações de rendimentos, evidencia-se uma conformação interna (ou seja, a partir das rendas e contribuintes alcançados pelo sistema fiscal, porque muitos não o são) bastante regressiva. Os números relativos ao exercício de 1984 indicam, por exemplo, que o volume total de rendimentos não-tributáveis e tributados exclusivamente na fonte (e levados à declaração) era cerca de oito vezes

22 A redução da massa salarial nos momentos recessivos não pode ser subestimada do ponto de vista de seu efeito sobre a receita. Um indicador razoável é o volume de rendimentos da célula C, com declínio real no exercício de 1984.

maior que o imposto total devido e cerca de 13% superior ao total da renda bruta nas faixas de renda mensal acima de 24 salários mínimos, que por sua vez concentravam cerca de 40% do total destes rendimentos e apenas 9% do número de contribuintes. Nota-se pela tabela 1.9 que não apenas a parcela da renda tributável diminui nas faixas mais altas de rendimento - superior a 50% da renda total nas quatro últimas faixas - como é exatamente nessas faixas que predominam os rendimentos provenientes de outras fontes que não o trabalho.

No tocante ao imposto sobre os ganhos de capital, não chegou a representar, de 1975 a 1983, mais que 9% da receita. Em 1984, no entanto, por força do Decreto-Lei nº 2.065, sua contribuição se eleva de forma expressiva, atingindo 22% do total e passando a 28% em 1985, parcela equivalente à da receita proveniente dos rendimentos do trabalho. Esta mudança é, sem dúvida, positiva do ponto de vista da equidade. No entanto, uma análise mais detalhada da elevação de 160% na receita do IR-fonte sobre os ganhos de capital em 1984 revela que esta se deveu, principalmente, à taxação sobre os títulos pós-fixados e ganhos em operações financeiras de curto prazo (basicamente, operações do mercado aberto) que se incorpora às taxas de juros, com efeitos para a economia como um todo e, especialmente, para os tomadores de crédito ( tabela 1.8 ). Ou seja, a tributação se tornou mais acentuada sobre o setor financeiro, que passa a ser um segmento importante na geração da receita fiscal, mas não propriamente sobre os aplicadores e detentores de capital. Desta forma, o fato de o IR se elevar no conjunto dos recursos públicos não se traduziu, com a mesma intensidade, em maior progressividade, atenuada pela própria sistemática de recolhimento.

Finalmente, um aspecto relevante que ressalta do exame da composição da arrecadação do IR é a posição do

IRPJ. Efetivamente, a taxaço sobre as empresas sempre ocupou um lugar destacado, sendo responsvel por no menos de 30% da receita. Em alguns momentos, como em 1975 e 1983, quando se processam alteraço nos incentivos e isenço, elevaço das alquotas ou criaço de adicionais sobre setores determinados, o IRPJ chega a representar metade da arrecadaço do imposto. Em 1984 e 1985 sua participaçõ se reduz bastante, tendo alcançado neste ltimo ano apenas 27,4%, mas recupera-se em 1986 com a semestralidade do recolhimento, atingindo 38,5% do total.

Ha vrios aspectos que relativizam o peso da tributaço sobre os lucros das empresas. Desde logo, cabe notar que esta taxaço est concentrada nas grandes empresas e, especialmente, nas S.A. . No perodo recente, o setor financeiro apresentou um crescimento particular dentro deste conjunto, sofrendo uma imposiço mais elevada que visou captar fiscalmente parte dos lucros deste segmento na recessõ( tabela 1.10 ). Diversas medidas de incentivo tornam praticamente isentas as pequenas e mdias, particularmente se ligadas a atividades tidas como prioritrias, como as exportaço. Esta caracterstica do imposto refora o planejamento tributrio enquanto dimensõ relevante da administraço, o que torna as exaço efetivas muito inferiores às alquotas nominais e possibilita o repasse e/ou pulverizaço da carga fiscal.

Uma avaliaço mais precisa da taxaço sobre as empresas, e de resto para o IR como um todo, deveria levar em conta, adicionalmente, os chamados gastos tributrios. Note-se que a importncia assumida por essas formas indiretas de alocaço de recursos, e que representam uma diferenciaço das formas de participaçõ e atendimento estatal, ensejou um levantamento mais sistemtico das diferentes renúncias fiscais ou mesmo a estruturaço de

orçamentos específicos nos países desenvolvidos, como no caso dos EUA e Alemanha ( OECD, 1984 ).

No caso brasileiro, a mensuração do conjunto de benefícios fiscais contidos no sistema se coloca como um ponto necessário à determinação não apenas do caráter desses abatimentos, deduções e isenções, como ao perfil de financiamento de importantes políticas setoriais. No sistema fiscal brasileiro, o caso dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e setorial, vinculados ao IRPJ, é particularmente relevante.

Os investimentos regionais com privilégios fiscais foram concebidos, desde o início dos anos 60, como uma forma de dinamizar as regiões norte e nordeste do país. A conformação do sistema tributário a partir de 1966 conferiu maior vitalidade a estes mecanismos, ampliando os recursos disponíveis para a SUDENE e SUDAM. Nesta fase inicial, em que a economia estava crescendo, os recursos alocados à conta do desenvolvimento regional e dos setores priorizados (pesca, reflorestamento e turismo) foram expressivos, se tomarmos por base o ano de 1970: a relação incentivos/arrecadação foi 0,95, o que equivale a dizer que para cada unidade de imposto arrecadado junto às empresas, havia outra aplicada em investimentos na órbita daqueles programas.

Os dados da tabela 1.11 permitem comparar a arrecadação e a receita (BACEN) do IRPJ aos recursos canalizados para os fundos fiscais e programas especiais no período 1970/86. Com a criação do PIN e PROTERRA, ambos com aplicações prioritárias nas regiões norte e nordeste, e com recursos provenientes diretamente do montante dos incentivos (30% do total, que ingressam como receita orçamentária e são depois transferidos ao Ministério do Interior - PIN e ao Ministério da Agricultura - PROTERRA), os fundos regionais e

setoriais - bem como as destinações específicas e pouco relevantes no conjunto dos recursos, para os FUNRES (ES), EMBRAER e MOBIL - passam a responder, no período 1972/74, por aplicações equivalentes a cerca de 50% da arrecadação total do IRPJ.

A partir de 1975, quando são reduzidos os percentuais de aplicação, os incentivos passam a representar cerca de 23% da arrecadação, nível que persiste até 1982, quando a elevação do IRPJ através de adicionais reduz a base de receita dos fundos.<sup>(23)</sup> Se tomarmos não a arrecadação bruta do imposto mas o saldo que é efetivamente creditado ao Tesouro em cada ano (receita de caixa - BACEN) e está disponível para utilização, nota-se que o volume de recursos subtraídos na forma de incentivos foi ainda mais expressivo, embora também declinante: no período 1975/82 representou, em média, cerca de 50% da disponibilidade de caixa do Tesouro à conta do IRPJ.

Um aspecto relevante aqui é o significado dos recursos do IRPJ para as regiões beneficiadas. Somando-se os valores do FINAM e FINOR aos dos programas especiais (PIN e PROTERRA), nota-se que através destes mecanismos são alocados recursos superiores aos repassados para os estados do norte e nordeste sob a forma de transferências federais regulares, até 1983. No período 1970/74 estes recursos foram, em média, 60% mais elevados que o total das transferências para as esferas estaduais, atingindo um pico em 1975, quando chegam a representar mais que o dobro dos repasses regulares. Com a substancial elevação das transferências e as revisões no IRPJ, a relação entre estas receitas diminuiu, embora os recursos incentivados e dos programas especiais permaneçam cerca de 18% acima das

---

23 A incorporação dos adicionais às alíquotas do IRPJ, em 1985, causou nova elevação dos recursos incentivados em 1988.

transferências até 1983. Com nova redução no volume de recursos a partir de 1984, sua relação com as transferências ficou em torno de 80% neste ano e 50% em 1985.

Estes dados reforçam o caráter regressivo do aparato fiscal. Por um lado, contribuem para relativizar o peso aparentemente elevado do IRPJ na geração das receitas, ao mesmo tempo em que representam possibilidades de evasão fiscal e expansão econômica acessíveis apenas aos maiores grupos. Por outro, e na medida em que movimentam recursos consideráveis, que chegam a equivaler aos concebidos no sistema regular de transferências para as regiões mais pobres, demandam uma política de inversões clara e voltada para os objetivos iniciais de desenvolvimento. Neste sentido, os poucos estudos existentes têm ressaltado múltiplos desvios que não apontam para a superação da pobreza regional e o avanço efetivo dos setores a que aqueles programas se destinam.

Na análise da equidade cabe ainda ressaltar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao perfil comparado da receita tributária. Desse ponto de vista, tomando-se a estrutura da receita fiscal brasileira e sua evolução ao longo dos últimos anos, nota-se que o imposto sobre a renda situa-se em patamar bem superior nos países desenvolvidos. Conforme os dados da Tabela 1.12, já em 1965 ele representava, em média, cerca de 35% da receita tributária bruta dos países da OECD, elevando-se a 39% em 1984. O peso do IR é particularmente relevante nos países escandinavos, que apresentam também amplos sistemas de cobertura social. Particularmente, note-se que a receita bruta envolve também as contribuições previdenciárias, o que torna as diferenças ainda mais significativas. Por outro lado, paralelamente à maior estabilidade da participação do imposto na receita total, há uma marcante concentração do IR nas pessoas físicas, que respondiam já em 1970 pela

maior parcela e que em 1984 chegam a 81% da receita total, na média dos países da OECD. Assim, ressalta o caráter eminentemente estrutural dessa característica, ligada ao próprio desenho dos sistemas tributários desses países.

No caso dos países de renda per capita próxima à brasileira, note-se que a participação do IR na receita dos governos centrais está acima da que se observa no Brasil, que cresceu acentuadamente nos anos 80. Ademais, enquanto na maioria destes países o governo central arrecada mais de 85% da receita tributária total, no Brasil a parcela federal não ultrapassa 60%. Ou seja, se considerarmos o IR sobre a receita tributária total, o peso deste imposto ficará bem abaixo do que se observa nos demais países (tabela 1.13).

Finalmente, é necessário salientar uma dimensão importante na análise da equidade do sistema, que é o conteúdo dos gastos executados com os recursos tributários, ou seja, a medida em que a execução orçamentária contribui para atenuar as disparidades sociais e a regressividade da própria exação.

Este aspecto da política fiscal coloca dificuldades específicas, que vão desde a consistência, clareza e abrangência dos dados disponíveis acerca da efetivação dos dispêndios nos diferentes níveis, até limitações pertinentes à própria natureza da análise, como a necessidade de um dimensionamento mínimo das carências e a escolha de cortes analíticos compatíveis com a peculiar conformação do setor público brasileiro. Se a evidência mais geral do reduzido alcance social dos gastos públicos está dada pela lenta evolução dos próprios índices de mortalidade infantil, desnutrição, escolaridade etc, é possível distinguir, a partir das estruturas de financiamento, espaços específicos onde esta questão se coloca.

Neste sentido, o enfoque se refere aqui à utilização dos recursos captados tributariamente ou através de contribuições, que integram o orçamento fiscal da União, estados e municípios. Cingimo-nos, portanto, à estrutura de financiamento que vimos analisando, o que implica não considerar aparatos importantes como SINPAS ( só incorporado ao orçamento geral da União com as mudanças constitucionais) e o BNH (agora incorporado à CEF), na medida em que possuem lógicas de atuação, objetivos e fontes de receita específicas.

Pode-se tomar como parâmetros para avaliar a ação social/distributiva do estado no âmbito fiscal, os recursos destinados às áreas tradicionalmente englobadas sob este título: habitação e urbanismo, trabalho, educação e cultura, saúde e saneamento, previdência e assistência social. (24) Os dados da Tabela 1.14 indicam que os gastos nestes programas representam parcela menor da despesa federal, que está concentrada em áreas ligadas à infra-estrutura e à regulação econômica, envolvendo os repasses para outros orçamentos, diversas linhas de financiamento etc. Assim, os dispêndios sociais responderam, na média do período 1970/75, por 22% do total, elevando-se a 26% do total na segunda metade dos anos 70 e alcançando 28% de 1981 a 1985. As despesas em educação e cultura e em previdência e assistência correspondem a mais de 80% destes gastos.

Cabe notar que esses dados captam com razoável fidelidade a direção da política fiscal, ainda que esta se

---

24 Está claro que esta divisão não é precisa, tendendo possivelmente a uma subestimação de recursos, ao não envolver áreas como o transporte coletivo urbano e os programas de alimentação e desenvolvimento regional, a cargo dos Ministérios da Agricultura e Transportes. No entanto, na medida em que estas atividades respondem por parcelas mínimas dos recursos destes órgãos, sua inclusão absolutamente alteraria o nível relativo da despesa social.

faça segmentadamente, com elevada participação das entidades descentralizadas. Isto porque, com base nos dados da SEST para o período 1982/85, nota-se que os repasses do Tesouro (que já constam da execução orçamentária) representam cerca de 80% dos recursos totais destas entidades no âmbito federal.

A análise da despesa por função nas esferas inferiores coloca problemas semelhantes no tocante aos dados, envolvendo dificuldades adicionais como a identificação do conjunto das transferências e em decorrência da própria descentralização, na medida em que os órgãos da administração indireta se articulam diretamente às agências federais de financiamento e/ou formulação das políticas e possuem canais próprios de geração de recursos.

De qualquer modo, o exame da estrutura e evolução dos gastos da administração direta dos estados indica dois traços básicos (Tabela 1.15): ressalvadas as peculiaridades regionais, há certa similaridade na composição relativa dos dispêndios nas diferentes regiões, com predominância das despesas em educação e em administração geral e planejamento (vale lembrar que os encargos das dívidas interna e externa se incluem nesta rubrica e perfazem a parcela maior das despesas). Juntas, estas funções representam aproximadamente 40% dos gastos.

São também relevantes em todas as regiões e em níveis relativos semelhantes, os recursos aplicados em saúde e saneamento (basicamente em assistência médica, já que na área de saneamento predominam as empresas - em São Paulo, por exemplo, cerca de 80% dos gastos do governo estadual neste item em 1986 se constituíram de repasses para aumentos de capital das entidades do setor), previdência e assistência (onde se destacam as despesas com os inativos), Defesa Nacional e Segurança Pública (policiais militar e

civil) e em transporte, onde prevalecem os investimentos em infra-estrutura viária através dos DERs. Assim, tomando-se apenas os gastos que se poderiam considerar diretamente ligados às áreas sociais, nota-se que representam cerca de 40% dos dispêndios realizados através do orçamento fiscal, concentrando-se em educação.

Um segundo aspecto se refere ao comportamento diferenciado dessas despesas no período de crise: enquanto nos estados do norte e nordeste, que são mais dependentes de recursos federais, o gasto social direto estava em 1984 num patamar superior ao verificado em 1980, no sudeste a despesa total orçamentária foi 14% inferior e os gastos em educação, saneamento etc. ficaram 19% abaixo do seu valor em 1980. Ou seja, na medida em que o peso da receita própria é relevante mas depende do nível de atividades (o ICM na região declinou 17% de 1980 a 1984 e 20% em São Paulo), os estados do sudeste e sobretudo São Paulo arcaram com elevados custos quer do ponto de vista do atendimento social deteriorado como na realização de investimentos básicos.

Análises mais abrangentes e aprofundadas da despesa pública nos três níveis, que delineem seu alcance e significado não apenas no tocante ao nível de emprego, impactos setoriais etc, mas também o caráter do financiamento das políticas, colocam-se efetivamente como condição básica ao redimensionamento em bases qualitativas das funções de cada esfera e ao posicionamento em bases mais amplas da discussão acerca da equidade do sistema fiscal.

## 1.5 - A QUESTÃO DO FEDERALISMO FISCAL

O debate acerca da centralização/descentralização financeira no setor público é indissociável da natureza e das dimensões assumidas pelas políticas públicas em cada nível de governo. Necessariamente, portanto, envolve não apenas uma dimensão econômica clara, que se expressa quer no desenho do sistema fiscal e da estrutura de gastos como na sua operacionalização, mas também uma determinação política específica, ligada ao espaço de poder que a base de recursos disponíveis confere aos executores das políticas públicas nas diferentes esferas.

Na medida em que o tema suscita posições e posturas divergentes, cabe situar inicialmente quatro aspectos básicos sugeridos pela análise da experiência brasileira e que nos parecem essenciais no sentido de ampliar o referencial das análises e das propostas em torno do assunto, essencialmente conjunturais e marcadas pela recorrente situação de insolvência das instâncias de governo envolvidas.

- Desde logo, cabe notar que não há parâmetros ótimos de referência que possam indicar, aprioristicamente, um desvio ou um nível aceitável de repartição dos recursos, sem que se tenha em conta o conteúdo das funções atribuíveis a cada esfera, que tem uma determinação ligada à dinâmica econômica. Vale dizer, o caráter e o alcance do sistema fiscal deve ser tomado em sua relação com o financiamento das políticas públicas demandadas aos estados modernos. Nesse sentido, contextos econômicos distintos comportam graus de centralização variáveis e não necessariamente perversos ou eficientes. Efetivamente, o debate relevante é o que diz respeito ao conteúdo das atividades do setor público e à adequação das fontes de financiamento num quadro macroeconômico específico.

- Em segundo lugar, a complexidade assumida pelo setor público torna o debate sobre a descentralização fiscal restrito enquanto expressão da centralização e direcionamento dos fluxos financeiros. Assim como em muitas economias latino-americanas, desenvolveram-se no Brasil grandes complexos institucionais não vinculados diretamente à esfera orçamentária. As empresas estatais produtivas e os sistemas financeiros públicos são elementos de um conjunto de relações financeiras do setor público que passam a representar, ao lado de estruturas autônomas de financiamento (como é o caso, em grande medida, do sistema previdenciário brasileiro, só agora integrado formalmente ao orçamento geral da União) uma parcela expressiva e crescente dos gastos públicos. Mais relevante se torna esse aspecto na medida em que se analisam as políticas setoriais, como as praticadas a partir dos bancos de fomento. Nesse sentido, a descentralização no âmbito fiscal é um ponto crucial e a face mais visível de uma estrutura de financiamento que é mais complexa. Efetivamente, vale lembrar que a crise fiscal que marca a trajetória recente da economia brasileira deve ser tomada num sentido mais amplo, como a cristalização dos problemas de financiamento que caracterizam a maior parte das economias latino-americanas desde meados dos anos 70, envolvendo o crescimento significativo dos seus passivos externos.

- A forma como se deu o processo de industrialização no Brasil redundou numa urbanização muito rápida e acentuou as diferenças regionais. Este é um traço fundamental e determinante tanto das estruturas de financiamento públicas como do desenho das políticas governamentais a nível federal e regional. Assim, há uma diferenciação qualitativa e quantitativa das demandas que são colocadas pelo próprio grau de desenvolvimento econômico. Vale dizer, são simultâneas as pressões colocadas pela aglomeração urbana e

pelos baixos níveis de atendimento social, àquelas relacionadas ao desenvolvimento regional (como nos estados do nordeste, norte e centro-oeste) e às frentes de expansão da própria economia (como nos estados do sul/sudeste). O equilíbrio no equacionamento das políticas e recursos respectivos é um desafio constitutivo dos sistemas de financiamento e execução das agências do setor público, particularmente problematizado nos momentos de crise econômica.

- Finalmente, e como um desdobramento do item anterior, cabe notar a indissociabilidade entre a centralização observada na área fiscal no Brasil e o padrão de intervenção estatal, concentrador dos recursos e dos instrumentos de política econômica, marcado pelo contexto político autoritário. Numa situação de progressivo debilitamento das finanças públicas, que se agrava desde meados dos anos 70 e colapsa no início dos anos 80, é só a imposição de rígidos controles sobre a autonomia das esferas subnacionais que permite, de um lado o mascaramento do desequilíbrio financeiro e, de outro e como contrapartida, a manutenção da base política de sustentação do governo a partir de numerosos expedientes especiais e repasses.

Busca-se aqui apresentar um quadro da captação e distribuição dos recursos tributários nos três níveis de governo e seus reflexos para o financiamento das políticas públicas. Esta análise se desdobra sob três aspectos básicos: o primeiro é a evolução das receitas próprias, definidas pelas competências do sistema de 1966 e que indicam o potencial de arrecadação de cada esfera de governo. Em segundo lugar, coloca-se o sistema de transferências, que visa exatamente o redirecionamento horizontal e vertical das receitas. Finalmente, apontam-se alguns reflexos da centralização para o financiamento fiscal.

### 1.5.1 - A Evolução das Receitas Próprias

O período 1967/1973 corresponde à consolidação do sistema estabelecido em 1966 e à retomada do crescimento da economia brasileira. Nesse período, as taxas de crescimento da receita tributária da União são bem superiores às taxas estaduais e próximas às dos tributos municipais. Os estados são muito prejudicados, entre outros fatores pelas isenções e créditos concedidos sobre o ICM para setores prioritários e pela gradativa redução das alíquotas do imposto: a incidente sobre as transações internas passa de 18% em 1968 para 17,5% em 1972 e 16,5% em 1973, nas regiões norte e nordeste; para o centro-sul, após uma elevação de 15% em 1968 para 17% em 1969/70, declina a 15,5% até 1973.<25> Dessa forma, a participação estadual se reduz a apenas 38% em 1972 face ao contínuo crescimento da parcela federal, que passa de 46% em 1967 para 58% em 1972/73 (tabela 1.5).

A desaceleração do biênio seguinte assiste a uma aproximação das taxas de crescimento. Arrefece o crescimento dos impostos federais, particularmente do IPI com os ajustes setoriais (o que ocasiona um pequeno declínio real da sua receita já em 1975, (cf. tabela 1.5), de forma mais acentuada do que se verifica para o ICM, cujas alíquotas são continuamente reduzidas até 1975, para todas as regiões. Dessa forma, as parcelas das três esferas se mantêm relativamente estáveis.

---

25 Apesar disso, o ICM cresce a taxas superiores ao PIB em 1972/73. Este crescimento é determinado, principalmente, pelo peso relevante do SF na receita total num momento de expansão industrial; em menor grau, pela substancial elevação da receita dos estados agrícolas com o impacto da expansão das culturas de exportação (Paraná e Rio Grande do Sul).

Numa terceira fase, que corresponde à segunda metade da década de 70 e prolonga-se até os anos 80, pode-se divisar dois momentos: o primeiro corresponderia ao período 1976/77, em que a União novamente concentra recursos, particularmente em 1976, quando a parcela federal atinge 62% da receita tributária própria. Essa elevação decorre das modificações principalmente nos impostos especiais federais e se faz em detrimento da parcela estadual, já que o IPTU e o ISS crescem a taxas bastante elevadas, particularmente nas capitais. As alíquotas do ICM vigentes em 1976 (interna, interestadual e externa), para todas as regiões, atingem seus níveis mais baixos ao longo de todo período analisado, ao mesmo tempo em que a evolução da receita já aponta a desaceleração econômica e os efeitos das medidas compensatórias, que passam por maiores concessões quer para setores tidos como prioritários para o crescimento, quanto para aqueles momentaneamente prejudicados pelo declínio das atividades.

O impasse financeiro a que foram sendo levados os estados e municípios determinou várias alterações redistributivas a partir de meados da década, dentre as quais as revisões nas alíquotas do ICM (inicialmente para as transações interestaduais e, a partir de 1979/80, também para as internas). Estas medidas transparecem mais claramente para o conjunto a partir de 1978, quando a parcela estadual recupera níveis anteriores. Desde então e ao longo dos anos 80, com o virtual esgotamento do potencial arrecadador do sistema e a crise econômica (que implicou decréscimos de receita em todos os níveis), a distribuição dos recursos tributários próprios permaneceu estável, embora concentrada na esfera federal, responsável por aproximadamente 58% dos recursos totais. A melhoria na posição relativa dos estados e municípios, que se verifica nos anos 80, se fará essencialmente a partir dos sistemas de transferência, que representam mecanismos mais imediatos de

reforço de caixa que modificações eventuais na autonomia tributária das esferas subnacionais.

Cabe notar, especialmente, que o ICM, responsável por mais de 90% das receitas tributárias dos estados, está ligado diretamente à base econômica regional. Dessa forma, São Paulo concentra cerca de 40% da arrecadação total do imposto no período (tabela 1.16). Mais que isso, a análise da evolução das parcelas regionais revela que, sendo essencialmente um imposto sobre a produção, tende a oscilações maiores exatamente para os estados mais industrializados, tanto na crise quanto na retomada. É ilustrativo, a esse respeito, o caso de São Paulo: em que pese a tendência histórica declinante da participação da região (natural, levando-se em conta a ligeira desconcentração espacial da produção), passando de 46% no período 1971/73 para 41% de 1980 a 1983 e chegando a apenas 37,5% em 1984, a parcela do estado se recupera em 1985 e 1986, quando alcança cerca de 39% do total. A concentração seria ainda maior não fossem as isenções para exportações que, de acordo com diferentes estimativas, equivalem a cerca de 20% da receita total do ICM. (28)

### 1.5.2 - O Sistema de Transferências

Analisada a evolução dos recursos de competência das diferentes esferas, cabe enfatizar o sistema de transferências, concebido em 1966 exatamente como mecanismo de redistribuição de receitas, para atenuar a centralização das competências. Essa redistribuição de recursos deveria operar tanto a nível da estrutura federativa (da União para as demais esferas, buscando o que tradicionalmente se denominou de equidade vertical), quanto no sentido espacial

---

28 Ver Bonini (1987).

(equidade horizontal). Como já se afirmou, foi em torno desse sistema que se colocaram as pressões mais vigorosas para a distribuição de receitas. A medida em que a autonomia tributária dos estados e municípios foi substancialmente reduzida, o sistema de transferências se constituiu em instrumento relevante de controle político e espaço de intervenção federal na condução das políticas públicas subnacionais, particularmente no caso dos estados mais pobres. O sistema de transferências estabelecido em 1965 envolvia participação nas receitas dos dois principais impostos federais - o IR e o IPI - a partir da constituição de fundos para os estados - FPE - e para os municípios - FPM -, além da partilha da receita nos impostos especiais. Adicionalmente, os municípios contariam com 20% das receitas do ICM e 50% das receitas do ITBI. Analisam-se aqui os principais aspectos da evolução na redistribuição dos recursos.

#### 1.5.2.1 - A estrutura das transferências

Os chamados fundos de participação, baseados na receita do IR e IPI, constituem o principal instrumento de realocação dos recursos de origem tributária entre as esferas de governo, ao longo de todo o período (tabelas 1.17 e 1.18). Drasticamente revistos em 1968 (quando os percentuais são reduzidos de 20% para 12% e é criado o fundo Especial para financiamento preferencial dos estados do norte e nordeste), são gradativamente recuperados a partir de meados dos anos 70, secundando as crescentes reivindicações não apenas por maiores recursos mas também por maior progressividade espacial, como demonstra a criação da REENE (Reserva Especial para os Estados do Norte e Nordeste). Dessa forma, seu peso se eleva de 46% em 1975 para cerca de 62% em 1980, ao mesmo tempo que as vinculações

(principalmente em gastos de capital) são abrandadas. Estas, efetivamente, conduziram em muitos casos a disfunções acentuadas na alocação dos recursos, direcionados a áreas não necessariamente prioritárias a nível local.

A evolução do volume de transferências dependerá, portanto, do comportamento da arrecadação do IR e do IPI, bem como do IULC até o início dos anos oitenta. Com o declínio das receitas tributárias federais no período recessivo (em parte deliberadamente - como no IULC - e com a exceção apenas do IR), as transferências situam-se em 1983 num nível 33% inferior ao prevalecente em 1979. Deste modo, há um forte movimento paralelo pela revisão dos percentuais dos fundos de participação, particularmente ativado com as eleições de 1982. Fixados em 20% para 1980, se elevam gradativamente até 32% da receita do IR e IPI em 1985 e 33% a partir de 1986. Com o decréscimo contínuo da receita dos impostos únicos até 1984, ocorre uma concentração ainda maior das transferências nos fundos, que representavam em 1985 cerca de 87% do total, com crescente diferenciação para os municípios através do FPM, que representava 43%, sendo 38% relativas ao FPE e 6% ao Fundo Especial.

Movimento inverso ao dos fundos ocorre com a partilha do IULC que, até meados da década dos anos 70 era, individualmente, a transferência federal mais importante. Tendo alcançado 41% do total em 1969, sua participação é declinante até 1975, em decorrência de constantes modificações nas alíquotas e base de incidência. Neste ano, as alíquotas são reajustadas e é criado o adicional do IULCLG visando o financiamento de inversões previstas no II PND. O declínio progressivo da receita do imposto conduz a substancial redução de sua importância no conjunto das transferências, alcançando apenas 2,5% em 1985 e 2,3% em 1986. Cabe assinalar que o IULCLG, ao longo de toda década dos anos 70, foi a terceira maior fonte de receita

tributária federal, com recursos só inferiores ao IR e IPI. A evolução de sua arrecadação, no entanto, é marcada de um lado pela vinculação setorial dos recursos e, de outro, pela circunstância especial de incidir sobre preços públicos de composição complexa, de que o caso dos combustíveis é o exemplo mais flagrante, mas não o único. Vale dizer, o sentido das modificações nestes tributos obedecerá também à direção desejada para a política setorial específica, paralelamente aos imperativos mais imediatos de caixa do governo federal. Isto determinou, no caso do setor de transportes, por exemplo, uma crescente desvinculação de recursos fiscais.<sup>(27)</sup>

Tomando-se o total de transferências para os estados e municípios, evidenciam-se ao longo do período dois momentos claros: inicialmente, de 1969 até meados da década de 70, há relativa estabilidade nas parcelas pertinentes aos

---

21 A posição do IULCLG no conjunto da receita tributária federal reforça claramente este ponto: do início dos anos 70 e até 1975, sua participação é declinante, passando de 15% para 8% do total; com a instituição do adicional eleve-se significativamente a arrecadação em 1978. No entanto, e contrastando com as variações dos demais impostos, a receita declina continuamente ao longo de todo o período posterior, 1977/88, situando-se neste último ano em apenas 8,7% do que era em 1978. Como notam Fagnani et alii (1988): "Na verdade, tratava-se de uma política deliberada do Governo Central de provocar reduções sistemáticas na arrecadação do IULCLG, mediante o manejo das alíquotas de cálculo do imposto. Essa política, implementada a partir de 1978, objetivava provocar dois efeitos encadeados, que beneficiariam a estratégia de centralização financeira. Por um lado, seria reduzido o montante de recursos do IULCLG transferido aos estados e municípios, visto que a política de desvinculação atingia somente a parcela de impostos vinculados a setores e órgãos sob a jurisdição do governo federal. Por outro lado, reduzindo-se a arrecadação do IULCG seria alterada, ao mesmo tempo, a participação relativa desse imposto na composição do preço final dos derivados de petróleo, criando-se uma margem para a instituição de novos tributos - não vinculados, as chamadas alíneas - incidentes sobre os derivados, cuja arrecadação se destinava automaticamente ao Tesouro Nacional" (p.38).

estados e municípios, respectivamente em torno de 70% e 30% do total de transferências. De 1975 em diante, ocorre uma gradual municipalização das transferências, que se acentua nos anos 80: os governos locais, que receberam em 1975 cerca de 28% das transferências federais, alcançaram 33% em 1980 e 46% em 1985, particularmente a partir das modificações nos fundos de participação. No tocante ao peso das diferentes transferências para os estados e municípios, há movimento similar ao já apontado para o conjunto, ou seja, de parcelas maiores relativas aos fundos. Apenas é de se ressaltar que este processo é mais acelerado para os municípios: em 1986, 94% das transferências federais para a esfera municipal vieram do FPM, em face dos 71% de 1975. <28>uu

#### 1.5.2.2 - A realocação regional

Um segundo enfoque do ponto de vista das transferências diz respeito à sua distribuição regional (tabelas 1.19 a 1.23). Esta é função, principalmente no período recente, dos critérios de partilhas dos fundos; em menor grau e até 1979/80, do IULCLG e da TRU. No caso dos fundos de participação, não só o FPE é distribuído na razão inversa da renda "per capita", em favor dos estados mais

28 Não consideramos aqui a arrecadação concedida pela União na forma do IR-fonte do funcionalismo estadual e municipal, que representa uma importante receita especialmente para os estados das regiões mais desenvolvidas, que têm folha salarial mais elevada e não se beneficiam no sistema regular de transferências. Em 1984, os recursos a este título equivaleram a 13% e 3%, respectivamente, do total das transferências federais regulares para os estados e municípios, concentrando-se no Sul e Sudeste, que responderam por 83% da arrecadação concedida à esfera estadual e 81% da concedida aos municípios. Neste ano, o IR-fonte representou 1,5% da receita líquida (excluindo operações de crédito) do estado de São Paulo (face a 0,3% do FPE), e 1,8% em Minas Gerais, chegando a 5% no Rio Grande do Sul (aqui evidenciando um possível sobredimensionamento da máquina estadual).

pobres, como a REENE destina, especificamente, recursos para a região. O FPM privilegia os municípios do interior, que recebem 80% dos recursos, e é distribuído de acordo com a população, o que eleva as parcelas das regiões sul e sudeste.<sup>(28)</sup> Já o FE, baseado em projetos apresentados à SEPLAN/PR, tem favorecido os estados mais pobres, que representam sua linha prioritária de atenção. Tanto a partilha do IULC como a da TRU e do IUEE (cuja importância cresce no período recente) favorecem os estados mais ricos; no caso dos impostos únicos, é decisivo o peso do consumo de energia elétrica e dos combustíveis, enquanto para a TRU (extinta em 1985 e substituída por um imposto de competência estadual, o IPVA), devido a vinculação acentuada na aplicação dos recursos (do total do tributo, 14% destinavam-se ao FNDU, 26% ao DNER e 60% eram transferidos; destes, 10% se destinavam aos municípios e o restante estava ligado à definição de convênios junto à EBTU), a tendência se deve à postulação naturalmente maior de recursos para investimentos nas áreas urbanas do sul e sudeste.

As tabelas 1.19 e 1.20 indicam o peso das diferentes partilhas na distribuição regional. No caso dos estados, nota-se que as regiões mais pobres dependem essencialmente dos fundos (FPE e FE), responsáveis em 1985 por aproximadamente 90% dos recursos transferidos para o Norte e Nordeste. Já para as regiões Centro-Oeste e Sul, a parcela relativa aos impostos únicos e demais repasses equivaleram a 20% e 35%, respectivamente, enquanto no SE os fundos equivaleram a apenas 52% dos repasses. Especificamente para São Paulo, as receitas provenientes dos fundos de participação são inferiores às demais, representando apenas 33% do total.

---

28 A regressividade regional da partilha para os municípios revela-se particularmente no caso das cidades médias, com menores índices de receita per capita (Afonso & Lobo, 1987).

É clara a predominância do FPM no tocante aos municípios. Em todas as regiões e especificamente nos anos recentes, esta partilha constitui a maior fonte regular de recursos federais. Em 1985, representou cerca de 90% das transferências para os municípios do Norte, 96% no Nordeste e 90% também para o conjunto das prefeituras do Sudeste. Entretanto, o peso das transferências federais é bem superior no caso das localidades mais pobres, uma vez que a partilha do ICM, que representa a parcela maior dos repasses nas áreas mais desenvolvidas, depende do dinamismo das economias regionais.

De todo modo, evidencia-se ao longo do período uma progressiva concentração da sistemática de transferências regulares em torno dos dois impostos federais de maior abrangência e com regras de repartição mais claras, com o gradual esvaziamento das demais transferências. A definição de normas mais equitativas para a partilha destes recursos teria elevado a disponibilidade de receitas das regiões mais pobres, como se depreende da evolução das transferências para os estados e municípios.

Tomando-se o total dos repasses constitucionais (transferências aos estados e municípios), nota-se ao longo do período 1970/85 dois movimentos: inicialmente, há certa concentração das transferências nos estados mais ricos, que se prolonga até 1975/76; a partir daí cresce a parcela destinada aos estados do Norte e Nordeste. Assim, de 1967 a 1972 a região Sudeste recebeu, em média, cerca de 34% dos recursos totais, parcela similar à dos estados nordestinos. Com a desaceleração da economia e a ligeira perda de posição dos fundos de participação até meados da década, a estrutura se torna mais regressiva, num processo que se agrava até 1975, quando a região mais rica recebeu 39% das transferências, face a 29% do Nordeste. Na medida em que vão sendo fortalecidas as estruturas de repasses, as regiões

mais pobres passam a uma posição predominante: as transferências totais para os estados do Norte e Nordeste passam de 39% em 1975 para 45% já em 1978, 50% em 1981 e alcançam 53% do total em 1985 (tabela 1.21).

Este movimento redistributivo que se verifica a partir de meados dos anos 70 é mais acentuado no âmbito estadual (tabela 1.22). Os estados do Norte e Nordeste, que retinham em média 43% do total transferido de 1970 a 1975, passam a 47% em 1978, 56% em 1981 e chegam a 65% em 1985, face a 8% e 20%, respectivamente, para as esferas estaduais do Sul e Sudeste. Em contraste, este processo sofre um refreamento pelo lado das transferências para os municípios, essencialmente em função dos critérios de partilha do FPM que, como já apontado, cresceu acentuadamente no conjunto das transferências nos anos 80. A parcela relativa das prefeituras do Norte e Nordeste se eleva em apenas 8% do total de 1975 a 1985, passando de 38% para 41%, enquanto os municípios do Sudeste e do Sul responderam por 51% da realocação total (tabela 1.23). Ou seja, a municipalização do sistema, na ausência de uma revisão dos critérios de distribuição da arrecadação, não trouxe benefícios significativos para as regiões mais carentes.

A contraface da distribuição regional, do ponto de vista das estruturas de financiamento, é a importância dos recursos transferidos para as esferas receptoras. A tabela 1.24 apresenta os indicadores de dependência dos governos estaduais em relação às transferências da União (tomados como a razão entre as transferências e a receita tributária

própria). (30) Naturalmente, esta vai se revelar mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste, particularmente em estados mais pobres como Acre, Piauí e Maranhão, que em 1985 tiveram receitas de transferências equivalentes, respectivamente, a 1.124%, 188% e 197% das suas receitas tributárias próprias. Para o conjunto dos estados nordestinos, essa relação ficou em 50% de 1980 a 1984 e chegou a 60% em 1985, contrastando com os níveis bem inferiores observados no sul/sudeste, entre 6% e 9%.

A evolução desses indicadores, embora apresente obviamente particularidades regionais, está ligada às mudanças que se verificaram para o conjunto da estrutura tributária ao longo do período. Num momento inicial, o forte crescimento da economia eleva as receitas estaduais e as transferências, pela elevação da arrecadação dos tributos indiretos do governo federal. Já em 1973 institui-se uma partilha para a TRU, com o que se elevam as transferências para os estados do centro-sul. Na medida em que o ímpeto da economia arrefece (as taxas de crescimento do PIB passam de 13% e 15% em 1972/73 para 8% e 6% em 1974/75) declinam também a arrecadação do ICM e o volume de transferências.

Os ajustes realizados em 1975/76 vão implicar um substancial crescimento dos repasses federais para os estados, que se elevam 41% em 1976, contrastando com a queda real na receita tributária de alguns estados, como São Paulo. Nesse ano, efetivamente, são alcançados os índices mais elevados de transferências relativamente às receitas próprias de todo o período. Mas o sistema de transferências, assentado em grande medida em tributos indiretos, se

---

30 Como a receita tributária está sendo considerada bruta das transferências para os municípios, que equivalem em média a 20% do total, esta relação subestima a dependência do ponto de vista da disponibilidade efetiva de recursos, mas é expressa com precisão pela ótica da capacidade arrecadadora dos estados.

ressente das menores taxas de crescimento da economia; ao mesmo tempo, alguns impostos têm sua potencialidade esvaziada por numerosas isenções e créditos-prêmio, quer por força da própria desaceleração, quer por sua inserção em setores de interesse, como o exportador, ou aqueles contemplados no II PND. Assim, de 1977/78 até 1984, o volume de recursos transferidos declina continuamente: nesse ano, a receita do IPI equivalia a apenas 41% do que fora em 1978, enquanto as transferências eram 32% menores no conjunto e 55% menores no caso de São Paulo. Esse movimento só seria revertido em 1985, pelo crescimento conjunto do IR e IPI - 37% - e pelos percentuais mais elevados na composição dos fundos, resultando num acréscimo de 42% no volume de transferências federais.

É interessante notar que no período de crise, no início dos anos 80, é o crescimento do IR que sustenta o patamar de transferências, em face da elevação da arrecadação na fonte, sobre os rendimentos do trabalho e sobre o setor financeiro. Por outro lado, nota-se também que a queda nas receitas próprias dos estados, sendo inferior à verificada para as transferências federais, leva a uma ligeira redução nos indicadores de dependência; o nível mais baixo dessa relação, entretanto, retrata antes o esgotamento do sistema montado em 1965, diante da queda geral da arrecadação tributária, que a melhoria da posição financeira das esferas regionais.

Depreende-se do comportamento recente que a base econômica é o componente central para determinar a dependência das esferas inferiores em relação ao governo federal. Isto se evidencia claramente quando se nota que a retomada do crescimento em 1985 foi acompanhada de aumentos expressivos do ICM nos estados mais desenvolvidos (20% no sul e 19% no sudeste), próximos à elevação nas transferências, respectivamente de 23% e 22%; já nas regiões

mais pobres o acréscimo nos repasses federais é muito superior ao incremento das receitas próprias (na região nordeste a receita tributária cresceu 17%, face a um aumento de 33% nas transferências).

Esse quadro é bastante indicativo da centralidade da questão regional, anteriormente citada, para a formulação da política fiscal num sentido amplo.

#### 1.5.2.3 - A disponibilidade de recursos

O terceiro aspecto ligado à operação do sistema de transferências diz respeito à disponibilidade de recursos para os estados e municípios, ou seja, à parcela de receitas que efetivamente compõem a capacidade de gasto dessas esferas (tabelas 1.25 a 1.27).

Esta disponibilidade decorre diretamente das oscilações nas receitas próprias e na sistemática e volume das transferências. Dessa forma, evidencia-se um movimento de concentração até meados da década, atenuado a partir de 1977 com as revisões nos fundos e que beneficia especialmente os municípios no período recente. A descentralização se acelera em 1984/85: neste último ano a União retém 45% da receita total, frente a 48,5% em 1983. Na média do período 1980/83, as transferências para estados e municípios representaram cerca de 13% da receita tributária federal; já em 1984, por força de modificações nos percentuais de repasses, esta relação se eleva, atingindo 19% em 1985 e 26% em 1986.

Os mecanismos regulares de redistribuição de recursos, que se destinam à equalização horizontal e vertical no sistema, redirecionam menos de 20% da receita

tributária total (já considerando as transferências estaduais aos municípios), sendo preponderante a parcela federal. Dessa forma, a distribuição regional dos recursos disponíveis retrata, essencialmente, as diferenças das bases econômicas, em que pesem as revisões nos esquemas de transferências, que significaram uma maior redistribuição nos anos recentes.

Os dados da tabela 1.26 indicam que de 1967 a 1975 os estados do Norte e Nordeste retinham cerca de 14% do total de recursos. Esta parcela se eleva gradativamente no período 1976/80, alcançando 25% em 1985. A região sudeste, embora dispondo sempre de mais de 50% dos recursos, tem peso declinante ao longo de todo o período, o que se explica essencialmente pela evolução das receitas do Estado de São Paulo. Essas mudanças na disponibilidade estadual decorrem de dois movimentos, das receitas próprias e das transferências federais, na mesma direção: a região sudeste apresenta declínio de 13% na receita total de ICM de 1975 a 1984; paralelamente, decresce em 43% o volume de transferências para a região (69% no caso de São Paulo), devido não só ao menor volume global destas mas aos critérios de partilha regional dos recursos federais. Note-se que as regiões sul e sudeste passam de 54% no total das transferências federais em 1975, para apenas 28% no biênio 1985/1986. Isto indica um redirecionamento substantivo de receitas federais ao nível estadual.

No caso da esfera municipal, as regiões mais desenvolvidas concentram a maior parcela dos recursos, ao mesmo tempo em que o movimento de desconcentração não apresenta a mesma intensidade observada para os estados: de 1967 a 1975, os municípios do sul e sudeste retêm cerca de 80% das receitas disponíveis. Ao longo do período posterior, a parcela dos municípios nordestinos se eleva, mas

lentamente: de 15% em 1976 passa a 17% em 1980 e 19% em 1985 (tabela 1.27).

### 1.5.3 - Os Reflexos da Centralização Fiscal

A análise da evolução das receitas tributárias e da operação do sistema de transferências envolve o trânsito regular de recursos tributários entre os níveis de governo e as diferentes regiões, a partir das definições constitucionais. Resulta deste enfoque um traço relevante, que é a constatação da concentração de recursos na esfera federal, mas também de avanços significativos de redistribuição no período recente. Esta concentração não se deu apenas nas receitas mas também indiretamente via vinculações dos gastos e controles sobre formas alternativas de financiamento da administração direta e indireta. A crise fiscal que se agrava desde meados dos anos 70 vai colocar, entretanto, a necessidade de reestruturar o financiamento e o gasto de todas as esferas de governo. Vamos situar aqui três aspectos que caracterizam esse processo.

1. As transferências federais aos estados e municípios não se resumem àquelas reguladas constitucionalmente. Além dos repasses referentes a programas específicos, realizados através das instituições financeiras oficiais - como nas áreas de saneamento e habitação, por exemplo - criaram-se numerosos fundos e programas a partir de recursos orçamentários que dão origem às chamadas transferências negociadas.

A análise desses mecanismos é mais complexa, na medida em que há um envolvimento decisivo da administração descentralizada e multiplicidade de fontes de financiamento.

Assim, tanto os projetos e empréstimos podem ser negociados diretamente pelos órgãos da administração direta responsáveis a nível regional por áreas determinadas, como as transferências se efetivarem diretamente para as unidades executoras. Vale dizer, esses recursos não têm um trânsito necessário pelo orçamento da administração direta.

A base de recursos dessas transferências a partir do orçamento são as numerosas contribuições criadas pelo governo federal e que, não caracterizadas juridicamente como tributos, não são submetidas aos critérios das demais transferências. Efetivamente, as chamadas "outras receitas" cresceram acentuadamente no conjunto das receitas federais: representavam apenas 3% da receita total em 1968, passam a 12,5% em 1976 e alcançam 28% em 1985. A receita da contribuição para o FINSOCIAL representou em 1986 cerca de 6% da receita de caixa do Tesouro, sendo inferior apenas aos dois maiores impostos federais, o IR e o IPI (tabela 1.31).

Os dados relativos ao período 1975/83 indicam que estas transferências cresceram para o conjunto dos estados mas especialmente para os nordestinos. Na medida em que a distribuição dos recursos e as aplicações não estão submetidos a critérios explícitos, esses instrumentos se prestam à utilização por vezes diversa ou secundária em relação aos seus objetivos iniciais, quando não abertamente em função de critérios estritamente políticos. Nesse sentido, esse movimento não representou apenas a tentativa da União em atenuar a perda de receitas tributárias como constitui-se num elemento importante de controle político sobre o financiamento e os gastos das demais esferas.<sup>(31)</sup>

---

31 Uma estimativa dessas transferências a partir dos dados do IBGE está em Afonso (1988 b).

2. Uma segunda dimensão também ligada à estrutura de financiamento diz respeito ao endividamento, que reflete a escassa capacidade de geração de receitas compatíveis com os seus programas de investimento e mesmo despesas correntes.

Tomando-se apenas as operações de crédito da administração centralizada dos estados, nota-se que para o conjunto destes o recurso à dívida foi crescente até meados da década de 70, chegando a 16% da receita total em 1975. Embora a importância das operações de crédito diminua a partir daí, com a imposição de controles mais rigorosos por parte do governo central, o nível de endividamento permanecerá num patamar mais elevado relativamente ao início da década de 70, ficando em torno de 10% em 1983/84 (tabela 1.28).

O processo de endividamento é controlado a nível federal pelo BACEN, SEPLAN e de forma mais acurada ao nível do Tesouro com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional em 1986, no Ministério da Fazenda. Note-se que medidas envolvendo a rolagem da dívida pública mobiliária, a ampliação de prazos e limites à emissão de títulos e tomada de empréstimos externos e internos, serão pontos com importância crescente nos programas conjunturais de saneamento, representando em muitos casos desaforos tão ou mais significativos que modificações estritamente tributárias.

Embora o recurso às operações de crédito represente uma alternativa mais factível aos estados mais ricos, com maior autonomia e capacidade de geração de recursos, as informações disponíveis revelam que elas se constituem em fontes relativamente mais importante para certos estados nordestinos que para São Paulo; por exemplo. Tomando-se os dados regionais, nota-se que nos anos 80 os

governos do nordeste e do sul se valeram mais do endividamento que os demais: no período 1981/84, essa alternativa representou 13% e 17%, respectivamente, da receita total. Esses dados agregados não dão idéia, entretanto, da gravidade em alguns casos particulares, em que os acréscimos relativos de dívida superam o observado para o conjunto: na média do período, as operações de crédito representaram 16% da receita total na Bahia, 18% no Rio Grande do Sul e Paraíba, 20% no Mato Grosso (principalmente em função do endividamento de 1984, quando as operações de crédito chegaram a 40% da receita total) e 21% em Santa Catarina. Confrontados com a capacidade de pagamento dessas administrações revela-se um sobreendividamento que compromete estruturalmente a execução das políticas públicas: no Rio Grande do Sul, por exemplo, a tomada de empréstimos e emissão de títulos equivaleram a 35% da receita tributária em 1984.

Há três aspectos que marcam o endividamento das esferas subnacionais e, principalmente, a diversidade de situações (tabela 1.30). Em primeiro lugar, a emissão de títulos é um recurso de utilização predominante dos estados mais ricos, em função dos limites impostos por resoluções do Senado e dos controles do BACEN. Em São Paulo, particularmente, a emissão de títulos do Tesouro estadual representou 70% do endividamento de 1981 a 1984 e chegou a 88% em 1985. Para os demais estados, à exceção de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, a componente

mobiliária da dívida é menos significativa que as operações correntes de crédito interno e externo. (32)

A face não-mobiliária do endividamento é predominantemente interna e está ligada principalmente às instituições oficiais de crédito e aos repasses através dos diferentes fundos federais para o financiamento de programas específicos, quer na área social como em infra-estrutura. A sistemática de operações desses mecanismos tem levado a uma contínua rolagem das dívidas junto aos órgãos financiadores (mesmo porque não se incluem no controle federal, sendo consideradas dívidas extra-limite). Este aspecto é particularmente claro quanto se tornam as operações de crédito dos bancos comerciais oficiais, dos bancos de desenvolvimento e do BNDES (tabela 1.39 a 1.40). Há efetivamente, um progressivo envolvimento dessas instituições no financiamento dos governos estaduais e municipais. Do ponto de vista dos seus empréstimos nota-se uma progressiva concentração junto ao setor público não-financeiro, que é paralela à que se verifica para o conjunto do sistema financeiro nos anos 80, principalmente no caso dos bancos comerciais. No BNDES, esse segmento passa de 26% do fluxo de empréstimos em 1978 para 32% em 1982 e 46% em 1986. O peso do BNDES é relevado, indiretamente, se considerarmos o movimento muito mais intenso que se verifica ao nível dos bancos estaduais, cujos empréstimos ao setor público não-financeiro passam de 28% em 1978 para 57% em

32 No início de 1987 a dívida mobiliária total dos estados equivalia a 13% da dívida mobiliária federal em poder do público. Aproximadamente 70% do total concentra-se nos estados do sudeste - sendo 34% em São Paulo - e 20% correspondem ao estado do Rio Grande do Sul. A dívida mobiliária total dos governos estaduais corresponde a 35% da sua dívida interna; do restante, correspondendo a obrigações junto às instituições financeiras, 48% estão no nordeste, 28% nos estados do sudeste e 14% na região sul. No tocante aos municípios, apenas São Paulo e Rio de Janeiro possuem títulos em circulação, mas que correspondem apenas 21% e 18%, respectivamente, da sua dívida total (tabela 1.30).

1983 e 61% do fluxo total em 1986, com peso crescente das entidades de serviços públicos estaduais. Desta forma, o segmento público não-financeiro passou de 19% para 30% do ativo total do BNDES e de 28% para 57% nos BDs, no período 1978/86.

Esse quadro revela a presença crescente das instituições de fomento (e, de uma forma mais geral, do BNDES) na manutenção dos gastos das empresas públicas e, indiretamente, da própria administração central nos três níveis de governo. As grandes obras de infra-estrutura estaduais, em particular na área de transportes urbanos, passam a ser objeto de financiamento via BNDES, da mesma forma que cresce a importância financeira dos programas sociais do banco. Essa tendência reforça o deslocamento das ações de governo para as entidades descentralizadas.

Vale notar, os desembolsos especificamente industriais do BNDES são declinantes como proporção do total de 1981 até 1985, com uma nítida inflexão negativa em 1983 e certa recuperação em 1986. Declinam particularmente os desembolsos na área de energia elétrica e, em menor grau, na siderurgia, onde tradicionalmente o BNDES se colocou como promotor. Em contrapartida, os gastos em infra-estrutura são crescentes no período 1981/85, passando de 13,0% para 25,7% do total. Nesse conjunto, destacam-se a infra-estrutura urbana e a área de transportes e armazenagem. Finalmente, destacam-se os desembolsos do FINSOCIAL, que em 1983 e 1984 chegaram a representar 15% das aplicações do sistema, concentradas em auxílios a pequenos produtores rurais e programas de alimentação.

A crise fiscal se coloca aqui com um rebatimento específico, ensejando o deslocamento dos empréstimos no sentido de sustentar gastos básicos de infra-estrutura,

inviabilizados ao nível federal e estadual, além de agenciar recursos com significado crescente nas áreas sociais.

Da mesma forma que o BNDES, o BNH passa a ser um elemento-chave dos gastos das esferas subnacionais, alavancando os investimentos em infra-estrutura urbana (e que representaram efetivamente uma destinação crescente dos recursos do banco, no âmbito de diferentes programas - com destaque para o PLANASA - e mesmo uma alternativa empresarialmente mais interessante que os empréstimos habitacionais). A gravitação financeira do BNH se expressa também no peso que as obrigações junto ao banco assumem no passivo dos bancos estaduais/regionais de desenvolvimento e principalmente para os bancos comerciais oficiais. No caso dos BDs os repasses respondem em média por 9% do passivo total nos anos 80, enquanto para os bancos comerciais passam de 20% em 1980 para 27% em 1985.

O endividamento externo, por sua vez, não representou a norma das administrações diretas, mas foi importante em determinados casos, principalmente na realização de obras de infra-estrutura financiáveis por organismos oficiais e através dos incentivos à utilização da resolução 63 a partir de 1981.<sup>(33)</sup> De qualquer modo, o endividamento externo também envolveu o governo federal, enquanto avalista e garantidor das obrigações, gerando

---

33 A dívida externa das administrações estaduais - cerca de US\$ 4,5 bilhões - corresponde a 33% da sua dívida total, sendo 28% do nordeste, 31% no sudeste e 19% nas regiões sul e centro-oeste. Se para a maior parte dos estados esta alternativa não se constitui na principal fonte de endividamento (notando-se que há geralmente o aval do governo federal, o que vai pressionar as contas da União nos anos recentes), há níveis particularmente críticos em estados do nordeste, onde as obrigações externas representam mais de 50% da dívida total. No caso dos municípios, São Paulo e Rio de Janeiro concentram 72% da dívida externa das capitais brasileiras (tabela 1.30).

pressões sobre a execução financeira do Tesouro Federal nos anos recentes.

Um segundo aspecto na questão do endividamento está ligado à descentralização do setor público em todos os níveis, determinando o engajamento das empresas e fundações em programas financiados interna ou externamente, principalmente nos investimentos de infra-estrutura. Nos estados mais desenvolvidos, efetivamente, a dívida concentra-se no segmento empresarial, ligando-se particularmente aos setores elétrico, de transportes, saneamento básico e habitação. A contrapartida financeira para a administração direta colocou-se nestes casos, principalmente, ou a partir das transferências para cobertura das despesas de custeio ou na capitalização das empresas.

Um terceiro aspecto central à situação financeira dos estados, explicitado claramente em 1986 com a intervenção federal em 6 bancos estaduais insolventes, diz respeito exatamente à crescente importância assumida pelas entidades financeiras estaduais, quer no repasse de recursos, quer no atendimento recorrente às demandas do setor público regional, que levaram à deterioração patrimonial de muitas instituições.

É evidente que o endividamento junto ao sistema financeiro interno ou externo e junto ao público é possível a qualquer entidade com capacidade de geração de receitas presentes ou futuras, o que vale também para os Tesouros estaduais e municipais. O comprometimento crescente do financiamento das atividades da esfera fiscal através da dívida, entretanto, coloca em risco a continuidade e o próprio caráter dessas atividades, introduzindo restrições à utilização social dos recursos fiscais. O período recente assistiu a este comprometimento e à deterioração dos

serviços públicos, resultantes em grande medida da queda da receita fiscal, de que a centralização aparece apenas como a face mais imediata, do ponto de vista das esferas subnacionais.

3. Finalmente, o esgotamento e a centralização do financiamento fiscal colocam implicações claras para o perfil e a institucionalidade das políticas públicas. Por um lado, o estreitamento das bases de financiamento, na ausência de reformulações mais abrangentes quer na estrutura da receita - com o alargamento do imposto de renda e a extinção do elevado número de incentivos fiscais e créditos - prêmio - quer na despesa - onde persistem subsídios e transferências discutíveis (paralelamente aos pesados encargos da dívida mobiliária do governo federal, que mesmo num ano favorável como 1986 alcançaram cerca de 26% da receita tributária da União), além de gastos adicionais determinados pela ineficiência da máquina administrativa - e sua dimensão reduzida frente ao conjunto de demandas colocadas ao Estado, determinaram quer a realocação dos gastos em setores específicos como a incorporação de muitas despesas de caráter fiscal em outras instâncias.

No primeiro caso, de mudanças na execução setorial das despesas, note-se a crescente execução das políticas sociais fora do orçamento fiscal, que é efetivamente uma característica marcante do perfil das políticas de proteção social brasileiras e que envolve inclusive três sistemas independentes, institucional e financeiramente, nas áreas de habitação e saneamento básico (com o antigo BNH, hoje incorporado à Caixa Econômica Federal), previdência e assistência social (que ao longo dos últimos anos concentrou também os gastos com assistência médica e que passa à órbita orçamentária de acordo com a nova Constituição, integrando o chamado orçamento da seguridade social) e num fundo patrimonial dos trabalhadores, gerido pelo BNDES e que se destina ao

financiamento industrial, sem ter conseguido até aqui alcançar suas supostas metas sociais. No segundo caso, na medida do agravamento da crise de financiamento da economia, ampliam-se consideravelmente as políticas de fomento executadas a partir do próprio Banco Central, contribuindo para obscurecer as relações institucionais e o seu registro contábil. Nessa área houve importantes avanços recentes, consolidados na diferenciação, para o exercício de 1988, de um orçamento das operações oficiais de crédito, no âmbito do orçamento da União. (ver item 2.6.5)

Um traço peculiar dessa configuração financeira é a gradativa transformação dos orçamentos fiscais em orçamentos de gasto corrente, onde se avolumam necessariamente de um lado os gastos com pessoal e de outro os encargos financeiros. Como se depreende da tabela 1.38, os níveis de investimento da administração direta estadual são decrescentes como proporção da despesa total, principalmente se comparadas às transferências de capital. Os gastos de custeio e com transferências correntes representaram em 1986, parcela superior a 70% da despesa dos governos estaduais.

Nesse contexto, a centralização dos recursos conduziu por sua vez a uma inevitável centralização das políticas públicas, especialmente no caso dos estados financeiramente mais débeis. Esta circunstância foi agravada pela vinculação das transferências e pelo crescimento das transferências negociadas. No período recente essas obrigatoriedades foram reduzidas, até pelos efeitos negativos nos próprios programas que buscavam privilegiar. A acentuada fragmentação do setor público e a criação de diferentes fundos específicos de financiamento, reforçaram a determinação federal na execução dos principais programas dos governos estaduais e locais, amplificando

inequivocamente a componente política no relacionamento entre os diferentes níveis de governo.

A demonstração inequívoca de que este é um processo de esgotamento das potencialidades do sistema fiscal como um todo, e não apenas dos governos estaduais e/ou municipais, está no declínio acentuado dos gastos de investimento da própria União, que é significativa nos anos 60: de 1980 a 1984 reduzem-se cerca de 40% (tabela 1.37).

## 1.6. A DESFIGURAÇÃO ORÇAMENTARIA E O FINANCIAMENTO DAS POLITICAS PUBLICAS

A noção de orçamento sempre ocupou uma posição central no estudo do setor público. Isto não decorre somente do fato de que o processo orçamentário envolve uma parcela importante das atividades do estado, a ele tradicionalmente submetidas, mas também porque se constitui na base para a estruturação de conceitos elementares à teoria das finanças públicas.

A dimensão substantiva da orçamentação, que lhe empresta conteúdo e que está na essência do seu desenvolvimento histórico nas economias desenvolvidas, entretanto, é representar o espaço por excelência da discussão e do controle das políticas públicas e, em particular, do seu financiamento.

Esse caráter de transparência que se busca traduzir pela idéia de orçamento é na verdade extensível ao conjunto das atividades do setor público. Ou seja, os determinantes básicos que ensejam a estruturação de instrumentos de controle e planejamento como o orçamento, não estão presentes apenas para aquelas atividades estatais desenvolvidas estritamente a partir de recursos orçamentários.

Neste sentido, há duas qualificações que nos parecem pertinentes e que estão ligadas de um lado à abrangência e, de outro, à efetividade dos mecanismos orçamentários de controle.

No tocante ao primeiro aspecto, cabe inicialmente reter a essência da idéia de orçamento como referencial básico. Parece, por outro lado, possível e necessário

relativizar o peso dos procedimentos formais/correntes de orçamentação, quando se tem em conta a dinâmica de expansão e acentuada diversificação dos estados modernos nas últimas décadas.

Vale dizer, o estado moderno assume funções distintas que lhe são colocadas pela própria dinâmica da economia e que se materializam institucionalmente sob formas específicas.

No caso brasileiro, por exemplo, delineamos anteriormente cinco estruturas básicas de financiamento, articuladas a conjuntos particulares de políticas públicas. Nesse contexto, em que a atividade estatal aparece efetivamente como o resultado complexo das interações desses segmentos heterogêneos, coloca-se para as instâncias e mecanismos de controle a necessidade de adequação ao movimento e ao conteúdo da expansão, diversificação ou retraimento da ação estatal.

Esta questão é extremamente pertinente e pouco desenvolvida nas análises e na operação do setor público brasileiro. O acompanhamento das empresas produtivas federais, por exemplo, seu financiamento e projetos de expansão, dificilmente poderá se dar nos mesmos moldes daquele exercido sobre os gastos do executivo via administração direta. Desde logo, não se trata apenas de distinções formais ou jurídicas entre as entidades, mas de presenças econômicas e institucionais que ensejam condicionamentos e objetivos próprios e estas instâncias.

A constituição de conselhos de investimento no âmbito do setor produtivo estatal ou o estreitamento das relações entre os bancos comerciais e oficiais e de fomento, por exemplo, representam pontos de uma pauta ainda

incipiente, que deverá necessariamente se ampliar no contexto do debate sobre a modernização do Estado.

A segunda dimensão que se coloca no tocante ao controle da ação estatal diz respeito não só à descaracterização/inoperância das sistemáticas já existentes e ligadas às instâncias tradicionais do setor público, como a esfera fiscal, mas a diferentes processos/formas de descontrole dos mecanismos de financiamento e das políticas públicas, determinadas quer pela natureza das atividades envolvidas, quer pelas pressões sobre as estruturas de financiamento do setor público. Assim, a descaracterização orçamentária transparece sob diferentes aspectos no âmbito das contas fiscais, colocando-se tanto do ponto de vista da conformação interna do espaço fiscal quanto das relações deste com os demais mecanismos de financiamento público. Sintomas claros deste processo são as mudanças a nível da própria receita orçamentária e a redução relativa do orçamento fiscal frente aos demais, com a execução extra-orçamentária das políticas sociais tornando-se predominante.

Procuraremos abordar aqui diferentes aspectos desse processo no caso do sistema fiscal brasileiro. Inicialmente, nota-se a expansão das entidades descentralizadas de dispêndio, enfocando especificamente aquelas do próprio âmbito fiscal. Em seguida, apontam-se as mudanças da estrutura da receita federal, a execução extra-orçamentária das políticas sociais, e a privatização das políticas públicas, que se dá sob diferentes aspectos. Finalmente analisam-se mudanças institucionais recentes, que ampliam, não só a transparência das contas públicas e das relações entre Tesouro Nacional, Banco Central e Banco do Brasil, como o próprio espaço fiscal no conjunto de financiamento público.

### 1.6.1 - As Estruturas Descentralizadas de Dispêndio

O financiamento público no Brasil se afastou claramente da noção de orçamento ao longo dos últimos anos. Não se trata aqui do processo formal de orçamentação enquanto instrumento de previsão de receitas e despesas, mas da ausência e/ou inoperância de instâncias de discussão e acompanhamento das políticas públicas.

A excessiva fragmentação da ação do Estado brasileiro, em que não há efetivo controle social das diferentes entidades e coordenação das políticas executadas pelas distintos segmentos do setor público, implicou menor transparência das estruturas de recursos e dispêndios. Esta característica é comum às diferentes esferas de financiamento e nos três níveis de governo, ainda que a referência corrente esteja centrada nas estatais federais.

Desde logo, a face mais imediata deste processo se refere à expansão do próprio número de entidades descentralizadas, que se revela particularmente acentuada na década de 70. Efetivamente, a própria reforma administrativa de 1967 incentivou a descentralização do setor público, ao abrir possibilidades de organização dos serviços públicos fora da chamada administração direta, buscando operacionalidade similar à do setor privado.<sup>(34)</sup> Desta forma, não apenas se constituíram muitas novas empresas no âmbito da estratégia de crescimento e tendo em conta a reestruturação dos sistemas de financiamento, como muitos departamentos e autarquias se transformaram em empresas, como a ECT e a Portobrás.

Nos estados e municípios, as empresas se constituíram principalmente em torno de serviços públicos

<sup>34</sup> Estes pontos são abordados em Wahrlich (1980).

essenciais como saneamento, transporte e planejamento urbano, habitação popular, abastecimento e energia elétrica; no âmbito federal, permaneceram e se fortaleceram os segmentos de infra-estrutura e os produtores de insumos básicos, integrados a outros setores da indústria, paralelamente ao desenvolvimento das telecomunicações e indústrias específicas como a aeronáutica. Esta inserção diferenciada determina evoluções distintas das estruturas de financiamento das empresas nos diferentes níveis de governo.

Esse processo de fragmentação foi intenso até meados da década de 70, principalmente a nível federal. Por esta época, a violenta campanha contra a estatização que se desenvolve na discussão do II PND conduz à adoção de diferentes medidas de controle, levando a certo refreamento.

No período posterior, no entanto, embora a criação de novas entidades se reduza, as já existentes se ampliam e se tornam mais complexas, o que se verifica especialmente no caso de empresas tipicamente produtivas, como a Petrobrás e a Vale (ver item 2.2 adiante)

O crescimento descontrolado conduziu em muitos setores à superposição de funções e à redução da eficácia das ações executadas. Diante disso, colocam-se as recorrentes tentativas de dimensionamento e supervisão do setor público, de que a SEST e mesmo a Secretaria do Tesouro são os exemplos mais claros.

Se a expansão da administração indireta apresenta características gerais que decorrem da própria natureza da presença estatal na economia brasileira, é possível distinguir alguns determinantes particulares, pertinentes a objetivos e condicionantes específicos da ação do Estado, que se explicitam no formato assumido por sua intervenção econômica. Neste contexto se colocam, por exemplo, a

ocupação de elos essenciais da cadeia produtiva no caso do SPE, as linhas especiais de financiamento de longo prazo no caso dos bancos de fomento ou a maior agilidade para muitas funções fiscais, possível com a existência das chamadas Entidades Típicas de Governo - ETGs.

Desde logo, cabe notar que no caso das autarquias e fundações a expansão, a partir de meados dos anos 60, se dá em grande medida como contraface da atrofia fiscal, tanto na geração de recursos quanto na gestão destes e na implementação das políticas. Neste sentido, as mudanças de 1967 não representaram um enfrentamento efetivo da necessidade de reestruturação da máquina administrativa. Antes, ofereceram alternativas de organização e financiamento que aproximaram de muitas funções do setor público algumas dimensões da iniciativa privada. Assim, a desvinculação de muitos setores em relação à administração direta abriu espaços para a alavancagem de recursos extra-orçamentários e para uma conformação mais ágil do ponto de vista das relações com outras áreas, com as fontes de financiamento, nas relações contratuais e no gerenciamento dos serviços executados. No entanto, o conteúdo das atividades desses órgãos não se distingue substancialmente das áreas contempladas a nível da administração central; ou seja, estas entidades representam efetivamente unidades fiscais, no sentido específico de que constituem uma extensão do próprio espaço orçamentário.

Os dois traços que evidenciam claramente este caráter das ETGs são exatamente as áreas de atuação preponderante das autarquias e fundações nos três níveis de governo e sua estrutura de financiamento (tabelas 1.32 a 1.34).

Quanto ao primeiro ponto, nota-se que tanto em nível federal quanto estadual, predominam as atividades

sociais e de infra-estrutura, particularmente em educação e transportes. As despesas com educação no âmbito federal, tomando-se apenas o Sistema Federal de Educação e Ensino, que envolve essencialmente as universidades, alcançaram em 1985 cerca de 33% dos gastos totais das ETGs enquanto os órgãos ligados ao setor de transportes, EBTU e DNER, responderam em conjunto por 22% dos dispêndios. Na esfera estadual, o exame da estrutura de despesas da administração descentralizada, a partir dos dados levantado pelo IBGE (Estatísticas Econômicas do Setor Público / 1980), indica também o predomínio de gastos com educação e cultura (12%), assistência e previdência (23%), saúde e saneamento (15%) e transportes (30%). Menos expressivas mas relevantes são as despesas com administração e planejamento (6%) e em energia e recursos minerais, que se concentram na região sudeste (7,5%).

Cabem aqui duas qualificações importantes. A primeira no que se refere às áreas de atuação das ETGs "vis-à-vis" a administração direta. Efetivamente, as principais autarquias e fundações estão ligadas essencialmente aos mesmos setores que já são relevantes na execução orçamentária central; isto não significa, no entanto, que os gastos realizados nestas áreas indiretamente se distribuem de forma similar à que se dá em nível das secretarias ou ministérios. Ou seja, há algumas diferenças na composição das despesas em uma e em outra forma de gestão que, se não elidem a natureza das atividades, indicam alterações razoáveis nas categorias de dispêndio predominantes. Na esfera estadual, é razoável admitir que os investimentos foram se deslocando para a esfera descentralizada (ETGs e empresas) ao longo dos últimos anos, como têm afirmado diversos estudos. Apesar da precariedade dos dados, esta tendência pode também ser aferida para as ETGs na comparação da estrutura de gastos por função das esferas direta e descentralizada no âmbito estadual: em 1980, tomando-se os

dados agregados para as diferentes regiões nota-se, por exemplo, que os recursos destinados à educação e à cultura e à administração e ao planejamento (que são essencialmente para pagamento de pessoal e custeios, a não ser pela construção escolar), representam cerca de 44% do gasto direto e apenas 18% dos realizados pelas ETGs.<sup>(35)</sup> Em contrapartida, os destinados à saúde, ao saneamento e ao transporte (que envolvem maiores despesas de capital), que representavam 20% na esfera central, equivaliam a 45% da despesa total das autarquias e fundações.

A segunda qualificação se refere à existência evidente de particularidades nas atribuições dos diferentes níveis de governo e nas diferentes regiões, que implicam composições dissemelhantes tanto dos gastos estaduais e municipais em relação aos realizados pela União, como entre os gastos dos estados e municípios de regiões distintas. Nesse sentido, são particularmente importantes na área federal as atividades de desenvolvimento regional (SUDENE, SUDAM, CODEVASF etc.), as políticas setoriais (SUDEPE, IBDF, INCRA etc.) e outras pertinentes às próprias atividades regulatórias e de planejamento (IBGE, por exemplo). Assim, as agências executoras destas funções tem peso importante na administração indireta federal, da mesma forma que nos estados há atribuições específicas ligadas principalmente à base econômica regional.

Os distintos graus de desenvolvimento vão implicar, além disso, conformações próprias para o conteúdo e o alcance dos gastos estaduais, bem como para a própria estrutura do setor público. Tomando-se os dispêndios que a

35 O fato de os dados da administração centralizada já computarem os repasses para as ETGs não altera significativamente as conclusões: de um lado porque no conjunto dos dispêndios as autarquias e fundações representam parcela menor e, de outro, porque a preocupação é apenas a de ressaltar que tipo de gasto é realizado preferencialmente pela via indireta.

administração descentralizada realiza nos estados do nordeste sudeste, notam-se algumas diferenças acentuadas: para 1980, na área de transportes, se concentravam 42% dos gastos das ETGs do nordeste, em face de 22% no sudeste; em educação e cultura os recursos alocados no SE representavam 12% em face de 6% no NE; em assistência e previdência, 16% no NE e 31% no SE e, em energia, a esfera indireta no NE praticamente não atua enquanto no SE os gastos chegam a 11%. De modo geral, no entanto, nos estados mais desenvolvidos, como São Paulo, a descentralização tende a ser mais intensa e o setor público complexo, em decorrência da própria ampliação e diferenciação das demandas.

No tocante ao segundo ponto, a análise das estruturas de financiamento das ETGs federais e estaduais revela sua acentuada dependência em relação aos recursos do Tesouro. Isto significa que as atividades destes órgãos são sustentadas essencialmente através de repasses fiscais, vinculados ou não, e que as receitas provenientes das verbas dos serviços e mesmo de operações de crédito não constituem componentes decisivos, tendo ficado em 8,0% e 6,0% do total de seus recursos, respectivamente, na média do período 1982/85.<sup>(36)</sup> Ao mesmo tempo, os dados levantados pela SEST indicam para conjunto das ETGs federais repasses do Tesouro equivalentes a 83% da receita em 1985. Tomando-se apenas o montante de recursos transferidos para o SFEE e o DNER, tem-se 57% do total. Se o peso dos recursos fiscais varia entre os diferentes órgãos, estas entidades dependem, com poucas exceções, em mais de 50% do Tesouro, sendo responsáveis por cerca de metade do total de recursos fiscais no orçamento SEST de 1982 a 1985.

36 Há, obviamente, casos em que estas duas variáveis são importantes. As receitas operacionais da FIOCRUZ, por exemplo, alcançaram em 1985 cerca de 53% dos recursos da fundação, enquanto as operações de crédito responderam por 41% das receitas da EBTU.

No caso das fundações e autarquias estaduais a situação é semelhante. Os dados referentes a 1980 indicam que cerca de 70% dos recursos destas entidades provêm dos orçamentos fiscais. Embora variando regionalmente, a parcela relativa ao Tesouro nunca é inferior a 60% para o conjunto das EGTs. O exame da estrutura de receitas das entidades pesquisadas pelo IBGE revela que os recursos próprios, representados principalmente pelas taxas, remuneração a serviços prestados e pelas contribuições previdenciárias - aqui devido à presença dos institutos de previdência e assistência existentes em todos os estados -, situam-se em nível superior ao que se verifica na esfera federal, chegando a 24% da receita total em 1980. Dentre as transferências, responsáveis por cerca de 70% dos recursos, predominam amplamente os repasses do governo estadual.

Num contexto de flagrante concentração fiscal e financeira na órbita federal, a descentralização das esferas subnacionais representou alternativa importante na geração de recursos, tanto através da venda dos serviços como pelo acesso a diferentes fontes de financiamento, particularmente com a articulação destes segmentos a fundos, instituições e programas federais. Este movimento, que pode ser observado claramente no caso das empresas de habitação e saneamento, por exemplo, implicou também contínuo crescimento das operações de crédito no período recente: para o conjunto das EGTs estaduais, elas representaram 7% dos recursos em 1980. (37)

#### 1.6.2 - As Mudanças na Estrutura da Receita

---

37 No caso específico de São Paulo, onde o próprio nível de endividamento já é mais alto, elas passam de 3,4% em 1982 para 10% dos recursos em 1985.

A fragmentação da esfera fiscal não se refletiu apenas na ampliação do espaço e recursos das ETGs. Ela se deu também a nível do próprio orçamento, como se denota da evolução de sua estrutura de receitas e despesas. De um lado, tomando-se a receita total da União, nota-se o peso crescente das chamadas "outras receitas" "vis-a-vis" a receita tributária. Os dados da tabela 1.31, referentes à execução financeira do Tesouro Nacional (BACEN), indicam claramente este ponto: a receita proveniente dos impostos e taxas, que representava a quase totalidade em 1968/69, passa a uma média de 91% no período 1971/75, 84% em 1980 e 74% de 1981 a 1985. Neste último ano, as receitas de contribuições, como o FINSOCIAL, Salário-Educação, Cota de Previdência etc., que constituem a parcela maior da receita não tributária, alcançaram 28% da receita total.

A existência de contribuições específicas e/ou temporárias não é estranha à estrutura orçamentária de muitos países, correspondendo a espaços e mecanismos apropriados à consecução de objetivos determinados da política econômica. No caso brasileiro, no entanto, não só seu peso foi se elevando ao longo de todo o período, como adquiriram caráter permanente no orçamento, ao mesmo tempo em que o conteúdo e os procedimentos a serem atendidos nas políticas ligadas aos recursos arrecadados não parecem diferenciá-las substancialmente das demais fontes de receita. Esta semelhança se expressa, desde logo, na compulsoriedade e sistemática de recolhimento. Mais que isto, o expediente de criar novas contribuições representou um componente importante e arbitrário de centralização financeira nas contas públicas, uma vez que os estados e municípios não dispunham de competência para instituí-las, ficando sujeitos às diretrizes federais para aplicação das

verbas, liberadas mediante convênios ou projetos.<sup>(38)</sup> Desta forma, qualquer análise consistente do padrão de financiamento fiscal não pode restringir-se à estrutura tributária que, no entanto, constitui o conjunto mais transparente e supostamente consentido das receitas do estado.

O outro lado da descaracterização do próprio orçamento diz respeito aos diferentes mecanismos de vinculação, atrelando receitas orçamentárias e estruturas indiretas de aplicação. Há pelo menos três faces bastante visíveis deste processo: desde logo, ele se dá através das próprias transferências regulares, com a vinculação dos recursos a áreas pré-determinadas - e principalmente em investimentos - cujas obrigatoriedades foram abrandadas, mas que restringiram enormemente a autonomia das esferas inferiores em dispor dos repasses, fazendo com que, em muitos casos, novas entidades fossem criadas para gerir as verbas, determinando comprometimentos nem sempre prioritários dos recursos fiscais.

Também a nível das transferências negociadas este processo se colocou, especialmente a partir dos fundos constituídos por contribuições específicas (como no caso do FINSOCIAL), parcelas de tributos, empréstimos etc, e direcionados a vários setores. A criação de numerosos fundos de financiamento de investimentos ou atividades específicas sempre representou um expediente de alavancagem e/ou realocação de recursos. Isto se deu de forma recorrente na

---

38 Não incidindo sistemas de partilha sobre a receita destas contribuições, o reflexo foi que a parcela atribuída às esferas inferiores pelo sistema regular de transferências, apesar de todas as modificações favoráveis da segunda metade dos anos 70, se reduziu relativamente à receita total da União: de 15% de 1978 a 1980, passou a 13% de 1981 a 1984. Apesar em 1985, já refletindo as mudanças nos percentuais dos fundos e partilhas, as transferências regulares chegaram a 18% da receita total.

definição de políticas setoriais. Entretanto, a forma de operação e a não especificação mais estrita dos objetivos, representaram um espaço e um incentivo adicional à desfiguração do orçamento enquanto instrumento de visibilidade, pela própria gravitação dos interesses particulares atrelados às áreas beneficiadas. (39)

Finalmente, há vinculações de recursos tributários expressivos diretamente a agências indiretas, como acontece com os incentivos fiscais e programas especiais, que representam subtrações do IRPJ utilizadas descentralizadamente, aparentemente sem que os orçamentos e aplicações destas entidades sejam submetidos a uma fiscalização mais rigorosa.

Este afastamento em relação ao orçamento, no sentido que propusemos inicialmente, não redundou somente na introdução de dimensões não convencionais à administração central (endividamento, federalismo financeiro, liberdades operacionais etc), mas também em progressivo descontrole na gestão das políticas e na geração dos próprios recursos, que têm uma fiscalidade inerente. Isto diminui substancialmente a capacidade de articulação das ações governamentais, que se apresentam superpostas, parceladas e, ao que tudo indica, ineficazes.

O processo de desfiguração apontado no âmbito estrito do financiamento fiscal está subsumido ao movimento geral de segmentação do setor público brasileiro, que determinou no período recente um menor peso relativo para a esfera tributária diante dos demais aparatos e, principalmente, crescente privatização das atividades

---

39 Em 1984, o IPEA listou nada menos do que 113 fundos federais, destinados a financiar desde atividades de manutenção do Arquivo Nacional até a política de inversões em transporte urbano, passando pelos fundos regulares como FADS, FPE, FPM etc.

sociais, que deveriam ser o objeto privilegiado da ação fiscal do governo. Quanto à posição da área fiscal no financiamento das políticas públicas, nos concentraremos aqui numa dimensão particular, que é o financiamento social, ou seja, a área onde os recursos tributários deveriam contribuir substancialmente para a execução dos gastos.<sup>(40)</sup>

### 1.6.3 - A Política Social Não-Orçamentária

Um traço evidente do financiamento das políticas sociais no Brasil é sua acentuada diversificação. Concorrem em cada área diferentes fluxos de recursos, provenientes quer de contribuições específicas, dos orçamentos, de operações de crédito etc. Criaram-se ao longo dos últimos anos várias contribuições compulsórias e em alguns casos estruturas institucionais correspondentes, além da montagem de esquemas de geração e alocação de recursos na forma de fundos sociais, que supostamente deveriam representar sistemas auto-sustentáveis a médio prazo e que constituem os pilares financeiros de algumas áreas.

Procuraremos distinguir aqui, essencialmente, entre os recursos que têm trânsito orçamentário e aqueles

---

40 Comparar o volume de recursos movimentados pela esfera fiscal com todas as demais instâncias do financiamento público, pretendendo deduzir da menor participação fiscal "vis-a-vis" as empresas, por exemplo, que a estatização teve por contrapartida menores gastos sociais é um raciocínio equivocado porque não leva em conta exatamente a origem e a natureza distintas das atividades e do financiamento das diversas faces da ação estatal.

que são arrecadados em sistemas independentes. <sup>(41)</sup> Dentre os primeiros, que já constam da execução orçamentária da União, estão itens relevantes como a contribuição do FINSOCIAL (teoricamente gerido pelo BNDES), a cota de previdência e o salário-educação, que representam fontes consideráveis de recursos para as atividades de certos ministérios: o FINSOCIAL, por exemplo, foi responsável por cerca de 70% das verbas do Ministério da Saúde e 30% dos recursos do Ministério da Educação em 1985.

Por outro lado, destacam-se três grandes sistemas independentes, cujas receitas praticamente equivalem àquelas geradas pela via fiscal. Somando-se as contribuições do PIS-PASEP (BNDES), do FGTS (BNH, agora CEF) e as contribuições previdenciárias (SINPAS, agora vinculado ao orçamento geral da União, sob o título da seguridade social), tivemos em 1985 o equivalente a 66% da receita orçamentária e 82% da receita tributária federal (tabela 1.42). Assim, há um volume expressivo de recursos movimentados paralelamente ao orçamento e que constituem a base de financiamento e operação de pelo menos duas importantes áreas sociais - a de habitação e saneamento e da previdência e assistência social -, além de um fundo de caráter patrimonial atrelado ao financiamento de investimentos industriais, que deveria propiciar um retorno pecuniário aos participantes. Estes grandes sistemas constituem espaços específicos de movimentação de recursos e de execução das políticas

---

41 Este enfoque é compatível com o objetivo de precisar o alcance do sistema fiscal no contexto em que foi definido inicialmente. Não se busca aqui dimensionar o conjunto dos recursos direcionados para as áreas sociais dentro as estruturas de financiamento público, mas a abrangência social da esfera fiscal.

públicas, não submetidos a controles orçamentários mais estritos. (42)

#### 1.6.3.1 - O financiamento habitacional

v

O BNH foi concebido como a grande agência social em meio às reformas dos anos 60, colocando-se como o principal instrumento de desenvolvimento urbano do governo, cujas atividades deveriam atender às já acentuadas carências habitacionais, de abastecimento de água e de saneamento. No âmbito do SFH, estabeleceu-se certa delimitação das faixas de atendimento: ao segmento público - BNH, Caixa Econômica Federal, Caixas Econômicas estaduais e companhias de habitação (COHABs) - caberiam precipuamente os programas voltados às populações de baixa renda, enquanto o segmento privado - Associações de Poupança e Empréstimos e sociedades de Crédito Imobiliário -, operando segundo as regras estabelecidas pelo BNH, responderia pelas faixas de rendas mais elevadas.

Na área de saneamento, o sistema financeiro de saneamento baseava-se num aporte tripartite de recursos, do BNH e dos governos estaduais e municipais, que deveriam constituir os Fundos de Financiamento para Água e Esgoto - FAES, com a premissa básica de sua auto-sustentação a partir dos retornos dos financiamentos e de uma política tarifária compatível por parte das concessionárias.

O aporte de recursos à política habitacional repousava, portanto, de um lado em uma contribuição pró-

---

42 Baseamo-nos para o que segue, essencialmente, em Azevedo (1977), Azevedo e Andrade (1982), Kendir (1981), Fagnani & Silva (1985), Azevedo da Silva (1985), Fagnani, Silva e Braga (1986), Loloian (1980), Oliveira (1985), Coutinho & Salm (1988) e Henrique (1985).

cíclica, fragilizada nos momentos de desaceleração da economia e, de outro, num ativo financeiro sensível como qualquer outro às oscilações das taxas de juros e à rentabilidade das diferentes aplicações. Estas características básicas, aliadas à necessidade de remuneração mínima dos empréstimos e depósitos e à recorrente insolvência da população-alvo dos programas, frustraram a sistemática escolhida, do ponto de vista do atendimento social.

Na crise, com o desemprego e os expurgos salariais, a arrecadação bruta do FGTS declinou e os saques se elevaram nas diferentes modalidades - mas particularmente em função das demissões, responsáveis por cerca de 72% do total das retiradas nos últimos anos -, levando a arrecadação líquida (fluxo) a um recuo de 67% de 1980 a 1984, enquanto o saldo líquido (estoque) se reduziu em 49% (1980/83).<sup>43</sup> Paralelamente, aumentou consideravelmente a inadimplência dos mutuários e, em função das diferentes sistemáticas de correção, o saldo restante dos empréstimos, pressionando os recursos do Banco. Para o conjunto do SFH, nota-se ainda a crescente dependência em relação às cadernetas de poupança cujos saldos, após recuo em 1980 por conta da prefixação da correção monetária, se elevaram cerca de 90% até 1984 e 7% em 1985, passando a representar a parcela maior dos recursos do sistema.

O SFH se reveste de uma característica peculiar no conjunto dos sistemas de financiamento da economia. O aspecto central aqui não é tanto o avanço de crédito através

---

43 Desta forma, o peso do FGTS na estrutura de recursos do BNH, que fora de 50% em média no início dos anos 70, declinou para 37,2% em 1982 e apenas 18% em 1983. Já em 1985, com a recuperação do nível de atividades, a arrecadação líquida do FGTS cresceu 58% e passou a 28% do total dos recursos, enquanto os retornos dos financiamentos ficaram em 38% do total.

das instituições públicas - que de qualquer maneira são relevantes no crédito total, do qual representam mais de 50% - mas o aval institucional ao sistema dado pelo estado através do BNH, que sempre funcionou como um efetivo banco central do setor. Ou seja, o SFH é um sistema de concepção e escopo públicos do ponto de vista financeiro básico, que é o da garantia do crédito. Esta é uma dimensão importante da fiscalidade, especialmente em face das recorrentes crises financeiras em que incorreu o sistema, diante da inadequação dos sistemas de garantias e cobertura dos empréstimos, conduzindo a um estreitamento progressivo do âmbito dos programas habitacionais. Essa inadequação foi, em grande medida, "bancada" pelo BNH e, em última instância, pelas componentes fiscais do sistema.

As fortes pressões dos mutuários nos períodos de crise aliviaram a situação dos prestamistas (abono, equivalência salarial, etc), mas representaram novo abalo na posição do BNH e não conduziram a avanços efetivos na reordenação necessária da política habitacional, em que pese as recorrentes sugestões e os resultados do trabalho elaborado pela comissão criada pelo próprio governo para exame do assunto. (44)

Na área de saneamento, além dos percalços pelo lado do BNH, a dependência em relação a governos subnacionais financeiramente débeis limitou a capacidade de expansão da rede de abastecimento de água e, especialmente, esgoto sanitário, de custo mais elevado. Assim, os FAEs não evoluíram da forma inicialmente prevista e, em alguns casos, a própria integralização das cotas enfrentou dificuldades.

44 Vide, dentre outros, Albuquerque (1985). Apenas em fins de 1986 houve mudanças mais abrangentes no SFH, que em parte o remeteriam novamente aos objetivos sociais, com preferência para as aplicações nas faixas de menor renda. Permanece indefinida, entretanto, a política habitacional e sua própria formulação; impasse que a simples incorporação do BNH pela CEF não contribui.

Desta forma, o recurso ao endividamento, junto ao próprio BNH e ao sistema financeiro, representou expediente constante no financiamento do setor. O BNH passou a responder por crescente parcela dos investimentos no âmbito do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA - mais de 50% das aplicações totais nos anos 80 -, mesmo porque a remuneração dos empréstimos do SFS era mais atraente que a aplicação no segmento habitacional.

O que se coloca claramente é a inadequação estrutural do padrão de financiamento nestas áreas, marcado por uma postura essencialmente empresarial, de remuneração dos recursos envolvidos, com reflexos evidentes para as alternativas de aplicação.

O perfil dos gastos realizados e a cobertura destas políticas são os indicadores mais precisos da ação governamental. No segmento habitacional, basta notar o contraste entre o déficit estimado de cerca de sete milhões de residências para o período 1980/85, concentrado em famílias com renda mensal de até três salários mínimos (cerca de 77% das necessidades habitacionais), e as aplicações do BNH neste segmento, que não passaram de 10% do total ao longo dos anos 80. Além disso, o FGTS teria contribuído com não mais de 30% dos recursos aí alocados. Ou seja, reproduziu-se aqui o ocorrido em muitos outros setores, com a expansão dos investimentos em faixas não-prioritárias se beneficiando de sistemáticas e recursos em princípio destinados às faixas de renda mais baixa. O próprio comportamento do mercado habitacional, que sempre se colocou como um espaço instável e especulativo - ensejando o recorrente socorro através de elevações nos tetos de financiamento, maiores facilidades aos mutuários, linhas especiais de crédito etc -, e a dependência crescente em relação ao mercado financeiro, acentuaram o direcionamento excludente que marcou a o setor nos últimos anos.

No âmbito do PLANASA, foram particularmente prejudicados os programas de esgoto sanitário, que receberam em média apenas um terço dos recursos ao longo dos anos 70. Nos anos 80, em meio ao declínio real de 50% no total de gastos do PLANASA de 1981 a 1984, os investimentos em esgoto sanitário se reduziram em 63%. Assim, deteriorou-se ainda mais a qualidade de vida da população na crise, com a grande maioria dos domicílios (cerca de 65% em 1980) não sendo atendida por rede geral de esgoto.

Cabe notar, finalmente, que não foram apenas as políticas habitacionais e de saneamento básico, geridas com recursos do FGTS, que ficaram aquém das metas iniciais e muito aquém das necessidades da população. O próprio FGTS enquanto fundo patrimonial se revelou acanhado em sua função de prover financeiramente os assalariados em circunstâncias determinadas. Na medida em que o patrimônio é individual e guarda relação direta com a estabilidade no emprego e o tempo de serviço, para a grande maioria dos contribuintes o fundo se revelou apenas um auxílio temporário diante da perda do emprego.

Assim, a presença estritamente fiscal (no sentido da alocação específica de recursos para gastos orçamentários em habitação, por exemplo) tem sido mínima e decrescente, particularmente no tocante à habitação popular; mesmo no financiamento ao saneamento, em que a vinculação fiscal seria obrigatória por força da estruturação do sistema, ela se revelou instável e condicionada pela situação financeira particular dos estados envolvidos. Isto não elide, entretanto, a fiscalidade - no seu sentido amplo - desses sistemas, se tomarmos suas bases de funcionamento e de garantia, que se refletem em ônus direto sobre as receitas fiscais nos momentos de crise.

### 1.6.3.2 - O sistema previdenciário

O segundo grande sistema tipicamente social e até recentemente ausente do orçamento era o SINPAS, responsável pelos programas de seguro social, assistência social e assistência médica.<sup>(45)</sup> Reformulado em 1977, envolve o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, responsável pela concessão do benefícios (aposentadorias e auxílios diversos), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, responsável pelo atendimento médico-hospitalar, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, as entidades assistenciais - LBA e FUNABEM e uma empresa de processamento de dados, a DATAPREV.

As contribuições compulsórias de empregados e empregadores, arrecadadas pelo IAPAS com base na folha de salários, constituem a maior fonte de recursos do sistema, representando cerca de 90% da receita total na média do período 1980/84. A parcela restante é composta de transferências do Tesouro e de receitas diversas auferidas pelas entidades componentes. Os repasses fiscais - que responderam por cerca de 8% da receita no período recente - alimentam o Fundo de Liquidez da Previdência Social - FLPS, a partir da arrecadação da cota de previdência (sobre os prêmios das loterias), de 3,6% do imposto sobre as importações e de dotações orçamentárias; este fundo se destina a cobrir as despesas de manutenção das autarquias e as eventuais insuficiências financeiras do SINPAS. O conjunto de recursos constitui por sua vez o Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS, gerenciado por um

---

<sup>45</sup> A incorporação formal determinada pela nova Constituição requer ainda a integração qualitativa da estrutura de recursos e dispêndios previdenciários.

Conselho de Administração Financeira e segundo as diretrizes de um orçamento plurianual, que a partir de 1989 passa a compor um eixo básico do orçamento da seguridade.

A principal característica determinante do comportamento das receitas do SINPAS é a sensibilidade das contribuições às mudanças no nível da atividade econômica. Isto faz com que o sistema entre em crise nos períodos recessivos, como ocorreu em 1981 e 1983, e apresente resultados superavitários em momentos de recuperação, como se verifica de 1984 a 1986. Além disso, a incidência sobre a folha de salários apresentaria outros inconvenientes: penaliza exatamente as empresas que empregam mais mão-de-obra, requer a formalização da situação ocupacional, implica evasão por problemas de capital de giro na crise e é regressiva na medida em que há um teto para o referencial de contribuição dos empregados. Alguns desses pontos, vale lembrar, foram revistos na reformulação recente.

Subjacentes a este comportamento cíclico estão alguns fatores estruturais importantes, pertinentes quer à natureza da política como a modificações no tocante à sua abrangência e orientação. Assim, a elevação das receitas no início dos anos 70 a taxas bem superiores às do crescimento do PIB não se dá apenas em função da elevação da massa salarial, mas também pela incorporação de contribuintes e pela juventude da estrutura, que se apresenta financeiramente equilibrada praticamente até 1980. No início ds anos 80, portanto, superpõem-se à conjuntura econômica alguns elementos estruturais, ligados à maturação de certos programas e ao conteúdo das ações do SINPAS, que se refletem no comportamento das suas despesas.

A estrutura dos gastos do sistema revela o predomínio exatamente do INPS, responsável pela concessão

dos benefícios, e que respondeu por cerca de 70% das despesas no período 1980/85. Nos últimos anos a taxa de crescimento dos benefícios pagos tem-se elevado (cerca de 10% de 1980 a 1984), devido não só à elevação do número de beneficiários (o que é uma tendência natural) mas também à criação de novas modalidades. Se há certa compensação da regressividade da arrecadação pela estrutura de gastos - os segurados com renda até três salários mínimos contribuem com 59% da receita e recebem 81% do total de benefícios - há muitas disparidades no plano de benefícios e é baixo o seu valor na maioria dos casos.

O outro componente relevante são as despesas do INAMPS, responsáveis por 25% do total nos anos 80. Na crise, os gastos em assistência médica foram reduzidos, caindo cerca de 24% de 1980 a 1983 e passando de 27% para 22% dos dispêndios do sistema, o que deteriorou sensivelmente o atendimento, que é tradicionalmente centrado na ação médico-hospitalar em prejuízo de políticas mais abrangentes.

Desta forma, também nos setores de previdência e assistência médica é reduzida a parcela direta de recursos a fundo perdido. Aqui, de qualquer modo, coloca-se de forma mais clara a questão da natureza fiscal do financiamento, obscurecida pela separação institucional ao longo do período recente e que é em certa medida revertida face à proposta de estruturação de um orçamento da seguridade, na direção de procedimentos há muito adotados em países mais avançados.

#### 1.6.3.3 - Os fundos PIS-PASEP

Finalmente, no caso das contribuições do PIS-PASEP estamos diante de uma modalidade singular de auxílio social

Já que, embora de caráter patrimonial como o FGTS, não está ligada diretamente a qualquer política específica e a suposta formação de um patrimônio individual se dá a partir das aplicações realizadas pelo órgão gestor - no caso, o BNDES - sob a forma de financiamentos especiais a empresas envolvidas em setores e/ou programas considerados prioritários no âmbito da política econômica.

Criadas no início dos anos 70, estas contribuições visavam principalmente canalizar recursos para investimentos, em face do próprio fracasso da reforma financeira em estimular as instituições privadas a atuarem nesta área. A contrapartida dos depósitos mensais efetuados pelo setor privado (PIS) e pelo setor público (PASEP) seria a constituição de fundos também utilizáveis em situações determinadas (casamento, invalidez etc). Os critérios de contribuição não são uniformes, sendo calculados com base nas receitas correntes para as entidades públicas (inclusive empresas e bancos) e em uma parcela comum de 5% do IR e outra diferenciada (faturamento para as empresas mercantis e IR para as instituições financeiras), no caso do PIS.<sup>(46)</sup>

Após um período inicial em que estes recursos foram arrecadados e gerenciados separadamente pela Caixa Econômica Federal (PASEP) e pelo Banco do Brasil (PIS), procedeu-se à unificação da política de aplicações sob a direção do BNDE a partir do exercício 1974/75 e em estrita consonância com as diretrizes do II PND.<sup>(47)</sup> Os recursos novos são então canalizados para o BNDE, mantendo-se nos agentes arrecadadores (CEF e BB) apenas os saldos

46 Isto levou a que arrecadação do PIS se concentrasse no segmento não-financeiro: em 1983-84, as empresas mercantis responderam por 88% dos depósitos.

47 Note-se que naquela momento, especialmente, a capacidade de financiamento do BNDE se ampliou consideravelmente: o ingresso total de recursos cresce 77% de 1973 para 1974 e 75% em 1975. Os recursos do PIS-PASEP representavam em 1975 cerca de 46% do total das receitas. Loloian, 1980)

necessários ao atendimento das retiradas e dos compromissos anteriores. Em 1976 esses fundos são unificados com a criação do Fundo de Participação PIS-PASEP, administrado por um Conselho Diretor sob coordenação do Ministério da Fazenda, sendo os recursos aplicados pelo BNDES sob forma de linhas especiais de crédito, com juros mínimos de 3% ao ano. Ainda em 1977, e na esteira da política de fortalecimento do mercado acionário e das empresas nacionais, foi criado o Fundo de Participação Social - FPS, constituído com até 10% das novas aplicações do Fundo PIS-PASEP a partir de então e que responde hoje por cerca de 28% das aplicações totais.

As principais deficiências deste mecanismo enquanto instrumento efetivo de constituição de um patrimônio para os trabalhadores são similares às apontadas para o FGTS. Na medida em que os resultados são creditados com base no salário e no tempo de serviço, é praticamente impossível aos participantes de menor renda - que são também os de situação ocupacional mais instável - formarem qualquer patrimônio. A análise da distribuição do patrimônio destes fundos por classes de renda em julho/1985 revela no tocante ao PIS que dos assalariados com rendimentos até cinco salários mínimos - que são 85% do total - cerca de 70% tinham patrimônio inferior a 4,5% salários mínimos.<sup>(48)</sup> Para os participantes de menor renda, portanto, o principal benefício do PIS é o abono salarial equivalente a um salário mínimo (instituído a partir de 1975 e mesmo assim apenas para os que estivessem pelo menos a cinco anos no programa), responsáveis por cerca de 56% do total de saques.

Assim, a suposta função social do PIS-PASEP se revela bastante acanhada. O Fundo representou, no entanto, importante aporte de recursos para o financiamento da expansão industrial a partir de meados dos anos 70 e se

---

48 Conforme Azeredo Silva & Resende (1987).

insere efetivamente neste espaço da ação estatal, de forma similar ao que representaria o FND. (49) Efetivamente, apesar de instáveis na composição dos fluxos de recursos do banco, esses fundos se elevaram no passivo total do BNDES: de 43% em 1978 para 52% nos anos 80 e 60% em 1986. Isso os coloca com um peso claro no "funding" do banco e reflete a articulação específica decorrente da constituição desses programas na forma de fundos patrimoniais.

No tocante às demais políticas sociais, a participação direta do Tesouro é significativa apenas no setor educacional, na atenção médico-sanitária (programas de vacinação, erradicação de doenças etc) e nos incipientes programas de alimentação - principalmente com recursos do FINSOCIAL e via Ministério da Saúde - e seguro desemprego, instituído em 1986.

Setores extremamente relevantes como o de transporte coletivo urbano, por exemplo, têm permanecido à margem da atenção fiscal. Na área de transportes, que constitui parcela relevante dos gastos federais e também estaduais, prevaleceu até meados da década dos 70 o perfil automobilístico/rodoviário, beneficiado por diversas vinculações do IULCLG, TRU, ISTR etc. A reorientação do

---

49 Como já apontado anteriormente, os recursos do PIB-FASBP respondem por parcela variável da estrutura de fluxos do BNDES: se em 1985 representavam apenas 7% do total, em 1988 chegam a 17%, devido ao acréscimo no faturamento das empresas mercantes. Entretanto, constituem parcela razoável do estoque de obrigações do banco, como demonstrado por seu peso no passivo total. De qualquer modo, é da essência da própria forma de estruturação desses mecanismos de financiamento uma redução do peso dos ingressos líquidos na composição do "funding", com elevação da geração interna de recursos.

crescimento com o II PND e a crise energética abrem espaço para o transporte coletivo urbano, beneficiado com a criação do EDTU em 1975, a partir de parcelas da TRU e do IULCLG. Mas a crise econômica dos anos 80, ensejando a redução das despesas fiscais e a eliminação das vinculações para o Ministério dos Transportes, afetou sensivelmente a capacidade de financiamento deste setor, que passou a se endividar crescentemente através das agências descentralizadas, com destaque para o EBTU, cujas operações de crédito responderam por 48% do total de receitas no período 1982/85.

Assim, o financiamento das políticas sociais no âmbito do setor público é essencialmente não-fiscal, no sentido estrito do trânsito orçamentário. Ou seja, a fiscalidade se coloca aí de formas diferenciadas e distantes do escopo fiscal tradicional, reduzindo o espaço relativo do financiamento fiscal no conjunto do financiamento das políticas públicas. Na crise, 1981/84, explicitaram-se de modo particular algumas deficiências deste perfil do financiamento estatal, em prejuízo dos segmentos mais pobres da população, principais consumidores destes serviços públicos básicos.

#### 1.6.4 - A privatização das políticas públicas

A contraface importante da desatenção pública às áreas sociais foi a privatização crescente do atendimento e da oferta dos bens e serviços nestes setores. Note-se que o processo de privatização é naturalmente multifacetado e transcende a gestão tipicamente empresarial impressa às políticas sociais no período recente marcada, basicamente, pela contrapartida aos benefícios recebidos. Ou seja, não

apenas a atuação do Estado, onde se deu, orientou-se por uma lógica privada, como a não-atuação do Estado redundou em progressiva privatização da atenção à saúde, do ensino, dos transportes coletivos urbanos etc.

É importante precisar este ponto. Em primeiro lugar, é evidente que o fazer e o não-fazer do Estado estão submetidos a uma mesma lógica, que foi privatizante e que traduz uma determinada relação de poder. Nesta, os serviços sociais não constituem, necessariamente, uma atribuição elementar da ação estatal em contraprestação à exação de recursos e enquanto condição de sua própria existência/sobrevivência. Tal percepção só se coloca, efetivamente, em regimes livres. É possível, no entanto, identificar mais precisamente as formas/mecanismos através dos quais este processo se manifesta.

Um primeiro aspecto diz respeito aos condicionantes impostos pela própria estrutura de financiamento das políticas públicas. De um lado, isto pode se manifestar no comportamento empresarial na gestão da política, determinado pela natureza dos processos de geração e alocação dos recursos. O BNH constitui o exemplo mais claro desta orientação, marcada neste caso pela inadequação entre as condições da clientela e o sistema de financiamento (contribuições remuneradas e de evolução instável, de um lado, empréstimos a famílias e governos, de outro), referenciado em padrões privados. Esta característica é recorrente nos programas financiados através de fundos.

Uma outra dimensão, ainda relacionada diretamente ao padrão de financiamento, se coloca a partir do momento em que o Estado repassa os recursos, dando-se a execução privada dos gastos, através da concessão, credenciamento etc. Esta característica é mais evidente no caso da assistência médica, responsável pela maior fatia dos

dispendios em saúde no Brasil, bastando notar que do total das hospitalizações pagas pelo INAMPS em 1984, cerca de 67% foram para hospitais privados contratados (McGreevey, Piola & Viana, 1986); ou seja, a alocação do gasto privilegia aqui a ação privada no atendimento e na organização dos serviços médicos.

Mas o conteúdo da política executada pode representar também um componente relevante de privatização. É evidente, desde logo, que o perfil do gasto público encerra sempre articulações com a estrutura produtiva ofertante dos bens/ equipamentos ou serviços. Assim, a própria opção por uma política de saúde de caráter médico-hospitalar significa o avanço do segmento industrial produtor de equipamentos ambulatoriais e dos laboratórios em detrimento da produção de vacinas, por exemplo, ou de uma cesta básica de medicamentos. <sup>(50)</sup> Na medida, portanto, em que as decisões/opções no âmbito da formulação das políticas (e aqui não importa o caráter das entidades executoras) se colocam a partir de determinados grupos de interesse, o gasto se revelará privatizante no sentido da apropriação por estes setores dos efeitos da ação estatal (que poderá até ser realizada pela administração direta via orçamento). Além do setor de saúde, alguns programas de alimentação popular também revelam esta tendência. (Abranches, 1985)

Finalmente, a própria ação do Estado (ou, mais frequentemente, sua ausência/ineficácia/inacessibilidade) enseja a ocupação dos espaços sociais pela iniciativa privada, que os transforma em atividades essencialmente mercantis e sujeitas, portanto, à uma lógica particular com consequências perversas para o atendimento social.

50 No setor de saúde esta interação tem sido apontada em diferentes trabalhos (Braga, 1981). Os debates em torno da CEME, por exemplo, e o abandono a que foi relegada a FIOCRUZ - que só nos anos recentes vem sendo recuperado - são particularmente ilustrativos.

Naturalmente que isto se dá com a sanção institucional dos segmentos responsáveis pelas diretrizes das áreas sociais, que de certa forma aferem apenas a expansão destas atividades, sancionando-as formalmente e sem regulação efetiva no tocante ao seu conteúdo. Nas áreas de educação, dos transportes coletivos urbanos, da seguridade social etc, esta tendência é acentuada e se agravou particularmente ao longo destes anos, tornando extremamente delicada uma reversão, em função dos interesses já sedimentados.

Esta análise da desfiguração orçamentária e do esvaziamento relativo do sistema fiscal, requer a consideração de um último aspecto, ligado exatamente às relações institucionais e financeiras do sistema no âmbito do próprio setor público.

#### 1.6.5 - A reordenação institucional e a esfera fiscal

A análise das finanças do setor público brasileiro foi marcada, ao longo das duas décadas recentes, pela dificuldade em explicitar, a partir das estatísticas oficialmente divulgadas, a posição financeira efetiva das diversas entidades. As áreas fiscal e monetária foram particularmente afetadas, face à superposição institucional de funções entre BACEN, Banco do Brasil e Tesouro.

Esse obscurecimento das contas públicas no período recente e a ausência de uma clara opção fiscal de financiamento nas áreas sociais conduziu a um recorrente debate acerca de quais gastos deveriam ser considerados de natureza fiscal. Num quadro de progressivo agravamento da crise de financiamento, em que as demandas específicas se avolumam e são atendidas "ad referendum" da contabilidade pública, e diante das pressões do desequilíbrio externo,

ficaram ofuscados os movimentos que relacionam não apenas as instituições oficiais entre si mas também seu impacto macroeconômico no conjunto da economia. Vale dizer, noções como as de déficit público ou política monetária se ressentem, nesse contexto, de qualquer conteúdo substantivo.

É necessário, nesse sentido, precisar o caráter das possíveis relações entre a esfera estritamente fiscal e as demais instâncias do setor público. Desde logo, há articulações correntes e que se poderiam denominar de passivas, ou seja, que independem da intenção expressa através de políticas ou medidas das autoridades econômicas ou dos gestores das estruturas particulares de financiamento. O pagamento de impostos pelas empresas e bancos oficiais, por exemplo, constitui exemplo de relacionamento que decorre do próprio conteúdo das atividades executadas via sistema fiscal no âmbito do setor público. Isto não significa que estas relações não possam ser modificadas no tocante a sua magnitude, frequência etc.

Por outro lado, é sempre possível distinguir políticas deliberadas que vão implicar em articulações específicas entre o orçamento fiscal e os demais. Os repasses para capitalização das empresas estatais, no bojo de uma estratégia de saneamento financeiro, ou o subsidiamento de bens ou serviços considerados essenciais (como os transportes urbanos ou mesmo o trigo), ou ainda o compromisso em cobrir permanentemente determinados gastos de outras instâncias (os gastos de custeio do INAMPS, por exemplo), entre outros, conformam um determinado desenho das interações internas ao setor público. Está claro que isto também é válido para as relações entre as diferentes esferas do governo.

Mas a presença de componentes de gasto eventualmente considerados pertinentes à esfera fiscal em

espaços de financiamento não-fiscais não representa, "a priori", qualquer disfunção. E até mesmo provável que determinadas políticas devam ser geridas ou executadas por unidades distintas do AE, ainda que financiadas por recursos tributários. A formação de estoques reguladores de alimentos básicos, por exemplo, pode requerer estruturas operacionais e de mobilização de recursos que se aproximem do sistema financeiro público.

Assim, o questionamento da "natureza fiscal" dos gastos envolve uma dimensão "móvel", ou seja, com conteúdo que pode variar e que será informado a cada momento e a cada redesenho operacional/institucional do AE pelas forças políticas prevalecentes e que se coloca no debate econômico a partir dos posicionamentos particulares dos interlocutores acerca do Estado e da dinâmica econômica.

A questão dos subsídios de preços e de crédito a determinados setores, juntamente com os repasses para cobertura dos encargos da dívida mobiliária, representaram pontos centrais nessa discussão no início dos anos 80, pela própria magnitude dos recursos envolvidos. De um lado, argumentava-se que a pressão dos subsídios, em circunstâncias de insuficiência de recursos fiscais, forçava a expansão da base monetária e alimentava a inflação, ao mesmo tempo em que estimulava a ineficiência dos setores contemplados. De outro, colocava-se a necessidade de questionar separadamente os repasses, diferenciando-os quanto a sua natureza/ função e efetiva sangria de receitas fiscais. Nesta ótica, alguns gastos deveriam ser realmente incorporados ou atribuídos ao orçamento fiscal enquanto outros, como os relativos à dívida mobiliária, na medida em que decorriam de operações do próprio BACEN sem contrapartidas justificadas a nível

orçamentário , estariam representando esterilização de recursos . (51)

As mudanças institucionais operadas a partir de 1985 contribuíram decisivamente para uma qualificação dessas relações e do debate em torno delas. Procuramos aqui delinear os aspectos principais dessas mudanças, apontando brevemente para algumas implicações que se colocam para a análise da própria execução financeira do Tesouro Nacional nos anos recentes.

#### 1.6.5.1 - O quadro geral das mudanças

A instabilidade da posição financeira do setor público, crescente ao longo dos anos 70, só se manifesta claramente no momento em que se rompem, por esgotamento, os mecanismos de rolagem da posição passiva junto ao mercado financeiro internacional. A esta altura, a desejada imbricação do sistema financeiro doméstico com os fluxos internacionais revela sua face essencialmente pública, explicitada de forma aguda na situação das grandes empresas estatais e do BACEN. E, portanto, diante da crise do padrão de financiamento vigorante até o início dos anos 80, que se coloca como premente o reexame das funções e da própria contabilidade pública, inadequada e imprecisa diante da complexidade assumida pelos fluxos de recursos oficiais.

Esse processo de reordenação, reforçado pela presença dos parâmetros impostos pelo FMI, implicaria, inicialmente, na própria explicitação dos movimentos subjacentes à apropriação contábil; num momento posterior,

---

51 Ver, a esse respeito, DAIN (1985).

requeria a (re)adequação institucional dos sistemas de financiamento e gestão das políticas fiscal e monetária.

Algumas linhas básicas de mudança, reiteradas pelas análises críticas da condução da política econômica e especificamente da posição do setor público, reuniam certo consenso ao nível dos próprios escalões técnicos do governo, responsáveis pelo equacionamento operacional das finanças. Em particular, centradas nas relações entre BACEN, BB e Tesouro. Assim, o movimento de reestruturação, imposto pela crise fiscal, envolve desde o início diferentes setores da administração federal.

Mas qualquer processo dessa natureza não pode ser consensual. Não apenas porque envolve segmentos distintos do setor público e de fora dele, mas porque o conteúdo das "funções fiscais", da política monetária ou de endividamento público envolvem concepções acerca do funcionamento da economia e desenho das políticas públicas. A ótica de curto prazo da política econômica que norteia o ajustamento não viabiliza quer a ampliação do debate, quer a operacionalização de medidas institucionais. Nesse sentido, o período recente representa um avanço razoável, em duas direções básicas: de um lado, os referenciais do debate sobre o setor público brasileiro (e em particular a nível federal) são necessariamente ampliados, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, o que se traduziu em divergências substantivas em torno da política de financiamento público e suas prioridades; de outro, assiste-se à implementação efetiva de medidas de reordenação institucional, que representam uma maior transparência das contas e encargos das diferentes esferas, recuperando graus de operacionalidade para a execução das políticas fiscal e monetária.

O processo de reordenamento se desenvolve basicamente em torno de três aspectos: o da unificação orçamentária, que é o de repercussão mais evidente para a execução financeira do Tesouro e que em certa medida se completa com a proposta orçamentária para 1988; a redefinição e regularização institucional, envolvendo as relações do Banco do Brasil - BB, Banco Central - BACEN e Tesouro Nacional; e o aperfeiçoamento operacional, efetivamente um desdobramento e uma imposição da redefinição de funções, expresso principalmente na criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).<sup>(52)</sup>

A questão da unificação orçamentária perpassa a discussão acerca das finanças públicas desde meados dos anos 70, sob diferentes óticas. É central, nesse sentido, qualificar e distinguir minimamente a direção das mudanças na composição orçamentária.

Desde logo cabe notar que se desfigura, já no início da década anterior, o significado estrito da execução fiscal. O progressivo inchamento do orçamento monetário com operações de fomento e a exclusão dos encargos da dívida mobiliária, reduziram a abrangência deste indicador. Explicitar as relações entre o orçamento monetário e o fiscal, portanto, constituía objetivo básico da unificação, implicando na separação dos gastos a partir de suas naturezas diversas. Ou seja, não se trata apenas de reunir sob uma mesma peça orçamentária gastos executados em esferas distintas, mas também tratar diferenciadamente o conjunto dessas despesas que configuram, efetivamente, políticas públicas de conteúdo e financiamentos específicos (como é o caso das políticas de educação, estoques reguladores ou da dívida mobiliária).

---

52 Baseamo-nos aqui, principalmente, em Parente (1987 e 1988).

Em particular, definitivamente não se trata da noção de orçamento único, que englobaria todas as peças orçamentárias no âmbito do setor público federal, no sentido de apurar a pressão exercida pela execução financeira desse conjunto heterogêneo sobre a esfera monetária.

Os principais momentos desse processo de unificação foram:

1. Para o orçamento geral da União de 1986, foram transferidas as operações de aquisição de produtos agrícolas, de transporte, armazenagem e seguro da política de preços mínimos, subsídios ao trigo, açúcar e álcool, além de outras despesas, constituindo um conjunto denominado de programas financeiros com tratamento específico - PROFIES, anteriormente alocados e gerenciados no BACEN/OM, mas com financiamento fiscal; paralelamente, são transferidos os encargos totais da dívida pública mobiliária (em poder do público e na carteira do BACEN). No primeiro caso trata-se de explicitar operações tradicionalmente cobertas por repasses fiscais e que passam à órbita do Tesouro, enquanto no segundo há uma superestimação evidente das despesas de responsabilidades da União junto ao BACEN, que eleva artificialmente a despesa total sem contra partida de mesma natureza na receita (essas inflexões são indicadas pelas taxas de crescimento da despesa e receita orçamentária em 1986 e 1987, cf. tabela 1.43 ).

A relevância básica destas primeiras modificações reside menos na discutível apropriação contábil que na explicitação dos PROFIES, na medida em que permitem visualizar um relevante conjunto de despesas (com destaque para os itens relativos aos encargos da dívida interna e externa e política de preços e subsídios agrícolas), anteriormente embutidas nos repasses fiscais ao OM e sem

discriminação na contabilidade oficial (tabela 1.44). Cabe ressaltar, efetivamente, a expressiva magnitude dos encargos da dívida mobiliária e dos subsídios aos produtores de trigo frente ao déficit de caixa observado no ano, indicando metas potenciais alternativas ao diagnóstico corrente sobre o déficit fiscal.

2. Para o ano de 1987, retornam ao BACEN os gastos com aquisição de produtos agrícolas realizados com recursos de "funding" do BACEN, bem como os encargos sobre a dívida mobiliária na carteira do BACEN; no OGU ficam as despesas do AGF e são incorporados os encargos com as operações cambiais do BACEN.

3. Finalmente, para o exercício de 1988, é criado o chamado Orçamento das Operações Oficiais de Crédito como um anexo ao OGU, e que incorpora os financiamentos alocados à responsabilidade do Tesouro, destinados quer a setores tradicionais como o agrícola e o exportador - além dos demais fundos e programas - como as medidas específicas de refinanciamento das dívidas externas dos estados, municípios e empresas estatais e programas de saneamento financeiro. Os encargos da dívida mobiliária em poder do BACEN retornam ao OGU enquanto os encargos das operações cambiais do BACEN voltam ao OM.

A configuração do orçamento unificado para 1988 representa um importante avanço qualitativo na apresentação das contas e para a análise das políticas públicas executadas a partir dos recursos fiscais; a posição do endividamento público mobiliário fica também determinada em sua relação com a execução orçamentária, principalmente a partir da separação operada em fins de 1987 entre o BACEN e o Tesouro, com a criação das Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

O segundo aspecto relevante do processo de reordenação institucional é a redefinição de funções entre BB/BACEN/Tesouro. Ao longo da década de 70, agravou-se consideravelmente a questão das relações entre estes órgãos, cujas ações se confundem no tocante à execução das políticas monetária e fiscal. O BACEN esbarra, desde a sua criação, no problema da autonomia diante do BB e do Conselho Monetário Nacional, instância efetiva de formulação da política monetária e de crédito. Assim, a conta movimento do BB, mediante a qual o BB obtinha recursos para o financiamento de atividades de interesse do governo federal, se transformou num elemento de descontrole para a política monetária. Paralelamente o BB, mantido como agente financeiro do Tesouro principalmente para as políticas agrícolas e de crédito às pequenas e médias empresas, foi tolhido em suas atividades como banco comercial, perdendo espaço potencial na alavancagem de recursos e servindo como espaço preferencial dos ajustamentos da política de crédito.

E nas relações entre BACEN e Tesouro, entretanto, que se colocam os percalços mais importantes. Do lado da política monetária e de endividamento público porque, com a lei complementar nº 12, em meio ao movimento de expansão do mercado aberto, foi facultado ao BACEN emitir títulos de responsabilidade do Tesouro não apenas para cobertura dos encargos financeiros vincendos mas para financiamento efetivo de suas diversas operações. Em grande medida porque estas envolviam, crescentemente a partir de meados dos anos 70 - diante da crise de financiamento da economia e em particular do setor público - operações de fomento e socorro financeiro para diferentes segmentos econômicos e sob variadas formas: subsídios creditícios e de preços, transferências diretas, rolagem de dívidas, fundos especiais etc.

Configura-se, portanto, ao lado do orçamento fiscal tradicional, outro orçamento que envolvia as operações da dívida mobiliária federal e numerosas linhas de financiamento sob somando do BACEN ou, mais exatamente, sob gerência do BACEN e comando da SEPLAN/CMN. E sob estas condições que se dá o inchamento do orçamento monetário, a perda de posição do Banco do Brasil, a descaracterização das políticas monetárias e de endividamento e o progressivo obscurecimento das políticas e registros contábeis acerca da política fiscal. Este quadro se agrava nos anos 80 com a elevação do passivo externo e com a transferência dos encargos externos privados para o BACEN e dos encargos externos do setor público para o BB, BACEN e, finalmente, para o Tesouro.

Os movimentos de regularização das atribuições básicas desses órgãos implicaram, já no início de 1986, no congelamento das operações da conta-movimento do BB no BACEN, que introduzia um componente adicional às variáveis de determinação da política monetária. A contrapartida dessa mudança foi conferir maior agilidade comercial ao BB, ampliando-lhe as possibilidades operacionais (como a criação da poupança verde), além de submeter a execução das políticas de interesse do governo a suprimentos específicos, como no caso da política agrícola, com a garantia de cobertura do diferencial de juros. Efetivamente, este ajuste das relações do Tesouro Nacional e BB envolvia a liquidação de débitos do Tesouro para com o BB pelo exercício das funções de agente financeiro, o que se dá apenas em 1987.

Desta forma, o BB ganha considerável potencial de expansão a partir da diversificação de suas atividades, mas permanece como agente do Tesouro não apenas para a contrapartida bancária das operações deste como para a execução de políticas setoriais específicas. Do lado BACEN,

reduz-se a pressão exercida pelos fluxos da conta movimento sobre a liquidez do sistema.

A explicitação das relações entre Tesouro Nacional e BACEN se desenvolve em duas etapas: de um lado procura-se realocar no Orçamento Geral da União as políticas de caráter fiscal desenvolvidas pelo BACEN e que contaram com repasses crescentes de recursos nos anos 80; isto se dá no âmbito do processo de unificação orçamentária, iniciado em 1986 e que se consolida com a proposta orçamentária para 1988. De outro, estabelecer claramente as atribuições e os procedimentos operacionais envolvidos nas políticas monetária e da dívida pública, o que se dá principalmente a partir do Decreto-lei nº 2.376/87.

O processo de unificação, acima descrito, vai explicitar estas operações financeiras do governo federal alocadas anteriormente no BACEN - os PROFIES. Políticas fiscais relevantes retornam assim ao OGU e, mais que isso, passam a ser acompanhados a partir das estatísticas oficiais, ainda que pelos fluxos.

No tocante à dívida pública, como já observado, o tratamento não foi uniforme e requer um comentário específico. Essencialmente, porque se trata aí de definir o próprio âmbito das políticas subjacentes, de financiamento fiscal e de regulação da liquidez, dimensões que se superpõem e confundem ao longo dos últimos anos e que implicaram de um lado em perda de controle, por parte do Tesouro, sobre o montante de seu financiamento e encargos mobiliários e, de outro, em liberdade para o BACEN no manejo dos títulos públicos, para execução da política monetária, de financiamento dos seus encargos fiscais ou de equilíbrio de sua posição patrimonial.

Rigorosamente, as mudanças em torno da concepção dessas políticas poderiam ser buscadas a partir da própria revisão dos rumos da política de altas taxas de juros do segundo semestre de 1985, revertida porque inviabilizadora do próprio financiamento das carteiras das instituições financeiras. A questão básica aqui, efetivamente, é a compatibilização das políticas monetária e fiscal a partir de títulos que não só representam a maior parcela dos haveres financeiros da economia, como têm um giro concentrado no curto prazo. Nesse sentido, a elevação do patamar de juros envolve custos muito superiores a eventuais ajustes nos demais componentes de despesa ou às possíveis elevações de receita tributária (na ausência de uma acentuada aceleração do crescimento ou de um choque fiscal).

A criação da Letra do Banco Central - LBC, em meados de 1986, constituiu um passo preliminar na direção da explicitação dos instrumentos monetários e de endividamento, na medida em que se cria um título com rendimento pelo deságio - minimamente superior à inflação - com prazo reduzido de resgate e de responsabilidade do próprio BACEN. Sua introdução significaria uma considerável economia de recursos no manejo da dívida mobiliária.

Mas as modificações mais significativas ocorrem em 1987, a partir do decreto nº 84.443, de junho, juntamente com as portarias nº 181 e 357 do BACEN, e que seria regulamentado pelo Decreto-Lei nº 2.376, de novembro, que estabelece os limites para a colocação de títulos da dívida pública, cria as LFT e reordena o relacionamento financeiro entre BACEN e Tesouro Nacional. Adicionalmente, extingue a Reserva Monetária e determina a transferência dos resultados do BACEN para o Tesouro. Essas mudanças se integram ao orçamento unificado para 1988.

Em essência, passam a ser de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional as atividades de colocação e resgate de títulos públicos, em consonância com a execução financeira do OGU. Assim, procura-se separar as políticas monetária, cuja execução passa a ser responsabilidade exclusiva do BACEN, e de dívida pública, sob responsabilidade da STN e tendo o BACEN apenas como agente.

A operacionalização dessa sistemática, vigente em 1988, envolve dois aspectos básicos.

1. A criação da LFT em substituição à LBC, com emissão exclusiva do Tesouro Nacional através de leilões primários realizados pelo DEMOB por conta da STN, de forma análoga à dos demais títulos públicos - LTN e OTN - que permanecem como alternativa de financiamento a partir de leilões eventuais, criando-se mesmo uma opção na OTN de resgate pela correção da LFT ou IPC.

A LFT reúne atributos que a LBC, enquanto título do BACEN, não possuía: possibilidade de compor a carteira dos investidores institucionais, encaixe dos bancos comerciais, aumento de capital das instituições financeiras etc. O montante de emissão, os prazos e as características do título passam a ser objeto de decisão conjunta entre STN e BACEN. Para as colocações, que determinarão o perfil da dívida do Tesouro, a STN não apenas atuará em conjunto com o DEMOB mas o fará sob os limites colocados pelo orçamento de operações de crédito, aprovado pelo Congresso em anexo ao OGU. Desta forma, explicita-se o endividamento mobiliário de natureza fiscal.

2. A política monetária passa a ser executada pelo BACEN a partir dos títulos públicos que já compõem a sua carteira, acrescidos do volume de títulos que o BACEN vier a adquirir

nos leilões primários, dos quais poderá participar apenas subsidiariamente, ou seja, comprando os papéis que excederem a demanda do mercado. Permanece como atributo do BACEN, desde logo, a realização de leilões secundários com títulos de sua carteira, para fins de regular a taxa do "over". Note-se que isto não elide o fato de que o endividamento possa envolver contenção ou expansão monetária, implicando em ações compensatórias por parte do BACEN, mas que se farão, no caso da utilização de títulos públicos, através de sua própria carteira. Desta forma, a expansão da dívida pública mobiliária passa a ser comandada pelo próprio Tesouro, restringindo a autonomia do BC, mas aliviando a autoridade monetária dos encargos representados pelas políticas de fomento, agora incorporadas ao OGU.

Finalmente, cabe notar que a criação da Secretaria do Tesouro Nacional representa o eixo das mudanças operacionais na execução financeira do Tesouro e o suporte institucional para a maior independência e clareza das funções do Banco Central, Tesouro Nacional e Banco do Brasil. Criada pelo decreto nº 92.452, de março de 1986, a STN passa a se constituir no órgão central da programação e administração financeira, contábil e de auditoria do governo federal. Incorpora as funções da Comissão de Programação Financeira e da Secretaria de Controle Interno do MINFAZ. As funções da STN envolvem não apenas a qualificação e quantificação da despesa "strictu sensu" do governo federal, mas o acompanhamento dos compromissos de outras entidades públicas (estados, municípios, instituições financeiras oficiais, empresas etc) que possam afetar direta ou indiretamente as finanças federais.

Estruturada em torno de seis secretarias, a STN passa a ter uma participação compulsória e central no desenho dos planos de saneamento de governos e bancos estaduais, planos de recuperação financeira das grandes

empresas estatais, rolagens e ampliações do endividamento mobiliário etc.

Já no âmbito da atuação da STN, desenvolveu-se e passou a operar em janeiro de 1987 o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira. Efetivamente, as próprias atribuições da STN implicavam na agilização operacional da execução financeira, quer do ponto de vista da otimização e tempestividade na utilização dos recursos como no sistema de controle e gerenciamento dos fluxos financeiros. Desta forma, a posição de caixa do Tesouro ficou mais explícita e atualizada, eliminando-se defasagens acentuadas não só entre fatos e registros contábeis mas também entre estes e sua publicação. A partir de 1987 foram integradas 2.000 unidades gestoras do governo federal, responsáveis pela maior parcela do gasto, significando uma economia substantiva de recursos diante da menor ociosidade aos níveis correntes de inflação.

Por último cabe notar a criação, pelo decreto n.94.446 e no âmbito da redefinição de relações entre Tesouro e BACEN, da Comissão de Coordenação Financeira, Integrada por representantes do MINIFAZ/SEPLAN/BACEN e BB, visando exatamente conciliar a execução orçamentária (do OGU e das empresas estatais) com a política monetária; e do Comitê de Limites de Crédito (SEAE/MF, STN e Diretoria de Crédito Rural, Industrial e de Programas Especiais do BACEN) para definição dos limites das instituições financeiras nas operações com fundos e programas (decreto nº 95.364/87).

Estes aperfeiçoamentos operacionais, somados à abrangência relativamente ampliada decorrente do processo de unificação, devem tornar a análise da execução financeira um exercício mais acurado de acompanhamento da posição de caixa e das políticas públicas do governo federal. Registre-se, entretanto, o irreparável dano que decorre da

irrecuperabilidade de séries consistentes acerca da execução da política fiscal anterior a 1985, decorrente do mascaramento institucional e contábil das finanças federais.

#### 1.6.5.2 - As mudanças e a execução financeira

O conjunto de alterações acima apontado tem reflexos evidentes para a interpretação dos resultados da execução financeira do Tesouro Nacional. Em face daquelas modificações, alguns indicadores correntes de desempenho financeiro do governo federal, analisados agregadamente, podem conduzir a equívocos. Tomando-se, por exemplo, o crescimento da receita e despesa orçamentária em 1986 e 1987, dos repasses ao BACEN e da contribuição da execução financeira do Tesouro para o déficit público, o ano de 1986 se revelaria crítico para as contas do governo federal. Em que pese a elevação da receita, em torno de 20%, o Tesouro apresenta uma elevação substancial do déficit de caixa, em decorrência de um acréscido de 70% nas despesas. Da mesma forma, poderia soar paradoxal que a evidente redução no déficit real de caixa do Tesouro em 1987 não tenha significado uma menor pressão do governo central e, especificamente, da execução financeira do Tesouro nas NFSP que, pelo contrário, se eleva de 0,4% para 0,9% do PIB.

Assim, sem ter em conta as modificações na abrangência dos conceitos correntes, perdem significado os números da execução financeira, pois encerram diferentes composições de receitas e, principalmente, de despesas do Tesouro no período 1985/87 ( tabela 1.43 ). As despesas em 1986 estão muito acima do realizado em 1985 em função dos PROFIES transferidos para o OGU e, em particular, devido ao montante dos encargos financeiros da dívida pública que

estão em sua totalidade contabilizados na despesa fiscal . Por outro lado, a posição do governo central no conjunto das NFSP é resultante de um conjunto de contas, dentre as quais a relativa à execução financeira. Mas a contabilização do resultado de caixa é pelo seu impacto monetário, que é muito superior em 1987 ao que fora em 1986, basicamente pela exclusão de parte dos encargos da dívida pública do OGU em 1987, significando uma redução expressiva dos repasses para o BACEN.

Essas alterações refletem-se em todas as séries da contabilidade pública a partir de 1986. A análise dos Balanços Gerais da União revela, por exemplo, que o crescimento expressivo dos gastos de capital em 1986, revertendo uma trajetória de queda nos anos 80, se explica também pelo aumento significativo da rubrica "aquisição de bens para revenda" , onde são computadas as compras de produtos agrícolas, que passam à órbita da STN em 1986.

Na tabela 1.43 são apresentadas as disposições da execução financeira, vigentes no período anterior a 1985 e as modificações de 1986 e 1987, notando-se a abertura da despesa para esses últimos dois anos, onde se destacam os PROFIEs, as transferências aos estados e municípios e os gastos com pessoal e encargos. A composição dos encargos financeiros da União ( tabela 1.44 ) indica por sua vez o peso dos itens ligados à política agrícola/abastecimento e dos encargos da dívida pública.

Desta forma, as crescentes pressões sobre a capacidade de financiamento fiscal, que caracterizam os anos 80, passam a ser apreendidas e explicitadas nas contas do Tesouro , ao mesmo tempo permitindo e ensejando qualificações mais precisas e abrangentes acerca da " crise fiscal " .

## 1.7 - PERSPECTIVAS E IMPASSES DO SISTEMA FISCAL - A REFORMA TRIBUTARIA

### 1.7.1 - O Diagnóstico

Dentre as estruturas de financiamento público no Brasil a esfera fiscal tem-se constituído, ao longo do período recente, num espaço relativamente permeável a modificações. Entretanto, embora tenha se alterado a estrutura da receita, as principais medidas concentraram-se em torno do chamado federalismo fiscal, ante as dificuldades recorrentes de Estados e Municípios. De qualquer modo, ao representar a dimensão mais visível e imediata das contas públicas, sua presença é permanente enquanto objeto dos debates e das pressões efetivas sobre os recursos públicos.

Neste sentido a reforma tributária representava, há muito tempo, um anseio generalizado e um meio capaz de imprimir nova vitalidade às ações dos governos, particularmente aquelas de cunho social, sempre reiteradas como compromissos políticos inadiáveis. Havia, contudo, enfoques bastante diferenciados quanto à oportunidade, alcance e conteúdo da reforma. Essas diferenças eram marcadas, principalmente, de um lado pelo caráter regional que a discussão da questão inevitavelmente assume num contexto de acentuadas disparidades espaciais e debilitamento da autonomia das instâncias subnacionais; de outro, pela timidez em avançar propostas que confirmam maior progressividade à exação fiscal, desonerando a produção e os segmentos de menor renda.

A evolução recente do sistema tributário revela alguns traços básicos, que perpassam as principais questões da área.

1. O esforço fiscal é baixo, tomando-se a relação entre a carga tributária e o PIB, que se situou em torno de 23% em 1987, e em comparação com a de países desenvolvidos e mesmo de renda per capita média. Ao longo dos últimos anos essa relação é mesmo declinante, em que pesem as modificações relevantes na estrutura econômica. A questão central à discussão a respeito da carga tributária, vale lembrar, passa pela definição das atribuições pertinentes, no financiamento e na execução das políticas públicas, ao sistema fiscal. E, portanto, um debate sobre o tamanho do Estado, seu peso e sua influência na atividade econômica, que requer a articulação das estruturas de financiamento ao perfil das políticas, a partir de suas magnitudes e sua natureza específica.

2. A concentração dos recursos na esfera federal é outro componente evidente do sistema fiscal brasileiro. Esse traço, que efetivamente tem uma racionalidade macroeconômica ligada à própria centralização das instâncias de formulação e implementação de algumas políticas públicas em espaços nacionais, não pode ser dissociado da gestão autoritária do Estado e da política econômica, que acentuou a deterioração das finanças estaduais e municipais, sem que se tenha ampliado o espectro e o volume de recursos para o atendimento das áreas sociais. A União retém hoje cerca de 53% da receita tributária própria e 41% dos recursos tributários disponíveis. Essa situação já decorre essencialmente das modificações recentes nos sistemas de transferências, que elevaram os percentuais dos fundos e da partilha de alguns tributos, relativamente aos níveis da década de 70.

No tocante a esse ponto, o grau de concentração de recursos em qualquer das esferas de governo só adquire algum significado caso se tenha em conta o conteúdo das funções dos diferentes níveis de governo, a eficácia e a abrangência dos sistemas de equalização, ou seja, se forem consideradas a natureza e o alcance do sistema fiscal enquanto instrumento de financiamento das políticas públicas. Nesse sentido, há certo grau de consenso em torno da transferência de algumas políticas sociais hoje executadas a nível federal e que poderiam ser melhor realizadas pelos governos estaduais e municipais. A questão central, portanto, é a autonomia financeira de governos democráticos que devem oferecer respostas aos eleitores.

Assim, parece fundamental que, na questão das competências, seja conferida flexibilidade na exploração das bases econômicas regionais e que, ante o grau de disparidades, se estabeleçam mecanismos de transferências de recursos claros e progressivos. Em suma, a discussão em torno do federalismo não deveria tratar simplesmente de como aumentar a participação das demais esferas na arrecadação federal ou, em termos mais genéricos, de elevar os recursos para as esferas subnacionais. Este objetivo, obviamente, pode ser alcançado de inúmeras maneiras e não requer uma reforma tributária. O que se trata, no entanto, é de tornar o sistema tributário em seu conjunto, enquanto esfera de financiamento e de regulação estatal, mais operacional e equitativo. É evidente que qualquer reforma tributária encerra um componente fortemente regional, mormente num contexto de virtual falência dos governos estaduais e municipais. Mas é claro também que, se pela pressão da conjuntura, o debate sempre ficar restrito aos ajustes que possibilitem folgas de caixa às esferas subnacionais, os problemas de financiamento vão necessariamente se repor à frente.

3. Outro aspecto marcante do sistema fiscal brasileiro é sua regressividade. Esta não se revela apenas pela estrutura da receita mas também pela estrutura e alcance dos gastos. De um lado, os impostos indiretos representam mais de 60% da receita tributária total, sem levar em conta que a sistemática de arrecadação na fonte - responsável por cerca de 70% da arrecadação do imposto de renda em 1985 - representa, no caso da tributação sobre os ganhos de capital, uma forma distinta de tributação indireta que se traduz em elevações das taxas de juros. Além disso, há uma ampla gama de incentivos e isenções de eficácia duvidosa, que beneficiam reduzido número de contribuintes. Pelo lado da despesa fiscal, o período recente assistiu a um esgotamento progressivo da estrutura de financiamento social, particularmente agravado com a estratégia de ajuste dos anos 80.

4. Finalmente, e acentuando esta regressividade do sistema, uma contraface importante tanto do nível do esforço fiscal quanto da centralização de recursos, foi a progressiva desfiguração orçamentária do financiamento do Setor Público. Esse afastamento da noção de orçamento não se traduz apenas no fato evidente de que a administração descentralizada em seu conjunto cresceu acentuadamente, levando a esfera fiscal a ver reduzido seu peso relativo no gasto direto total do setor público.

Não se trata aqui da questão formal da orçamentação em si como sistemática de previsão e controle para as diferentes instâncias. Em algumas áreas, inclusive, como nas empresas estatais, tal sistemática de controle não necessariamente é a mais adequada. Trata-se, antes, de perceber que não há um controle social efetivo e nem coordenação interna ao Aparelho do Estado que possibilite a discussão das políticas públicas. Este é o sentido clássico da própria idéia de orçamento. Assim, por exemplo, as

estruturas de gasto social, em larga medida, estão fora do orçamento fiscal, com volumes expressivos de recursos sendo repassados ou alavancados junto às instituições de financiamento internas e externas, da mesma forma que o volume mais expressivo dos gastos de investimento, realizados ou alavancados (através dos bancos de fomento) em sistemas próprios.

Diante deste quadro, era possível divisar duas posições básicas em torno da Reforma Tributária. De um lado, os que pretendiam apenas ajustes no sistema atual, com maior distribuição das competências e da receita dos tributos já existentes, menor controle das aplicações pelo governo central e alguma melhoria na progressividade do sistema, principalmente através da taxaçaõ diferenciada e/ou isenções no caso de produtos essenciais. De outro lado os que, tomando o sistema tributário em seu conjunto como um instrumento relevante de financiamento das políticas públicas, propunham reformulações mais abrangentes.é

Desta ótica, não se tratava apenas de repartir o bolo tributário, ainda que este fosse também um objetivo, nem se tomava como dada a estrutura atual de tributos. Propunha-se uma conformação distinta para o sistema e sua integração a objetivos centrais de política social. Os trabalhos da Comissão de Reforma Tributária e Descentralização Administrativa da SEPLAN/PR constituíam, sem dúvida, o exemplo mais claro desta visão, à medida em que tomavam o sistema tributário de modo integrado e propunham reformulações que procuravam garantir o financiamento das políticas públicas, no longo prazo, em bases mais operacionais e equitativas.(53)

---

53 Ver a respeito os textos para discussão n. 104 e 109 do IPEA - SEPLAN/PR e o seminário IESP n. 01.

Resumidamente, os pontos centrais a essa proposta passavam por:

- alargamento da base de incidência dos tributos, com a redução de seu número; especificamente, propunha-se a criação de um imposto abrangente sobre o valor agregado - o IVA - de competência estadual, que incidiria sobre bases hoje segmentadas em impostos federais como o IUEE, IUM e IULC, que seriam extintos. Paralelamente, o IPI seria mantido como imposto federal, mas restrito a poucos produtos.
- eliminação das alíquotas interestaduais, com a tributação no local de consumo;
- progressiva integração na área do imposto de renda, com maior taxação rural e dos serviços, além da criação da tributação sobre o patrimônio, heranças e doações;
- amplo processo de descentralização funcional, com mecanismos de transição das atribuições e recursos para as esferas subnacionais, além da reformulação dos fundos patrimoniais existentes, transformando-os em fundos coletivos e ligados a políticas sociais específicas.
- progressividade nas transferências de recursos federais, com clareza nos critérios de cálculo, agilização dos repasses e desvinculação das aplicações.

De qualquer modo, o significado maior dos problemas que atingem a capacidade de gasto fiscal não pode ser apreendido isoladamente das mudanças que marcaram o

padrão de financiamento do setor público como um todo: o endividamento externo, a excessiva segmentação das atividades e o descontrole institucional. Nesse sentido, claramente, o desarranjo não é exclusivo da área fiscal, embora aqui fosse evidente a necessidade de uma reforma orçamentária abrangente, visando essencialmente incorporar a discussão do conteúdo das políticas e um acompanhamento mais estrito das estruturas descentralizadas.

Desse ponto de vista, entretanto, a reforma tributária não se colocava apenas como necessária. Ela não basta. Vale lembrar, a propósito, um contraste importante entre a reforma tributária da década dos 60 e o contexto atual: enquanto aquela se fez acompanhar de um conjunto de reformas institucionais (bancária, do mercado de capitais e no aparato social, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação e a unificação da previdência social), o debate recente ficou centrado na questão tributária e, mais exatamente, nas demandas regionais. O quadro político, por seu lado, obviamente distinto, ensejava um alargamento dos referenciais. Particularmente, uma reforma tributária mais orgânica seria um avanço significativo à redefinição institucional nas demais áreas. Sob esses aspectos, entretanto, os resultados parecem ter ficado aquém dos desejados, ainda que previsíveis diante do quadro político.

#### 1.7.2 - A Reforma Tributária de 1988 - uma avaliação Preliminar

A reformulação do sistema tributário brasileiro, realizada no âmbito dos trabalhos da Constituinte, não teve o mesmo significado e a amplitude da reforma realizada em meados dos anos 60. Constitui um ajustamento relevante do sistema de 1966, corrigindo-lhe muitos defeitos e

articulando a questão orçamentária a um quadro de maior controle pelo legislativo, criando um espaço potencial de efetiva discussão das políticas públicas. Entretanto, e apesar da evidente gravidade da crise fiscal - lato sensu - não é acompanhada de outras reformas institucionais, ao mesmo tempo em que não envolveu uma preocupação com a progressividade sequer comparável ao eixo de todos os debates, que foi a descentralização dos recursos fiscais e sua alocação regional. Mesmo aqui não foi inovadora, privilegiando-se os mecanismos tradicionais e especialmente os fundos de participação dos estados e municípios na receita do IR e IPI, que foram substancialmente elevados.

Há três características que permeiam a elaboração do novo sistema fiscal e que se expressam na configuração assumida pelas principais mudanças em relação à estrutura anterior.

1. Desde logo, cabe notar que o contexto político distinto é um elemento decisivo, particularmente para o federalismo fiscal. Não apenas porque amplia o leque de setores e temas envolvidos, mas também porque os articula em torno de alguns tópicos centrais. Assim, as modificações na distribuição dos recursos (quer através da revisão de competências como via sistema de transferências), acentuam uma tendência que já se delineava claramente desde o início dos anos 80, no sentido da descentralização. Efetivamente, as pressões pela realocação horizontal e vertical das receitas são o traço marcante de todos os debates fiscais da Constituinte. Aliam-se à gravidade estrutural do financiamento fiscal dos estados e municípios, que implica na dependência dessas esferas em relação aos repasses regulares e negociados do governo federal (e que, como visto anteriormente, atinge mais diretamente as regiões norte, nordeste e centro-oeste), o quadro de crise econômica e a

disputa subjacente pelo poder político a partir das redefinições na capacidade de gasto.

Nesse contexto, opõem-se em diferentes momentos os interesses da União frente às esferas subnacionais e entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres. Estas, constituindo a maior bancada no Congresso - por força da legislação anterior - terão um peso evidente no desenho do novo sistema.

Assim, e contrastando com a reforma anterior, a de 1988 é descentralizadora. E a descentralização era necessária. Mas este movimento, pelo caráter de linha básica de recuperação financeira que assume diante do desequilíbrio das finanças regionais, não se inseriu em qualquer visão mais ampla de efetiva reestruturação, e não só não contempla propostas de redefinição dos encargos dos níveis de governo, como por isso mesmo pode ter relativizados seus ganhos. Ou seja, o debate federativo se sobrepôs à real dimensão dos desequilíbrios do setor público brasileiro, relativizando a necessidade de reestruturações concomitantes em outras áreas.

2. A questão da revisão das estruturas de financiamento e gasto do conjunto do sistema fiscal ficou obscurecida face à centralidade assumida pelo federalismo. A progressividade da arrecadação e as possibilidades de ampliação da cobertura social das políticas públicas seriam os espaços básicos de mudanças sob esta perspectiva. Efetivamente, do ponto de vista da receita foram extintos alguns privilégios do IR e proposta a criação do imposto sobre grandes fortunas; o caráter da legislação complementar será aqui decisivo, bem como a ampliação da progressividade de modalidades de tributos já existentes. De qualquer modo, o perfil global da carga tributária permanece regressivo, assentado sobre a tributação indireta e distante, como na

maioria dos países latino-americanos, da estrutura de receita fiscal observada nos países da OECD: em 1985, a receita total do imposto sobre a renda no Brasil (empresas, pessoas físicas e imposto retido na fonte) equivaleu a 4,1% do PIB, enquanto para a média dos países da OECD a receita proveniente apenas do imposto sobre a renda pessoal - que constitui a maior parcela - representou em 1984 o equivalente a 11,7% do PIB.

Mas é no tocante ao desenho de esquemas de financiamento para as políticas sociais, pertinentes ao caráter das mudanças, que se revela claramente a ausência de um projeto mais amplo de financiamento das políticas públicas. Isto se deveu em parte à própria forma como as demandas sociais foram introduzidas, resultando num descompasso potencial entre fontes de financiamento e de gasto. Assim, à rejeição de propostas mais articuladas e abrangentes (como a apresentada pela Comissão de Reforma Tributária da SEPLAN/PR), não se seguiram esquemas integrados de cobertura social, resultando na fragmentação, supostamente contornada pela inclusão de um conjunto de políticas no âmbito do recém-criado orçamento da seguridade social, envolvendo a contribuição do FINSOCIAL e que incorpora as operações do sistema previdenciário. A montagem da estrutura orçamentária será aqui crucial tanto para o conteúdo quanto para a abrangência das políticas.

Em particular, paralelamente à evidente perda de recursos por parte do governo federal, não se concebeu uma estratégia de descentralização de encargos. Isto revela, por um lado, o caráter estreito das próprias mudanças e, por outro, põe em risco a cobertura de muitos programas federais relevantes, suprimidos ou reduzidos pelos ajustamentos no Orçamento Geral da União, diretamente ou a este pretexto.

Do ponto de vista da progressividade da política fiscal, num sentido amplo, o novo sistema não representa, portanto, uma transformação substancial em relação ao sistema anterior e a sua concepção.

3. Algumas mudanças na sistemática do processo orçamentário, envolvendo um orçamento fiscal tradicional - e que deverá estar em consonância com a unificação orçamentária que se processou no período recente, que se expressa no orçamento para 1988 com a distinção das operações oficiais de crédito em uma peça específica -, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais, além da formulação da chamada lei de diretrizes orçamentárias e de um plano de investimentos plurianual, constituem espaços potenciais relevantes de discussão das políticas e do financiamento do setor público que, se efetivamente utilizados podem, no mínimo, tornar mais precisos os contornos da política fiscal e seus e do cumprimento efetivo pelo Congresso das suas funções.

Há sob este aspecto, um avanço importante em relação ao sistema anterior, que decorre diretamente da nova conjuntura política.

A nova configuração do sistema tributário brasileiro é apresentada no quadro 2. Note-se desde logo a extinção dos chamados impostos únicos: sobre minerais - IUM, lubrificantes e combustíveis - IULC e energia elétrica - IUEE, todos de competência federal e receitas partilhadas. Esta medida é simplificadora do sistema e remete estes fatos geradores para a base do ICM, que passa a incorporar também os serviços de transporte e comunicações, ampliando razoavelmente a abrangência desse imposto estadual, em

QUADRO 2  
O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO

ESTRUTURA DE IMPOSTOS	COMPETÊNCIAS
<b>Comércio Exterior</b>	
Imp. importação	União
Imp. exportação	União
<b>Patrimônio e renda</b>	
Imp. s/ propr. territorial rural - ITR	União
Imp. s/ transmissão bens imóveis - ITBI	
. " causa - mortis " e doações	Estados
. inter-vivos	Municípios
Imp. s/ renda e proventos - IR	União
. adicional do IR	Estados
Imp. s/ propr. predial e territ. urbana - IPTU	Municípios
Imp. s/ grandes fortunas - IGF	União
Imp. s/ propriedade veículos aut. - IPVA	Estados
<b>Produção e circulação de bens</b>	
Imp. s/ produtos industrializados - IPI	União
Imp. s/ circulação de mercadorias e serviços	
de comunicação e transporte - ICMS	Estados
Imp. s/ operações financeiras - IOF	União
Imp. s/ serviços qualquer natureza - ISS	Municípios
Imp. s/ venda a varejo combustíveis - ISVUC	Municípios

benefício especialmente dos estados mais desenvolvidos, embora sem transformá-lo no único imposto abrangente sobre valor agregado do sistema.

Uma segunda modificação de importância para os estados é a possibilidade de cobrança de um adicional sobre o IR de até 5%, que cria uma competência repartida entre duas esferas de governo. Finalmente, cabe aos estados a tributação das heranças e doações, que é um imposto de caráter redistributivo. No tocante aos municípios, por um lado passam a ser titulares do ITBI - inter-vivos, um imposto já existente e, por outro, adquirem a competência para tributação da venda a varejo de combustíveis, exclusive óleo diesel. Pelo lado da União, é criado o imposto sobre grandes fortunas, que dependerá de definições da lei complementar e que deve se constituir menos num instrumento de geração de receita que num meio de tornar mais progressivo o sistema.

Os demais impostos permanecem inalterados e persiste a competência residual da União, mas aqui com a obrigatoriedade de repassar 20% das receitas de eventuais novos tributos aos estados. No caso do ICM, há agora autonomia para a fixação das alíquotas, que tenderão a níveis acordados entre os próprios estados. Nota-se, já a partir da configuração do novo sistema, a maior presença das esferas inferiores.

Entretanto, é no contexto do sistema de transferências que se delineiam os ganhos efetivos dos governos estaduais e principalmente municipais, como se depreende do quadro 3, que apresenta os sistemas atual e o novo de realocação das receitas fiscais.

Os acréscimos mais expressivos advêm da elevação dos fundos de participação sobre a receita do IR e IPI: o

FPE deverá se elevar a 21,5% até 1993, enquanto o FPM alcançará 22,5%. De qualquer modo, o impacto inicial é elevado, pois já a partir de 1988 esses fundos alcançam, respectivamente, 19% e 20%, implicando numa perda adicional para a União de 8% da receita conjunta desses impostos. Os maiores beneficiados são os estados do norte e nordeste, que também passam a contar com um fundo para investimentos industriais, sucedâneo do fundo especial e com percentual elevado de 2% para 3%.

A intensidade da alta nos percentuais de distribuição constitui um componente efetivo de agravamento da situação financeira do governo federal. Paralelamente, a criação de um fundo específico de investimentos constitui um elemento de reforço da fragmentação do financiamento e a subtração ao controle e à discussão de um montante não desprezível de recursos, à exemplo dos fundos regionais e setoriais.

No caso da receita do IPI estas transferências serão ainda maiores, pelo atendimento à reivindicação dos estados exportadores, antes recorrentemente prejudicados pelas isenções estabelecidas a nível federal (mas que agora estão previstas na própria Constituição, que isenta os produtos para exportação). Da receita do imposto, 10% constituirão o Fundo de Exportação, sendo 7,5% para os estados (proporcionalmente às exportações de manufaturados, e com teto de 20%) e 7,5% para os municípios, com base nos critérios do ICM, agora ICMS.

Os municípios mantiveram o ISS sem alterações e obtiveram outro ganho na partilha do ICMS, que é um imposto com base mais ampla que o atual ICM e que incorpora tributos anteriormente partilhados (os municípios recebiam 20% do IUM, 10% do IUEE e 20% do IULCLG): a parcela municipal no ICMS será de 25%, frente a 20% no ICM. Finalmente o ITR,

## DISTRIBUICAO DE RECURSOS

ATUAL		NOVO - 1998		
tributos	distribuicao		distribuicao	
Comercio ext.				
Imp. exp.	Uniao	100%	Uniao	100%
Imp. imp.	Uniao	100%	Uniao	100%
Patr. e renda				
ITR	Municipios	100%	Municipios	50%
			Uniao	50%
ITBI (inter-vivos/ causa-mortis)	Estados	50%	iv- Municipios	100%
	Municipios	50%	cm- Estados	100%
IR	Uniao	67%	Uniao	53%
	Estados FPE	14%	Estados FPE	21,5%
	FE	2%	FE	3%
	Munic. FPM	17%	Munic. FPM	22,5%
adic. IR	-		Estados	100%
IGF	-		Uniao	100%
IPTU	Municipios	100%	Municipios	100%
IPVA	Estados	50%	Estados	50%
	Municipios	50%	Municipios	50%
Prod. circ. bens				
IPI	Uniao	67%	Uniao	43%
	Estados FPE	14%	Estados FPE	21,5%
	FE	2%	FE	3%
			FExp	7,5%
	Munic. FPM	17%	Munic. FPM	22,5%
			FExp	2,5%
ICMS	Estados	80%	Estados	75%
	Municipios	20%	Municipios	25%
IOF	Uniao	100%	Uniao	100%
ISS	Municipios	100%	Municipios	100%
ISVUC	-		Municipios	100%

essencialmente em função da pequena expressão de sua receita, constitui a única alteração no sentido inverso, já que a União tinha a competência mas não a receita e agora passa a reter 50% dos recursos.

O impacto dessas medidas sobre a disponibilidade de recursos das diferentes esferas dependerá de muitos critérios e percentuais a serem estabelecidos na legislação infra-constitucional. De qualquer modo, as estimativas indicam que com a operação plena do sistema de transferências, em 1993, haverá uma perda de recursos por parte da União em torno de 15% da receita orçamentária total (tributos + outras receitas) ou cerca de 25% da receita tributária disponível. Os ganhos médios dos estados estariam entre 13% e 15% de sua receita tributária disponível, enquanto os municípios aparecem, no conjunto, como os grandes beneficiários das mudanças, com acréscimos previstos em torno de 30%. Do ponto de vista regional, saem beneficiados os estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, tradicionalmente mais dependentes dos repasses do governo federal, enquanto os do sul/sudeste se beneficiam proporcionalmente mais a partir do ICMS, do adicional do IR e do fundo de exportações.

A reforma tributária de 1988 claramente não constitui uma solução para a crise financeira do setor público e em particular para o próprio financiamento fiscal nos três níveis de governo. A chamada "operação desmonte", através da qual a União pretendeu aliviar a sua execução financeira de 1989, envolvendo a desativação ou suspensão de muitas atividades federais, é apenas um sintoma corrente da precariedade das estruturas de financiamento diante das dimensões e heterogeneidade das demandas, que devem conduzir

a recorrentes percalços na discussão orçamentária. Efetivamente, o processo de disciplinamento orçamentário do próprio Poder Legislativo requererá modificações de posturas técnicas e mesmo políticas.

Diante desse quadro, e sem abdicar das possibilidades de equacionamento financeiro colocadas por ajustamentos necessários das diferentes instâncias do setor público, cabe apreender dois aspectos centrais da chamada crise fiscal. Por um lado, ela significa a crise das próprias políticas públicas, no sentido de que não se definem as áreas e as dimensões dos programas que requerem a criação ou a reformulação de sistemas de financiamento no âmbito do setor público, ou seja, não há definições ativas de política fiscal/econômica que contemplem claramente, por exemplo, o desenho das políticas sociais, pertinentes ao âmbito fiscal. Por outro lado, e de uma ótica mais estrita, cabe reforçar a idéia de que a crise fiscal se expressa num desequilíbrio financeiro corrente, mas não se confunde com ele: A crise fiscal no seu sentido geral liga-se ao desarranjo da forma de financiar as atividades do setor público, vale dizer, da montagem das equações de financiamento dos segmentos do estado. E sob esta ótica é que os estoques de dívida adquirem um significado crucial e recorrentemente restritivo da abrangência das reformas. A retenção desses pontos é especialmente relevante na análise das empresas estatais.

## CAPITULO 2 - O FINANCIAMENTO DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL

## 2.1 - INTRODUÇÃO

As empresas estatais constituem um foco privilegiado à discussão acerca da presença do estado na economia e que se intensifica em meio à desaceleração da economia mundial a partir de meados dos anos 70. Este debate tem um caráter abrangente expressando-se politicamente nos programas de desregulamentação/privatização em vários países e nas recomendações das instituições internacionais de crédito e regulação.

Desde logo, cabe notar que as empresas públicas (EPs) constituem um objeto complexo, que põe dificuldades específicas à análise. A expressão sintetizadora dessas dificuldades está na noção de "ambiguidade estrutural" (DAIN & ABRANCHES, 1978). Ou seja, é a circunstância mesmo de pertencerem ao AE enquanto instâncias de regulação e, simultaneamente, se inserirem diretamente nos setores produtivos sob a forma empresarial, que lhes condiciona o financiamento e a expansão.

Esta especificidade das empresas requer, analiticamente, a articulação de duas dimensões básicas acerca do seu papel e comportamento, ambas estranhas à visão tradicional que, ou as considera como disfunções no capitalismo provocadas pela intervenção excessiva do estado, ou as justifica enquanto solução de otimização, num contexto de "second-best".

Por um lado, não há como delimitar seus condicionamentos específicos sem ter em conta previamente o caráter de sua inserção estatal e o conteúdo da função regulatória que executam. Ou seja, é imprescindível a idéia de que "... a empresa estatal é a forma transfigurada do estado, sua redução a uma dimensão particular no plano econômico. Como tal, sua lógica implica em responder em

simultâneo, e nela mesma, ao interesse geral do capital, bem como ao seu próprio, como forma e manifestação deste capital" (DAIN, 1980, p. 46). Portanto, antes de mais nada, as empresas estatais são parte do AE, já que mesmo ao exercer atividades tipicamente produtivas "... o estado exerce também ação regulatória, na medida em que a motivação da presença estatal pode derivar, por exemplo, do atendimento a interesses específicos ou superação de insuficiências de infra-estrutura. Isto está na essência teórica do conceito de "condições gerais de reprodução", conforme desenvolvido particularmente por Altvater" (Prado, 1985, p.83).<sup>(1)</sup>

Assim, os determinantes do comportamento econômico dessas entidades não podem ser tomadas a partir da associação imediata entre a empresa estatal e qualquer grande empresa capitalista; se há padrões formais assemelhados, são distintos os processos decisórios, especialmente no tocante às políticas de preços e investimentos. A natureza intrinsecamente regulatória da ação estatal introduz, portanto, componente regulatório a qualquer atividade do estado. No caso das empresas, e especificamente no tocante ao seu financiamento isso pode implicar, por exemplo, no não-fechamento do seu circuito de valorização, através de preços remuneradores do capital. A contrapartida a isto são os fluxos fiscais exógenos que se colocam, nas unidades produtoras estatais, como uma compensação à sua menor autonomia (no tocante as suas decisões)/isolamento (no sentido da possibilidade de recorrência em última instância a uma fonte externa de recursos), que caracterizam as unidades privadas.<sup>(2)</sup>

---

1 Desde logo, cabe notar que os determinantes da própria ocorrência desta materialização específica das funções estatais devem ser buscados nesse nível mais geral, da inserção do Estado nas economias capitalistas e em especial no desenvolvimento das suas relações econômicas.

2 Esses pontos são desenvolvidos em Prado (1987a).

O financiamento das atividades produtivas do estado envolve desta forma um componente-preço - relacionado à sua atividade específica e à interação produtores/consumidores - e um componente fiscal - ligado à sua inserção na atividade regulatória geral - e que pode ser negativo ou positivo. E este caráter do financiamento não é apreensível pela teoria do bem público, com o que a teoria tradicional não explica a própria existência de amplos segmentos e formas de atuação dos modernos estados capitalistas.

Como coloca Prado, "... o problema do financiamento da produção estatal é um problema de adequação e harmonização de fluxos fiscais exógenos a cada circuito produtivo específico, e do conjunto destes fluxos fiscais à restrição orçamentária do estado e aos objetivos da política fiscal global" (1987a, p.56).

Mas a percepção da empresa estatal enquanto aparelho de estado não basta. Exatamente porque não se trata de uma forma qualquer de presença estatal, mas de uma forma específica. Ou seja, as EPs são uma expressão do estado no movimento econômico e, particularmente, no movimento industrial. Quer dizer, a face concreta do Estado está aqui determinada tanto pela forma que assume no âmbito do setor público (empresarial) como pelo conteúdo da indústria em que se insere. Estão indelévelmente marcadas, portanto, pelos setores onde atuam e pelo caráter privado que assumem suas relações de emprego, compras, financiamento etc. Assim, são os cortes setoriais que colocam a contrapartida material da regulação geral e especificam as contradições e os movimentos econômicos particulares dessas empresas. Particularmente, é através deles que se delimitam as diversidades internas ao conjunto das empresas estatais e a

natureza das suas articulações à política econômica e ao movimento histórico-concreto das economias. (3)

Nesse sentido, as características da indústria estatal "per se" (dinamismo, inserção na cadeia produtiva, estruturas de mercado etc) não são dissociáveis dos elementos que conformam o grau de autonomia desses segmentos, principalmente no tocante ao seu financiamento e estratégia de crescimento.

A análise dos casos concretos é ilustrativa a este respeito. Devido ao próprio caráter da intervenção, são comuns aos países com forte presença das estatais os problemas de controle, coordenação e remuneração; ao mesmo tempo, delineiam-se diferentes perfis da presença estatal a partir das estruturas industriais particulares e de sua inserção internacional.

É importante sublinhar estes aspectos, principalmente ao conceber a articulação do desenvolvimento industrial como o traço marcante da regulação estatal na esfera produtiva. Isto porque não é aí absolutamente necessária, de um ponto de vista substantivo, a presença de empresas públicas, podendo-se realizar ativamente as funções de regulação através de sistemas integrados de planejamento,

---

3 Isto implica ter em conta não apenas os padrões de concorrência nos mercados onde atuam as empresas, mas as fronteiras de expansão da própria indústria. Este ponto é crucial na redefinição da presença estatal, porque a condiciona tanto do ponto de vista da estrutura existente como das suas transformações. Vale dizer, não só a posição das estatais na indústria, mas o próprio "timing" tecnológico desta se reflete na operação e potencial das empresas.

como o demonstra o caso do Japão.<sup>(4)</sup> Ou seja, a dimensão central da estruturação dos setores produtivos estatais é sua ligação ao movimento da indústria e às possibilidades de dinamizá-lo. A direção resultante dependerá da base industrial, das formas de participação pública (controle acionário, "joint-ventures", conselhos de investimentos etc), do grau de integração ao sistema financeiro público, do grau de internacionalização da economia, da inserção institucional e do próprio processo de recorrente socialização dos prejuízos dos setores insolventes/decadentes.

Vale dizer, a conformação dos SPE (Setor Produtivo Estatal) e o seu grau de articulação interna e externa (para o conjunto da economia) são expressões particularmente ilustrativas do perfil das trajetórias industriais dos diversos países. O SPE aparece assim com um conteúdo móvel, como a própria "estatização" das economias, de que as empresas estatais são apenas uma das faces e que se liga ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Na medida em que se modificam as estruturas industriais que alicerçam a expansão, alteram-se os contornos da presença estatal, seja diretamente na esfera produtiva, seja através dos mecanismos gerais de regulação dos impasses colocados pelo crescimento/desaceleração.

Assim, as empresas estatais produtivas são uma das formas de manifestação da presença do estado nas relações econômicas. Historicamente, a ação estatal assumiu formato

<sup>4</sup> A referência aos países orientais é pertinente no sentido de apontar para presenças positivas do Estado, através da formulação e implementação de políticas industriais ativas, que em certa medida prescindiram da propriedade direta de empresas, como no Japão e Coreia do Sul. Nessa perspectiva mais abrangente, de situar a dimensão específica da regulação estatal, a experiência alemã poderia possivelmente ser citada e mesmo a própria articulação na economia americana entre os gastos fiscais e o complexo militar-espacial.

empresarial em função de condições particulares ao movimento das economias nacionais. São decisivos para determinar o perfil e a intensidade desta intervenção o grau de avanço do processo de industrialização - especialmente no tocante à diferenciação da estrutura produtiva e à natureza da inserção internacional - e o arcabouço político-institucional, envolvendo a articulação dos diferentes interesses e remontando à própria constituição e evolução dos estados nacionais.

A constituição de SPE em si mesmo não representa, portanto, qualquer "distorção" no sistema capitalista, mas antes o modo pelo qual se estabelece a regulação produtiva e a viabilidade da expansão nos casos específicos. E esta presença do estado, se mais visível em países de industrialização tardia, se verifica também em economias avançadas. Do ponto de vista estritamente das empresas públicas, são exemplos clássicos na Europa Ocidental a Itália, a França e a Inglaterra. Se nos demais países europeus predominam as posturas indiretas de coordenação e normatização (talvez à exceção da Espanha), nesses três casos a participação direta do estado na oferta de bens e serviços básicos assumiu proporções significativas, particularmente no pós-guerra.

E interessante notar, também, que apesar dos núcleos comuns de características e questões colocadas pelas EPs, as trajetórias de intervenção são de qualquer modo distintas, remontando à própria origem histórica dos SPEs e passando por sua interação no interior do AE e com o movimento da economia. Assim, há, por um lado, um perfil setorial que perpassa a estrutura do SPE desses países, que é a predominância das atividades de infra-estrutura - energia, transportes, telecomunicações etc; da mesma forma, são recorrentes os impasses quanto ao controle, financiamento e articulação das EPs aos objetivos gerais de

política econômica. Por outro lado, a participação mais difusa do estado italiano na esfera industrial, por exemplo, deve-se em boa medida à própria criação do IRI, a partir da absorção de importantes bancos privados com interesses industriais diversificados, e mesmo em face da estruturação concomitante, no âmbito do AE italiano, de sistemas ligados a áreas e objetivos específicos, como o Ente Nazionale Idrocarburi - ENI. Resulta daí, também, uma razoável gravitação do sistema financeiro público, que é entretanto mais marcante no caso francês, pelo grau de relações que se desenvolveram entre os segmentos financeiros do estado e os setores industriais, na esteira de uma relevante experiência de planejamento. Esses traços estão por sua vez ausentes na Inglaterra, onde não apenas as empresas estatais concentraram-se efetivamente nos setores de insumos básicos, como não se definiu uma estratégia de planejamento que conseguisse sua integração industrial e financeira.

Essas trajetórias foram, portanto, marcadas pela diferenciada expansão dessas economias e pelo arranjo político-institucional que historicamente definiu a direção assumida pelo processo nesses países, (como a ascensão dos trabalhistas na Inglaterra, por exemplo). Isto se explicita nos movimentos recentes de liberalização, que representam uma revisão ampla dos papéis assumidos pelo estado nas últimas décadas, e que atingem mais fortemente a Inglaterra onde a economia tem apresentado um dinamismo relativamente inferior ao dos demais países europeus. Ou seja, este questionamento da presença estatal é um elemento comum mas que se diferencia e é condicionado pelas bases industriais existentes, pela intensidade e perfil da regulação estatal e em face das articulações internas e externas desses capitalismo nacionais, envolvendo os setores público e privado.

Nos países de industrialização tardia a intervenção estatal se coloca, quase sempre, de forma decisiva na mobilização e centralização de recursos e na própria montagem da estrutura produtiva.

A presença das grandes empresas estatais nas economias latino-americanas está diretamente associada ao desenvolvimento industrial da região e às demandas crescentes de infra-estrutura, particularmente em função do rápido processo de urbanização dessas sociedades.

A conformação setorial dos SPEs não guarda diferenças substantivas em relação ao verificado nos países europeus. Assim, as estatais da região predominam na área energética (petróleo e gás, energia elétrica e, recentemente, nuclear), nos setores siderúrgico e de mineração (ferro, especialmente), nos serviços de comunicações e em segmentos relevantes do transporte (sobressaindo claramente o setor ferroviário). Além desses, organizam-se também sob a forma empresarial a maior parte dos serviços de infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água e saneamento, controlados em sua maioria pelos governos estaduais/provinciais.

Esse perfil da participação estatal se moldou principalmente a partir dos anos 40, obedecendo às motivações nacionalistas de desenvolvimento então prevalecentes em diversos países da região. Datam desse período, e particularmente do pós-guerra, algumas iniciativas relevantes dos Estados latino-americanos na indústria de bens de capital, paralelamente aos investimentos em setores básicos como a siderurgia e a energia elétrica. São exemplos dessa atuação a IAME (Indústrias Aeronáuticas e Mecânicas del Estado, de 1952) na

Argentina e a Fábrica Nacional de Motores - (FNM), de 1943, no Brasil. (5)

A consolidação das SPEs se deu com intensidades distintas, sendo especialmente longa e mesmo conflituosa quando envolveu grupos multinacionais já estabelecidos o que se verificou, por exemplo, nos serviços de telecomunicações e energia elétrica. (6)

Por sua vez, a presença estatal em setores tradicionais da indústria é marginal e explica-se, em grande medida, pela fragilidade das estruturas internas de financiamento, que determinam articulações importantes entre esses segmentos privados e as instituições oficiais de fomento. Assim, a insolvência desses setores nos momentos de crise, implicando em inadimplência junto aos bancos de desenvolvimento, leva ao controle estatal. A propriedade de muitas empresas têxteis e de alimentos decorre principalmente desse processo. (7)

É relevante notar que a base industrial dos SPEs (energia/insumos básicos etc) constitui elemento crucial central à explicação do perfil da expansão e diversificação

5 Esta presença industrial não elide a anterior, articulada às atividades comerciais e de exportação e que enseja a criação de bancos comerciais ainda no século passado, bem como empresas para comercialização e fomento de diferentes produtos agrícolas. Um estudo básico sobre o conjunto das estatais na AL, ainda é o da CEPAL (1971).

6 Cabe notar que a expansão estatal nos setores dinâmicos requer grau elevado de compromisso entre os capitais privados e o setor público, como ocorreu nos países asiáticos. De outra forma ela é conflitiva, especialmente em presença de empresas multinacionais. Contrastando com essas atividades nota-se, por exemplo, que um segmento mais antigo e pouco rentável como o ferroviário, já na década de 50 estava praticamente estatizado.

7 Isto não se verifica apenas na indústria, mas também e frequentemente no setor financeiro. Mesmo no caso peruano, em que a estatização de alguns bancos se dá no bojo de um processo mais amplo, a insolvência das instituições é um ponto relevante.

posteriores das empresas públicas, condicionando decisivamente alguns indicadores econômicos e respondendo pelas mudanças observadas na alocação dos investimentos do setor público em seu conjunto. Ou seja, em primeiro lugar são as características próprias aos seus setores de atuação que as colocam como grandes empresas. Particularmente, a escala dos investimentos necessários e o caráter muitas vezes monopólico dos mercados onde atuam, implicam em posições destacadas no tocante a volumes de vendas, patrimônio etc. De resto, isto apenas corresponde ao próprio perfil dessas indústrias mesmo a nível internacional, como se depreende do setor petrolífero e de que são exemplos as posições da PEMEX, no México, e da Petrobrás, no Brasil. (8)

Um segundo aspecto relevante diz respeito aos contornos da expansão e diversificação das empresas estatais, e que representam parcela relevante do crescimento recente dos SPE. As características de base técnica e de mercado tornam o acesso e a diferenciação das atividades dessas empresas um movimento tipicamente empresarial e que envolve significativos ganhos de escala. A indústria petroquímica, que se consolida na AI apenas nos anos 70 e apresenta acentuada gravitação estatal, é um exemplo relevante.

Finalmente, a magnitude e a expansão dos gastos das empresas determinam o crescimento de seu peso relativo no setor público. Esse movimento de descentralização ocorre na maioria dos países da AI, acelerando-se diante da atrofia do aparato tradicional. Por outro lado, a expansão desses segmentos coloca problemas recorrentes de financiamento, já que a dimensão dos projetos geralmente ultrapassa a capacidade própria de geração de recursos. A fiscalidade e o

8 Estes indicadores de tamanho etc. são eminentemente estáticos e não permitem as reais possibilidades de AE avançar o crescimento ou diferenciar positivamente a indústria.

endividamento externo constituem, assim, faces frequentes dos processos de crescimento dessas empresas. (9)

A dimensão dos SPEs e o reconhecimento de sua relevância no desenho das políticas públicas ensejou várias tentativas de coordenação e/ou subordinação das empresas a órgãos centrais de planejamento, holdings etc. Embora os diagnósticos sempre apontem nessa direção, as dificuldades encontradas para sua efetiva implementação redundaram invariavelmente no desmantelamento ou esvaziamento dos órgãos respectivos. As observações feitas acima têm plena vigência aqui. Ou seja, o grau de autonomia das estatais encerra um componente eminentemente político, associado à sua inserção no AE e à direção que se imprime às políticas públicas e sua gestão em determinado momento. Nesse sentido, o próprio marco institucional das empresas é relativamente recente em muitos países e está ligado às reformas mais abrangentes que abarcam o conjunto do setor público. (10)

A fragilidade dessa coordenação é decisiva no sentido de explicar a ausência de políticas de investimento claras e articuladas, e de resto a inexistência da própria política industrial, ao mesmo tempo em que acentua o enfraquecimento financeiro de muitas empresas relevantes. E esses dois pontos são centrais a qualquer estratégia de recuperação dos investimentos e integração positiva dessas economias às mudanças na estrutura de produção e comércio a nível internacional.

9 No tocante às estruturas de financiamento das EPs, nota-se que aos condicionantes determinados pelas conjunturas inflacionárias e os subsídios à expansão de determinados segmentos industriais, soma-se um componente setorial relevante, que se liga ao caráter da indústria em questão e seu "momentum" a nível internacional. Assim, os padrões de rentabilidade são também fortemente condicionados pelo caráter dinâmico ou não do setor, relativizando fatores como a gerência empresarial.

10 Como no México a partir de 1978 e mesmo no Brasil com as reformas dos anos 80.

Sob esse aspecto, a análise de algumas experiências específicas na AI é ilustrativa no sentido de evidenciar estas proximidades bem como os importantes contrastes na evolução dos SPÉs da região que associam-se, basicamente, ao próprio dinamismo diferenciado dessas economias e às definições político-institucionais que implicaram, a cada momento, rumos particulares no tocante aos projetos prioritários e de consenso e aos objetivos mais amplos de política econômica. Os casos do México, Argentina, Peru e Chile são representativos dessas tendências e relevantes pelo próprio peso dessas economias no conjunto da AL. (11)

No caso mexicano, o avanço industrial a partir dos anos 40 é indissociável da presença do estado enquanto produtor de bens e serviços. Não só se articulam em torno das empresas estatais outros segmentos, como estas têm uma crescente participação nos movimentos de diferenciação da estrutura industrial. O perfil e os dilemas colocados para a industrialização no México são similares aos que se verificam no caso brasileiro, da mesma forma que a necessidade de redimensionar os esquemas de financiamento. É evidente que as EPs se inserem nestas redefinições, tanto do ponto de vista do desdobramento dos problemas correntes, colocados principalmente pela crise do endividamento externo, como no tocante à sua reestruturação enquanto instrumentos de política econômica.

De qualquer modo, o contraste é marcante com o caso peruano por exemplo. No Peru, o processo de crescimento apoiou-se ao longo das últimas décadas essencialmente num setor exportador tradicional que não propulsiona o conjunto da economia num sentido qualitativo, e dominado pelo

---

11 Alguns aspectos da experiência desses países são brevemente analisados em de Paula (1967).

capital estrangeiro. A criação das estatais produtivas se deu assim concentrada no tempo, a partir de uma ruptura política e implicando em conflitos em vários setores. Não se define, ademais, para o conjunto das empresas estatizadas, uma trajetória financeira e industrial mais abrangente. Nesse contexto de ineficiência do conjunto do AE, de exclusão de amplos segmentos da população em função da estratégia de crescimento prevalecente e recentes desequilíbrios externos, o Peru vê crescer substancialmente a informalidade, não sendo poucos os que vêm numa relativa autarquização uma solução pelo menos temporária para enfrentar os problemas estruturais.

As experiências da Argentina e do Chile guardam algumas semelhanças importantes especialmente em função da trajetória recente, que desarticula alguns avanços de períodos anteriores. Efetivamente, em ambos os países se coloca uma reversão em relação às práticas e ao impulso que caracteriza os anos 40 e 50 dessas economias. O Chile representa, sem dúvida, o exemplo mais radical. Não apenas a experiência de planejamento, desenvolvida em torno da Corporación de Fomento de la Producción - CORFO nos anos 40 e 50, representa é um marco significativo, como a ruptura institucional e o rigor do ajuste recente são mais acentuados, agravando a descoordenação no âmbito do AE afetando centralmente as estatais. Na Argentina com a mudança de governo tem se intensificado, apesar das adversidades, os esforços setoriais de reestruturação.<sup>(12)</sup> No Chile, a estratégia ortodoxa de liberalização redundou em grande medida em retrocesso industrial e concentração da renda, onde a privatização de empresas da CORFO foi apenas um dos elementos do processo.

---

12 Cf. Herrera (1987) e Dorfman (1984) mostram, respectivamente, para os setores de telecomunicações e energia elétrica.

A continuidade do processo de industrialização desses países, como já apontado passa pelo equacionamento pelas suas estruturas de financiamento e pela modernização da prática e do perfil dos AEs. Do mesmo modo que na Europa, há sob este aspecto um movimento crescente em torno da liberalização. No tocante às empresas estatais este se manifesta na formulação dos diferentes programas de privatização. Entretanto, os resultados dos modelos recentes e ortodoxos nessa direção, aplicados a vários países da região na esteira dos problemas com o endividamento externo, ensejam uma discussão mais sistemática dos objetivos e métodos dessa reordenação. É sob esta perspectiva mais abrangente que a discussão sobre a redefinição do conjunto das estatais, a direção de seu crescimento e o perfil do seu financiamento nos parecem relevantes também no caso brasileiro. A análise que segue procura situar o SPE brasileiro, sua evolução nos anos 70 e o ajustamento específico dos anos 80. A partir dela, procura-se reter alguns aspectos que o caracterizam e singularizam no conjunto da economia e do setor público, e que são a base à qualquer reordenação qualitativa.

## 2.2 - SPE - AS ORIGENS E A EXPANSÃO RECENTE

O segmento empresarial do estado no Brasil é marcadamente heterogêneo no tocante às atividades que executa, magnitude dos recursos que movimenta e relações que estabelece com o conjunto do setor público. Sua expansão e complexidade se dá no bojo do movimento de fragmentação das instâncias de execução das políticas públicas, que se acelera a partir do final dos anos 60. Esse processo não decorreu apenas do atrofamento financeiro e operacional da esfera fiscal mas também, e como o demonstram

particularmente a diversificação das grandes empresas estatais e o surgimento de empresas nas esferas inferiores de governo, uma contrapartida das demandas ampliadas ao nível industrial e na infra-estrutura de serviços básicos.

Nesse contexto, cabe distinguir as entidades que têm um financiamento efetivamente empresarial - e que, grosso modo, se expressaria num peso relevante das receitas operacionais para a execução dos seus dispêndios correntes - e uma inserção técnica e operacional específica, caracterizadora e condicionante de seus movimentos operacionais e de expansão, de outras que representam, principalmente, uma determinada organização administrativa e jurídica para certas atividades do setor público tradicional. (13)

No âmbito das empresas é ainda possível distinguir, basicamente, dois grupos dentre as empresas estatais brasileiras, a partir de sua inserção econômica. De um lado as empresas tipicamente produtoras/transformadoras, inseridas diretamente na estrutura industrial e com substrato tecnológico próprio. O setor energético em seu conjunto, a petroquímica, a mineração, a siderurgia, a indústria aeronáutica, etc, são exemplos claros deste segmento de empresas. Por outro lado, colocam-se empresas cujo conteúdo qualitativo das atividades se assemelha àquelas desenvolvidas através do próprio orçamento fiscal, localizando-se especialmente na área dos serviços urbanos de

---

13 Assim, no conjunto das entidades descentralizadas, há entidades que são tipicamente fiscais e sequer constituem empresas do ponto de vista institucional. O enfoque inicial da SEST não estabelecia essa distinção, o que só acontece a partir de 1982, quando o conjunto denominado de "Empresas" pela SEST passa a se dividir em Entidades Típicas de Governo - ETGs (envolvendo, principalmente, autarquias e fundações federais) e o setor Produtivo Estatal, onde permaneceram as empresas propriamente ditas.

infra-estrutura, como as companhias de abastecimento de água e saneamento, abastecimento alimentar ou transporte.

O primeiro conjunto conforma o núcleo básico do que se poderia chamar setor produtivo estatal, ou, mais exatamente, o setor industrial estatal. E em sua essência federal, com a exceção relevante das empresas estaduais de energia elétrica, que representam a parcela mais expressiva do gasto empresarial nos estados (tabela 3.1).<sup>(14)</sup>

As lógicas de expansão desses segmentos não necessariamente são convergentes, da mesma forma que suas estruturas de financiamento apresentam fiscalidade - no seu sentido amplo, de contrapartida em face da atividade regulatória - distinta. Adicionalmente, ainda que a magnitude física e financeira das empresas seja sempre um elemento essencial à análise, não constitui por si só um traço distintivo na medida em que, por exemplo, se comparam os fluxos de caixa da SABESP - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, muito superiores àqueles de empresas como a MAFERSA ou a USIMEC, tipicamente industriais. Finalmente, também não se elide o fato de que há grande número de entidades organizadas sob o formato empresarial a nível federal e cujas atividades as aproximam do segundo grupo onde há um peso relevante das empresas estaduais e municipais. <sup>(15)</sup>

Concentramo-nos aqui nos principais setores do primeiro grupo, cujas articulações industriais são evidentes

14 Na área estadual se destacam os serviços públicos urbanos e o de transportes, relevado na região Sudeste em função dos sistemas ferroviários (FEPABA) e metroviários (tabela 3.1.)

15 Como o SERPRO ou a EMBRAPA, p. exemplo. Nesse sentido, a distinção inicial operada pela BEST embora relevante, é ainda insuficiente do ponto de vista qualitativo. Em grande medida, isto é mais uma decorrência inserção do órgão na definição e acompanhamento da política econômica.

e cujo peso macroeconômico no período recente foi determinante e desequilibrador; destacamos, adicionalmente, os maiores grupos ligados à infra-estrutura de serviços no âmbito federal, nos setores de transporte e telecomunicações.

A aceleração do processo de industrialização, com a intensificação concomitante da presença estatal, se dá no Brasil a partir dos anos 40, como em outros países da América Latina. A postura industrializante de amplos segmentos burocráticos e militares, legitimada pelos percalços colocados pela II Guerra e aliada ao crescente dinamismo e diferenciação da indústria, que se consolida como eixo do crescimento, ensejam iniciativas do estado não apenas no campo institucional mas, também, na esfera especificamente produtiva.

Os primeiros passos relevantes são na siderurgia, com a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em 1943, na exploração do minério de ferro (Vale do Rio Doce, em 1942), no setor de energia elétrica (Companhia Hidrelétrica de São Francisco - CHESF, em 1945) e mesmo na indústria de bens de capital (Fábrica Nacional de Motores - FNM, em 1943). Ao longo dos anos 50, com a constituição da PETROBRAS e o reforço substantivo de financiamento aos setores elétrico e siderúrgico, representado pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, em 1952, molda-se o núcleo básico do SPE.

E necessário precisar brevemente a articulação do SPE à expansão industrial a partir de meados dos anos 50 e

suas implicações principais.<sup>(18)</sup> Desde logo, ela se dá em estreita associação com os blocos de investimento estrangeiro, especialmente no setor de bens duráveis e, em particular, na indústria de material de transporte. Os investimentos do SPE aliam-se aos gastos da esfera tradicional em infra-estrutura, ao mesmo tempo em que propicia-se espaço para a inserção do capital privado nacional, quer enquanto fornecedor das novas indústrias que se implantam quer respondendo à elevação dos gastos públicos, agora diferenciados.

Essa diferenciação no interior do AE é um traço fundamental que se cristaliza no período, acentuando uma nova dimensão da intervenção estatal num contexto de profundas transformações da base produtiva da economia. Como notam Coutinho & Reichstul (1977) "... os investimentos do setor produtivo estatal caracterizam-se por ser um tipo de inversão diretamente vinculada à base produtiva pesada do sistema industrial, isto é, à produção de insumos básicos (bens de capital circulante) para a reprodução ampliada deste" (p.62). Ao se inserirem diretamente na divisão setorial da produção, "... as inversões do SPE representam um impacto qualitativamente distinto daquele do gasto e do investimento público convencional, no que toca ao padrão de crescimento e à dinâmica cíclica do sistema econômico". E esta especificidade da intervenção estatal, como enfatizam os autores, que empresta substância analítica ao conceito de setor produtivo estatal.

Efetivamente, esta mudança qualitativa da presença do AE lhe empresta um conteúdo dinâmico novo, que se manifesta na trajetória posterior da economia. Mais que isso, o próprio desenho da política econômica assume feições

---

18 Para uma descrição detalhada destes pontos, vide o trabalho pioneiro de Coutinho & Reichstul (1977), em que nos baseamos.

mais complexas, pela acentuada gravitação das políticas de investimento e dos instrumentos de mobilização de recursos do setor público.

Esses dois aspectos se colocam claramente na desaceleração do início dos anos 60 e no formato assumido pelas reformulações institucionais. Por um lado, a maturação dos grandes projetos iniciados em meados dos anos 50 faz declinar o ritmo de inversões e eleva a capacidade ociosa da indústria. Nesse sentido, o comportamento dos gastos do SPE, diferentemente do que ocorre com os gastos tradicionais, reforça a tendência declinante do nível de atividades, especialmente a partir de 1962. Por outro lado, a gravidade da crise enseja também o enfrentamento dos problemas postos por um AE expandido e descoordenado.

Neste particular, cabe notar que já no início dos anos 50 está presente a preocupação em integrar as ações do estado diretamente ligadas à indústria. Em 1952 o governo propusera, através de uma comissão, a adoção de padrões empresariais às entidades estatais e a criação de empresas "holding" coordenadoras das atividades e controladoras das empresas ligadas a três setores básicos: o ferroviário, o sistema portuário e uma terceira para as empresas industriais, como a FNM, CVRD etc. Apenas a RFFSA surgiria desse processo.<17>

A direção das reformas, como já apontado, privilegiou um enfoque empresarial e segmentado para o setor público. Nesse sentido, procura-se a adequação jurídica das entidades existentes e a flexibilização das ações do AE,

17 Cf. Dain (1980). Este esforço persiste ao longo dos anos 50. Na área de energia elétrica, em que prevaleceu acentuado nível de planejamento, constitui-se em 1982 a ELETROBRAS para controlar as participações federais nas empresas do setor e contrabalançar o peso do capital estrangeiro. Já então concentrado nas atividades de comercialização e distribuição de energia.

ampliando os espaços e graus de autonomia. Do ponto de vista das empresas do SPE isto significa maior liberdade de atuação e elevação dos níveis de autofinanciamento, a partir da política de realismo tarifário.<18>

Com a expansão nos setores básicos consolidada, o fim dos anos 60 marca também o início da diversificação das grandes empresas públicas, processo que se observa nitidamente na CVRD e na PETROBRAS. Esta, já a partir de 1967-68 intensifica sua presença na petroquímica, participando da implantação do projeto da Petroquímica União. Os condicionantes de base técnica (tecnologia, principalmente) e de mercado (geração de excedentes, posição na estrutura de concorrência) delineiam as trajetórias de expansão destes conglomerados.

Do ponto de vista da conformação institucional do SPE, note-se ainda a criação de duas "holdings" setoriais no início dos anos 70, na Siderurgia (SIDERBRAS) e no setor de telecomunicações (TELEBRAS). Há aí particularidades de surgimento marcantes e ilustrativas das determinações que envolvem o crescimento e os percalços enfrentados nestas duas áreas. Enquanto a holding siderúrgica nasce em grande medida esvaziada do ponto de vista do efetivo controle do setor, resultante de um contexto conflituoso que caracteriza a siderurgia no final dos anos 60, a TELEBRAS unifica sob seu comando a prestação dos serviços de telefonia, pulverizados em cerca de 800 empresas, bem como as atividades de transmissão.<19> Deste modo, enquanto na indústria do aço a ausência de capacidade financeira da holding debilita sua posição, a propriedade direta pela

---

18 É evidente que esta não é generalizada para o conjunto das empresas, sendo resguardados alguns setores industriais de impactos de custos provenientes de elevações de preços de insumos, como no caso do aço.

19 Nesse caso é importante notar, novamente, a presença do capital estrangeiro.

TELEBRAS das suas afiliadas (possível a partir dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações e de forma similar ao que se verificara com o IUEE no setor elétrico) tornou possível a uniformização das políticas das empresas de telecomunicações sob vários aspectos. Isto se reflete não apenas nos indicadores econômico-financeiros do setor, mas nas possibilidades e efetivação de uma política industrial setorial, disciplinadora das compras de equipamentos e dos esforços de pesquisa (Villegla, 1984).

Assim, o vigoroso crescimento da economia de 1968 a 1973, puxado essencialmente pela produção de bens de consumo duráveis, se não assiste a surtos expressivos de investimentos do conjunto do SPE, tem na retomada das inversões das estatais um dos seus componentes propulsores. Em especial, os investimentos do setor de energia elétrica e a diversificação das atividades da PETROBRAS, precedem e portanto dinamizam a expansão.

O ritmo de expansão da economia apresenta forte desaceleração em meados da década: o crescimento da produção industrial, que alcançara 15,8% em 1973, é de apenas 4,5% em 1975, secundando a acentuada redução nos investimentos. Diante das baixas taxas de crescimento nos países industrializados e da elevação dos preços do petróleo, eleva-se também substancialmente o déficit comercial, que chega a US\$ 10,5 bilhões de 1974 a 1976.

O desaquecimento da economia a partir de 1974, na esteira do declínio dos investimentos face a um departamento de bens de produção com escasso poder de dinamização e ao debilitamento dos mecanismos de financiamento, é assim reforçado pelo choque do petróleo e pela aceleração inflacionária. Para a política econômica, colocam-se não apenas a necessidade de reverter a tendência negativa dos

principais indicadores, mas enfrentar os desequilíbrios/gargalos estruturais identificados no período anterior.

E nesse contexto que se lança o II PND, concebido efetivamente como uma resposta criativa à crise e como passo necessário rumo à condição definitiva de nação industrializada.<sup>(20)</sup> Pretendia-se articular aí um novo padrão de crescimento em torno dos grandes projetos públicos, fortalecendo o empresariado nacional através de sua integração àqueles projetos, enquanto sócio em algumas áreas e fornecedor de equipamentos. Esta orientação estava baseada na identificação de duas áreas, o setor de bens de capital e o de insumos básicos, como obstaculizadores da continuidade do crescimento anterior, donde sua priorização no processo de "substituição de importações" que se procura desencadear.

As taxas de expansão previstas (10% para o PIB, 12% para a indústria e 7% ao ano para a agropecuária) davam bem a dimensão dos programas, envolvendo grandes projetos de exportação de matérias-primas, aumento da produção de petróleo e ampliação da capacidade de geração de energia elétrica, com ambiciosos investimentos na química pesada, siderurgia, não-ferrosos etc, sempre em estreita articulação com a indústria nacional de bens de capital, que deveria adquirir a autonomia e dimensão necessárias ao seu fortalecimento.

As estatais produtivas ocupam, portanto, posição central à estratégia industrial do II PND, responsáveis por grandes investimentos na área de insumos básicos. Expande-se a siderurgia, o setor de energia (elétrica, nuclear e petróleo), a mineração e a petroquímica, ensejando o crescimento da indústria metal-mecânica interna e, em especial, do setor de bens de capital sob encomenda.

---

20 A análise do II PND é desenvolvida em Lessa (1978).

O financiamento destes programas envolvia, por um lado, o fortalecimento do BNDE com a vinculação da poupança compulsória (PIS/PASEP) e, por outro, uma maior articulação ao sistema financeiro internacional, via endividamento. Nos grandes projetos de exportações, contava-se com a entrada de capitais de risco. Define-se então uma série de incentivos e benefícios fiscais a nível do CDI, mobilizando-se as empresas estatais na captação de recursos externos. A crise internacional era considerada passageira, sob diferentes aspectos.

Desta forma o estado brasileiro, que estivera presente à articulação das grandes mudanças estruturais do pós-guerra, que fôra o artífice do Plano de Metas e redesenhava a institucionalidade fiscal, monetária e financeira nos anos 60, buscava novamente direcionar o crescimento e superar os obstáculos à sua continuidade, apoiando-se agora fortemente em suas empresas. Note-se que a discussão das propostas do plano deu lugar a uma acirrada campanha contra a "estatização" da economia, resultante em grande medida da dificuldade em arbitrar os interesses dos diferentes setores e grupos envolvidos em torno dos projetos específicos.

A estratégia de crescimento da segunda metade dos anos 70 tem no endividamento externo, portanto, um componente central de financiamento. Na medida da acentuada gravitação do setor público, enquanto eixo de crescimento econômico do período, há um comprometimento externo crescente do seu polo mais dinâmico, as empresas do setor produtivo.

A crescente proponderância das captações públicas via Lei nº 4.131 se acentua a partir de 1975, com a desaceleração das inversões privadas. A partir de 1976 são

sucessivas as medidas destinadas a estimular a captação externa, destacando-se a resolução 432, em meados de 1977. Entretanto, o volume médio de contratações externas pelo setor privado, no biênio 1977/78, cresce apenas 57% em relação ao período 1972/76, face à elevação de 195% observada nas tomadas do setor público. A contratação de empréstimos externos perde progressivamente qualquer relação com o "hiato de recursos" para a sustentação do crescimento, atrelando-se ao seu próprio serviço, os juros equivalendo a 36% da captação líquida de recursos em 1977/78. A captação externa concentra-se no setor público, estimulando pela revitalização do euro-mercado. Assim, a captação média das empresas estatais via lei 4131 passa de US\$ 1,3 bilhão em meados da década para US\$ 5,2 bilhões em 1979/80, respondendo então por cerca de 70% dos empréstimos totais contraídos através desse mecanismo. (21)

A alta das taxas de juros internacionais em 1979/80 levaria a novo movimento de estatização nos anos 80, enquanto se deteriora a própria capacidade de endividamento das estatais, não apenas em função do nível já elevado da dívida e da queda real de suas tarifas, mas também pelos cortes de investimentos que implicam na ausência de projetos apresentáveis aos banqueiros internacionais. A partir daí, eleva-se a participação dos empréstimos via resolução 63.

Na medida em que os gastos convencionais sofrem reduções progressivas - os gastos de capital da União decrescem 63% de 1975 a 1979 -, da mesma forma que as empresas públicas não-produtivas, apenas o SPE persiste crescendo até 1979, elevando com isto sua participação no investimento total, delineando-se seu papel claramente anticíclico. Este comportamento do SPE não é uniforme para os segmentos que compõem, que apresentam particularidades

---

21 A análise da estatização da dívida externa nos anos 70 é feita em Davidoff (1984).

próprias aos setores onde atuam; assim, o setor de energia elétrica se constitui no segmento mais importante do SPE no período, basicamente em função de vários projetos em curso como Itaipu e Tucuruí, que o colocam como sustentador principal do investimento estatal.

O sistema PETROBRAS eleva suas inversões em 1974 e 1975 - com destaque em 1974 para a área de refinação e de 1975 a 1977 para a petroquímica -, enquanto a siderurgia também mantém taxas elevadas de investimento no período 1972/78, ainda que oscilantes, face aos atrasos e contratemplos na execução das etapas do Plano Siderúrgico. Na área de mineração a CVRD, articulada essencialmente ao mercado externo, é atingida pela recessão mundial e diversifica-se acentuadamente como grande empresa; engajada no II PND, e com o abandono de importantes projetos em sua área, seus investimentos são bastante oscilantes e decrescem até 1979, recuperando-se a partir de 1980 com a retomada do projeto Carajás. As empresas de transportes e comunicações também participam do esforço inicial do II PND mas desaceleram a partir de 1976. O SPE coloca-se, efetivamente, e apesar dos comportamentos diferenciados e constantemente instabilizadores das taxas de crescimento setoriais, como elemento sustentador do nível de atividades na segunda metade dos anos 70.

Além disso, estabelecem-se ao longo do período articulações mais estreitas do segmento produtivo do estado com a indústria de bens de capital, que tornam decisivo o comportamento dos investimentos do SPE. Esta dimensão do gasto empresarial, reforçada pela relação dos gastos convencionais com o nível de emprego (onde é relevante o papel do setor de construção civil) e indiretamente com o setor de não-duráveis, eleva o papel macroeconômico do gasto público global. No caso do SPE, entretanto, cabe notar que a descontínuidade e o porte dos seus investimentos se revelam

frequentemente instabilizadores e desencadeiam ciclos curtos que acabam por afetar a receita fiscal e o financiamento das políticas públicas tradicionais. Na medida da centralização do gasto público convencional e das políticas em setores como saneamento e transportes, que se verifica a partir da concentração dos recursos fiscais e financeiros na União, as medidas de estabilização são amplificadas na propagação de um processo recessivo, como se verifica nos anos 80 (Tavares & Belluzzo, 1982).

No biênio 1979/1980 o setor externo é afetado pela alta dos preços de petróleo e dos juros no mercado financeiro internacional, que levam a uma elevação do déficit corrente. O fechamento das contas externas exige a queima de reservas e empréstimos de curto prazo. O impacto dos custos da dívida externa eleva substancialmente as necessidades de captação, agravadas pela cobrança de "spreads" mais elevados por parte dos básicos. Nesse contexto, o endividamento das grandes empresas estatais se torna particularmente gravoso.<sup>(22)</sup>

As tentativas de ajuste a este quadro ensejaram uma série de medidas já no início de 1979. Os depósitos na Resolução nº 432 são incentivados, ao mesmo tempo em que se impõem tetos mais rígidos para a expansão dos empréstimos bancários internos. São alinhados cortes nos investimentos das estatais e reduzido o volume de operações do BNDE.

Entretanto, as pressões dos setores a serem atingidos pelos cortes anunciados se somam a outras pressões políticas, culminando na mudança de orientação da política econômica para o segundo semestre. Passa-se a identificar na crise das finanças públicas e seu financiamento a questão mais premente no combate à inflação. Isto leva, como já

---

22 Para um exame das condições progressivamente mais onerosas dos empréstimos ver Batista Jr. (1984).

apontado, a reajustes nos preços e tarifas públicas, recomposição da incidência de impostos criação da SEAP para coordenar a ação do CIP e da SUNAB, expurgo da correção monetária visando desinflar o circuito de títulos públicos, a alterações fiscais na área externa e finalmente à maxidesvalorização de 30%. Este processo se dá num contexto de centralização dos instrumentos de política econômica, de que a expressão mais clara é a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST, visando o controle/conhecimento dos fluxos de caixa do conjunto das entidades descentralizadas.

Esta secretaria passa, a partir de então, a nuclear as diretrizes para as estatais federais. Tendo reunido informações acerca das empresas e suas respectivas programações, em meados de 1980 são realizados os primeiros cortes efetivos nos investimentos, parcela das importações e dispêndios correntes, com a proibição de contratação de pessoal até fins de 1981. Assim, o impacto das medidas de contenção passa a atingir também aqueles setores que até então haviam sustentado o nível de atividades; os investimentos tem queda de 18% já em 1980, estimando-se uma redução de 23% em 1979 para 23% em 1980 da parcela dos investimentos do SPE na FBCF (Coutinho & Reichstul, 1982).<sup>(23)</sup>

A ineficácia das medidas corretivas em 1980 e a persistência e o agravamento do desequilíbrio externo e do comportamento dos preços, implicam no deslocamento definitivo da questão externa para o centro das atenções da política econômica. A partir de 1981, procura-se o

<sup>23</sup> Esta busca de controle sobre as estatais desenvolve-se, efetivamente, ao longo de todo o período, remontando ao debate acerca da estatização, no lançamento do II PND. Já a esta época adotam-se medidas como a restrição no acesso às Bolsas de Valores e ao crédito, formalizando-se alguns controles. As contenções tarifárias a partir de 1978 são um elemento marcante desse processo.

ajustamento da economia à restrição externa. Do ponto de vista da entrada de recursos, entretanto, mesmo quando o euromercado, ao reciclar os petrodólares, faz cair as taxas internacionais de juros e é incentivado a captação, a demanda doméstica por empréstimos diretos é reduzida. Retomam-se progressivamente as operações de repasse através da Resolução 83, suspendendo-se a proibição existente para o setor público de captar recursos por este mecanismo. Isto conduz a uma elevação substancial do peso do setor público não-financeiro no conjunto dos empréstimos do sistema financeiro, público e privado.

Assim a persistência, no início dos anos 80, das formas de financiamento da fase anterior, é um elemento crucial da fragilização do próprio crescimento. O setor público, que respondia por 53% da dívida externa total em 1975, já alcança 68% em 1981, com as empresas estatais chegando a 80% do saldo total da dívida pública externa em 1982, parcela que se reduz no período recente face ao crescimento do governo central, avalista principal do endividamento. Em 1986, de qualquer modo, as empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista apresentavam um saldo devedor próximo a US\$ 60 bilhões. Os encargos financeiros do SPE federal (SEST) passam de 7,4% para 15,7% da sua receita operacional de 1980 a 1982 e o déficit das estatais equivaleu em 1982/83 a cerca de 58% das necessidades líquidas de financiamento do setor público.

No quadro de ajustamento seus gastos correntes e de capital são substancialmente reduzidos registrando-se, entretanto, a manutenção do seu patamar de recursos operacionais, ainda que num quadro adverso da política tarifária. O elevado estoque de dívidas determina no período recente uma crescente fiscalidade dos seus fluxos financeiros, concentrada nos setores siderúrgico e elétrico, que lideraram o endividamento do período anterior.

Indiretamente num primeiro momento, via Banco do Brasil, e diretamente a partir de 1985/86 com a formulação dos planos setoriais de saneamento.

Esta crise financeira afeta diferenciadamente os segmentos do SPE, que têm características operacionais e financeiras próprias, em grande medida moldadas a partir da sua trajetória de expansão recente.

Assim, se o núcleo do SPE se delineia do ponto de vista produtivo já nos anos 50, o movimento dos anos 70 consolida estruturas institucionais e áreas de expansão setorial.

Isto é particularmente claro para o sistema PETROBRAS, que se destaca no âmbito do SPE. De um lado, pela magnitude assumida pelos seus fluxos correntes e investimentos; de outro, pela complexidade interna do grupo, articulado em torno da holding petrolífera, que domina as principais variáveis financeiras e produtivas. Efetivamente, o sistema PETROBRAS envolve outras seis holdings, atuando na distribuição de derivados (a BR - PETROBRAS Distribuidora, criada em 1971, que detém cerca de 37% do movimento do setor), na prestação de serviços de engenharia, prospecção etc a nível internacional (através da BRASPETRO, criada em 1972), no setor de fertilizantes (através da PETROFERTIL, de 1976), no comércio internacional (através da trading INTERBRAS, criada em 1976), em todo o segmento petroquímico (a PETROQUISA é de 1968) e também na área de mineração (através da PETROMISA, de 1977).

E necessário observar que não só a composição interna desses grupos como seu tamanho relativo é também diferente e que a institucionalização desses subsetores representou muito mais a articulação e consolidação de interesses e de ações já em desenvolvimento pela PETROBRAS, que propriamente a entrada da estatal nessas áreas. Insere-se, efetivamente, no movimento de diversificação que marca a trajetória da empresa no início dos anos 70 e envolve, adicionalmente, o estabelecimento de uma rede bastante ampla de relações que se colocam através das coligadas. Isto faz com que o sistema envolva, direta ou indiretamente, cerca de 100 empresas, das quais um número relevante não pode ser considerado especificamente estatal.

O caso da petroquímica é especialmente relevante sob esse aspecto, destacando-se dentre as sub-holdings do grupo do ponto de vista das atividades que comanda, ainda que a holding PETROQUISA, sendo essencialmente financeira, tenha um peso reduzido nas variáveis operacionais.

A implantação dessa indústria foi especialmente marcada pelos conflitos entre a tecnoburocracia estatal, interesses militares e os segmentos privados nacional e internacional, decidindo-se no final dos anos 60. <24> A criação da Petroquisa se dá exatamente para viabilizar a associação da PETROBRAS a grupos privados, assumindo antigas petroquímicas da empresa e através da participação no projeto da Petroquímica União - que então se implantava e que era comandada por empresários nacionais associados a grupos estrangeiros - na Ultrafértil e em outros empreendimentos do pólo petroquímico de São Paulo.

A assunção de uma posição de liderança no setor só se dá de modo mais efetivo, entretanto, no início dos anos

---

24 A análise dos processos que marcaram o desenvolvimento da petroquímica no Brasil é realizada em Suarez (1985).

70, com as mudanças ao nível do governo federal e na direção do próprio grupo PETROBRAS. Essas representavam o redirecionamento do grupo para outras áreas, a internacionalização e certo reforço da sua tecnoburocracia. A partir daí há uma consolidação progressiva da PETROQUISA, que se reflete já na posição dominante que assume no pólo da Bahia (através da COPENE) e na definição das estratégias de crescimento do setor apoiada no modelo tripartite. Os investimentos do sistema PETROBRAS na área se elevam substancialmente a partir de 1974, alcançando cerca de 11% dos investimentos totais e chegando a 15% em 1978, em detrimento basicamente da parcela relativa à refinação (tabela 2.2).

Nessa trajetória, o conflito de interesses com grupos nacionais e internacionais foi recorrente e suplantado através da associação de capitais, ótica que prevaleceu nos empreendimentos posteriores, como na criação do polo petroquímico do sul (em torno da COPESUL), embora sem as características marcantes presentes no polo baiano. Assim, esse sistema se fortalece no período, centrando as decisões relevantes no setor e afinal articulando o próprio segmento privado nacional.<sup>(25)</sup>

Assim, tanto na expansão prevista dos polos existentes como na criação do polo do RJ e ainda na diferenciação da indústria na direção da química fixa, a presença do segmento estatal é decisiva, técnica e politicamente.

---

25 Quando a partir de 1979/80, a BEST passa a exercer um controle mais estreito sobre o conjunto das estatais, articula-se no polo de Camaçari a criação da Norquisa, que assume a participação das empresas do polo na COPENE, a central de matérias-primas, passando a dividir seu controle com a Petroquisa. Desta forma, fortalece-se o segmento dos capitais associados da estatal em benefício do conjunto do setor, diminuindo a inserência da BEST (Suarez, 1988).

Esta expansão e diversificação da PETROBRAS nos anos 70 implicou na redefinição da sua estrutura de investimentos e significou também uma resposta não imediata à elevação dos preços do petróleo em 1973. Isto conduziu a um agravamento da dependência externa até 1979, tanto do ponto de vista do comprometimento de divisas (as importações de petróleo passam de 22% das importações totais em 1974 para cerca de 34% em 1979, como no conjunto da matriz energética, já que o petróleo importado passou de 73% do consumo total em 1971 para 85% em 1979 (tabela 2.3).

E somente a partir de 1979, portanto, que se registra o substancial esforço de investimentos em exploração e produção, que elevaria esses gastos de 38% do total em 1978 para 1981, ano em que os investimentos globais do grupo se elevam em 27%, revertendo a trajetória descendente que vinha desde 1978. Desta forma, a parcela produzida internamente na demanda total de petróleo se elevou a 60% em 1985.

Finalmente, cabe notar duas características básicas desse esforço recente, que têm contrapartidas diretas para a própria PETROBRAS e para a indústria interna produtora de bens de capital. De um lado, houve uma significativa realocação nos investimentos de exploração e produção, que passam a ser feitos principalmente no mar, exigindo uma tecnologia e um montante de recursos ampliados. Por outro lado, as próprias circunstâncias da expansão recente conduziram a uma maior integração desses gastos com a indústria interna, elevando-se os índices de nacionalização dos equipamentos.<sup>(28)</sup>

Se o sistema PETROBRAS se consolida ao longo desse período, no caso do segmento de energia elétrica coloca-se

<sup>28</sup> Para esses pontos, cf. Guimarães (1987).

certa fragmentação interna, determinada basicamente pela estrutura do setor, onde se colocam a ELETROBRAS, as concessionárias estaduais e, paralelamente, mas também no âmbito federal, a Itaipu Binacional e, em certa medida, a própria NUCLEBRAS.

No conjunto dos grandes grupos do SPE o setor elétrico é, efetivamente, o único em que há uma participação proprietária expressiva das esferas estaduais. Esta presença dos estados no financiamento do setor é anterior ao próprio fortalecimento da ELETROBRAS e está ligada à posição financeira destas unidades previamente às reformas dos anos 60. Ademais, este setor é também um caso claro de "estatização" frente à presença dominante do capital estrangeiro; assim, o conflito pelo controle desta área se desenvolve com crescente fiscalidade dos investimentos e da composição das tarifas. Ou seja, houve um movimento progressivo de alocação de recursos para investimento estatal na produção de energia, obtido a partir da elevação dos componentes fiscais do preço setorial que foi, adicionalmente, mantido em níveis mais baixos, ainda que diferenciados entre as empresas. Como nota Prado (1987), a necessidade de mudar a propriedade do capital impunha a ruptura do processo de acumulação setorial, o que significava a elevação das tarifas sem necessariamente elevar o componente - preço, ou seja, a parcela pertinente à remuneração do capital.

Isto conduziu à uma especialização crescente entre as funções estatais - basicamente na geração de energia - e privadas - concentrados na distribuição. A ELETROBRAS surgiu em 1962 para unificar o comando das empresas com participação federal e se insere no processo de ampliação do controle estatal - que só se completa ao final dos anos 70, com a aquisição da LIGHT - assumindo as funções até então desempenhadas pelo BNDE - gestor do Fundo Federal de

Eletrificação - e passando a concentrar os recursos fiscais do setor (como o IUEE, o compulsório e, a partir de 1971, os recursos da reserva global de reversão - RGR criada neste ano e a ser alimentada pela *quota* de reversão, estabelecida em 1957, e que visava a geração de recursos para o estado a partir das empresas concessionárias do setor, sendo calculada com base no investimento realizado, o que torna as empresas mais expansivas as maiores repassadoras de recursos). A participação federal se amplia na medida da maior centralização financeira propiciada pelas reformas institucionais e pela própria recuperação tarifária a partir do final dos anos 60, de cujos resultados se apropria indiretamente, através dos repasses internos ao setor.

A posição da ELETROBRAS foi reforçada nos anos 70 a partir de dois movimentos relacionados. De um lado a centralização financeira tem um substancial reforço com a equalização tarifária de 1974 e a simultânea criação da Reserva Global de Garantia - RGG através do aumento dos percentuais da RGR. Esta equalização rompeu com a diferenciação tarifária vigente, baseada no princípio do serviço pelo custo. Viabiliza-se, em grande medida, porque não implica redução de tarifas e porque os reajustes, até meados da década, acompanhavam o movimento geral dos preços. O segundo movimento decorre da inserção do setor elétrico na expansão da segunda metade da década, que representou substancial mobilização de recursos e que eleva a parcela da energia hidrelétrica na oferta total de energia, de 21% em 1975 para 27% em 1980 e 32% em 1985 (tabela 2.5). Este esforço de inversões é concentrado nas atividades de geração, responsáveis pela maior parte dos investimentos setoriais ao longo dos últimos anos. E esse investimento é essencialmente federal, seja através das controladas da ELETROBRAS, seja a partir de investimentos como o de Itaipu, cujo peso é notoriamente crescente no conjunto das inversões. Há, efetivamente, uma mudança do quadro de

inversões por empresa vigente no início dos anos 70: em 1970, as coligadas da ELETROBRAS - as concessionárias - respondiam por 71% do total, passando a 52% em 1976 e apenas 30% nos anos 80, diante do crescimento da parcela federal, através da ELETROBRAS e de Itaipu, que de 41% das inversões em 1975 passam a 68% já no biênio 1979/80.

Isto caracteriza o setor elétrico como o de maior peso no investimento agregado do SPE e especialmente se tomados também os gastos da NUCLEBRAS, assumidos em certa medida pela ELETROBRAS no âmbito dos projetos de expansão da nucleoeleétrica. (27) Nesse movimento de expansão e diante do porte dos gastos e das recorrentes medidas de contenção tarifária que se colocam a partir de 1976, o financiamento do setor passa a depender, crescentemente, dos recursos de terceiros, via endividamento externo. Tomando-se a estrutura de fluxos de recursos do setor elétrico, nota-se que para o conjunto das empresas os recursos de empréstimos externos ao setor (e computando como recursos próprios os repasses fiscais) se elevam de 22% em 1974 para 38% em 1978 e 45% em 1980. No caso específico da ELETROBRAS este processo é mais acentuado, ainda que relativizado pela maior parcela de recursos fiscais apropriados: os recursos de terceiros, que em 1974 representavam 11% das fontes, passam a 39% em 1978 e 51% em 1980. A holding federal efetivamente centraliza e repassa este endividamento internamente ao setor, adicionalmente às operações de crédito a partir dos recursos fiscais, que já realizava com as concessionárias desde o início da década.

O setor elétrico se coloca, portanto, tanto na expansão como na forma assumida pelo seu financiamento, como

---

27 Esse setor, responsável por 3 a 5% dos investimentos totais do SPE federal (SEST) no período 1981/85 e que passa a receber aportes crescentes de recursos fiscais nos anos 80, respondia em 1985 por 1,0% da oferta energética total.

um elemento básico do desequilíbrio financeiro do SPE nos anos 80, quando também vão se acirrar as suas divergências internas, especialmente com a equalização da remuneração, decidida em 1981, e que determinava o cálculo da RGG com base no diferencial entre a remuneração média do setor e as rentabilidades individuais, representando uma clara transferência de recursos das concessionárias do sul/sudeste para os fundos de investimento da ELETROBRAS em outras regiões.

Um movimento semelhante ocorreu no caso da siderurgia estatal. Como no caso da PETROBRAS, este é um segmento onde a iniciativa estatal esteve presente desde o início. Estrutura-se, entretanto, em torno de poucas grandes empresas, onde se destacam as três usinas da primeira fase do setor (USIMINAS, CSN e COSIPA) e as duas siderúrgicas que surgem nos anos 70, no âmbito do II FND (a CST e a AÇOMINAS). Embora envolvendo outras empresas, geralmente assumidas junto ao setor privado (do mesmo modo como se dá, afinal, a expansão da propriedade estatal nos casos da USIMINAS e COSIPA), estas cinco centram as magnitudes e movimentos relevantes do grupo SIDERBRAS.

A holding siderúrgica, como já apontado, não se coloca, a não ser no bojo da discussão recente em torno dos planos de saneamento, como um eixo diretivo do crescimento do setor, cujos planos de expansão são definidos num contexto mais amplo, que transcende claramente o segmento estatal ainda que este, obviamente, tenha aí um peso decisivo. Isto se dá em face da específica inserção das siderúrgicas estatais no mercado de aço e que condiciona, em grande medida, seu relacionamento com a indústria como um todo e com o setor público de modo particular. (28)

---

28 Para uma breve análise desse mercado e das questões centrais à siderurgia estatal no período recente, ver Passarelli Filho & de Paula (1987).

Assim, a produção estatal é eminentemente de aços planos, que são produzidos exclusivamente pelas usinas estatais e que tem como demandantes os principais segmentos da indústria de transformação e, em especial, a de material de transporte. Os chamados laminados planos comuns (não-revestidos), que constituem cerca de 90% da produção de planos, são produzidos pela CSN, USIMINAS e COSIPA, que participam com parcelas relativamente semelhantes na oferta total de chapas e bobinas, os principais produtos (tabelas 2.6 a 2.8). As inversões nessa área têm uma magnitude superior e sua materialização operacional é claramente discreta no tempo. Assim, pela dimensão dos projetos e pelas características dos mercados, esse segmento diferencia-se do de não-planos, que é essencialmente privado. Note-se, ademais, que o perfil dos investimentos estatais na área ensejam, tradicionalmente, uma componente financeira externa. (29)

Ao lado dessa produção tradicional inserem-se no período recente os segmentos estatais produtores de semi-acabados para venda, que constituem o estágio anterior aos laminados planos e não-planos e que são também produzidos pelas usinas integradas, mas que constituem aí um produto intermediário. Trata-se, portanto, de produtos de menor elaboração, inserindo-se o avanço da siderurgia brasileira neste setor no contexto mais geral de reordenação do mercado siderúrgico a nível internacional, onde países como Brasil e Coréia se especializam como exportadores dos produtos tradicionais, enquanto a siderurgia nos países mais avançados se direciona crescentemente para os aços

---

29 No projeto da terceira etapa do Plano Siderúrgico Nacional - o PSN 2 - esses respondem por cerca de 48% dos recursos totais, participação que se eleva se considerados os aportes dos sócios estrangeiros.

especiais.<sup>(30)</sup> A AÇOMINAS e a CST representam, portanto, uma especificação da trajetória recente. No caso do CST a presença de sócios japoneses e italianos reforça esse caráter diferenciado, responsável pela posição predominante dos consumidores externos no destino da produção em torno de 80% do total.

Finalmente, o setor estatal está presente no importante segmento dos planos especiais, através da ACESITA, criada em 1944 e que é controlada pelo Banco do Brasil. Trata-se de segmento de perspectivas evidentes face à apontada reestruturação internacional dessa indústria.

Essas qualificações são importantes para situar a expansão da siderurgia brasileira desde meados dos anos 70, que representou um acréscimo de 134% na produção total de laminados no período 1975/86. Desse total, a siderurgia estatal respondeu por cerca de 75%, parcela que se eleva substancialmente se agregamos a produção de semi-acabados para a venda, que chegou a 4,5 milhões de toneladas em 1986 e a 5,6 milhões de toneladas em 1987, com a entrada em operação da metalurgia da AÇOMINAS. Ao longo desse período, reverte-se a dependência externa no setor, passando o país à condição de exportador líquido, alcançando as exportações cerca de 30% da produção em 1986, que é um ano de retomada da demanda interna. Ademais, elevam-se os índices de nacionalização dos equipamentos (embora com intensidade atenuada, da mesma forma que no setor elétrico, pelos "supplier-credits", estreitando-se as relações setoriais com a indústria de bens de capital. Nesse sentido cabe notar,

---

30 Note-se que esses dois países apresentam taxas de crescimento da produção siderúrgica muito superiores ao crescimento da produção mundial no período 1975/88: 158% no caso do Brasil e 630% no caso da Coreia, para um crescimento de 11% na produção mundial de aço, com declínio progressivo e em termos absolutos da produção de países desenvolvidos, como no caso dos EUA.

inclusive, a capacitação de uma empresa do setor, a USIMEC, subsidiária da USIMINAS.

Esse processo de expansão não foi, entretanto, uniforme ou estável. Dentre os condicionamentos destaca-se o crescente predomínio de considerações mais imediatas de curto prazo sobre os rumos do setor, particularmente as ligadas ao balanço de pagamentos e à inflação, que determinam um agravamento da sua posição financeira, na medida da substancial elevação do seu passivo externo. Isto se dá num contexto de dissociação entre seus "timings" operacional e financeiro. As etapas previstas no PSN-2 não são cumpridas, à exceção dos programas da USIMINAS, da mesma forma que há consideráveis atrasos nos projetos de implantação das novas usinas, e especialmente no caso da AÇOMINAS, que é posterior e que se define já na segunda metade dos anos 70.

Assim, paralelamente aos êxitos produtivos do agregado das empresas, colocam-se trajetórias dissimilares entre estas e entre os projetos de expansão setorial. Responsável já em 1980 por cerca de 21% do passivo total do SPE federal, a siderurgia estatal assiste nos anos 80 a um declínio relativo do seu peso no conjunto do SPE (de um lado natural, se considerados os projetos acabados mas, de outro, sintomáticos da instabilidade setorial no tocante à sua expansão e financiamento, o que se denota pela intensidade do processo). Especificamente passa a apoiar-se, crescentemente, da mesma forma que o setor de energia elétrica, nos repasses fiscais, ainda que operando um ajuste exportador semelhante ao das usinas privadas (tabela 2.8).

A articulação com o setor externo é por sua vez inerente a outro grande grupo estatal, a CVRD. Sua trajetória de constituição, expansão e diferenciação está ligada às exportações de minérios. O grupo Vale caracteriza-

se, nesse sentido, por um elevado grau de autonomia, constituindo-se em segmento particular no conjunto do SPE e em grande medida oposto ao que se verifica em grupos financeiramente mais frágeis. (31)

A diversificação das atividades do grupo, que também se dá acentuadamente a partir da segunda metade dos anos 60, redundou numa estrutura abrangente de empresas controladas e coligadas, embora em dimensão inferior à da PETROBRAS. Destacam-se no conjunto dos fluxos operacionais do grupo a DOCENAVE - Companhia de Navegação - e a Valesul no período recente (tabela 2.77), embora haja também uma diversificação importante na direção do setor de papel e celulose. A holding é aqui, como na PETROBRAS, operacional, o que se traduz na responsabilidade por cerca de 70% da receita operacional total.

A inserção desse segmento na expansão dos anos 70 se dá em torno dos grandes projetos de exploração mineral, alguns em "joint-ventures" com sócios estrangeiros, especialmente japoneses, como nos casos da ALBRAS e FERMAG. A produção de alumínio talvez se constitua na frente mais clara de diversificação do grupo no período recente (a ALBRAS chegou a representar, em 1984, 30% dos investimentos totais), inserindo o grupo Vale, portanto, na expansão e diferenciação da produção mineral recente, onde se destaca o

31 Dain (1980), contrapõe a CVRD à Rede Ferroviária, analisando os condicionamentos postos historicamente à expansão desses dois setores. Como nota a autora, "A "vocação" privada da Vale está relacionada com sua nenhuma inserção no mercado interno, e com a definição de atividades eminentemente exportadoras. Essencialmente sujeito da política econômica, do ponto de vista de sua racionalidade de mercado, não há contradição aberta entre o político e o econômico, entre a valorização do capital em geral e da fração de capital. A empresa não é induzida a abrir mão de sua valorização como capital particular. Ao contrário, ela exerce plenamente seu jogo de mercado, visando valorizar este capital particular, que compete com outros capitais no jogo oligopolista internacional" (p.195).

crescimento dos não-ferrosos: a produção dos principais metais não-ferrosos (alumínio, cobre, níquel) elevou-se substancialmente no período 1976/86, implicando na reversão da balança comercial setorial (tabela 2.9). Isto contribuiu para elevar o peso dos investimentos da CVRD no total do SPE federal, que chegaram a 13% em 1985. Em 1986, praticamente completa-se o projeto Ferro-Carajás, visando a exportação de 15 milhões de toneladas//ano de minério. Nessa área específica, a CVRD consolida a sua posição de liderança a nível internacional. Nota-se portanto, e inversamente ao que acontece no caso SIDERBRAS, que a orientação exportadora e a elevação das inversões se realizam num contexto financeiro diferente, onde a flexibilidade na estrutura e acesso a fontes de financiamento pode ser desenhada com maior autonomia, resguardando espaços de decisão setorial no tocante ao engajamento nos grandes projetos de longo prazo ou nos movimentos de curto prazo da política econômica.

Os anos 70 representaram ainda a consolidação da TELEBRAS na área de telecomunicações. Da mesma forma que no setor elétrico, trata-se aqui de um segmento que se nacionalizou progressivamente nos anos 60: a EMBRATEL é criada em 1965 e incorpora a CTB em 1966, proprietária de 80% dos equipamentos de telex. Posteriormente, é absorvida pela TELEBRAS.

Contrariamente à ELETROBRAS, entretanto, a TELEBRAS resultou proprietária das empresas telefônicas que operam nos estados, o que reduz sensivelmente a heterogeneidade nas políticas internas ao setor (32). A estruturação do grupo se dá em torno da holding,

32 A exceção relevante aqui é a Companhia Riograndense de Telefonia, coligada da TELEBRAS no RS. A participação acionária dos governos estaduais não é expressiva, enquanto a parcela em poder do público chegou a 20% na TELEMIG e 18% na TELESP.

controladora de 29 empresas, onde se destacam a EMBRATEL e a TELESP, que representam cerca de 46% das receitas operacionais e 50% dos investimentos no período 1984/85 (tabelas 2.85 e 2.86).

Nessa área específica cabe notar a relevância da base tecnológica, que coloca frentes de expansão importantes e que transcendem a mera extensão da rede básica de telefonia, articulando-se diretamente às novas indústrias. Isto a torna um potencial espaço de conflitos, simétricos à sua inserção prospectiva. Cabe notar, adicionalmente, que a oferta de equipamentos é aqui essencialmente de empresas estrangeiras.

De qualquer modo, a demanda colocada pelos processos de urbanização acelerada e o próprio crescimento e maior complexidade da economia determinaram uma capacidade de autofinanciamento superior à média do SPE e apesar das contenções tarifárias. Esta maior capacidade financeira determina-se aqui, diferentemente em relação à articulação externa da CVRD, por exemplo, essencialmente com base no crescimento interno, mas a partir de um segmento dinâmico no SPE.

Os outros dois grandes grupos no âmbito do SPE-SEST são a RFFSA e a PORTOBRAS, embora numa magnitude inferior: em 1985 responderam, em conjunto, por 3% das receitas operacionais e 5% dos investimentos. Em contrapartida, receberam 65% dos repasses do Tesouro no ano e determinados aqui, essencialmente, pela posição financeira do segmento ferroviário. Este se constitui num segmento tradicional do SPE em vários países mas, em muitos deles, ainda que deficitário, representa um complexo relevante na área de transportes. No Brasil é especialmente debilitado diante da opção automobilístico-rodoviário que prevaleceu na

matriz de transportes e que se consolidou nos anos 50.<sup>(33)</sup> No caso da PORTOBRAS trata-se de um conjunto de 34 empresas entre controladas, coligadas e concessões, articuladas em torno de uma holding e onde se destacam a Cia. Brasileira de Dragagem e as Cias. Docas de São Paulo e RJ, que respondem por mais de 50% da receita total. Trata-se aqui de um conjunto de atividades que se destacou da administração direta a partir da descentralização administrativa operada pelas reformas dos anos 60.

Paralelamente aos grandes grupos, que determinam o comportamento do agregado das estatais, há outros relativamente menores no conjunto dos indicadores do SPE-SEST, mas que são significativos nos seus setores específicos de atuação. A pertinência dos cortes setoriais/industriais é aqui particularmente clara, na medida em que se tomam empresas como a EMBRAER, a MAFERSA, a própria Caraíba Metais (que foi recentemente desmembrada para privatização) e a ACESITA. Essas empresas resultaram estatais por processos bastante diferenciados, quer por iniciativa estatal - como por exemplo no caso das indústrias aero-espacial e bélica -, quer devido a problemas financeiros que ensejaram ou determinaram (no caso dos financiamentos via BNDES) a sua encampação.

Assim, esse amplo e heterogêneo conjunto de empresas impõe qualificações à análise do SPE brasileiro e à formulação de políticas de financiamento e investimento que o envolvam direta ou indiretamente.

Nesse sentido, há duas dimensões básicas que perpassam a expansão recente e que são centrais à

33 A análise desse setor tendo em conta exatamente estas características da expansão de economia, e que determinam uma restrição importante à autonomia empresarial, é desenvolvida em DAIN (1980).

compreensão dos anos 80 e à identificação das perspectivas e impasses do setor.

1. Em primeiro lugar, e o quadro sumariamente descrito anteriormente reforça este aspecto, são inequívocas as mudanças qualitativas e quantitativas operadas na indústria brasileira a partir de meados dos anos 70 e com participação direta das empresas do SPE. Os investimentos públicos empresariais representaram um fator não apenas de sustentação do nível de atividades correntes, que desacelera substancialmente em 1974, mas de indução à diferenciação interna da indústria, a partir dos seus projetos de expansão, inseridos ou não no II PND. O crescimento da oferta energética, da produção de insumos básicos e o desenvolvimento do segmento de bens de capital mudam, efetivamente, a base industrial.

Assim, o crescimento da indústria no período adquire um caráter distinto daquele do milagre econômico. Como sintetizam Tavares & Coutinho (1984), enquanto no início dos anos 70 o padrão de crescimento se caracteriza por elevado incremento da produção, da demanda interna e da inversão industrial concentrada nas indústrias de bens de consumo, no momento posterior a produção corrente manufatureira e o consumo se desaceleram significativamente, mantendo-se em níveis elevados a inversão anual nos setores de insumos básicos e metal-mecânico. Este patamar de investimentos, "... que representa o triplo dos realizados em 1973 (ano do auge da produção corrente), demonstra um esforço de acumulação de capital e uma diversificação da estrutura industrial em direção da indústria pesada, sem precedentes na história da industrialização brasileira" (p.56).

Esse processo, ademais, é complexo e não se confunde com "substituição de importações"; efetivamente,

nos períodos de implantação da capacidade produtiva as importações de máquinas e equipamentos tendem a elevar os coeficientes de importação. Isto determina o crescimento acelerado e conjunto da produção corrente e das importações. Da mesma forma quando a economia desacelera, a queda mais que proporcional das importações não pode ser tomada simplesmente como efeito-substituição, mas também como decorrência exatamente da menor demanda interna. A natureza do processo de diversificação se revela claramente pelo fato de que o coeficiente de importações da indústria como um todo praticamente se mantém no mesmo nível no início e ao fim do ciclo recente (1967/80): 7,1% em 1967, 8% em 1970, elevando-se a 12% em 1974 e ficando em 7,0% em 1979. Particularmente, como notam os autores, "... no que se refere à indústria de bens de capital, e à mecânica em particular, a idéia de que um maior grau de desenvolvimento da base produtiva tende a diminuir o coeficiente médio de importações, descontados os efeitos pró-cíclicos, constitui um erro absoluto" (p.59). Ou seja, há transformações importantes nas estruturas de oferta e demanda de produtos industriais, escala de produção, competitividade e na base técnica, mas trata-se de um processo endógeno de crescimento, em que pese a internacionalização crescente dos diferentes setores.

Em particular, cabe qualificar ainda dois outros pontos. A trajetória recente enseja, por um lado, a qualificação do argumento corrente de que as estatais produtivas constituem um segmento incapaz de conferir empuxo dinâmico à indústria, por se tratar de empresas essencialmente ligadas à produção de bens intermediários. Isto é verdadeiro no que se refere às suas atividades correntes, mas incorreto no tocante ao seu investimento, demandando equipamentos para ampliação/diversificação de atividades. Mais que isso, o caráter específico dos seus

gastos de inversão é particularmente decisivo na ativação do DI, e tem assim efeitos macroeconômicos ampliados.<sup>(34)</sup>

Por outro lado, a magnitude e a intensidade do processo de expansão dos anos 70 implicariam, pela sua dinâmica interna, um ajuste da estrutura produtiva. Ou seja, a maturação dos grandes projetos e a implantação concentrada de acréscimos de capacidade produtiva redundariam numa queda do grau de utilização para o conjunto do estoque de capital da indústria, arrefecendo as decisões em torno de novos projetos e propagando-se, da mesma forma que na expansão, para os segmentos articulados. Ou seja, a manutenção dos ritmos de atividade corrente exigiria a permanência de níveis de inversão elevados, particularmente problematizados diante do progressivo esgotamento das possibilidades financeiras - num sentido amplo, envolvendo a interação tomadores/devedores e onde a geração própria de recursos é apenas um dos componentes no segmento investidor.

Mas a direção e a intensidade do ajustamento decorrem tanto do caráter da expansão como do desenho, diante dele, das políticas de estabilização. Isto nos remete a um segundo aspecto.

2. A expansão dos anos 70 foi desordenada e não teve o perfil inicialmente planejado no tocante a objetivos, prazos e estruturas de financiamento. A descoordenação e a assimetria em muitas medidas é particularmente clara no âmbito do SPE, com diferenciações setoriais e intra-setoriais marcantes e uma crescente submissão às determinações correntes de política econômica.

---

34 Rigorosamente, os gastos de investimento, pela sua especificidade macroeconômica, aproximam em certa medida os diferentes segmentos do estado, do ponto de vista qualitativo; se é evidente seu impacto no tocante às empresas industriais, esse também se dá no caso das empresas de serviços públicos e mesmo a partir dos gastos em investimento tradicionais.

Há, efetivamente, uma tensão permanente que perpassa os rumos da política econômica do período, que oscila entre a expansão do II PND e a correção dos desequilíbrios na balança de pagamentos e no comportamento dos preços internos. Esta tensão transparece sob diferentes aspectos, especialmente na medida em que a expansão, simultaneamente, visa e requer maior interação aos movimentos dos mercados financeiros, de equipamentos e de "commodities" a nível internacional.

Assim, e como aponta Lessa (1978), a desativação do escopo inicial do II PND se dá já em meados de 1976, a partir das políticas contencionistas e do próprio reconhecimento do irrealismo de muitas de suas metas, que levam ao abandono de muitos projetos ou à sua absorção pelo estado. Entretanto, alguns setores do SPE e, especialmente, o siderúrgico e o elétrico não só se envolvem em projetos de expansão das unidades já existentes como em novas plantas, de magnitude similar. Concentram desse modo a absorção externa de recursos que é, do ponto de vista da economia como um todo, a contrapartida da escassa capacidade financeira interna e do esgotamento, em especial, dos mecanismos tradicionais de financiamento público. O endividamento externo aparece, indubitavelmente, como a expressão maior da internacionalização financeira da economia brasileira, que se dá assim apesar das restrições à expansão do capital estrangeiro no mercado financeiro doméstico.

As disparidades de políticas, de eficiência, de contratação dos próprios empréstimos em face das condições de viabilidade econômica e a inexistência de instâncias com efetivo poder de planejamento e controle econômico e financeiro das empresas, constituem uma característica

agravada no contexto de expansão com instabilidade, que marca o período e se estende até 1982.

Isto afeta diretamente a contrapartida financeira da expansão. Se a economia capitalista é uma economia de investimento e, assim, uma economia de créditos/dívidas, não há como desconsiderar o descompasso financeiro e operacional dos projetos e as condições de sua contratação, vale dizer, os custos dinâmicos do processo de expansão com endividamento. Ou seja, não é possível analisar o período sob o enfoque estrito dos resultados físicos alcançados ou, na análise das contas externas, sob o prisma apenas da balança comercial até porque, dentre os grupos estatais exportadores, apenas a SIDERBRAS é um protagonista relevante do endividamento.

Esta instabilidade crescente da estrutura de financiamento, agravada pelas políticas de contenção tarifária, elevação das taxas de juros e pela incapacidade de mobilização interna dos excedentes financeiros - o que é válido também no âmbito interno ao SPE - coloca-se como condicionamento básico à atividade econômica nos anos 80 e conduz a um rebatimento crescente nas contas do Tesouro repondo, amplificadamente, a fiscalidade sempre presente ao financiamento das estatais.

### 2.3 - O FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS NOS ANOS 80<35>

35 Baseamo-nos aqui, essencialmente, nos fluxos de recursos e dispêndios das empresas estatais federais e do sistema estadual de energia elétrica (SEEE), fornecidos pela SEST. Vale lembrar que o SPE no conceito SEST envolve um amplo conjunto de empresas federais, onde se destacam, de qualquer modo, os grandes grupos industriais que determinam, claramente, o movimento dos principais itens. É este conceito que prevalece para a análise deste tópico. No anexo estatístico são apresentados os dados para o SPE-SEST e seus principais grupos, especificando-se ainda a posição desses no agregado, nas rubricas mais importantes.

Os desequilíbrios econômico-financeiros das empresas estatais, na virada dos anos 80, são explicitados e agravados pela política de ajustamento posta em prática. Resultam, em grande medida, da desordenada expansão da segunda metade dos anos 70 e da sua estratégia de financiamento, baseada amplamente em créditos externos. Como nos demais países da América Latina, o endividamento externo se transforma de solução para a baixa mobilização e centralização interna de recursos, em restrição básica para a política econômica.

A crise de financiamento da economia é enfrentada, entretanto, de forma tradicional e, portanto, não-seletiva. No contexto de fragilização financeira, efetivamente se reduz o espaço para formulações positivas de política econômica, privilegiando-se a ótica do combate ao déficit público e da geração de crescentes superávits comerciais, que afinal norteia também o movimento do SPE. Esse "export-drive" não é contudo suficiente para dinamizar o conjunto da indústria, nem alivia significativamente o desequilíbrio financeiro do setor público, em que pese o esforço exportador das empresas do próprio SPE.

No âmbito dos grandes grupos, esse ajuste tem implicações e intensidades diferenciadas, correspondentes à sua inserção na trajetória de expansão, às particularidades setoriais - tanto econômicas quanto de autonomia política - e à gravitação dos objetivos correntes de política econômica.

Para o conjunto do SPE, é possível distinguir basicamente três momentos ao longo do período 1980/87, perpassados decisivamente pelas injunções de curto prazo que caracterizaram a política econômica desses anos.

### 2.3.1 - O Esgotamento do Padrão de Financiamento dos Anos 70

O início dos anos 80 caracteriza-se, essencialmente, pela manutenção, com complexidade crescente, do padrão de financiamento dos anos 70. Há, efetivamente, uma rolagem da dívida dos grandes grupos, notadamente da siderurgia e do segmento de energia elétrica.

Efetivamente, a programação orçamentária das estatais vai refletindo progressivamente a inflexão da política econômica. A contenção dos gastos das empresas produtivas constitui elemento central à estratégia recessiva, o que certamente não se dá na ausência de conflitos, na medida em que são afetados os planos próprios da expansão e mesmo as atividades correntes das empresas. Os segmentos política e financeiramente mais fortes resguardam em boa medida sua autonomia ao longo do período, sentindo com menor intensidade os cortes nos gastos de capital e custeio..

Os cortes nos investimentos do SPE são pesados, preservando-se apenas os gastos da PETROBRAS com vistas a elevação da produção nacional de petróleo até 1982, e os projetos de exportação da CVRD.

Assim, o setor de energia elétrica desacelera já a partir de 1980, reduzindo em 11% seu volume de encomendas, numa trajetória que se acentua até 1983, quando o nível de investimentos do segmento federal (ELETROBRAS e Itaipú) situa-se 38% abaixo do verificado em 1980. Face ao declínio que também se observa no sistema estadual - embora as inversões do SEEE se elevem até 1982, recuam 36% em 1983 - este segmento vê consideravelmente reduzido o papel estabilizador que desempenhara no período 1974/1979.

No setor petrolífero, a redução dos gastos em 1980 afeta essencialmente as atividades de refino, na verdade a de maior articulação à indústria nacional. Mas são os investimentos da PETROBRAS, juntamente com os realizados pela CVRD - que dobram de valor de 1980 a 1982 -, os grandes responsáveis pela manutenção do nível de inversões do SPE no início dos anos 80. Estes dois grupos elevam assim sua participação nos investimentos totais, de 26% em 1980 para 40% em 1982. Embora com menor intensidade, este movimento

também se verifica no setor de telecomunicações, com os gastos em investimento da TELEBRAS crescendo cerca de 12% em 1981 e 1982.

Em contraste, a siderurgia assiste a descontinuidades marcantes na execução do Plano Siderúrgico (PSN-2) e a brusca elevação dos encargos financeiros. Os investimentos declinam 13% em 1980 e 17% em 1981, num movimento que persistiria ao longo dos anos 80 e que reduz o peso das inversões siderúrgicas e apenas 4,3% dos investimentos totais do SPE em 1984. Neste ano, o grupo SIDERBRAS investiu o equivalente a apenas 15% do realizado em 1980.

Nas áreas de transporte ferroviário e infraestrutura portuária os cortes são rigorosos, atingindo inicialmente a PORTOBRAS, com queda de 38% nos investimentos em 1981. Na RFFSA, o corte nos gastos de capital e custeio vai se dar essencialmente a partir de 1982.

Paralelamente a este refreamento inicial dos gastos do SPE, delinea-se a elevação da carga financeira: o volume de encargos financeiros duplica de 1980 a 1982, passando a representar cerca de 10% do total dos dispêndios das empresas estatais (tabelas 2.10 a 2.12). Esta reversão concentra-se nos segmentos siderúrgico e de energia elétrica, refletindo o pesado endividamento contraído na segunda metade dos anos 70: no grupo SIDERBRAS, o volume destes encargos se eleva 330% em dois anos, passando de 5% para 23% dos dispêndios totais.

Portanto, conjugam-se num primeiro momento uma deterioração financeira localizada principalmente na siderurgia e empresas de energia elétrica, enquanto se expandem os investimentos da PETROBRAS, da Vale e da TELEBRAS. No conjunto, isto faz com que as despesas de

investimento se sustentem até 1982, com a elevação das despesas de pessoal se devendo basicamente aos gastos da PETROBRAS.

As medidas de contenção representam, efetivamente, uma extensão para o setor empresarial do estado da política já adotada na administração dos gastos tradicionais e para o sistema financeiro. No início dos anos 80, as empresas estatais em geral constituem instrumento básico de acesso aos recursos externos, agora também pela liberação das operações de repasse.

Assim, a ligeira recuperação em 1981 da parcela do setor privado nos empréstimos via Lei nº 4.131, reflete não só o rigor da política creditícia interna, mas o redirecionamento das captações públicas para as operações de repasse, que readquirem importância no total dos créditos externos. A retomada das operações via Resolução nº 63 decorre da exaustão dos mecanismos indutores do período anterior. A não absorção dos totais captados leva a que os recursos sejam crescentemente depositados junto ao BACEN, que os garante contra as variações cambiais e assume a responsabilidade por parcela dos encargos, de forma que acabam se constituindo, em última instância, em empréstimos contraídos pelas próprias autoridades monetárias. É o próprio caráter do ajuste adotado para enfrentar os problemas do Balanço de Pagamentos que vai determinar, portanto, formas extremas ao processo de estatização da dívida externa brasileira.

Com a nova elevação das taxas de juros internacionais em 1982, puxadas pelo Tesouro americano - numa tendência que marca o início dos anos 80 e que representa um acentuado redirecionamento dos fluxos de capital a nível internacional, a partir dos déficits comercial e fiscal dos EUA - coloca-se definitivamente em

xeque a estratégia de financiamento adotada pelos países latino-americanos desde meados dos anos 70. O agravamento da situação mexicana gera grande apreensão em relação ao Brasil, cujas reservas haviam descido a níveis mínimos já no final do primeiro semestre. A deterioração das condições do mercado internacional de crédito e a evidente gravidade dos desequilíbrios externos, conduzem à formalização do acordo com o FMI já no início de 1983. Esgotava-se, portanto, a forma de financiamento anterior, com a interrupção dos fluxos internacionais de crédito.

### 2.3.2 - O SPE e o ajuste recessivo

Evidencia-se a partir daqui uma inflexão da política econômica, que se caracteriza por notável aprofundamento das políticas de contenção, e que tem implicações claras para as empresas do SPE.

A programação econômica para 1983 reflete essencialmente a busca de credibilidade frente ao sistema financeiro internacional, a partir da primeira Carta de Intenções. Esta envolve algumas metas controversas, destacando-se a mensuração do chamado déficit global do setor público com a fixação de metas nominais, obviamente incompatíveis com o elevado patamar de inflação.

O primeiro adendo à Carta de Intenções revisa alguns objetivos iniciais e em meados de 1983 procede-se a novo ajuste das políticas fiscal e monetária. Do ponto de vista do SPE, registra-se uma queda de 30% nos investimentos totais, que atinge agora todos os grandes grupos, paralelamente a uma redução de 19% nas despesas com pessoal e encargos sociais. Para esta contribuem os decretos

2.036 e 2.037, estabelecendo tetos de salários nas administrações direta e indireta.

O caráter do ajustamento envolve três movimentos básicos para o SPE a partir de 1983, que explicitam em grande medida a peculiaridade das inserções setoriais e da situação financeira das suas empresas.

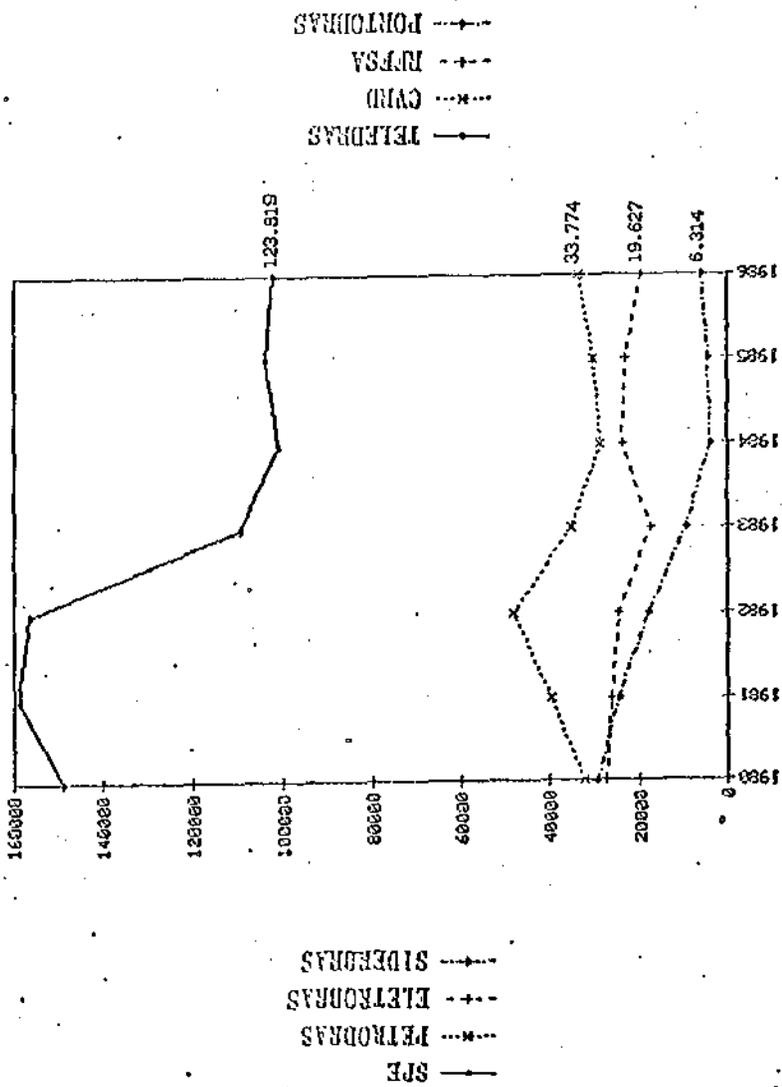
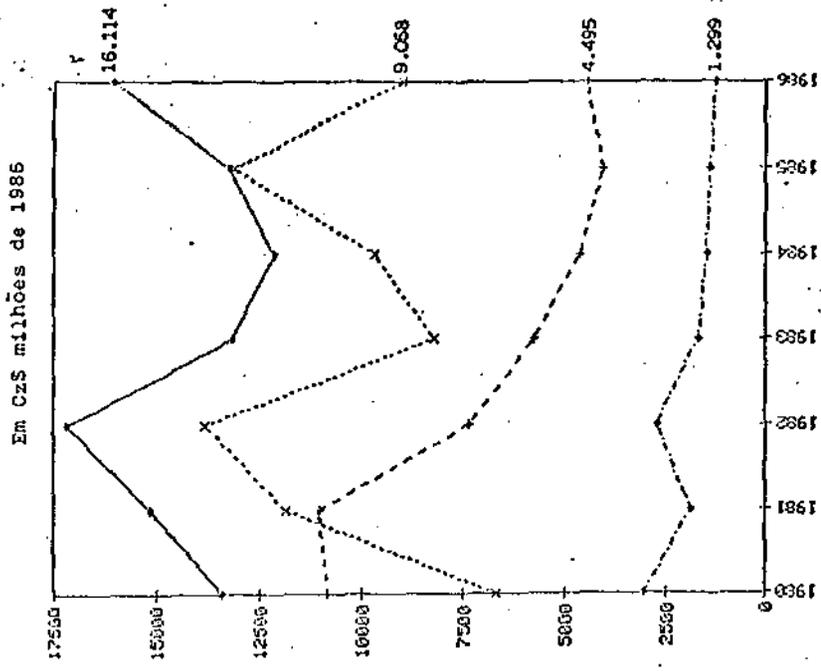
A primeira trajetória característica é a dos gastos de investimento, que permanecem praticamente estagnados de 1983 a 1986 (tabela 2.12). No biênio 1983/1984 o declínio dos investimentos é particularmente acentuado na PETROBRAS, SIDERBRAS e, em menor medida na TELEBRAS e ELETROBRAS. No setor de energia elétrica as inversões declinam substancialmente em 1983, atingindo também as empresas estaduais e recuperando-se em 1984, à exceção de Itaipu: os gastos na hidrelétrica, em 1984, representaram apenas 43% dos realizados em 1980. No âmbito do SPE federal a exceção relevante é a CVRD, cujos investimentos se ampliam razoavelmente em 1984 e 1985, elevando-se de 7,5% em 1983 para 12,6% a parcela desta estatal no total das inversões (tabela 2.23 e gráfico 2.1.)

A política de desaceleração, implicando na redução do empuxo dinâmico destas empresas, se expressa no peso menor das inversões no conjunto dos dispêndios do SPE, que passa de 26% no triênio 1980/1982 para 16% de 1983 a 1986.

Ainda no tocante à estrutura de gastos, cabe notar o comportamento similar das despesas com pessoal e encargos sociais (gráfico 2.2).

O montante desta rubrica declina em todos os grandes grupos em 1983 e 1984, mesmo naqueles onde as inversões se recuperam, como na ELETROBRAS e CVRD. Note-se que a ligeira redução no número de empregados do SPE em 1983

Gráfico 1  
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS  
 1980-1986



FONTE: SESP/PR.

é muito inferior à violenta queda na despesa média por funcionário, de 18% em 1983 e 14% em 1984 (tabela 2.28).

Com a recuperação da economia e a revisão dos mecanismos salariais, estes gastos se elevam, 19% em 1985 e 12% no ano do Cruzado. De qualquer modo, o conjunto das despesas de pessoal em 1986, como proporção dos dispêndios totais do SPE, cerca de 11,3%, é ainda inferior ao nível de 1982, significando uma queda de 9,0% na despesa média por empregado relativamente ao biênio 1981/82 e para um contingente de empregados 8,0% maior. Estes gastos equivaliam em 1986 ao volume de encargos financeiros do SPE.

(36)

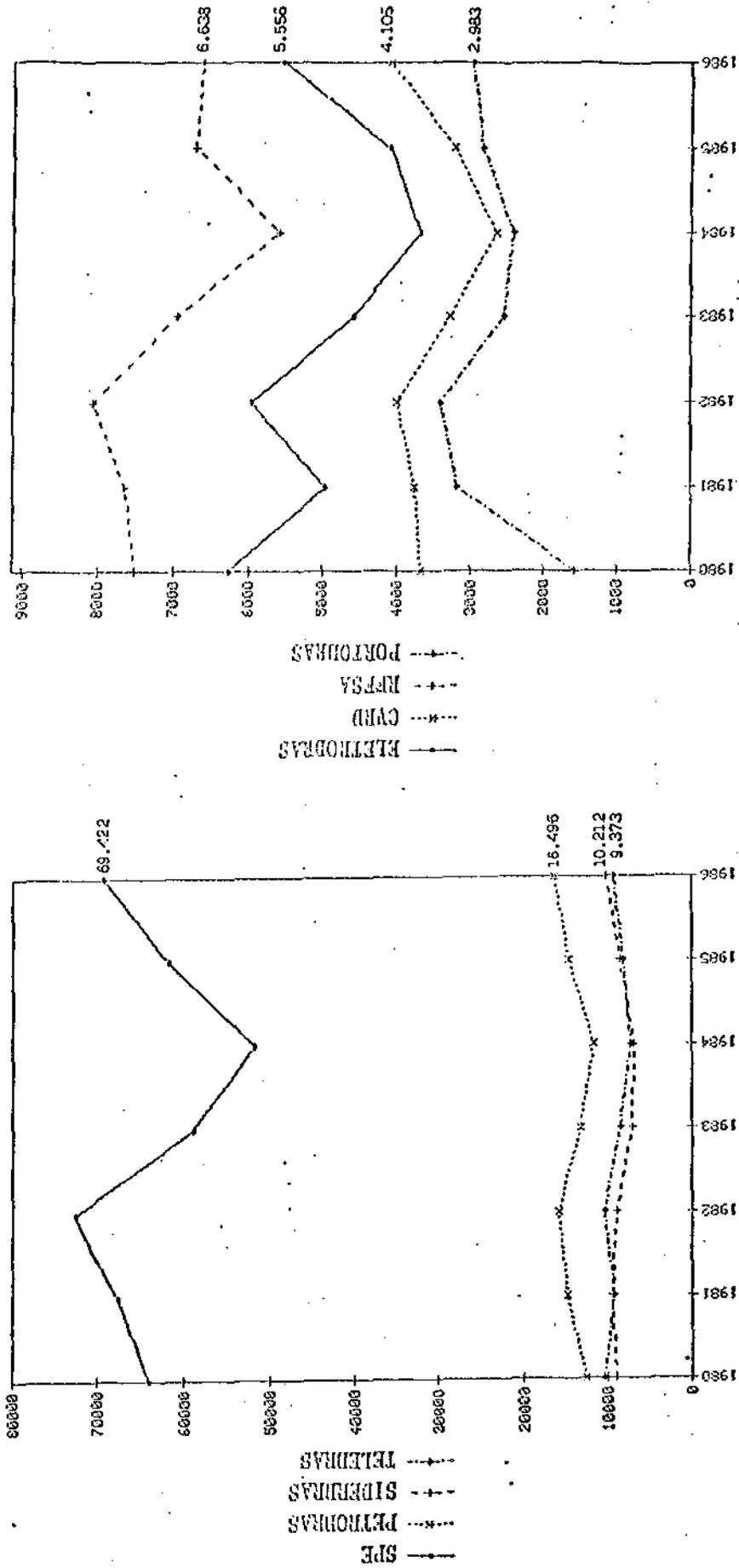
Um segundo traço característico do ajuste do SPE diz respeito ao comportamento das suas receitas operacionais. Desde logo, cabe notar que as tarifas médias dos principais produtos e serviços do SPE foram reajustadas sistematicamente abaixo da inflação até 1985, recuperando-se

---

36 É possível fazer um exercício simples para evidenciar a natureza dos problemas enfrentados pelo SPE. Tomando-se por base o ano de 1985, note-se que um alívio de 10% no volume total de juros pagos pelas empresas estatais produtivas significaria uma economia de Cz\$ 8,8 bilhões (a preços de 1985). Tomando-se por base a despesa "per capita" no SPE para este ano, que possivelmente superestima o gasto efetivo para a grande maioria dos empregados das empresas, nota-se que economia equivalente exigiria dispensa de cerca de 87 mil funcionários. Isto não significa que as empresas estatais estejam operando com elevadas níveis de eficiência e que dispensas não sejam necessárias. Pelo contrário, reformulações administrativas são urgentes, ainda que os problemas mais graves, sob este aspecto, não estejam nas empresas, mas na administração direta e descentralizada. Significa apenas que não são estas despesas as causas do desequilíbrio financeiro, como se evidencia pelas magnitudes e principalmente pelos processos em questão.

Gráfico 2

EVOLUÇÃO DO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
1980-1986



FONTE: SEST/PR.

efetivamente apenas em 1987 (Galletta, 1987). <sup>37</sup> Neste quadro, a manutenção do nível de receitas em 1983, para o conjunto das empresas, e sua elevação em 1984 e 1985, devem-se à inserção particular do SPE no movimento econômico do período. Em particular, à articulação direta e indireta de algumas empresas ao esforço exportador e, posteriormente, à recuperação do nível de atividades internas (gráfico 2.3).

Em 1983, a manutenção do patamar de receitas do SPE se deve essencialmente ao comportamento do grupo PETROBRAS, cujos ganhos compensam as perdas verificadas nos demais grupos. A análise da estrutura de receitas deste grupo revela, entretanto, que o nível de vendas da PETROBRAS S/A ("holding" petrolífera) não se altera e que a parcela maior do acréscimo de 60% na receita global provém da "trading" INTERBRAS e de suas subsidiárias. Em menor grau, mas com efeito positivo importante, coloca-se a entrada em operação da COPEL, no pólo petroquímico do Rio Grande do Sul (tabela 2.39).

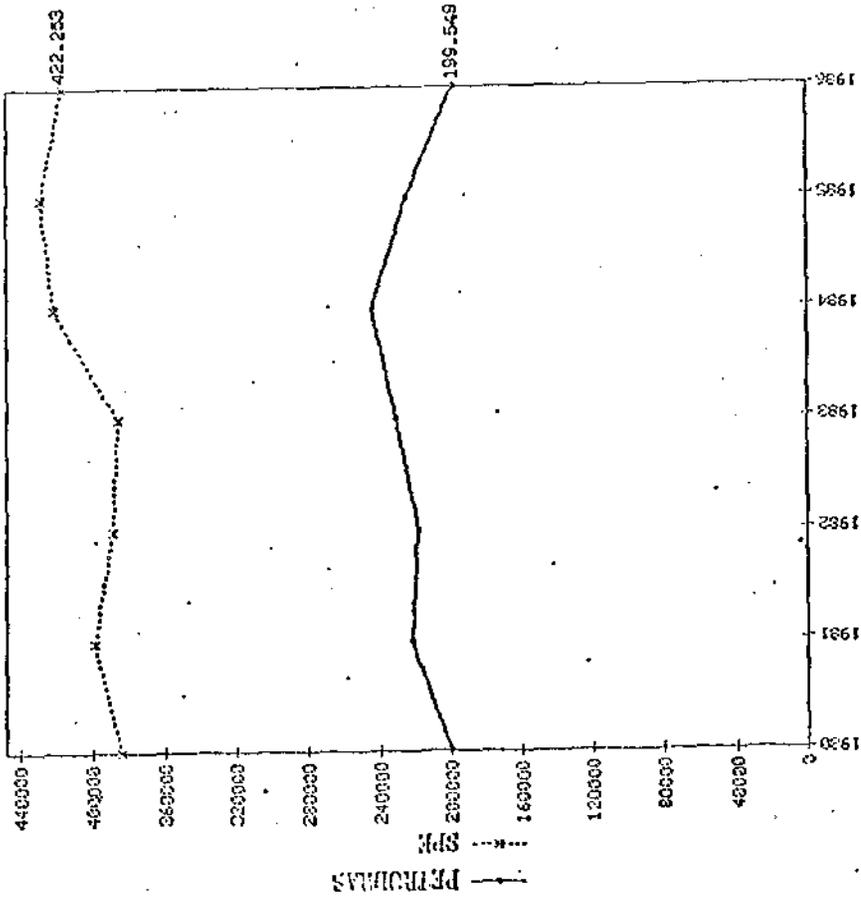
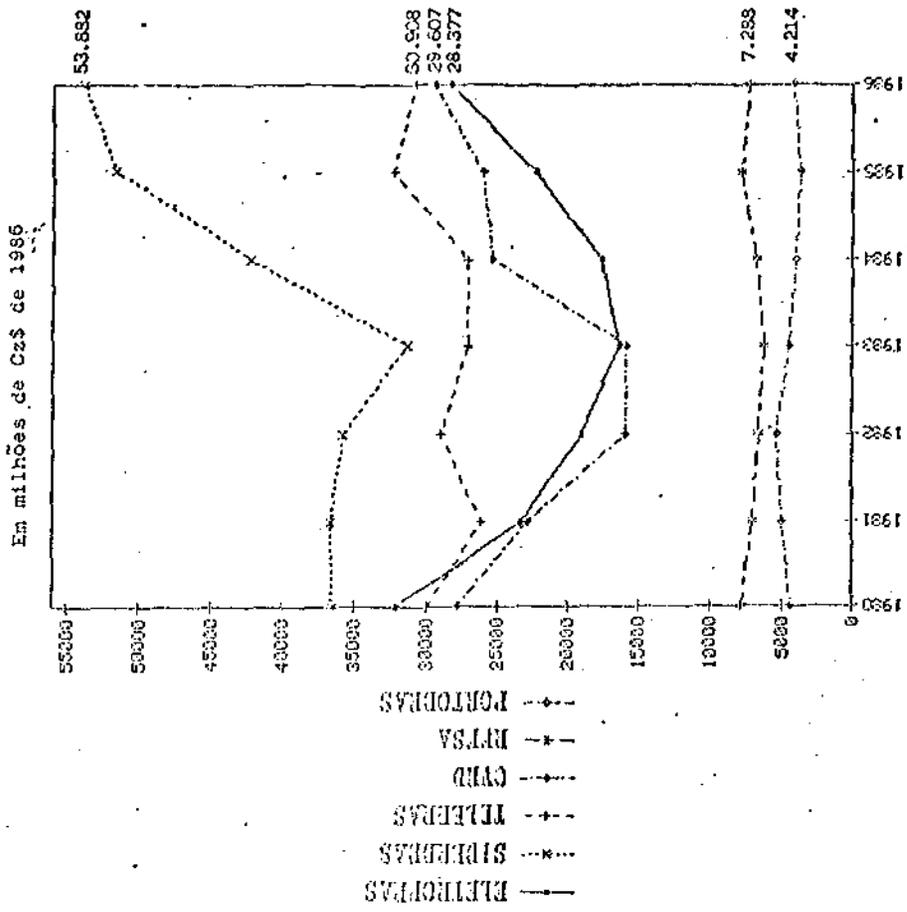
Em 1984, a receita operacional do SPE se eleva em 9,2%, sustentada pelas vendas externas da CVRD (que se elevam em 18% neste ano e que representaram, em média, 80% das vendas de minério de ferro no período 1983/1985), da SIDERBRAS (que exporta em 1984 o equivalente a 32% da produção de laminados planos) e pela recuperação nas receitas operacionais da PETROBRAS, para o que contribuem certa melhoria nos preços dos derivados e as vendas da INTERBRAS Cayman. A retomada de atividades a partir de meados de 1984 e em 1985/1986 teria certamente propiciado resultados mais expressivos para os maiores grupos do SPE,

---

37 A intensidade das perdas é diferenciada entre os setores, acentuando-se para o conjunto no início de 1985, com a política contencionista num contexto de aceleração inflacionária. Análise detalhada dos casos da siderurgia, derivados de petróleo e energia elétrica é desenvolvida em relatório do IESP/FUNDAP. Ver de Paula (1987).

Gráfico 3

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL  
1980-1986



FONTE: SEST/PR.

não fosse o arrocho tarifário a que as empresas foram submetidas. Note-se que já em 1985 se elevam as receitas da ELETROBRAS e da TELEBRAS; no caso da SIDERBRAS, apesar do declínio das exportações, a receita operacional cresce 22%, puxada pelas vendas internas. No caso do grupo PETROBRAS, cujas receitas apresentam um decréscimo de 8,0%, coloca-se decisivamente a questão dos preços. Note-se que a receita operacional da Petrobrás Distribuidora cai 52% em 1985.

De qualquer modo, a sustentação dos níveis de receita do SPE ao longo da crise demonstra um ajuste operacional das principais empresas, que se expressa também em ganhos relativos de produtividade física e contenção das despesas e que mantém, para o conjunto do SPE, a parcela das receitas de operação nos recursos totais, que foi de 69% no período 1984/86 (tabela 2.12). Efetivamente, isto faz com que as margens operacionais brutas do SPE como um todo e dos seus principais grupos se mantenham positivas ao longo dos anos 80, evidenciando a natureza, essencialmente, financeira dos desequilíbrios que condicionam as operações correntes e as frentes de expansão destes segmentos e especialmente da siderurgia e empresas estatais de energia elétrica (tabela 2.48 e 2.61). (38)

A evolução da estrutura de endividamento do SPE constitui o terceiro movimento que explicita o caráter assumido pelo ajuste da economia no âmbito das empresas produtivas do estado.

---

38 Note-se que dentre os sete maiores grupos, apenas a RFFSA e a PORTOBRAS apresentam margens brutas negativas ao longo do período (tabelas 2.82 e 2.88). A RFFSA configura uma situação estruturalmente deficitária, determinada pelo baixo dinamismo do próprio setor ferroviário no seu formato atual. No caso da PORTOBRAS, as margens encontram-se em patamar superior, sugerindo que medidas operacionais de ajuste poderiam reverter o quadro negativo.

Inicialmente, cabe notar a magnitude da dívida do SPE. Em dezembro de 1980, a dívida total (circulante mais exigível a longo prazo) alcançava US\$ 46,3 bilhões. Em 1985, este montante se eleva a US\$ 74,2 bilhões, o que significa uma taxa média de crescimento de 10% ao ano no período. É importante notar também a concentração deste endividamento, localizado basicamente na SIDERBRAS e ELETROBRAS, responsáveis por cerca de 49,6% do estoque da dívida em 1980 e 57,8% em 1985.

O elevado patamar de endividamento implica em que elevações substanciais das taxas internas e externas de juros, como as que se verificam no início dos anos 80, representem inevitavelmente uma restrição decisiva à gestão corrente e às políticas de financiamento e crescimento das empresas. Note-se que os encargos financeiros do SPE continuam a se elevar de 1983 a 1985, embora com menor intensidade que em 1981/1982. Em 1985, equivaleram a 13,4% dos dispêndios totais do SPE, superando a despesa total com salários e encargos sociais. Os encargos referentes às obrigações em moeda estrangeira (inclusive 63) representam a maior parcela deste montante, cerca de 7,7% na média do período 1980/1985.

A necessidade de servir a dívida contraída implica por sua vez em novas tomadas de recursos, predominantemente externas. Este processo pode ser sustentado até 1982, num contexto de elevação das taxas internacionais e crescente instabilidade no mercado financeiro. Note-se, efetivamente, que no biênio 1981/1982, do total das operações de crédito contraídas pelo SPE, as obrigações externas (incluindo a 63) representam cerca de 70% (tabela 2.10). A crise de crédito em fins de 1982 determinou o rompimento deste mecanismo de financiamento. Em 1983, face aos impasses que marcam o acordo com o FMI, resultando em substancial refreamento da entrada de recursos externos, as operações totais de crédito

do SPE declinam 43%, passando de 20% em 1982 para 11,5% dos recursos movimentados pelo conjunto das estatais produtivas em 1983. Esta queda é determinada essencialmente pela redução no volume dos empréstimos em moeda estrangeira, em 47% (ver gráficos 2.4 e 2.5).

A contrapartida deste estrangulamento na forma de financiamento corrente das estatais é a pressão ampliada sobre o governo central, inicialmente através do chamado aviso GB-588 e posteriormente com os avisos MF-09/10/80.<sup>38</sup> Vale dizer, a rolagem da dívida externa das empresas é crescentemente assumida no âmbito das Autoridades Monetárias e rebate, em última instância, no próprio Tesouro Federal, colocando restrições e condicionamentos evidentes à formulação e gestão das políticas monetária e fiscal.

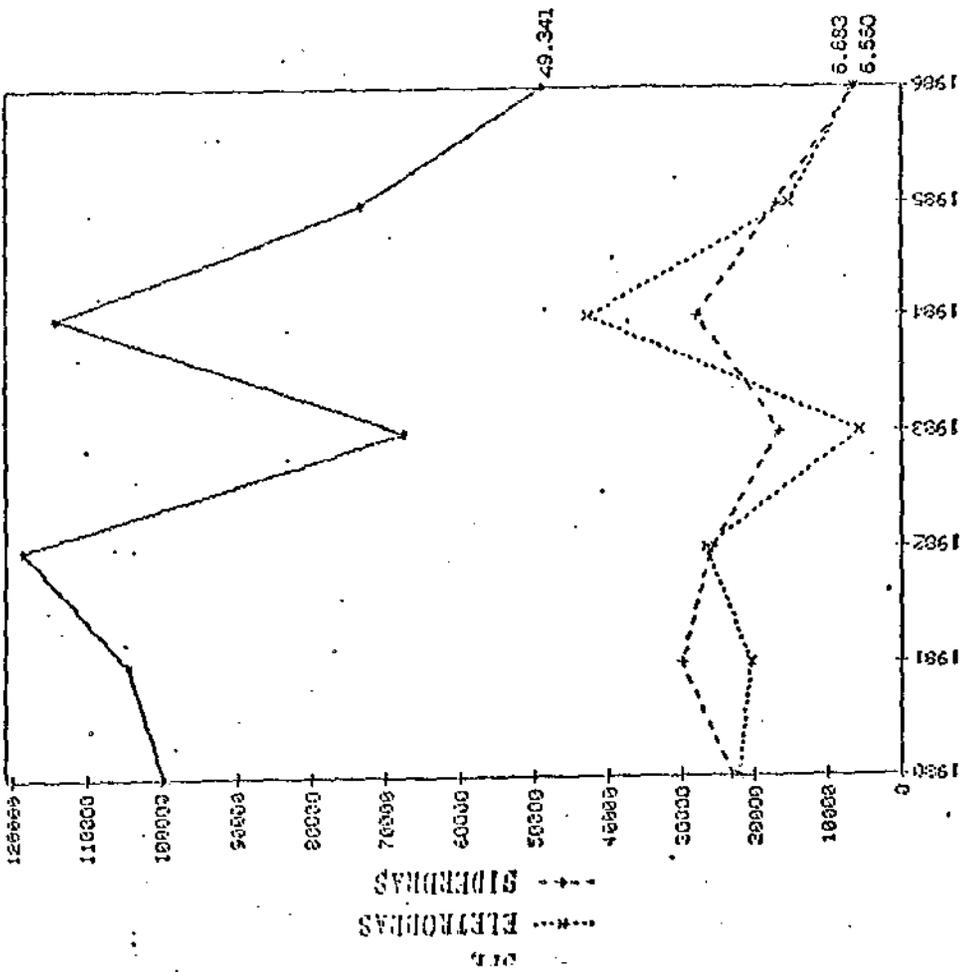
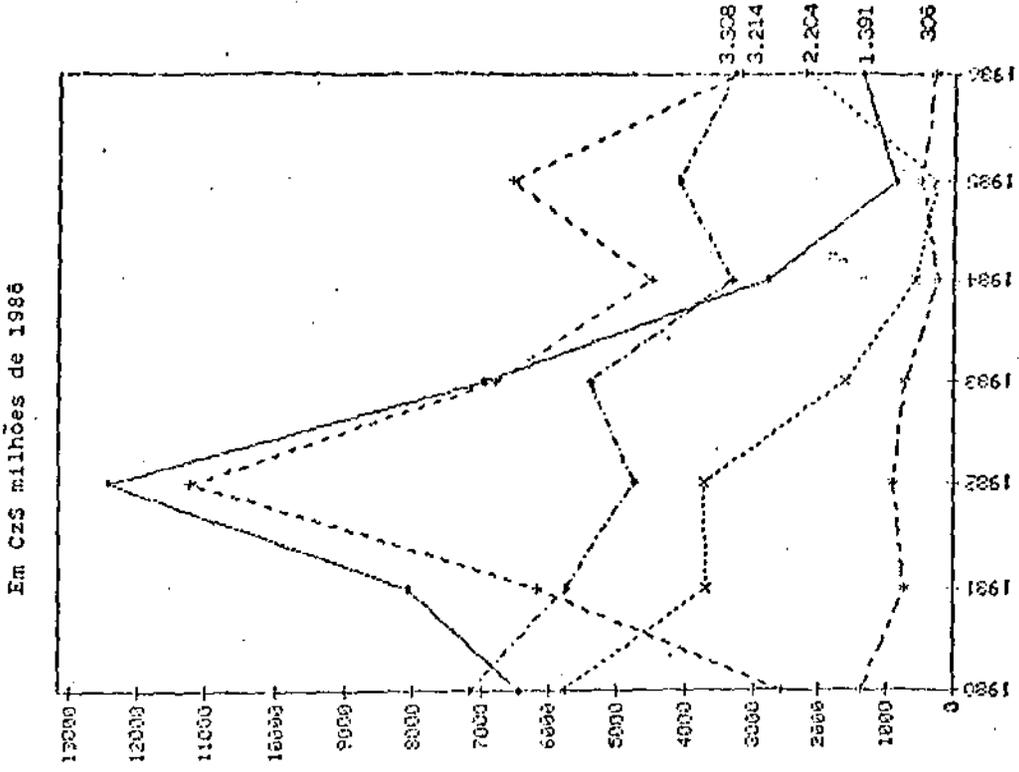
A expressão desta substituição é o aumento substancial observado na rubrica "Variações das operações de crédito de curto prazo" na estrutura de recursos e dispêndios da SEST. Em 1983, este item se eleva 298% em termos reais, alcançando 8,6% do total de recursos do SPE (tabela 2.11).

Na medida em que se formalizam os acordos com o FMI e se retomam os refinanciamentos externos em 1984, registra-se novamente um acréscimo nas tomadas de crédito e uma redução correspondente nas operações de curto prazo. Neste ano, os recursos em moeda estrangeira (inclusive repasses via Resolução 63) crescem 150% e equivalem a 15% dos recursos totais do SPE. No biênio 1985/1986, quando cessa a entrada de capital externo via crédito, intensifica-

---

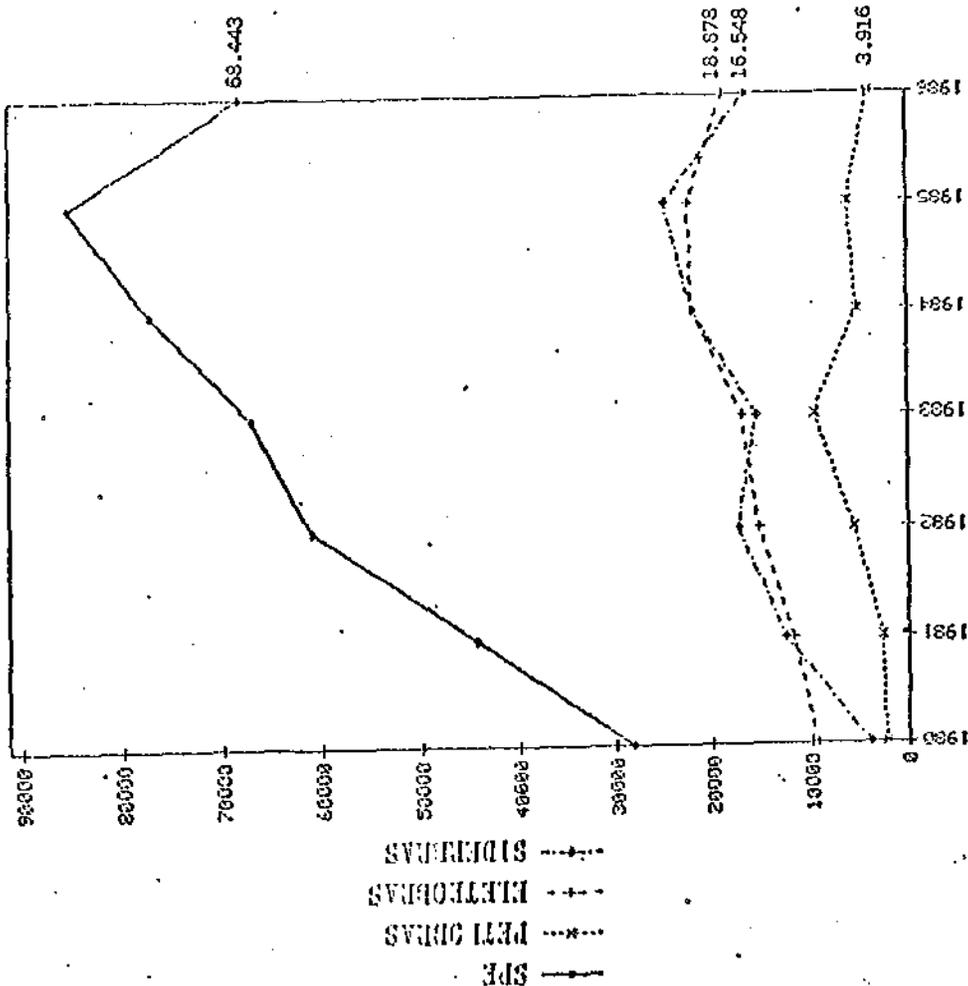
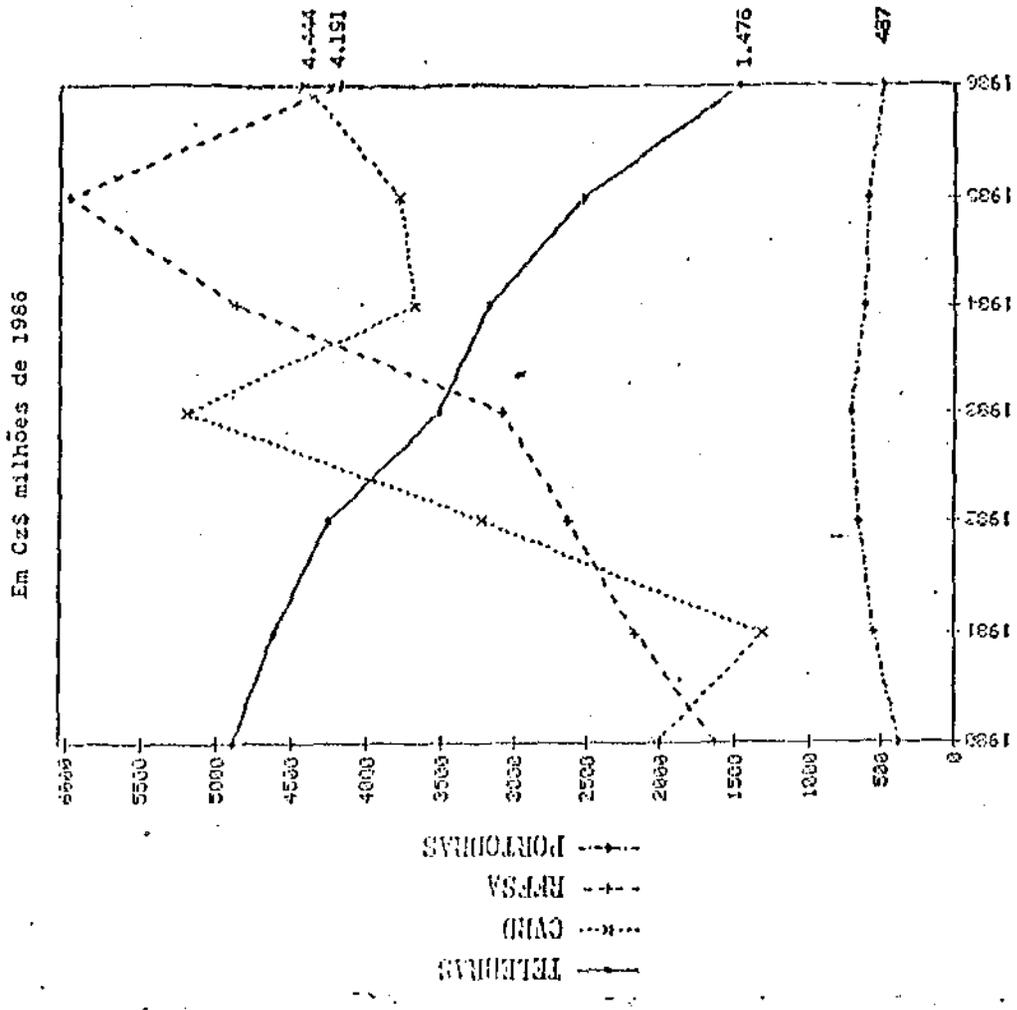
38 O aviso GB-588, é um instrumento instituído ainda em 1987 através do qual o Banco do Brasil cobre compromissos vencidos de responsabilidade do setor público e/ou avais do Tesouro Nacional. Os avisos MF são recentes e constituem empréstimos-ponte para cobrir dificuldades de caixa das empresas no pagamento dos seus compromissos.

Gráfico 4  
 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
 1980-1986



FONTE: SEST/PR.

Gráfico 5  
EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS  
1980-1986



FONTE: SESP/PR.

se novamente a pressão sobre as disponibilidades do governo central, o que mantém num patamar elevado o endividamento de curto prazo.

Este movimento se coloca num contexto de particular deterioração financeira das empresas estatais, face à substancial elevação das amortizações externas (cerca de 223% de 1982 a 1986 e que passam de 3% para 9% dos dispêndios globais do SPE), crescimento nas despesas com encargos financeiros até 1985 (cerca de 40% no conjunto e 61% nos relativos às operações externas, exclusive 63) e sem ampliação nas operações internas de crédito, cujo fluxo anual permanece praticamente no mesmo nível ao longo do período recente.

E com o Plano Cruzado que se abre espaço para a efetiva caracterização dos dilemas de financiamento da própria economia e para a implementação, afinal não concretizada, das reformas nos sistemas de mobilização de recursos - incluindo a articulação externa - e da política de inversões, em especial da política industrial.

É importante ressaltar estas mudanças que se verificam em 1986 e que explicitam o caráter e magnitude dos impasses financeiros para as empresas do SPE. Nota-se que apesar da elevação ns despesas de pessoal e queda na receita operacional em função do arrocho tarifário, a redução dos encargos financeiros em 20% propiciou a recuperação da margem operacional líquida do SPE, que de -4,1% em 1985 - e de um patamar negativo observado desde 1982 - passa a +3,8% em 1986 (tabela 2.15). Isto põe em evidência o caráter eminentemente financeiro do déficit das estatais.

### 2.3.3 - O Retorno à Fiscalidade e o Esforço de Recuperação Tarifária

O terceiro movimento que caracteriza o financiamento das empresas do SPE desenha-se ainda em 1985/86, mas seus desdobramentos efetivos passam a se dar de forma mais clara apenas a partir de 1987. Diante da magnitude dos impasses colocados pelo estoque das dívidas, articulam-se planos setoriais de saneamento, com o objetivo de aliviar a carga financeira das empresas, repor os parâmetros de rentabilidade operacional e reestruturar os passivos. Esse movimento é de realocação, num grau ampliado, da fiscalidade. Paralelamente, reconhece-se a necessidade de políticas realistas de tarifas, no sentido de não aprofundar os desequilíbrios financeiros.

Há, portanto, uma institucionalização dos repasses que já vinham sendo feitos para o segmento empresarial.

No caso específico da siderurgia, concebe-se elevada capitalização via recursos do Tesouro, enquanto no setor elétrico colocam-se o aporte de recursos externos e a recuperação tarifária como elementos centrais. Esta redefinição da posição financeira das estatais não elide, entretanto, a natureza dos problemas de financiamento do setor público, na medida em que a pressão da dívida desloca-se apenas internamente a este. Mais que isso, não garante o equacionamento e a reordenação das estratégias de crescimento ao nível do próprio SPE.

E esse contexto que se coloca a partir de 1987, após breve período favorável às empresas estatais e que representara a reversão da trajetória dos anos 80, como em

outros segmentos do setor público. Esse aspecto é peculiar, na medida mesmo em que 1987 caracteriza-se pela fragmentação dos instrumentos de controle das estatais e pela descontinuidade orçamentária.<sup>(40)</sup> Efetivamente, o descontrole inflacionário e as reorientações da política econômica instabilizaram fortemente o quadro das decisões econômicas e colocaram para as empresas do SPE, como para o conjunto das grandes empresas privadas, a busca de trajetórias particulares que representassem a solução ou o contorno dos seus problemas imediatos. Essa descoordenação é essencialmente prave na medida em que se dá paralelamente ao aumento dos repasses fiscais. Ou seja, não se concebe uma estratégia de recuperação consistente e supervisionada das empresas do SPE, com o resgate do seu planejamento financeiro e programas de inversões.

Esses movimentos se expressam na estrutura de recursos e dispêndios do SPE em 1987, marcada pela elevação substancial dos repasses do tesouro, pelo crescimento da receita operacional - devido apenas em parte à política tarifária seguida principalmente no primeiro semestre - e pela elevação do endividamento interno.

A tabela 2.13 caracteriza essas inflexões e a tabela 2.14 indica a composição dos recursos do Tesouro transferidos ao conjunto das empresas controladas pela SEST (SPE e entidades típicas de governo - ETGs).

Pelo lado dos recursos, nota-se que o crescimento da receita operacional foi de 9,0%, determinado basicamente pelo comportamento do grupo ELETROBRAS face à elevação

---

40 A constante revisão dos orçamentos e os marcantes conflitos operacionais que envolveram a execução financeira das empresas do SPE implicaram em defasagens inclusive na divulgação das informações pela SEST, por sua vez também afetada em face da instabilidade de sua posição institucional.

tarifária (20% no ano) e ao crescimento do consumo. Os reajustes tarifários ao longo do ano não chegaram, entretanto, a representar ganhos substanciais de receitas nos principais grupos, constituindo-se basicamente em um acompanhamento da aceleração inflacionária (Galletta e Amaral Filho, 1988). No tocante aos recursos fiscais há uma acentuação relevante da tendência que já se esboçara em 1985 e 1986, quando se elevaram em 17% e 53%, respectivamente, passando de 4,4% dos recursos totais do SPE em 1984 para 7,6% em 1986. Com as medidas de capitalização, os repasses fiscais se elevaram cerca de 146% em 1987 e representaram 12% dos recursos totais do SPE. Como se depreende da composição desses repasses, o determinante básico desse comportamento foram os aumentos de patrimônio líquido e especialmente para o sistema SIDERBRAS, o que não impediu que o patrimônio líquido desse grupo se apresentasse negativo ao final do período, por força das operações de "write-off", previstas no plano de saneamento financeiro. Finalmente, os dados referentes às operações de crédito indicam um expressivo crescimento, de 42%, concentrados nas operações internas, diante do contexto do financiamento externo que se verifica em 1987.

A estrutura de despesas do SPE revela um crescimento dos investimentos, cerca de 12%, explicado essencialmente pelas operações do grupo ELETROBRAS. No tocante aos gastos decorrentes do endividamento, nota-se que as amortizações tanto internas como externas se elevam, da mesma forma que os encargos financeiros internos, que crescem 96% no ano, refletindo o maior endividamento, e passam de 3,9% para 6,9% dos dispêndios totais. As despesas com pessoal do SPE se elevaram em 1987 cerca de 23%, na esteira da aceleração inflacionária e das posições específicas de certos grupos, quer do ponto de vista sindical quer no tocante à autonomia política/financeira das empresas.

A capitalização das empresas estatais com recursos do Tesouro significou inclusive uma alteração na posição desse segmento no conjunto das necessidades de financiamento do setor público em 1987: o déficit das estatais, foi equivalente a 1,1% do PIB, face aos 2,3% de 1985 e mesmo menor que o nível de 1986, de 1,3%, quando houve queda do déficit público global. Mas o ponto significativo aqui é que em 1987 o déficit público global se elevou de 3,5% para 5,5% do PIB, donde a parcela das estatais se reduz substancialmente no agregado das NFSP, para apenas 19%, face aos 66% de 1983, 52% de 1985 e 36% de 1986. Isto se deve à cobertura dos serviços da dívida das estatais pelo Tesouro e à crescente capitalização dessas empresas com recursos fiscais. Assim, a elevação da parcela do governo central no déficit total em 1987, passando de 2,0% para 3,3% do PIB, se deve em grande medida à conversão de dívida das estatais em capital, que equivaleu exatamente a 1,3% do PIB no ano (tabela 1.45).

Especificamente no tocante ao déficit, cabe notar dois aspectos. Em primeiro lugar, é determinante o peso do passivo externo das empresas no déficit operacional, ao longo de todo o período (tabela 2.16). Não só os empréstimos-ponte representam a parcela mais expressiva das NFSP de 1985 a 1987, como a instabilidade do seu financiamento externo determina flutuações nos saques de depósitos em moeda estrangeira (que representam uma alternativa de financiamento importante em 1985 e 1986, por exemplo) e no fluxo líquido de seu financiamento externo, que fica crescentemente negativo nos anos recentes, com a cessação das entradas de recursos e a continuidade nas amortizações, implicando, efetivamente, numa redução das necessidades de financiamento. Adicionalmente, a análise anterior evidencia claramente esta natureza financeira dos desequilíbrios relativizando, sob este aspecto, a

influência de variáveis operacionais como o pagamento de salários.

Em segundo lugar, note-se também que a concentração desses desequilíbrios em alguns grupos os releva no conjunto das NFSP, ou seja, o "déficit das estatais" enseja qualificações tanto ao nível do seu conteúdo, ou seja, das variáveis que o explicam, como em relação à participação dos seus diferentes segmentos.

Enfim, a direção assumida pelo equacionamento financeiro não representa uma alteração substancial das pressões para o conjunto do setor público e não se constitui, do ponto de vista das estatais, um referencial para o desenho de suas estratégias de crescimento.

Nesse sentido, a análise da evolução da estrutura de recursos e dispêndios do conjunto do SPE-federal, se por um lado indica os traços gerais que caracterizam este segmento e os condicionamentos ao seu desempenho econômico-financeiro, inclusive na relação com outras esferas do Setor Público e em especial com o Tesouro e autoridades monetárias, não permite apreender a inserção dos grupos que o compõem na determinação dos movimentos das principais rubricas. Cabe, portanto, fazer algumas observações acerca do comportamento recente dos maiores grupos, destacando-se o peso da SIDERBRAS e da ELETROBRAS no conjunto das suas relações de financiamento.

## 2.4 - SETOR PRODUTIVO ESTATAL - A POSIÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS (41)

A heterogeneidade do SPE implica analisar a posição particular assumida pelos diferentes segmentos no período recente. Vamo-nos concentrar aqui em dois aspectos: de um lado, apontar para a presença determinante da SIDERBRAS e da ELETROBRAS no movimento de deterioração financeira do SPE; de outro, ressaltar brevemente algumas diferenças que caracterizam a evolução financeira corrente dos grandes grupos - e especialmente da PETROBRAS - colocando implicações relevantes e distintas para as políticas de financiamento e investimentos nesses setores. Finalmente, notar alguns traços distintivos das suas contas e indicadores patrimoniais.

A siderurgia estatal e o setor de energia elétrica (ELETROBRAS e Itaipu) condensam os desequilíbrios acima delineados para o SPE federal. A tabela 2.72 sintetiza claramente o peso destes segmentos nos principais itens da estrutura de financiamento do conjunto das empresas produtivas e em algumas das suas contas patrimoniais.

Em primeiro lugar, cabe notar a magnitude da dívida da SIDERBRAS e ELETROBRAS: em 1980, estes setores

---

41 As tabelas 2.17 a 2.32 do Anexo Estatístico apresentam a parcela correspondente aos diferentes grupos do SPE nos principais componentes da estrutura de recursos e dispêndios, bem como sua evolução recente. Adicionalmente, discrimina-se esta estrutura para cada um dos sete maiores grupos do SPE, indicando o comportamento das suas relações operacionais no período 1980/1988, a posição de diferentes empresas em variáveis relevantes como receitas e investimentos e alguns indicadores patrimoniais.

Análise mais detalhada da trajetória recente dos setores siderúrgico, petrolífero e de energia elétrica é realizada em De Paula (1987).

respondiam por um passivo equivalente a US\$ 23 bilhões, representando cerca de 50% da dívida total do SPE. Em 1985, a dívida destes grupos alcançava cerca de US\$ 43 bilhões, cerca de 58% do estoque total. É evidente, portanto, que as despesas correntes e de capital à conta deste endividamento, contraído pesadamente desde meados dos anos 70 e em condições particularmente instáveis no início dos anos 80, vão representar um ônus permanente para o desempenho econômico-financeiro desses sistemas.

Neste sentido, a variação e a dimensão dos seus encargos financeiros e das amortizações são elementos decisivos à determinação do resultado conjunto do SPE. Na média do período 1980/1985, o montante de juros pagos pela SIDERBRAS e ELETROBRAS equivaleu a 53% do total. O pesado acréscimo que se verifica de 1980 a 1982, quando os encargos financeiros totais das empresas produtivas federais se elevam cerca de 116%, deve-se basicamente a estes dois grupos. Juntos, eles respondem por 80% desta variação, que se concentra nas obrigações de origem externa. Este salto das taxas de juros internas e externas eleva os encargos financeiros de 12% em 1980 para 20,5% em 1982 no total de dispêndios da ELETROBRAS e de 5,3% para 23% no caso da SIDERBRAS (tabelas 2.46 e 2.59) do Anexo). A contínua elevação dos encargos após 1982, embora com menor intensidade, faz com que as despesas com juros nestes dois setores superem largamente os gastos com pessoal e encargos sociais: de 1983 a 1985, o montante de encargos da dívida representou em média 27% dos dispêndios totais na ELETROBRAS e 25% na SIDERBRAS; em contrapartida, os dispêndios com pessoal ficaram, respectivamente, em torno de 5,5% e 9,2%.

A natureza financeira e a magnitude dos desequilíbrios enfrentados por estes grupos ficam evidentes quando se analisam as suas relações operacionais (Tabelas 2.48 e 2.61.). Em ambos, as margens operacionais brutas são

positivas ao longo de todo o período, à exceção da SIDERBRAS em 1980. A abrupta elevação do peso dos encargos, entretanto, redundou em margens líquidas negativas, mesmo nos momentos de redução das despesas operacionais, como se verifica no setor siderúrgico para o biênio 1982/1983. No caso da ELETROBRAS, esta situação assume contornos particularmente graves, na medida em que o volume de encargos financeiros, de 1983 a 1985, é equivalente - ou superior, como em 1984 - à própria receita operacional. Esta tendência só seria revertida em 1986 quando, apesar da menor margem bruta, eleva-se a margem operacional líquida.

A evolução ascendente das amortizações a partir de 1982/1983 - especialmente das externas, que chegam a 20,3% dos dispêndios totais da ELETROBRAS em 1986 e a cerca de 14% dos gastos da SIDERBRAS - constitui um elemento adicional de pressão decorrente do endividamento e do seu perfil. No conjunto do SPE, as amortizações externas destas duas empresas se elevam a 66% em 1986, face a 48% em 1982.

Neste contexto, o ajuste financeiro destes sistemas necessariamente requereria enfrentar as restrições básicas postas pelo estoque da dívida. O formato e o contexto da política de estabilização adotada não propiciaram, entretanto, espaços para as políticas seletivas. O corte nas despesas de investimento e pessoal desses setores foram rigorosos, reduzindo-as no conjunto dos gastos das empresas e no âmbito do SPE. A SIDERBRAS é especialmente atingida pela redução das inversões: no biênio 1984/1985, elas equivaleram a apenas 5,0% dos dispêndios do grupo, situando-se num patamar que correspondia a apenas 15% dos investimentos realizados em 1980. Por outro lado, a política tarifária também não contribuiu para recompor os níveis de receita, que crescem em funções do redirecionamento das vendas da siderurgia e pela retomada do

crescimento da economia (apenas em 1984, o consumo de energia elétrica no setor industrial sobe 15%).

É necessário apontar as implicações colocadas por esta estratégia de financiamento para a estrutura de recursos e dispêndios desses setores. Até 1982, a captação de recursos externos postergou a crise financeira: ainda neste ano, as operações externas de crédito da SIDERBRAS, ELETROBRAS e Itaipu (incluindo repasses via 63) equivaleram a 57% das tomadas do SPE. De 1980 a 1982, as operações totais de crédito representaram, em média, 34% dos recursos da siderurgia e 30% no caso da ELETROBRAS. Neste período, note-se que os investimentos da PETROBRAS e da CVRD ainda se elevam, o que explica em grande parte a posição relevante destas duas empresas no acréscimo do volume de operações de crédito do SPE: em 1982, do total das tomadas de crédito da PETROBRAS, 93% são em moeda estrangeira; no caso da Vale, para o mesmo ano, as operações totais de crédito chegaram a 35% do total de recursos movimentados pela empresa, sendo 50% junto a financiadores externos.

A virtual cessação da entrada de recursos em 1983reflete-se pesadamente na estrutura de financiamento. O elevado patamar de endividamento da SIDERBRAS e ELETROBRAS faz com que estas empresas sejam as mais atingidas no declínio de 43% que se verifica no montante de recursos captados pelo SPE em 1983: cerca de 74% daquela redução é desses dois grupos e de Itaipu. Particularmente crítica torna-se a posição da ELETROBRAS, onde o endividamento se reduz de 36% para 9% do fluxo de recursos (Tabela 2.46).

Com os refinanciamentos externos em 1984, o movimento é inverso: cerca de 91% do acréscimo de recursos de crédito do SPE se dá em função da rolagem das dívidas da siderurgia e do segmento de energia elétrica, num contexto de redução das captações dos demais grupos. No biênio 1985/1986, o peso das operações de crédito

no fluxo de recursos da SIDERBRAS e ELETROBRAS decai substancialmente: para apenas 7,7% no consolidado do setor siderúrgico em 1986 e cerca de 7% na ELETROBRAS, contrastando claramente com a situação do início da década. A substituição do endividamento externo e o encurtamento do perfil da dívida se expressam quer na elevação da rubrica "outros recursos", como no volume crescente das operações de curto prazo, que são particularmente acentuadas em 1983 e 1985. Desta forma, esta fonte de recursos passa de apenas 5,0% do total na SIDERBRAS e 0,2% na ELETROBRAS em 1982, para 21% e 28%, respectivamente, em 1986. Esta maior instabilidade no fluxo de recursos se traduz também no maior peso assumido pelo passivo circulante desses setores no total do SPE (tabela 2.72).

A consequência mais clara do rompimento dos mecanismos de financiamento que sustentaram a siderurgia e o setor de energia elétrica até 1982 é o estreitamento das possibilidades correntes de ajuste. Ou seja, assume dimensão decisiva o estoque da dívida contraída. A capitalização das obrigações das empresas envolvidas e a reestruturação da sua equação financeira colocam-se como pontos centrais à redefinição do próprio padrão de financiamento do setor público, na medida mesmo da pressão exercida a partir do SPE sobre as contas e políticas do governo central.

A formulação do plano de saneamento da SIDERBRAS e do plano de recuperação do setor elétrico repõe a questão do financiamento do SPE no âmbito das políticas de investimento e reequilíbrio financeiro do setor público. E isto se dá em meio a pressões ampliadas sobre os recursos do AE em todas as suas instâncias, como contrapartida da escassa mobilização interna de capitais. Em 1986, o próprio orçamento - SEST já colocava a necessidade de rever a situação financeira dos setores mais endividados. Neste ano,

os repasses diretos do Tesouro para o conjunto das empresas crescem 53%, passando a 10,5% dos recursos totais. Concentram-se na SIDERBRAS e ELETROBRAS que recebem, juntas, cerca de 33% do total transferido e 84% do acréscimo relativamente a 1985, situação que se acentuou em 1987, como se depreende dos resultados globais para o SPE apontados acima.

Cabem duas observações particulares acerca desses segmentos, no tocante às suas características internas e planos de movimentos.

No caso do setor elétrico, o nível de endividamento do segmento federal é superior ao das concessionárias estaduais, ainda que estas representem, para a maioria dos governos estaduais a maior parcela da sua dívida externa total e uma situação muito mais grave que a das demais empresas do próprio SPE.<sup>(42)</sup> Como se depreende da tabela 2.56, as operações de crédito do sistema estadual de energia elétrica têm um movimento mais estável que o verificado na ELETROBRAS e situam-se num patamar inferior no conjunto dos recursos - se consideramos as variações de crédito de curto prazo na ELETROBRAS -, chegando a 26% em 1985. Os encargos financeiros por sua vez, que na ELETROBRAS se elevam a 26% em 1985 e que somados aos de Itaipu chegam a 37% dos encargos financeiros totais do SPE, responderam no SEEE por 15% dos dispêndios totais. Assim, também suas trajetórias de investimento apresentam diferenças, já que estes se elevam no SEEE até 1982 e superam os níveis de 1980 já em 1985, o que não se verifica no âmbito federal.<sup>(43)</sup>

42 No caso de SP, o serviço da dívida externa das empresas de energia elétrica representou em 1988 cerca de 82% do total do estado.

43 No início do período há que se considerar a influência da inclusão da LIGHT no sistema energético de São Paulo (ELETROBRAS).

Estas circunstâncias, determinadas pela maior presença federal na expansão do setor nos anos 70, somadas à deterioração tarifária e à recorrente e crescente disputa pelos recursos setoriais, redirecionados pela RGR, perpassam de certa forma o plano de recuperação setorial, cuja primeira versão foi aprovada ainda em 1985 e revista posteriormente.<sup>(44)</sup> O PRSE assenta-se numa política de recuperação tarifária, na revisão dos projetos de investimento e na capitalização via Tesouro Nacional e com recursos externos, colocando-se como um conjunto de medidas que integra as diferentes dimensões da ascensão pública sobre o comportamento do setor.

A recomposição tarifária deverá ser gradualista, visando atingir 10% de remuneração sobre o capital em 1988. No tocante às transferências fiscais, há dois componentes básicos: de um lado os repasses para ressarcimento dos custos adicionais incorridos no programa nucleo-elétrico, estimados em cerca de US\$ 2 bilhões até 1992.<sup>(45)</sup> De outro, coloca-se a captação direta pelo Tesouro e repasse ao setor de cerca de US\$ 2,2 bilhões. Esta participação dos bancos internacionais mediada pelo Tesouro, representa um ponto importante no PRSE. Diante das dificuldades na área externa, entretanto, o Tesouro passa a assumir parcela dos recursos, ampliando a parcela fiscal direta nas fontes do plano, estimada inicialmente em 6%, ao mesmo tempo em que as revisões da estrutura inicial reduzem o peso dos recursos tarifários - de 71% para 58%, basicamente em função da frustração das expectativas setoriais em 1986 - elevando-se em contrapartida a parcela de empréstimos extra-setoriais, de 19% para 29% ao longo do período 1987/80, sendo 12% relativas a avisos MF09 e MF10 (tabela 2.57.).

44 A análise dos principais pontos do PRSE é realizada em Prado (1987).

45 Basicamente a CHESF e que já representaram parcela expressiva dos recursos fiscais na SEST em 1988 (v. tabela 2.14.)

Finalmente, há uma redefinição dos programas de inversão, que significa certa alteração em relação à trajetória dos anos 70, com elevação dos gastos em distribuição, o que desloca parcela dos investimentos para a órbita das concessionárias.

No caso da SIDERBRAS, é necessária também uma qualificação quanto à parcela das diferentes empresas do grupo na dívida total. As tabelas 2.62 e 2.64 mostram a posição relativa das empresas do grupo SIDERBRAS nos fluxos de receita operacional e nos dispêndios com investimentos e encargos financeiros nos anos 80. Os dois projetos novos na expansão do setor, a AÇOMINAS e a CST, passam de 21% dos encargos financeiros totais em 1980 para 31% em 1985 enquanto as receitas, que só são geradas a partir de 1984, representam 18%. Ao longo dos anos 80 estas duas empresas responderam por parcela elevada dos declinantes investimentos do grupo.

Destaca-se no conjunto a USIMINAS, cujas receitas operacionais respondem por cerca de 30% do total e que representava apenas 8% das despesas financeiras em 1985. Isto é particularmente notório na medida em que a AÇOMINAS retém 31% da dívida total do sistema, face a apenas 9% da USIMINAS (tabela 2.71). Há, portanto, disparidades evidentes na trajetória financeira das empresas, que se explicitam nos seus indicadores de resultado: em 1985, enquanto as despesas financeiras líquidas equivaliam a 8,7% da receita operacional líquida na USIMINAS, situam-se num nível mais elevado para todas as demais e chegam a cerca de 36% na AÇOMINAS e CST.

A análise dos indicadores patrimoniais da USIMINAS, COSIPA e CSN revela por sua vez as performances particulares dentre as próprias siderúrgicas mais antigas

(tabelas 2.67 a 2.89). Os patamares da relação dívida/vendas são mais elevadas e ascendentes na CSN e COSIPA, da mesma forma que a rentabilidade sobre o patrimônio líquido (desconsiderando os efeitos da correção monetária) é positiva na USIMINAS, à exceção do ano de 1982, e negativa na CSN e na COSIPA, nesta até 1983. Paralelamente, nota-se ainda pelas relações custos/vendas (em torno de 70% no CSN e COSIPA e 60% na USIMINAS) e lucro/vendas (que passam de 1% em 1981 para 23% em 1985 na USIMINAS, de -7% para 1% na COSIPA e de 4% para -16% na CSN) uma eficiência operacional e financeira mais alta no caso da USIMINAS.

Estas posições se expressam assimetricamente na formulação do plano de saneamento financeiro.

O plano da siderurgia estatal não prevê aporte de recursos externos, como no caso do setor elétrico e repousa, essencialmente, na capitalização das empresas pelo Tesouro Nacional. As tabelas 2.70 e 2.71 resumem as suas principais medidas, as intervenientes e a distribuição dos seus benefícios. Do total de recursos, cerca de 80% correspondem a capitalização na holding e nas empresas do grupo. A beneficiária principal do plano é a AÇOMINAS, cuja dívida total deve passar de 31% para 11% do total do grupo, recebendo cerca de 50% das transferências totais. A CST também deve ter sua dívida significativamente reduzida, sendo beneficiada com 27% das transferências fiscais.

Esse quadro é particularmente crítico do ponto de vista das contas federais, já que não houve definição das instâncias de acompanhamento do plano, das medidas complementares de elevação da eficiência econômica das empresas ou discussão efetiva acerca da própria viabilidade financeira dos projetos em questão.

Assim, não só há um envolvimento progressivo da esfera fiscal, como este se dá sem redefinições qualitativas ao nível do próprio setor. Nesse sentido, o lançamento do II Plano Siderúrgico Nacional, que se faz praticamente em simultâneo às medidas de recuperação financeira, revela-se dissociado da realidade do setor e, ademais, prevê a expansão exatamente na siderurgia de planos, sob responsabilidade do setor público.

A análise das posições da siderurgia e do setor de energia elétrica no SPE situa de forma mais precisa os principais impasses colocados para as empresas estatais federais que se localizam, do ponto de vista financeiro, em grande medida nestes dois segmentos. Cabe, entretanto, fazer algumas observações acerca dos demais grupos e/ou empresas do SPE federal, na medida em que não apenas possuem uma presença decisiva na determinação da magnitude e comportamento dos itens de receitas e despesas - como é claramente o caso da PETROBRAS - como por constituírem situações diferenciadas do ponto de vista da sua inserção no setor público e no movimento da economia.

Desde logo, cabe notar a dimensão do grupo PETROBRAS, cuja escala operacional implica na movimentação de elevado volume de recursos, relevando-o claramente no âmbito do SPE (tabelas 2.17 a 2.32)

Assim, destaca-se o peso das variáveis operacionais, não só do ponto de vista da estrutura de recursos e dispêndios do setor como no conjunto das

estatais: a PETROBRAS responde pela maior parcela da receita operacional do SPE - cerca de 55% em média, ao longo do período 1980/1986 - e também da despesa operacional - cerca de 22% dos gastos com pessoal e 61% dos outros custeios. A despesa média por empregado situa-se num patamar acima do observado para os demais grupos (o que não necessariamente significa, vale lembrar, salários médios mais altos), enquanto nos gastos de custeio sobressai a aquisição de petróleo, que é o item individualmente mais importante no conjunto destes gastos para o SPE.

A estrutura de financiamento do grupo reflete claramente estas características do setor: a receita operacional responde por mais de 90% dos recursos totais, enquanto as despesas operacionais (custeios e pessoal) são responsáveis por cerca de 80% dos dispêndios (tabela 2.36).

A baixa dependência em relação a recursos de terceiros, mesmo em momentos de expansão das inversões, como de 1980 a 1982, reduz substancialmente o impacto da reversão nos mecanismos de endividamento no início dos anos 80: no período 1980/1982, quando a despesa com encargos financeiros muda de patamar na SIDERBRAS e ELETROBRAS, alcançando níveis elevados no conjunto dos dispêndios, no caso da PETROBRAS esta alteração não representa uma pressão decisiva, da mesma forma que as amortizações, que são crescentes a partir de 1982. Esta relativa autonomia de financiamento não exclui que em determinados momentos, ou pelo próprio volume e natureza das suas atividades correntes, a empresa recorra com maior intensidade ao endividamento de curto prazo, como se verifica na crise de crédito ao longo de 1983.

O movimento das margens operacionais em 1986 é ilustrativo dos condicionantes ao desempenho econômico-financeiro do grupo, fortemente influenciado pelo comportamento da PETROBRAS "holding" que responde,

juntamente com a PETROBRAS Distribuidora, pela maior parcela das receitas do sistema: numa conjuntura de acentuada queda dos preços internacionais do petróleo, que explicam basicamente o decréscimo de 23% verificado na rubrica "outros custeios", é essencialmente a queda no total das despesas operacionais que eleva as margens bruta e líquida, face ao insignificante ganho via menores custos financeiros, em contraste com os grupos analisados anteriormente (tabela 2.38).

Finalmente, coloca-se a importância quantitativa e qualitativa dos investimentos, que representaram cerca de 31% das inversões totais do SPE no período 1982/1986 e que se articulam a segmentos internos da indústria de forma diferenciada, a partir da própria estratégia de expansão e diversificação da PETROBRAS. Juntamente com as inversões no setor de energia elétrica, perfazem mais de 50% dos investimentos do SPE federal, constituindo-se em variáveis básicas à manutenção/mudança do ritmo de atividades de alguns setores da indústria.

A CVRD e a TELEBRAS por sua vez, também se colocam como empresas estatais rentáveis, a partir de inserções setoriais bastante específicas. O complexo Vale se moldou a partir de uma trajetória histórica que envolveu a articulação permanente ao mercado internacional de minérios e que lhe conferiu certa autonomia de movimentos.

Inserida nos projetos de exportação concebidos no âmbito do II PND, os investimentos da Vale são instáveis na segunda metade dos anos 70, crescendo a partir de 1979/1980: de 1980 a 1982 as inversões desta estatal se elevam em 107%, representando 43% das despesas totais em 1982. Na medida em que esta expansão das inversões se faz num contexto de queda da receita operacional (face à menores receitas de vendas externas, decorrentes tanto da queda dos preços

internacionais como da retração do consumo, e da desaceleração interna com controle de preços), os recursos de crédito elevam-se acentuadamente (Tabela 2.74). A retomada dos investimentos dos níveis de receita se dá a partir de 1984, acentuando o peso da CVRD no conjunto do SPE federal<sup>48</sup>.

Com exceção dos anos de 1982 e 1983, as relações operacionais indicam margens líquidas positivas. Nesses dois anos, mesmo a elevação dos encargos financeiros - e dos custeios em 1983 - em grande medida compensada pelo crescimento da receita não operacional.

Finalmente, a gravitação externa da CVRD evidencia-se também em 1986 quando, apesar da contenção interna de preços, as receitas crescem e retornam ao patamar de 76% dos recursos totais vigentes no início dos anos 80.

No caso da TELEBRAS, por contraste o crescimento do setor está ligado essencialmente ao dinamismo da

<sup>48</sup> A maior agilidade e o comportamento tipicamente de grande empresa da CVRD podem ser aferidos, em certa medida, pela rápida adaptação à crise de 1983, no direcionamento das aplicações: nesse ano, nada menos que 28% do fluxo de recursos provem de receitas não operacionais. Este item situa-se na CVRD, em patamar superior ao verificado para os demais grupos.

economia, à modernização e à urbanização, que pressionam intensamente a infra-estrutura de telecomunicações.

No tocante à estrutura de financiamento corrente, destaca-se o perfil favorável do desempenho do grupo, que o coloca como o de maior eficiência econômico-financeira do SPE. A receita operacional respondeu, na média do período 1980/1986, por cerca de 75% dos dispêndios totais, apesar do arrocho tarifário, que é um dos mais acentuados dentre os preços públicos (Galletta, 1987). Assim, o nível de receitas, que permanece constante no biênio 1983/1984, eleva-se em 1985 cerca de 19%, em que pese a ampliação da defasagem tarifária (tabela 2.83).

O baixo nível de endividamento expressa-se, claramente, no declínio contínuo das operações de crédito e no volume de encargos financeiros de 1980 a 1985: enquanto as captações, predominantemente externas, se reduzem em 95%, passando de 13% para apenas 0,7% dos recursos, o montante de juros decresce 48%, passando de 11% dos dispêndios da empresa em 1980 para 6,7% em 1985. De forma similar à CVRD, as receitas não-operacionais representam uma parcela razoável dos recursos totais.

A posição do financiamento da TELEBRAS reflete-se no nível das margens operacionais bruta e líquida, que são as maiores do SPE, e que se elevam ao longo do período recente. De 1980 a 1986, a margem líquida equivaleu, em média, a 33% da receita (tabela 2.84).

A evolução dos investimentos no setor envolve duas considerações básicas. Por um lado, o movimento corrente é similar ao que se verifica na CVRD e PETROBRAS, embora com intensidade menor: de 1980 a 1982 eles se elevam 28%, caindo

em 1983 e permanecendo nos mesmos níveis de 1980 no triênio 1983/1985. Ao longo do período 1980/1986, representavam cerca de 37% dos dispêndios totais da TELEBRAS, parcela bem superior a de todos os demais grupos e que passaram de 9,0% para 15,7% dos investimentos totais do SPE. Entretanto, tudo indica que este patamar de inversões é baixo para atender a carência quantitativa desses serviços e a sua diversificação, numa tendência que se delineia desde meados da década de 70. O número de telefones para cada 100 habitantes, de 8,9 em 1985, é bem inferior ao de países desenvolvidos (mais de 60 no Japão e Alemanha, por exemplo, superior a 80 nos EUA) e mesmo ao observado em países da América Latina, como Uruguai e Argentina. Não apenas a demanda reprimida - principalmente nos grandes centros urbanos - e a necessidade de expansão da infra-estrutura de telecomunicações, tornam relevante a política de investimentos do setor. Como já apontado anteriormente, e contrastando com outros segmentos do SPE, esta área tem um potencial de diferenciação tecnológica que lhe confere posição destacada na formulação e implementação de uma política industrial, em especial na direção da telemática.

Finalmente, cabe um breve exame da estrutura de financiamento e gastos da PORTOBRAS e da RFFSA no período, que configuram setores problemáticos mesmo sob o aspecto operacional.

Se a inserção setorial da TELEBRAS confere dinamismo a sua atuação é diferente, por exemplo, a posição da RFFSA. O setor ferroviário apresenta déficits operacionais estruturais, que demandam constantes e crescentes repasses de recursos fiscais. A composição das receitas da empresa dá a dimensão desta dependência: as receitas operacionais, na média do período 1980/1988, responderam por apenas 27% dos gastos; o nível destes recursos, que declina em 1982 e 1983, permanece praticamente

inalterado ao longo dos últimos anos (tabela 2.90 e 2.91). As operações de crédito, neste contexto, responderam por 22% dos recursos de 1980 a 1983, mas se reduzem a partir de então. Efetivamente, são os repasses do Tesouro a maior fonte e numa trajetória ascendente: 46% em 1982/1983 e 62% no biênio 1985/1986, quando se assume a necessidade da capitalização do setor ferroviário, paralelamente aos planos de recuperação na área de energia elétrica. Na média do período 1980/1985, estes repasses equivalem a 43% do total de repasses fiscais diretos para o SPE, conforme indicados pelos dados da SEST (tabela 2.21).

O peso financeiro do endividamento se coloca a partir da rápida elevação das amortizações desde 1982 e da elevação contínua no volume de encargos financeiros desde 1980: juntos, estes dois itens passam de 17,6% dos gastos da estatal em 1980 para cerca de 43,0% em 1985/1986. As relações operacionais revelam claramente a dimensão das dificuldades financeiras da RFFSA: mesmo as margens brutas são fortemente negativas, notando-se que no auge da crise, 1981/1983, as receitas de operação não foram suficientes sequer para o pagamento das despesas com pessoal (tabela 2.92).

Os investimentos no setor ferroviário foram constantemente reduzidos no ajuste recente. Tendo representado em 1980/1981 quase 40% dos dispêndios totais, ficaram em 16% em 1985/1986, equivalendo a apenas 4,2% do total das inversões do SPE.

Desta forma, a necessidade de uma reestruturação abrangente no setor ferroviário parece clara. Ainda que este segmento do SPE não apresente o dinamismo de outros, tendo-se acentuado o seu declínio na estrutura de transportes - ainda que seu fortalecimento estivesse presente, por exemplo, como uma das metas do II PND -, uma revisão dos

mecanismos de financiamento e dos próprios sistemas operacionais ensejaria, por um lado, a integração efetiva de determinadas linhas claramente subsidiadas a uma política de transportes urbanos, estabelecendo compromissos claros de financiamento e operação, paralelamente à utilização do potencial empresarial no transporte de cargas, já que não é uniforme o desempenho das diversas regionais da RFFSA. Quando menos, esta explicitação de funções se colocaria como contrapartida à elevada fiscalidade do financiamento setorial. Neste sentido, a concentração dos serviços de transporte urbano de passageiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife numa empresa específica a partir de 1985, a CBTU, parece um passo relevante.

No caso da PORTOBRAS, embora se registrem níveis de autofinanciamento mais elevados que os verificados na RFFSA, são ainda bastante inferiores aos observados nas empresas mais rentáveis do SPE. Como no setor ferroviário, isto implica em recursos ao endividamento e aos repasses fiscais, que se elevam substancialmente desde 1984. A mudança nas fontes de financiamento, com o acirramento da crise de crédito, se dá efetivamente neste ano: o endividamento, que representa 34% do fluxo de recursos de 1980 a 1983 se reduz a 5% no triênio seguinte, enquanto os repasses do Tesouro passam de 10% a 35% (tabela 2.96). As margens operacionais da PORTOBRAS, e apesar do elevado comprometimento dos recursos com o pagamento de salários e encargos sociais - que constitui o nível relativo mais alto dentre os grupos da SPE e que em grande medida decorre das próprias características da atividade - indicam que medidas visando melhorar a produtividade econômica poderiam reverter o sinal das margens operacionais brutas, como efetivamente ocorreu em 1984.

Em particular, cabe notar que a infra-estrutura portuária é um elo importante para qualquer estratégia

exportadora. Por esta mesma razão, é peculiar que a política de ajustamento dos últimos anos, explicitamente exportadora, tenha simultaneamente implicado em cortes sistemáticos nos investimentos do setor, que decrescem 48% de 1982 a 1985, contribuindo para agravar o desempenho operacional da PORTOBRAS. Este talvez seja um exemplo relevante da linearidade na execução das políticas contencionistas.

As características básicas das estruturas de financiamento das empresas do SPE e de seu movimento recente têm uma contrapartida evidente a nível dos estoques, marcando a posição patrimonial. Em particular, a deterioração da posição econômico-financeira das empresas do SPE se expressa também a nível patrimonial. Ou seja, as dificuldades de financiamento corrente indicam e condicionam movimentos específicos no tocante à liquidez, perfil do endividamento, giro operacional e composição das aplicações. Assim, se os ajustes operacionais foram em grande medida similares entre as grandes empresas estatais e privadas, são distintas as trajetórias financeiras. O desempenho do conjunto das empresas estatais é fortemente marcado pelo seu estoque de dívida, pela rigidez da sua estrutura ativa e pelos estreitos raios de manobra colocados pela política econômica face à inserção desses segmentos. Assim, à liquidez da grande empresa privada com recuperação de sua rentabilidade global, se contrapõem os indicadores de despesa financeira das estatais, crescentes ao longo do período, especialmente no auge da crise (Almeida, 1987).

Por outro lado, se este movimento revela a tendência a nível conjunto da esfera empresarial do estado, colocam-se também claras diferenciações a nível dos setores que o compõem. Estas se ligam tanto aos patamares das contas

de ativo e passivo como às variações dos indicadores de desempenho. Assim, tomando-se a composição do ativo dos grandes grupos do SPE federal, nota-se que o circulante é significativamente elevado na PETROBRAS, onde fica em torno de 4% no período 1981/85 e que chegou a 57% em 1980, contrastando com o nível observado, por exemplo, na TELEBRAS (8 a 9%) ou na ELETROBRAS, onde fica em torno de 4% nos últimos anos (tabelas 2.41, 2.52 e 2.87). Esta posição liga-se, claramente, aos estoques e às aplicações financeiras de curto prazo da empresa para fazer face ao elevado nível dos seus desembolsos correntes e que determina também o nível mais elevado do seu passivo circulante, que na média do período 1981/85 ficou em 44% e que se situava em 48% do passivo total em 1980. Na CVRD e na PETROBRAS cresce ao longo do período a parcela do exigível a longo prazo, na medida em que foram os setores que permaneceram investindo no início dos anos 80: nota-se que ele passa de 26% para 45% do passivo total na CVRD e de 14% para 19% na PETROBRAS de 1980 a 1982, mantendo-se nesses níveis ao longo do período posterior.

O endividamento de longo prazo nos casos da ELETROBRAS e SIDERBRAS já situa-se em patamar elevado desde o início dos anos 80 e permanece em níveis bem superiores aos demais grupos nesses anos: cerca de 60% do passivo, reduzindo-se de 65% para 56% na SIDERBRAS, de 1980 a 1985, contrastando com as posições da TELEBRAS, por exemplo, onde o exigível de longo prazo cai de 34% do passivo total em 1980 para 16% em 1985.

Os indicadores de margens e taxas de lucro, por sua vez, que são positivas e crescentes em alguns grupos, como na TELEBRAS - que beneficia-se também dos efeitos da correção monetária face ao elevado peso do seu imobilizado (superior a 80% do ativo), que é o maior nível relativo ao SPE - apresentam trajetória inversa nos grupos SIDERBRAS e

ELETRÓBRAS, caracterizados pelas altas taxas de endividamento (e que compensam, vale lembrar, os ganhos potenciais com a correção monetária dos seus ativos, como no caso do setor elétrico) (tabelas 2.53, 2.66 e 2.88).

Especificamente, a análise dos indicadores patrimoniais da SIDERBRAS e da CVRD no período 1980/85 indica ajustes, em grande medida, opostos. A evolução das margens e taxas de lucro da Vale, sempre positivas e mesmo ascendentes no período recente - com ampliações das receitas não-operacionais, o que se reflete, por exemplo, no lucro financeiro obtido em 1983 -, se contrapõem os resultados fortemente negativos da siderurgia estatal, cujo prejuízo líquido em 1985 foi praticamente equivalente ao patrimônio líquido, face aos 13% sobre o PL alcançados pela CVRD. Traços similares se colocam para o endividamento e liquidez, em patamares nitidamente diferentes nestes dois setores (tabelas 2.66 e 2.80).

## 2.5 - SPE - CARACTERÍSTICAS E IMPASSES

O período recente não apresentou modificações substantivas na posição do SPE. A fase de transição que se inicia em 1985 é marcada, num primeiro momento, pela continuidade nas linhas básicas de condução da política econômica, interna e externamente. O déficit público coloca-se como questão central e se reeditam políticas contencionistas das tarifas públicas, pressionando as necessidades correntes das empresas.

As divergências do MINIFAZ com a SEPLAN, que insistia na seletividade dos cortes de despesas, eram

evidentes e redundam em imobilismo no enfrentamento das principais questões. Efetivamente, é apenas a partir da substituição do titular do MINIFAZ que se delineiam pontos básicos para a reestruturação do próprio setor público.

Mas algumas relevantes mudanças de enfoque acerca da natureza dos problemas de crescimento e financiamento da economia brasileira já estão colocadas em 1985, com implicações para a inserção das empresas estatais produtivas. Em especial, na concepção do I PND da Nova República e nas tentativas de redefinir o papel da SEST. De um lado, o diagnóstico macroeconômico do I PND-NR qualifica a situação financeira do setor público, apontando para as restrições postas pelo elevado estoque das dívidas interna e externa e para a necessidade de reverter os efeitos das políticas de estabilização do início dos anos 80. De outro, procura-se em certa medida resgatar para a SEST algumas funções de controle e coordenação sobre as entidades descentralizadas e em particular sobre o SPE. (47) Órgão com evidente potencial de coordenação, seu escasso poder político e o contexto em que surge acabaram por transformá-lo, efetivamente, num instrumento de acompanhamento de curto prazo dos fluxos de caixa, vinculado essencialmente às diretrizes de contenção do déficit público. De qualquer modo, constitui um espaço singular de visão de conjunto das empresas produtivas federais, cuja reordenação é crucial a qualquer estratégia de crescimento planejado. Paralelamente a estes esforços, colocaram-se as mudanças a nível da gestão financeira do governo central - já analisadas anteriormente

---

47 O enfoque inicial da SEST abrangia indistintamente as empresas, fundações e autarquias, bancos etc; posteriormente, como já apontado, estes agregados foram separados e, a partir de 1988, as chamadas entidades típicas do governo (ETGs) deixaram de ser controladas pela SEST. Se o tratamento anterior era equivocado e mascarava a realidade dos diferentes segmentos da administração descentralizada, a exclusão pura e simples destas entidades representa a perda da visibilidade de um conjunto relevante de agências governamentais.

- e, a nível do próprio SPE, a formulação dos planos de saneamento da siderurgia e do setor de energia elétrica.

O Plano Cruzado, em 1986, representou um momento importante na caracterização dos seus desequilíbrios. Do ponto de vista do SPE, a relativa melhoria na situação de caixa das empresas, particularmente dos mais endividados, e apesar da contenção tarifária, indicaram concretamente o foco básico dos desequilíbrios deste segmento do AE. A tentativa de estruturar uma "holding" enquanto instrumento financeiro de longo prazo para viabilização de investimentos básicos, a partir de empresas econômico e financeiramente eficientes do SPE, representava uma alternativa de recuperação da capacidade de gasto do setor público, com reflexos indutores sobre os mecanismos correntes de mobilização de capitais na economia. O FND, que resulta do processo, entrou de qualquer modo nos processos de saneamento financeiro, mas seu progressivo esvaziamento comprometeu claramente seu papel ativo. A indefinição na política de investimentos, a partir de uma política industrial inexistente, agravou a instabilidade econômica.

Nesta perspectiva, os impasses quanto às linhas de expansão e financiamento da economia permanecem. Em 1987, se a recuperação tarifária em alguns setores contribuiu para elevar a capacidade financeira corrente, revela-se insuficiente, contudo, para romper a debilidade decorrente dos estoques de dívida, que constituem uma restrição estrutural para o setor público, além de se dar em paralelo a uma flagrante desorganização orçamentária no âmbito do SPE.

E evidente também que nas dificuldades de reordenação institucional e financeira desse segmento do AE a instabilidade e a fragilidade políticas jogam um papel

central, acentuando a fragmentação do SPE e distanciando-se progressivamente de instâncias mais gerais de planejamento.

Na medida da importância fundamental desse segmento no diagnóstico da crise e às estratégias de recuperação, cabe reter aqui alguns traços centrais que o caracterizam e que condicionam não só a superação dos seus próprios impasses, mas o perfil prospectivo de sua inserção no movimento da economia.

- Desde logo, cabe notar que as áreas de atuação empresarial no Brasil não se distinguem substancialmente do que se observa nos demais países. O estado brasileiro predomina amplamente na geração de energia (petróleo, elétrica, nuclear e gás natural), tem participação relevante na siderurgia (monopolizando a produção de laminados planos, cuja demanda é essencialmente industrial), na mineração (especialmente minério de ferro, mas com acentuada expansão recente na exploração de outros metais, como o alumínio), petroquímica (onde comparte com capitais privados nacionais e estrangeiros o controle das principais empresas) e no transporte ferroviário, além de praticamente monopolizar o setor de telecomunicações. Ademais, está presente na indústria bélica e aeronáutica de forma decisiva, participando marginalmente de alguns ramos da indústria de transformação, especialmente através do BNDES e a partir de processos semelhantes aos ocorridos, por exemplo, na Argentina, México e Itália. O volume de emprego gerado pelo SPE brasileiro também não está acima das médias observadas em outros países: os empregados do SPE e concessionárias estaduais de energia - que formam a parcela mais expressiva do segmento empresarial dos estados - representam cerca de 1,5% da PEA ocupada e 8% da PEA industrial, e com participação declinante ao longo do período recente (tabela 2.103).

- Um segundo aspecto central é o peso macroeconômico assumido pelo SPE, que se evidencia na expansão dos anos 70 e no ajuste recente. O peso direto e indireto tanto dos seus investimentos como do ritmo de sua produção corrente joga um papel relevante no movimento da indústria e especial nos segmentos a ele articulados. A participação das principais estatais produtivas na formação bruta de capitais é crescente a partir do II PND, passando de uma média de 14% no período 1973/1975 para cerca de 17% de 1976 a 1980. Na crise, com a retração ainda mais vigorosa dos investimentos privados, a parcela do investimento total sob responsabilidade do SPE aumenta. Vale notar, a formação bruta de capital fixo da economia declina 21% de 1980 a 1985, passando de 16,1% do PIB em 1980 para apenas 15,6% em 1983, recuperando-se ligeiramente nos anos seguintes e ficando em torno de 17% no biênio 1985/1986.

Mas não é apenas a dimensão quantitativa que torna o SPE um elemento básico no movimento da economia. Destaca-se claramente o aprofundamento de sua interação à dinâmica dos setores industriais internos e, especialmente, à indústria de bens de capital. Esta interrelação se molda mais claramente a partir dos anos 70, no bojo do esforço de inversões realizadas pelo SPE, que induziu à especialização de produtores nacionais e à própria criação de segmentos articulados às suas indústrias. Se, por um lado isto representou maior diferenciação na estrutura produtiva, estudos recentes indicam também um possível sobredimensionamento e superposição de projetos em áreas específicas (Correa do Lago, 1979). De qualquer modo, isto coloca as grandes estatais e o perfil dos seus gastos como instrumentos relevantes de articulação com o movimento industrial, tanto do ponto de vista corrente - o drástico corte nos investimentos do SPE em 1983, de cerca de 30%, é crucial para explicação da queda de 19% na produção de bens

de capital neste ano - como no desenho da expansão e complexidade futuras do setor.

- O movimento de expansão das empresas estatais nos últimos anos acentuou sua presença no interior do AE. Este processo se manifesta claramente em pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar, o volume de recursos totais movimentados pelo SPE federal supera o montante das receitas orçamentárias da União. Mais especificamente, desconsiderando o endividamento de ambas as esferas, nota-se que a receita operacional do SPE foi, em média, 60% superior à receita tributária federal no período 1980/82 e equivaleu ao dobro da receita tributária no período 1983/85. O impacto econômico e financeiro de medidas envolvendo este universo torna-se, portanto, tão ou mais relevante que medidas fiscais estritas. Mas é o progressivo deslocamento dos gastos para a esfera empresarial, e em particular dos investimentos, que torna crucial o desempenho deste segmento. Esta tendência não é apenas federal nem se verifica apenas no Brasil. Ou seja, a alavancagem de recursos depende crescentemente da remuneração e endividamento pelo porte, urgência e diferenciação das demandas, quer diretamente na base industrial, quer na oferta dos serviços públicos de infra-estrutura, particularmente em face da rápida urbanização. Assim, também a natureza das atividades que as estatais vêm assumindo as releva no conjunto do Setor Público.

Finalmente, e como um desdobramento desta maior gravitação, as empresas do SPE ocupam posição determinante no desequilíbrio financeiro público. Pela própria diversidade das relações econômico-financeiras de cada grupo, este aspecto tem várias faces e momentos. A noção mais abrangente e talvez sintetizadora aqui é a de fiscalidade, na forma apontada anteriormente. No caso brasileiro, pode-se divisar basicamente três contextos ao

longo do período recente, perpassados decisivamente pelas preocupações correntes dos gestores da política econômica.

A partir de meados dos anos 70 enceta-se grande volume de projetos, cujo financiamento é predominantemente externo. A contenção tarifária do período joga assim o duplo papel de instrumento antiinflacionário e de indutora do endividamento, que é central ao fechamento do Balanço de Pagamentos. O choque dos juros no início dos anos 80, o arrefecimento do nível de inversões intrínseco ao próprio perfil da expansão e a utilização não eficiente dos recursos emprestados, tornam o quadro de ajuste extremamente crítico para as estatais do SPE. Responsáveis por mais de 50% da dívida externa do País - 80% do endividamento externo conjunto do Setor Público brasileiro - e diante de um contexto recessivo e de indefinição da política econômica, as estatais veem debilitada sua estrutura financeira. Isto conduz a pressões crescentes sobre o Tesouro, especialmente por parte da SIDERBRAS e ELETROBRAS, que concentram o endividamento na expansão. A fragilização financeira do SPE e os recorrentes aportes feitos por outras instâncias (Tesouro e Banco do Brasil, particularmente, com intermediação e/ou cobertura do BACEN), repondo progressivamente a faceta fiscal do financiamento, caracterizam este segundo momento.

Finalmente, diante da magnitude dos impasses colocados pelo estoque das dívidas do SPE, busca-se através dos planos setoriais de saneamento, aliviar a carga financeira das empresas, repondo os parâmetros de rentabilidade operacional e em meio à reestruturação dos passivos. No caso específico da siderurgia, isto significa elevada capitalização via recursos do Tesouro, enquanto no setor elétrico colocam-se o aporte de recursos externos e a recuperação tarifária como elementos centrais. Esta redefinição da posição financeira das estatais não elide,

entretanto, a natureza dos problemas de financiamento do setor público, na medida em que a pressão da dívida desloca-se internamente ao AE e não representa uma garantia de equacionamento e reordenação das estratégias de crescimento a nível do próprio SPE.

- A questão tarifária coloca-se como um ponto central a redefinição financeira e enseja pelo menos duas considerações básicas. Em primeiro lugar, o conjunto das estatais envolve um amplo espectro de produtos, mercados e posições diferenciados quanto às possibilidades de repasses. Ou seja, a formação desses preços públicos e, mais exatamente, das estruturas de preços, envolve graus variados de fiscalidade, expressa no seu nível, composição e implicações alocativas. Os preços dos derivados de petróleo, por exemplo, compõem-se de parcelas distintas dentre os produtos e que variaram em conformidade não apenas com a política setorial mas em atenção aos objetivos mais gerais da própria política fiscal, como no caso do IULC (tabela 2.44). Esses aspectos implicam um enfoque mais abrangente, que transcende a mera comparação entre reajustes médios e a evolução da inflação.

De qualquer modo, entretanto, e este é um segundo ponto, as defasagens de reajustes tarifários ou refreamento dos níveis de preços das empresas públicas, no curto prazo ou estruturalmente, envolvem custos evidentes que se refletem na posição financeira do SPE, principalmente em contextos de aceleração inflacionária vale dizer, a componente tarifária é um elemento vital à equação de financiamento do SPE e o desenho da política tarifária deve ter em conta este condicionamento, o que não necessariamente significa eliminar subsídios eventualmente considerados relevantes, como no caso das tarifas de energia para pequenos consumidores, transporte e mesmo insumos industriais. Mas requer, que a fixação, o controle e a compensação desses diferenciais não se determinem

aleatoriamente, mas ligados a indicadores econômicos e inseridos numa política de financiamento setorial que contemple, adicionalmente, as variáveis de gasto.

- A diversidade no interior do SPE, já apontada em diferentes momentos, é outro traço marcante. As inserções setoriais específicas e os "timings" históricos e tecnológicos diferenciados de implantação e expansão dos setores, são condicionantes decisivos das relações que se estabelecem entre as estatais e o conjunto do AE - quer no tocante ao financiamento, quer em relação ao grau de subordinação a objetivos gerais de política econômica -, das formas de participação e associação com os capitais privados nacionais e estrangeiros e da magnitude dos fluxos de recursos que comandam. Assim, um primeiro aspecto diz respeito ao próprio tamanho relativo dos grupos do SPE. Acentua-se nos anos 70 o peso da PETROBRAS, que na média do período 1980/1986 respondeu por cerca de 40% dos dispêndios globais do SPE, 55% da receita operacional e 29% dos investimentos. É evidente, portanto, que seus movimentos são determinantes a nível do SPE. O complexo de empresas do grupo e a diversificação acentuada de suas atividades o colocam numa posição singular dentro do SPE e da própria economia.

Mas cabe notar também o caráter qualitativo distinto da presença dos grupos e/ou empresas do SPE, que está ligado à base técnica e de mercado. No caso da PETROBRAS, por exemplo, sua elevada participação corresponde, por um lado, à própria dimensão das empresas petrolíferas em função das suas escalas técnicas de inversão e operações, que as situam não apenas como as maiores empresas dos SPEs de diferentes países, mas dentre as maiores empresas industriais a nível mundial; por outro, liga-se ao expressivo crescimento observado nos anos recentes e à diferenciação setorial com pesados

investimentos na indústria petroquímica, bem como às características de mercado e autonomia relativa, política e econômica, que marcam a trajetória do grupo e o diferenciam frente aos demais. <sup>(4B)</sup> Ou seja, e este é um terceiro aspecto relevante, a própria constituição desta estatal, no bojo de um movimento político, enquanto monopólio da produção, importação e refino de petróleo, e a consolidação dos grupos burocrático-militares na trajetória da empresa, lhe conferem uma autonomia de movimentos que não é compartilhada por outros segmentos. Em particular, isto se espelha na capacidade de garantir margens mínimas de autofinanciamento e de expansão, que relativizam o controle por qualquer outra instância do AE. Essa trajetória é também específica no setor elétrico, por exemplo, na medida em que não só o controle estatal do setor, do ponto de vista da produção e distribuição de energia, se dá ao longo de um processo que requer a incorporação de empresas privadas nacionais e principalmente estrangeiras, mas que se faz com ativa participação dos governos estaduais, através das parcelas do IUEE. A estrutura interna do setor de energia elétrica resulta assim fragmentada, o que tem implicações evidentes para a determinação das políticas de remuneração e investimentos, particularmente tendo em conta que as inversões do setor como um todo (ELETROBRAS, Itaipu e concessionárias estaduais - SEEE) superam inclusive as da PETROBRAS (tabela 2.23).

Vale dizer, a diversidade setorial envolve os diferentes grupos do SPE em articulações próprias com a

---

4B Desde logo, vale lembrar que são estas características qualitativas da inserção estatal que definem o caráter estratégico das indústrias específicas e a sua potencialidade enquanto instrumentos de dinamização industrial. A KMBRAER, por exemplo, embora pouco representativa no conjunto do SPE, é elemento potencial a qualquer política de diferenciação tecnológica e articulação de gastos na indústria de bens de capital.

indústria e com o restante do AE - e especialmente com o Tesouro - determinando especificidades para as estruturas de financiamento e gasto das empresas produtivas. A apreensão desta heterogeneidade interna do SPE é crucial à análise dos movimentos deste segmento, mesmo porque está na raiz das dificuldades de coordenação do conjunto das empresas e sua articulação, por exemplo, sob uma "holding". Uma iniciativa neste sentido requereria, portanto, consenso mínimo em torno de alguns objetivos industriais e financeiros no interior do próprio AE.

- A regulação produtiva do estado, através do SPE e de mecanismos fiscais e financeiros, será decisiva para a recuperação industrial e o avanço tecnológico, defasado ao longo do período recente. Do ponto de vista especificamente do SPE, isto implica enfrentar pelo menos três questões. Desde logo, identificar o perfil desta expansão, do ponto de vista da dinâmica tecnológica, no contexto da indústria como um todo, e no tocante à ampliação do atendimento e da qualidade dos produtos e serviços tradicionais de infraestrutura.<sup>(48)</sup> Ou seja, eleger prioridades, tendo em conta de um lado a maior complexidade e diferenciação dos setores em que se inserem e dos segmentos a eles articulados, e de outro a extensão da oferta dos serviços básicos.

Por sua vez, o próprio desdobramento e a operacionalização desses objetivos constituem um espaço importante para a redefinição do perfil da intervenção estatal, e em particular do SPE. Aqui se coloca decisivamente a questão da privatização e das formas de associação com os capitais privados. No período recente, cabe notar que as grandes empresas do SPE, como a Vale e a PETROBRAS, já desempenharam papel relevante de regulação da internacionalização da economia, através da parceria em

<sup>48</sup> A EMBRAER, o GENPES e o CPQD da TELEBRAS são exemplos ilustrativos nesta direção.

grandes projetos nas áreas de insumos básicos. Num contexto de maior abertura externa, estas formas de articulação são um caminho potencial. A privatização, no âmbito da política industrial, coloca-se como um instrumento positivo da flexibilização da participação do setor público, que pode ampliar seu peso qualitativo no direcionamento do crescimento. Isto poderia envolver o redesenho institucional de alguns órgãos básicos como o BNDES e, principalmente, a SEST, não excluindo a possibilidade de rever a excessiva monopolização da prestação de muitos serviços públicos - que conduz, efetivamente, a sua burocratização -, optando pela ampliação das formas mistas e da visibilidade das operações.

Finalmente, quaisquer objetivos de médio e longo prazos serão inviabilizados ou frustrados enquanto não se resolver a equação financeira das empresas. Isto envolve não apenas os problemas correntes e ligados principalmente à política tarifária, que deve efetivamente permitir-lhes maiores margens de autofinanciamento, mas as questões estruturais pertinentes ao estoque da dívida e ao planejamento de sua expansão. De qualquer modo, o perfil das estruturas de financiamento do SPE dependerá do formato que assumir o financiamento industrial da economia e da redefinição dos padrões de geração e dispêndio de recursos do AE.

CONSIDERACOES FINAIS

O referencial inicialmente esboçado e a análise das instâncias fiscal e produtiva do estado sugerem a retenção objetiva de alguns pontos.

1. O setor público brasileiro enfrenta nos anos 80 uma grave crise de financiamento. Não se trata apenas de um desequilíbrio corrente dos seus fluxos de receita e despesa - o que efetivamente ocorre e afeta a gestão financeira - , mas de uma restrição estrutural que se colocou a partir da própria montagem das equações de financiamento e dos seus desdobramentos recentes. Em particular, diante da forma de articulação que se estabeleceu com o mercado financeiro internacional, que resultou num peso elevado do passivo externo no conjunto do financiamento e que, diante da ruptura das condições de liquidez e da reversão das políticas monetárias no início dos anos 80, revelou-se incompatível com a capacidade financeira dos seus diferentes segmentos que se inserem - por suas funções específicas e no contexto da política econômica - no movimento de progressiva estatização da dívida total. Esse processo se dá tanto diretamente, através das administrações diretas e especialmente das grandes empresas estatais, como pela posição das autoridades monetárias e do sistema financeiro público. No caso do BACEN, há a assunção crescente dos encargos financeiros e do risco do endividamento privado, movimento agravado pelo caráter obviamente ativo desses agentes na composição de seu financiamento e carteiras.

Esse caráter das estruturas financeiras, paralelamente ao esgotamento das fontes tradicionais, aos diferenciais de "timings" e remuneração das contas ativas e passivas do setor público - substancialmente mais graves num quadro de aceleração inflacionária - e ao rebatimento crescente no estado de demandas diferenciadas por linhas de

crédito, formas de operação e recursos especiais, resultam numa pressão permanente e restritiva para a formulação e implementação de suas políticas.

Esse movimento tem uma repercussão clara no déficit público, que envolve assim uma dimensão financeira determinante, ligada aos estoques acumulados de dívida, que são crescentes e instabilizadores, implicando em desembolsos correntes descolados qualitativa e quantitativamente das variáveis operacionais. Esse caráter financeiro enseja duas qualificações particulares. Desde logo, não se define apenas pelo montante das variáveis financeiras no conjunto dos dispêndios, que é relevante; decorre da estruturação das próprias equações de financiamento e das magnitudes e conteúdo das políticas a elas articuladas, que ensejam uma sistemática recorrência ao endividamento, agravada pelas diretrizes circunstanciais da política econômica. Em segundo lugar, não elide a necessidade de reformas operacionais, que passam pela modernização do aparelho estatal e sua articulação ao nível do planejamento.

O desequilíbrio financeiro do setor público, como nota Tavares ( 1987 ), conduz a uma situação de bloqueio das decisões públicas e privadas, que é mais perversa em termos de financiamento e eficiência econômica que a magnitude e a natureza do déficit.

2. Essa percepção do financiamento público enseja o deslocamento das análises exatamente para as estruturas complexas e heterogêneas que o compõem, suas funções, movimentos e articulação. Trata-se, portanto, de delinear o padrão de financiamento estatal tendo em conta exatamente o conteúdo econômico das suas funções, materializadas institucionalmente em sistemas específicos. Isto coloca mesmo uma periodização particular ao movimento do setor

público ao longo dos anos 70 e 80, notando-se as distintas posições financeiras e macroeconômicas, por exemplo, das estatais, do segmento financeiro e da esfera fiscal.

Mas o referencial corrente na teoria das Finanças Públicas revela-se insuficiente para a apreensão dos movimentos econômicos do estado nas economias modernas, marcadas pela dinâmica financeira, pelos processos de reorganização industrial e pela revisão nos mecanismos de atendimento social. Assim, a ampliação desse debate requer o simultâneo desenvolvimento do arcabouço analítico, que enfrente os estados e as economias reais.

3. Do ponto de vista especificamente das empresas estatais e do sistema fiscal, cabe notar os impasses colocados para as políticas de investimento público. Na área fiscal esses envolvem inclusive a redefinição de sua abrangência, ampliada a partir das mudanças institucionais recentes; em particular, a questão do financiamento fiscal requer uma redefinição de encargos entre as esferas de governo e mudanças na composição das fontes básicas de receita, no sentido de uma menor dependência em relação ao nível da atividade econômica a qual retira, em grande medida, o potencial anticíclico dessa estrutura. No caso das estatais, não só ressalta sua clara diferenciação interna - não apenas do ponto de vista financeiro -, sua articulação relevante à indústria e ao movimento financeiro, como a ausência de coordenação e controle das suas atividades e do seu crescimento, que relativiza o potencial qualitativo da sua inserção, principalmente no contexto relevante da definição das frentes de expansão da economia, eixo da política industrial e da questão da privatização.

O resgate da fiscalidade, no seu sentido amplo de contraface da regulação estatal, presente a todas essas instâncias, paralelamente à discussão do conteúdo das

políticas públicas e das formas e significados do seu financiamento, constituem portanto a direção relevante no sentido de situar a própria questão do déficit público, na medida em que lhe definem o âmbito, o movimento e as implicações macroeconômicas.

B I B L I O G R A F I A

## BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S.A.

1985 Os despossuídos - crescimento e pobreza no país do milagre. Zahar.

1977 Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica no Brasil. CESP/FINEP.

ABRANCHES, Sérgio H. & DAIN, Sulamis

1978 A empresa estatal no Brasil: padrões estruturais e estratégias de ação. CESP/FINEP, Rio de Janeiro.

AFONSO, J.R.

1985 A empresa estatal produtiva no Brasil: um instrumento de política econômica de curto prazo e uma abordagem setorial dos principais grupos. SEPLAN-PR. (mimeo).

1986 O financiamento do setor público estadual e municipal através de transferências e endividamento - 1963/83. In: Temas para o Projeto de Reforma, CRTA - SEPLAN/PR.

1986 Notas para o debate sobre o nível da carga tributária no Brasil. mimeo.

ALBAVERA, Fernando

1983 Peru: Política de Desenvolvimento e Empresas Públicas in: Seminário sobre Planejamento e Controle das Empresas Estatais. IPEA/CEPAL.

ALMEIDA, Julio S.G.

1981 As financeiras na reforma do mercado de capitais: o descominho do projeto liberal. Campinas, Tese de mestrado IE/UNICAMP.

1987 Financiamento e desempenho corrente das empresas privadas e estatais. IESP/FUNDAP, São Paulo, mimeo.

1987 (coord.) Evolução e impasses do crédito . IESP//FUNDAP

ARAUJO, Aloisio B.

1973 Transferências de impostos aos estados e municípios. IPEA.

1974 Aspectos fiscais das áreas metropolitanas. IPEA

AZEVEDO, Sérgio de

1977 A política habitacional para as classes de baixa renda. Rio de Janeiro, IUPERJ - Tese de mestrado.

- BACHA, Edmar & KLEIN, L.  
1986 - ( orgs. ) - A Transição incompleta - ( 2 vols. )
- BACHA, Edmar & MENDOZA, Miguel  
1987 O FMI e o Banco Mundial: um memorando Latino Americano in: Recessão ou Crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina. BACHA e MENDOZA (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BAER, Mónica & LICHTENSZTEN, Samuel  
1987 FMI e Banco Mundial - Estratégias e Políticas do Poder Financeiro, São Paulo, Brasiliense.
- BATISTA Jr., Paulo N.  
1983 - Mito e realidade na dívida externa brasileira
- BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. (org.)  
1984 Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. vol. 1, 3ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense.  
  
1983 Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. vol. 2, 2ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense.
- BONEO, Horácio  
s.d. Empresas Públicas na América Latina.
- BRASIL, MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA  
1986 Balanco Energético Nacional 1986. Brasília.
- BUCHANAN, J.  
1958 Public principles of public debt. Ed. R. Irwin.  
  
1967 Public finance in democratic process. V. California Press.
- BUCHANAN, J. & WAGNER, R.  
1977 Deficit del sector publico e democracia - ed. 1983.
- CARDOSO, Eliana  
1980 Incentivos às exportações de manufaturas: série histórica. Revista Brasileira de Economia - vol. 34, n.2.
- CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P.  
1985 A Economia Brasileira em marcha forçada. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEPAL  
1986 Bases y opciones estratégicas para reorientar el desarrollo in: El trimestre economico nº 209.

- 1978 O desenvolvimento recente do sistema financeiro da América Latina in: SERRA, J. (org.) - América Latina - Ensaio de interpretação econômica - Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHAUTARD, J. L. & ALMEIDA, W. J. M.  
1976 EGTS - uma política de bem-estar social. Rio de Janeiro, IPEA.
- COLETANIA de textos ...  
1986 Coletânea de textos apresentados à Comissão de Reforma Tributária, SEPLAN/PR.
- CONCEIÇÃO SILVA, Maria  
1976 A dívida do setor público brasileiro: seu papel no financiamento dos investimentos públicos. IPEA.
- CONSIDER  
s.d. Anuário Estatístico Setor Metalúrgico. vários números.
- CONSIDER, MIC  
1987 II Plano Siderúrgico Nacional. Documento Síntese.
- CONTADOR, Claudio R.  
1976 A transferência do imposto de renda e incentivos fiscais no Brasil. IPEA.
- CORBO, Vittorio  
1985 Reforms and Macroeconomic Adjustment in Chile during 1974-84 in: World Development. vol. 13, number 8, august.
- CORBO, V. & MELO, Jaime de  
1985 Liberalization with stabilization in the southern cone of Latin America. Overview and Summary in: World Development - special issue. vol. 13, number 8, august.
- CORREA DO LAGO, L.A.  
1979 A Indústria Brasileira de Bens de Capital. IBRE/FGV.
- COUTINHO, Luciano G. & REICHSTUL, Henri-Philippe  
1977 O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo in: Estado e Capitalismo no Brasil. MARTINS, Carlos (org.), São Paulo, HUCITEC/CEBRAP.
- COUTINHO, L. & TAVARES, M.C.  
1984 La industrialización brasileña reciente: impasse y perspectivas in: Economía da América Latina. nº 12.
- CRUZ, P.D.  
1984 Dívida Externa, Política Econômica e Padrões de

Financiamento: a experiência brasileira nos anos setenta. Campinas, mimeo.

DAIN, Sulamis

1980 Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo. Tese. IE/UNICAMP.

1982 Equívocos e manipulações em torno da questão fiscal. In: A Economia Política da Crise - TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício D., org.

1983 Como não fazer política fiscal. Revista de Economia Política, n.12.

1984 Reforma fiscal e federalismo: uma análise comparada. mimeo.

DALTON, Hugh

1980 Princípios de finanças públicas. Ed. FGV.

DE PAULA, Tomás Bruginski, (coord.)

1987 O Financiamento das Empresas Estatais. IESP/FUNDAP.

DE PAULA, Tomás B. & PASSANEZI FILHO, Reynaldo

1987 O caso SIDERBRAS in DE PAULA, Tomás Bruginski (coord.) - O Financiamento das Empresas Estatais. IESP/FUNDAP.

DOELLINGER, C. Von et alii

1973 A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos - 1967/73. IPEA.

DORFMAN, Adolfo

1984 La crisis estructural de la industria Argentina in: Revista de la CEPAL. nº 23, agosto.

DORNELLES, Francisco N.

1984 A reforma tributária de 1965 e a Federação. Revista de Finanças Públicas.

DUE, John F.

1974 Tributação indireta nas economias em desenvolvimento.

DUTRA, Wilson & SALLES, Vittoria

1975 Padrão de financiamento em empresas estatais. FINEP.

ERIS, Ibrahim

1983 Uma contribuição para a reforma tributária. Revista de Finanças Públicas.

1983 (et alii) Finanças públicas. FIPE/Pioneira.

- FAGNANI, Eduardo et alii  
1986 Recessão e financiamento das políticas sociais.  
ANPOCS.
- FAJNZYLBER  
1983 La industrialización trunca de América Latina.  
México, Nueva Imagem.
- FEINBERG, Richard & FFRENCH-DAVIS, Ricardo  
1986 Introducción y principales conclusiones in: Mas  
alla de la crisis de la deuda - Bases para un nuevo  
enfoque. FFRENCH-DAVIS e FEINBERG (editores). Chi-  
le, CIEPLAN.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo & DE GREGORIO, José  
1986 Orígenes y efectos del endeudamiento externo en  
Chile in: El trimestre económico nº 209. Enero/mar-  
zo.
- FISHLOW, A.  
1977 Algumas reflexões sobre a política econômica pós-  
64. Cadernos CEBRAP, n.7.
- FOXLEY, Alejandro  
1987 Chile y su futuro - un país possible. Chile  
CIEPLAN.
- FRENKEL, Roberto & FANELLI, José Maria  
1987 A Argentina e o FMI na última década in: Recessão  
ou crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América La-  
tina - BACHA e MENDOZA (org.), Rio de Janeiro, Paz e  
Terra.
- GALLETTA, Paulo  
1987 Criterios y políticas de precios y tarifas publi-  
licas in: Coloquio Latino-Americano sobre "Finanzas  
Públicas y Desarrollo" - IIAP, IEI/UFRJ, CEPAL, Rio  
de Janeiro.
- GALLETTA, Paulo & AMARAL F., José Bonifácio  
1988 A evolução dos preços e tarifas das estatais em  
1987 - IESP/FUNDAF - mimeo
- GERHEIM, Renato  
1982 O IRPF e a inflação no Brasil - 1970/80. Rio de  
Janeiro, FUC - Tese de mestrado.
- GIFFONI, Francisco de Paula  
1984 Efeitos tributários do Decreto-Lei nº 2.065/83 e  
da emenda constitucional nº 23/83. mimeo.
- 1986 A tributação da renda e do patrimônio ante a cons-

- tituinte. Revista Finanças Públicas, set./86.
- GIFFONI, Francisco de Paula & VILELA, L. A.  
1987 Tributação da renda e do patrimônio. IPEA
- GUIMARAES, Cintia C.N.L.  
1987 A evolução do grupo PETROBRAS - 1970/87 in: DE PAULA, Tomás Bruginski (coord.) - O Financiamento das Empresas Estatais. IESP/FUNDAP
- HADDAD, Paulo R.  
1975 Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. IPEA.
- HERRERA, Alejandra  
1987 Telecomunicaciones: reestructuración productiva y empleo en la República Argentina in: Desarrollo Económico. v. 27, abril/junio.
- HINRICHS, H.  
1972 Teoria geral da mudança na estrutura tributária durante o desenvolvimento econômico. MF/SRF.
- IBRE, FGV  
1979 Subsídios governamentais e a expansão da base monetária. Conjuntura Econômica, março 1979.
- IBS  
s.d. Anuário Estatístico da Indústria Siderúrgica Brasileira. vários números.
- KANDIR, Antonio  
1983 A instabilidade do mercado habitacional. Campinas, IE/UNICAMP - Tese de mestrado.
- KREGEL, J.  
1985 Budget deficits, satabilisation policy and liquidity preference: Keynes's post-war policy proposals - in Vicarelli, F. ( org. ) - Keynes's relevance today - Mcmillan Press
- LERNER, A.  
1951 - Economics of employment - McGraw-Hill
- LESSA, Carlos  
1975 A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. R.J. mimeo (tese de professor titular - UFRJ).
- LONGO, Carlos  
1981 Controvérsias sobre o ICM no comércio interestadual: uma resenha. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.11, n.1.

- 1982 Finanças governamentais num regime federativo: considerações sobre o caso brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico - vol.12, n.3.
- 1982 Bumo ao imposto de renda abrangente. Revista Conjuntura Econômica, jun./82
- 1985 Implicações de uma política tributária para o governo estadual. Revista de Finanças Públicas - n.361.
- 1986 Caminhos para a reforma tributária. FIPE/Pioneira.
- 1984 A disputa pela receita tributária no Brasil. IPE/USP.
- 1985 Em defesa de um imposto de renda abrangente. FIPE/Pioneira.
- LONGO, Carlos & MULLER, A. E.  
1981 Impacto regional das finanças federais. Anais ANPEL.
- LOPREATO, Francisco Cazeiro  
1981 Evolução da participação estadual na distribuição institucional da renda. IE/UNICAMP - Tese de mestrado.
- MAHAR, D.  
1983 O financiamento dos governos estaduais e municipais no Brasil tendências e questões recentes. Revista da Fundação João Pinheiro - vol.13, n.1/2.
- MAHAR, D.  
1971 The failures of revenue sharing in Brazil and some recent developments. Bulletin for International Fiscal Documentation - vol.25, n.3.
- 1976 Federalismo fiscal no Brasil: a experiência histórica. Revista ABOP.
- MARTINS, Luciano  
1985 Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Paz e Terra.
- M.M.E.  
1983 Estrutura Tarifária de referência para energia elétrica in: CEPAL/IPEA, Seminário sobre Planejamento e Controle de Empresas Estatais. IPEA, Brasília.
- MORENO, Hector F.  
1983 México: Experiências e Sugestões para o Planejamento e Controle do Setor Público in: Seminário sobre

Planejamento e Controle do Setor de Empresas Estatais.  
IPEA/CEPAL.

- MUNHOZ, Dércio G.  
1984 Os déficits do setor público brasileiro. Texto para discussão - UnB.
- MUSGRAVE, Richard  
1959 The theory of public finance. Ed. Mc Graw-Hill.
- MUSGRAVE R. & MUSGRAVE, P.  
1980 Finanças Públicas - teoria e prática. Ed. Campus.
- MYHRMAN, J.  
1985 Introduction: reflections on the growth of of government. Journal of Public Economics - dec./85.
- MYRDAL, G.  
1984 Aspectos políticos da teoria econômica. Zahar,
- NEDER, Ricardo T.  
1983 Política de despesas sociais na década de 70. IFCH/UNICAMP - Tese de mestrado.
- NORTH, Douglass  
1985 The causes of government expenditure growth: a survey of the U.S. evidence. Journal of Public Economics - dec./85.
- O'CONNORS, J.  
1977 USA: a crise do estado capitalista. Paz e Terra.
- OECD -  
1986 - tax expenditures - a review of the issues and country practices  
1986 - Statistiques de recettes publiques
- OLIVEIRA, Fabricio  
1981 A reforma tributária de 66 e a acumulação de capital no Brasil. Ed. Brasil-Debates.  
1985 A crise do sistema fiscal brasileiro - 1965/83. IE-UNICAMP - Tese de doutorado.  
1987 - (coord.) - Déficit e endividamento do setor público - IESP/FUNDAP
- OLIVEIRA, Filho G.  
1981 Comissão para concessão de benefícios fiscais e programas especiais de exportação. (BEFIEX) - 1973/81. IE/UNICAMP - Tese de mestrado.

- OLIVEIRA, Francisco de & AZEVEDO, Maria E.  
1984 Previdência Social. Documento de trabalho n.15 -  
IPEA/IPLAN. out./84.
- OS MALES DE ...  
1984 Os males de uma distribuição injusta. Revista da  
Fundação João Pinheiro, mar./jun. 84, número especial.
- PAIVA NETTO, Jacinto F.  
1979 Sistema empresarial del Estado en América del Sur  
y México in: Las Empresas Públicas en América del Sur  
y México. BID, EIAP e FGV. Limusa. vol.2 México.
- PASSANEZI Fo., Reinaldo  
1988 - Siderurgia - ( Relatório de Conjuntura ) - mimeo
- PASTORE, Affonso Celso  
1981 Avaliação crítica da reforma tributária de 1965.  
Revista de Finanças Públicas, n.348.
- IPEA  
1985 Perspectivas de longo prazo da economia brasilei-  
ra. IPEA.
- PIGOU, A.C.  
1928 A study in public finance. Macmillan.  
1929 Economics of welfare. Macmillan.
- PINTO, Aníbal S.C.  
1986 Estado y empresa privada: una visión retrospectiva  
de la experiencia chilena in: El trimestre económico  
nº 209. Enero/marzo.
- PRADO, Sérgio R.  
1985 Descentralização do aparelho de estado e empresas  
estatais: um estudo sobre o setor público descentrali-  
zado brasileiro. IE/UNICAMP - Tese de mestrado.  
1987a - O Financiamento das empresas estatais - aspectos  
teóricos - in De Paula, Tomás B. ( coord. ) - Q  
Financiamento das Empresas estatais - IESP//FUNDAP  
1987b - Regulação estatal e financiamento do setor  
elétrico in: DE PAULA, Tomás Bruginski (coord.) Q  
Financiamento das empresas estatais - IESP/FUNDAP.
- PREBISCH, Raul  
1986 El Desarrollo Económico de la América Latina y  
Algunos de sus Principales Problemas in: Desarrollo  
Económico. vol. 26, nº 103. Octubre/diciembre.
- RAMOS, Joseph  
1983 Estabilización y liberalización económica en el

- cono sur. Chile. Naciones Unidas.
- REBOUÇAS, Osmundo  
1984 Sistema tributário e justiça fiscal. Revista Econômica do Nordeste, out./dez. 84.
- REFORMA Tributária  
1984 Reforma Tributária. Revista da Fundação João Pinheiro, jan./fev. 1983.
- REVISTA NACIONAL DE TELEMÁTICA  
s.d. vários números.
- REZENDE, Fernando  
1974 O imposto de renda e a justiça fiscal. IPEA.  
1975 O imposto de rendas das empresas. IPEA.  
1974 Avaliação do setor público na economia brasileira - estrutura funcional da despesa. IPEA.
- REZENDE, Fernando et alii  
1976 Aspectos da participação do governo na economia. IPEA.  
1976 Política fiscal e a programação de gastos do governo. IPEA.
- REZENDE, Fernando & AZEREDO SILVA, Beatriz  
1986 Fundos Sociais. mimeo.
- REZENDE, Fernando & CONCEIÇÃO SILVA, M<sup>a</sup>  
O sistema tributário e as desigualdades regionais: uma análise da recente controvérsia sobre o ICM.  
IPEA.
- REZENDE, Fernando & DAIN Sulamis  
1985 Reforma institucional, finanças públicas e controle dos gastos governamentais. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.15, n.2.
- REZENDE, Fernando & MAHAR, D.  
1974 Saúde e previdência social: uma análise econômica. IPEA.
- REZENDE, Fernando & SILVA, Beatriz.  
1987 Contribuições Sociais. IPEA, textos para discussão interna n.107.
- SACHS, Jeffrey  
1987 Trade and Exchange Rates Policies in Growth - Oriented Adjustment Programs. NBER Working Paper Series, nº 2226. Cambridge.

- SCHACKLE, G.L.S.  
1967 The years of high theory. CUP.
- SCHUMPETER, J.  
1954 The crisis of the tax state. International Economic Papers.
- SERRA, José  
1982 Sistema tributário: diagnóstico e reforma. Revista de Economia Política, n.9.
- SEST/SEPLAN  
s.d. Relatórios Anuais. vários números.
- SEST/SEPLAN  
1986 Perfil das Empresas Estatais - 1986.
- SEST/SEPLAN  
1986 Cadastro das Empresas Estatais - 1986.
- SEMINARIO sobre planejamento e ...  
1983 Seminário sobre planejamento e controle do setor de empresas estatais - casos nacionais. IPEA/CEPAL.
- SHOUP, C.  
1966 O sistema tributário brasileiro. FGV/MF.
- SIDERBRAS  
1986 Plano de Saneamento do Sistema SIDERBRAS.
- SILVA, Beatriz A.  
1986 Fundos sociais - principais aspectos operacionais. Texto incluído em "Temas para o projeto d reforma" - op. cit.
- SIMPOSIO sobre ...  
1984 Simpósio sobre o novo sistema tributário. Coleção de textos - Senado Federal.
- SUAREZ, Marcos A.  
1986 Petroquímica e tecnoburocracia - capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil - Hucitec
- STIGLER, G.  
1976 A faixa de funções razoáveis dos governos municipais. Revista de Finanças Públicas, abr./dez. 1976.
- SUZIGAN, W.  
Indústria: política, instituições e desenvolvimento. IPEA.
- TADINI, Venilton  
1985 A Indústria de Bens de Capital sob Encomenda.

FIPE/USP.

TANZI, Vito

1986 La política fiscal y los programas de estabilización. mimeo.

TAVARES, Maria C.

1987 Desequilíbrio financeiro do setor público -  
IEI/UFRJ

TOKMAN, Victor

1984 Monetarismo Global y Destrucción Industrial. Re-  
vista de la CEPAL nº 23, agosto.

UGALDE, Alberto

1983 As empresas públicas na Argentina in: Seminários sobre Planejamento e Controle do Setor de Empresas Es-  
tatais. IPEA/CEPAL.

VARSANO, Ricardo

1981 O sistema tributário de 1967: adequado ao Brasil de 80? Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.11, n.1.

1982 Os incentivos fiscais do imposto de renda das em-  
presas. Revista Brasileira de Economia, vol.36, n.2.

1984 ICM: a definição, as indefinições e uma proposta de reformulação. Revista de Finanças Públicas, n.359.

VILLARREAL, René

1984 A Contra-Revolução Monetarista - Teoria, Política Econômica e Ideologia do Neo-Liberalismo. RJ Record.

VILLARREAL, René & VILLARREAL, Rocio

1978 Las empresas públicas como instrumento de política econômica en México in: El trimestre economico. Méxi-  
co. Abril/Junio.

VILLELLA, Anibal Villanova

1984 Empresas do Governo como instrumento de política econômica: os sistemas SIDERBRAS, ELETROBRAS, PETROBRAS e TELEBRAS. IPEA/INPES. RJ.

VILLELLA, L.A.

1981 Gastos tributários e a justiça fiscal o caso do IRPF no Brasil. Rio de Janeiro, PUC - Tese de mes-  
trado.

WAHRLICH, B.

1980 Controle político das empresas estatais no Brasil: uma contribuição ao seu estudo. Revista de Adminis-  
tração Pública, vol.14, n.2.

WEBB, Richard

1986 Crisis nacional y deuda externa en el Perú in: Mas  
alla de la crisis de la deuda - bases para un nuevo  
enfoue. FRENCH-DAVIS e FEINBERG (edit.), Chile.  
CIEPLAN.

WERNECK, Rogério L.F.

1987 - Empresas estatais e política macroeconômica .Ed.  
Campus

ANEXO ESTATISTICO

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

## APRESENTAÇÃO

Este anexo estatístico é composto de duas partes. A parte 1 envolve as estatísticas fiscais, referidas no capítulo 1. É constituída das tabelas 1.1 a 1.45, além de uma tabela indicativa dos conceitos. A parte 2 é constituída das tabelas 2.1 a 2.103, envolvendo os dados relativos às empresas estatais, referidas ao longo do capítulo 2.

Os dados foram organizados, na medida do possível, partindo das estatísticas mais gerais para os cortes específicos e setoriais. Em ambas as partes há uma breve nota metodológica inicial, que procura situar estas estatísticas, seus significados e algumas de suas limitações.

## LISTA DE TABELAS

## PARTE 1

- Tabela 1.0 - Receita orçamentária federal - comparação de conceitos
- Tabela 1.1 - Carga tributária, receita tributária total e receita fiscal - % do PIB
- Tabela 1.2 - Carga e Receita Tributária - OECD
- Tabela 1.3 - Carga tributária - países de renda "per capita" média
- Tabela 1.4 - Receita tributária própria nas três esferas de governo
- Tabela 1.5 - Receita tributária própria nas três esferas de governo
- Tabela 1.6 - Receita tributária própria nas três esferas de governo
- Tabela 1.7 - Imposto de renda - arrecadação
- Tabela 1.8 - Imposto sobre a renda-retenção na fonte
- Tabela 1.8 - IR - Rendimentos cedulares e tributáveis no total declarado
- Tabela 1.10 - Arrecadação do imposto de renda-pessoa jurídica
- Tabela 1.11 - Imposto sobre a renda - pessoas jurídicas - transferências para os incentivos fiscais e programas especiais
- Tabela 1.12 - Imposto sobre a renda - OECD
- Tabela 1.13 - Imposto sobre a renda - países de renda "per capita" média
- Tabela 1.14 - Despesa do governo federal - por função
- Tabela 1.15 - Despesa dos governos estaduais - por função
- Tabela 1.16 - Arrecadação do ICM

- Tabela 1.17 - Transferências de tributos federais
- Tabela 1.18 - Transferências de tributos federais
- Tabela 1.19 - Transferências de tributos federais - aos estados, DF e territórios
- Tabela 1.20 - Transferências de tributos federais aos municípios
- Tabela 1.21 - Transferências de tributos federais - total
- Tabela 1.22 - Transferências de tributos federais aos estados
- Tabela 1.23 - Transferências de tributos federais aos municípios
- Tabela 1.24 - Grau de dependência dos estados - por regiões - em relação às transferências federais
- Tabela 1.25 - Recursos efetivamente disponíveis nas três esferas de governo
- Tabela 1.26 - Recursos efetivamente disponíveis dos estados
- Tabela 1.27 - Recursos efetivamente disponíveis dos municípios
- Tabela 1.28 - Grau de importância das operações de crédito na receita total dos estados
- Tabela 1.29 - Grau de dependência dos estados em relação às operações de crédito
- Tabela 1.30 - Dívida dos estados e municípios das capitais - Administração direta
- Tabela 1.31 - Receita orçamentária total - composição
- Tabela 1.32 - ETGs do governo federal - indicadores de dispêndios e recursos
- Tabela 1.33 - ETGs estaduais - estrutura regional da despesa por funções
- Tabela 1.34 - ETGs estaduais - estrutura da receita - por região
- Tabela 1.35 - Despesa da União segundo categorias econômicas
- Tabela 1.36 - Despesa da União segundo categorias econômicas

- Tabela 1.37 - Despesa da União segundo categorias econômicas
- Tabela 1.38 - Indicadores da despesa realizada dos estados por categoria econômica
- Tabela 1.39 - Operações de crédito - BNDES
- Tabela 1.40 - Operações de crédito - Bancos Estaduais de Desenvolvimento
- Tabela 1.41 - Operações de crédito - Bancos Comerciais oficiais
- Tabela 1.42 - Receita Fiscal, receita tributária, receita orçamentária da União e receita de contribuições
- Tabela 1.43 - Execução Financeira do Tesouro Nacional
- Tabela 1.44 - PROFIEs - Encargos Financeiros da União
- Tabela 1.45 - Necessidades de Financiamento do Setor Público - conceito operacional

## PARTE 2

- Tabela 2.1 - Atividade empresarial dos estados - por setores - 1980
- Tabela 2.2 - Composição e evolução dos investimentos da PETROBRAS - 1970/86
- Tabela 2.3 - Indicadores do setor petrolífero - 1973/86
- Tabela 2.4 - Investimentos do setor de energia elétrica - 1970/84
- Tabela 2.5 - Estrutura da oferta interna de energia - 1970/85
- Tabela 2.6 - Produção de laminados por empresas - 1975/87
- Tabela 2.7 - Saldos da balança comercial do setor siderúrgico - 1975/86
- Tabela 2.8 - Participação das exportações na produção siderúrgica total - 1979/85
- Tabela 2.9 - Produção de minério de ferro e metais não-

ferrosos - 1975/86

- Tabela 2.10 - Estrutura de recursos e dispêndios - SPE - 1980/86
- Tabela 2.11 - Estrutura de recursos e dispêndios - SPE - 1980/86
- Tabela 2.12 - Estrutura de recursos e dispêndios - SPE - 1980/86
- Tabela 2.13 - Estrutura de recursos e dispêndios - SPE - 1986/87
- Tabela 2.14 - Recursos do Tesouro - SPE - 1987
- Tabela 2.15 - Relações operacionais do SPE - 1980/86
- Tabela 2.16 - Necessidades de Financiamento do Setor Público  
- Empresas estatais - 1984/87
- Tabela 2.17 - SPE - variáveis selecionadas - receitas operacionais - 1980/86
- Tabela 2.18 - SPE - variáveis selecionadas - receitas operacionais - 1980/86
- Tabela 2.19 - SPE - variáveis selecionadas - operações de crédito - 1980/86
- Tabela 2.20 - SPE - variáveis selecionadas - operações de crédito - 1980/86
- Tabela 2.21 - SPE - variáveis selecionadas - recursos do tesouro - 1980/86
- Tabela 2.22 - SPE - variáveis selecionadas - recursos do tesouro - 1980/86
- Tabela 2.23 - SPE - variáveis selecionadas - investimentos
- Tabela 2.24 - SPE - variáveis selecionadas - investimentos
- Tabela 2.25 - SPE - variáveis selecionadas - outros custeios
- tabela 2.26 - SPE - variáveis selecionadas - outros custeios
- Tabela 2.27 - SPE - variáveis selecionadas - pessoal e encargos sociais - 1980/86
- Tabela 2.28 - SPE - variáveis selecionadas - pessoal e en-

## cargos sociais - 1980/86

- Tabela 2.29 - SPE - variáveis selecionadas - encargos financeiros - 1980/86
- Tabela 2.30 - SPE - variáveis selecionadas - encargos financeiros - 1980/86
- Tabela 2.31 - SPE - variáveis selecionadas - amortizações - 1980/86
- Tabela 2.32 - SPE - variáveis selecionadas - amortizações - 1980/86
- Tabela 2.33 - SPE - balanço patrimonial - 1980/85
- Tabela 2.34 - SPE - indicadores selecionados - 1980/85
- Tabela 2.35 - PETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/85
- Tabela 2.36 - PETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.37 - PETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.38 - PETROBRAS - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.39 - PETROBRAS - variáveis selecionadas - receita operacional - 1980/85
- Tabela 2.40 - PETROBRAS - variáveis selecionadas - investimentos - 1980/85
- Tabela 2.41 - PETROBRAS - balanço patrimonial - 1980/85
- Tabela 2.42 - PETROBRAS - indicadores selecionadas - 1980/85
- Tabela 2.43 - PETROBRAS - índice de preços dos derivados - 1980/1986
- Tabela 2.44 - PETROBRAS - componentes de preço da gasolina e óleo diesel - 1974/84
- Tabela 2.45 - ELETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.46 - ELETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.47 - ELETROBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86

- Tabela 2.48 - ELETROBRAS - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.49 - ELETROBRAS - variáveis selecionadas - receita operacional - 1980/86
- Tabela 2.50 - ELETROBRAS - variáveis selecionadas - investimentos
- Tabela 2.51 - ELETROBRAS - variáveis selecionadas - encargos financeiros
- Tabela 2.52 - ELETROBRAS - balanço patrimonial - 1980/85
- Tabela 2.53 - ELETROBRAS - indicadores selecionados - 1980/85
- Tabela 2.54 - SEEE - estrutura recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.55 - SEEE - estrutura recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.56 - SEEE - estrutura recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.57 - Plano de Recuperação Setorial - Setor elétrico
- Tabela 2.58 - SIDERBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.59 - SIDERBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.60 - SIDERBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.61 - SIDERBRAS - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.62 - SIDERBRAS - variáveis selecionadas - receita operacional - 1980/85
- Tabela 2.63 - SIDERBRAS - variáveis selecionadas - investimentos - 1980/85
- Tabela 2.64 - SIDERBRAS - variáveis selecionadas - encargos financeiros - 1980/85
- Tabela 2.65 - SIDERBRAS - balanço patrimonial - 1980/86
- Tabela 2.66 - SIDERBRAS - indicadores selecionados - 1980/85

- Tabela 2.67 - CSN - indicadores selecionados - 1977/85
- Tabela 2.68 - COSIPA - indicadores selecionados - 1977/85
- Tabela 2.69 - USIMINAS - indicadores selecionados - 1977/85
- Tabela 2.70 - SIDERBRAS - Plano de Saneamento
- Tabela 2.71 - SIDERBRAS - Plano de Saneamento
- Tabela 2.72 - Posições relativas da SIDERBRAS e Setor de Energia Elétrica Federal no Financiamento do SPE - 1980/86
- Tabela 2.73 - CVRD - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.74 - CVRD - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.75 - CVRD - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.76 - CVRD - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.77 - CVRD - variáveis selecionadas - receita operacional - 1980/86
- Tabela 2.78 - CVRD - variáveis selecionadas - investimentos - 1980/86
- Tabela 2.79 - CVRD - balanço patrimonial - 1980/85
- Tabela 2.80 - CVRD - indicadores selecionados - 1980/85
- Tabela 2.81 - TELEBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.82 - TELEBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.83 - TELEBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.84 - TELEBRAS - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.85 - TELEBRAS - variáveis selecionadas - receita operacional - 1980/86
- Tabela 2.86 - TELEBRAS - variáveis selecionadas - investimentos - 1980/86
- Tabela 2.87 - TELEBRAS - balanço patrimonial - 1980/85

- Tabela 2.88 - TELEBRAS - indicadores selecionados - 1980/85
- Tabela 2.89 - RFFSA - estrutura recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.90 - RFFSA - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.91 - RFFSA - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.92 - RFFSA - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.93 - RFFSA - variáveis selecionadas - receita operacional
- Tabela 2.94 - RFFSA - variáveis selecionadas - investimentos
- Tabela 2.95 - PORTOBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.96 - PORTOBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.97 - PORTOBRAS - estrutura de recursos e dispêndios - 1980/86
- Tabela 2.98 - PORTOBRAS - relações operacionais - 1980/86
- Tabela 2.99 - PORTOBRAS - variáveis selecionadas - receita operacional
- Tabela 2.100 - PORTOBRAS - variáveis selecionadas - investimento
- Tabela 2.101 - PORTOBRAS - balança patrimonial - 1980/85
- Tabela 2.102 - PORTOBRAS - indicadores selecionados - 1980/85
- Tabela 2.103 - Evolução do nº de empregados das empresas estatais - 1980/86

PARTE 1

## NOTA METODOLOGICA

Os dados aqui apresentados referem-se ao capítulo 1 e encontram-se na sequência dos temas ali abordados. No caso das estatísticas internacionais, as fontes são as publicações oficiais da OECD - (Statistiques de recettes publiques) e do FMI (Government Finance Statistics Yearbook). No caso do sistema fiscal brasileiro, os dados provêm de fontes diversas, e especialmente das publicações da Secretaria de Economia e Finanças do MINIFAZ, que procede à consolidação das contas dos balanços dos estados e municípios, da Secretaria da Receita Federal - SRF, do MINIFAZ, do Banco Central e Secretaria do Tesouro Nacional. Em casos específicos, como para as entidades típicas de governo - ETGs, para determinadas séries e aberturas de receitas e para as contas nacionais, foram utilizados dados da SEST, do IBGE e da FGV.

Há uma observação importante acerca da natureza de caixa ou de competência dos dados fiscais. Os primeiros correspondem aos fluxos de receitas e despesas efetivamente realizadas num período enquanto as segundas estão ligadas aos períodos de referência dos fluxos. Ou seja, os dados de caixa refletem a posição financeira efetiva das diferentes unidades num determinado momento, enquanto os dados de competência refletem a posição de seus haveres e obrigações referidos a um determinado exercício legal. Com sistemas centralizados e tempestivos de acompanhamento e estabilidade de preços, as diferenças entre esses valores deveria ser pelo menos estável, correspondendo a um "float" de recursos. Não foi o que se verificou no caso brasileiro e isto introduz problemas para a análise, se os conceitos não forem especificados. Nesse sentido, há duas observações importantes.

Os dados divulgados pelo BACEN (Boletins, relatório e informativo) são dados de caixa da execução financeira do tesouro. Com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional e a assunção por este órgão da gerência dos fluxos de receita e despesa da União, a STN passa a ser a fonte básica desses dados e que ainda são divulgados, na nova disposição introduzida pela STN, também pelo BACEN. Constituem o enfoque relevante do ponto de vista das pressões sobre a disponibilidade corrente de recursos da esfera federal. Dados de mesma natureza para os estados e municípios não são disponíveis em publicações regulares e oficiais, embora obviamente apurados ao nível das gestões financeiras estadual e municipal. Os dados de balanço da União, estados e municípios (divulgados respectivamente, pela STN e pela SEF) envolvem por sua vez uma ampla

discriminação das receitas e despesas destas esferas. No caso da União, esta abrangência foi comprometida diante das intrincadas relações institucionais que se moldaram ao longo dos anos 70 e 80. Constituem, de qualquer modo, os dados oficiais de confronto com os respectivos orçamentos e obedecem a critérios legais de disposição. No caso específico da análise do sistema fiscal, são a base estatística utilizada para o enfoque dos estados e municípios e para desagregações mais abrangentes da receita e despesa da União (como no caso do imposto sobre a renda e das despesas por função e categoria)

No caso da União, cabe notar ainda a existência de dois dados de competência distintos, relativas à receita. O dado bruto básico que contabiliza a totalidade dos recolhimentos e que não exclui as restituições do IR e do IPI, por exemplo, é o da "arrecadação" como divulgada pela SRF/MINIFAZ, tendo-se reservado no texto este termo apenas para designar os dados dessa natureza. Assim, são dados que permitem análise mais detalhada da composição da receita e apresentam, efetivamente, valores superiores aos apurados quer nos balanços (que são líquidos das restituições mas incluem os recebimentos referidos ao ano base, ainda que recebidos no ano seguinte, por exemplo) como nos fluxos de caixa, brutos (os que incluem as restituições) e líquidos (os que as excluem). A tabela 1.00 foi montada especificamente para apontar essas diferenças, notando-se que contextos de aceleração inflacionária tendem a distanciar ainda mais esses conceitos. As colunas A apresentam os dados referentes à arrecadação federal; nas colunas B e C, estão, respectivamente, os dados dos balanços e a receita tributária líquida no conceito de caixa. Note-se que em 1985, a receita tributária no conceito líquido de caixa apresenta um valor próximo ao registrado nos Balanços Gerais da União mas é 26% inferior à arrecadação bruta. No caso do imposto de renda, a "arrecadação", contabilizada pelos documentos da SRF, foi 40% superior à registrada no caixa do Tesouro. Desde logo, isto não necessariamente afeta as análises temporais, na medida em que se tome sempre o mesmo conceito.

Adicionalmente, não há qualquer erro em tomar um ou outro conceito: entretanto as comparações entre níveis de receita e despesas no âmbito do sistema fiscal (entre estados e União, por exemplo) e entre as contas fiscais e de outras esferas (como as empresas estatais) devem ter conta essas naturezas diferenciadas de contabilização.

TABELA 1.0  
RECEITA ORÇAMENTARIA FEDERAL  
COMPARAÇÃO DE CONCEITOS - COMPOSIÇÃO

(EM %)

ANOS	REC. ORÇAM. TOTAL			REC. TRIBUTARIA			IMPOSTOS			IMPOSTO SOBRE A RENDA			OUTR. RECEITAS (**)		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
1972	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,4	100,0	0,0	0,0	100,0	98,1	95,2	100,0	0,0	0,0
1973	100,0	103,5	103,7	100,0	101,6	97,9	100,0	101,7	98,6	100,0	92,8	89,8	100,0	129,3	177,7
1974	100,0	102,9	104,5	100,0	101,8	101,0	100,0	101,9	101,6	100,0	94,1	92,7	100,0	115,7	139,9
1975	100,0	97,5	92,5	100,0	91,2	87,6	100,0	90,7	87,4	100,0	68,1	63,1	100,0	352,6	270,4
1976	100,0	101,2	97,6	100,0	92,8	88,8	100,0	92,4	88,7	100,0	68,3	62,6	100,0	285,8	279,6
1977	100,0	99,9	96,1	100,0	90,5	84,9	100,0	89,7	84,5	100,0	72,4	61,7	100,0	264,0	285,2
1978	100,0	97,7	95,4	100,0	86,0	86,0	100,0	85,2	85,9	100,0	63,3	65,3	100,0	294,0	242,0
1979	100,0	95,8	89,7	100,0	86,9	79,7	100,0	86,3	79,4	100,0	70,9	62,7	100,0	244,0	247,8
1980	100,0	93,4	92,6	100,0	85,1	82,8	100,0	84,3	82,4	100,0	69,2	66,3	100,0	146,6	151,2
1981	100,0	90,2	86,8	100,0	83,3	80,0	100,0	82,5	79,9	100,0	69,8	66,3	100,0	290,0	125,8
1982	100,0	87,3	84,4	100,0	81,1	76,2	100,0	80,2	76,2	100,0	69,6	64,7	100,0	124,9	127,6
1983	100,0	86,9	83,6	100,0	79,8	70,4	100,0	79,1	69,8	100,0	69,7	60,2	100,0	110,1	140,3
1984	100,0	85,5	79,3	100,0	78,7	67,4	100,0	78,1	66,9	100,0	75,4	61,5	100,0	116,7	130,0
1985	100,0	88,2	88,0	100,0	83,1	73,9	100,0	82,7	73,8	100,0	78,2	71,1	100,0	120,1	169,0

FONTES: A - "ARRECADACAO DOS TRIBUTOS FEDERAIS - SRF" - 1973/85.

B - "RECEITAS DA UNIAO - SERIES ESTADISTICAS" - 1972/84, MAIS BGV/1985 P/ 1985.

C - BOLETIM BACEN - DEZ/79 - 1972/78

BOLETIM BACEN - DEZ-84 - 1979/80

BOLETIM BACEN - DEZ-85 - 1981/84

BOLETIM BACEN - FEV/86 - 1985. PARA "OUTRAS RECEITAS" E "RECEITA ORÇAMENTARIA" - BOL. BACEN MAR/86.

(\*\*) INCLUI AS DEMAIS TAXAS JUNTAMENTE A "OUTRAS RECEITAS" EM CADA UM DOS CONCEITOS (REC. PATRIMONIAL, CONTRIBUICOES DIVERSAS, ETC...).

A PARTIR DE 1975 - QUOTA DE CONTRIB. PREVIDENCIA FOI CONSIDERADA JUNTO A "OUTRAS RECEITAS".

TABLE 1.1  
CARGA TRIBUTARIA, RECEITA TRIBUTARIA TOTAL E RECEITA FISCAL - EM % DO PIB  
1965 A 1986

DISCRIMINACAO	ANOS	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TRIBUTOS DIRETOS (1)		5,8	6,6	7,0	7,4	8,3	9,1	9,5	10,5	10,9	10,9	11,8	11,7	12,2	11,8	10,4	11,2	12,6	11,9	11,1	11,7	12,1	
.IR (INCLUINDO PIS/PROTERRA)		2,2	2,1	1,8	1,8	2,3	2,5	2,7	3,3	3,1	3,2	3,1	3,0	3,3	2,9	3,0	2,7	2,9	3,2	3,7	4,0	4,3	4,3
TRIBUTOS INDIRETOS (2)		13,3	15,2	13,8	15,5	15,9	16,6	15,5	15,6	15,6	15,5	14,4	13,6	13,4	12,9	11,5	12,9	12,4	12,5	12,5	10,4	10,3	12,2
.IPI		--	3,5	3,3	4,1	4,2	4,3	4,4	4,3	4,1	3,9	3,5	3,1	2,8	2,6	2,2	2,1	2,0	2,1	2,0	1,2	1,7	2,0
.ICM		--	5,4	5,8	6,5	6,5	6,8	6,2	6,2	6,1	5,8	5,5	4,9	4,8	4,9	4,5	4,5	4,6	4,9	4,5	4,6	5,1	6,8
.IMPOSTOS UNICOS		--	--	0,2	1,5	1,6	1,7	1,7	1,3	1,2	0,9	1,2	1,8	1,5	1,4	1,1	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
CARGA TRIB. BRUTA (3)=(1)+(2)		19,1	21,8	20,8	22,9	24,2	25,7	25,0	26,1	26,5	26,4	26,2	25,3	25,6	24,7	23,3	23,2	23,6	25,1	24,4	21,5	22,0	24,5
TRANSFERENCIAS CORRENTES (4)		4,9	5,2	6,2	6,8	7,4	9,4	8,2	8,6	8,3	7,5	8,2	8,6	9,2	9,8	9,3	9,0	10,0	11,8	12,3	13,6	17,9	17,8
SUBSIDIOS (5)		1,4	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,5	0,7	1,2	2,3	2,8	1,6	1,5	1,8	1,8	3,5	2,6	2,5	2,3	1,5	1,5	1,4
CARGA TRIB. LIE. (6)=3-(4)+(5)		12,8	15,7	13,8	15,4	16,1	15,5	16,6	16,8	17,0	16,6	15,2	15,1	14,9	13,1	12,2	10,7	11,0	10,8	9,8	6,4	2,6	5,6
REC. TRIBUTARIA TOTAL		6,9	14,6	12,7	15,3	16,6	17,4	16,9	17,9	17,2	16,7	15,5	15,4	14,8	14,1	13,2	13,0	12,9	13,4	12,7	12,4	13,8	--
RECEITA FISCAL		14,8	14,5	15,5	17,3	19,0	20,1	17,3	18,9	17,4	17,5	16,3	16,4	16,0	15,4	14,1	14,7	14,6	15,1	15,2	14,9	15,7	--

FONTE: CENTRO DE ESTUDOS FISCAIS, IBRE/CCS, FGV E CENTRO DE CONTAS NACIONAIS, IBRE/CCS/FGV - CONJUNTURA ECONOMICA (NOV/72, DEZ/79, MAR/85 E SET/86)  
SEF/MF - REVISTA DE FINANÇAS PUBLICAS - VARIOS NUMEROS  
BALANÇOS GERAIS DA UNIAO - IN-EPEN - "RECEITA DA UNIAO - SERIE ESTADISTICAS" - 1972/83  
ANUARIO ECONOMICO FISCAL - DADOS DO IR P/ 1963/1964/1965 - FGV/CRT-MF - "EVOLUCAO DO IR NO BRASIL"

OSR: (A) - COMPOSICAO DOS ITENS:

- . TRIBUTOS DIRETOS = IR, IPTU E CONTRIBUICOES AO SINPAD E OUTROS FUNDOS COMPULSORIOS (PIS/PASEP, FORTS ETC)
- . TRIBUTOS INDIRETOS = IPI, ICM, IMPOSTOS UNICOS ETC.
- . TRANSFERENCIAS CORRENTES = BENEFICIOS DO SISTEMA PREVIDENCIARIO, SAQUES DAS POUÇANÇAS COMPULSORIAS, JUROS DA DIVIDA PUBLICA ETC.
- . SUBSIDIOS = ALCOOL, AÇUCAR, TRIGO ETC. (NÃO SE INCLUEM OS CREDITICIOS)

(B) RECEITA TRIBUTARIA TOTAL = RECEITA TRIBUTARA PROPRIA DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS

(C) RECEITA FISCAL = RECEITA ORÇAMENTARIA DA UNIAO + RECEITA TRIBUTARIA PROPRIA DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

TABELA 1.2  
CARGA E RECEITA FISCALITARIA - OECD  
(EM 2 00 PIB)

PAISES	1965		1970		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		
	CTB	RT																							
ALEMANHA	31,6	23,1	32,9	22,9	35,7	23,8	36,8	24,1	38,1	25,3	37,9	25,1	37,7	24,9	38,8	24,9	37,6	24,2	37,4	24,8	37,4	24,8	37,7	24,8	
AUSTRALIA	24,3	24,3	24,9	24,9	28,6	28,6	29,8	29,8	29,8	29,8	27,9	27,9	28,7	28,7	29,8	29,8	32,6	32,6	36,6	36,6	29,6	29,6	31,2	31,2	
AUSTRIA	34,7	26,0	35,7	25,6	38,3	28,0	38,5	27,7	39,1	27,9	41,1	28,8	41,8	28,6	41,2	28,4	42,5	29,3	41,1	29,1	48,9	27,9	41,9	29,7	
BELGICA	38,8	21,1	35,2	28,8	41,1	28,4	41,5	29,7	42,9	38,8	44,1	31,4	44,5	31,4	43,7	30,4	44,3	30,6	45,6	32,8	45,5	31,4	46,7	31,6	
CANADA	25,9	24,5	32,8	28,9	33,8	29,7	32,4	28,8	31,5	27,9	31,2	27,6	31,8	27,7	32,8	28,7	34,1	30,1	33,7	29,8	33,4	28,9	33,7	29,4	
CHILE	29,9	28,3	48,4	38,8	41,3	46,8	41,5	41,8	41,9	41,3	43,4	42,8	44,5	43,8	45,5	44,6	45,3	44,4	44,5	43,2	46,5	44,7	45,8	45,1	
ESPAÑA	14,7	18,6	17,2	18,8	19,6	18,3	19,6	18,7	21,5	18,8	22,9	11,5	23,4	11,7	24,1	12,4	25,8	13,1	25,4	13,6	27,3	15,8	28,4	16,7	
ESTADOS UNIDOS	26,3	22,8	29,8	24,8	29,6	22,4	28,9	21,9	38,8	22,6	29,9	22,4	29,9	22,3	38,3	22,4	38,8	22,6	38,5	22,1	29,8	28,7	29,8	28,5	
FINLÂNDIA	29,7	28,8	31,6	30,1	35,3	32,3	38,8	35,4	38,4	35,1	35,3	32,2	32,5	38,3	33,3	38,1	34,9	31,8	34,5	31,3	34,4	31,3	36,8	32,9	
FRANÇA	34,9	23,8	35,6	28,7	37,4	22,1	38,4	28,5	39,4	22,9	38,5	22,9	41,1	33,5	42,5	24,2	42,8	24,5	42,3	24,9	44,6	25,8	45,5	25,7	
GRÉCIA	28,6	15,8	24,3	17,7	24,6	17,9	27,3	19,8	27,6	19,5	27,9	19,4	27,7	19,3	28,6	19,8	29,2	19,1	32,8	21,7	33,6	21,8	35,2	23,8	
IRLÂNDIA	26,8	24,3	31,2	28,6	31,5	27,2	31,8	30,2	32,3	28,8	31,5	27,2	31,1	26,7	34,8	26,2	35,2	30,3	37,8	31,5	32,7	32,9	39,5	35,7	
ITALIA	27,2	17,9	27,9	17,4	29,8	15,7	36,3	17,6	38,7	18,8	31,3	19,2	33,5	19,2	38,2	21,8	38,1	33,1	36,9	24,8	42,1	27,6	41,1	27,2	
JAPÃO	18,3	14,3	15,6	12,1	28,9	14,9	21,8	15,4	22,2	15,5	24,8	17,8	24,4	17,3	25,4	18,8	28,2	18,4	26,7	19,6	27,2	19,8	27,4	19,3	
LUXEMBURGO	38,4	28,6	29,9	21,3	38,5	27,1	38,3	26,5	41,7	29,4	42,9	31,8	48,8	29,8	42,2	29,9	42,7	38,1	41,2	29,6	42,3	31,5	41,4	38,6	
NEZÉLANDA	33,2	29,2	38,2	32,9	44,8	38,7	48,2	35,3	47,2	36,4	46,5	35,7	45,7	34,9	47,1	37,2	48,7	38,5	47,9	37,6	46,7	31,5	46,4	36,5	
NOVA ZELÂNDIA	24,9	24,9	25,9	26,9	29,6	29,6	29,4	29,5	32,3	32,3	38,8	38,8	38,7	38,7	38,9	38,9	32,1	32,1	33,4	33,4	32,8	32,8	31,8	31,8	
PAISES BAIXOS	33,6	23,2	37,8	24,5	43,6	28,9	43,2	25,9	44,8	27,7	44,6	28,8	45,8	27,6	45,9	26,4	35,2	27,2	45,4	26,6	47,8	25,9	45,5	25,4	
PORTUGAL	18,4	14,4	23,8	17,5	24,7	16,2	26,3	17,9	27,4	18,8	26,4	18,1	26,8	18,4	28,7	28,2	31,8	21,9	38,9	22,1	32,8	24,4	32,8	23,7	
REINO UNIDO	38,1	25,9	37,2	32,8	35,5	29,3	35,8	23,5	34,8	28,4	33,2	27,2	32,9	27,2	35,3	29,8	38,5	38,6	39,3	32,5	39,9	31,1	38,5	31,5	
SUECIA	35,7	31,3	48,2	34,2	43,9	35,3	48,2	34,9	58,5	37,6	58,8	37,2	49,5	36,8	49,4	35,1	51,1	36,1	49,9	36,1	59,6	37,8	58,5	37,2	
SUÍÇA	28,7	16,8	23,8	18,2	29,6	21,8	31,3	22,1	31,6	22,2	31,6	22,8	31,1	21,5	38,8	21,3	38,6	21,1	31,8	21,4	31,6	21,7	32,2	21,9	
TURQUIA	15,8	14,1	17,3	16,5	28,7	18,8	21,8	19,6	21,7	28,1	21,2	28,8	28,6	19,2	19,8	18,8	28,4	19,5	28,1	19,1	18,2	17,3	14,4	13,6	
MEDIAS																									
OECD TOTAL	26,8	21,9	30,8	24,1	32,9	25,2	33,9	28,8	34,7	26,4	34,6	26,3	34,4	26,1	35,3	26,7	36,2	27,4	36,6	27,6	36,9	27,7	37,1	27,9	
OECD EUROPA	27,6	21,8	31,1	24,3	34,2	25,2	35,5	26,2	36,2	26,7	36,3	26,6	35,9	26,3	36,8	26,9	37,3	27,5	38,1	27,8	38,8	28,2	38,9	28,3	
EEC	29,6	22,2	33,2	25,8	35,8	25,9	36,8	26,7	37,5	27,2	37,6	27,4	37,6	27,3	38,9	28,1	39,5	28,4	40,5	29,1	41,6	29,6	41,9	27,9	

FONTE: STATISTIQUES DE REDEVIES PUBLIQUES - OECD, 1986

TABELA 1.3  
CARGA TRIBUTARIA  
PAISES DE RENDA "PER CAPITA" MEDIA  
(EM % DO PIB)

ANOS	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	TX.PIB
PAISES										(1)
CHILE	26,0	28,1	25,3	23,1	23,6	23,6	24,6	26,3	25,8	2,1
PANAMA	18,2	20,7	20,6	18,8	22,5	21,1	21,3	21,4	21,8	4,5
MEXICO (A) (2)	11,2	11,8	13,4	12,6	14,6	15,5	16,1	18,0	17,4	6,5
COREIA (A)	12,2	13,6	15,3	16,9	16,7	17,3	--	16,7	--	9,0
IUGOSLAVIA	27,3	28,7	27,9	28,8	35,9	35,9	35,1	32,3	33,2	5,8
ARGENTINA (B)	11,2	18,4	11,7	15,3	13,9	18,8	19,6	22,0	19,3	1,9
VENEZUELA (A)	18,0	30,2	27,0	23,6	21,5	19,4	19,9	20,0	--	4,5
GRECIA	23,3	23,3	23,8	26,5	27,0	27,8	27,7	27,6	26,4	4,3
ISRAEL	34,6	38,3	36,8	42,7	29,6	35,3	37,2	35,4	35,6	4,0
SINGAPURA	14,2	15,2	16,6	16,1	16,7	15,9	15,8	17,3	18,4	8,6
MEDIA	19,0	22,0	21,8	22,5	23,7	23,2	21,7	23,7	19,8	5,1

FONTE: IMF - "GOVERNMENT FINANCE STATISTICS YEARBOOK"  
BANCO MUNDIAL - "WORLD TABLES" - 1983

OBS: (1) TAXA MEDIA ANUAL DE CRESCIMENTO P/ PERIODO 1970/81 - BANCO MUNDIAL - "WORLD TABLES" - 1983  
(2) - "A" INDICA EXCLUSAO DAS CONTAS ESTADUAIS  
"B" INDICA EXCLUSAO DOS GOVERNOS LOCAIS

TABELA 1.4  
RECEITA TRIBUTARIA PROPRIA NAS TRES ESFERAS DO GOVERNO  
1967 A 1985

(EM DZ\$ MILHRES DE 1985)

ANOS DISCRIMINACAO	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
UNIAO(1)	22669	35995	43279	46419	51944	63588	75245	84074	86620	103778	104683	103968	105629	109266	108183	103628	92378	88882	108223
-IR	6971	7868	11312	12269	13539	17715	19776	23214	24699	27622	33842	31033	37050	34987	34995	36781	42288	48898	58178
-IPI	12773	18352	20289	21311	23761	26427	30667	33583	33232	33985	32339	32535	38035	29657	27238	28257	24882	15726	23974
-I.UNICOS	--	6481	7579	8275	8896	10428	11486	10978	11082	19748	17384	18866	15621	9242	7289	7336	5765	5417	5529
-OUTROS	--	3382	4899	4565	5748	9818	13316	16379	17689	22423	21919	22334	22922	35459	38741	29334	28483	19649	28543
ESTADOS	24358	31298	34384	35696	36857	41283	48454	52269	54321	55888	58428	64477	65831	67386	63192	68176	59142	68324	71977
-ICM	22596	29159	31874	33434	33834	38866	45518	49188	51795	52586	55817	61517	62146	64673	68791	65242	56876	58243	69418
-ITBI	441	286	318	381	439	578	984	1857	1224	1415	1337	1377	1478	1358	1485	1781	1346	1175	1316
-OUTROS	1389	1852	2283	1879	2584	2638	2839	2832	1382	1212	1267	1483	1415	1356	1316	2316	921	987	1158
MUNICIPIOS	2357	2644	2942	3139	3321	4189	4674	5377	5986	7745	8985	10248	10643	9521	8887	9399	8253	7864	7628
-IPTU	1043	1154	1683	1855	1488	1793	1888	1922	2252	2785	3288	4865	4878	3391	3154	3162	2432	2152	2131
-ISS	373	546	613	749	895	1164	1498	1682	2818	2815	3277	3536	3768	3688	3572	3938	3337	3185	3763
-OUTROS	940	944	826	1335	945	1232	1574	1823	1716	2145	2348	2647	2813	2538	2888	2382	1786	1727	1734
TOTAL	49316	69929	88685	85255	92122	109945	128651	141721	146927	166882	172888	178694	181382	186173	172181	181283	159774	156271	187728

FONTES : SEF/MF - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL - VARIOS NUMEROS  
REVISTA DE FINANCAS PUBLICAS - VARIOS NUMEROS

SRF/MF - DESEMPENHO DE RECEITA TRIBUTARIA - VARIOS ANOS

OBS: (1) OS DADOS DA SEF/MF INCLUEM A COTA-PROVIDENCIA COMO RECEITA TRIBUTARIA DA UNIAO, ATÉ 1982

TABELA 1.5  
RECEITA TRIBUTARIA PROPRIA NAS TRES ESFERAS DO GOVERNO  
1967 A 1986

(EM %)

ANOS	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
DISCRIMINACAO																			
UNIAO(1)	45,8	51,5	53,7	54,4	56,4	58,3	58,5	59,3	59,0	62,3	60,9	58,2	58,3	58,7	58,2	57,2	57,8	56,9	57,6
-IR	14,1	11,2	14,0	14,4	14,7	16,2	15,4	16,4	16,8	16,6	19,2	17,4	20,4	18,7	20,3	21,4	26,4	30,8	31,0
-IPI	25,9	26,2	25,2	25,0	25,8	24,2	23,8	23,6	22,6	26,4	18,8	18,2	16,6	15,9	15,8	15,6	15,0	10,1	12,8
-I.UNICOS	--	9,3	9,4	9,7	9,7	9,6	8,9	7,7	7,5	11,9	10,1	10,1	8,6	5,0	4,2	4,0	3,6	3,5	2,9
-OUTROS	--	4,7	5,1	5,4	6,2	8,3	10,4	11,6	12,0	13,5	12,7	12,5	12,6	19,0	17,9	16,2	12,8	12,6	10,9
ESTADOS	49,4	44,7	42,7	41,9	46,6	37,8	37,7	36,9	37,0	33,1	34,0	36,1	35,9	36,2	36,7	37,6	37,0	38,6	38,3
-ICM	45,8	41,7	39,5	39,2	36,7	34,9	35,4	34,7	35,3	31,6	32,4	34,4	34,3	34,7	35,3	36,6	35,6	37,3	37,0
-ITBI	0,9	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	1,0	0,8	0,8	0,7
-OUTROS	2,7	2,6	2,7	2,2	2,8	2,4	1,6	1,4	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	1,3	0,6	0,6	0,6
MUNICIPIOS	4,8	3,8	3,7	3,7	3,6	3,8	3,6	3,8	4,1	4,6	5,2	5,7	5,9	5,1	5,1	5,2	5,2	4,5	4,1
-IPTU	2,1	1,6	2,1	1,2	1,6	1,6	1,5	1,4	1,5	1,7	1,9	2,3	2,2	1,8	1,8	1,7	1,5	1,4	1,1
-ISS	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	1,1	1,2	1,2	1,4	1,7	1,9	2,0	2,1	1,9	2,1	2,2	2,1	2,0	2,0
-OUTROS	1,9	1,3	1,0	1,6	1,0	1,1	1,2	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	1,4	1,2	1,3	1,1	1,1	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE : VIDE TABELA ANTERIOR.

TABELA 1.6

RECEITA TRIBUTARIA PRÓPRIA NAS TRÊS ESFERAS DO GOVERNO - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO  
1967 A 1985

	(EM %)																		
ANOS	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
DISCRIMINAÇÃO																			
UNIAO(1)	--	59,2	20,2	7,3	11,9	22,4	10,3	11,7	3,0	19,8	0,9	-0,7	1,6	3,4	-0,3	3,4	-10,9	-3,8	21,8
-IR	--	12,7	43,9	8,5	10,4	30,9	11,6	17,4	6,4	11,8	19,6	-6,1	19,4	-5,8	0,3	10,6	9,1	13,9	21,0
-IPI	--	43,7	10,5	5,0	11,5	11,2	16,1	9,3	-0,8	2,3	-4,8	0,6	-7,7	1,3	-0,2	3,7	-15,1	-34,4	52,5
-I.UNICOS			16,9	9,2	7,5	17,2	10,1	-4,4	0,9	78,2	-12,0	3,9	-13,5	-40,8	-22,0	1,0	-21,4	-6,0	2,1
-OUTROS			24,1	11,4	25,9	56,9	47,7	23,0	7,5	27,3	-2,3	1,9	2,6	54,7	-13,3	-4,6	-30,4	-3,7	4,6
ESTADOS	--	28,5	9,9	3,8	3,3	12,0	17,4	7,9	3,9	1,4	6,1	10,4	0,9	3,6	-6,2	7,9	-13,3	2,0	19,2
-ICM	--	29,1	9,3	4,9	1,2	12,5	19,6	8,1	5,3	1,5	6,1	10,2	1,0	4,1	-6,0	9,0	-14,1	2,4	19,3
-ITBI	--	-35,2	0,3	23,0	15,4	29,7	58,6	17,0	15,8	15,6	-5,5	3,0	6,8	-7,6	-20,1	64,2	-24,5	-12,7	23,3
-OUTROS	--	42,5	19,0	-14,7	37,5	1,8	-22,5	-0,3	-35,9	-6,9	4,5	17,1	-4,6	-4,2	3,0	76,0	60,3	-1,5	59,7
MUNICIPIOS	--	12,2	11,3	6,7	5,8	26,1	18,2	8,6	11,3	29,4	15,0	15,1	3,9	-10,5	-7,5	6,7	-12,2	-14,4	12,7
-IPTU	--	10,6	45,9	-37,3	40,3	21,1	4,9	2,2	17,2	23,7	17,8	23,9	0,1	-16,7	-7,0	0,2	-23,1	-11,5	19,4
-ISS	--	46,3	12,3	22,2	19,5	30,1	28,7	9,0	23,6	39,5	16,4	7,9	6,3	-4,3	-0,8	10,0	-15,1	-4,6	5,0
-OUTROS	--	0,4	-12,5	61,6	-29,2	36,3	27,8	15,8	-5,9	25,0	9,5	12,8	6,3	-10,1	-17,8	10,6	-25,9	1,2	-26,3
TOTAL	--	41,8	15,3	5,8	9,1	18,4	13,0	10,2	3,7	13,4	3,3	3,9	1,5	2,7	-7,5	5,2	-11,8	-2,2	20,3
PIB	--	11,2	10,0	8,8	12,1	11,1	13,5	9,7	5,4	9,7	5,8	5,0	6,4	7,2	-1,6	0,9	-3,2	4,5	9,8

FONTE : VIDE TABELA ANTERIOR.

TABELA 1.7  
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - ARRECADACAO  
 1972 A 1987

(EM %)

DISCRIMINACAO	ANOS	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
I.R. TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
.IRPJ		31,3	30,6	31,7	49,8	46,7	48,8	41,1	33,9	35,3	37,5	39,5	46,2	34,5	27,4	38,5	39,7
.IRPF		22,9	17,9	17,5	10,9	9,0	7,8	7,3	6,4	6,6	6,1	4,7	5,7	4,0	3,1	3,2	53,1
.IR-FONTE		45,8	51,5	50,8	39,3	44,4	46,4	51,7	59,7	58,1	56,4	55,8	49,2	61,5	69,4	58,3	52,1
TRABALHO		19,9	22,9	23,4	20,6	24,0	27,0	29,9	32,5	35,0	32,0	23,3	23,5	20,7	26,7	19,8	29,7
- REND. DO TRAB. ASSAL.		—	17,1	17,9	16,5	19,8	22,2	25,2	27,1	27,7	26,7	24,9	20,2	18,0	23,7	16,9	—
CAPITAL		4,7	12,1	12,0	8,7	7,9	8,3	7,6	9,0	6,7	8,0	8,1	9,0	22,3	27,8	24,0	12,6
REMESSAS		11,5	12,7	11,0	6,9	9,5	9,0	10,5	13,3	12,9	13,8	16,2	13,5	16,6	13,1	11,9	8,6
OUTROS RENDIMENTOS		9,7	3,7	3,6	3,0	3,0	4,1	3,7	4,9	3,6	2,6	2,3	2,1	1,9	1,8	2,6	2,2

FONTE: "RECEITAS DA UNIAO"-IPEA-SERIES ESTADISTICAS-PARA 1972.  
 "ARRECADACAO DOS TRIBUTOS FEDERAIS" - SRF/MF - PARA OS ANOS 1973/84.  
 "DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTARIA-DRT" - SRF/MF - PARA 1985/86  
 BACEN - SERIES HISTORICAS/1988

OBS: (1) NOTAR QUE DE 1973 A 1978 NAO HA DISCRIMINACAO NO DOCUMENTO "ARRECADACAO DO TRIBUTOS FEDERAIS - SRF" PARA O IMPOSTO DE RENDA NA FONTE NOS ITENS:  
 REMESSAS PARA O EXTERIOR  
 RENDIMENTOS DO TRABALHO  
 RENDIMENTOS DO CAPITAL  
 OUTROS RENDIMENTOS  
 ESTA DETALHACAO SO E DISPONIVEL A PARTIR DE 1979.

A APROXIMACAO PARA O PERIODO 1973/78 FOI FEITA CONSIDERANDO-SE A EQUIVALENCIA ENTRE OS ITENS:

- (A) "RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR"(1973/78) = "REMESSAS PARA O EXTERIOR";
- (B) "RENDIMENTOS DO TRABALHO"(1973/78) + "FRETES PAGOS OU CREDITADOS A PF"(1973/78) = "RENDIMENTOS DO TRABALHO";
- (C) "RENDIMENTOS DO CAPITAL"(1973/78) = IMP. RENDA NA FONTE(TOTAL) - "RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR" - "RENDIMENTOS DO TRABALHO" - "FRETES PAGOS OU CREDITADOS A PF" - "RENDIMENTOS DIVERSOS";
- (D) "RENDIMENTOS DIVERSOS"(1973/78) = "OUTROS RENDIMENTOS"

IMPOSTO SOBRE A RENDITA DE CAPITAL NA FONTE  
1979 A 1985

(EM %)

DISCRIMINACAO	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
TOTAL IR - FONTE		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RENDIMENTO DO CAPITAL		15,1	11,5	14,3	14,6	18,8	36,2	40,1
JURIS S/TIT.C/CM		1,2	0,4	0,5	0,6	5,5	12,6	12,3
JURIS S/TIT.C/SORRECCAO PRE-FIXADA		9,1	6,5	0,5	0,6	4,3	5,0	5,6
GANHOS FF EM APLIC. CURTO PRAZO E REND.O.P.A TERMO BOLSA VALORES		0,6	0,4	0,1	0,0	4,1	13,4	15,9
JURIS/DESAGIOS/LUCROS E DIVIDENDOS (3)		4,3	4,2	5,2	5,3	4,9	5,2	6,2
CM IRPF		--	--	--	--	0,0	0,1	0,1
RENDIMENTOS DO TRABALHO		54,4	60,3	55,7	52,4	49,9	33,7	38,5
RENDIM. DO TRAB. ASSALAR.		45,5	47,7	47,3	44,5	41,9	29,2	34,1
REMESSAS P/ O EXTERIOR		22,3	22,3	24,4	20,0	20,0	27,6	18,9
OUTROS RENDIMENTOS		0,2	6,2	4,7	4,1	4,4	3,1	2,6

FONTE: SRF - "ARRECADACAO DOS TRIBUTOS FEDERAIS" - 1979 A 1985

NOTA: (1) EM 1982, INCLUIDOS NOS DADOS DA SRF DOIS SUB-ITENS:

"JURIS PREL.GORIS.DIV.PUBLICA-EST.OF.

"-MUNICIPIOS.

EM 1983, INCLUIDO O SUB-ITEM: "CORRECCAO CORR.EXCED.VALOR VAR.ORTIN".

EM 1984, INCLUIDO O SUB-ITEM: "DESAGIOS TIT.C/CM AO INDICE ORTN".

(2) EM 1984, INCLUIDO O SUB-ITEM: "DESAGIOS TIT.C/CM PRE-FIXADA".

(3) INCLUI:

JURIS DE DEPOSITOS EM REESTIMOS

DESAGIOS NA VENDA DE TIT.A CREDITO

LUCRO QUOTA DO QUINHAO CAPITAL

DIVIDENDOS SOMEL. PAGOS S/A E REND.PAR.BENEF.

LUCROS OBTIDOS NA ALIENACAO DE PART.SOC.

EM 1983, INCLUIDO O SUB-ITEM: "JURIS E DIVID.CAD.PORPARACA".

EM 1984, INCLUIDOS OS SUB-ITENS:

"LUCROS DIVIDENDOS E BONIFICACOES".

"GANHOS DE CAPITAL EM DEBENTURES".

OBSS: EM 1983 E 1984 - RENDIMENTOS DO TRAB.ASSALARIADO INCLUI DA DO IRPF.

TABELA 1.9  
 IR - RENDIMENTOS CEDULARES E TRIBUTAVEIS NO TOTAL DECLARADO  
 EXERCICIO - 1984 - (ANO BASE - 1983)

(EM %)

CLASSES DE RENDIMENTO	RENDIMENTOS CEDULARES		TRIBUTACAO DOS RENDIMENTOS	
	CEDULAS C + D	DEMAIS CEDULAS	TRIBUTAVEIS	NAO TRIBUTAVEIS
1	72,2	27,8	17,7	82,3
2	85,2	14,8	47,1	52,9
3	92,1	7,9	63,8	36,2
4	94,0	6,0	71,3	28,7
5	94,2	5,8	72,2	27,8
6	93,3	6,7	69,1	31,0
7	92,6	7,4	66,9	33,1
8	92,4	7,6	64,4	35,6
9	92,0	8,0	62,2	37,8
10	90,9	9,1	55,8	44,2
11	86,9	13,1	47,2	52,9
12	81,2	18,8	38,9	61,1
13	74,7	25,3	30,5	69,5
14	66,4	33,6	31,2	68,8
TOTAL	91,1	8,9	58,8	41,2

FORTE: IMPOSTO DE RENDA - PESSOAS FISICAS - SRF/MF - 1984  
 IN GIFFONI & VILLELA - (1987).

TABELA 1.10  
ARRECADACAO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURIDICA  
REGIME DE COMPETENCIA

DISCRIMINACAO	1982	1983	1984	1985	1986	1987
ENTID. FINANCEIRA	32,6	35,1	34,9	33,1	17,9	11,3
COMERCIO VAREJISTA	9,9	8,9	7,0	7,3	10,5	15,3
COMERCIO ATACADISTA	5,8	4,8	6,3	5,6	6,9	9,1
INDUSTRIA QUIMICA	4,2	4,1	4,5	5,7	8,2	5,3
INDUSTRIA TEXTIL	0,0	2,8	2,0	2,5	4,8	3,6
INDUSTRIA MECANICA	0,0	2,6	0,0	3,1	3,3	4,8
IND. PROD. ALIMENTARES	3,6	2,5	5,4	3,5	3,8	3,2
IND. METALURGICA	3,9	3,2	2,3	3,9	4,7	4,1
IND. MAT. TRANSPORTE	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	3,5
DEM AIS SETORES	40,0	36,1	37,5	35,2	35,8	39,7

FONTE : SRF/MF E BACEN

TABELA 1.11  
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS JURÍDICAS  
 TRANSFERÊNCIAS PARA OS INCENTIVOS FISCAIS E PROG. ESPECIAIS  
 1970 - 1986

( EM % )

ANOS DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
IRPJ (ARREC. BRUTA)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IRPJ (LIG.) *			97,8	96,5	99,4	44,4	45,1	49,1	47,8	44,1	47,3	47,7	51,8	55,7	58,5	56,5	--
PROG. ESPEC. E INCENTIVOS	95,5	104,8	105,2	109,1	106,8	58,9	46,0	47,2	48,3	47,6	46,7	45,8	39,0	26,0	25,1	27,4	35,2
PROGRAMAS ESPECIAIS		25,2	49,2	53,4	54,5	25,7	23,5	23,9	23,4	23,0	24,1	22,5	17,4	13,4	12,0	12,1	17,5
.PIN		25,2	30,1	32,0	32,8	15,4	14,1	14,4	14,1	13,8	14,5	13,5	10,4	8,0	7,2	7,2	10,5
.PROTEKRA			19,1	21,4	21,7	10,3	8,4	9,6	9,4	9,2	9,6	9,0	7,0	5,3	4,8	4,8	7,0
INCENTIVOS FISCAIS	95,5	79,6	56,0	55,8	52,3	25,2	22,5	23,3	24,8	24,7	22,6	23,3	21,7	12,6	13,0	15,3	17,7
.FINOR	52,5	34,9	25,7	26,7	24,3	13,3	9,8	9,5	9,1	8,9	8,3	9,0	9,0	5,3	5,9	7,0	9,4
.FINAM	18,5	13,1	10,0	9,5	9,7	4,2	3,2	3,3	3,6	3,5	3,6	3,6	3,8	2,1	2,0	2,4	2,5
.FISET	24,0	20,0	17,2	16,8	14,8	6,0	7,8	8,1	9,7	9,6	8,6	8,3	6,7	3,8	3,7	4,3	4,5
-PESCA	11,5	7,3	3,2	2,4	1,4	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
-TURISMO	3,7	2,7	1,9	1,7	2,7	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
-REFLOREST.	8,9	10,7	12,1	12,7	10,7	4,9	6,8	7,4	9,1	8,9	7,9	7,8	6,3	3,6	3,4	4,0	4,2
.FURRES	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
.EMPRAER	0,1	1,2	1,4	1,2	1,7	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,4	0,5	0,5	0,6
.MOBRAI	0,1	1,2	1,3	1,3	1,5	0,6	0,6	1,2	1,3	1,5	1,3	1,3	1,3	0,8	0,8	1,0	1,1

FORTE:BOLETINS DO BACEN -DEZ/79-1975/78.

-DEZ/81-1979/80.

-DEZ/85-1981/84.

-FEV/86-1985.

-P/O IRPJ-ARRECADACAO - "ARRECADACAO DOS TRIBUTOS FEDERAIS"-SRF/MF - 1975/84.

- "DRT"-SRF/MF -PARA 1985.

\* -RECEITA BRUTA NO CONCEITO BACEN (BOLETINS) MENOS RESTITUICOES DO IRPJ ("RECEITAS DA UNIAO"-IPEA) P/1972 A 1979.

-RECEITA BRUTA NO CONCEITO BACEN (BOLETINS) MENOS RESTITUICOES DO IRPJ ("DRT"-DESEMP. DA REC. TRIBUT.) P/ 1980 A 1985.

TABELA 1.12  
 IMPOSTO SOBRE RENDA - OECD  
 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TOTAL E COMPOSIÇÃO

ANOS PAISES	Z NA RTB					Z DO IR							
	1965	1970	1975	1980	1984	1970		1975		1980		1984	
						IRPF	IRPJ	IRPF	IRPJ	IRPF	IRPJ	IRPF	IRPJ
ALEMANHA	33,9	32,3	34,7	35,1	33,2	82,5	17,5	87,2	12,8	84,4	15,6	83,9	16,2
AUSTRALIA	58,5	54,1	55,5	55,6	54,0	68,8	31,2	77,9	22,1	78,3	21,7	62,9	17,1
AUSTRIA	25,5	25,2	26,1	26,7	25,6	82,1	17,9	82,8	17,2	86,8	13,2	88,2	11,8
BELGICA	27,6	31,4	39,3	41,0	41,0	77,7	22,4	81,3	18,7	85,8	14,2	84,6	15,4
CANADA	39,3	44,6	47,3	46,6	43,4	72,7	25,3	69,4	30,6	73,2	26,8	78,2	21,9
DINAMARCA	45,9	51,2	59,0	55,0	56,2	94,9	5,2	94,7	5,3	94,1	5,9	88,6	11,5
ESPAÑA	24,5	26,2	22,0	26,0	27,8	56,8	43,2	65,8	34,2	78,4	21,6	82,0	18,1
ESTADOS UNIDOS	46,3	47,9	43,8	47,1	42,4	73,5	26,5	75,4	24,7	78,4	21,6	83,1	16,9
FINLANDIA	43,9	47,3	52,4	49,7	58,1	53,4	11,6	91,9	8,1	90,9	9,1	91,2	8,8
FRANCA	15,9	16,2	17,5	18,0	17,5	64,9	35,1	69,4	30,6	71,7	28,3	76,1	23,9
GRECIA	9,7	12,3	13,7	19,3	18,0	81,9	18,1	67,2	32,8	74,8	25,2	88,4	11,6
IRLANDA	25,7	27,1	30,0	36,5	34,0	67,5	32,5	83,9	16,1	87,6	12,4	90,4	9,6
ITALIA	17,8	17,4	21,5	32,1	36,2	62,4	37,6	78,6	21,4	74,8	25,2	72,6	27,4
JAPAO	43,9	47,7	44,5	46,1	45,6	45,0	55,1	53,7	46,4	52,7	47,3	53,7	46,3
LUXEMBURGO	35,9	43,3	43,5	43,2	43,0	55,5	44,5	63,9	36,1	61,9	38,1	64,0	36,1
NORUEGA	43,5	38,5	34,4	41,2	40,3	91,5	8,5	91,7	8,3	67,9	32,2	59,0	41,0
NOVA ZELANDIA	60,5	61,1	66,5	70,2	65,6	69,9	30,1	81,6	18,4	68,3	11,7	86,2	13,8
PAISES BAIXO	35,8	33,4	34,8	32,8	26,6	61,8	38,2	77,8	22,2	79,9	20,1	78,4	21,6
PORTUGAL	24,6	23,7	17,4	19,7	24,4	-	-	-	-	-	-	-	-
REINO UNIDO	37,0	40,4	44,5	37,9	39,1	77,0	23,0	86,0	14,0	79,3	20,7	69,9	30,1
SUECIA	54,9	54,2	58,5	43,5	42,1	91,8	8,2	91,4	8,6	94,3	5,7	91,3	8,7
SUECA	38,2	40,0	43,8	41,4	41,6	81,5	18,5	82,4	17,6	86,0	14,0	85,9	14,1
TURQUIA	29,6	33,4	42,3	59,1	55,0	88,8	11,2	77,7	22,3	84,0	16,0	79,7	20,3
MEDIAS													
OECD TOTAL	35,2	36,8	38,5	40,1	39,2	76,7	23,3	81,6	18,4	82,2	17,8	81,1	18,9
OECD EUROPA	31,7	32,8	34,9	36,5	36,2	81,0	19,0	85,0	15,0	84,6	15,4	82,2	17,8
EEC	28,5	30,7	33,8	35,1	34,4	75,7	24,3	80,6	19,4	80,6	19,4	79,2	20,9

FONTE: STATISTICS OF PUBLIC REVENUES - OECD (1986)

OBS: RECEITA TOTAL = TRIBUTARIA + CONTRIBUICOES

TABELA 1.13  
 IMPOSTO DE RENDA - PAISES DE RENDA PER  
 CAPITA MEDIA - % NA RECEITA CORRENTE  
 TOTAL DO GOVERNO CENTRAL (1)

1972/76/80/83

PAISES (3)	1972	1976	1980	1983
CHILE (A)	12,9	12,3	17,2	14,3
PANAMA (A)	23,3	22,6	21,2	22,5
MEXICO (A)	36,4	39,5	36,6	22,2
COREIA (A)	29,2	25,9	22,0	29,0
ISRAEL (A)	36,2	35,0	41,4	41,5
SINGAPURA (A)	24,4	33,0	31,6	33,0
MALASIA	26,2	33,6	37,4 (2)	36,8
MEDIA	26,9	28,8	29,6	27,6
BRASIL (4)	18,2	16,5	17,7	22,8

FORTE: IMF - GOVERNMENT FINANCE STATISTICS YEARBOOK  
 WORLD BANK - WORLD TABLES

OBS: (1) INCLUI AS RECEITAS TRIBUTARIAS, NAO TRIBUTARIAS E AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS.

(2) DADO REFERENTE AO ANO DE 1981

(3) AS LETRAS INDICAM A PARCELA DA RECEITA TRIBUTARIA ARRECADADA PELO GOVERNO CENTRAL:

- A = 95% E MAIS

- C = 80 A 90 %

(4) IR/(RECEITA ORCAMENTARIA DA UNIAO + CONTRIBUICOES SIMPES)

DESPESA DO GOVERNO FEDERAL - POR FUNÇÃO - COMPOSIÇÃO  
1969 A 1987

(EM %)

DISCRIMINAÇÃO	ANOS	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
LEGISLATIVA	--	--	--	--	--	--	--	0,8	0,8	0,7	0,8	1,0	0,8	0,7	0,8	0,9	0,9	1,2	0,7	0,9
JUDICIARIA	--	--	--	--	--	--	--	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,0	0,8	0,8	1,1	1,0	1,0
ADMINISTR. E PLANEJAMENTO		32,5	5,9	11,2	13,5	11,4	11,6	21,3	13,0	1,7	17,5	19,7	21,1	16,5	14,4	22,4	17,2	15,3	29,8	14,3
AGRICULTURA		1,9	1,4	1,7	1,6	1,4	1,4	1,6	3,4	3,7	3,0	4,0	0,1	4,5	5,6	6,1	4,4	3,5	7,1	11,9
COMUNICAÇÕES		1,5	1,2	1,5	1,2	1,3	1,0	1,0	1,3	1,8	2,0	1,2	1,1	1,5	1,3	0,9	0,3	0,4	6,0	0,3
DEFESA E SEGURANÇA		13,6	12,8	16,6	14,2	14,0	12,9	13,8	12,9	10,9	10,4	10,0	0,9	8,9	10,4	10,0	10,4	9,3	6,5	6,9
DESENV. REGIONAL		0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	12,7	14,2	12,4	12,0	12,1	15,4	14,3	14,8	13,8	14,7	18,9	13,8	11,8
EDUCAÇÃO E CULTURA		6,2	5,9	7,6	7,8	7,4	7,2	6,2	6,7	8,9	9,9	10,9	8,4	11,8	12,4	10,2	10,3	12,9	10,5	13,1
ENERGIA E REC. MINERAIS		3,0	2,1	3,0	2,9	2,7	3,0	5,3	5,0	3,8	4,1	3,4	3,6	7,7	6,7	5,0	7,7	3,2	3,9	4,9
HABITADO E URBANISMO		0,4	0,7	0,7	0,5	0,4	0,3	0,4	1,0	1,1	1,0	0,9	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5	0,3	1,0	1,9
INDÚSTRIA E COMÉRCIO		1,7	1,0	2,2	0,6	1,0	1,6	4,1	1,8	1,8	2,1	1,4	2,4	2,4	3,0	1,6	1,2	0,7	3,5	6,6
RELACIONES EXTERIORES		0,8	0,7	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,0	0,5	0,3
SAUDE E SANEAMENTO		2,7	2,4	3,1	2,6	2,8	2,5	2,5	2,2	2,8	3,2	3,6	2,4	2,6	2,9	2,4	2,5	3,3	2,9	3,7
TRABALHO	--	--	--	--	--	--	--	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,7
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		10,6	10,6	13,4	12,1	13,0	11,6	10,8	12,5	13,3	13,0	14,1	12,3	15,0	13,2	12,6	12,5	13,1	8,1	8,8
TRANSPORTE		12,6	10,8	16,2	14,2	13,7	12,9	17,0	17,9	19,4	17,9	15,6	13,5	11,8	12,1	12,0	15,2	15,3	9,5	12,8
PROGRAMA A CARGO DOS ESTADOS DF E MUNICÍPIOS		12,6	10,8	15,2	14,5	15,9	15,7	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
ENCARGOS GERAIS DA UNIAO		0,1	33,6	6,4	13,1	14,2	17,5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
DESPESAS NAO PROGRAMADAS	--	--	--	0,3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
RESERVA DE CONTINGENCIA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: "BALANÇO GERAL DA UNIAO".

"ANUARIO ECONOMICO FISCAL" - PARA 1969.

BACEN - SERIES HISTORICAS/LFSB

OBS: PARA O PERIODO ANTERIOR A 1975, ADOTOU-SE:

.AGROPECUARIA = AGRICULTURA

.CIENCIA E TECNOLOGIA = EDUCACAO

.COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA = DESENV. REGIONAL

.RECURSOS NATURAIS = ENERGIA E REC. MINERAIS

TABELA 1.15  
 DESPESAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS - POR FUNÇÃO (\*)  
 1970/1975/1980/1984

(EM %)

FUNÇÕES	NORDESTE				NORTE				CENTRO-OESTE				SUDESTE				SUL			
	1970	1975	1980	1984	1970	1975	1980	1984	1970	1975	1980	1984	1970	1975	1980	1984	1970	1975	1980	1984
LEGISLATIVA	--	1,6	1,6	2,2	--	1,9	2,6	3,7	--	1,5	2,0	2,0	--	0,9	1,4	1,1	--	1,7	1,5	1,9
JUDICIARIA	--	3,6	2,9	2,7	--	2,7	3,4	0,0	--	2,4	2,5	1,7	--	4,0	4,2	3,9	--	3,6	4,1	4,6
ADM. E PLAN.	22,9	14,9	22,3	16,3	26,2	17,6	11,4	17,5	33,6	12,6	18,3	13,8	21,3	19,0	16,7	20,1	23,9	6,9	8,4	14,4
AGRICULTURA	5,6	3,6	3,1	3,2	0,9	3,5	5,6	3,6	2,6	4,2	7,5	3,4	4,5	2,7	2,4	2,2	10,3	2,6	2,5	3,5
COMUNICACAO	--	0,1	0,1	0,2	--	--	0,2	0,2	--	0,2	0,1	0,3	--	0,1	0,1	0,1	--	0,5	0,1	0,3
DEFESA NAC.	10,6	0,6	0,0	7,2	6,0	0,2	7,0	0,1	12,5	0,7	0,2	6,0	10,4	9,6	10,4	0,6	15,0	0,4	0,0	8,5
DESENV. REG.	--	1,7	5,9	11,3	--	4,1	6,2	10,0	--	9,0	4,6	9,3	--	2,2	2,9	3,3	--	9,1	9,0	7,0
EDUC. E CULT	18,9	10,4	10,7	19,4	15,6	16,4	21,9	23,2	20,2	22,1	19,7	17,7	19,5	22,5	25,2	22,5	36,5	25,3	24,5	22,3
ENERGIA	--	2,9	5,6	2,9	--	0,9	11,0	3,1	--	3,7	3,1	1,9	--	5,9	2,4	1,6	--	5,4	3,2	2,0
HABITACAO	2,3	2,9	1,9	3,2	1,3	2,2	1,8	1,2	3,2	20,0	2,7	2,6	13,3	0,6	0,0	0,5	1,1	0,1	1,3	0,6
INDUSTRIA	3,3	5,5	3,0	2,8	0,5	0,9	0,7	0,9	0,5	0,6	1,0	0,4	2,1	3,1	2,7	1,2	3,6	7,7	4,1	1,9
SANDE E SAN.	6,2	9,0	0,9	12,0	9,9	9,0	9,4	10,7	0,9	12,8	9,6	9,8	6,0	9,1	0,3	7,2	4,9	4,5	5,4	4,4
TRABALHO ASSIST/PREV.	12,6	0,0	7,3	7,2	6,0	6,0	7,4	7,0	3,2	4,0	5,4	4,7	10,2	7,7	11,6	12,7	19,7	0,6	12,7	15,7
TRANSPORTE	17,5	12,0	10,7	0,6	25,0	17,7	10,0	6,9	1,7	12,4	15,3	26,4	12,3	10,0	11,3	15,0	24,8	15,9	13,7	12,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FGNTE - SEP/NE

088: 1970: A FUNCAO "ADM. E PLAN." ENCOBRA AS FUNCOES "GOVERNO E ADMINISTRACAO GERAL" E "ADMINISTRACAO FINANCEIRA"; E A SEGUINTE FUNCOES ESTAO MAS ORE AS CORRESPONDEM RESPECTIVAMENTE, "RECURSOS NATURAIS E AGROPESCUARIOS" EM "AGRICULTURA"; "VIACAO TRANSPORTE E COMUNICACOES" EM "TRANSPORTE"; "BEM-ESTAR SOCIAL" EM "TRABALHO ASSIST/PREV."; "SERVICOS URBANOS" EM "HABITACAO".

1975: A FUNCAO "JUDICIARIA" ENCOBRA A FUNCAO "JUSTICA"

1980: AS FUNCOES "TRABALHO" E "ASSISTENCIA E PREVIDENCIA" FORAM REUNIDAS NA FUNCAO "TRABALHO ASSIST/PREV."

(\*) - ESTIMATIVA SEM O REPASSE DO ICX E ITBI AOS MUNICIPIOS

ANEXO II  
ARRECADACAO DO ICM  
1967 A 1987

(EM R\$)

ESTADOS	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
REGIAO NORTE	0,9	0,9	0,9	1,0	0,6	1,0	1,1	1,0	1,2	1,3	1,4	1,4	1,5	1,7	1,7	1,9	2,0	2,2	2,3	2,6	2,8
ACRE	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
AMAZONAS	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,9	1,0	1,2	1,3
PARA	0,6	0,6	0,5	0,5	0,1	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0
RORONIA	—	—	—	—	—	—	—	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4
MAPA	—	—	—	—	—	—	—	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
RORAIMA	—	—	—	—	—	—	—	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
REGIAO NORDESTE	9,3	9,9	9,7	0,7	0,5	0,0	9,2	9,5	9,2	9,9	10,5	10,7	11,3	11,6	12,3	12,5	12,4	13,6	13,4	12,8	12,5
MARANHAO	0,4	1,4	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5
PIAUI	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
CEARA	1,0	1,2	1,2	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5
RIO GRANDE DO NORTE	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
PARNABA	0,8	0,7	0,7	0,5	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6
PERNAMBUCO	2,5	2,9	1,9	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,7	2,8	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9
ALAGOAS	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	0,8	0,8
SERGIPE	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
BAHIA	2,7	2,5	3,1	2,7	2,6	2,8	2,8	3,1	3,1	3,2	3,9	4,0	4,2	4,3	4,4	4,5	5,2	5,6	5,4	4,9	4,8
REGIAO SUDESTE	69,6	78,5	65,3	64,6	69,0	66,4	66,9	67,9	67,8	66,8	66,1	66,6	65,5	63,7	62,0	61,9	59,8	58,7	58,9	60,0	60,6
MINAS GERAIS	7,0	7,0	7,1	7,4	7,6	7,2	6,8	7,3	0,0	0,2	0,9	0,3	0,2	0,2	0,2	0,5	0,0	0,4	0,4	0,1	0,7
ESPIRITO SANTO	0,6	0,8	0,8	0,7	0,8	1,2	1,1	1,2	1,0	1,2	1,2	1,3	1,5	1,9	1,6	1,7	1,6	1,7	1,8	1,9	1,6
RIO DE JANEIRO	14,9	15,0	13,8	14,9	14,4	12,7	12,5	12,0	12,5	12,5	12,3	11,9	11,3	10,7	10,7	10,7	10,2	10,5	9,6	9,0	9,3
SAO PAULO	47,1	47,7	43,7	43,3	46,1	47,6	46,7	47,3	46,3	44,9	43,6	44,1	43,5	41,9	40,5	40,4	39,5	37,5	36,2	39,3	40,0
REGIAO SUL	15,9	15,8	16,3	16,7	17,6	17,5	18,2	17,7	15,8	18,2	18,2	17,5	17,5	18,3	18,9	18,5	18,3	18,0	19,0	18,4	18,0
PARANANA	5,7	5,9	6,2	6,1	6,0	6,6	6,9	6,7	6,0	7,4	6,6	6,2	5,7	6,3	6,4	5,9	6,4	6,6	6,6	6,4	6,3
SANTA CATARINA	2,3	2,3	2,4	2,5	2,6	2,6	2,8	2,9	2,9	2,8	3,0	3,2	3,5	3,6	3,6	3,6	3,3	3,4	3,8	3,4	4,0
RIO GRANDE DO SUL	7,9	7,5	7,7	8,2	9,0	8,3	8,5	8,0	8,8	8,0	8,6	8,1	8,4	8,4	8,9	9,0	9,2	8,8	8,6	8,1	7,7
REGIAO CENTRO-OESTE	4,3	3,7	3,9	3,9	3,8	4,2	4,5	3,9	3,5	3,9	3,9	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	6,1	6,7	6,5	6,3	6,1
MATO GROSSO	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,1	1,1	1,2	1,0	1,1	1,3	1,2	0,5	0,9	0,6	0,7	0,9	1,1	1,1	1,4	1,2
MATO GROSSO DO SUL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,3	1,2	14,2	1,6	1,4	1,3	1,5
GOIAS	1,6	1,3	1,4	1,4	1,6	1,9	1,7	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6	1,9	1,9	2,2	2,2	2,6	2,8	2,5	2,6	2,5
DISTRITO FEDERAL	1,8	1,7	1,7	1,7	1,2	1,2	1,7	1,1	0,9	1,0	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	1,2	1,3	1,2	1,3	1,0	1,0
BRASIL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORTE: SECRETARIA DA FAZENDA/FINANCAS ESTADUAIS - SOL. ICM - 1974/85  
- REV. FICU - 1987/88

TABELA 1.17

## TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS

1967 a 1986

EM (%)

TIPO TRANSF.	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
FPE	29,9	34,7	22,6	21,8	22,1	22,3	19,5	21,1	19,8	19,8	22,1	23,0	25,2	27,4	34,0	33,4	36,0	35,6	37,9	37,4
FPM	29,6	34,6	22,6	23,9	22,1	22,3	19,5	21,1	19,8	19,8	22,1	23,0	25,2	27,4	34,0	33,4	36,0	38,3	43,2	45,4
FE	—	—	7,9	7,3	7,9	5,8	6,3	6,4	6,5	4,7	5,9	7,1	6,3	6,5	7,3	7,4	4,2	5,9	6,3	3,3
ESTADOS	—	—	7,9	7,3	7,9	7,3	6,3	6,4	6,5	4,7	5,9	7,1	6,3	6,5	7,3	7,4	4,2	5,4	4,8	—
IULC	33,9	26,8	40,8	36,9	36,7	32,7	27,5	24,4	23,4	32,0	26,3	22,4	19,0	9,7	5,7	5,7	5,0	3,9	2,5	2,3
ESTADOS	26,8	21,3	32,3	29,3	29,1	26,8	21,8	19,4	18,6	25,4	20,8	17,8	15,1	8,7	4,5	4,4	4,0	2,6	1,6	1,6
MUNICIPIOS	7,0	5,6	8,4	7,6	7,6	6,8	5,7	5,0	4,8	6,6	5,4	4,6	3,9	2,3	1,2	1,3	1,0	1,3	0,8	0,3
IUEE	6,6	3,9	6,2	6,9	8,9	12,1	11,8	10,5	11,5	9,6	8,1	9,4	9,1	9,5	10,9	11,2	10,4	9,0	6,1	5,9
ESTADOS	5,5	3,2	5,2	7,4	7,4	10,0	9,2	8,7	9,6	7,5	6,8	7,9	7,6	9,7	9,1	9,4	8,7	7,5	5,1	4,9
MUNICIPIOS	1,1	0,7	1,0	1,5	1,5	2,0	1,8	1,7	1,9	1,5	1,4	1,6	1,5	1,7	1,8	1,9	1,7	1,5	1,0	1,0
IUM	—	—	—	1,3	2,2	3,4	3,5	4,4	5,5	4,4	4,6	4,4	4,9	5,7	4,8	5,1	4,6	4,7	3,6	4,0
ESTADOS	—	—	—	1,0	1,9	2,6	2,7	3,1	4,2	3,4	3,6	3,4	3,8	4,4	3,7	4,0	3,6	3,6	2,8	3,1
MUNICIPIOS	—	—	—	0,3	0,5	0,8	0,8	0,9	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3	1,1	1,1	1,0	1,0	0,8	0,9
ISTR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,4	1,0	0,9	1,0	1,2	1,3	1,2	1,1	0,9	0,6	1,7
TRU	—	—	—	—	—	—	12,6	12,5	13,5	9,6	10,2	9,7	9,2	11,4	2,0	2,5	2,8	1,8	1,0	—
TOTAL ESTADOS	62,2	59,2	67,9	66,7	66,3	60,2	72,2	71,2	72,2	71,1	70,1	69,8	68,2	67,4	62,0	62,2	60,2	57,8	54,2	52,0
TOTAL MUNICIPIOS	37,8	40,8	32,1	33,3	31,7	31,8	27,8	28,8	27,9	28,9	29,9	30,2	31,8	32,6	38,0	37,8	39,8	42,2	45,8	48,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEF/RF - IN REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS

- IPEA - SÉRIE "RECEITA DA UNIÃO" - 1972/83

REVISTA "FINANÇAS DO BRASIL" - VÁRIOS NÚMEROS

DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - ORT - 1977/86

57,4

TABELA 1.18

## TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS

TIPO TRANSF.	1967 a 1986																			ÍNDICE DE EVOLUÇÃO - ANO BASE 1989	
	ANOS	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
FPE		27,5	55,0	29,9	33,8	36,8	43,5	49,8	56,8	52,4	74,8	84,0	93,0	102,5	100,0	109,3	116,4	111,2	119,8	192,5	247,2
FPM		27,2	54,9	29,9	37,1	36,8	43,5	49,8	56,8	52,4	74,8	84,0	93,0	102,5	100,0	109,3	116,4	111,2	128,9	219,5	299,9
FE		0,0	0,0	43,7	47,5	55,0	47,5	67,0	72,0	72,2	74,9	94,5	121,5	103,2	100,0	98,8	103,4	54,2	83,8	134,7	92,7
ESTADOS		0,0	0,0	43,7	47,5	55,0	59,9	67,0	72,0	72,2	74,9	94,5	121,5	103,2	100,0	98,8	103,4	54,2	75,8	101,7	0,0
MUNICÍPIOS		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IULC		88,0	128,4	152,5	162,1	172,4	189,6	195,5	165,4	175,1	341,4	282,8	255,7	218,3	100,0	52,1	56,0	43,6	36,8	35,4	43,7
ESTADOS		77,9	106,6	125,1	143,6	152,8	160,0	173,2	164,3	155,2	302,6	250,6	226,6	193,5	100,0	45,9	48,2	38,7	27,1	26,1	32,5
MUNICÍPIOS		78,4	107,0	135,2	143,7	152,6	160,1	173,3	164,4	155,1	302,6	250,6	226,6	193,5	100,0	47,3	50,0	38,5	53,8	51,9	62,5
IUEE		17,6	17,8	23,7	39,8	42,8	67,9	79,8	81,4	89,8	98,8	89,4	110,1	107,1	100,0	101,1	112,8	92,8	86,8	89,5	111,8
ESTADOS		14,4	14,5	19,4	32,6	35,1	55,6	65,4	66,7	72,1	80,5	73,3	99,3	87,8	100,0	83,2	92,5	76,1	71,1	73,3	91,6
MUNICÍPIOS		16,6	17,0	22,2	36,9	39,8	63,0	74,0	75,6	81,5	99,1	83,0	101,8	99,5	100,0	91,3	104,3	86,2	88,6	83,1	103,9
IUM		0,0	0,0	0,0	9,5	17,9	31,6	42,2	51,2	69,5	79,1	84,6	86,1	95,9	100,0	74,5	85,5	69,4	75,3	87,6	126,5
ESTADOS		0,0	0,0	0,0	9,4	18,0	31,6	42,0	51,1	68,7	79,3	84,8	86,2	94,8	100,0	74,5	85,4	69,4	75,2	87,6	126,1
MUNICÍPIOS		0,0	0,0	0,0	10,1	17,7	31,8	42,8	51,5	69,8	78,4	84,0	85,9	95,7	100,0	74,6	85,7	68,4	75,4	87,9	128,0
ISTR		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,5	85,3	84,5	88,4	100,0	95,7	95,5	75,7	66,1	74,0	200,5
TRU		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	76,2	81,0	85,1	87,1	93,4	94,2	98,4	100,0	15,5	20,7	20,6	14,4	12,5	0,0
TOTAL ESTADOS		23,7	38,9	37,2	42,9	47,0	53,9	75,1	79,3	79,2	110,8	111,0	116,9	114,8	100,0	82,6	89,8	77,1	80,5	116,5	142,4
TOTAL MUNICÍPIOS		29,1	54,4	25,6	43,4	44,2	52,1	58,7	55,0	61,7	91,5	95,5	102,4	103,4	100,0	102,7	110,4	102,2	119,1	195,5	266,5
TOTAL		25,5	44,0	36,7	43,1	46,1	53,3	69,7	74,6	73,4	104,4	105,9	112,1	112,7	100,0	89,2	96,6	85,7	93,2	142,6	182,4

FONTE: SEF/MF - IN REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
 - IPEA - SÉRIE "RECEITA DA UNIÃO" - 1972/83  
 REVISTA "FINANÇAS DO BRASIL" - VÁRIOS NÚMEROS  
 DESPESAS DA RECEITA TRIBUTÁRIA - DRT/1977-86

TABELA 1.19  
 TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS  
 AOS ESTADOS DE 1985  
 1985

(EM %)

	FPE	FE	IULC	IUCE	IUH	TRU	ISTR	TOTAL
NORTE	76,0	10,5	1,9	5,7	4,7	0,2	0,2	100,0
AC	81,2	14,6	0,5	1,6	0,0	0,1	0,1	100,0
AM	57,0	13,4	3,8	11,7	12,0	0,5	0,2	100,0
PA	73,6	11,8	2,6	0,1	3,3	0,3	0,3	100,0
AP	91,0	4,3	0,5	1,5	2,7	0,1	0,0	100,0
RO	77,4	6,6	1,3	3,4	0,2	0,3	0,2	100,0
RR	91,4	4,4	1,0	3,0	0,0	0,1	0,1	100,0
NORDESTE	70,0	11,9	1,6	5,2	1,3	0,5	0,5	100,0
MA	72,9	20,6	1,2	4,5	0,2	0,2	0,4	100,0
PI	60,3	24,3	1,2	4,5	0,0	0,2	0,5	100,0
CE	63,4	7,6	1,4	5,2	0,3	0,6	0,4	100,0
RN	77,3	14,4	1,3	3,4	2,0	0,4	0,4	100,0
PB	61,0	12,0	1,0	3,0	0,6	0,4	0,42	100,0
PE	82,6	5,9	1,5	5,7	0,3	0,0	0,6	100,0
AL	63,0	12,7	1,2	4,2	6,5	0,4	0,3	100,0
SE	83,4	12,0	1,6	2,3	0,4	0,4	0,3	100,0
BA	77,1	5,0	3,9	0,4	4,3	0,0	0,7	100,0
CENTRO OESTE	66,6	13,1	3,7	10,9	3,2	1,4	1,1	100,0
MT	72,9	7,4	4,4	12,4	1,5	0,7	0,0	100,0
MS	66,0	26,3	3,2	9,0	1,0	1,2	1,0	100,0
GO	66,2	11,7	3,4	10,7	5,5	1,1	1,4	100,0
DF	72,0	0,0	4,7	13,1	1,7	6,3	1,4	100,0
SUDESTE	49,0	2,1	6,1	19,0	14,1	5,0	2,9	100,0
MG	54,0	0,3	3,2	11,9	27,2	1,76	1,7	100,0
ES	61,0	21,7	3,5	7,9	1,7	1,00	2,0	100,0
RJ	62,5	0,0	6,5	20,9	6,4	6,36	1,0	100,0
SP	32,6	0,0	11,9	35,1	13,6	13,6	5,9	100,0
SUL	63,7	1,3	5,0	15,4	7,0	4,3	3,3	100,0
PR	69,5	0,0	5,1	16,1	2,1	3,0	3,4	100,0
SC	53,9	3,5	4,1	11,0	10,5	3,3	2,9	100,0
RS	64,1	0,0	5,5	17,0	4,4	5,5	3,4	100,0
BRASIL	70,4	0,0	2,0	9,5	5,2	1,9	1,2	100,0

FONTE: SEF/MF

TABELA 1.20

TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS  
FEDERAIS AOS MUNICÍPIOS  
1925

(EM %)

	FPE	FE	IULC	IUEE	IUM	TOTAL
<b>NORTE</b>	85,3	0,2	3,2	3,8	4,5	100,0
AC	96,4	0,0	1,6	2,2	0,0	100,0
AM	78,0	0,2	5,4	6,4	10,0	100,0
PA	91,7	0,2	2,8	3,4	1,9	100,0
AP	98,0	0,0	1,7	2,1	5,4	100,0
RO	95,3	0,0	2,7	2,7	9,3	100,0
RR	92,2	0,0	3,4	4,1	0,0	100,0
<b>NORDESTE</b>	81,8	0,9	1,1	1,6	0,6	100,0
MA	95,7	1,4	1,2	1,7	0,1	100,0
PI	97,2	0,0	1,1	1,6	0,0	100,0
CE	96,9	0,3	1,1	1,6	0,1	100,0
RN	117,2	0,1	1,2	1,2	1,4	100,0
PB	93,0	5,1	0,7	1,0	0,2	100,0
PE	103,5	1,8	2,3	3,1	0,2	100,0
AL	97,3	0,1	1,0	1,4	0,2	100,0
SE	95,9	1,0	1,9	1,0	0,2	100,0
BA	93,0	0,1	1,0	2,0	1,5	100,0
<b>CENTRO OESTE</b>	91,0	3,1	2,3	2,6	1,1	100,0
MT	86,4	5,1	3,7	4,1	0,7	100,0
MS	86,3	0,6	2,3	2,5	0,4	100,0
GO	70,7	0,7	1,6	1,5	1,4	100,0
DF	84,9	0,0	6,0	7,3	1,4	100,0
<b>SUDESTE</b>	90,1	0,1	2,2	2,7	2,8	100,0
MG	91,4	0,1	1,2	1,7	5,7	100,0
ES	95,0	0,1	2,0	1,7	0,5	100,0
RJ	91,0	0,0	4,3	5,3	0,7	100,0
SP	93,2	0,1	2,8	3,2	0,7	100,0
<b>SUL</b>	94,6	0,9	1,5	1,7	1,3	100,0
PR	96,5	0,0	1,4	1,7	0,3	100,0
SC	92,5	3,6	1,2	1,4	3,3	100,0
RS	95,3	0,2	1,7	2,0	0,9	100,0
<b>BRASIL</b>	93,5	0,8	1,8	2,2	1,0	100,0

FONTE: SEF/ME

TABELA 1.21  
TRANSFERENCIA DE IRMUNDO FEDERAIS - TOTAL  
1967 a 1986

( EM R )

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>NORTE</b>	7,9	9,0	9,9	13,0	11,2	10,3	9,9	10,0	9,9	10,1	10,1	9,4	9,3	9,0	10,0	111,5	11,3	13,3	13,6	12,7
AC	1,0	1,5	1,2	1,6	1,2	1,2	1,0	1,1	1,1	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	1,3	1,4	1,4	1,8	1,9	1,7
AM	3,1	3,3	3,6	4,1	38,3	3,5	3,1	3,1	3,0	3,2	3,1	2,9	2,7	2,4	2,7	2,6	2,6	2,7	2,7	2,5
PA	3,7	3,8	4,7	4,7	42,8	43,5	3,9	3,9	3,8	4,0	3,9	3,8	3,7	3,5	3,7	3,9	4,0	4,3	4,5	4,4
AP	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,3	0,5	0,0	0,9	0,9	1,0	1,6	1,7	1,4
RO	0,1	0,1	0,3	1,2	0,7	0,0	0,7	0,8	0,8	0,9	0,7	0,8	0,6	0,7	1,1	1,2	1,3	1,3	1,7	1,8
RR	0,1	0,0	0,2	1,4	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7	0,7	0,7	0,5	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
<b>NORDESTE</b>	34,7	35,2	35,2	33,7	32,6	32,6	29,7	30,1	29,3	30,3	31,5	35,1	35,5	35,5	39,3	39,0	39,0	38,2	39,7	40,4
MA	4,4	4,7	4,9	5,4	4,0	4,5	4,6	4,0	3,9	3,3	3,0	4,0	3,9	4,0	4,4	4,7	4,6	4,6	5,1	5,1
PI	3,4	2,4	2,6	2,8	2,6	2,6	0,2	2,4	2,4	2,7	2,9	3,3	2,9	2,7	3,2	3,0	2,9	2,0	3,1	3,1
CE	5,1	5,1	3,9	3,9	3,9	4,1	3,7	3,7	3,6	3,9	4,1	4,8	4,8	4,0	5,5	5,1	5,1	5,0	5,2	5,5
RN	1,9	1,9	1,0	1,0	2,0	2,0	1,0	1,0	1,0	2,0	2,2	2,7	2,7	2,6	2,9	2,9	2,0	2,0	2,9	3,1
PB	2,7	2,8	2,7	2,6	2,7	2,7	2,4	2,5	2,4	2,4	2,6	3,0	3,1	3,1	3,5	3,5	3,5	3,7	3,8	3,7
PE	5,2	5,0	4,5	4,5	4,5	4,6	4,3	4,3	4,2	0,6	4,3	4,9	5,0	5,0	5,3	5,3	5,4	5,4	4,6	5,4
AL	1,0	1,9	1,0	1,9	1,9	1,9	1,7	1,7	1,7	1,0	1,8	2,2	2,2	2,2	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,9
SE	1,4	1,7	1,0	1,9	1,7	1,7	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,9	1,9	2,0	2,2	2,3	2,3	2,2	0,9	2,5
BA	9,9	9,7	9,2	0,9	0,7	0,7	0,0	0,0	7,8	0,0	0,2	0,5	0,9	9,1	7,8	9,7	9,0	0,0	0,0	9,1
<b>CENTRO OESTE</b>	7,5	6,5	7,3	7,4	7,0	7,2	7,0	7,1	7,0	7,3	7,4	7,0	7,0	7,6	0,1	0,2	7,8	0,5	7,9	7,5
MT	3,0	2,0	3,1	3,1	2,9	3,0	2,0	2,7	2,7	2,9	2,8	2,7	2,2	1,7	1,1	2,0	2,0	2,5	1,8	1,0
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,5	1,7	1,9	1,4	1,6	1,7	1,3
GO	3,0	3,4	3,0	3,6	3,5	3,6	2,2	3,6	3,5	3,7	3,9	3,6	3,7	3,8	3,9	3,9	24,0	4,0	4,0	4,0
DF	0,0	0,4	0,5	0,7	0,5	0,6	0,0	0,0	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,4	1,3	0,5	0,4	0,4	0,4
<b>SUDESTE</b>	35,0	33,5	35,1	32,2	34,9	34,9	38,4	37,9	30,0	37,2	36,2	34,0	33,1	32,6	27,6	23,3	29,4	27,4	26,3	27,0
MG	12,0	7,9	11,1	10,3	11,6	11,0	11,4	11,6	12,5	13,1	12,2	11,5	11,4	11,0	1,1	11,6	11,7	11,9	11,6	11,6
ES	2,0	2,1	2,6	3,0	2,5	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3	2,2	2,0	1,9	1,9	1,7	1,9	1,9	1,0	1,0	1,7
RJ	6,7	6,1	6,9	7,1	6,6	6,3	7,3	6,0	6,7	6,1	5,8	5,6	5,6	5,0	3,9	3,9	3,0	3,6	3,5	3,5
SP	14,2	12,7	14,7	11,0	14,2	14,5	17,6	17,1	17,5	16,7	16,0	14,9	14,2	13,0	0,4	10,9	11,0	10,1	9,4	9,9
<b>SUL</b>	14,0	15,7	14,2	12,0	14,2	14,1	15,0	15,0	15,0	15,0	14,0	14,5	14,4	14,5	14,2	13,4	13,5	12,7	12,5	12,6
PR	6,2	6,9	6,0	5,5	5,9	5,6	6,0	6,0	6,0	6,5	6,1	6,1	6,1	6,1	6,2	5,4	5,5	5,0	5,0	5,0
SC	2,9	3,1	2,9	2,5	2,0	3,0	3,0	3,1	3,1	3,2	3,0	3,0	3,1	3,2	3,2	3,4	3,2	3,1	3,0	2,9
RS	6,0	5,7	5,4	4,9	5,5	5,5	6,0	5,9	5,0	5,7	5,5	5,3	5,2	5,1	4,0	4,7	2,8	4,6	4,5	4,9
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE : SEF/MF - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
SEF/MF - "DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA"

TABELA 1.22  
TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS AOS ESTADOS  
1967 A 1986

EM %

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>NORTE</b>	9,2	11,1	11,5	12,9	13,1	11,9	11,8	11,3	11,0	11,3	11,5	10,8	10,7	11,7	14,0	14,4	14,8	18,0	19,4	19,8
AC	1,3	2,2	1,5	1,5	1,5	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5	1,5	1,9	2,0	2,0	2,7	3,1	2,8
AM	3,8	4,4	4,3	4,3	4,3	4,2	3,5	3,5	3,4	3,7	3,6	3,3	3,2	2,9	3,4	3,3	3,4	3,5	3,7	3,4
PA	4,1	4,5	4,8	4,6	4,9	4,9	4,2	4,2	4,0	4,3	4,3	4,1	4,0	3,8	4,2	4,4	4,7	5,1	5,6	5,5
AP	0,0	0,0	0,1	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,3	0,6	1,0	1,3	1,3	1,4	2,5	2,8	2,3
RO	0,0	0,0	0,3	0,9	0,8	0,9	0,7	0,9	0,8	0,7	0,9	0,7	0,8	1,4	1,7	1,7	1,8	2,5	2,4	2,3
RR	0,0	0,0	0,3	1,0	1,0	1,0	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,6	0,6	1,1	1,5	1,5	1,5	1,7	1,8	1,8
<b>NORDESTE</b>	35,4	36,3	34,1	32,9	33,5	33,1	29,9	29,3	28,5	29,9	31,2	36,0	36,4	36,1	41,9	42,0	42,5	41,8	44,1	45,1
MA	4,6	5,1	5,4	5,3	5,2	4,9	4,2	4,3	4,1	3,9	4,0	4,2	4,1	4,3	4,0	5,2	5,2	5,4	6,1	6,1
PI	2,5	2,6	2,8	2,7	2,5	2,3	2,4	2,5	2,4	2,9	3,2	3,7	3,1	2,6	3,6	3,4	3,3	3,5	3,7	3,8
CE	5,4	5,5	3,8	3,8	3,9	4,0	3,5	3,5	3,4	3,7	2,9	4,0	4,0	4,6	5,9	5,5	5,6	5,5	5,9	6,2
RN	1,6	1,8	1,7	1,8	2,0	1,9	1,7	1,7	1,7	1,9	2,1	2,8	2,8	2,6	3,0	3,1	3,1	3,1	3,2	3,6
PB	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,2	2,3	2,2	2,3	2,5	3,0	3,2	3,1	3,6	3,6	3,7	4,1	4,0	4,0
PE	5,2	5,0	4,4	4,3	4,4	4,4	4,1	4,1	4,0	4,1	4,1	4,8	5,1	4,9	5,4	5,5	5,7	5,6	6,2	5,7
AL	1,8	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,8	1,8	2,3	2,2	2,3	2,8	2,8	2,9	2,9	3,1	3,4
SE	1,5	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7	2,1	2,2	2,3	2,7	2,8	2,8	2,8	3,0	3,3
BA	10,1	10,0	9,3	8,8	8,7	8,7	7,7	7,7	7,5	7,7	7,9	8,3	8,9	9,0	10,0	10,1	10,4	8,9	9,0	9,2
<b>CENTRO OESTE</b>	8,2	8,8	7,7	7,4	7,2	7,4	7,1	7,1	7,1	7,3	7,4	6,8	7,9	7,7	8,6	8,6	7,8	8,6	8,8	7,3
MT	3,3	3,2	3,3	3,2	3,1	3,2	2,9	2,8	2,8	3,0	2,8	2,7	2,6	1,9	2,6	2,4	2,2	3,0	2,1	2,1
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,5	1,9	2,0	1,4	1,5	10,1	1,2
GO	3,8	3,1	3,8	3,6	3,4	3,5	3,3	3,4	3,4	3,5	3,7	3,3	3,4	3,5	3,5	3,6	3,5	3,5	3,5	3,5
DF	1,1	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5
<b>SUDESTE</b>	24,6	31,8	34,1	33,9	32,8	34,1	39,2	38,5	39,6	37,6	36,5	33,7	32,5	32,0	24,4	24,5	24,2	22,3	26,1	26,9
MG	10,5	10,8	9,6	10,1	10,3	10,7	10,3	10,5	11,5	11,2	11,3	2,7	10,0	10,3	9,5	9,6	9,6	9,8	9,1	9,2
ES	2,0	2,2	2,9	2,9	2,7	2,5	2,4	2,4	2,3	2,4	2,3	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7
RJ	7,9	7,4	7,6	7,4	7,3	7,0	8,2	7,8	7,5	6,7	6,5	6,3	6,3	5,8	4,1	4,1	4,1	3,6	3,6	3,8
	13,6	11,3	14,0	13,6	13,5	13,9	13,3	17,9	16,3	17,3	16,5	15,1	14,3	14,0	8,7	8,8	6,6	7,1	5,6	6,2
<b>SUL</b>	13,1	14,0	12,6	12,7	12,4	12,4	13,9	13,8	13,9	13,8	13,4	12,0	12,4	12,4	11,1	10,8	10,7	9,2	8,4	8,6
PR	5,2	6,3	5,2	5,3	5,0	4,8	5,4	5,4	5,5	5,5	5,5	5,4	5,3	5,2	5,0	4,3	4,4	3,4	3,2	3,4
SC	2,5	2,6	2,6	2,5	2,4	2,7	2,8	2,8	2,9	2,9	4,2	2,6	2,6	2,8	2,6	2,8	2,6	2,4	2,1	2,0
RS	5,6	5,1	4,9	4,9	4,9	4,9	5,7	5,6	5,5	5,4	8,0	4,8	4,5	4,4	3,6	3,7	3,7	3,4	3,1	3,2
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE : SEF/MF - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VARIOS NÚMEROS  
SEF/MF - "DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA"

TABELA 1.23  
 TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS AOS MUNICÍPIOS  
 1967 A 1986

(EM %)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>NORTE</b>	5,9	5,8	6,5	15,5	7,2	7,1	7,0	6,9	7,0	7,1	6,8	6,3	6,1	5,9	5,6	6,1	6,1	6,9	6,8	6,8
AC	0,5	0,5	0,4	1,7	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
AM	1,9	1,7	2,2	3,7	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	2,1	2,0	1,8	1,7	1,7	1,4	1,5	1,4	1,7	1,6	1,5
PA	3,0	2,9	3,1	4,6	3,1	3,2	3,2	3,1	3,1	3,2	3,2	0,3	2,9	2,9	2,8	3,1	3,1	3,2	3,2	3,3
AP	0,2	0,1	0,1	1,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4
RO	0,2	0,2	0,3	1,9	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,6	0,1	0,7	0,8
RR	0,2	0,1	0,1	2,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
<b>NORDESTE</b>	33,7	33,7	31,4	35,3	30,8	31,5	31,6	31,9	31,3	31,3	32,1	33,1	33,6	34,2	35,1	34,1	33,7	33,3	34,5	35,2
MA	4,0	4,1	3,8	5,5	3,8	3,4	3,5	3,5	3,4	3,4	3,5	3,5	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,7	3,8	4,0
PI	0,0	2,2	2,1	2,9	2,1	2,2	2,2	2,3	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,4	2,4
CE	4,6	4,6	4,0	4,2	4,0	4,2	4,2	4,3	4,1	4,3	4,4	4,7	4,7	4,8	5,0	4,5	4,4	4,4	0,5	4,8
RN	2,2	2,1	1,9	1,9	2,0	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,3	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
PB	3,0	3,1	2,8	2,7	2,8	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,9	3,0	3,1	3,2	3,3	3,3	26,5	3,2	3,5	3,3
PE	5,1	5,0	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,9	4,8	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,2	5,1	5,0	5,0	2,5	5,1
AL	1,9	2,0	1,8	2,0	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9	1,8	1,9	2,0	1,8	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,2	2,3
SE	1,3	1,4	1,3	2,0	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
BA	9,4	9,3	9,0	19,3	8,6	8,8	8,8	8,8	8,7	8,7	8,9	9,0	9,1	9,3	9,4	9,0	8,9	8,6	8,7	9,1
<b>CENTRO OESTE</b>	6,5	6,2	6,6	7,3	6,7	6,9	7,0	6,9	6,9	7,4	7,4	7,4	7,5	7,4	7,3	7,3	7,9	8,3	7,8	7,7
MT	2,4	2,3	2,5	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5	2,6	2,8	2,7	2,7	1,4	1,2	1,2	1,5	1,7	1,8	1,5	1,5
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,3	1,5	1,4	1,5	1,7	1,5	1,4
GO	3,3	3,2	3,9	3,6	3,8	3,7	4,0	4,0	4,0	4,3	4,3	4,4	4,4	4,5	4,4	4,4	4,5	4,6	4,6	4,6
DF	0,3	0,1	0,3	1,0	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
<b>SUDESTE</b>	36,7	35,9	37,4	28,8	37,4	36,7	36,5	35,2	36,9	36,2	35,5	34,8	34,4	33,8	33,0	34,5	34,6	34,1	33,6	33,2
MG	14,6	15,0	14,1	10,9	14,6	14,1	14,1	14,4	15,0	14,4	14,5	14,5	14,5	14,9	14,7	15,0	14,8	14,7	14,6	14,2
ES	2,2	2,1	2,1	3,2	2,1	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9	1,7	1,7	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8
RJ	4,9	4,2	5,3	6,4	5,2	4,9	4,9	4,6	4,6	4,5	4,2	4,1	4,0	3,5	3,2	3,5	3,4	3,5	3,3	3,3
SP	15,1	14,8	16,1	8,4	15,7	15,0	15,6	15,3	15,4	15,4	14,8	14,5	14,1	13,6	11,4	14,2	14,5	14,1	13,7	14,0
<b>SUL</b>	17,5	18,2	17,7	13,0	18,1	17,8	17,9	18,0	17,9	18,1	18,2	18,4	18,5	18,7	19,1	17,6	17,6	17,4	17,4	17,0
PR	7,3	7,9	7,7	5,9	7,7	7,3	7,4	7,4	7,4	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0	8,1	7,1	7,2	7,0	7,0	6,8
SC	3,5	3,8	3,5	2,4	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8	3,8	3,9	4,0	4,0	4,1	4,2	4,6	4,1	4,0	4,2	4,0
RS	6,7	6,6	6,5	4,7	6,7	6,8	6,8	6,8	6,7	6,7	6,6	6,6	6,6	6,6	6,8	6,3	6,3	6,3	6,2	6,2
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE : SEF/MF - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
 SEF/MF - "DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA"

TABELA 1.24  
 GRAU DE DEPENDENCIA DOS ESTADOS - POR REGIOES -  
 EM RELACAO AS TRANSFERENCIAS FEDERAIS (\*)  
 1970/86

(EM %)

REGIAO	ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
NORTE		139,1	146,3	149,2	143,8	156,9	125,8	117,6	152,4	142,4	125,4	91,8	92,4	101,8	94,2	98,8	120,4	95,2
NORDESTE		64,6	69,6	69,5	66,8	63,8	59,9	81,6	71,7	71,8	64,5	53,8	50,5	51,6	48,6	46,7	59,9	61,2
CENTRO OESTE		29,6	30,8	28,5	29,9	30,9	39,2	35,2	35,3	31,4	32,6	25,6	23,2	23,3	13,9	19,8	21,2	19,3
SUDESTE		6,5	6,7	7,5	10,1	9,7	9,6	13,8	12,6	10,5	10,1	8,7	5,9	6,8	6,1	5,8	6,2	5,9
SUL		11,3	11,8	11,5	14,5	14,5	13,4	18,8	17,9	16,6	15,6	12,7	9,8	9,8	8,7	7,9	8,5	8,6
BRASIL		10,7	10,7	15,5	18,8	17,6	16,9	23,6	22,8	21,8	20,5	17,5	15,1	15,3	15,1	15,3	18,3	16,6

FONTE: SEF/NF - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
 - DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - DRT

Obs: (\*) TRANSFERÊNCIAS DE TRIBUTOS FEDERAIS / RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

TABELA 1.25  
 RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS NAS TRÊS ESFERAS  
 DO GOVERNO  
 1966 A 1985 (EM Z)

	UNIAO	ESTADOS	MUNICIPIOS	TOTAL
1966	48,6	46,3	13,1	108,0
1967	36,9	45,2	17,9	100,0
1968	48,6	42,6	16,9	108,0
1969	45,8	39,8	14,4	100,0
1970	45,7	39,6	14,7	100,0
1971	47,7	38,4	13,9	100,0
1972	49,7	36,5	13,8	100,0
1973	49,1	37,1	13,7	100,0
1974	58,2	36,2	13,6	108,0
1975	58,3	36,0	13,7	108,0
1976	51,4	31,4	14,3	100,0
1977	58,2	31,8	15,0	100,0
1978	47,3	36,7	16,0	100,0
1979	47,5	36,3	16,2	100,0
1980	49,8	35,5	15,2	100,0
1981	49,2	34,9	15,9	100,0
1982	48,0	35,7	16,3	100,0
1983	48,4	35,2	16,4	100,0
1984	46,8	36,5	16,7	100,0
1985	44,7	37,5	17,8	100,0

FONTE: BALANÇOS DA UNIAO DOS ESTADOS E DF E DOS  
 MUNICIPIOS,  
 BANCO DO BRASIL S/A.  
 DNEM/MT E INCRA/PA.  
 REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS.

ANEXO 1.20  
RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS DOS ESTADOS  
1967 a 1984

(EM %)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
<b>NORTE</b>	1,8	2,5	2,5	2,8	2,9	3,0	2,9	2,8	2,9	2,6	3,5	3,3	3,3	3,4	3,6	3,7	3,9	4,7	5,4
AC	0,2	0,4	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6
AM	0,8	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,4	1,5
PA	0,9	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,1	1,2	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,6	1,8
AP	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,5
RO	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	1,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7
RR	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	1,6	1,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,3
<b>NORDESTE</b>	11,5	11,7	11,1	10,6	10,9	11,2	11,4	11,7	11,3	13,2	14,0	15,7	16,6	16,1	17,3	17,2	17,9	18,3	19,2
MA	0,9	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,2	1,3	1,2	1,4	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,6
PI	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	1,0
CE	1,6	1,6	1,3	1,2	1,3	1,3	1,4	1,3	1,2	1,5	1,5	1,7	2,0	1,9	2,1	2,1	2,1	2,2	1,3
RN	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,8	0,8	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0
PB	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,1	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3
PE	2,0	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,5	2,9	3,1	3,2	3,2	3,4	3,4	3,4	3,4	3,6
AL	0,7	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4
SE	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
BA	3,2	3,3	0,3	3,1	3,0	3,2	3,3	3,4	3,3	3,8	4,1	5,0	5,4	5,3	5,4	5,4	6,0	6,2	6,1
<b>CENTRO OESTE</b>	4,4	3,9	4,1	4,3	4,3	4,8	5,1	5,0	4,7	5,4	5,5	5,3	5,9	6,1	6,0	6,1	6,7	7,2	7,0
MT	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3	1,3	1,5	1,4	1,8	1,9	1,8	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,4	1,3
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,6	1,4	1,4	1,4	1,6	1,5
GO	1,6	1,3	1,5	1,8	2,0	2,2	2,1	2,0	2,0	2,2	2,2	2,0	2,3	2,3	2,4	2,4	2,8	3,0	2,8
DF	1,9	1,5	1,6	1,5	1,2	1,3	1,7	1,5	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,4	1,4	1,2	1,4
<b>SUDESTE</b>	68,2	67,7	68,1	67,2	66,1	65,2	64,3	64,3	64,5	61,5	60,7	60,5	59,0	58,5	57,0	55,9	54,2	53,5	52,3
MG	6,4	7,8	7,7	8,1	8,1	7,9	7,7	8,2	8,9	9,3	9,8	9,7	9,5	9,6	9,5	9,2	8,7	9,4	9,5
ES	0,7	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,3	1,3	1,5	1,4	1,7	1,6	1,4	1,5
RJ	15,7	15,3	15,4	14,7	14,5	13,8	13,3	12,7	11,9	11,9	11,7	11,2	10,6	10,3	10,2	9,9	9,5	9,8	8,8
SP	45,4	43,8	44,0	43,5	42,6	43,2	42,2	42,5	42,6	39,1	38,0	38,3	37,5	37,1	36,6	35,8	34,4	32,7	32,4
<b>SUL</b>	14,0	14,2	14,3	15,1	15,8	15,8	16,3	16,0	16,7	16,3	16,3	15,2	15,2	15,9	16,2	17,1	17,3	16,4	16,1
PR	5,5	4,9	4,9	4,8	4,7	5,1	5,4	5,2	5,4	5,8	5,3	4,9	4,7	4,9	5,2	5,6	6,0	5,1	5,0
SC	2,0	2,0	2,0	2,5	2,5	2,7	2,8	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,3	3,5	2,9	3,4	3,1	3,2	3,5
RS	6,6	7,3	7,4	7,8	6,6	8,0	8,1	7,9	8,4	7,7	8,0	7,3	7,3	7,6	8,2	8,1	8,1	8,0	7,6
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEF/MF - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
 - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - VÁRIOS ANOS  
 - DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - SEF/MF

TADELA 1.27  
RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONIVEIS DOS MUNICIPIOS  
1967 A 1985

(EM %)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983 (*)	1984	1985
<b>NORTE</b>	1,9	2,2	2,8	3,9	2,4	2,2	2,2	2,2	2,2	1,8	2,4	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,6	3,2	4,2
AC	0,1	0,19	0,1	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
AM	0,6	0,7	0,7	1,0	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,4	0,8	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	1,0	1,7
PA	1,0	1,2	1,0	1,4	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	0,5	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,5	1,7
AP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	—	0,2
RO	0,1	0,2	0,1	1,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	—	0,4
RR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	—	0,1
<b>NORDESTE</b>	13,7	15,3	13,2	13,8	12,9	13,2	13,2	13,5	12,9	5,7	14,1	14,0	15,0	14,0	15,8	15,5	16,1	17,4	19,2
MA	1,0	1,3	1,0	1,5	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	0,4	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,5
PI	0,6	0,7	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,3	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	1,0
CE	1,8	2,0	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,5	0,7	1,8	1,8	1,8	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	2,4
RN	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,3	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,2
PB	1,1	1,2	1,0	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,4	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	1,3	1,5
PE	3,0	3,2	3,0	2,9	2,8	2,9	3,0	3,0	2,9	1,2	2,9	2,9	2,9	3,0	3,1	3,2	3,2	3,3	3,6
AL	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,3	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,2
SE	0,5	0,5	0,4	0,6	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,2	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8
BA	4,2	4,5	4,3	4,2	4,0	4,1	4,0	4,2	4,1	1,8	4,6	4,6	5,1	4,8	5,0	4,9	5,2	5,7	6,0
<b>CENTRO OESTE</b>	3,1	3,1	2,9	3,0	3,1	3,4	3,3	3,5	3,2	1,5	3,7	3,5	3,8	4,0	5,2	4,9	7,9	6,2	6,2
MT	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3	1,4	1,3	0,6	1,5	1,2	0,6	0,6	0,7	0,8	0,9	1,1	1,1
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	1,0	1,0	1,2	1,2	1,2	1,5	1,3
GO	2,0	2,0	1,8	1,7	1,9	2,0	2,0	2,0	1,8	0,9	2,1	2,0	2,1	2,4	2,5	2,4	2,7	3,1	3,2
DF	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,6	3,3	—	0,7
<b>SUDESTE</b>	65,7	63,2	65,9	63,9	64,8	64,4	63,9	63,8	64,3	26,6	63,7	64,5	63,1	62,3	60,6	60,7	57,2	56,7	53,9
MG	0,2	0,9	0,4	7,5	8,5	8,2	7,9	8,4	8,8	3,7	9,1	9,3	9,1	9,4	9,4	9,2	8,9	10,0	10,4
ES	0,9	1,1	1,0	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3	1,1	0,5	1,3	1,2	1,3	1,6	1,3	1,6	1,5	1,5	1,6
RJ	10,5	10,2	10,7	10,4	9,7	8,8	8,9	8,6	8,9	5,4	13,6	13,7	13,3	12,7	12,6	12,3	11,3	11,4	10,3
SP	45,9	43,0	45,8	44,8	45,5	46,2	46,0	45,0	45,4	17,0	39,7	40,4	39,3	38,7	37,3	37,7	35,5	34,0	31,6
<b>SUL</b>	15,8	16,2	16,1	15,4	17,0	16,6	17,2	16,1	17,5	6,0	16,2	15,9	15,9	16,35	16,1	16,4	16,2	16,4	16,5
PR	6,1	6,4	6,3	5,9	6,1	6,4	6,7	6,6	6,8	2,8	6,4	6,1	5,9	6,2	5,7	5,8	5,9	5,9	5,9
SC	2,4	2,7	2,5	2,3	2,5	2,6	2,8	2,8	2,8	1,2	2,9	2,9	3,1	2,2	2,9	3,2	3,0	3,2	3,5
RS	7,3	7,1	7,3	7,2	8,3	7,7	7,8	7,7	7,9	2,9	6,9	6,8	7,0	7,1	7,5	7,4	7,3	7,3	7,2
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEF/ME - REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS - VÁRIOS NÚMEROS  
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - VÁRIOS ANOS  
- DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - SEF/ME

OBS: (\*) - DESAGREGAÇÃO ESTIMADA PARA 1984

TABELA 1.29  
GRAU DE IMPORTANCIA DAS OPERACOES DE CREDITO NA  
RECEITA TOTAL DOS ESTADOS (\*)  
1967 A 1984

(EM %)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
NORTE	5,0	1,1	0,3	—	1,7	—	1,0	0,4	—	3,2	2,0	6,2	1,1	3,7	2,7	7,6	2,1	0,76
AC	—	—	—	—	—	—	7,7	3,1	—	1,3	3,0	0,9	0,8	—	—	—	—	1,9
AM	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5,5	3,6	13,0	—	5,4	4,5	16,4	1,8	0,6
PA	0,1	2,4	0,6	—	3,6	—	—	—	—	2,2	2,2	1,6	2,2	3,0	1,5	4,8	5,9	1,2
AP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,5	36,4	—
RR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
NORDESTE	2,0	1,9	2,1	6,7	3,3	3,2	7,7	13,6	10,1	14,7	4,6	0,8	14,0	15,5	10,0	12,3	9,2	13,1
MA	—	—	—	0,2	—	21,3	0,0	13,2	21,6	5,2	0,8	—	4,2	25,7	33,6	23,4	3,1	0,5
PI	—	—	4,4	2,7	10,3	4,2	23,9	16,4	2,4	—	3,8	20,9	0,1	0,0	—	5,3	6,6	0,5
CE	5,8	2,2	1,0	9,4	6,0	—	—	—	—	10,3	—	—	—	27,1	19,0	15,7	1,0	6,5
RN	—	5,2	—	2,0	—	5,3	14,7	10,4	5,9	17,3	3,7	1,8	—	15,6	2,5	20,0	2,5	3,0
PB	24,1	0,0	13,8	23,3	5,1	2,2	17,1	6,9	6,5	10,5	6,6	3,3	1,1	15,7	13,4	16,0	25,8	16,0
PE	—	4,1	2,8	2,6	7,1	0,7	0,7	1,1	3,6	13,7	3,3	16,5	21,2	13,9	14,3	0,9	9,3	17,0
AL	—	4,7	0,2	—	—	—	2,1	7,7	6,9	16,3	1,4	2,2	1,5	17,0	10,6	0,5	0,0	13,9
SE	—	—	—	—	—	0,1	12,2	—	2,5	—	0,1	1,1	0,4	11,4	12,9	3,7	2,5	3,5
BA	—	—	0,3	0,5	—	—	2,9	22,0	16,0	23,8	0,9	15,2	24,6	9,6	22,9	12,7	11,5	17,3
CENTRO OESTE	2,4	—	0,2	0,4	—	3,5	3,0	4,1	15,4	0,1	3,8	0,4	5,3	0,4	9,1	0,7	16,6	17,1
MT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9,3	—	3,3	1,5	9,9	13,1	9,6	15,4	40,3
MS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9,8	0,1	23,0	4,1	5,7
GO	3,6	—	0,6	1,4	—	0,9	1,0	10,7	23,4	9,5	7,3	12,9	2,3	13,9	15,6	6,4	0,8	16,0
DF	2,3	—	—	—	—	—	—	—	1,2	6,1	2,7	7,3	3,0	0,9	2,1	2,2	1,6	2,4
SUDESTE	0,1	1,3	7,7	0,9	7,0	0,0	7,6	7,6	17,0	19,1	7,2	9,6	10,5	10,2	10,0	11,2	7,9	5,7
MG	—	6,5	1,3	4,1	12,6	26,5	16,5	11,9	16,3	14,7	5,0	11,5	14,4	11,4	10,6	12,9	22,2	—
ES	4,2	3,9	0,8	7,8	3,9	0,3	22,3	12,7	2,8	23,1	4,4	31,1	0,4	5,6	4,8	3,6	5,8	6,5
RJ	0,0	1,9	6,5	1,9	3,0	—	—	1,7	22,0	10,1	12,1	9,6	10,3	19,3	13,6	20,5	5,7	0,7
SP	0,1	—	9,1	—	0,3	0,6	0,0	0,2	15,0	15,0	6,3	0,1	9,0	7,1	10,2	6,3	3,6	3,4
SUL	4,5	5,2	2,9	4,4	9,5	5,3	6,0	0,3	16,5	14,1	7,9	20,2	17,4	11,2	15,9	17,7	15,0	17,6
FP	0,2	1,9	3,1	0,5	10,1	—	—	4,2	11,3	10,8	2,5	17,0	10,7	5,1	0,2	7,2	14,4	11,0
SC	5,0	14,3	0,4	—	12,7	14,3	1,3	5,9	22,5	17,3	10,5	25,0	16,7	11,1	23,0	24,9	22,3	13,4
RS	7,0	6,4	3,5	5,8	2,9	5,0	5,0	11,5	16,9	15,1	10,1	19,3	10,1	14,7	17,7	20,6	12,3	22,2
BRASIL	1,2	2,0	6,0	3,9	6,3	7,2	6,4	0,0	15,7	14,6	6,7	11,1	11,5	10,9	12,6	12,2	10,0	10,2

FONTE: SEF / MF - ANUARIO ESTADISTICO DO BRASIL - VARIOS NUMEROS  
- REVISTA DE FINANÇAS PUBLICAS - No. 346

OBS: (\*) OPERACOES DE CREDITO/RECEITA TOTAL

TABELA 1.29  
 GRAU DE DEPENDENCIA DOS ESTADOS EM  
 RELACAO AS OPERACOES DE CREDITO (\*)  
 1967 A 1984

(EM %)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>NORTE</b>	8,1	3,0	8,5	—	4,6	—	2,9	6,9	—	5,0	4,7	16,7	2,9	9,1	6,3	25,3	5,8	1,9
AC	—	—	—	—	—	—	66,7	25,6	—	9,8	29,9	9,1	7,6	—	—	—	—	21,4
AM	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13,4	9,2	32,1	27,0	11,6	10,2	41,4	1,8	6,9
PA	13,5	5,3	1,3	—	8,6	—	—	—	—	4,2	5,8	4,2	5,4	7,0	3,4	18,2	5,9	2,5
AP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13,6	20,6	—
RR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>NORDESTE</b>	4,4	3,2	3,1	12,3	6,4	6,0	14,4	27,0	28,5	22,3	7,1	17,7	28,8	30,2	35,6	25,9	18,2	27,5
MA	—	—	—	0,4	—	67,8	21,7	31,8	72,8	14,9	2,4	28,2	13,1	99,2	158,3	85,5	18,0	25,5
PI	—	—	38,0	8,3	41,5	32,8	84,5	55,7	9,5	—	14,3	12,7	8,2	58,7	—	19,3	25,8	1,7
CE	8,5	4,0	2,2	15,5	15,0	—	—	—	—	22,0	—	—	—	64,0	42,6	31,2	1,7	11,1
RN	—	8,7	—	3,7	—	12,9	31,6	19,7	13,5	39,4	8,6	5,8	—	39,4	5,9	57,3	6,1	7,8
PB	43,7	3,9	69,1	55,8	11,1	4,4	32,2	14,6	23,5	23,5	15,3	6,8	0,0	36,0	31,4	41,1	69,8	47,3
PE	—	5,2	2,5	3,6	10,0	0,9	12,0	14,9	5,5	21,6	4,7	16,2	38,9	23,3	26,1	15,2	14,6	32,3
AL	—	7,6	1,0	—	—	—	3,6	12,5	11,0	18,8	8,2	3,9	2,6	33,2	17,9	0,8	13,3	27,6
SE	—	—	—	—	—	—	35,3	—	7,2	—	0,4	2,9	1,2	38,3	40,2	16,2	8,2	11,6
BA	—	—	0,3	17,6	—	—	5,2	58,8	35,4	38,3	17,5	28,7	49,9	17,0	49,6	25,8	28,4	21,6
<b>CENTRO OESTE</b>	6,2	—	1,3	0,8	—	6,4	0,8	7,7	39,7	4,4	2,0	4,5	11,7	17,4	18,2	17,6	35,9	34,8
MT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16,7	—	4,9	55,7	27,0	33,6	25,1	42,4	127,4
MS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13,2	13,0	41,8	102,6	0,2
GO	5,0	—	2,5	1,9	—	13,3	0,2	18,8	89,0	17,4	14,7	26,0	4,3	24,9	24,3	8,8	12,2	26,2
DF	10,0	—	—	—	—	—	—	—	—	3,3	1,8	7,2	19,2	10,7	2,7	6,0	6,2	5,8
<b>SUDESTE</b>	0,2	1,5	6,9	0,8	9,9	11,3	9,9	9,8	24,8	11,5	5,3	7,8	14,4	13,6	14,7	15,2	9,9	7,1
MG	—	9,4	1,6	1,1	18,3	48,5	23,6	19,4	27,8	25,9	7,8	18,7	24,5	18,1	16,4	19,9	37,9	—
ES	6,9	7,3	2,8	1,0	7,2	8,5	21,1	22,4	5,4	47,3	7,4	69,7	0,6	7,6	7,2	5,0	8,2	14,3
RJ	0,0	2,2	3,2	2,3	4,8	2,3	0,0	2,2	35,4	27,6	18,1	13,4	14,2	34,6	19,3	36,8	6,9	0,4
SP	0,1	—	7,1	12,2	2,7	0,5	9,8	10,1	21,8	21,0	8,2	10,4	12,7	8,9	13,2	8,6	4,7	16,1
<b>SUL</b>	5,3	7,6	4,0	9,3	12,2	6,6	3,5	10,9	23,8	18,2	9,2	21,1	21,2	15,5	24,2	27,4	22,1	26,2
FR	0,2	2,3	7,6	16,4	25,9	—	—	5,2	15,0	1,4	3,0	28,8	29,0	6,9	12,0	9,6	20,0	16,2
SC	7,3	28,9	7,3	—	17,2	28,8	1,7	7,8	39,6	27,8	15,4	45,0	28,5	15,2	37,6	40,1	38,2	22,1
RS	8,7	7,6	3,6	4,0	3,3	6,3	6,4	15,7	24,5	21,5	13,5	28,0	12,7	21,0	26,9	34,1	17,8	14,7
<b>BRASIL</b>	1,5	2,5	7,8	0,1	9,7	9,8	8,7	11,2	24,7	22,1	9,9	16,8	17,7	16,2	19,5	19,1	14,8	15,1

FONTE: SEF / MF - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL - VARIOS NUMEROS  
 - REVISTA DE FINANÇAS PUBLICAS - VARIOS NUMEROS  
 (\*) OPERACOES DE CREDITO/RECEITA TRIBUTARIA

TABLETA 1.30  
DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - ADM-DIRETA (R\$)

REGIÕES/ESTADOS	ESTADOS									MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS								
	INTERNAS					EXTERNA		TOTAL		INTERNAS					EXTERNA		TOTAL	
	TÍTULOS	CONTRATOS	TOTAL			US\$ MILHÕES	%	US\$ MILHÕES	%	TÍTULOS	CONTRATOS	TOTAL			US\$ MILHÕES	%	US\$ MILHÕES	%
			CZS MILHÕES	US\$ MILHÕES (**)	%							CZS MILHÕES	US\$ MILHÕES	%				
NORTE	—	2344	2344	161	43,2	170	51,8	334	188,0	—	81	81	6	14,3	39	85,7	39	189,0
AC	—	113	113	8	100,0	—	—	8	100,0	—	1	1	0	100,0	—	—	—	100,0
AM	—	612	612	42	25,1	125	74,9	167	129,0	—	61	61	4	11,2	33	88,8	37	169,0
PA	—	929	929	64	57,0	48	43,0	112	100,0	—	19	19	1	100,0	—	—	1	100,0
RO	—	691	691	47	100,0	—	—	47	100,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
NORDESTE	3341	44586	47927	2267	72,5	1247	27,5	4536	100,0	—	4818	4818	300	96,3	13	3,7	343	100,0
AL	—	3997	3997	274	65,4	47	14,6	224	100,0	—	149	149	10	55,2	8	44,8	17	100,0
BA	2962	24487	26449	1815	36,4	235	13,6	2159	100,0	—	672	672	46	100,0	—	—	46	100,0
CE	342	2717	3059	247	57,7	152	42,3	399	100,0	—	322	322	22	100,0	—	—	22	100,0
MA	—	2371	2371	163	41,2	232	58,8	395	100,0	—	2613	2613	179	100,0	—	—	179	100,0
PB	533	3764	4297	291	64,1	163	35,9	454	100,0	—	179	179	12	100,0	—	—	12	100,0
PE	—	6673	6673	458	74,4	192	29,6	658	100,0	—	499	499	34	87,3	5	12,7	39	100,0
PI	128	639	1417	76	38,3	118	61,2	199	100,0	—	81	81	6	100,0	—	—	6	100,0
RN	316	1237	1553	167	66,8	53	33,2	199	100,0	—	126	126	7	100,0	—	—	7	100,0
SE	—	1932	1932	133	89,8	15	10,2	148	100,0	—	167	167	13	100,0	—	—	13	100,0
SUDESTE	37193	27244	64457	4428	74,1	1385	25,9	5815	100,0	3452	10222	13674	928	74,5	322	25,5	1269	100,0
ES	233	971	1284	82	49,4	121	59,4	284	100,0	—	198	198	14	100,0	—	—	14	100,0
MG	10184	5813	15917	1692	64,4	82	35,6	1675	100,0	—	877	877	42	54,2	52	45,8	113	100,0
RJ	9039	9652	18541	1272	91,6	115	8,4	1385	100,0	1823	2884	3947	263	70,6	112	29,4	379	100,0
SP	17966	18758	26754	1972	78,3	545	21,7	2518	100,0	2429	8243	8672	595	70,3	164	21,7	759	100,0
SUL	12378	13784	26694	1798	68,2	822	31,7	2620	100,0	—	1178	1178	80	100,0	—	—	80	100,0
PR	—	2723	2723	197	29,9	416	70,1	613	100,0	—	536	536	37	100,0	—	—	37	100,0
RS	14363	6433	18796	1152	90,6	16	1,4	1168	100,0	—	469	469	32	100,0	—	—	32	100,0
SC	2826	4539	6565	430	67,5	217	32,5	647	100,0	—	174	174	12	100,0	—	—	12	100,0
CENTRO OESTE	318	9746	10064	698	45,4	831	54,6	1529	100,0	—	556	556	36	88,4	5	11,6	43	100,0
GO	76	3948	4124	276	49,2	297	51,8	573	100,0	—	95	95	7	56,6	5	43,4	12	100,0
MT	—	3689	3689	243	47,3	278	52,2	521	100,0	—	237	237	18	100,0	—	—	18	100,0
MS	234	2159	2424	166	38,6	215	45,4	431	100,0	—	234	234	16	100,0	—	—	16	100,0
TOTAL	53233	97466	150240	10345	69,8	4471	30,2	14816	100,0	3452	16847	20299	1392	89,9	327	19,1	1721	100,0

FONTE: BACEN  
ELABORAÇÃO: SEPLAN/BACEN  
IN: GAZETA MERCANTIL - 21/01/1987

(\*) SALDOS DEVEDORES EM FINAL DE 1986  
(\*\*) CÂMBIO MÉDIO DE 202/1986

TABELA 1.31  
RECEITA ORÇAMENTARIA TOTAL - COMPOSICAO  
1968 A 1985

(EM %)

DISCRIMINACAO	ANOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
REC. ORÇAMENTARIA		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IMPOSTOS		96,0	97,3	90,6	89,1	91,1	84,5	85,9	89,3	83,6	79,7	81,5	80,1	73,3	76,6	74,8	65,9	67,0	70,0
1. IR		21,1	25,8	24,1	23,9	25,7	23,5	21,8	25,5	22,8	24,9	27,3	29,5	25,2	28,3	29,3	30,8	35,7	39,3
2. IPI		49,4	45,6	42,4	40,6	38,6	36,2	36,3	36,1	29,8	27,3	27,9	25,8	21,6	22,1	21,4	16,7	12,2	14,3
3. IULC		15,5	16,1	13,9	13,7	12,0	10,4	8,9	8,6	14,1	12,1	11,1	9,7	4,2	2,6	2,4	1,7	1,3	1,0
4. I.IMP.		7,9	8,0	7,1	6,9	7,4	7,1	8,8	10,0	8,9	7,0	6,9	6,7	7,2	6,1	5,8	4,2	3,7	3,5
5. IREE		0,0	0,0	0,0	2,3	3,0	2,8	2,6	2,9	2,5	2,3	2,7	2,7	1,7	2,7	2,8	2,4	2,1	1,9
6. IUM		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	1,0	0,8
7. IOF		--	--	--	--	3,5	3,8	3,6	4,1	4,2	3,6	3,9	4,7	9,7	12,5	12,1	6,9	9,0	5,3
8. ITRP/C		--	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
9. I.EXP.		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,0	0,0	1,6	0,5	0,1	1,6	1,3	2,2
10. ICM/ITBI		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
11. SEZV.COMUNIC.		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,0
TAXAS		0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	4,3	4,6	4,6	3,9	4,1	4,1	4,2	4,5	3,8	3,3	2,8	2,2	1,6
1. TCU		--	--	0,0	0,0	0,0	3,2	2,9	3,2	2,9	3,0	3,0	3,6	3,4	2,8	2,6	2,1	1,6	1,2
2. TELEGRANIC.		--	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
3. PORTOS		--	--	--	0,0	1,4	1,0	1,7	1,4	0,9	1,1	1,1	1,2	1,2	1,0	0,7	0,6	0,6	0,4
OUTRAS RECEITAS (1)		0,0	0,0	0,4	10,4	6,6	11,3	9,5	7,1	12,5	14,2	14,4	15,7	22,2	19,6	21,9	31,3	30,8	28,4
1. CONTR.SAL.EDUCACAO		--	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,8	0,8	0,7	0,9	0,9	2,2	2,8	2,7	2,0	2,0	2,0
2. COTA PREVIDENCIA		--	--	--	--	--	--	--	--	2,2	3,0	3,0	3,0	2,0	1,6	1,4	1,1	2,4	2,3
3. CONTR.PIN.		--	--	--	2,1	2,5	2,5	2,8	3,2	2,7	2,7	2,7	2,2	1,9	2,2	1,9	1,9	2,1	1,3
4. CONTR.PROTEIDA		--	--	--	--	1,6	1,6	1,9	2,1	1,8	1,8	1,8	1,5	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4	0,9
5. COTA CONTR.S/EXPORT. (CAFE/CACAU) (2)		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3,2	0,4	0,4	3,7	5,5	0,3
6. COTA CONTR.S/ALCOOL E ALCOOL		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,6	1,0	1,3	1,3	1,2
7. FINSOCIAL		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5,4	5,7	5,5
8. SOBRET.ELECOG. (3)		--	--	--	--	--	--	--	--	0,5	1,7	2,5	2,2	1,8	2,2	2,2	1,9	1,7	0,3
9. ADIC.PETROLED/DERIV.		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,7	2,8	2,9	3,8	0,9	0,6	0,4
10. DIVIDENDOS (4)		--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,8	1,6	1,8	1,6	1,4	1,2	0,7	0,4	0,4
11. DIVERSOS (5)		0,0	0,0	7,8	7,9	1,8	6,4	4,2	0,9	4,5	4,4	1,9	3,5	5,4	4,1	6,1	11,1	7,7	13,8
.REC.TRANSITO E A CLASSIF.		--	--	--	--	--	--	1,9	--	0,9	2,3	1,7	1,0	4,1	1,3	2,4	7,8	5,6	11,6

FONTE : BOLETIM DO BANCO CENTRAL - VARIOS NUMEROS

NOTA : (1) P/ COMPATIBILIZACAO DA SERIE, A "COTA DA PREVIDENCIA" FOI CONSIDERADA SEMPRE JUNTO A "OUTRAS RECEITAS".

(2) INCLUIDA NO CRACAMENTO FISCAL SO A PARTIR DE 1980.

(3) DADOS P/ 1976-78 OBTIDOS DO BOLETIM BACEN-DEZ/80 E P/ 1985 OBTIDOS DO INFORMATIVO MENSAL BACEN-JAN/86.

(4) DADOS P/ 1977 OBTIDOS DO BOLETIM BACEN-DEZ/82.

(5) INCLUI AINDA A COTA-PARTE DA CONTRIB.SINDICAL, OPER. DE CREDITO EXTERNAS E INTERNAS, TARIFAS EM GERAL, ETC.

OBS: (\*) NAO DISPONIVEIS DADOS DO IOF-1968/71.

(\*) NAO DISPONIVEIS DADOS DO ITRP-1969/69.

(\*) NAO DISPONIVEL A RESAGREGACAO DE TAXAS PARA 1969/69.

TABELA 1.32  
ETGs DO GOVERNO FEDERAL - INDICADORES DE DISPÊNDIOS E RECURSOS  
1985

(CIS MIL)

ETGs	DISPÊNDIOS DAS ETGs	(I) (II)	REC. DO TES. ETG	(2) (I)	(3) (2)
EXTERIOR (AA)	484427	1,4	336434	83,2	1,4
ENSINA (AA)	766746	2,8	715434	89,8	3,8
DEF (AA)	182118	6,6	118384	38,7	6,5
SUDEPE (AA)	157454	6,7	177658	74,8	6,7
SFEE (FED)	9449915	32,6	9545952	101,0	39,7
IAN (NIC)	245778	0,9	174498	71,0	0,7
IBC (NIC)	253494	0,9	247523	97,6	1,0
INDOS (NI)	359510	1,2	378116	105,2	1,6
SUCAM (NI)	383514	1,3	72512	19,0	6,3
SEEME (NI)	3283581	11,6	1654423	51,6	6,9
OREN (OPE)	191468	0,7	192253	100,4	0,8
FIACRUZ (OS)	287999	0,7	132761	63,8	0,6
FESEP (OS)	422882	1,5	357268	84,5	1,5
IMAN (OS)	523485	1,8	12686	2,4	0,1
ONEC (OT)	4412510	15,2	4252724	96,4	17,7
PIBEC (SEPLAN)	688513	2,4	662671	109,9	2,8
INDRA (GR)	756744	2,6	275828	36,5	1,2
DACS (ORNA)	635632	2,2	587341	79,8	2,1
EBTU (ORNA)	2886437	6,9	1866627	54,2	4,5
DOPA (OCT)	668376	3,0	973538	112,1	4,1
FIEEP (OET)	739849	2,4	589342	71,8	2,1
OCDEPARF (OIR)	324895	1,1	242488	75,0	1,0
SUP-TOTAL	27128968	93,5	23619688	83,4	94,9
TOTAL	29814286	100,0	28669188	83,0	100,0

FONTE: RELATÓRIO ANUAL SEST - 1985

OBS: (1) - DISPÊNDIO DAS ETGs / DISPÊNDIOS TOTAL  
(2) - RECURSOS DO TESOURO DAS ETGs / RECS. TOTAIS DAS ETGs  
(3) - RECURSOS DO TESOURO DAS ETGs / TOTAL DOS RECURSOS DO TESOURO DAS ETGs.

TABELA 1.33

ETGs ESTADUAIS - ESTRUTURA REGIONAL DA DESPESA POR FUNCOES  
1960

(EM %)

FUNCOES	REGIAO NORTE	REGIAO NORDESTE	REGIAO SUDESTE	REGIAO SUL	REGIAO C. OESTE	TOTAL
LEGISLATIVA	--	0,0	--	0,1	0,0	0,0
JUDICIARIA	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	0,1
ADM. E PLANEJ.	6,4	10,7	4,7	8,9	5,0	6,3
AGRICULTURA	5,4	2,4	0,8	1,8	7,5	1,9
COMUNICACOES	0,4	0,3	0,1	--	--	0,1
DEFESA NACIONAL	0,2	0,5	0,0	0,2	0,1	0,1
DESEN. REGIONAL	--	0,7	0,5	--	--	0,4
EDUCACAO E CULT.	9,7	6,08	11,6	13,6	22,8	12,1
ENERGIA E R. N.	0,4	0,0	10,8	0,0	1,2	7,5
HABITACAO E URB.	2,3	5,3	1,2	1,7	1,7	2,0
INDUSTR. E COMERC.	1,2	2,0	0,5	2,1	0,4	1,0
REL. EXTERIORES	--	--	--	--	--	--
SAUDE E SANEAM.	2,4	13,0	17,2	10,1	20,4	15,4
TRABALHO	--	0,3	--	6,0	--	0,9
ASSIST. E PREV.	10,3	16,3	31,0	9,8	5,9	22,6
TRANSPORTE	59,8	42,3	21,6	37,6	34,6	29,5
RESERVA DE CONT.	--	--	--	--	--	--
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - ESTATISTICAS ECONOMICAS DO SETOR PUBLICO

TABELA 1.34  
 ESTS ESTADUAIS - ESTRUTURA DA RECEITA - POR REGIAO  
 1980

(EM %)

CLASSIFICACAO DA RECEITA	RECEITA DAS ESTs					TOTAL
	REGIAO NORTE	REGIAO NORDESTE	REGIAO SUDESTE	REGIAO SUL	REGIAO C. OESTE	
REC. TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
REC. PROPRIAS	40,1	21,4	25,5	24,5	14,4	24,0
REC. TRIBUTARIAS	7,9	10,3	11,7	13,0	6,1	11,0
TAXAS	2,7	2,3	0,4	1,6	1,3	1,0
CONTRIB. PREV.	5,0	7,9	11,3	11,4	4,8	10,0
REC. PATRIMONIAL	0,6	1,1	4,2	2,5	0,4	3,0
REC. INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,3	0,4	0,1	0,3
REC. SERVICOS	0,4	4,9	2,4	3,4	6,2	3,3
ALIENACAO DE BENS	0,6	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2
AMORT. DE EMPREST.	0,0	1,5	2,1	2,1	0,4	1,0
REC. SERV. RECREAT.	0,0	0,1	0,5	0,1	0,1	0,1
DEMAIS RECEITAS	30,0	3,4	4,7	2,7	0,9	4,5
REC. TRANSFERENCIAS	56,0	70,9	67,0	68,2	83,7	69,1
FEDERAIS	5,6	9,5	0,5	6,2	3,9	3,2
TRIBUTARIAS	0,5	0,9	0,1	3,1	0,0	0,6
OUTROS	5,1	8,6	0,4	3,1	3,8	2,6
OUTRAS TRANSF.	50,4	61,4	66,5	61,9	79,7	65,9
GOVS. ESTADUAIS	46,6	60,3	66,2	59,8	79,4	65,1
DEMAIS	2,7	1,1	0,3	2,1	0,3	0,8
OPERACOES DE CREDITO	3,9	7,7	7,5	7,4	2,0	6,9
INTERNAS	3,0	4,0	7,5	7,4	2,0	6,3
EXTERNAS	0,9	3,6	0,0	0,0	0,0	0,6

TADELA 1.35  
DESPESA DA UNIAO SEGUINDO CATEGORIAS ECONOMICAS  
1968 A 1987

(EM MILHOES DE 1987)

DISCRIMINACAO	ANOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
DESPESA ORCAMENTARIA		328534	441182	554387	428388	503510	617819	677699	768983	882688	967234	948679	894713	1021284	921270	965725	912883	866255	1025347	1788422	1615168
DESPESAS CORRENTES		289279	314627	262781	273939	365765	351459	366878	483388	531528	557855	573868	538588	672356	571618	736199	781148	691657	828551	1168346	1076786
-DESPESAS DE CUSTEIO		86788	96188	98634	133672	116786	207285	126145	165446	187947	181667	118896	151958	195882	178277	163999	156754	129785	162248	191513	245712
PESSOAL		64921	74634	77835	88138	84985	95882	92129	109428	128848	111345	117276	116312	188684	184573	189589	92485	78459	188841	188488	111944
OUTROS CUSTEIOS		21859	21844	20799	23592	25381	29439	34815	55626	67187	70323	58828	75846	86478	65785	74498	58269	51386	53447	78137	128826
-TRANSFERENCIAS CORRENTES		122499	218139	164147	178318	194993	228838	239145	243333	342573	357391	484762	388542	477275	481341	552281	558285	582892	664386	988333	831673
DESPESAS DE CAPITAL		119255	126451	291586	152722	228249	235597	311889	282596	351168	368221	367821	314213	348928	349652	229525	218563	174398	199793	688876	538814
-INVESTIMENTOS		28547	18835	31445	58454	92898	118585	148376	165887	142847	132477	78554	81128	79127	147589	98772	67352	48239	69481	144734	171455
-IMPOZES FINANCEIRAS		1882	18855	591	1261	12682	16482	32246	27889	58133	62778	68995	13977	11288	15523	48299	29516	38675	48566	244368	86284
-TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		89826	93961	259469	92998	121415	132598	136987	164887	156188	172974	228273	239118	258593	186548	98454	113995	95484	81746	216746	288575
DESPESAS NAO CLASSIFICADAS		--	--	--	1589	1682	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: "BALANCOS GERAIS DA UNIAO" - PARA 1978 A 1985  
"BALANCOS ECONOMICOS FISCAL" - PARA 1968, 1969 E 1974

OBS: PARA 1971 O VALOR DO ITEM "DESPESAS DE CAPITAL" NO RELATORIO BEU'S DE 1973 E DISTINTO DO VALOR QUE CONSTA NO BOLETIM BEU'S DE 1971. (ESTE ULTIMO COINCIDE COM O ANUARIO ECONOMICO FISCAL)

TABELA 1.36  
 DESPESA DA UNIAO SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS  
 COMPOSICAO - 1968 A 1987

(EM %)

DISCRIMINACAO	ANOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
DESPESA ORCAMENTARIA		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES		63,7	71,3	47,4	64,8	57,3	57,0	54,0	53,2	68,2	59,4	60,9	61,9	65,6	62,0	76,2	76,9	79,9	86,5	86,3	86,7
-DESPESAS DE CUSTEIO		26,4	21,9	17,8	24,2	20,8	39,5	19,7	21,5	21,3	20,0	17,9	21,5	19,1	18,5	19,1	16,5	15,0	15,8	10,8	15,2
.PESSOAL		19,8	16,9	14,0	18,7	15,9	16,0	13,6	14,3	13,7	12,9	12,5	13,0	16,6	11,4	11,3	10,1	9,1	10,6	6,1	6,9
.OUTROS CUSTEIOS		6,7	4,9	3,8	5,5	4,9	4,9	5,1	7,3	7,6	7,0	5,4	8,5	8,5	7,1	7,7	6,4	5,9	5,2	4,4	8,0
-TRANSFERENCIAS CORRENTES		37,3	49,5	29,6	39,8	36,5	36,1	35,3	31,7	38,9	39,4	43,0	40,4	46,7	43,6	57,2	60,3	64,9	64,7	55,5	51,5
DESPESAS DE CAPITAL		26,3	28,7	52,6	35,7	42,4	43,0	46,0	46,8	31,8	40,6	39,1	35,1	34,2	38,0	23,8	23,1	20,1	19,5	33,7	33,4
-INVESTIMENTOS		8,7	4,2	5,7	13,6	17,3	18,9	20,7	21,6	16,2	14,6	7,5	6,8	7,7	16,0	10,2	7,4	5,6	6,8	8,1	10,6
-INVESTIMENTOS FINANCEIRAS		0,3	2,5	0,1	0,3	2,4	2,7	4,8	3,6	5,7	6,9	7,3	1,6	1,1	1,7	4,2	3,2	3,5	4,7	13,7	5,3
-TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		27,3	22,0	46,8	21,7	22,8	21,5	20,5	21,5	17,9	19,1	24,3	26,7	25,3	20,2	9,4	12,5	11,0	8,6	11,8	17,4
DESPESAS NAO CLASSIFICADAS		--	--	--	0,4	0,3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: "BALANCOS GERAIS DA UNIAO" - PARA 1970 A 1985  
 "BALANCOS ECONOMICOS FISCAL" - PARA 1968, 1969 E 1974

ASS: PARA 1971 O VALOR DO ITEM "DESPESAS DE CAPITAL" NO RELATORIO BGU'S DE 1973 E DISTINTO DO VALOR QUE CONSTA NO BOLETIM BGU'S DE 1971. (ESTE ULTIMO COINCIDE COM O ANUARIO ECONOMICO FISCAL)

TABELA 1.37  
 DESPESA DA UNIAO SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS  
 1968 A 1987

1980 = 100

DISCRIMINACAO	ANOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
DESPESA ORCAMENTARIA		32,2	43,2	54,3	41,9	52,2	64,4	66,4	75,1	86,4	88,3	92,1	87,6	100,0	98,2	94,6	87,3	84,8	100,5	174,3	153,1
DESPESAS CORRENTES		31,1	46,8	39,1	48,8	45,5	52,3	54,4	68,7	79,1	88,2	85,2	86,3	100,0	85,8	109,5	104,3	102,9	122,9	175,6	168,2
-DESPESAS DE CUSTEIO		44,5	49,5	58,6	53,1	56,8	121,9	65,1	84,6	96,3	93,1	86,2	98,4	100,0	87,3	94,3	77,3	66,5	83,2	98,2	126,8
PERSONAL		59,8	68,8	71,7	73,7	78,2	91,2	84,8	100,8	111,3	102,5	100,0	107,1	100,0	96,3	100,8	85,2	72,2	100,2	99,8	103,1
OUTROS CUSTEIOS		25,3	25,2	24,1	27,3	29,9	34,8	48,3	64,3	77,6	81,3	58,8	87,5	100,0	76,8	86,1	67,4	59,3	61,8	98,4	143,7
-TRANSFERENCIAS CORRENTES		25,7	45,7	34,4	35,7	48,9	46,7	58,1	51,8	72,8	74,9	84,8	81,4	100,0	84,1	115,7	115,3	117,8	139,2	207,2	174,1
DESPESAS DE CAPITAL		34,2	36,2	89,5	43,8	64,8	76,1	89,3	102,8	100,6	105,5	105,4	58,1	100,0	100,2	65,8	68,4	58,8	57,3	172,8	154,4
-INVESTIMENTOS		36,1	23,6	39,7	73,9	116,4	147,2	177,4	209,5	188,5	167,4	89,2	77,2	100,0	186,5	124,8	85,1	61,8	87,8	182,9	216,7
-INVERSOES FINANCEIRAS		9,7	96,9	5,3	11,3	113,2	147,1	287,7	248,1	447,3	568,1	615,6	124,7	100,0	138,5	359,6	263,4	273,7	433,3	2188,4	769,9
-TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		34,7	37,5	100,3	36,8	47,8	51,3	53,7	63,8	61,2	66,9	88,3	92,5	100,0	72,1	35,8	44,1	36,9	31,6	81,5	100,5
DESPESAS NAO CLASSIFICADAS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: "BALANCO GERAIS DA UNIAO" - PARA 1970 A 1985  
 "BALANCO ECONOMICO FISCAL" - PARA 1968, 1969 E 1974

OBS: PARA 1971 O VALOR DO ITEM "DESPESAS DE CAPITAL" NO RELATORIO BBU'S DE 1973 E DIFERENTE DO VALOR QUE CONSTA NO BOLETIM BBU'S DE 1971. (ESTE ULTIMO COINCIDE COM O ANUARIO ECONOMICO FISCAL)

TABELA 1.39  
INDICADORES DA DESPESA REALIZADA DOS ESTADOS POR CATEGORIA ECONOMICA

(em %)

REGIOES	1970				1973				1976				1980				1981			
	DC/DT	TCR/DT	DI/DT	TCA/DT																
NORTE	35,9	17,7	14,0	30,9	32,1	20,6	13,2	30,0	34,9	26,9	11,6	21,0	40,7	26,3	9,7	15,4	48,4	26,1	7,9	14,6
NORDESTE	45,5	19,6	11,2	22,0	40,3	22,5	14,5	19,7	39,5	25,1	14,7	18,0	33,4	31,4	16,5	16,4	33,4	32,5	16,7	15,6
BAHIA	44,1	12,0	14,2	28,3	39,0	21,4	16,1	18,6	35,6	26,6	19,0	15,9	28,9	36,5	10,3	24,4	27,6	36,0	9,0	27,1
PERNAMBUCO	32,1	26,4	5,0	11,6	51,6	26,8	2,8	17,5	49,4	21,9	12,3	13,4	35,4	30,7	20,5	11,2	36,6	33,0	20,7	7,7
CENTRO-OESTE	35,9	30,7	9,2	16,4	29,1	20,5	12,8	23,6	27,0	34,1	12,0	19,6	31,6	35,3	10,5	20,9	31,7	53,8	11,7	21,0
SUDESTE	41,6	33,6	12,0	9,7	34,3	36,0	4,2	22,0	35,2	34,9	5,2	16,4	41,7	33,9	5,1	15,7	41,5	33,9	5,8	13,0
SAO PAULO	38,6	33,3	15,0	9,2	32,2	36,6	3,3	25,6	34,4	37,5	3,5	10,8	41,7	33,6	3,6	17,0	42,3	33,9	4,2	15,0
SUL	42,1	29,8	6,4	0,2	43,5	28,7	10,5	14,0	38,7	28,2	7,1	19,6	35,0	35,7	5,7	21,0	35,8	35,1	6,2	19,7
TOTAL	41,7	31,2	11,0	13,1	36,1	32,6	6,9	20,9	35,8	32,5	7,2	17,4	39,5	33,7	7,6	17,1	38,6	33,9	3,2	16,9

CONT.

REGIOES	1982				1983				1984				1986			
	DC/DT	TCR/DT	DI/DT	TCA/DT												
NORTE	49,2	20,1	15,0	13,7	53,0	22,5	15,3	7,2	53,3	23,0	15,2	5,4	49,8	18,1	23,2	7,2
NORDESTE	36,8	35,8	14,3	11,8	37,9	39,0	10,6	11,2	32,0	37,6	12,9	15,6	34,5	34,2	14,0	15,9
BAHIA	33,3	37,1	9,1	20,3	29,9	0,4	8,5	33,0	23,0	38,6	8,9	26,7	27,0	43,0	4,1	25,3
PERNAMBUCO	37,4	31,8	21,2	7,3	41,2	39,7	12,2	5,4	33,7	39,1	16,5	5,9	37,9	35,3	9,4	15,4
CENTRO-OESTE	28,1	33,4	9,7	21,4	27,5	38,7	5,7	26,9	25,3	37,4	6,9	28,9	32,7	38,5	5,1	22,7
SUDESTE	41,1	34,9	5,5	14,5	41,7	37,3	3,3	14,1	38,2	38,6	4,4	13,5	38,7	34,2	5,7	17,6
SAO PAULO	41,6	34,6	4,3	15,7	41,5	35,4	2,4	16,0	39,9	37,6	3,6	13,2	40,8	33,2	5,1	14,9
SUL	34,4	29,7	5,0	18,0	33,2	43,8	4,4	15,3	33,4	43,4	3,6	17,9	33,2	45,1	3,4	16,5
TOTAL	38,4	35,6	7,5	15,2	38,5	38,5	5,6	14,9	35,5	39,7	6,3	15,4	37,1	35,5	7,7	17,0

FONTE: SEF/MINIFAZ

OBS: DT = DESPESA TOTAL  
DC = DESPESA DE CUSTEIO  
TCR = TRANSFERENCIAS CORRENTES  
DI = DESPESA DE INVESTIMENTO

TABELA 1.39  
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - OPERACOES DE CREDITO  
1978/86

(EM %)

FINAL DE PERIODO	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
-SETOR FINANCEIRO	37,8	41,9	43,4	41,2	35,5	37,8	41,8	42,2	43,1
.FINAME	--	24,9	26,3	29,3	27,6	25,0	23,5	23,3	24,0
.BCOS. CONS. OFICIAIS	--	1,9	1,8	1,8	1,4	1,0	1,1	1,1	0,7
.BCOS ESTS. DE DESENVOLV.	--	7,9	6,7	4,9	2,9	3,0	3,4	3,9	5,4
.BCOS DE INVESTIMENTOS	--	4,3	3,5	2,1	1,1	0,8	0,8	0,7	1,1
.OUTROS	--	2,9	5,1	3,1	2,5	8,0	13,0	13,2	11,9
-SETOR GOVERNAMENTAL NAO FINANCEIRO	25,9	25,0	24,3	26,9	32,2	26,0	21,5	45,6	44,6
.SERVICOS PUBLICOS	2,5	2,5	2,5	2,7	4,1	5,0	5,4	5,7	6,2
.ATIV. EMPRESARIAIS	23,4	22,5	21,8	24,2	28,1	21,0	16,1	39,9	38,4
-SETOR PRIVADO NAO-FINANCEIRO	35,7	33,3	32,1	31,9	31,8	35,8	36,8	12,1	12,2
.INDUSTRIA	34,6	32,3	31,1	30,0	30,3	35,4	36,5	11,7	11,8
.OUTRAS ATIVIDADES	1,1	1,0	1,0	1,9	1,5	0,8	0,3	0,4	0,4
-SETOR NAO-IDENTIFICADO	0,6	--	--	1,0	1,0	1,0	0,8	1,1	1,0
-TOTAL BRUTO	100,0	100,0	100,0	100,8	100,8	101,0	100,8	101,0	100,9
-RENDAS A APROPRIAR	--	--	--	-0,9	-0,8	-1,0	-0,8	-1,0	-0,9
TOTAL LIQUIDO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM C25 BILHOES DE DEZ/85	118,1	115,9	95,2	102,7	117,7	108,3	118,3	122,3	118,2

FONTE: BACEN - BOLETIM MENSAL - VARIOS ANOS.  
IN ALMEIDA (1987)

TABELA 1.40  
BANCOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
1978/86

(EM %)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
-SETOR GOVERNAMENTAL NAO-FINANCEIRO	29,3	34,7	41,9	46,1	54,9	56,6	61,5	60,3	61,0
-SETOR PUBLICO	7,9	10,5	13,5	17,4	23,8	28,0	30,5	34,2	35,7
.FEDERAIS	--	1,4	2,9	4,4	4,6	7,5	8,7	5,6	5,3
.ESTADUAIS	--	7,5	8,9	11,2	16,8	18,9	27,1	25,9	27,5
.MUNICIPAIS	--	1,6	1,7	1,8	2,4	2,4	2,7	2,7	2,9
-ATIV. EMPRESARIAIS	21,4	24,2	28,4	30,7	31,1	27,8	23,0	24,1	25,3
.INDUSTRIA	--	9,1	10,5	11,1	11,2	10,1	6,2	7,0	7,4
.COMERCIO	--	7,1	6,5	6,6	5,9	0,1	0,0	0,0	0,0
.OUTRAS ATIVIDADES	--	8,0	11,4	13,0	14,0	17,6	16,8	10,3	17,9
-SETOR PRIVADO NAO-FINANCEIRO	70,6	64,3	57,6	52,8	45,4	40,7	35,7	37,8	37,5
-SETOR NAO-IDENTIFICADO	--	1,0	0,9	0,8	0,4	2,7	2,9	21,0	1,4
-TOTAL BRUTO	100,0	100,0	100,4	101,8	100,7	100,0	100,1	100,1	100,0
-RENDAS A APROPRIAR	--	--	0,4	-1,8	-0,7	--	-0,1	-0,1	--
TOTAL LIQUIDO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM C2% BILHOES DE DEZ/85	35,0	33,7	29,3	33,7	43,9	36,9	30,5	39,8	42,8

FORTE: BACEN - BOLETIM MENSAL - VARIOS ANOS.  
IN ALMEIDA (1987)

TABELA 1.41  
BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(EM %)

FINAL DE PERÍODO	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
.SETOR GOVERNAMENTAL								
. NAO-FINANCEIRO	39,6	43,3	46,6	54,0	57,6	62,6	67,4	69,6
.SERVICOS PUBLICOS	22,9	26,6	28,2	30,6	31,5	31,9	34,0	34,1
-ESTADUAIS	9,9	10,7	12,3	16,9	19,6	23,6	26,1	27,5
-MUNICIPAIS	6,7	5,8	5,9	6,0	5,9	5,9	5,7	6,3
-FEDERAIS	0,1	0,2	0,2	0,5	0,6	1,2	1,6	1,7
.ATIVIDADES EMPRESARIAIS	22,9	26,6	28,2	30,6	31,5	31,9	34,0	34,1
.SETOR PRIVADO								
. NAO-FINANCEIRO	57,7	55,0	51,3	44,2	39,1	32,2	25,5	25,8
-INDUSTRIA	28,0	27,0	26,0	22,7	20,7	15,6	13,6	12,4
-COMERCIO	7,9	7,4	6,8	5,9	4,9	4,5	3,0	2,6
-ATIVIDADES RURAIS	10,0	9,9	9,4	8,2	8,2	7,4	5,0	4,1
-PESSOAS FISICAS	8,8	7,7	6,3	4,3	3,0	1,9	1,8	3,4
-OUTRAS ATIVIDADES	3,0	3,0	2,8	2,5	2,3	2,8	2,1	2,3
. OUTRAS OPER. DE CREDITO (*)	2,6	2,1	2,6	--	2,8	2,8	4,9	3,6
.TOTAL DOS EMPRESTIMOS	99,9	100,3	100,5	100,6	99,5	97,6	98,0	99,0
.CREDITOS EM LIQUIDACAO/ RENDAS A APROPRIAR	0,9	1,3	1,5	1,6	1,9	3,0	4,4	4,4
.TOTAL EFETIVO DOS EMPRESTIMOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM CZ3 BILHOES DEZ/1985	127,9	124,5	104,3	114,6	124,9	1118,0	107,6	115,6

FONTE: VIDE TABELA ANTERIOR

TABELA 1.42  
 RECEITA FISCAL, RECEITA TRIBUTARIA, RECEITA ORDAMENTARIA  
 DA UNIAO E RECEITA DE CONTRIBUICOES  
 1980/85

(EM Z)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECEITA FISCAL	157,3	159,0	161,2	154,8	156,9	159,0
R. TRIB. TOTAL	139,9	141,0	142,9	138,0	131,0	139,3
R. ORC. TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
R. TRIB. UNIAO	79,4	80,5	80,3	75,0	75,0	80,3
CONTRIBUICOES	71,0	76,4	87,5	72,9	66,1	65,5
- PREVIDENCIA	47,4	51,0	61,7	50,6	46,9	46,8
- FGTS	13,3	14,4	15,0	12,7	10,5	10,2
- PIS-PASEP	10,3	11,0	10,7	9,7	8,7	8,6

FONTE: SEF/MF - BALANCOS GERAIS DA UNIAO  
 REZENDE & SILVA (1987) - P/ RECEITA CONTRIBUICOES

TABELA 1.43  
EXECUCAO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

EM CZ\$ MILHOES DE R\$											
*****											
RECEITAS	1985	%	1986	%	1986/85	1987	%	1987/86			
					(%)			(%)			
*****											
REC. ORCAMENTARIA	1059111	100,0	1279787	100,0	21,0	1203001	100,0	-6,0			
REC. TRIBUTARIA	757669	71,6	936942	73,2	23,6	781995	65,0	-16,5			
IR	416367	39,3	476346	37,4	14,9	355205	29,5	-25,7			
IPI	158914	14,3	244137	19,1	61,8	249294	20,0	-1,6			
IOF	56516	5,3	76852	5,9	34,6	63575	5,3	-16,4			
IEE	19641	1,9	26595	2,1	35,4	19862	1,6	-28,3			
I.S./MINER.	8672	0,8	10960	0,9	26,4	7704	0,6	-29,7			
ICL	18639	1,8	11343	0,9	6,6	25987	2,2	129,1			
I.IMP.	37347	3,5	51874	4,1	38,9	39861	3,3	-23,2			
I.EXP.	23119	2,2	4925	0,4	-78,7	3248	0,3	-34,2			
I.SERV.COMUN.	10954	1,0	16940	1,3	54,7	14246	1,2	-15,9			
OUTROS	23560	2,2	15670	1,2	-33,5	12821	1,1	-18,2			
OUTRAS RECEITAS	300442	28,4	343145	26,8	14,2	421006	35,0	22,7			
FINSOCIAL	57981	5,5	76344	6,0	31,9	66454	5,5	-13,0			
PIR/PROTERRA	22726	2,1	41580	3,2	83,0	24972	2,1	-39,9			
COTA PREVIDENCIA	24363	2,3	9641	0,8	-60,4	2789	0,2	-71,1			
SALARIO EDUCACAO	21010	2,0	28271	2,2	34,6	25404	2,1	-10,1			
SERV.COM.PROD.AGRIC.	0	0,0	76172	6,0		41739	3,5	-45,2			
DIVERSAS	198885	18,8	120779	9,4	-39,2	262445	21,8	117,3			
*****											
DESPESAS	1985	%	DESPESAS	1985	%	1986	%	1986/85	1987	%	1987/86
								(%)			(%)
*****											
DESP. DO TESOURO (1-2)	953806	100,0	DESP. DO TESOURO (1-2)	953806	100,0	1624778	100,0	70,3	1392120	100,0	-14,3
1.AUTORIZADA	1007048	105,6	1.RECURSOS LIBERADOS	1007048	105,6	1679891	103,3	66,7	1443576	103,7	-14,0
COTAS DE DESPESA (MINISTROS)	671550	70,4	PERSONAL E ENCARGOS	324986	34,1	337694	28,8	3,9	593825	28,2	16,4
DISTR.REC.VINCULADA	98246	10,3	TRANSF. EST. MUN.	233964	24,5	295676	18,2	26,4	235825	16,9	-20,2
FUNDOS DE PARTIC.	165700	17,4	SERV.DIVIDIAS	84884	8,9	128325	7,9	51,2	142759	10,3	11,2
RESTOS A PAGAR	14330	1,5	OUTRAS VINCULACOES	50630	5,3	62285	3,8	23,0	67121	4,8	7,8
DIVERSOS	3659	0,4	PROGS.FINSOCIAL	57981	6,1	60173	3,7	3,9	58681	4,2	-2,5
			PROGS.PIR/PROTERRA	19382	2,0	41713	2,6	115,2	24614	1,8	-41,0
			PROFIE - total	0	0,0	557989	34,3		253109	18,2	-54,6
			BACEN	0	0,0	263159	16,2		175696	12,6	-33,2
			OUTROS	0	0,0	294750	18,1		77413	5,6	-73,7
			OUTRAS DESPESAS	235302	24,7	195317	12,0	-17,0	308661	21,6	53,9
2.DESP.GOV.FED. NO BB	53242	5,6	2.CONTA SUPRIENTO	53242	5,6	54313	3,3	2,0	51456	3,7	-5,3
*****											
RESULTADO DE CAIXA	104305		RESULTADO DE CAIXA	104305		-344792		-430,6	-189119		-45,1
*****											
FONTE:SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL E BANCO CENTRAL DO BRASIL											

TABELA 1.44

PROFIEs - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO em C25 milhões de 87

\*\*\*\*\*

DISCRIMINACAO	1987/86				
	1986	%	1987	%	(%)
*****					
PROFIE-BACEN	294753	56,0	77413	30,8	-73,7
RESERVA MONETARIA	20106	3,8	45	0,0	-99,8
ENCARGOS DA DIVIDA	202213	38,4	25295	10,1	-87,5
LEI 6.388	0	0,0	0	0,0	
LEI 5.800	4876	0,9	4542	1,8	-6,8
BONUS	14118	2,7	19500	7,8	38,1
SINDICATED	12861	2,4	12914	5,1	0,4
PROAGRO	19670	3,7	5428	2,2	-72,4
DL. 1.452/76	15164	2,9	3000	1,2	-80,2
FARR	91	0,0	0	0,0	-100,0
FUNDEPE	10	0,0	0	0,0	-100,0
DIV. FUND. EXTERNA	5565	1,1	0	0,0	-100,0
ENC. FIN. EXTERNOS	0	0,0	6689	2,7	
		0,0		0,0	
OUTROS PROFIE	231927	44,0	173744	69,2	-25,1
NIC/IAA	46002	8,7	48560	19,3	5,6
EQUAL. AC/M	10535	2,0	11501	4,6	9,9
CCA PROG. IAA	409	0,1	376	0,1	-8,1
PROG. SANEAM. USINAS	4805	0,9	3557	1,4	-26,0
DIV. EXT. IAA	6516	1,2	2601	1,0	-60,1
ADQUISICAO ACUCAR	23493	4,5	30445	12,1	29,6
APQJO LAV. IND. IAA	153	0,0	0	0,0	-100,0
DIV. INT. IAA	91	0,0	0	0,0	-100,0
ABASTECIMENTO INTERNO	149444	28,4	80115	31,9	-46,4
TRIGO	105771	20,1	32006	12,7	-69,7
ESTOQUES REGULADORES	26453	5,0	12142	4,8	-54,1
AGE	17220	3,3	15973	6,0	-12,5
FORM. EST. PROD. AGROP.	0	0,0	20394	8,3	
DIVERSOS	36481	6,9	45069	17,9	23,5
DIV. FUND. EXTERNA	11750	2,2	6561	2,6	-44,2
AMORT. ENC. FINANCEIROS	0	0,0	882	0,4	
EQUAL. RURAL	1920	0,4	23602	9,4	1129,3
FINEX	17246	3,3	14024	5,6	-18,7
RURAL N/IE	0	0,0	0	0,0	
*****					
TOTAL	526679	100,0	251157	100,0	-52,3
*****					

FONTE: BALANÇO GERAL DA UNIÃO - 1987

TABLE 1.45  
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO  
CONCEITO OPERACIONAL

FLUXO EM MILHÕES DE 1967

	1965	X PIB	1966	X PIB	1967	X PIB
1. GOVERNO CENTRAL	242569	1,0	246622	2,0	428025	3,3
1.1 - NO BANCO CENTRAL	239192		242520		402773	
CUSTOS DA DIVIDA MOBILIARIA	165853		92142		56165	
RESERVO NACIONAL - IMPACTO MONETARIO	-162979		50250		122333	
DESPESAS FISCAIS E FINANCIAMENTOS	143172		0		67465	
SUBSIDIO AO CREDITO RURAL	--		25531		59144	
CONCESSAO DE DIV. DE EST. EM CAPITAL	--		14673		162163	
ENCARGOS EXTERNOS (1)	501623		87680		82618	
SAB. DE DEP. RES. EM MOEDAS ESTRANG.	-14188		12149		2467	
FINANC. EXT. (REPASSA MENOS AMORTIZ.)	-14386		-20714		-103523	
1.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	-36623		-13933		-4740	
2. GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	105156	1,0	113837	0,9	197696	1,6
2.1 - NO BANCO CENTRAL	54468		80701		114995	
ENCARGOS-POUCE (NF-GO)	11174		23621		45259	
CREDITOS ESPECIAIS	0		1648		36876	
SANEAMENTO DE BANCOS ESTADUAIS	--		52631		55686	
SAB. DE DEP. RES. EM MOEDAS ESTRANG.	-3817		13258		1514	
FINANC. EXT. (REPASSA MENOS AMORTIZ.)	47850		-9258		-22660	
2.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	50708		33136		82701	
3. EMPRESAS ESTATAIS	251751	2,3	163147	1,3	134344	1,1
3.1 - NO BANCO CENTRAL	259125		129845		57378	
3.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	-5813		2342		76974	
4. AGENCIAS DESCENTRALIZADAS	-16793	-0,2	-1043	0,0	-17675	-0,1
4.1 - NO BANCO CENTRAL	0		6		0	
4.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	-16793		-1043		-17675	
5. PREVIDENCIA SOCIAL	-17485	-0,2	-31815	-0,2	29719	0,2
5.1 - NO BANCO CENTRAL	-25197		-23228		-34250	
5.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	7712		-2767		-4571	
6. FUNDOS E PROGRAMAS	-44445	-0,4	-64037	-0,5	-75303	-0,6
6.1 - NO BANCO CENTRAL	-10028		-24378		-24131	
6.2 - FORA DO BANCO CENTRAL	-33625		-39709		-49172	
FINANCIAMENTOS (1)	436753	4,3	433469	3,5	698806	5,5
4 - NO BANCO CENTRAL	514347	4,6	438491	3,5	615297	4,8
6 - FORA DO BANCO CENTRAL	-22594	-0,2	2979	0,0	83509	0,7

FONTE: BANCO CENTRAL, BRASIL: PROGRAMA ECONOMICO, BRASILIA, VOL. 15, JUN/67

(1) INCLUI JUROS SOBRE DEPOSITOS REGISTRADOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, JUROS SOBRE DEPOSITOS DE PROJETOS, OUTROS ENCARGOS EXTERNOS, RENDAS DE APLICACOES NO EXTERIOR E RENDAS DE EMPRESTIMOS-POUCE

PARTE 2

## NOTA METODOLOGICA

Esta parte contém as tabelas de referência do capítulo 2. As tabelas 2.1 a 2.9 são de indicadores físico-econômicos dos principais setores de empresas estatais. As tabelas seguintes referem-se à posição financeira do setor produtivo estatal, tomado em seu conjunto e desagregadamente a partir das contas dos principais grupos.

Há aí duas fontes de dados. Os dados de fluxos de caixa da SEST, que constituem a base essencial das estatísticas, e os dados de balanço, apresentados resumidamente em duas tabelas - de composição das contas e de indicadores patrimoniais - para seis grupos do SPE - federal. As tabelas básicas para o SPE e para cada grupo, no conceito de caixa, são quatro: valores de 1986, composição, índice base 1980 e as relações operacionais. Para as principais rubricas da estrutura de recursos e dispêndios do SPE são discriminados, sob o título de "variáveis selecionadas", a participação dos diferentes grupos e empresas, bem como sua evolução no período 1980/86. Inclui-se aqui o Sistema Estadual de Energia Elétrica - SEEE, acompanhado pela SEST, a título de comparação com os grupos do SPE - federal e com o setor de energia elétrica em particular. Além dos dados agregados do SPE e do posicionamento dos diferentes sistemas nas principais variáveis do fluxo de recursos e dispêndios, são discriminados também os investimentos as receitas operacionais por empresa para todos os grandes grupos, bem como os encargos financeiros nos casos da ELETROBRAS e SIDERBRAS.

Os valores tomados pelo conceito de caixa colocam algumas restrições para a análise, particularmente no tocante ao endividamento e aos investimentos. Por exemplo, inversões fisicamente realizadas e que já estejam produzindo efeitos econômicos, mas que ainda não tenham sido pagas, não aparecem no montante dos investimentos. Assim, a discriminação dos atrasados das empresas ano a ano, seria um elemento adicional relevante, particularmente em função da crise por que passam as empresas nos anos 80, que determinou diversos mecanismos paralelos de alavancagem de recursos. Em 1985, o total dos atrasados, apurado pela SEST, alcançou no final do período o equivalente a 5,6% dos dispêndios globais.

A estrutura de recursos e dispêndios não está detalhada para os anos iniciais da década em função da inexistência dos dados. Da mesma forma, algumas aberturas - e especificamente aqui a dos avisos MF 30/09/GB 588 - só são

disponíveis, e de forma incompleta, a partir de 1986. Outras, como a das operações de crédito, amortizações e encargos financeiros dos grupos e empresas, foram obtidas diretamente junto à SEST e não constam dos relatórios anuais publicados.

Nas tabelas de "variáveis selecionadas" dos grupos, cabe fazer duas observações. Em primeiro lugar, nos grandes grupos não há especificação, nos relatórios da SEST, de todas as controladas, sendo incluídas apenas as empresas mais relevantes. Entretanto, e este é o caso particularmente da PETROBRAS, algumas grandes empresas de grupo são subordinados a holdings internas ao próprio sistema, como na petroquímica. Assim, a classificação dessas empresas, realizada no âmbito das atividades do IESP/FUNDAP, requer a identificação por códigos das controladas diretas e indiretas. É este código que precede o nome das empresas. Em segundo lugar, o somatório dos grupos nas rubricas é geralmente diferente e inferior ao somatório das empresas, devido às transações internas realizadas. Assim, os dados dos grupos são líquidos, por exemplo, das vendas de produtos semi-acabados realizados dentro dos próprios sistemas.

No caso dos dados patrimoniais, finalmente, a compreensão das tabelas - requer a especificação abaixo:

- LQ (Lucro Operacional): Saldo da receita operacional líquida subtraída do custo dos produtos e serviços, despesas operacionais e das despesas financeiras líquidas.
- LQNO (Lucro Operacional e Não-Operacional): Lucro operacional agregado aos ganhos ou perdas na contabilização da equivalência patrimonial e ao resultado não-operacional.
- LONOC (Lucro Operacional e Não-Operacional Corrigido): Lucro após os efeitos inflacionários. Conceito equivalente ao lucro antes do imposto de renda.
- LLIR (Lucro Líquido do Exercício): Lucro após o imposto de renda e as participações estatutárias.
- AT (Ativo Total).
- PT (Passivo Total).
- RQ (Receita Operacional Líquida).
- EXL (Exigível a Longo Prazo).
- PL (Patrimônio Líquido)
- PC (Passivo Circulante).
- CD (Custo Direto): Custos dos produtos e serviços.

- CI (Custo Indireto): Despesas operacionais
- CT (Custo Total): Agrega CD, CI e despesas financeiras.
- RNO (Receita Não-Operacional): Agrega a equivalência patrimonial e o resultado não-operacional.
- FIN. NACIONAL TOTAL/PT: Compõem-se dos itens de financiamento em moeda nacional agregado aos itens que denotam dívida (Fornecedores, adiantamentos para capital e outras) ambos os passivos circulante e exigível a longo prazo.
- FIN. BANCARIO TOTAL/PT: Compõem-se dos itens de financiamento em moeda nacional e estrangeira agregados ao item da Resolução 63, ambos do passivo circulante e exigível a longo prazo.
- FIN. BAN. EXT/PT: Compõem-se dos itens de financiamento em moeda estrangeira e Resolução 63, ambos do passivo circulante e exigível a longo prazo.
- FIN. BAN. INT./PT: Compõem-se dos itens de financiamentos em moeda nacional do passivo circulante e exigível a longo prazo.
- EXT.: (Exigível Total): Compõem-se do passivo circulante e do exigível a longo prazo.

TABELA 2.1  
 ATIVIDADE EMPRESARIAL DOS ESTADOS POR SETORES - 1980 (\*)  
 COMPOSICAO DA DESPESA

(EM %)

REGIOES	SETOR PRIMARIO	IND. TRANSFORMACAO	ENERGIA ELETRICA	TRANSPORTE	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	OUTRAS ATIVIDADES ( ** )	TOTAL
NORTE	8,3	2,5	69,1	0,1	16,2	3,8	100,0
NORDESTE	13,3	4,3	41,7	1,9	28,0	10,8	100,0
CENTRO - OESTE	7,5	0,7	43,3	13,6	16,8	18,1	100,0
SUDESTE	2,9	2,4	46,8	23,2	17,3	7,4	100,0
SUL	2,5	5,1	63,1	0,0	10,8	18,6	100,0
BRASIL	4,5	3,0	49,1	15,8	17,5	10,2	100,0

FONTE : Estatísticas Economicas do Setor Publico - " Atividade Empresarial " - 1980 - IBGE

( \* ) Exclusive Instituicoes Financeiras

( \*\* ) Inclui : Industria Extrativa, Comunicacoes, Servicos e Construcao Civil

TABELA 2.2  
COMPOSICAO E EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS  
1970/86

( EM % )

ANOS	EXPLORACAO PRODUCAO	REFINACAO	TRANSPORTE	PETROQUIMICA	COLIGADAS	OUTROS	TOTAL	BASE 1970 = 100
1970	39,5	27,8	17,3	4,9	2,4	0,2	100,0	100,0
1971	24,2	42,8	19,4	1,5	6,2	6,1	100,0	138,9
1972	29,9	29,1	21,8	0,4	6,2	12,7	100,0	134,2
1973	29,5	25,3	21,9	1,9	11,9	9,5	100,0	160,2
1974	26,9	33,4	19,3	10,5	5,9	3,7	100,0	226,4
1975	27,1	32,8	23,4	10,0	1,6	5,2	100,0	324,7
1976	32,5	25,7	17,9	15,2	1,4	7,4	100,0	343,2
1977	32,3	16,5	19,6	13,9	1,0	15,9	100,0	393,6
1978	37,9	13,6	16,5	15,2	1,5	15,3	100,0	373,2
1979	50,9	14,4	9,4	6,2	3,6	15,5	100,0	365,2
1980	62,0	7,8	6,0	10,0	1,6	12,6	100,0	348,3
1981	75,2	3,2	4,3	7,9	1,6	7,8	100,0	439,9
1982	76,8	3,0	4,8	4,9	0,5	9,9	100,0	597,3
1983	81,4	3,0	2,6	1,3	1,3	10,5	100,0	469,2
1984	79,3	2,0	3,1	1,9	2,0	11,8	100,0	342,9
1985	79,6	2,3	4,5	2,4	1,1	10,2	100,0	351,4
1986	80,5	2,8	6,1	1,0	0,7	8,2	100,0	393,0

FONTE: RELATORIOS ANUAIS DA PETROBRAS  
EXTRAIDO DE GUIMARAES (1987)

TABELA 2.3  
INDICADORES DO SETOR PETROLIFERO  
1973/85

(EM %)

ANOS	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
DEPENDENCIA EXTERNA (*)	78,1	78,1	80,2	82,1	83,2	84,5	85,0	83,0	78,0	3,3	64,6	50,0	41,3
PESO NAS IMPORTACOES (**)	10,3	21,9	22,1	28,7	31,2	29,8	34,4	41,4	44,6	44,9	45,7	36,5	32,6
PRODUCAO (1000 b/d) (***)	174,0	182,0	177,0	167,0	161,0	160,0	167,0	182,0	213,0	260,0	330,0	463,0	546,0
EM TERRA (em %)	92,0	86,2	83,9	80,3	76,3	72,9	65,6	59,1	52,6	45,3	40,0	32,0	28,1
NO MAR (em %)	8,0	13,8	16,1	19,7	23,7	27,1	34,4	40,9	47,4	54,7	60,0	68,0	71,9

FONTE: BACEN

CNP - ANUARIO ESTATISTICO  
BALANCO ENERGETICO NACIONAL  
GUIHARRES (1987)

(\*) PARCELA IMPORTADA SOBRE A DEMANDA TOTAL

(\*\*) IMPORTACOES LIQUIDAS SOBRE IMPORTACOES TOTAIS

(\*\*\*) MEDIA DIARIA - PARA O PERIODO 1973/75, INCLUI LGN

TABELA 2.4  
INDICADORES DE INVESTIMENTO DO SETOR ELETRICO - 1970/1984

EM %

INDICADORES / ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
ESTRUTURA POR EMPRESAS:															
CONTROLADAS (GR. ELETROBRAS)	29,1	36,1	35,9	33,3	32,0	35,2	38,3	40,6	38,4	50,8	48,7	43,7	44,2	53,4	51,2
COLIGADAS	70,9	63,9	64,1	66,6	67,4	58,6	51,5	45,8	44,2	32,5	30,6	31,7	34,2	29,2	30,9
ITAIPI	—	—	—	—	0,6	6,2	10,2	13,6	17,4	16,7	20,7	24,6	21,6	17,3	17,9
ESTRUTURA POR PROGRAMAS															
GERACAO	54,3	58,6	58,2	56,3	59,6	53,6	60,4	61,6	60,7	55,2	61,8	63,2	65,7	66,0	—
TRANSMISSAO	21,7	22,9	23,7	23,6	20,2	29,7	24,2	23,5	23,9	28,6	25,0	22,3	20,4	20,4	—
DISTRIBUICAO	17,2	12,4	12,5	14,7	14,1	11,1	10,7	10,7	11,4	11,5	10,1	10,7	11,3	10,7	—
INSTALACOES GERAIS	6,8	5,9	5,6	5,4	6,1	5,6	4,7	4,2	4,0	4,7	3,1	3,0	2,6	2,9	—

FONTE: ELETROBRAS  
IN PRADO (1987)

TABELA 2.5  
ESTRUTURA DA OFERTA INTERNA DE ENERGIA (\*)

EM %

ANO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PETROLEO E DERIVADOS	37,3	38,3	39,4	42,2	42,3	42,5	43,6	41,3	42,2	41,6	38,9	37,0	35,0	31,9	29,8	28,3
GAS NATURAL	0,3	0,4	0,4	0,3	0,5	0,6	0,6	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	1,2	1,4	1,7
CARVÃO MINERAL COQUE	5,6	3,4	3,2	2,9	2,8	3,2	3,1	3,6	3,9	4,0	4,2	4,1	4,3	4,6	5,3	6,0
HIDRAULICA / ELETRICIDADE	17,3	17,7	18,7	19,2	20,1	20,8	21,9	23,2	23,9	24,9	26,8	27,8	29,0	29,9	30,8	31,7
LENHA E CARVÃO VEGETAL	33,3	32,0	31,9	27,3	26,8	26,5	24,8	23	21,3	20,3	20,3	20,5	20,3	20,0	20,2	18,8
CANA DE AÇÚCAR E DERIVADOS	8,0	9,1	8,3	8,0	7,4	6,3	6,5	7,9	7,9	8,3	8,8	9,5	10,1	12,1	11,6	12,1
URÂNIO (U238) E DERIVADOS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,5	1,0
OUTRAS FONTES	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE : BALANÇO ENERGETICO NACIONAL (1986).

(\*) ENERGIA EFETIVAMENTE GASTA NO PAIS (CONSUMO FINAL - PERDAS)  
IN QUILOVAHORES (1987)

PRODUTOS EMPRESAS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1.LAMINADOS PLANOS COMUNS	3185	3358	4428	5189	6214	6928	5678	5902	6870	7591	7979	8621	8784
1.1 - CSN	918	946	1019	1231	1481	1486	1386	1527	2053	2227	2458	3125	3364
1.2 - COSIPA	881	846	1135	1655	2264	2517	2182	2411	2415	2431	2432	2514	2418
1.3 - USIMINAS	1386	1652	2274	2223	2547	2935	2190	2365	2482	2933	3496	2983	2922
2.LAMINADOS PLAN. ESPECIAIS	34	50	70	90	93	142	192	248	281	333	351	359	354
2.1 - ACESITA	34	50	70	90	93	142	192	248	281	333	351	359	354
3.LAMINADOS NAO PLAN. COMUNS	2749	2937	3128	3485	3758	4237	3834	3822	3718	4429	4882	5258	5143
3.1 - COFAVI	143	144	129	138	153	156	155	163	139	153	201	200	209
3.2 - COSIM	125	146	136	127	143	129	82	91	70	68	41	14	22
3.3 - CSN	255	185	216	166	212	265	288	196	182	171	246	216	160
3.4 - USIBA				148	175	251	232	258	237	244	263	279	206
3.5 - EMP. PRIVADAS	2226	2462	2647	2894	3115	3436	3122	3114	3090	3793	4131	4549	4545
4.LAMINADOS NAO PLAN. ESPEC.	579	518	611	672	681	778	614	548	654	957	1009	993	943
4.1 - ACESITA	126	76	84	89	114	149	122	107	145	149	197	153	143
4.2 - EMP. PRIVADAS	453	442	527	583	567	629	492	441	509	808	812	840	801
5.TUBOS SEM COSTURA	289	283	197	220	260	310	355	299	289	339	385	390	344
4.1 - COSIM	19	20	18	21	22	6	16	13	11	14	19	20	21
4.2 - EMP. PRIVADAS	190	183	179	199	238	304	339	286	198	326	366	370	323
TOTAL	6676	7068	8436	9576	11048	12404	10639	10819	11733	13649	14605	15622	15489
1.SEMI-ACABADOS P/ VENDAS	—	380	331	542	611	545	385	336	643	2747	3728	4490	5588
1.1 - PLACAS PARA VENDAS	13	76	30	415	349	232	50	86	110	2851	2689	3115	3494
1.1.1 - ACOMINAS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	61	429
1.1.2 - CSN	6	18	17	394	326	199	38	60	70	6	7	20	1
1.1.3 - COSIPA	—	1	—	1	1	2	1	1	3	13	6	7	10
1.1.4 - CST	—	—	—	—	—	—	—	—	21	2013	2666	3009	3023
1.1.5 - USIMINAS	7	57	13	24	22	32	12	25	16	19	20	17	31
1.2 - BLOCOS E TARUSOS	—	304	299	127	261	313	335	250	534	697	1030	1375	2096
1.2.1 - ACESITA	—	52	62	72	52	91	89	66	55	91	73	77	82
1.2.2 - ACOMINAS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	152	609	1214
1.2.3 - CSN	—	2	1	1	12	3	3	3	7	33	15	67	—
1.2.4 - USIBA	—	127	142	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—
1.2.5 - EMP. PRIVADAS	—	123	94	54	197	219	242	177	471	573	658	621	790
2.RELAMINADORAS	116	95	232	289	260	353	234	279	135	156	165	211	181
2.1 EMP. PRIVADAS	116	95	232	289	260	358	234	279	135	156	165	211	181

TABELA 2.7  
SALDO DA BALANCA COMERCIAL DOS PRODUTOS SIDERURGICOS  
1975 - 1986

ANOS	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	QUANT. (*)	VALOR (**)	QUANT.	VALOR																				
1.LING. E SEMI ACAB.	-442	-83	92	15	113	16	323	44	430	71	265	60	-161	-36	-30	-5	429	61	1375	243	2434	415	2042	343
2.LAMINADOS PLANOS	-1640	-635	-722	-266	-675	-303	-352	-190	17	-125	277	-59	361	11	1260	285	2954	689	2530	648	2215	528	2028	514
2.2.1-NAO REVESTIDOS	-1335	-442	-541	-139	-463	-127	-123	-43	189	31	378	76	444	110	1279	338	2870	674	2434	624	2069	491	1054	459
2.2.2-REVESTIDOS	-196	-102	-186	-49	-102	-42	-107	-43	-67	-31	23	-19	-32	-22	14	-2	85	16	64	21	135	48	155	51
2.2.3-ACO ESPECIAL	-109	-92	-76	-77	-110	-134	-122	-111	-105	-126	-78	-116	-50	-76	-32	-50	19	0	31	3	11	12	19	-6
3.LAMIN. NAO PLANOS	-544	270	-225	-145	25	-00	188	-44	323	67	100	-0	549	85	624	150	1449	291	1899	460	2043	478	1241	271
4.PROD. TRANSFORMADOS	-80	-70	-10	-28	-22	-39	22	-7	93	23	167	55	180	76	87	36	166	56	463	161	243	90	232	92
5.TREFILADOS	-36	-31	-7	-8	-4	-10	20	1	26	10	20	12	33	18	26	12	49	21	73	28	52	16	52	19
6.ACESSORIOS P/ TUBOS	0	-4	1	-0	-9	-5	5	1	9	7	14	15	13	10	8	-3	15	8	22	22	18	18	21	27
TOTAL	3543	1007	1119	439	-572	-421	206	-204	899	53	850	73	976	164	1976	476	5062	1127	6361	1562	7006	1545	5616	1267

FONTE: CONSIDER/CACEX-88

(\*) MIL TONS.

(\*\*) EM US\$ MILHOES

TABELA 2.8  
 PARTICIPACAO DAS EXPORTACOES NO TOTAL DA PRODUCAO SIDERURGICA BRASILEIRA  
 1979/86

(EM %)

PRODUTOS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
- SEMI-ACABADOS		78,4	52,1	34,0	47,6	66,9	50,0	65,3	55,3
- LAM. PLANOS		7,4	10,8	13,6	22,8	41,8	32,3	27,3	23,2
.CHAPAS GROSSAS		16,0	23,9	24,5	31,7	58,4	34,9	30,0	—
.CHAPAS A FRIO		3,3	3,2	9,0	16,6	28,1	24,1	15,5	—
.CHAPAS A QUENTES		2,6	3,0	7,5	28,6	51,4	44,4	39,2	—
.CHAPAS REVESTIDAS		2,5	5,5	3,8	7,0	13,4	12,4	19,1	—
- LAM. NAO PLANOS		8,9	4,9	15,2	14,9	32,5	34,3	33,2	19,1
TOTAL		12,5	11,4	16,7	20,9	41,1	39,1	38,5	30,3

FORTE: CONSIDER/IBS - ELABORACAO: IESP

TABELA 2.9  
 PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E METAIS NÃO-FERROSOS  
 1975/85

MIL TONS.

PRODUTOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>MIN. DE FERRO</b>										
PRODUÇÃO (CURD)	52200	49900	42800	45000	52900	63000	54100	49800	43700	55200
EXPORTAÇÃO (CURD)	47300	47300	39000	41900	47000	44500	45900	38200	37900	39000
EXPORTAÇÃO TOTAL	67262	67130	58751	66371	75439	78958	85798	86844	69008	87179
<b>MIN. NÃO FERROSOS</b>										
ALUMÍNIO		168	263	217	291	311	292	345	444	504
CHUMBO		69	77	80	99	90	71	53	63	72
COBRE		39	46	45	53	63	45	57	103	102
ESTÂNCIO		7	6	8	9	10	8	9	13	19
NIQUEL		2	3	2	2	3	2	5	11	13
SILÍCIO		6	6	7	6	13	19	18	21	25
ZINCO		53	56	68	79	96	111	110	111	114

FONTE: CONSIDER - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SETOR METALÚRGICO - 1985/86.  
 SEST - PERFIL EMPRESAS ESTATAIS

TABELA 2.10  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPÊNDIOS  
GRUPO : SPE

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPÊNDIOS</b>							
DESPESES DE CAPITAL	205.378	210.675	197.371	164.745	167.928	196.173	209.758
INVESTIMENTOS	148.886	156.855	156.443	109.830	101.300	104.265	102.455
AMORTIZACOES	33.789	30.563	29.216	43.967	53.244	68.702	91.181
INTERNAS	13.727	8.804	7.851	17.647	17.269	15.069	28.495
RESOLUCAO 63	-	3.270	4.182	6.067	8.808	8.573	7.036
EXTERNAS	20.062	18.489	17.182	20.251	27.166	45.061	55.680
OUTRAS DESPESES DE CAPITAL	30.885	31.695	20.721	14.841	19.919	28.503	22.401
(-) TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-8.183	-10.439	-9.009	-3.893	-6.537	-5.298	-6.279
DESPESES CORRENTES	365.879	395.441	400.535	423.898	428.979	443.779	398.972
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.147	67.793	72.719	58.960	51.920	61.783	69.422
ENCARGOS FINANCEIROS	28.246	44.650	60.942	67.228	77.383	85.611	69.443
INTERNOS	6.599	13.206	16.410	17.040	14.643	18.595	17.179
RESOLUCAO 63	-	5.156	8.430	7.989	10.361	8.854	4.541
EXTERNOS	21.646	26.287	36.102	42.197	52.377	58.162	46.723
OUTROS CUSTEIOS	276.653	284.883	268.096	299.403	301.860	300.099	263.556
(-) TRANSFERENCIAS CORRENTES	-3.187	-1.986	-1.222	-1.693	-2.184	-3.645	-2.449
APLICACOES LIQUIDAS	-	-	-	-	283	1.225	4.879
APLICACOES (APROV. PELO CMN)	-	-	-	-	283	1.225	4.879
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>571.258</b>	<b>606.116</b>	<b>597.907</b>	<b>588.643</b>	<b>597.191</b>	<b>641.178</b>	<b>613.609</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	384.094	399.088	389.724	386.681	422.253	429.757	417.179
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	22.010	27.350	37.191	36.542	40.896	18.234
RECURSOS DO TESOURO	32.469	42.135	33.528	24.651	24.094	30.577	46.826
OPERACOES DE CREDITO	99.785	104.771	116.731	67.759	114.478	73.521	49.341
INTERNAS-MOEDAS	44.349	18.614	26.449	17.976	17.206	18.001	19.839
INTERNAS-BENS E SERVICOS	8.447	8.552	7.529	4.803	5.117	4.055	2.737
RESOLUCAO 63	-	17.105	11.261	2.224	1.135	5.215	4.219
EXTERNAS-MOEDAS	32.469	35.594	53.220	26.697	78.037	32.398	6.934
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	14.519	24.903	20.271	16.054	12.980	13.849	9.948
AVIS. MT/30/09/00568	-	-	-	-	-	-	5.664
OUTROS RECURSOS	65.200	44.774	40.800	54.156	38.246	43.750	51.280
(-) TRANSFERENCIAS TOTAIS	11.351	12.074	10.296	5.612	8.729	8.946	8.729
VAR. OP. CRED. CURTO PRAZO	-	12.074	12.741	50.718	2.152	61.013	52.109
VAR. DE VALORES DE TERCEIROS	8.711	1.826	1.351	1.390	1.640	-339	612
VAR. DO DISPONIVEL	-7.655	-8.552	-16.023	-20.291	-35.486	-29.053	-13.443
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>571.258</b>	<b>606.116</b>	<b>597.907</b>	<b>588.643</b>	<b>597.191</b>	<b>641.178</b>	<b>613.609</b>

FONTE : SEST - SEPLAN.

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO ISP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.11  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPENSAS  
GRUPO : SPE

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENSAS</b>							
DISPENSAS DE CAPITAL	35,95	34,75	33,01	27,98	28,11	30,59	34,18
INVESTIMENTOS	26,06	26,90	26,16	18,65	16,96	16,26	16,69
AMORTIZACOES	5,91	5,04	4,88	7,46	8,91	10,71	14,85
INTERNAS	2,40	1,45	1,31	2,99	2,89	2,35	4,64
RESOLUCAO 63	-	0,53	0,69	1,03	1,47	1,33	1,14
EXTERNAS	3,51	3,05	2,87	3,44	4,54	7,02	9,07
OUTRAS DESPENSAS DE CAPITAL	5,40	5,22	3,46	2,52	3,33	4,44	3,65
(-) TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-1,43	-1,72	-1,50	-0,66	-1,09	-0,82	-1,02
DISPENSAS CORRENTES	64,04	65,24	66,98	72,01	71,83	69,21	65,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11,22	11,18	12,16	10,01	8,69	9,62	11,31
ENCARGOS FINANCEIROS	4,94	7,36	10,19	11,42	12,95	13,35	11,15
INTERNOS	1,15	2,17	2,74	2,89	2,45	2,90	2,79
RESOLUCAO 63	-	0,85	1,40	1,35	1,73	1,38	0,74
EXTERNOS	3,78	4,33	6,03	7,16	8,77	9,07	7,61
OUTROS CUSTEIOS	48,42	47,00	44,83	50,86	50,54	46,80	42,95
(-) TRANSFERENCIAS CORRENTES	-0,55	-0,31	-0,20	-0,28	-0,36	-0,56	-0,29
APLICACOES LIQUIDAS	-	-	-	-	0,04	0,19	0,79
APLICACOES (APROV. PELO CMN)	-	-	-	-	0,04	0,19	0,79
<b>TOTAL DE DISPENSAS</b>	<b>100,00</b>						
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	67,23	65,84	65,18	65,69	70,70	67,02	67,98
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	3,63	4,57	6,31	6,11	6,37	2,98
RECURSOS DO TESOURO	5,68	6,95	5,60	4,18	4,36	4,76	7,63
OPERACOES DE CREDITO	17,46	17,28	19,65	11,51	19,16	11,46	8,04
INTERNAS-MOEDAS	7,74	3,07	4,42	3,05	2,88	2,80	3,23
INTERNAS-BENS E SERVICIOS	1,47	1,41	1,25	0,81	0,85	0,63	0,44
RESOLUCAO 63	-	2,82	1,98	0,37	0,19	0,81	0,68
EXTERNAS-MOEDAS	5,68	5,87	8,90	4,53	13,06	5,05	1,13
EXTERNAS-BENS E SERVICIOS	2,54	4,10	3,39	2,72	2,17	2,16	1,62
AVIS.MF/30/09/66588	-	-	-	-	-	-	0,92
OUTROS RECURSOS	11,41	7,38	6,82	9,20	6,40	6,82	8,37
(-) TRANSFERENCIAS TOTAIS	1,98	1,99	1,72	0,95	1,46	1,39	1,42
VAR. OP. CRED. CURTO PRAZO	-	1,99	2,13	8,61	0,36	9,51	8,49
VAR. DE VALORES DE TERCEIROS	1,52	0,31	0,22	0,23	0,27	-0,05	0,09
VAR. DO DISPONIVEL	-1,34	-1,41	-2,68	-4,80	-5,94	-4,53	-2,19
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>						

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.12  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPESAS  
 GRUPO : SPE

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENSOS</b>							
DESPESAS DE CAPITAL	100.00	102.57	96.10	80.21	81.76	95.51	102.13
INVESTIMENTOS	100.00	106.69	105.07	73.76	68.03	70.03	68.81
AMORTIZACOES	100.00	90.45	86.46	130.12	157.57	203.32	269.85
INTERNAS	100.00	64.13	57.19	128.55	125.80	109.76	207.51
RESOLUCAO 63	-	100.00	127.88	185.53	269.35	262.17	215.16
EXTERNAS	100.00	92.15	65.64	100.94	135.41	224.60	277.43
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100.00	102.62	67.09	48.05	44.49	92.29	72.53
(-) TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.00	127.56	110.09	47.57	79.88	64.74	76.73
DESPESAS CORRENTES	100.00	108.07	109.47	115.85	117.24	121.29	109.04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	105.68	113.36	91.91	80.93	96.22	103.22
ENCARGOS FINANCEIROS	100.00	158.07	215.75	238.00	273.96	303.09	242.31
INTERNAS	100.00	200.12	248.67	250.22	221.89	281.78	260.32
RESOLUCAO 63	-	100.00	163.49	154.94	200.95	171.72	88.07
EXTERNAS	100.00	121.44	166.78	194.94	241.97	268.69	215.85
OUTROS CUSTEIOS	100.00	102.97	96.90	109.22	109.11	108.47	95.26
(-) TRANSFERENCIAS CORRENTES	100.00	59.55	38.58	53.45	68.96	115.09	77.32
APLICACOES LIQUIDAS	-	-	-	-	100.00	432.86	1.724.02
APLICACOES (APROV. PELO CMN)	-	-	-	-	100.00	432.86	1.724.02
<b>TOTAL DE DISPENSOS</b>	<b>100.00</b>	<b>106.10</b>	<b>104.66</b>	<b>103.04</b>	<b>104.53</b>	<b>112.23</b>	<b>107.41</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	100.00	103.90	101.46	100.67	109.93	111.88	109.61
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100.00	124.26	160.97	166.02	185.80	83.29
RECURSOS DO TESOURO	100.00	129.76	103.26	75.92	80.36	94.17	144.21
OPERACOES DE CREDITO	100.00	104.99	118.98	67.90	114.72	73.67	49.44
INTERNAS-MOEDAS	100.00	41.97	59.63	40.53	38.79	40.58	44.73
INTERNAS-BENS E SERVICOS	100.00	101.24	89.13	56.86	60.57	48.00	32.40
RESOLUCAO 63	-	100.00	65.83	13.00	6.63	30.48	24.66
EXTERNAS-MOEDAS	100.00	109.62	163.91	82.22	240.34	99.78	21.35
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	100.00	171.52	139.61	110.57	89.40	95.38	68.51
AVIS. NF/30/89/GB588	-	-	-	-	-	-	100.00
OUTROS RECURSOS	100.00	68.67	62.57	83.05	58.65	67.09	78.80
(-) TRANSFERENCIAS TOTAIS	100.00	106.36	90.70	49.44	76.90	78.81	76.90
VAR. OP. CRED. CURTO PRAZO	-	100.00	105.52	420.05	17.82	505.32	431.50
VAR. DE VALORES DE TERCEIROS	100.00	21.65	15.50	15.95	18.82	-3.89	7.02
VAR. DO DISPONIVEL	100.00	111.71	229.31	369.57	463.56	379.52	175.61
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100.00</b>	<b>106.10</b>	<b>104.66</b>	<b>103.04</b>	<b>104.53</b>	<b>112.23</b>	<b>107.41</b>

FONTE : SEST/SEPLAN

ANEXIA 2.13  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - SPE (\*)  
 1986/87

EM MILHÕES DE 1987

	1986		1987		1987/86 (**)
	VALORES	Z	VALORES	Z	
<b>DISPENDIOS</b>					
DESPESAS DE CAPITAL	774493	33,32	841966	32,74	8,71
INVESTIMENTOS	358724	15,43	442177	15,62	12,11
AMORTIZACOES	291725	12,55	399782	15,53	37,88
INTERNAS	96779	4,16	126925	4,97	32,28
RESOLUCAO 63	—	—	—	—	—
EXTERNAS	194946	8,38	271877	10,56	39,46
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	124643	5,33	39281	1,51	-67,84
DESPESAS CORRENTES	1549488	66,67	1732381	67,29	11,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	232513	10,08	285064	11,07	22,68
ENCARGOS FINANCEIROS	237951	10,23	324648	12,61	36,43
INTERNAS	91156	3,92	178514	6,93	95,93
RESOLUCAO 63	—	—	—	—	—
EXTERNAS	146795	6,31	146126	5,67	-0,45
OUTROS CUSTEIOS	1076943	46,42	1122597	43,68	4,84
<b>TOTAL DE DISPENDIOS</b>	<b>2323982</b>	<b>100,00</b>	<b>2574261</b>	<b>100,00</b>	<b>10,77</b>
<b>RECURSOS</b>					
RECEITA OPERACIONAL	1687137	72,64	1838945	71,43	8,99
RECEITA NAO OPERACIONAL	59289	2,55	48881	1,89	-17,55
RECURSOS DO TESOURO	123991	5,33	384654	11,93	145,78
OPERACOES DE CREDITO	174565	7,51	284439	9,65	42,34
INTERNAS-MEDAS	55682	2,39	116681	4,53	14985,88
INTERNAS-BENS E SERVICIOS	9621	0,41	21637	0,84	124,89
RESOLUCAO 63	—	—	—	—	—
EXTERNAS-MEDAS	72985	3,14	79538	3,08	8,97
EXTERNAS-BENS E SERVICIOS	36356	1,56	38633	1,18	-15,74
OUTROS RECURSOS	127462	5,48	135458	5,26	6,32
VAR. OP. CRED. CURTO PRAZO	231673	9,96	286679	8,18	-9,92
VAR. DE VALORES DE TERCEIROS	-17979	-0,77	-96728	-3,75	437,96
VAR. DO DISPONIVEL	-62164	-2,67	-144125	-4,43	83,53
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>2323982</b>	<b>100,00</b>	<b>2574261</b>	<b>100,00</b>	<b>10,77</b>

FONTE: SEST

(\*) OS DADOS DE 1986 E 1987 AQUI APRESENTADOS SEEM NAO SEREM NAO METEOROLOGIA ADOPTADA PELA SEST QUE CONTABILIZA RECURSOS E DISPENDIOS PELO CONCEITO ECONOMICO; ASSIM, NAO SAO COMPARAVEIS AOS ANOS ANTERIORES.

(\*\*) DESFACONDAO POR META

TABELA 2.14  
RECURSOS DO TESOURO - SEST (\*)  
1987

VALORES EM CR\$ MILHÕES

PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO (**)			SUBSIDIOS		
EMPRESAS	VALORES	Z	EMPRESAS	VALORES	Z
ELETOBRAS	20464	7,8	ELETOBRAS (RESS. A FURKAS)	30760	40,0
BIRO/CO-FINANC. (MF/S7)	10615	7,1	ENCARGOS FINANCEIROS	7399	9,6
REINVERSAO DE DIVIDENDOS	1309	0,5	RFFSA	2936	3,8
PME	43	0,0	ESTU	3038	4,0
OUTROS	497	0,2	PORTOBRAS	1414	1,8
SIDERBRAS	173813	66,2	FINEP/FNDCT	4485	5,8
CAPITALIZACAO DE DIVIDAS	143362	54,9	OUTRAS	34179	44,5
CREDITO DE IPI	3184	1,2	GRUPO RFFSA	14659	19,4
PART. DA UNIAO NO CAPITAL	296	0,1	ENDRAPA	5273	6,9
FND	26171	10,0	ENBRATER	4015	5,2
AMORTIZACOES DE DIVIDAS	31931	12,2	PORTOBRAS	1832	2,4
RFFSA	21704	8,3	DEMAIS	8200	10,7
EBTU	6005	2,6			
POTOBAS	3473	1,3			
OUTRAS	35869	13,7			
NUCLERBRAS	7325	2,8			
RFFSA(PSTO. DE ENC. FIN.)	8243	3,2			
DEMAIS	20300	7,8			
<b>TOTAL</b>	<b>261326</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>76752</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SEST - SEPLAN

OBS: (\*) REPASSES PARA O CONJUNTO DAS EMPRESAS DA SEST (SPE+ETGs).

(\*\*) OS VALORES DE CAPITALIZACAO SAO REFERENTES A DESEMBOLSOS/ACERTOS DE CONTA QUE EFETIVAMENTE NAO OCORREM AO LONGO DO TEMPO MAS CONCENTRADAMENTE: ASSIM, SEU VALOR EFETIVO SE ALTERARIA SE CONSIDERADOS OS EFEITOS INFLACIONARIOS, ENORA NAO DEVEM SE ALTERAR AS MAGNITUDES DA DISTRIBUICAO.

IESP0019

TABELA 2.15  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : SPE-SETOR PRODUTIVO ESTATAL

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		16,70	16,98	18,65	15,24	12,29	14,36	16,64
3. OUTROS CUSTEIOS		72,02	71,38	68,79	77,42	71,48	69,82	63,17
4. DESPESAS OPERACIONAIS		88,72	88,37	87,45	92,67	83,78	84,19	79,81
5. MARGEM BRUTA (1-4)		11,27	11,62	12,54	7,32	16,21	15,80	20,19
6. ENCARGOS FINANCEIROS		7,35	11,18	15,63	17,38	18,32	19,92	16,40
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		3,91	0,44	-3,08	-10,06	-2,11	-4,11	3,77

FONTE : SEST/SEPLAN-81

TABELA 2.16  
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PUBLICO - CONCEITO OPERACIONAL  
EMPRESAS ESTATAIS

CZ% MILHOES DE 1987

	1984	Z	1985	Z	1985/84	1986	Z	1986/85	1987	Z	1987/86
TOTAL DAS NFSP (Z DO PIB)	3,1	--	4,3	--	--	3,5	--	--	5,5	--	--
TOTAL DAS NFSP	304798	100,0	472886	100	55,1	444485	100,0	-5,6	698806	100,0	56,5
NO BANCO CENTRAL	318398	104,5	514346	108,8	61,5	405934	90,9	-21,1	615297	88,0	51,6
FORA DO BANCO CENTRAL	-13601	-4,5	-41539	8,8	205,4	40552	9,1	-197,6	83509	12,0	105,9
NFSP - EMPRESAS ESTATAIS (Z DO PIB)	1,1	--	7,5	--	--	4,2	--	--	1,1	--	--
EMPRESAS ESTATAIS	107483	100,0	243539	100	126,6	161138	100,0	-33,8	134344	100,0	-16,6
NO BANCO CENTRAL	103432	96,2	256759	105,4	149,2	130026	89,7	49,3	57370	42,7	-55,9
EMPRESTIMOS - PONTE (NF-30)	50719	47,2	200417	82,3	295,1	279013	173,1	39,2	254473	189,4	-8,8
CREDITOS ESPECIAIS	--	--	47016	19,3	--	7841	4,9	-83,3	-18344	-13,7	-333,9
APLICACOES LIQ. EM TIT. FED.	4304	4,0	-7773	-3,2	-280,6	-36458	-22,6	369,4	-4429	-3,3	-87,9
SAQUES DE DRNE	-12425	-11,5	59827	24,6	5815	58310	36,2	-2,5	17586	13,1	-69,8
FINANC. EXT. (REP. MENOS AMORT.)	60834	56,6	-42728	-17,5	-170,2	-173650	-110,9	318,1	-191916	-142,9	7,4
FORA DO BANCO CENTRAL	4047	3,9	-13221	-5,4	-426,6	31112	19,3	335,3	76974	57,3	147,4
BANCO DO BRASIL S/A (*)	-5607	-5,2	-13503	-5,5	140,8	-21419	-13,3	58,6	--	--	--
BANCOS COMERCIAIS	-15855	-14,7	-1699	-0,7	-89,3	10099	6,3	694,4	--	--	--
DEMAIS INSTITUICOES FINANCEIRAS	-9631	-9,0	-510	-0,2	-94,7	39577	23,9	7664,3	--	--	--
EMPREITEIRAS E FORNECEDORES	35143	32,7	2495	1,0	-92,9	3856	2,4	54,5	--	--	--

FONTE: RELATORIO DO BACEN - 1986/1987 E BRASIL - PROGRAMA ECONOMICO - VOLS. 15 - 1987

OBS: (\*) NAO INCLUI APLICACOES COM SUPRIMENTOS ESPECIFICOS DO BANCO CENTRAL

TABELA 2.17  
VARIÁVEIS SELECIONADAS  
RECEITA OPERACIONAL

CODIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM							
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
01	- PETROBRAS	52,18	56,01	56,44	60,20	58,23	52,68	47,93	
02	- ELETROBRAS	8,39	5,86	4,89	4,24	4,18	5,21	6,80	
03	- SIDERBRAS	9,52	9,18	9,18	8,14	10,82	12,83	12,91	
04	- TELEBRAS	7,83	6,55	7,45	7,03	6,42	7,54	7,40	
05	- CVRD	7,28	5,75	4,87	4,10	6,03	6,89	7,09	
06	- RFFSA	2,85	1,76	1,71	1,64	1,60	1,85	1,74	
07	- NUCLEBRAS	0,12	0,03	0,03	0,04	0,03	0,03	0,17	
08	- PORTOBRAS	1,15	1,25	1,38	1,17	0,94	0,88	1,01	
09	- EMBRAER	0,76	0,61	0,59	0,70	0,62	0,65	1,23	
10	- INFRAERO	0,25	0,25	0,29	0,28	0,25	0,32	0,45	
11	- IMBEL	0,12	0,06	0,11	0,09	0,10	0,09	0,09	
12	- ACESITA	1,50	1,18	1,22	1,08	1,28	1,51	1,55	
13	- DATAMEC	0,13	0,13	0,14	0,17	0,12	0,16	0,17	
14	- CEIPN	0,03	0,01	0,01	-	-	-	-	
16	- CNA	0,32	0,24	0,27	0,22	0,17	0,19	0,21	
18	- OUTRAS EMPRESAS *	4,87	4,77	5,72	5,47	4,82	5,51	5,66	
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	0,29	0,80	
20	- DEMAIS EMPRESAS **	3,29	3,30	6,42	5,33	5,89	4,87	4,81	
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
23	- SEEE ***	10,06	14,01	14,95	13,11	12,69	13,36	15,65	

FONTE : SEST - SEPLAN

\* O GRUPO 18 (outras empresas) compoem-se de: COBAL, EDT, CITRAZEN, SERPRO, CARALSA METAIS, COBRA, COBEC, MAFINSA E USINEC

\*\* O GRUPO 20 (demais empresas) compoem-se de: CELMA, COALERA, SINAC, CBC, CUN, CAEB etc...

\*\*\* S.E.E.E. : SISTEMA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA

TABELA 2.18

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
RECEITA OPERACIONAL

CÓDIGO	NOME GRUPO	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	111,52	109,75	116,15	122,68	112,98	99,56
02	- ELETRONBRAS	100,00	72,65	59,15	50,98	54,77	69,60	88,05
03	- SIDERBRAS	100,00	100,21	97,70	86,01	115,69	141,36	147,22
04	- TELEBRAS	100,00	86,89	96,58	90,45	90,20	107,72	102,71
05	- CVRD	100,00	82,88	56,84	56,81	91,12	93,56	105,84
06	- RFFSA	100,00	88,82	84,38	80,38	85,88	100,58	92,12
07	- NUCLEBRAS	100,00	30,89	28,45	31,70	30,03	32,11	144,51
08	- PORTOBRAS	100,00	113,03	121,69	102,59	90,41	85,92	95,23
09	- ENDRACER	100,00	82,45	78,59	92,07	88,75	95,76	174,93
10	- INFRAERO	100,00	103,00	114,14	110,83	109,82	141,72	109,76
11	- IMBEL	100,00	55,19	98,48	82,68	94,37	85,71	83,54
12	- ACESITA	100,00	82,10	82,84	72,68	94,19	113,19	112,60
13	- DATAMEC	100,00	101,69	110,00	126,79	103,20	129,81	140,37
14	- CETIPN	100,00	34,67	39,51	23,38	21,77	24,19	-
16	- CNA.	100,00	78,14	86,12	70,25	58,53	65,70	71,37
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	101,70	110,98	112,93	108,81	126,49	126,19
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	100,00	261,70
20	- DEMAIS EMPRESAS	100,00	198,52	197,56	162,82	169,83	165,43	158,36
21	- SPE	100,00	103,90	101,46	100,67	109,93	111,89	100,61
23	- SEEE	100,00	144,76	150,77	131,22	138,69	148,67	168,98

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-01/FSU MULT.MEDIAANUAL

TABELA 2.19  
VARIÁVEIS SELECIONADAS  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CÓDIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	6,47	7,74	10,48	10,32	2,44	1,73	2,81
02	- ELETROBRAS	22,31	19,69	22,70	8,43	37,55	21,22	13,29
03	- SIDERBRAS	23,43	28,71	21,96	24,47	24,76	23,42	13,54
04	- TELEBRAS	5,81	3,53	3,15	2,38	0,51	0,36	4,46
05	- CVRD	2,61	5,92	9,48	10,44	3,95	8,92	6,51
06	- RFFSA	7,20	5,51	4,01	7,99	2,91	5,60	6,76
07	- NUCLEBRAS	2,35	3,67	5,69	10,35	7,76	5,25	14,16
08	- PORTOBRAS	1,39	0,71	0,77	1,10	0,22	0,70	0,62
09	- EMBRAER	1,04	0,75	0,25	1,08	0,22	0,58	-
10	- INFRAERO	-	-	2,45	5,35	5,23	12,37	-
11	- IMBEL	0,07	-	-	-	-	-	0,01
12	- ACESITA	5,29	1,47	1,42	0,12	0,01	0,36	0,22
13	- DATAHEC	-	-	-	-	-	-	-
14	- CEIPN	-	-	-	-	-	-	-
16	- CHA.	0,42	0,14	0,08	0,05	0,03	-	-
18	- OUTRAS EMPRESAS	5,65	3,17	1,92	3,15	1,11	3,84	19,73
19	- ITAIPU	14,91	17,06	14,85	14,69	11,88	13,25	17,89
20	- DEMAIS EMPRESAS	1,32	1,92	0,70	0,44	1,34	2,83	-
21	- SFE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
23	- SEEE	16,13	17,33	15,00	11,36	16,20	32,06	49,22

FONTE : SEST - SEPLAN

TABELA 2.20

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CÓDIGO	NOME GRUPO	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	125,51	192,54	168,19	43,23	14,00	21,51
02	- ELETRORAS	100,00	92,65	121,02	25,65	193,08	70,06	29,45
03	- SIDERORAS	100,00	128,65	111,53	70,91	121,22	73,64	28,57
04	- TELEBRAS	100,00	63,96	64,56	27,91	10,16	4,62	38,01
05	- CVRD	100,00	238,11	432,09	261,26	173,81	251,78	123,37
06	- RFFSA	100,00	80,36	66,31	75,37	46,41	57,34	46,00
07	- NUCLEBRAS	100,00	164,23	288,23	298,93	378,68	164,79	297,86
08	- PORTORAS	100,00	53,69	65,59	53,74	18,35	37,20	21,93
09	- ENBRACR	100,00	75,43	28,87	70,26	24,85	41,30	-
10	- INFRAERO	-	-	100,00	124,61	206,88	312,71	-
11	- IMBEL	100,00	10,95	-	-	-	-	9,58
12	- ACESITA	100,00	29,65	31,90	1,53	0,37	5,04	2,13
13	- DATAMEC	-	-	-	-	-	-	-
14	- CEIPN	-	-	-	-	-	-	-
16	- CNA	100,00	35,69	23,64	8,27	9,21	-	-
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	58,99	48,49	37,83	22,64	50,02	172,55
19	- ITAIPU	100,00	120,11	118,50	66,89	91,40	65,50	59,32
20	- DEMAIS EMPRESAS	100,00	152,53	63,38	22,97	116,52	157,92	-
21	- SPE	100,00	104,99	118,98	67,90	114,72	73,67	49,44
23	- SEEE	100,00	112,82	110,69	47,86	115,25	146,48	150,90

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULTIMÉDIA ANUAL

TABELA 2.21

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	3,14	2,18	0,62	0,70	0,13	0,14	0,33
02	- ELETROBRAS	8,71	15,19	6,67	5,13	1,99	1,52	21,16
03	- SIDERBRAS	11,29	12,57	19,68	13,22	9,54	5,11	12,23
04	- TELEBRAS	7,71	8,61	9,62	6,24	2,18	3,02	4,33
05	- CVRD	-	0,70	1,51	1,46	2,74	2,41	1,74
06	- RFFSA	40,21	34,34	32,86	41,32	52,45	56,96	34,02
07	- NUCLEBRAS	3,84	11,75	9,24	8,26	4,99	1,87	2,57
08	- PORTOBRAS	10,47	6,71	11,15	10,58	9,64	7,87	5,47
09	- EMBRAER	-	-	-	0,38	1,16	3,18	1,66
10	- INFRAERO	3,91	2,93	4,11	6,88	9,95	11,97	10,97
11	- IMBEL	-	-	0,24	0,15	0,32	0,31	0,28
12	- ACESITA	0,35	0,31	0,29	0,27	0,26	0,59	0,37
13	- DATAMEC	-	-	-	-	-	-	-
14	- CEIPN	0,20	0,06	0,08	0,06	0,03	0,01	-
16	- CNA	0,37	0,26	0,18	0,23	-	0,44	-
18	- OUTRAS EMPRESAS	6,54	2,69	1,15	1,49	1,84	1,53	3,23
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-
20	- DEMAIS EMPRESAS	3,25	1,79	2,49	3,48	2,84	2,92	1,51
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
23	- SEEE	7,89	10,95	14,20	15,71	13,19	12,72	9,28

FONTE : SEST - SEPLAN

TABELA 2.22

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	NOME GRUPO	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)							
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
01	- PETROBRAS	100,00	90,39	20,68	17,05	3,33	4,31	17,45	
02	- ELETROBRAS	100,00	226,21	79,04	44,69	17,49	16,43	350,21	
03	- SIDERBRAS	100,00	144,51	100,00	88,89	67,94	42,68	156,21	
04	- TELEBRAS	100,00	145,02	128,92	61,48	22,77	36,95	81,18	
05	- CVRD	-	100,00	171,62	121,62	241,89	249,64	276,68	
06	- RFFSA	100,00	110,83	84,37	78,02	104,83	133,46	122,01	
07	- NUCLEBRAS	100,00	397,19	248,51	163,43	104,49	46,11	96,79	
08	- PORTOBRAS	100,00	83,23	110,00	76,73	74,00	70,88	75,44	
09	- EMBRAER	-	-	-	100,00	323,40	1.037,23	829,78	
10	- INFRAERO	100,00	97,16	108,41	133,43	204,40	288,11	404,48	
11	- INSEL	-	-	100,00	45,67	103,70	117,28	162,96	
12	- ACESITA	100,00	114,91	85,08	58,77	60,52	158,77	155,26	
13	- DATAEC	-	-	-	-	-	-	-	
14	- CEIPN	100,00	43,07	44,61	23,07	10,76	7,69	-	
16	- CHA.	100,00	93,38	49,58	47,93	-	112,39	-	
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	53,33	18,25	17,35	22,62	22,10	71,35	
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	
20	- DEMAIS EMPRESAS	100,00	71,46	79,24	81,42	70,23	84,92	67,10	
21	- SPE	100,00	129,74	103,26	75,92	80,36	94,22	144,21	
23	- SEEC	100,00	100,09	105,07	151,17	134,34	151,99	169,63	

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT.MEDIAANUAL

TABELA 2.23

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
INVESTIMENTOS

CODIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	21,81	25,87	30,74	32,13	28,81	29,53	32,96
02	- ELECTROBRAS	18,64	16,82	15,89	16,34	23,64	22,42	19,15
03	- SIDERBRAS	20,87	15,85	11,52	8,98	4,33	4,56	6,16
04	- TELEBRAS	9,84	9,55	11,00	12,04	12,05	12,77	15,72
05	- CURD	4,51	7,48	8,88	7,52	9,63	12,62	8,84
06	- RFFSA	7,29	6,96	4,71	5,27	4,68	3,93	4,38
07	- NUCLEBRAS	1,35	3,28	4,34	5,14	4,89	3,82	2,54
08	- PORTOBRAS	2,87	1,28	1,77	1,59	1,58	1,35	1,26
09	- ENBRAER	0,87	0,12	0,12	0,58	0,34	0,38	0,55
10	- INFRAERO	0,17	-	-	-	0,01	0,02	0,02
11	- IMBEL	0,83	0,01	-	0,02	0,03	0,05	0,04
12	- ACESITA	0,41	0,17	0,14	0,36	0,39	0,44	0,38
13	- DATAMEC	-	-	-	0,04	0,66	0,04	0,07
14	- CEIPN	-	-	-	-	-	-	-
16	- CNA.	0,25	0,18	0,14	0,09	0,04	0,15	-
18	- OUTRAS EMPRESAS	3,54	2,41	1,88	1,33	1,63	0,54	0,52
19	- ITAIPU	10,14	9,87	8,12	7,67	6,48	6,46	7,13
20	- DEMAIS EMPRESAS	0,53	1,97	0,78	0,89	1,36	0,84	0,28
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
23	- SEEE	12,67	13,84	14,34	13,05	14,87	21,15	20,65

FONTE : SEXT - SEPLAN

TABELA 2.24

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
INVESTIMENTOS

CODIGO	NOME GRUPO	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1984=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	122,62	148,84	180,66	89,85	94,79	183,97
02	- ELETRONBRAS	100,00	96,23	69,57	64,65	87,00	84,18	70,68
03	- SIDERBRAS	100,00	63,20	68,33	33,82	14,68	15,91	21,12
04	- TELERBRAS	100,00	112,77	127,89	98,25	96,73	93,92	119,69
05	- CVRD	100,00	176,95	284,69	122,92	145,27	195,81	134,77
06	- RFFSA	100,00	181,81	67,88	53,34	42,95	37,76	41,36
07	- NUCLEBRAS	100,00	259,21	337,65	268,52	245,05	197,91	129,45
08	- PORTOBRAS	100,00	61,62	89,65	56,57	49,24	45,81	41,99
09	- EMBRAPAR	100,00	177,67	168,75	498,21	313,39	355,35	545,25
10	- INFRAERO	100,00	3,74	5,24	3,74	5,24	9,36	8,93
11	- INSEL	100,00	26,78	25,00	57,14	66,07	160,92	62,14
12	- ADESITA	100,00	44,73	35,65	65,15	64,81	74,55	49,91
13	- DATAMEC	100,00	116,66	154,80	766,66	1.133,33	850,00	1.300,00
14	- CEIPN	100,00	14,23	-	-	-	-	-
16	- CMA	100,00	76,43	57,85	27,48	11,51	43,45	1,38
18	- OUTRAS EMPRESAS *	100,00	72,58	53,38	27,71	31,35	16,82	10,29
19	- ITAIPU	100,00	95,35	84,89	55,76	42,94	44,59	43,36
20	- DEMAIS EMPRESAS **	100,00	397,47	154,48	124,65	174,46	110,74	36,66
21	- SPE	100,00	186,69	145,87	73,76	68,83	78,83	68,81
23	- S.E.E.E. ***	100,00	187,82	118,89	75,99	79,84	116,88	113,20

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MÊDIANUAL.

\* O GRUPO 18 (outras empresas) compoem-se de: CUBAL, ECT, CIPRAZIN, SCIPRO, CARACAS METAIS, COBRA, COBEC, MAFERSA E USIMED

\*\* O GRUPO 20 (demais empresas) compoem-se de: DELMA, COALBRA, SINAC, CSC, DAM, CAZEB etc...

\*\*\* S.E.E.E. : SISTEMA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

TABELA 2.25

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
OUTROS CUSTEIOS

CODIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	59,56	62,85	61,21	66,29	63,07	58,99	51,68
02	- ELETRONBRAS	7,39	6,02	3,83	3,62	4,02	3,07	4,76
03	- SIDERBRAS	10,10	9,01	9,11	7,49	10,21	11,41	14,06
04	- TELEBRAS	2,79	1,84	2,16	1,66	1,54	2,97	3,82
05	- CUBD	7,77	4,66	3,42	3,97	4,18	4,94	5,45
06	- RFFSA	1,89	1,65	1,70	1,04	1,34	1,49	1,54
07	- NUCLEBRAS	0,20	0,20	0,39	0,19	0,32	0,31	0,34
08	- PORTOBRAS	1,11	0,83	1,59	0,73	0,47	0,46	0,52
09	- EMBRAER	0,59	0,60	0,60	0,54	0,60	0,93	1,72
10	- INFRAERO	0,18	0,21	0,22	0,22	0,22	0,28	0,49
11	- IMBEL	0,13	0,05	0,12	0,09	0,10	0,09	0,10
12	- ACESITA	1,90	1,56	1,77	1,19	1,33	1,47	1,64
13	- DATAMEC	0,67	0,67	0,09	0,09	0,11	0,11	0,14
14	- CEIPN	0,03	0,04	0,02	0,01	0,01	-	-
16	- CNA	0,38	0,25	0,29	0,16	0,16	0,20	0,24
18	- OUTRAS EMPRESAS	3,86	2,06	5,30	5,14	4,76	5,65	6,43
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	0,02	0,05
20	- DEMAIS EMPRESAS	2,09	7,90	0,40	7,49	7,41	7,53	6,61
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
23	- SEEE	9,40	12,64	12,52	8,63	10,06	10,89	13,73

FONTE : SEST - SEPLAN

TABELA 2.26

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
OUTROS CUSTEIOS

CODIGO	NOME GRUPO	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	138,66	99,60	120,46	115,54	107,40	82,58
02	- ELETROBRAS	100,00	83,89	50,26	53,12	59,35	45,13	60,41
03	- SIDERBRAS	100,00	91,14	86,73	79,64	109,38	121,44	131,46
04	- TELEBRAS	100,00	68,05	75,07	64,37	60,35	115,45	150,57
05	- CURD	100,00	61,83	42,72	55,29	58,74	68,97	66,82
06	- RFFSA	100,00	90,24	87,35	60,10	77,51	85,58	77,93
07	- NUCLEBRAS	100,00	142,27	188,27	101,77	175,66	160,38	161,10
08	- PORTOBRAS	100,00	80,22	95,07	71,37	48,75	45,02	44,89
09	- EMBRAER	100,00	165,47	99,27	98,96	120,13	165,82	276,15
10	- INFRAERO	100,00	115,32	114,17	130,26	129,31	165,90	251,53
11	- IMBEL	100,00	41,20	84,51	71,39	84,51	73,75	69,29
12	- ACESSITA	100,00	84,26	90,00	67,62	76,54	83,60	82,24
13	- DATAMEC	100,00	104,36	119,41	142,23	161,65	161,65	189,32
14	- CETPN	100,00	127,27	78,78	32,32	54,54	20,20	-
15	- CNA	100,00	68,03	74,97	47,85	46,14	59,08	62,13
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	54,89	137,87	143,88	134,27	158,37	158,57
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	100,00	210,60
20	- OSMAS EMPRESAS	100,00	387,68	387,85	386,61	385,51	389,42	389,43
21	- SPE	100,00	102,97	96,96	108,22	109,11	108,43	95,26
23	- SEEE	100,00	138,54	129,12	99,42	116,86	125,65	139,22

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT.MEDIAANUAL

TABELA 2.27

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM							
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
01	- PETROBRAS	19,64	21,91	22,00	22,45	22,47	23,79	23,76	
02	- ELETRONBRAS	9,77	7,32	8,22	7,78	7,15	6,64	8,00	
03	- SIDERBRAS	14,07	13,98	12,38	12,13	13,55	13,90	14,71	
04	- TELEBRAS	16,16	13,91	14,25	14,55	14,18	13,39	13,56	
05	- CVRD	5,74	5,54	5,51	5,58	5,14	5,23	5,91	
06	- RFFSA	11,71	11,29	11,09	11,02	10,79	10,95	9,56	
07	- NUCLEBRAS	0,55	0,19	0,32	0,25	0,53	0,53	0,63	
08	- PORTOBRAS	2,46	4,72	4,70	4,35	4,69	4,60	4,29	
09	- ENERGAER	1,09	1,05	1,27	1,18	1,42	1,56	1,67	
10	- INFRAERO	0,65	0,71	0,79	0,81	0,89	0,96	0,56	
11	- IMBEL	0,24	0,17	0,25	0,27	0,30	0,27	0,23	
12	- ACESSITA	2,05	1,90	1,82	1,76	1,69	1,46	1,54	
13	- DATAMEC	0,41	0,36	0,36	0,41	0,39	0,43	0,49	
14	- CEIPN	0,11	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01	-	
16	- CNA	0,33	0,32	0,32	0,31	0,32	0,25	0,25	
18	- OUTRAS EMPRESAS	10,82	10,79	10,99	11,23	11,52	11,53	10,33	
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	0,18	0,24	
20	- DEMAIS EMPRESAS	4,52	5,75	5,57	5,01	4,87	4,33	3,98	
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
23	- SEEE	13,84	15,04	17,96	19,00	18,97	18,50	20,05	

FONTE : GEST - SEPLAN

TABELA 2.28

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CODIGO	NOME GRUPO	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)							
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
01	- PETROBRAS	100,00	117,90	126,96	165,07	92,68	116,89	136,89	
02	- ELETROBRAS	100,00	79,22	95,38	73,26	59,23	65,66	63,64	
03	- SIDERBRAS	100,00	104,97	99,71	79,23	77,90	95,31	113,68	
04	- TELEBRAS	100,00	90,97	99,98	82,72	71,03	79,94	90,33	
05	- CURD	100,00	101,98	108,81	89,25	72,51	87,87	111,36	
06	- RFFSA	100,00	101,90	107,37	92,77	74,61	89,46	83,33	
07	- NUCLEBRAS	100,00	37,11	66,57	41,92	79,83	93,48	125,77	
08	- PORTOBRAS	100,00	202,27	216,17	162,69	154,01	179,97	188,43	
09	- EMPRAER	100,00	102,43	132,33	100,14	105,57	138,19	166,80	
10	- INFRAERO	100,00	116,30	138,36	115,82	111,03	143,64	144,60	
11	- IMBEL	100,00	77,27	117,53	103,89	101,94	112,33	105,84	
12	- AGESITA	100,00	98,10	100,83	78,95	66,86	68,92	81,53	
13	- DATAMEC	100,00	93,15	101,52	92,77	78,32	102,66	129,65	
14	- CEIPN	100,00	49,33	46,66	24,00	16,00	13,33	-	
16	- CNA	100,00	102,79	109,83	85,58	77,67	74,41	83,25	
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	105,35	115,14	95,36	86,13	102,85	103,31	
19	- ITAIPU	-	-	-	-	-	100,00	148,21	
20	- DEMAIS EMPRESAS	100,00	134,30	139,64	101,89	87,18	92,35	95,34	
21	- SPE	100,00	105,68	113,36	91,91	80,93	96,51	108,22	
23	- SEEE	100,00	121,94	156,19	133,93	117,72	136,97	173,08	

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT.MEDIANUAL

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

TABELA 2.29

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
ENCARGOS FINANCEIROS

CODIGO	NOME GRUPO								PERCENTAGEM
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
01	- PETROBRAS	8,64	6,37	9,16	14,38	6,81	7,19	5,72	
02	- ELETRONBRAS	33,62	26,73	25,30	25,32	28,67	26,31	27,58	
03	- SIDERBRAS	14,16	20,43	28,51	23,31	28,49	29,13	24,17	
04	- TELEBRAS	17,35	10,37	6,98	5,25	4,12	2,97	2,15	
05	- CVRD	7,19	2,93	5,31	7,75	4,77	4,44	6,49	
06	- RFFSA	5,81	4,87	4,34	4,61	6,31	7,00	6,12	
07	- NUCLEBRAS	3,72	2,91	2,82	3,62	4,18	4,48	5,08	
08	- PORTOBRAS	1,36	1,24	1,10	1,07	0,81	0,70	0,71	
09	- EMBRAR	0,40	0,25	0,59	0,34	0,53	0,55	0,56	
10	- INFRAERO	1,39	0,53	1,54	2,03	2,08	3,07	3,14	
11	- INDEL	-	-	0,03	0,03	-	-	-	
12	- ADESITA	4,84	3,06	4,11	2,47	1,95	1,07	0,68	
13	- DATAMEC	-	-	-	-	-	-	-	
14	- CEIPN	-	-	-	-	-	-	-	
16	- CNA	0,51	0,39	0,46	0,41	0,18	0,07	0,02	
18	- OUTRAS EMPRESAS	2,09	0,99	1,48	1,97	2,05	1,68	1,28	
19	- ITAIPU	-	0,31	6,72	6,56	7,35	10,53	15,57	
20	- DEMAIS EMPRESAS	-	2,53	1,47	0,78	0,81	0,80	0,66	
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
23	- SCEE	26,51	20,99	19,90	13,08	17,90	15,78	17,67	

FONTE : SEST - SEPLAN

TABELA 2.30

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
ENCARGOS FINANCEIROS

CODIGO	NOME GRUPO	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	125,31	245,79	423,67	232,27	271,37	172,43
02	- ELETRORBRAS	100,00	125,65	162,36	179,27	233,60	237,18	198,75
03	- SIDERORBRAS	100,00	317,42	434,42	391,85	551,22	623,57	413,78
04	- TELEBRAS	100,00	94,49	86,82	72,85	65,12	51,98	30,10
05	- CURD	100,00	44,54	159,47	255,72	181,97	187,49	218,80
06	- RFFSA	100,00	132,52	161,82	189,89	297,62	365,84	255,23
07	- NUCLEORBRAS	100,00	123,88	163,74	231,68	307,89	359,18	331,39
08	- PORTORBRAS	100,00	143,78	173,57	196,52	164,24	156,99	126,16
09	- ENGRASER	100,00	98,26	317,39	280,80	360,80	415,65	337,39
10	- INFRAERO	100,00	59,39	239,68	350,25	566,24	667,76	545,68
11	- IMBEL	-	-	100,00	127,77	11,11	-	-
12	- ACESITA	100,00	99,56	192,52	121,26	110,41	67,80	33,94
13	- DATAEC	-	-	-	-	-	-	-
14	- CEIPN	-	-	-	-	-	-	-
16	- CNA	100,00	121,52	194,44	195,13	186,00	42,36	13,88
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	75,42	153,55	225,25	269,13	245,88	149,49
19	- ITAIPU	-	100,00	110,37	118,86	153,42	243,84	287,27
20	- DEMAIS EMPRESAS	-	100,00	79,57	46,86	55,70	61,18	40,31
21	- SPE	100,00	150,87	215,75	238,88	273,96	303,89	242,31
23	- SEEE	100,00	125,17	161,99	117,49	185,81	180,43	151,51

FONTE : SEST - SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FCV MÚLTIPLO ANUAL

TABELA 2.31

VARIÁVEIS SELECIONADAS  
ANONIZADAS

CODIGO	NOME GRUPO	PERCENTAGEM							
		1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
01	- PETROBRAS	5,41	7,06	9,87	10,86	12,14	10,18	7,06	
02	- ELETROBRAS	18,03	20,75	25,22	19,61	17,60	22,97	28,62	
03	- SIDERBRAS	11,43	10,64	22,55	35,36	33,26	27,24	18,68	
04	- TELEBRAS	19,22	19,60	12,69	9,91	7,98	6,18	4,28	
05	- CVRD	7,97	3,96	4,27	2,89	3,58	4,81	2,93	
06	- RFFSA	10,05	7,61	4,72	0,13	9,53	9,89	7,65	
07	- NUCLEBRAS	0,84	2,65	1,27	0,89	1,92	1,85	2,65	
08	- PORTOBRAS	2,68	2,89	2,95	1,91	1,69	1,25	1,00	
09	- EXBRACR	4,88	2,40	0,73	0,57	0,64	0,62	0,38	
10	- INFRAERO	1,96	1,88	1,78	0,87	0,64	1,39	2,65	
11	- IMBEL	-	-	-	-	0,03	-	-	
12	- ACESITA	10,68	4,71	7,01	2,68	3,57	1,43	1,10	
13	- DATAMEC	0,06	0,12	0,06	-	-	-	-	
14	- CEIPN	0,03	-	0,03	0,01	-	-	-	
16	- CNA	0,31	0,04	0,05	0,06	-	-	-	
18	- OUTRAS EMPRESAS	7,68	2,65	2,70	3,53	2,23	4,34	17,10	
19	- ITAIPU	-	2,32	2,02	2,00	4,25	6,52	6,39	
20	- DEMAIS EMPRESAS	-	2,88	1,98	0,80	0,94	1,23	0,59	
21	- SPE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
23	- SEEE	24,79	20,89	24,00	14,63	17,82	15,60	15,60	

FONTE : SEST - SEPLAN

TABELA 2.32  
VARIÁVEIS SELECIONADAS  
AMORTIZADAS

CODIGO	NOME GRUPO	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
01	- PETROBRAS	100,00	118,16	157,76	259,79	353,66	362,71	352,35
02	- ELETROBRAS	100,00	104,86	120,90	141,49	153,78	258,93	428,25
03	- SIDERBRAS	100,00	147,39	170,47	402,25	458,24	484,29	426,62
04	- TELEBRAS	100,00	92,24	57,09	66,42	64,60	65,42	60,17
05	- CVRD	100,00	58,69	52,23	53,24	79,75	136,31	111,96
06	- RFFSA	100,00	68,48	40,64	105,26	149,44	200,11	169,25
07	- NUCLEBRAS	100,00	284,21	130,87	137,89	350,94	447,01	848,07
08	- PORTOBRAS	100,00	94,37	95,14	92,72	99,44	95,25	101,10
09	- EMBRACER	100,00	44,55	12,95	15,25	20,82	25,96	21,36
10	- INFRAERO	100,00	86,07	78,73	57,76	51,73	144,49	365,46
11	- IMBEL	-	-	-	-	100,00	-	-
12	- ACESITA	100,00	39,90	56,80	32,66	52,72	27,29	27,79
13	- DATAHEC	100,00	168,18	81,81	-	-	-	-
14	- CETPN	100,00	-	75,00	33,33	33,33	-	-
16	- CNA	100,00	13,33	15,23	25,71	3,80	3,80	3,84
18	- OUTRAS EMPRESAS	100,00	31,29	30,44	59,84	45,93	115,49	601,07
19	- ITAIPU	-	100,00	83,26	124,05	318,84	630,09	818,42
20	- DEMAIS EMPRESAS	-	100,00	65,79	40,11	57,27	96,59	61,02
21	- SPE	100,00	90,45	86,46	130,12	157,57	203,32	269,85
23	- SEEE	100,00	105,40	83,69	76,79	113,28	127,97	169,84

FONTE : SEST - SEPLAN  
NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FCV MULT.MEDIAANUAL

TABELA 2.33  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : SFE-SECTOR PRODUTIVO ESTATAL

	PERCENTAGEM					
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE	19,93	17,47	14,47	13,54	13,43	12,13
DISPONIVEL	2,84	1,87	1,19	1,35	1,32	1,23
VALORES	7,86	6,02	6,00	5,62	5,54	5,49
ESTOQUES	8,43	7,33	5,72	4,82	4,61	3,96
OUTROS	2,38	2,19	1,55	1,74	1,95	1,53
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4,89	4,54	4,35	3,47	3,79	4,62
VALORES A RECEBER	2,23	2,01	2,59	2,27	2,25	1,78
OUTROS	1,85	2,53	1,75	1,19	1,13	2,83
ATIVO PERMANENTE	75,97	77,96	81,17	82,98	83,17	83,23
INVESTIMENTOS	2,86	2,86	2,75	2,42	3,76	4,15
IMOBILIZADO LIQUIDO	67,11	67,78	68,57	70,17	68,30	66,44
DIFERIDO	5,99	7,30	9,84	10,38	10,90	12,64
TOTAL DO ATIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE	21,12	19,57	18,01	19,04	17,99	21,45
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL	3,92	2,74	3,39	2,49	3,61	5,42
EMP/RESOLUCAO 63	-	0,44	0,25	0,54	0,46	0,65
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA	4,95	3,87	3,98	5,70	5,36	7,35
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS	3,82	4,96	4,93	5,39	3,53	2,85
OUTROS	9,32	7,54	5,77	4,90	4,96	5,16
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	41,30	43,14	45,90	45,93	44,47	42,47
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL	10,66	10,30	10,36	12,89	12,98	12,25
EMP/RESOLUCAO 63	-	1,13	1,66	2,27	1,59	1,47
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA	21,05	21,78	23,78	26,87	27,00	25,79
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL	1,70	1,60	1,96	2,16	1,10	1,12
OUTROS	7,87	8,27	8,12	1,71	1,78	1,79
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS	0,07	0,04	0,07	2,77	2,59	2,45
PARTICIPACOES MINORITARIAS	2,94	2,65	2,43	2,13	1,97	1,77
PATRIMONIO LIQUIDO	34,64	34,59	33,56	30,11	32,95	31,84
CAPITAL INTEGRALIZADO	9,91	10,99	10,72	7,58	7,63	6,17
RESERVAS	24,72	23,58	22,84	22,53	25,32	25,67
TOTAL DO PASSIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

TABELA 2.34

INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : SPE-SETOR PRODUTIVO ESTATAL

	PERCENTAGEM					
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - MARGENS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-
LCHQ/RO	3,23	0,36	1,44	1,57	3,30	12,43
LLIR/RO	6,45	8,47	4,26	4,49	8,09	-0,34
II - TAXAS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-
LCHQ/PL	0,97	0,10	0,36	0,29	0,62	2,20
LLIR/PL	2,82	0,29	1,08	0,97	1,68	6,92
LLIR/RO	5,64	6,87	3,19	2,78	4,62	-0,19
III - ENDIVIDAMENTO	-	-	-	-	-	-
PC+EXL/RO	206,10	223,54	254,42	348,11	331,86	360,20
PC+EXL/PL	180,19	181,38	190,40	215,75	189,54	203,72
PC+EXL/PT	62,43	62,72	63,91	64,97	62,47	63,92
FIN.BANCIONAL TOTAL/PT	35,42	35,43	34,23	28,57	28,04	25,62
FIN.BANCARIO TOTAL/PT	39,70	40,33	42,14	50,78	51,03	52,99
FIN.BAN.EXT./PT	26,01	27,23	29,68	35,39	34,42	35,30
FIN.BAN.INT./PT	13,69	13,05	13,45	15,38	16,60	17,68
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL	-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT	6,12	7,92	7,67	8,30	5,73	4,45
FIN.BAN./EXT	53,59	64,31	67,49	78,13	81,69	82,69
OUTROS/EXT	30,28	27,76	24,82	13,53	12,56	12,84
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-
AT.PERM./EXL+PL	100,01	100,29	102,14	109,11	107,40	111,99
VI) - COMPOSICAO RE. E CUSTOS	-	-	-	-	-	-
RECEITAS	-	-	-	-	-	-
RO/RT	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RNO/RT	-	-	-	-	-	-
CUSTOS	-	-	-	-	-	-
CO/CT	-	-	-	-	-	-
CI/CT	-	-	-	-	-	-
DFL/CT	-	-	-	-	-	-
VII) - DESPESA E REC. FINANC.	-	-	-	-	-	-
OFL/RO	-	-	-	-	-	-
VIII) - LIQUIDEZ	-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)	94,36	89,25	80,36	71,12	74,65	56,57
GERAL(AC+RLP/PC+EXL)	39,48	35,13	29,46	26,19	26,93	26,22
SECA(DISP.+VAL./PC)	43,14	40,43	39,98	36,63	38,19	30,95
IX) - ALAVANCAGEM FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-
LONQ/PL-LONQ+OFL/AT	-	-	-	-	-	-

TABELA 2.35  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : PETROBRAS

IESP0019

EM C25 MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	37.438	45.052	53.986	42.417	37.919	40.189	44.438
INVESTIMENTOS	32.482	39.833	48.000	35.296	29.186	30.790	33.774
AMORTIZACOES	1.828	2.160	2.884	4.748	6.465	6.996	6.441
INTERNAS	-	-	639	1.233	1.448	1.233	1.388
RESOLUCAO 63	-	-	9	221	113	-	-
EXTERNAS	-	-	2.241	3.293	4.903	5.762	5.053
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.127	3.058	3.013	2.371	2.258	2.402	4.223
DESPESAS CORRENTES	179.642	196.753	185.678	221.391	207.325	197.869	157.146
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.601	14.858	16.000	13.241	11.669	14.730	16.496
ENCARGOS FINANCEIROS	2.271	2.846	5.582	9.667	5.275	6.162	3.916
INTERNOS	-	-	2.697	2.814	1.571	1.395	958
RESOLUCAO 63	-	-	3	59	13	-	-
EXTERNOS	-	-	2.881	6.793	3.690	4.764	2.961
OUTROS CUSTEIOS	164.768	179.048	164.115	198.482	190.380	176.975	136.734
TOTAL DE DISPENDIOS	217.000	241.805	239.664	263.808	245.236	238.058	201.584
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	200.414	223.520	219.974	232.796	245.868	226.439	199.549
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	4.365	7.150	9.700	15.554	13.215	3.976
RECURSOS DO TESOURO	1.019	922	211	174	34	44	170
OPERACOES DE CREDITO	6.464	8.113	12.446	6.994	2.795	905	1.391
INTERNAS-MOEDAS	-	-	644	348	98	82	185
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	203	491	692	31	33
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	6.568	2.250	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	5.047	3.904	2.004	792	1.173
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/DB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	9.072	1.183	523	2.314	1.267	10.601	4.082
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	3.966	7.482	26.355	-4.666	-462	-5.034
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	108	-266	-8.120	-14.529	-15.617	-12.685	-1.758
TOTAL DE RECURSOS	217.000	241.865	239.667	263.808	245.236	238.058	201.584

FORNE : SEST/SEPLAN

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPÊNDIOS  
GRUPO : PETROBRAS

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPEAS DE CAPITAL	17,24	18,63	22,52	16,07	15,45	16,88	22,04
INVESTIMENTOS	14,96	16,47	20,06	13,37	11,90	12,93	16,75
AMORTIZACOES	0,84	0,89	1,20	1,00	2,63	2,93	3,19
INTERNAS	-	-	0,26	0,46	0,59	0,51	0,68
RESOLUCAO 63	-	-	-	0,08	0,04	-	-
EXTERNAS	-	-	0,93	1,24	1,99	2,42	2,50
OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL	1,44	1,26	1,25	0,89	0,92	1,00	2,09
DESPEAS CORRENTES	82,75	81,36	77,48	83,92	84,54	83,11	77,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5,80	6,14	6,67	5,01	4,75	5,18	8,18
ENCARGOS FINANCEIROS	1,04	1,17	2,32	3,66	2,15	2,58	1,94
INTERNOS	-	-	1,12	1,06	0,64	0,58	0,47
RESOLUCAO 63	-	-	-	0,02	-	-	-
EXTERNOS	-	-	1,20	2,57	1,50	2,00	1,46
OUTROS CUSTEIOS	75,90	74,04	68,47	75,23	77,63	74,34	67,82
TOTAL DE DISPÊNDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	92,32	92,43	91,78	88,24	100,25	95,11	98,99
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	1,90	2,98	3,67	6,34	5,55	1,97
RECURSOS DO TESOURO	0,46	0,38	0,08	0,06	0,01	0,01	0,03
OPERACOES DE CREDITO	2,97	3,35	5,19	2,65	1,13	0,38	0,69
INTERNAS-MOEDAS	-	-	0,26	0,13	0,04	0,03	0,09
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	0,08	0,18	0,28	0,01	0,01
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	2,74	0,25	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	2,10	1,47	0,81	0,33	0,58
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	4,17	0,48	0,21	0,87	0,51	4,45	2,02
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	1,64	3,12	9,99	-1,90	-0,19	-2,89
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	0,65	-0,11	-3,38	-5,50	-6,36	-5,52	-0,87
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.37  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : PETROBRAS

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENDIOS</b>							
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	129,33	144,20	113,29	101,26	107,34	118,69
INVESTIMENTOS	100,00	122,63	148,04	108,66	89,85	94,79	103,97
AMORTIZACOES	100,00	118,16	157,76	259,73	353,66	382,71	352,35
INTERNAS	-	-	100,00	194,78	228,75	194,78	219,27
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	2.455,55	1.255,55	-	-
EXTERNAS	-	-	100,00	146,94	218,78	257,11	225,47
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	97,79	96,35	75,82	72,20	76,81	135,04
DESPESAS CORRENTES	100,00	109,52	103,37	123,24	115,41	110,14	87,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	117,91	126,97	105,07	92,60	116,89	130,91
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	125,31	245,79	425,67	232,27	271,33	172,43
INTERNOS	-	-	100,00	104,33	58,24	51,72	35,40
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	1.966,66	433,33	-	-
EXTERNOS	-	-	100,00	235,78	128,08	165,35	102,77
OUTROS CUSTEIOS	100,00	109,66	99,60	120,46	115,54	107,40	82,98
<b>TOTAL DE DISPENDIOS</b>	<b>100,00</b>	<b>111,38</b>	<b>110,41</b>	<b>121,52</b>	<b>112,97</b>	<b>109,66</b>	<b>92,86</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	100,00	111,52	109,75	116,15	122,68	112,98	99,56
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	163,00	222,22	358,33	382,74	91,08
RECURSOS DO TESOURO	100,00	90,48	20,70	17,07	3,33	4,31	17,46
OPERACOES DE CREDITO	100,00	125,51	192,54	188,19	43,23	14,00	21,51
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	54,03	15,21	12,73	28,72
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	241,87	340,88	15,27	16,25
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	34,25	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	77,35	39,70	15,69	23,24
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/88588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	13,04	5,76	25,50	13,96	116,65	44,99
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	188,65	664,52	-117,65	-11,64	-147,10
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	-246,29	-7.518,51	-13.452,77	-14.460,18	-11.745,37	-1.627,77
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>	<b>111,38</b>	<b>110,40</b>	<b>121,52</b>	<b>112,97</b>	<b>109,66</b>	<b>92,86</b>

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.38  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : PETROBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6,28	6,64	7,27	5,68	4,74	6,50	8,26
3. OUTROS CUSTEIOS		82,21	80,10	74,60	85,26	77,43	78,15	68,52
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		88,50	86,75	81,88	90,94	82,17	84,66	76,78
5. MARGEM BRUTA (1-4)		11,49	13,24	18,11	9,05	17,82	15,33	23,21
6. ENCARGOS FINANCEIROS		1,13	1,27	2,53	4,15	2,14	2,72	1,96
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		10,36	11,97	15,58	4,89	15,67	12,61	21,24

FONTE : SEST/SEPLAN

EXIBICAO 2.3.3  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUICAO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO 4 01 - PETROBRAS

EM DZS MILHES DE R\$

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
01010000	- PETROLEO BRASILEIRO S/A.PETROBRAS.	160.035	179.972	176.759	177.953	194.603	184.891
01010100	- PETROBRAS MINERACAO S/A.	-	-	-	-	-	-
01010101	- PETROLEO BRASILEIRO S/A	-	-	-	-	-	-
01010200	- PETROBRAS FERTILIZANTES S/A	-	-	-	-	-	-
01010201	- FERT. NITROG. DO NORD. S/A. NITROFERTIL	1.178	1.171	1.290	1.863	2.253	2.529
01010202	- ULTRAFERTIL S/A IND. E COM. DE FERT.	5.153	4.138	3.443	2.519	2.332	2.442
01010203	- FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A.FOSFERTIL	432	1.898	2.463	2.411	2.230	2.968
01010204	- GOIAS FERTILIZANTES S/A. GOIASFERTIL.	-	-	22	245	598	487
01010205	- IND. CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. ICC	205	203	210	616	717	672
01010300	- PETROBRAS COM INTERNAC.S/A INTERBRAS.	2.669	4.592	9.113	14.614	13.778	11.512
01010301	- INTERBRAS CAYMAN COMPANY.	6.852	12.919	12.989	18.216	25.150	28.970
01010302	- INTERBRAS FRANCE S.A.	24	1.462	1.073	659	1.051	1.224
01010303	- INTERCOR TRADE INC.	1.193	1.914	2.259	3.703	4.435	13.581
01010304	- SEABULL TRADING COMPANY	6.868	2.735	9.973	15.228	17.574	14.190
01010400	- PETROBRAS DISTRIB. S/A SR	67.824	71.956	66.296	58.558	60.839	58.265
01010401	- PARTIC. EM EMPREENDE TRANSP.SA -PETRAS	-	-	-	-	-	-
01010500	- PETROBRAS INTERNACIONAL S/A. BRASPETRO.	32	107	861	640	793	1.536
01010501	- BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY-BRASOIL.	10	38	61	871	95	1.542
01010502	- BRASPETRO ALGERIE S.A.	134	-	-	70	10	5
01010600	- PETROBRAS QUIMICA S/A PETROQUISA	-	-	2	1	2	3
01010601	- COFESUL - CIA PETROQUIMICA DO SUL.	-	-	118	3.840	5.338	6.028
01010602	- PETROFLEX - INDUSTRIA E COMERCIO S/A	3.871	3.449	3.233	3.864	3.213	3.345
01010603	- PETROQUIMICA UNIAO S/A.	5.339	6.462	6.883	6.287	6.511	6.354
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	260.416	292.965	296.237	311.303	341.570	340.974
*****	TOTAL DO GRUPO *****	260.414	292.521	219.974	232.797	245.868	226.439

FONTE SEST/SEPLAN  
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2,40  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 INVESTIMENTOS  
 GRUPO : 01 - PETROBRAS

EM CZ\$ MILHÕES DE 1985

CODIGO	NOME EMPRESA	1986	1981	1982	1983	1984	1985
01010000	- PETROLEO BRASILEIRO S/A.PETROBRAS.	25.742	39.734	42.367	31.943	24.488	27.889
01010100	- PETROBRAS MINERACAO S/A.	313	473	789	1.275	2.374	1.293
01010200	- PETROBRAS FERTILIZANTES S/A	1.428	789	15	4	5	12
01010201	- FERT. NITROG. DO NORD. S/A. NITROFERTIL	138	24	626	24	51	56
01010202	- ULTRAFERTIL S/A IND. E COM. DE FERT.	143	553	713	257	224	384
01010203	- FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A.FOSFERTIL	403	14	38	25	76	348
01010204	- GOIAS FERTILIZANTES S/A. GOIASFERTIL.	473	571	528	83	18	94
01010205	- IND. CARBOQUINICA CATARINENSE S.A. ICC	140	52	129	185	63	46
01010300	- PETROBRAS COM INTERNAC.S/A INTERBRAS.	8	3	6	18	5	8
01010301	- INTERBRAS DAYMAN COMPANY.	-	-	-	-	-	-
01010302	- INTERBRAS FRANCE S.A.	-	-	-	-	-	-
01010303	- INTERNSA TRADE INC.	-	2	-	7	9	8
01010304	- SEASULL TRADING COMPANY	-	-	-	-	-	-
01010400	- PETROBRAS DISTRIB. S/A BR	324	296	269	247	182	236
01010401	- PARTIC. EM EMPREENH. TRANSP.S/A -PETRAS	-	-	-	-	-	-
01010500	- PETROBRAS INTERNACIONAL S/A. BRASPETRO.	992	776	685	846	987	1.633
01010501	- BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY-BRASCIL.	333	116	1	4	4	31
01010502	- BRASPETRO ALGERIE S.A.	120	58	42	9	78	68
01010600	- PETROBRAS QUIMICA S/A PETROQUISA	-	-	-	-	-	4
01010601	- COPELUL - CIA PETROQUIMICA DO SUL.	2.276	2.574	1.917	326	153	187
01010602	- PETROFLEX - INDUSTRIA E COMERCIO S/A	114	193	298	287	192	261
01010603	- PETROQUIMICA UNIAC S/A.	248	153	127	169	154	235
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	33.204	40.095	48.465	35.031	29.289	32.116
*****	TOTAL DO GRUPO *****	32.484	39.635	48.058	35.292	29.188	31.792

SEST/SEPLAN

FONTE:  
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FCM MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.41  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : PETROBRAS

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE		56,95	51,12	47,04	46,13	47,60	45,81
DISPONIVEL		3,16	1,65	1,52	2,38	2,34	2,09
VALORES		18,49	18,84	18,43	19,04	21,25	22,16
ESTOQUES		34,21	32,48	24,32	23,38	23,13	20,43
OUTROS		1,08	0,94	0,75	1,32	0,95	1,12
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		1,40	2,16	2,75	2,40	3,36	3,88
VALORES A RECEBER		1,11	1,64	2,46	2,26	3,36	3,68
OUTROS		0,28	0,31	0,29	0,14	-	-
ATIVO PERMANENTE		41,64	46,71	50,19	51,46	48,94	50,30
INVESTIMENTOS		2,63	2,64	2,83	2,97	4,75	5,15
IMOBILIZADO LIQUIDO		36,98	41,33	43,66	41,64	40,73	41,43
DIFERIDO		2,10	2,73	3,70	6,84	3,46	3,71
TOTAL DO ATIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE		48,17	44,44	42,50	47,26	43,54	37,27
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		1,07	1,63	2,30	2,69	2,73	2,91
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	0,01	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		11,07	7,72	12,04	12,56	14,23	10,55
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS		10,66	12,70	15,98	22,91	15,16	12,32
OUTROS		25,35	22,10	12,16	9,07	11,40	11,47
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		13,59	15,20	19,02	20,67	19,04	16,94
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		5,90	5,74	5,02	4,46	3,94	4,31
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	0,05	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		6,20	8,97	13,75	15,93	14,79	12,21
ADJANT. P/ AUMENTO CAPITAL		0,21	0,13	0,12	0,08	0,03	0,10
OUTROS		1,26	0,43	0,12	0,12	0,26	0,31
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS		-	-	-	0,10	0,07	-
PARTICIPACOES MINORITARIAS		1,07	1,12	1,15	1,56	2,33	2,40
PATRIMONIO LIQUIDO		37,15	39,14	37,31	30,38	35,00	43,37
CAPITAL INTEGRALIZADO		10,25	8,06	8,30	4,91	4,12	5,59
RESERVAS		26,90	31,08	29,01	25,46	30,88	37,77
TOTAL DO PASSIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SNE - DEPLAN

TABELA 2.42  
INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO 1 - RECORRIDAS

	PERCENTAGEM						
ANOS	1988	1981	1982	1983	1984	1985	1986
I - MARGENS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-	-
LQ/RO	6,48	4,58	11,06	4,49	10,47	20,00	16,46
LLIR/RO	5,17	4,38	3,64	2,95	3,76	11,15	14,10
II - TAXAS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-	-
LQ/PL	14,71	11,62	24,13	9,94	21,52	33,94	30,02
LLIR/PL	12,32	11,11	7,18	6,60	7,61	18,93	22,92
III - ENCIVIDAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
PC+EXL/RO	69,79	60,22	69,69	101,12	87,08	73,66	58,49
PC+EXL/PL	166,22	152,60	164,86	223,63	178,70	123,01	62,29
PC+EXL/PT	61,76	59,73	61,52	67,94	62,58	54,22	44,23
FIN.NACIONAL TOTAL/PT	44,48	45,03	65,72	39,37	33,55	31,44	27,32
FIN.BANCIARIO TOTAL/PT	24,23	24,67	33,13	35,74	35,71	30,30	25,37
FIN.BAN.EXT./PT	17,27	16,69	25,20	28,57	29,05	22,77	16,93
FIN.BAN.INT./PT	6,97	7,33	7,32	7,16	6,66	7,22	8,46
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL	-	-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT	17,27	21,74	25,93	33,72	24,23	22,72	15,64
FIN.BAN./EXT	37,27	40,30	53,84	52,60	57,26	55,33	57,38
OUTROS/EXT	43,44	37,94	20,17	13,68	18,70	21,94	26,71
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-	-
AT.PERK./EXL+PL	82,85	85,82	89,07	100,79	98,56	83,38	82,82
VI) - COMPOSICAO REL. E CUSTOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-
RO/RT	99,89	99,04	98,65	98,78	99,34	98,38	99,66
RNC/RT	0,96	0,95	1,34	1,29	0,65	1,61	1,33
CUSTOS	-	-	-	-	-	-	-
CB/CT	57,64	66,83	92,71	75,66	76,23	77,65	78,55
CI/CT	6,26	5,04	5,66	5,79	6,39	10,55	17,49
DPL/CT	6,12	3,15	3,61	18,53	23,37	11,78	3,67
VII) - DESPESA E REC. FINANC.	-	-	-	-	-	-	-
DPL/RO	5,85	7,01	3,23	17,97	21,08	9,63	3,94
VIII) - LIQUIDEZ	-	-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)	118,22	115,01	110,68	97,59	109,56	122,93	132,31
GERAL (AC+RLP/PC+EXL)	94,43	89,20	60,93	71,43	81,56	91,66	100,77
SEDA (DISP.+VAL./PC)	44,96	39,60	46,96	45,33	54,19	65,09	64,20

TABELA 2.43

## ÍNDICE DE PREÇOS DOS DERIVADOS

## DE PETRÓLEO\*

ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
JAN.	69,36	94,61	98,56	97,13	97,39	109,04	73,39
FEV.	70,34	104,33	103,90	91,31	106,96	101,47	66,45
MAR.	70,71	98,73	105,84	98,06	97,09	112,35	67,65
ABR.	81,68	102,65	100,02	96,99	97,66	104,44	68,09
MAIO	83,35	107,07	99,27	91,04	99,79	97,01	67,81
JUN.	89,89	103,95	104,66	107,89	98,47	89,95	67,45
JUL.	94,36	112,70	99,33	104,25	105,83	87,12	67,62
AGO.	97,73	107,80	94,78	105,26	97,44	83,46	69,14
SET.	93,55	102,52	95,24	104,12	109,08	83,52	68,59
OUT.	99,27	105,26	96,99	91,81	96,79	85,18	67,52
NOV.	93,86	100,16	92,55	102,38	104,32	80,68	68,59
DEZ.	99,40	104,64	88,34	102,85	100,26	77,71	68,67

NOTAS: \* Deflacionado pelo IGP-DI, 1983=100.

FONTE: CIP e Conjuntura Económica

Extraído de Portugal (1987)

TABELA 2.44  
EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO PREÇO DO ÓLEO DIESEL E DA GASOLINA (\*)  
1972/84

(EM Z)

COMPONENTES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
PREÇO DE REALIZAÇÃO (A)												
ÓLEO DIESEL	39,4	56,8	57,5	52,2	46,4	46,0	50,7	71,4	59,1	58,1	53,5	53,5
GASOLINA	32,2	45,6	58,0	54,7	47,7	48,1	41,9	55,1	69,3	66,5	62,7	53,8
IMPOSTO ÚNICO (B)												
ÓLEO DIESEL	16,9	17,0	16,9	23,0	16,5	15,5	12,3	3,9	2,3	2,3	1,7	1,4
GASOLINA	31,6	19,3	17,5	24,6	24,7	23,9	21,2	7,6	5,4	5,9	4,6	4,1
PREÇO EX-REFINARIA (C)=(A+B)												
ÓLEO DIESEL	56,3	73,8	74,4	75,2	62,9	61,5	63,0	75,3	61,4	60,4	57,2	54,9
GASOLINA	63,8	64,9	75,5	79,3	72,4	72,0	63,1	62,7	74,7	72,4	65,5	57,9
ENCARGOS FISC./PARAF. (**)(D)												
ÓLEO DIESEL	4,8	5,0	5,1	4,5	11,1	20,0	21,1	11,1	20,8	22,2	27,6	29,2
GASOLINA	12,6	20,3	11,3	7,7	10,7	15,8	24,2	29,0	14,0	15,6	22,4	31,5
PREÇO DE FATURAMENTO (E)=(C+D)												
ÓLEO DIESEL	74,7	78,8	79,5	79,7	74,0	81,5	84,1	86,4	82,2	82,6	84,8	84,1
GASOLINA	76,4	85,2	86,8	87,0	83,1	87,8	87,4	91,7	88,7	87,4	87,9	89,4
RENUM. DAS DISTR./REVENO. (F)												
ÓLEO DIESEL	25,3	21,2	24,5	20,3	26,0	18,5	15,9	13,6	17,8	17,4	15,2	15,9
GASOLINA	29,6	14,8	13,2	13,0	16,9	12,2	12,6	9,3	11,3	12,6	12,1	10,6
PREÇO FINAL (G)=(E+F)												
ÓLEO DIESEL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
GASOLINA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PETROBRAS

IN GUIMARÃES (1987), APUD OLIVEIRA (1987)

(\*) COM BASE NOS PREÇOS MÉDIOS

(\*\*) INCLUI AS ALÍQUOTAS, PIS/PASEP E A COTA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E FINSOCIAL (A PARTIR DE 1982)

TABELA 2.45

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : ELETRONBRAS

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	43.268	44.468	43.625	31.246	42.151	49.450	57.660
INVESTIMENTOS	27.765	26.721	24.870	17.954	24.157	23.375	19.627
AMORTIZACOES	6.095	6.342	7.369	8.623	9.372	15.781	26.192
INTERNAS	-	-	1.102	1.931	717	759	4.640
RESOLUCAO 63	-	-	639	889	1.644	2.218	2.259
EXTERNAS	-	-	5.627	5.802	7.010	12.761	19.203
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	9.407	11.404	11.386	4.668	8.620	10.292	11.931
DESPESAS CORRENTES	36.212	34.055	31.676	32.481	38.037	35.872	36.828
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.268	4.966	5.979	4.592	3.713	4.116	5.556
ENCARGOS FINANCEIROS	9.497	11.934	15.420	17.027	22.187	22.527	18.578
INTERNOS	-	-	1.926	1.856	1.586	1.635	2.732
RESOLUCAO 63	-	-	1.684	2.303	2.308	1.925	1.396
EXTERNOS	-	-	11.579	12.867	18.292	18.974	14.749
OUTROS CUSTEIOS	20.446	17.154	10.276	10.862	12.136	9.229	12.394
TOTAL DE DISPENDIOS	79.481	78.524	75.302	63.728	80.188	85.322	94.488
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	32.226	23.413	19.063	16.432	17.652	22.432	28.377
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	3.086	2.461	1.621	2.078	2.061	1.635
RECURSOS DO TESOURO	2.830	6.402	2.237	1.265	495	465	9.911
OPERACOES DE CREDITO	22.268	20.632	26.951	5.713	42.995	15.601	6.560
INTERNAS-NOEDAS	-	-	59	-	63	92	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	1.696	999	1.002	973	639
RESOLUCAO 63	-	-	3.342	261	-	1.538	1.331
EXTERNAS-NOEDAS	-	-	17.620	1.937	38.273	8.095	425
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	4.173	2.514	3.656	4.900	4.164
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	20.003	24.929	24.488	26.265	20.381	19.073	24.797
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	149	12.776	-2.738	26.457	26.411
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	135	75	66	154	246	166
VAR. DO DISPONIVEL	2.151	-74	-125	-413	-831	-1.016	-3.369
TOTAL DE RECURSOS	79.481	78.524	75.302	63.728	80.188	85.322	94.488

SEST/SEPLAN

TABELA 2.46  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : ELETROBRAS

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENDIOS</b>							
DESpesas DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	54,43	56,63	57,93	49,03	52,56	57,95	61,02
AMORTIZACOES	34,93	34,62	33,02	28,17	30,12	27,39	20,77
INTERNAS	7,66	8,07	9,78	13,53	11,68	10,49	27,62
RESOLUCAO 63	-	-	1,46	3,03	0,89	0,93	4,91
EXTERNAS	-	-	0,84	1,39	2,05	2,60	2,39
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	7,47	9,10	8,74	14,95	20,32
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	11,83	14,52	15,12	7,32	10,75	12,66	12,62
DESpesas CORRENTES	45,56	43,37	42,06	50,96	47,43	42,04	38,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7,88	6,32	7,94	7,20	4,63	4,82	5,68
ENCARGOS FINANCEIROS	11,95	15,19	20,47	26,71	27,66	26,40	19,97
INTERNOS	-	-	2,55	2,91	1,97	1,90	2,89
RESOLUCAO 63	-	-	2,50	3,61	2,87	2,25	1,47
EXTERNOS	-	-	15,37	20,19	22,81	22,23	15,60
OUTROS CUSTEIOS	25,72	21,84	13,64	17,64	15,13	10,81	13,11
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	40,54	29,81	25,31	25,78	22,01	26,29	30,83
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	3,93	3,26	2,54	2,59	2,41	1,73
RECURSOS DO TESOURO	3,56	8,15	2,97	1,98	0,61	0,54	10,48
OPERACOES DE CREDITO	28,61	26,27	35,79	8,96	53,61	18,28	6,94
INTERNAS-MOEDAS	-	-	0,07	-	0,67	0,10	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	2,25	1,56	1,25	1,14	0,67
RESOLUCAO 63	-	-	4,43	0,41	-	1,80	1,40
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	23,47	3,04	47,72	9,48	0,44
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	5,54	3,94	4,56	5,74	4,40
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	25,16	31,74	32,52	41,21	25,41	22,35	26,24
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	0,19	20,04	-3,41	31,00	27,95
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	0,17	0,09	0,10	0,19	0,28	0,17
VAR. DO DISPONIVEL	2,70	-0,09	-0,16	-0,64	-1,03	-1,19	-3,56
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FGNTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.47  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : ELETROBRAS

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENDIOS</b>							
DESPEAS DE CAPITAL	100,00	102,77	100,82	72,21	97,41	114,28	133,26
INVESTIMENTOS	100,00	96,23	89,57	64,66	87,00	84,18	70,88
AMORTIZACOES	100,00	104,95	120,90	141,47	153,76	250,91	420,25
INTERNAS	-	-	100,00	175,22	65,06	72,50	421,05
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	139,12	257,27	347,10	359,52
EXTERNAS	-	-	100,00	103,11	124,57	226,78	341,26
OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL	100,00	121,22	121,03	49,62	91,63	109,40	126,83
DESPEAS CORRENTES	100,00	94,04	87,47	89,69	105,03	99,06	101,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	79,22	95,38	73,26	59,23	65,66	80,64
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	125,66	162,36	179,28	233,62	237,20	198,77
INTERNOS	-	-	100,00	96,36	82,34	84,37	141,84
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	122,23	122,50	102,17	74,09
EXTERNOS	-	-	100,00	111,12	157,97	163,86	127,37
OUTROS CUSTEIOS	100,00	83,89	50,25	53,12	59,35	45,13	60,61
<b>TOTAL DE DISPENDIOS</b>	<b>100,00</b>	<b>98,79</b>	<b>94,74</b>	<b>80,18</b>	<b>100,88</b>	<b>107,34</b>	<b>118,88</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	100,00	72,65	59,15	50,98	54,77	69,60	88,05
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	79,74	52,52	67,33	66,78	52,98
RECURSOS DO TESOURO	100,00	226,21	79,04	44,69	17,47	16,43	350,21
OPERACOES DE CREDITO	100,00	92,65	121,03	25,65	193,07	70,06	29,43
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	-	106,77	155,93	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	50,90	59,08	57,37	37,67
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	7,80	-	46,02	39,82
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	10,95	216,47	45,78	2,40
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	60,24	87,61	117,42	99,78
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	124,62	122,42	131,30	101,88	95,35	123,76
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	100,00	8.574,49	-1.037,52	17.758,37	17.725,50
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	100,00	55,55	40,88	114,07	182,22	122,96
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	-3,44	-5,81	-19,20	-38,63	-47,23	-156,62
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>	<b>98,79</b>	<b>94,74</b>	<b>80,18</b>	<b>100,88</b>	<b>107,34</b>	<b>118,88</b>

TABELA 2.48  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : ELETOBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		19,45	21,21	31,36	27,94	21,03	18,24	19,57
3. OUTROS CUSTEIOS		63,44	73,27	53,90	66,10	68,75	41,14	43,67
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		82,89	94,48	85,27	94,04	89,78	59,49	63,25
5. MARGEM BRUTA (1-4)		17,10	5,51	14,72	5,95	10,21	40,50	36,74
6. ENCARGOS FINANCEIROS		29,47	50,97	80,89	103,62	125,68	100,42	66,52
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		-12,36	-45,45	-66,16	-97,66	-115,47	-59,91	-29,78

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.49  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO 1 62 - ELETRONBRAS

EM DZ\$ MILHÕES DE 1984

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
02010000	- CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETRONBRAS	4.938	2.435	4.821	5.263	5.162	11.476
02010100	- CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	341	1.043	987	922	1.181	1.387
02010200	- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	1.573	2.266	2.051	1.483	1.771	3.764
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	16	22	36	28	19	25
02010400	- CIA. HIDROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	3.220	3.588	3.789	3.395	3.873	5.465
02010500	- ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	566	1.060	1.061	962	1.021	1.049
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	6.259	7.892	6.351	5.971	6.266	7.446
02010700	- SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	23.250	11.041	7.175	6.428	6.426	6.326
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	39.526	29.551	26.196	24.266	25.653	34.821
*****	TOTAL DO GRUPO *****	32.226	23.413	19.863	16.432	17.653	22.433

FONTE : SEST/SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.50

VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
INVESTIMENTOS  
GRUPO : 62 - ELETROBRAS

EM CDS MILHÕES DE 1986

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
02010000	- CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	92	4	122	93	125	139
02010100	- CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	8.070	13.763	9.397	7.466	12.761	9.970
02010200	- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	2.056	1.708	1.693	1.687	2.382	2.713
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	139	65	38	23	16	37
02010400	- CIA. HIDROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	4.999	3.557	3.365	3.457	3.562	4.683
02010500	- ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	173	194	214	183	194	246
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	8.826	5.901	8.410	4.222	4.459	4.343
02010700	- SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	3.365	1.526	1.187	720	715	1.260
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	27.723	26.720	24.670	17.954	24.158	23.374
*****	TOTAL DO GRUPO *****	27.765	26.721	24.670	17.954	24.158	23.374

FONTE : SEST/SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FCV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.51  
 VARIAVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUICAO PERCENTUAL  
 ENCARGOS FINANCEIROS  
 GRUPO 42 - ELETRICAS

EM C\$ MILHOES DE 1986

COODIG	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
02010000	- CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETRICAS	5.375	6.248	8.849	8.597	12.226	11.173
02010100	- CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	365	394	2.029	2.698	3.434	5.636
02010200	- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	789	625	1.787	1.789	1.935	2.172
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	41	39	38	31	18	17
02010400	- CIA. MICROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	1.687	1.317	3.889	2.968	2.895	2.948
02010500	- ESPERITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	109	85	59	54	41	32
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	1.940	1.965	2.527	4.487	5.356	6.646
02010700	- SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	2.521	2.151	1.931	1.742	2.319	1.969
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	13.869	13.468	28.232	22.359	28.128	32.795
*****	TOTAL DO GRUPO *****	9.497	11.934	15.428	17.027	22.187	22.527

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.52  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : ELETRONAS

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE		4,79	5,68	3,58	3,06	3,02	2,89
DISPONIVEL		0,28	1,94	0,36	0,12	0,17	0,18
VALORES		2,78	2,94	2,55	2,36	1,98	2,12
ESTOQUES		0,49	0,33	0,24	0,10	0,08	0,08
OUTROS		0,63	0,46	0,41	0,46	0,77	0,49
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		17,52	22,38	22,92	20,03	20,74	25,87
VALORES A RECEBER		17,14	20,85	21,61	19,07	19,81	19,68
OUTROS		0,38	1,52	1,30	0,96	0,93	6,19
ATIVO PERMANENTE		77,67	71,93	73,49	76,90	76,23	71,22
INVESTIMENTOS		5,08	5,52	4,65	3,99	3,71	3,35
IMOBILIZADO LIQUIDO		64,71	57,39	58,26	61,47	58,25	58,89
DIFERIDO		7,87	9,00	10,57	11,42	14,25	16,98
TOTAL DO ATIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE		12,30	9,29	7,93	12,24	8,00	15,92
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		3,92	1,93	1,52	0,95	1,31	1,74
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	0,24	0,25	0,49
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		2,00	2,05	1,43	5,97	3,53	9,63
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS		2,53	2,28	2,30	2,78	1,45	1,16
OUTROS		3,84	3,02	2,67	2,29	2,24	2,89
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		58,25	60,39	63,33	60,90	64,84	59,77
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		5,21	7,73	8,90	26,59	26,93	26,77
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	1,79	0,94	1,31
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		28,15	27,44	28,16	28,81	33,19	28,61
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL		2,62	2,54	3,56	1,30	1,39	1,35
OUTROS		22,25	22,67	22,69	2,39	2,38	1,71
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS		-	-	-	-	-	-
PARTICIPACOES MINORITARIAS		1,37	1,26	1,07	0,97	0,85	0,78
PATRIMONIO LIQUIDO		28,06	29,04	27,65	25,87	25,49	23,51
CAPITAL INTEGRALIZADO		5,65	5,32	5,12	5,57	4,02	3,13
RESERVAS		22,40	23,71	22,53	20,29	21,46	20,38
TOTAL DO PASSIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : ELETRONAS

PERCENTAGEM

	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - MARGENS DE LUCRO		-	-	-	-	-	-
LO/RO		-9,74	-18,16	-35,46	-33,50	-60,36	4,79
LLIR/RO		25,00	52,40	50,17	64,05	50,21	18,79
II - TAXAS DE LUCRO		-	-	-	-	-	-
LO/PL		-3,66	-4,73	-3,35	-6,50	-9,57	0,97
LLIR/PL		9,49	15,20	12,65	10,81	7,96	3,79
III - ENDOIVAMENTO		-	-	-	-	-	-
PC+EXL/RO		663,31	921,92	1.166,00	1.673,87	1.820,73	1.589,47
PC+EXL/PL		251,44	239,83	257,70	282,69	298,91	321,87
PC+EXL/PT		70,54	69,68	71,27	73,14	73,84	75,74
FIN.NACIONAL TOTAL/PT		40,37	43,19	41,67	55,32	60,72	55,64
FIN.BANCIARIO TOTAL/PT		39,29	39,25	40,83	34,37	66,16	65,58
FIN.BAN.EXT./PT		30,18	27,49	29,59	36,02	37,92	40,85
FIN.BAN.INT./PT		9,13	9,66	10,43	27,54	28,24	28,52
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL		-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT		3,58	3,22	3,22	3,81	1,77	1,33
FIN.BAN./EXT		55,49	56,19	56,16	87,99	89,84	90,59
OUTROS/EXT		40,71	40,52	40,68	9,18	8,18	7,98
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA		-	-	-	-	-	-
AT.PERK./EXL+PL		89,99	86,42	90,77	88,61	84,38	85,51
VI) - COMPOSICAO RE. E CUSTOS		-	-	-	-	-	-
RECEITAS		-	-	-	-	-	-
RO/RT		61,21	75,77	67,74	52,60	72,79	96,53
RND/RT		18,78	24,22	30,25	41,31	27,20	3,46
CUSTOS		-	-	-	-	-	-
CD/CT		-	-	-	-	-	-
CI/CT		61,92	48,04	42,27	34,25	33,92	55,58
DFL/CT		38,07	51,95	57,72	65,74	66,07	44,44
VII) - DESPESA E REC. FINANC.		-	-	-	-	-	-
DFL/RO		41,78	61,39	76,76	97,50	105,97	43,15
VIII) - LIQUIDEZ		-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)		38,95	61,18	45,12	24,99	34,34	18,14
GERAL(AC+RLP/PC+EXL)		31,63	40,37	37,18	31,57	32,27	38,00
SEDA(DISP.+VAL./PC)		29,76	52,61	36,74	20,34	24,46	14,49

TABELA 2.54  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS  
 ANOS : 1983

24.025.710.000 DE 1983

ANOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
DESPÊSAS DE CAPITAL	29.202	30.214	31.936	31.672	25.630	33.921	36.531
INVESTIMENTOS	18.871	20.723	22.486	14.341	13.060	22.627	21.334
AMORTIZACOES	8.378	8.830	7.011	6.433	9.491	10.721	14.236
INTERAS	-	-	-	-	-	3.773	4.273
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	2.258	2.241
EXTERNAS	-	-	-	-	-	4.692	7.723
OUTRAS DESPÊSAS DE CAPITAL	2.032	758	1.858	897	1.370	1.442	1.064
DESPÊSAS CORRENTES	41.332	55.697	58.776	49.061	54.897	57.047	62.764
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.366	10.202	13.968	11.205	9.849	11.450	11.480
ENCARGOS FINANCEIROS	7.488	9.373	12.129	8.797	13.354	13.814	13.874
INTERAS	-	-	-	-	-	3.200	2.600
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	2.670	1.493
EXTERNAS	-	-	-	-	-	8.210	7.791
OUTROS CUSTEIROS	26.027	36.832	33.580	23.859	20.393	32.680	36.216
TOTAL DE DESPÊNDIOS	71.164	85.922	90.113	67.534	79.727	91.571	90.205
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA ORCAO NACIONAL	38.644	53.944	50.267	50.710	53.298	57.455	63.006
RECEITA DO TERCULO	-	736	1.295	688	490	1.400	1.233
RECURSOS DO TERCULO	2.532	4.614	4.762	3.873	3.442	3.894	3.341
OPERACOES DE CREDITO	18.094	18.158	17.816	7.703	18.520	23.576	24.323
INTERAS-MODAS	-	-	-	-	-	3.832	6.232
INTERAS-SERVIÇOS	-	-	-	-	-	3.832	6.232
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	1.661	330
EXTERNAS-MODAS	-	-	-	-	-	1.870	1.759
EXTERNAS-SERVIÇOS	-	-	-	-	-	14.901	5.172
EXTERNAS-AVIS.MF/38/09/83	-	-	-	-	-	1.834	2.092
OUTROS RECURSOS	14.827	6.888	7.149	3.895	6.319	6.265	5.633
VAR.OR.CRED.CURTO PRAZO	-	-	132	203	-1.376	165	-1.233
VAR.VALORES DE TERCULOS	-	684	583	618	739	1.192	1.833
VAR. DO DISFONVEL	-964	-942	-15	-959	-2.076	-2.469	-1.502
TOTAL DE RECURSOS	71.164	85.922	90.113	67.534	79.727	91.571	90.205

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.55  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPENSAS  
GRUPO 1 SEEE

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
DISPENSAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	41,17	38,28	34,77	32,89	32,14	37,84	40,45
INVESTIMENTOS	28,51	24,12	24,89	21,23	18,78	24,88	28,65
AMORTIZACOES	11,77	10,27	7,78	9,52	11,58	11,79	11,75
INTERNAS	-	-	-	-	-	4,12	4,73
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	2,46	2,48
EXTERNAS	-	-	-	-	-	5,12	4,54
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2,88	4,88	2,89	4,32	4,64	1,24	1,17
DESPESAS CORRENTES	58,22	64,71	65,22	67,96	67,85	62,95	59,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11,75	11,87	14,58	16,59	12,35	12,51	14,83
ENCARGOS FINANCEIROS	10,52	16,98	13,46	13,82	17,37	14,75	13,59
INTERNOS	-	-	-	-	-	3,52	3,19
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	2,26	1,65
EXTERNOS	-	-	-	-	-	8,96	8,62
OUTROS CUSTEIROS	36,54	41,93	37,26	38,28	38,12	35,65	40,09
TOTAL DE DISPENSAS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	54,30	65,11	64,66	75,68	67,22	62,74	72,31
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	0,92	1,43	1,01	0,62	1,56	1,56
RECURSOS DO TESOURO	3,60	5,37	5,28	5,73	4,31	4,25	4,81
OPERACOES DE CREDITO	22,61	21,13	19,77	11,40	23,26	25,74	26,87
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	3,55	4,98
INTERNAS-RENS E SERVICIOS	-	-	-	-	-	1,49	0,93
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	2,09	1,94
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	16,27	11,72
EXTERNAS-RENS E SERVICIOS	-	-	-	-	-	1,78	2,64
EXTERNAS AVIS. MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	0,55	0,55
OUTROS RECURSOS	20,83	7,78	7,93	5,76	7,92	6,84	5,52
VAR. OP. CRED. CURTO PRAZO	-	-0,02	0,16	1,33	-1,70	0,18	-1,37
VAR. VALORES DE TERCEIROS	-	0,79	0,76	0,91	0,95	1,38	2,02
VAR. DO DISPONIVEL	-1,35	-1,09	-0,91	-1,27	-2,60	-2,63	-1,44
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.56  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPENSAS  
GRUPO : SEEE

INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENSAS</b>							
DISPENSAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	103,45	106,94	73,94	87,46	115,76	124,57
INVESTIMENTOS	100,00	109,52	118,89	75,99	79,84	116,88	113,21
AMORTIZACOES	100,00	105,29	83,68	76,78	113,28	127,96	169,54
INTERNAS	-	-	-	-	-	100,00	115,19
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	100,00	99,46
EXTERNAS	-	-	-	-	-	100,00	164,39
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	36,93	92,00	43,71	52,14	55,65	51,85
DESPESAS CORRENTES	100,00	132,33	140,40	109,55	129,82	137,71	149,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	121,94	156,17	133,93	117,72	136,95	173,08
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	125,17	161,97	117,48	165,01	150,43	161,51
INTERNAS	-	-	-	-	-	100,00	86,53
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	100,00	72,32
EXTERNAS	-	-	-	-	-	100,00	94,89
OUTROS CUSTEIÇOS	100,00	103,54	129,11	99,42	116,86	125,65	139,23
<b>TOTAL DE DISPENSAS</b>	<b>100,00</b>	<b>120,73</b>	<b>126,62</b>	<b>94,89</b>	<b>112,03</b>	<b>128,67</b>	<b>136,89</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	100,00	144,76	159,77	131,22	133,69	143,67	148,99
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	132,68	86,43	62,18	179,64	155,15
RECURSOS DO TESOURO	100,00	103,09	105,27	151,17	139,34	151,99	137,63
OPERACOES DE CREDITO	100,00	112,82	110,69	47,86	115,26	146,48	150,91
INTERNAS-POEDAS	-	-	-	-	-	100,00	191,45
INTERNAS-DENS E SERVICIOS	-	-	-	-	-	100,00	65,29
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	100,00	91,94
EXTERNAS-POEDAS	-	-	-	-	-	100,00	34,72
EXTERNAS-DENS E SERVICIOS	-	-	-	-	-	100,00	146,38
EXTERNAS AVIS.NF/30/89/08588	-	-	-	-	-	100,00	1.534,05
OUTROS RECURSOS	100,00	49,10	48,20	26,26	42,61	42,24	33,71
VAR.OP.ORED.CURTO PRAZO	-	100,00	-723,20	-4.380,00	6.476,19	-785,71	5.975,22
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	100,00	100,14	90,05	110,96	174,41	217,54
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	97,51	1,55	82,52	214,92	249,37	134,78
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>	<b>120,73</b>	<b>126,62</b>	<b>94,89</b>	<b>112,03</b>	<b>128,67</b>	<b>136,89</b>

FONTE : SEST/SEPLAN

PLANO DE RECUPERAÇÃO SETORIAL - SETOR ELÉTRICO  
FONTES DE RECURSOS

VALORES EM US\$ MILHÕES

FONTES	VERSÃO INICIAL (NOV/85)		VERSÃO REVISTA (JAN/87)					TOTAL	
	TOTAL		1986	1987	1988	1989	1990	TOTAL	
	VALOR	%						VALOR	%
RECURSOS TARIFÁRIOS	28490	71,4	3328	5150	7114	9326	10519	35496	58,1
REEMBOLSO DAS NUCLEARES	1411	3,5	168	775	670	542	478	2633	4,3
CAPITALIZAÇÃO	2275	5,7	1902	1934	696	157	79	4767	7,8
.ORÇAMENTO UNIAO	30	0,1	43	--	--	--	--	43	0,1
.DOTAÇÕES ESTADUAIS			86	197	142	123	45	614	1,0
.BIRD-EMPRESTIMO PROGRAMA			599	500	500	--	--	1599	2,5
.BIRD-EMPREST. SETORIAL I	400	1,0	--	--	--	--	--	--	
.BIRD-EMPREST. SETORIAL II	400	1,0	--	--	--	--	--	--	
.CO-FINANCIAMENTOS	1445	3,6	532	700	--	--	--	1232	2,0
.FUNDO NAC. DESENVOLVIMENTO			--	560	--	--	--	560	0,9
EMPRESTIMOS EXTRA-SETOR.	7727	19,4	4411	3078	4300	3383	2490	17741	29,0
.OP. INTERNAS	--	--	390	374	304	209	198	1474	2,4
.OP. EXTERNAS	--	--	873	2704	2634	1762	980	8882	14,5
."CARRY OVER" DE 1985	--	--	190	--	--	--	--	190	0,3
.AVISO MF 09	--	--	--	--	426	426	426	1278	2,1
.AVISO MF 10	--	--	2959	--	936	936	936	5916	9,7
<b>TOTAL DAS FONTES</b>	<b>39903</b>	<b>100,0</b>	<b>9854</b>	<b>11011</b>	<b>12961</b>	<b>13571</b>	<b>13683</b>	<b>61079</b>	<b>100,0</b>

FONTE: ELETROBRAS - DEF/DEEC  
IN 09/00 (1987)

TABELA 2.58  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPENSAS  
GRUPO : SIDERBRAS

EM CZ\$ MILHOES DE 1984

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENSAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	34.059	31.350	25.088	25.725	22.442	25.843	23.129
INVESTIMENTOS	29.881	24.862	16.829	9.849	4.389	4.756	3.314
AMORTIZACOES	3.865	5.696	6.588	15.547	17.710	18.717	16.489
INTERNAS	-	-	3.250	9.590	7.946	4.483	1.774
RESOLUCAO 63	-	-	223	555	3.142	3.485	2.345
EXTERNAS	-	-	3.114	5.401	6.621	10.748	12.368
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	312	790	470	307	342	2.368	326
DESPESAS CORRENTES	41.215	47.866	50.826	45.276	59.915	67.778	63.916
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.829	9.479	9.064	7.155	7.035	8.606	10.212
ENCARGOS FINANCEIROS	3.999	12.696	17.376	15.673	22.048	24.942	16.548
INTERNOS	-	-	6.452	5.468	5.426	6.535	4.275
RESOLUCAO 63	-	-	2.852	2.770	5.445	5.164	2.088
EXTERNOS	-	-	8.071	7.434	11.175	13.240	10.186
OUTROS CUSTEIOS	28.185	25.690	24.446	22.447	30.831	34.229	37.056
TOTAL DE DISPENSAS	75.274	79.217	75.915	71.061	82.357	93.621	86.945
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	36.597	36.673	35.786	31.478	42.341	51.733	53.882
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	1.085	1.058	846	1.514	2.085	2.295
RECURSOS DO TESOURO	3.666	5.297	6.599	3.259	2.491	1.565	5.727
OPERACOES DE CREDITO	23.386	30.086	26.083	16.583	28.349	17.222	6.683
INTERNAS-MOEDAS	-	-	6.626	7.133	5.784	8.141	1.212
INTERNAS-BENS E SERVICIOS	-	-	1.884	486	300	1.223	751
RESOLUCAO 63	-	-	4.525	405	1.126	3.493	2.584
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	7.919	6.926	20.503	2.332	1.786
EXTERNAS-BENS E SERVICIOS	-	-	5.126	1.631	633	2.032	350
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/GB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	1.936	1.596	3.304	8.196	4.549	917	880
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	5.739	3.654	10.934	7.339	19.730	18.411
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	9.687	-1.182	-571	-296	-4.228	366	-853
TOTAL DE RECURSOS	75.274	79.217	75.915	71.061	82.357	93.621	86.945

TABELA 2.59  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : SIDERBRAS

	PERCENTAGEN						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	45,24	39,57	33,04	36,23	27,25	27,60	26,60
INVESTIMENTOS	39,67	31,38	23,74	13,90	5,33	5,08	7,26
AMORTIZACOES	5,13	7,19	8,67	21,39	21,50	19,99	18,96
INTERNAS	-	-	4,28	13,50	9,64	4,78	2,04
RESOLUCAO 63	-	-	0,29	0,78	3,81	3,72	2,69
EXTERNAS	-	-	4,10	7,60	8,04	11,48	14,22
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,41	0,99	0,61	0,43	0,41	2,52	0,37
DESPESAS CORRENTES	54,75	60,42	66,95	63,76	72,74	72,39	73,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11,99	11,96	11,86	10,07	8,54	9,19	11,74
ENCARGOS FINANCEIROS	5,31	16,02	22,83	22,07	26,77	26,64	19,03
INTERNOS	-	-	8,50	7,70	6,58	6,98	4,91
RESOLUCAO 63	-	-	3,75	3,90	6,31	5,51	2,40
EXTERNOS	-	-	10,63	10,47	13,56	14,14	11,71
OUTROS CUSTEIOS	37,44	32,43	32,20	31,61	37,43	36,56	42,62
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	46,61	46,29	47,14	44,33	51,41	55,25	61,97
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	1,26	1,39	1,19	1,83	2,22	2,63
RECURSOS DO TESOURO	4,87	6,68	8,69	4,59	3,02	1,67	6,58
OPERACOES DE CREDITO	31,06	37,98	34,35	23,35	34,42	18,39	7,63
INTERNAS-MOEDAS	-	-	8,72	10,04	7,02	8,69	1,39
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	2,48	0,68	0,36	1,30	0,86
RESOLUCAO 63	-	-	5,96	0,57	1,36	3,73	2,97
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	10,43	9,75	24,89	2,49	2,05
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	6,75	2,29	0,76	2,17	0,40
EXTERNAS AVIS.NF/30/69/GB598	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	2,57	2,01	4,35	11,54	5,52	0,97	0,92
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	7,24	4,81	15,40	8,91	21,07	21,17
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	12,86	-1,49	-0,75	-0,41	-5,13	0,39	-0,98
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.60  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : SIDERBRAS

INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	92,04	73,66	75,53	65,89	75,87	67,99
INVESTIMENTOS	100,00	83,20	60,33	33,02	14,63	15,91	21,13
AMORTIZACOES	100,00	147,37	170,45	402,25	458,21	484,26	426,62
INTERNAS	-	-	100,00	295,07	244,49	137,93	54,58
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	248,87	1.408,96	1.562,78	1.051,56
EXTERNAS	-	-	100,00	173,44	212,62	345,15	397,17
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	253,20	150,64	98,39	109,61	758,97	104,40
DESPESAS CORRENTES	100,00	116,13	123,31	109,85	145,37	164,44	154,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	104,98	99,72	79,24	77,91	95,31	113,10
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	317,47	434,50	391,92	551,33	623,70	413,80
INTERNOS	-	-	100,00	84,74	84,09	101,28	66,25
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	97,12	170,91	181,06	73,21
EXTERNOS	-	-	100,00	92,10	138,45	164,04	126,20
OUTROS CUSTEIOS	100,00	91,14	86,73	79,64	109,38	121,44	131,47
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	105,23	100,85	94,32	109,40	124,37	115,50
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	100,20	97,78	86,01	115,69	141,35	147,23
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	105,27	84,17	150,64	207,46	228,35
RECURSOS DO TESOURO	100,00	144,48	180,00	88,89	67,94	42,68	156,21
OPERACOES DE CREDITO	100,00	128,64	111,53	70,90	121,22	73,64	28,57
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	107,65	87,29	122,86	18,29
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	25,79	15,92	64,91	39,86
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	8,95	24,88	77,19	57,10
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	87,46	258,90	29,44	22,55
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	31,81	12,34	39,64	6,82
EXTERNAS AVIS.MF/30/89/GR588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	82,43	170,66	423,34	234,96	47,36	41,92
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	63,66	190,52	127,87	343,78	320,88
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	-12,20	-5,89	-3,05	-43,64	3,77	-8,88
TOTAL DE RECURSOS	100,00	105,23	100,85	94,32	109,40	124,37	115,50

TABELA 2.61  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : SIDERBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		24,67	25,84	25,16	22,73	16,61	16,63	18,95
3. OUTROS CUSTEIOS		77,01	70,05	68,31	71,31	72,81	66,16	68,77
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		101,68	95,90	93,47	94,04	89,43	82,80	87,72
5. MARGEM BRUTA (1-4)		-1,68	4,09	6,52	5,95	10,56	17,19	12,27
6. ENCARGOS FINANCEIROS		10,92	34,62	48,55	49,79	52,07	48,21	30,71
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		-12,61	-30,52	-42,02	-43,83	-41,50	-31,01	-18,43

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.62  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO : 03 - SIDERBRAS

EM CZ\$ MILHÕES DE 1980

COÓDIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
03010000	- SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	285	87	163	139	87	51
03010100	- AÇO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	-	50	-	-	315	2.114
03010200	- CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	10.880	10.993	10.994	9.238	10.926	13.428
03010201	- CARBONIFERA PROSPERA S/A	334	529	553	574	427	537
03010202	- FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	468	754	1.102	512	404	543
03010300	- CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	8.932	10.335	8.548	8.922	10.609	10.162
03010400	- CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	-	-	-	2	4.642	7.222
03010500	- USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	1.027	764	869	937	851	1.043
03010600	- USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	11.514	10.738	11.254	9.595	12.435	14.219
03010700	- AÇOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	1.060	829	628	481	1.094	1.184
03010800	- CIA. FERRO E AÇO DE VITORIA - COSAVI	659	585	628	493	652	812
03010900	- CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	547	338	479	323	315	213
03011000	- CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COSRAP	379	352	252	175	123	165
03011200	- FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	36.131	36.253	35.473	31.398	42.323	51.733
*****	TOTAL DO GRUPO *****	36.597	36.573	35.786	31.478	42.342	51.733

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.63  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 INVESTIMENTO  
 GRUPO : 03 - SIDERURGAS

CÓDIGO	NOME EMPRESA	EN DZ\$ MILHÕES DE 198					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
03010000	- SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	135	237	180	439	225	89
03010100	- AÇO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	12.989	3.817	3.382	1.735	1.243	1.677
03010200	- CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	6.582	4.315	2.561	1.137	786	467
03010201	- CARBONIFERA PROSPERA S/A	20	20	30	47	17	52
03010202	- FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	74	37	14	6	4	2
03010300	- CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	5.284	3.389	2.809	1.438	1.237	1.980
03010400	- CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	2.582	11.491	8.113	4.953	706	136
03010500	- USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USISA	42	15	11	3	13	11
03010600	- USINAS SIDERURG. DE H.G. S/A - USIMINAS	2.145	1.441	876	92	134	383
03010700	- AÇOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	76	2	-	4	11	5
03010800	- CIA. FERRO E AÇO DE VITORIA - COFAMI	191	75	53	18	6	44
03010900	- CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES -COSI	17	2	8	-	1	2
03011000	- CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS -COBRAP	-	-	-	-	-	2
03011200	- FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	29.870	24.846	18.821	9.869	4.389	4.757
*****	TOTAL DO GRUPO *****	29.881	24.862	18.829	9.869	4.389	4.757

SEST/SEPLAN

FONTE

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.64  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 ENCARGOS FINANCEIROS  
 GRUPO : 03 - SIDERBRAS

		EM CZ\$ MILHÕES DE 1971					
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
03010000	- SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	597	1.392	2.959	3.360	5.793	7.188
03010100	- ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	-	2.047	2.143	1.435	2.444	3.522
03010200	- CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	1.390	2.836	3.088	3.048	3.392	4.597
03010201	- CARBONIFERA PROSPERA S/A	14	32	46	28	15	13
03010202	- FEH - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	5	6	9	4	3	4
03010300	- CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	645	2.715	3.997	2.935	4.394	3.639
03010400	- CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	-	599	1.985	2.171	3.538	4.518
03010500	- USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	130	218	293	302	356	275
03010600	- USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	903	2.181	2.293	2.061	1.841	1.643
03010700	- AÇOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	95	206	352	198	374	315
03010800	- CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAVI	15	32	80	56	72	68
03010900	- CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES -COSI	-	77	98	56	72	59
03011000	- CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS -COBRAP	-	-	1	1	-	2
03011200	- FEH - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	3.999	12.648	17.350	15.661	22.299	25.999
*****	TOTAL DO GRUPO *****	3.999	12.696	17.376	15.673	22.349	24.943

SEST/SEPLAN  
 FONTE :  
 NGTA : VALORES INFLACIONADOS PELO ISP-DI/FDV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.65  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : SIDERURGAS

ANOS	PERCENTAGEM					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE	18,32	12,90	8,77	7,63	9,45	8,78
DISPONIVEL	1,06	0,75	0,61	0,28	0,58	0,37
VALORES	5,57	3,63	3,18	3,44	3,90	4,41
ESTOQUES	5,44	5,73	4,64	2,86	3,53	3,65
OUTROS	6,24	2,77	0,33	1,03	1,43	0,33
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5,33	4,71	3,88	2,97	2,91	2,87
VALORES A RECEBER	1,36	1,58	0,91	0,45	0,45	0,49
OUTROS	3,96	3,13	2,96	2,51	2,45	2,37
ATIVO PERMANENTE	76,34	82,37	87,34	89,39	87,63	88,34
INVESTIMENTOS	0,36	0,30	0,27	0,21	0,23	0,85
IMOBILIZADO LIQUIDO	62,05	64,76	65,06	67,74	66,49	63,15
DIFERIDO	13,91	17,31	21,97	21,43	20,90	24,32
TOTAL DO ATIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE	21,40	23,02	23,51	20,04	23,03	33,22
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL	3,25	4,81	5,91	4,09	6,87	12,80
EMP/RESOLUCAO 63	-	1,43	0,94	1,66	1,46	2,37
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA	6,05	4,95	4,98	4,51	4,56	7,02
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS	6,71	7,42	4,65	1,79	1,75	1,90
OUTROS	5,37	5,20	7,00	7,98	8,34	9,11
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	65,24	63,83	64,86	62,39	56,27	56,06
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL	28,94	24,11	24,17	17,00	18,32	17,01
EMP/RESOLUCAO 63	-	4,85	7,39	6,94	5,37	4,02
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA	35,30	32,70	31,51	31,61	32,00	31,65
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL	0,35	1,11	0,74	6,16	0,02	0,12
OUTROS	0,64	1,04	1,03	0,67	0,55	2,46
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS	-	-	-	-	-	-
PARTICIPACOES MINORITARIAS	5,67	4,59	3,49	3,43	2,37	1,72
PATRIMONIO LIQUIDO	7,67	7,74	8,12	14,12	18,32	8,96
CAPITAL INTEGRALIZADO	4,14	3,20	5,25	5,03	6,67	4,18
RESERVAS	3,52	4,54	2,87	9,09	11,64	4,77
TOTAL DO PASSIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SESP/SEPLAN

TABELA 2.66

INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : SIDERURGAS

	PERCENTAGEM						
	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1985
I - MARGENS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-	-
LG/RO	-8,49	-9,87	-25,64	-26,64	-26,21	-16,71	-13,68
LLIR/RO	-8,75	-2,15	-19,42	-19,42	-27,77	-11,21	-75,83
II - TAXAS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-	-
L6/PL	-1,24	-17,94	-40,65	-40,65	-16,45	-9,90	-17,94
LLIR/PL	-1,87	-6,91	-38,79	-38,79	-17,43	-6,64	-99,81
III - ENDIVIDAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
PD+EXL/RO	458,55	622,89	665,83	665,83	929,57	736,77	758,03
PD+EXL/PL	1.127,71	1.162,38	1.327,42	1.327,42	582,60	482,89	976,27
PD+EXL/PT	86,65	87,66	88,37	88,37	82,44	79,50	89,58
FIN.RACIONAL TOTAL/PT	45,29	43,71	46,52	46,52	37,70	35,90	43,41
FIN.BANCIARIO TOTAL/PT	73,55	72,37	74,93	74,93	65,83	68,62	75,70
FIN.BAN.EXT./PT	41,35	43,94	44,84	44,84	44,73	43,46	45,55
FIN.BAN.INT./PT	32,19	28,92	30,88	30,88	21,09	25,21	29,81
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL	-	-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT	7,75	8,46	5,26	5,26	2,17	2,21	2,12
FIN.BAN./EXT	84,88	83,13	84,79	84,79	79,85	85,52	84,77
OUTROS/EXT	7,35	8,39	9,93	9,93	17,97	11,26	13,10
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-	-
AT.PERM./EXL+PL	104,69	115,09	119,65	119,65	116,82	117,47	135,88
VI) - COMPOSICAO REL. E CUSTOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-
RO/RT	96,23	96,84	94,24	94,24	95,48	96,69	99,32
RND/RT	3,71	3,95	5,75	5,75	4,51	3,30	0,67
CUSTOS	-	-	-	-	-	-	-
CD/CT	77,44	67,76	59,98	59,98	54,87	51,89	55,96
CI/CT	7,85	8,39	9,14	9,14	9,89	11,23	15,67
DPL/CT	14,90	23,83	31,76	31,76	35,23	37,66	28,38
VII) - DESPESA E REC. FINANC.	-	-	-	-	-	-	-
DPL/RO	15,44	23,96	41,43	41,43	44,46	42,93	32,22
VIII) - LIQUIDEZ	-	-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)	25,63	54,14	37,34	37,34	38,87	41,86	26,44
GERAL(AC+PLP/PC+EXL)	27,38	29,10	14,22	14,22	12,86	15,59	13,95
SECA(DISP.+VAL./PC)	31,83	18,42	18,15	18,15	13,61	19,46	14,43

TABELA 2.67  
INDICADORES SELECIONADOS  
EMPRESA : CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN

	PERCENTAGEM								
ANOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
(1) - DIVIDA/VENDAS PC+ELP/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	183,49	187,36	261,74	285,05	434,25	479,83	514,18	463,44	452,07
(2) - DEBT/EQUITY PC+ELP/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	154,07	161,63	202,07	308,01	283,58	313,04	177,57	161,07	276,36
(3) - LUCRO/PATR.LIQUIDO LO/PL LLIR/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8,89	2,93	3,65	3,34	2,56	-11,45	-8,75	-3,00	-9,72
	2,46	0,49	-7,51	1,18	-0,88	-14,25	-9,17	-6,38	-46,87
(4) - LUCRO/VENDAS LO/RLV LLIR/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10,59	3,39	4,73	3,09	3,93	-17,55	-20,35	-8,64	-15,91
	2,93	0,57	-9,73	1,07	-1,36	-21,84	-26,57	-18,36	-78,67
(5) - CUSTOS/VENDAS CPV/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	80,93	81,24	81,06	82,86	71,80	81,66	75,53	66,38	70,09
(6) - MARK-UP RLV-CPS/CPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	23,55	23,08	23,35	20,68	39,26	22,45	32,38	50,64	42,67
SEST	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) - AUTO-FINANCIAMENTO DESP.CORR./T.REC.PROPRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	88,74	97,95	88,88	117,26	117,89	116,24

FONTE: SEST/PR, CADASTRO DAS EMPRESAS ESTATAIS (1981,82,84,85) E RELATORIOS ANUAIS(1980-85).ELABORACAO IESP/FUNDAQ.

TABELA 2.68  
INDICADORES SELECIONADOS  
EMPRESA : CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA

	PERCENTAGEM								
ANOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
(1) - DIVIDA/VENDAS PC+ELP/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	295,14	274,10	290,40	338,64	390,53	442,14	455,56	440,04	504,49
(2) - DEBT/EQUITY PC+ELP/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	204,43	182,53	228,84	421,14	359,36	244,77	222,70	174,09	241,80
(3) - LUCRO/PATR.LIQUIDO LO/PL LLIR/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-3,55	4,41	0,58	-4,21	-6,15	-12,93	-2,43	4,08	0,63
	-3,34	3,23	-8,72	-1,55	-2,42	-14,42	-8,85	-1,41	-16,73
(4) - LUCRO/VENDAS LO/RLV LLIR/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-5,13	6,62	0,74	-3,38	-6,68	-23,36	-4,98	10,32	1,32
	-4,83	4,86	-11,07	-1,24	-2,63	-26,05	-18,12	-3,58	-34,91
(5) - CUSTOS/VENDAS CPV/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	74,01	77,36	85,26	87,22	85,53	83,96	70,68	70,29	74,83
(6) - MARK-UP RLV-CPS/CPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	35,10	29,25	17,27	14,65	16,91	19,09	41,07	42,26	33,63
SEST	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) - AUTO-FINANCIAMENTO DESP.CORR./T.REC.PROPRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	108,60	102,60	105,92	109,48	126,14	111,41

FONTE: SEST/PR, CADASTRO DAS EMPRESAS ESTATAIS (1981,82,84,85) E RELATORIOS ANUAIS(1980-85).ELABORACAO IESP/FUNOAP.

TABELA 2.69  
INDICADORES SELECIONADOS  
EMPRESA : USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS

	PERCENTAGEM								
ANOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
(1) - DIVIDIA/VENDAS PC+ELP/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	137,20	190,12	226,38	220,36	279,01	248,54	307,45	217,04	195,20
(2) - DEBT/EQUITY PC+ELP/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	290,19	245,20	346,56	413,68	451,17	484,72	243,77	170,12	172,59
(3) - LUCRO/PATR.LIQUIDO LO/PL LLIR/PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	18,20 5,59	19,38 3,92	21,77 -16,67	16,79 1,95	1,60 0,15	-1,86 -35,75	6,77 -14,78	15,60 4,84	20,53 -6,34
(4) - LUCRO/VENDAS LO/RLV LLIR/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4,82 2,64	15,03 3,04	14,22 -10,88	8,94 1,04	0,99 0,09	-0,95 -18,33	8,54 -18,64	19,90 6,18	23,22 -7,17
(5) - CUSTOS/VENDAS CPV/RLV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	68,78	68,65	67,26	74,62	70,99	67,17	58,55	55,54	59,57
(6) - MARK-UP RLV-CPS/CPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	45,38	45,66	48,67	34,01	40,84	48,87	70,79	80,04	67,85
SEST	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) - AUTO-FINANCIAMENTO DESP.CORR./T.REC.PROPRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	96,61	105,88	94,34	98,64	83,29	85,21

FONTE: SEST/PR, CADASTRO DAS EMPRESAS ESTATAIS (1981,82,84,85) E RELATORIOS ANUAIS(1980-85).ELABORACAO IESP/FUNDAP.

TABELA 2.70  
BENEFICIARIAS DO PLANO DE SANEAMENTO DO SISTEMA SIDERBRÁS

EMPRESAS		CR\$ MILHÕES DEZ. 87	%
CONTROLADAS	!divida total	994.521	100,0
	!transferencias	533.755	100,0
	!posicao pos-saneamento	450.766	100,0
	!refinanciamento	102.625	100,0
CSH	!divida total	202.641	20,6
	!transferencias	40.958	7,7
	!posicao pos-saneamento	161.684	35,9
	!refinanciamento	19.865	19,4
COSIPA	!divida total	217.444	22,1
	!transferencias	81.609	15,3
	!posicao pos-saneamento	135.836	30,1
	!refinanciamento	33.441	32,6
USIHINAS	!divida total	86.671	8,8
	!transferencias	9.357	1,7
	!posicao pos-saneamento	77.314	17,2
	!refinanciamento	25.081	24,4
CST	!divida total	162.114	16,5
	!transferencias	145.807	26,3
	!posicao pos-saneamento	16.337	3,6
	!refinanciamento	21.092	26,6
ACOMINAS	!divida total	303.272	30,8
	!transferencias	256.825	40,0
	!posicao pos-saneamento	47.247	10,5
	!refinanciamento	3.145	3,0
OUTRAS EMPRESAS	!divida total	12.349	1,2
	!posicao pos-saneamento	12.349	2,7

FONTE: Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás  
ELABORAÇÃO: IESP

TABELA 2.71

RESUMO DO PLANO DE saneamento DO SISTEMA SIDERBRAS

CZ\$ BILHÖES  
DEZ. 87

	VALORES
1. Capitalizaco da Uniao na "holding"	630,9
1.1. Transferencia da divida das controladas para a "holding" - Fase I	284,1
1.2. Cobertura pela "holding" de compromissos para empresas controladas - Fase I	46,9
1.3. Servico da divida da "holding"	299,9
2. Capitalizaco da Uniao nas empresas	202,8
TOTAL ( 1 + 2 )	833,7
3. Emprstimos empresas	102,7
4. Emprstimos "holding"	98,4
TOTAL ( 1 + 2 + 3 + 4 )	1034,8

FONTE : PLANO DE saneamento DO SISTEMA SIDERBRAS  
ELABORACO: IESP

TABELA 2.72  
 POSIÇÃO RELATIVAS DA SIDERBRAS E SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA FEDERAL NO FINANCIAMENTO DO SPE  
 1989/86

135

(EM %)

ITENS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
-DÍVIDA TOTAL (PC + ELP)	49,5	52,0	53,2	53,5	44,3	57,8	62,6
.SIDERBRAS	21,4	23,0	23,3	23,3	22,0	23,3	23,5
.ELETRORBRAS	28,1	29,0	30,9	30,2	22,3	34,5	37,1
-PASSIVO CIRCULANTE	30,2	32,4	33,2	36,5	35,6	47,5	53,6
.SIDERBRAS	15,7	20,0	21,0	19,3	23,2	25,9	28,9
.ELETRORBRAS	14,5	12,4	12,2	17,2	13,4	21,6	24,7
-EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	59,6	60,9	60,6	60,1	61,8	63,1	64,7
.SIDERBRAS	24,5	24,3	22,3	24,5	21,9	22,1	21,3
.ELETRORBRAS	35,1	36,6	38,3	35,6	39,9	41,0	45,4
-INVESTIMENTOS	48,8	51,5	35,5	33,0	34,5	33,5	32,4
.SIDERBRAS	20,1	15,6	11,5	9,0	4,3	4,6	6,2
.ELETRORBRAS	18,6	26,8	15,9	16,3	23,8	22,4	19,1
.ITAIPU	10,1	9,1	8,1	7,7	6,4	6,5	7,1
-AMORTIZACOES TOTAIS	29,7	41,6	49,7	57,0	55,1	56,7	53,1
.SIDERBRAS	11,4	18,6	22,5	35,4	33,3	27,2	18,1
.ELETRORBRAS	18,3	20,7	25,2	19,6	17,6	23,0	28,6
.ITAIPU	0,0	2,3	2,0	2,0	4,2	6,5	6,4
-AMORTIZACOES EXTERNAS	---	---	47,7	51,1	56,5	62,1	68,4
.SIDERBRAS	---	---	15,6	22,6	27,1	26,5	25,5
.ELETRORBRAS	---	---	29,3	25,4	24,0	27,9	34,2
.ITAIPU	---	---	2,8	3,1	5,4	7,7	8,7
-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23,8	21,3	20,6	19,9	20,6	20,7	22,9
.SIDERBRAS	14,1	14,0	12,4	12,1	13,5	13,9	14,7
.ELETRORBRAS	9,7	7,3	8,2	7,8	7,1	6,6	8,0
.ITAIPU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
-ENCARGOS FINANCEIROS TOTAIS	47,8	63,4	60,5	55,2	64,6	65,9	67,4
.SIDERBRAS	14,2	28,4	28,5	23,3	28,5	29,1	24,2
.ELETRORBRAS	32,6	26,7	25,3	25,3	29,7	26,3	27,6
.ITAIPU	0,0	8,3	6,7	6,6	7,4	10,5	15,6
-ENCARGOS FINANCEIROS EXTERNOS	---	---	63,7	61,6	68,0	68,3	66,7
.SIDERBRAS	---	---	24,5	20,3	26,5	27,5	23,9
.ELETRORBRAS	---	---	30,2	32,8	32,9	31,2	31,5
.ITAIPU	---	---	9,0	8,5	8,7	9,6	11,3
-RECEITA OPERACIONAL	17,9	15,1	14,1	12,3	14,2	17,2	19,7
.SIDERBRAS	9,5	9,2	9,2	8,1	10,0	12,0	12,9
.ELETRORBRAS	8,4	5,9	4,9	4,2	4,2	5,2	6,8
-RECURSOS DO TESOURO	20,0	27,8	26,4	18,3	11,4	6,6	33,4
.SIDERBRAS	11,3	12,6	19,7	13,2	9,5	5,1	12,2
.ELETRORBRAS	8,7	15,2	6,7	5,1	1,9	1,5	21,2
-OPERACOES DE CREDITOS TOTAIS	60,6	65,5	69,6	47,6	74,3	57,9	44,7
.SIDERBRAS	23,4	28,7	22,0	24,5	24,9	23,4	13,5
.ELETRORBRAS	22,3	19,7	22,7	8,4	37,6	21,2	13,3
.ITAIPU	14,9	17,1	24,9	14,7	11,9	13,3	17,9
-OPERACOES DE CREDITOS EXTERNOS	---	---	93,1	34,6	80,6	50,5	58,9
.SIDERBRAS	---	---	56,9	19,8	25,6	15,4	22,4
.ELETRORBRAS	---	---	29,6	10,6	48,3	28,5	28,1
.ITAIPU	---	---	6,6	4,2	6,7	6,6	8,4
-VARIACOES OP. CREDITO DE CURTO PRAZO (CZS MILHOES DE 1986)	12047	12741	12741	50718	2152	61013	52109
.SIDERBRAS	---	5740	3654	10934	7339	19731	18411
.ELETRORBRAS	---	149	149	12777	-2738	24459	26411
.ITAIPU	---	---	---	5171	2959	10139	10569
.PETROBRAS	---	3966	7482	26396	-4666	-462	-5834

FONTE: SEST - ELABORACAO IESP/FUNDAF.

TABELA 2.73  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : CVRD

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	9.333	13.408	15.710	10.152	12.201	17.528	16.227
INVESTIMENTOS	6.721	11.893	13.892	8.262	9.764	13.161	9.058
AMORTIZACOES	2.391	1.212	1.249	1.273	1.907	3.307	2.677
INTERNAS	-	-	397	525	952	804	214
RESOLUCAO 63	-	-	-	47	-	-	-
EXTERNAS	-	-	851	700	954	2.502	2.462
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	220	502	569	616	530	1.059	4.492
DESPESAS CORRENTES	27.223	18.370	16.439	20.395	19.002	21.881	22.920
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.686	3.757	4.011	3.290	2.673	3.298	4.105
ENCARGOS FINANCEIROS	2.031	1.311	3.239	5.213	3.695	3.808	4.444
INTERNOS	-	-	1.374	3.107	1.493	1.339	1.317
RESOLUCAO 63	-	-	0	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	1.858	2.105	2.202	2.468	3.127
OUTROS CUSTEIOS	21.505	13.299	9.188	11.891	12.632	14.833	14.371
TOTAL DE DISPENDIOS	36.556	31.978	32.150	30.548	31.203	39.409	39.147
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	27.971	22.961	15.899	15.890	25.487	26.177	29.607
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	3.711	4.817	8.016	3.875	5.867	2.975
RECURSOS DO TESOURO	-	296	508	360	716	739	819
OPERACOES DE CREDITO	2.685	6.203	11.256	6.806	4.528	6.558	3.214
INTERNAS-MOEDAS	-	-	5.087	1.928	1.139	978	961
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	805	448	560	542	695
RESOLUCAO 63	-	-	80	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	4.816	2.852	1.693	3.924	1.046
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	465	1.576	1.135	1.114	661
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/08588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	8.246	627	1.042	1.945	1.848	2.673	2.835
VAR.OP.OPED.CURTO PRAZO	-	550	-660	-329	-627	290	204
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	29	38	12	-25
VAR. DO DISPONIVEL	-2.266	-2.373	-714	-2.171	-4.665	-2.910	-486
TOTAL DE RECURSOS	36.556	31.978	32.150	30.548	31.203	39.409	39.147

SEST/SEPLAN

TABELA 2.74  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : CURD

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	23,53	42,55	48,86	23,23	39,10	44,47	41,45
INVESTIMENTOS	18,38	37,19	43,20	27,04	31,29	33,39	23,13
AMORTIZACOES	6,54	3,79	3,88	4,17	6,11	8,39	6,83
INTERNAS	-	-	1,23	1,71	3,05	2,04	0,54
RESOLUCAO 63	-	-	-	0,15	-	-	-
EXTERNAS	-	-	2,64	2,29	3,05	6,34	6,28
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,60	1,57	1,77	2,01	1,69	2,68	11,47
DESPESAS CORRENTES	74,47	57,44	51,13	66,76	60,89	55,52	58,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10,08	11,75	12,47	10,77	8,56	8,21	10,48
ENCARGOS FINANCEIROS	5,55	4,10	10,07	17,06	11,84	9,66	11,35
INTERNOS	-	-	4,27	10,17	4,78	3,39	3,36
RESOLUCAO 63	-	-	0,03	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	5,78	6,89	7,05	6,26	7,98
OUTROS CUSTEIOS	58,83	41,58	28,59	38,92	40,48	37,64	36,71
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	76,51	71,80	49,45	52,01	81,68	66,42	75,63
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	11,60	14,98	26,24	12,42	14,88	7,59
RECURSOS DO TESOURO	-	0,92	1,58	1,10	2,29	1,87	2,09
OPERACOES DE CREDITO	7,12	19,39	35,01	22,28	14,51	16,64	8,21
INTERNAS-MOEDAS	-	-	15,82	6,31	3,65	2,48	2,45
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	2,50	1,46	1,79	1,37	1,54
RESOLUCAO 63	-	-	0,25	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	14,98	9,33	5,42	9,95	2,67
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	1,44	5,16	3,63	2,82	1,53
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	22,55	1,96	2,24	6,36	5,92	6,78	7,25
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	1,72	-2,05	-1,07	-2,01	0,73	0,52
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	0,09	0,12	0,03	-0,06
VAR. DO DISPONIVEL	-6,26	-7,42	-2,22	-7,10	-14,95	-7,38	-1,24
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.75  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS  
GRUPO : CVRD

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPÊNDIOS</b>							
DESPEGAS DE CAPITAL	100,00	145,88	148,32	108,77	130,72	187,80	173,86
INVESTIMENTOS	100,00	176,95	206,69	122,92	145,27	195,81	134,77
AMORTIZACOES	100,00	50,69	52,23	53,24	79,75	138,31	111,96
INTERNAS	-	-	100,00	132,24	239,79	262,51	53,90
RESOLUCAO 63	-	-	-	100,00	-	-	-
EXTERNAS	-	-	100,00	82,25	112,10	294,00	289,30
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	228,18	258,63	280,00	240,90	481,36	2.041,81
DESPEGAS CORRENTES	100,00	67,47	68,38	74,91	69,80	80,37	84,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	101,98	108,81	89,25	72,51	87,84	111,36
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	64,54	159,47	256,67	181,93	187,49	218,80
INTERNOS	-	-	100,00	226,12	108,66	97,45	95,85
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	100,00	113,29	118,51	132,83	168,29
OUTROS CUSTEIROS	100,00	61,84	42,72	55,29	58,73	68,97	66,82
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>100,00</b>	<b>87,47</b>	<b>87,94</b>	<b>83,56</b>	<b>85,35</b>	<b>107,80</b>	<b>107,08</b>
<b>RECURSOS</b>							
RECEITA OPERACIONAL	100,00	82,08	56,84	56,80	91,11	93,58	105,84
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	129,88	216,88	104,41	158,09	80,16
RECURSOS DO TESOIRO	-	100,00	171,62	121,62	241,89	249,66	276,68
OPERACOES DE CREDITO	100,00	238,11	432,09	241,26	173,81	251,74	123,37
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	37,90	22,39	19,22	18,89
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	55,65	69,56	67,32	75,27
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	59,21	35,15	81,47	21,71
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	338,92	244,88	239,56	129,24
EXTERNAS AVIS.HF/30/09/GB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	7,60	12,63	23,58	22,41	32,41	34,42
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	-120,00	-59,81	-114,00	52,72	37,09
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	100,00	131,03	41,37	-86,20
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	104,72	31,50	95,80	205,86	128,42	21,44
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>	<b>87,47</b>	<b>87,94</b>	<b>83,56</b>	<b>85,35</b>	<b>107,80</b>	<b>107,08</b>

TABELA 2.76  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : CVRD

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13,18	14,37	25,23	24,70	10,48	12,37	13,86
3. OUTROS CUSTEIÇOS		76,80	57,92	57,79	74,83	49,56	54,66	40,53
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		90,86	74,29	83,02	95,53	60,05	69,03	62,43
5. MARGEM BRUTA (1-4)		9,93	25,71	16,97	4,46	39,94	30,96	37,59
6. ENCARGOS FINANCEIROS		7,26	5,71	29,37	32,81	14,50	14,54	15,00
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		2,67	19,99	-3,39	-28,35	25,44	16,41	22,58

FORTE : TABELA 33

TABELA 2.77

VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO : 05 - CVRD

EM CDS MILHÕES DE 1

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
05010000	- CIA VALE DO RIO DOCE - CVRD	16.459	13.419	11.355	10.330	17.593	18.902
05010100	- FLORESTAS RIO DOCE S/A FRDSA	441	459	504	408	273	229
05010200	- VALE DO RIO DOCE NAVEGACAO S/A. DOCENAV	3.999	3.931	3.313	3.078	4.665	4.129
05010201	- SEAMAR SHIPPING CORPORATION - SEAMAR.	441	293	306	339	426	591
05010202	- NAVEGACAO RIO DOCE LTDA.	98	65	65	43	44	35
05010300	- VALENORTE - ALUMINIO LTDA.	18	12	11	-	-	-
05010301	- ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A ALUNORTE	-	-	-	-	-	-
05010302	- ALUMINIO BRASILEIRO S/A. ALBRAS	-	-	-	-	-	-
05010400	- VALESUL ALUMINIO S/A.	-	-	431	1.478	2.041	1.772
05010500	- RIO DOCE GEOLOGIA E MIN. S/A. DOCEGEO.	53	27	26	63	11	9
05010600	- RIO DOCE FINANCE LTD - RDF	371	294	277	515	498	581
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	21.886	18.504	16.291	16.250	25.574	26.247
*****	TOTAL DO GRUPO *****	27.971	22.951	15.899	15.890	25.488	26.178

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.78  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 INVESTIMENTOS  
 GRUPO : 05 - CVRD

EM C25 MILHÕES DE 198

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
05010000	- CIA VALE DO RIO DOCE - CVRD	2.111	7.977	12.171	6.026	6.143	10.119
05010100	- FLORESTAS RIO DOCE S/A FRDSA	25	25	31	26	768	113
05010200	- VALE DO RIO DOCE NAVEGACAO S/A. DOCENAV	776	963	202	53	97	18
05010201	- SEAMAR SHIPPING CORPORATION - SEAMAR.	-	-	-	111	-	70
05010202	- NAVEGACAO RIO DOCE LTDA.	5	-	-	-	-	-
05010300	- VALENORTE - ALUMINIO LTDA.	-	-	-	-	-	-
05010301	- ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A ALUNORTE	239	109	520	328	312	306
05010302	- ALUMINIO BRASILEIRO S/A. ALBRAS	324	229	364	1.569	3.118	2.512
05010400	- VALESUL ALUMINIO S/A.	1.423	1.628	540	91	22	20
05010500	- RIO DOCE GEOLOGIA E MIN. S/A. DOCEGEO.	5	-	-	-	-	2
05010600	- RIO DOCE FINANCE LTD - RDF	-	-	-	-	-	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	4.890	11.013	13.831	8.227	10.453	13.164
*****	TOTAL DO GRUPO *****	6.721	11.993	13.892	8.262	9.764	13.161

FONTE : SEST SEPLAN

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.79  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : CVRD

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE		26,77	30,28	20,39	17,61	20,39	18,08
DISPONIVEL		7,73	5,56	3,13	4,99	5,86	4,51
VALORES		9,35	15,61	12,19	7,04	5,77	5,83
ESTOQUES		8,12	6,07	3,95	1,60	1,60	1,90
OUTROS		1,55	2,73	1,11	3,16	7,15	5,82
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		4,54	3,00	3,99	4,95	5,04	5,06
VALORES A RECEBER		3,63	2,49	1,78	3,79	0,49	0,53
OUTROS		0,91	1,30	2,20	1,16	4,55	4,53
ATIVO PERMANENTE		68,68	65,90	75,60	77,42	74,56	76,85
INVESTIMENTOS		11,54	9,29	8,57	6,57	8,17	8,65
IMOBILIZADO LIQUIDO		54,83	52,76	53,77	66,01	59,94	58,23
DIFERIDO		2,30	3,85	13,25	4,84	6,44	9,95
TOTAL DO ATIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE		18,69	22,67	13,42	11,73	12,39	12,72
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		5,50	5,70	1,51	2,15	2,51	2,20
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	0,27	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		1,83	6,89	3,67	3,86	3,16	4,67
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS		4,17	4,82	4,29	1,89	2,00	2,80
OUTROS		7,17	5,26	3,94	3,54	4,70	3,03
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		25,65	30,09	44,60	41,93	38,78	39,17
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		6,75	8,12	18,66	15,81	13,35	12,11
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	-	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		17,55	20,45	24,79	24,89	21,91	22,65
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL		-	-	-	-	-	-
OUTROS		1,34	1,50	1,14	1,22	3,51	4,39
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS		0,42	0,35	0,29	0,23	0,27	0,20
PARTICIPACOES MINORITARIAS		0,28	0,24	0,19	0,13	0,14	0,12
PATRIMONIO LIQUIDO		54,94	46,63	41,48	45,95	40,39	47,76
CAPITAL INTEGRALIZADO		11,87	11,00	9,21	5,76	4,55	4,33
RESERVAS		43,07	35,62	32,26	40,19	43,84	43,42
TOTAL DO PASSIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.80  
INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : DURO

	PORCENTAGEM					
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - MARGENS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-
LO/RO	19,42	14,98	11,61	37,77	46,78	38,52
LLIR/RO	16,47	14,70	14,43	21,14	34,32	31,72
II - TAXAS DE LUCRO	-	-	-	-	-	-
LO/PL	29,44	18,84	8,31	18,71	16,94	15,63
LLIR/PL	17,34	12,84	10,42	18,47	22,57	12,87
III - ENDIVIDAMENTO	-	-	-	-	-	-
PC+EXL/RO	76,68	129,50	193,69	235,69	254,46	267,61
PC+EXL/PL	88,71	113,15	139,91	118,79	105,74	102,83
PC+EXL/PT	44,34	52,73	58,83	53,67	51,18	51,89
FIN.NACIONAL TOTAL/PT	24,95	25,41	29,57	24,63	26,19	24,85
FIN.BANCARIO TOTAL/PT	31,85	41,17	48,65	47,00	48,94	41,65
FIN.BAN.EXT./PT	19,39	27,34	28,46	29,83	25,07	27,33
FIN.BAN.INT./PT	12,25	13,82	20,16	17,97	15,87	14,31
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL	-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT	9,41	9,13	7,93	3,52	3,92	5,39
FIN.BAN./EXT	71,37	78,83	83,83	87,58	80,00	80,26
OUTROS/EXT	19,21	12,03	8,77	8,89	16,06	14,33
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-
AT.PERM./EXL+PL	35,20	95,90	87,82	68,89	35,51	38,39
VI) - COMPOSICAO REL. E CUSTOS	-	-	-	-	-	-
RECEITAS	-	-	-	-	-	-
RO/RT	101,04	100,14	100,76	88,10	94,03	94,37
RNO/RT	-1,04	-0,44	-0,76	11,89	5,96	5,62
CUSTOS	-	-	-	-	-	-
CO/CT	76,46	72,99	72,11	96,13	91,16	91,89
CI/CT	9,61	9,65	19,79	11,43	12,84	12,71
DFL/CT	13,91	17,35	17,08	-7,60	-3,26	-4,61
VII) - DESPESA E REC. FINANC.	-	-	-	-	-	-
DFL/RO	11,14	14,80	15,65	-4,98	-2,88	-3,85
VIII) - LIQUIDEZ	-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)	143,25	133,56	151,94	150,89	134,36	142,13
GERAL(AC+RLP/PC+EXL)	70,62	64,60	42,83	42,85	49,65	44,60
SECA(DISP.+VAL./PC)	91,44	94,70	114,19	109,45	93,90	81,35

TABELA 2.81  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPÊNDIOS  
 GRUPO : TELEBRAS

EM CZ\$ MILHOES DE 1984

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	21.638	21.861	21.712	18.287	17.035	18.024	20.511
INVESTIMENTOS	13.462	15.192	17.217	13.228	12.215	13.318	16.114
AMORTIZAÇÕES	6.495	5.991	3.769	4.315	4.197	4.250	3.909
INTERNAS	-	-	285	321	425	397	231
RESOLUÇÃO 63	-	-	1.248	2.434	1.478	1.400	1.214
EXTERNAS	-	-	2.175	1.559	2.292	2.451	2.463
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.679	686	786	743	622	455	488
DESPESAS CORRENTES	23.001	19.326	20.428	17.087	15.224	19.757	20.940
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.370	9.439	10.367	8.579	7.366	8.290	9.373
ENCARGOS FINANCEIROS	4.903	4.633	4.257	3.533	3.193	2.545	1.476
INTERNOS	-	-	399	204	193	89	90
RESOLUÇÃO 63	-	-	1.773	1.280	960	733	399
EXTERNOS	-	-	2.085	2.048	2.040	1.722	986
OUTROS CUSTEIOS	7.728	5.259	5.802	4.975	4.664	8.921	10.091
TOTAL DE DISPÊNDIOS	44.639	41.188	42.141	35.374	32.260	37.781	41.451
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	30.089	26.146	29.062	27.219	27.144	32.413	30.908
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	2.927	2.811	3.217	2.645	3.363	744
RECURSOS DO TESOURO	2.503	3.629	3.227	1.539	570	925	2.032
OPERÇÕES DE CRÉDITO	5.797	3.708	3.743	1.618	589	268	2.204
INTERNAS-MOEDAS	-	-	329	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	115	3	8	9	4
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	9	-	12	48
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	2.024	672	100	12	1.907
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	1.274	914	479	234	245
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	6.850	4.250	4.115	2.857	2.761	3.317	4.699
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-415	-155	-161	-272	-782	671
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	1.783	817	837	1.133	-31	-85
VAR. DO DISPONÍVEL	-601	-843	-1.480	-1.753	-2.312	-1.692	278
TOTAL DE RECURSOS	44.640	41.188	42.141	35.374	32.260	37.781	41.451

TABELA 2.82  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPÊNDIOS  
GRUPO : TELEBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	48,47	53,07	51,52	51,69	52,80	47,70	49,48	
INVESTIMENTOS	30,15	36,86	40,85	37,39	37,86	35,25	38,87	
AMORTIZACOES	14,55	14,54	8,80	12,19	13,81	11,25	9,43	
INTERNAS	-	-	0,67	0,90	1,31	1,05	0,55	
RESOLUCAO 63	-	-	2,96	6,88	4,58	3,70	2,92	
EXTERNAS	-	-	5,16	4,40	7,10	6,48	5,94	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3,76	1,66	1,86	2,10	1,92	1,20	1,17	
DESPESAS CORRENTES	51,52	46,92	48,47	48,30	47,19	52,29	50,51	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23,23	22,90	24,60	24,25	22,83	21,94	22,61	
ENCARGOS FINANCEIROS	10,98	11,25	10,10	7,98	9,90	6,73	3,55	
INTERNOS	-	-	0,94	0,57	0,59	0,23	0,21	
RESOLUCAO 63	-	-	4,20	3,61	2,97	1,94	0,96	
EXTERNOS	-	-	4,94	5,79	6,32	4,55	2,37	
OUTROS CUSTEIOS	17,31	12,76	13,76	14,06	14,45	23,61	24,34	
TOTAL DE DISPÊNDIOS	99,99	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA OPERACIONAL	67,40	63,48	68,96	76,94	84,14	85,79	74,56	
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	7,10	6,67	9,69	8,19	8,90	1,79	
RECURSOS DO TESOURO	5,60	8,81	7,65	4,35	1,76	2,44	4,90	
OPERACOES DE CREDITO	12,98	9,00	8,80	4,57	1,82	0,71	5,31	
INTERNAS-NOEDAS	-	-	0,78	-	-	-	-	
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	0,27	-	0,02	0,02	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	0,02	-	0,03	0,11	
EXTERNAS-NOEDAS	-	-	4,80	1,95	0,31	0,03	4,60	
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	3,02	2,58	1,48	0,62	0,59	
EXTERNAS AVIS.MF/30/07/GB588	-	-	-	-	-	-	-	
OUTROS RECURSOS	15,34	10,31	9,76	8,07	8,55	8,77	11,33	
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-1,00	-0,36	-0,45	-0,84	-2,07	1,61	
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	4,33	1,93	2,36	3,51	-0,08	-0,20	
VAR. DO DISPONIVEL	-1,34	-2,04	-3,51	-4,95	-7,16	-4,47	0,67	
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.83  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : TELEBRAS

	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<b>DISPENDIOS</b>	-	-	-	-	-	-	-
DESPEAS DE CAPITAL	100,00	101,03	100,34	84,51	78,72	83,29	94,79
INVESTIMENTOS	100,00	112,77	127,89	98,26	90,73	98,93	119,69
AMORTIZACOES	100,00	92,24	57,10	66,43	64,61	65,43	50,18
INTERNAS	-	-	100,00	112,63	149,12	139,29	81,85
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	195,03	118,42	112,17	97,27
EXTERNAS	-	-	100,00	71,67	105,37	112,68	113,24
OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL	100,00	40,85	46,31	44,25	37,04	27,09	29,06
DESPEAS CORRENTES	100,00	84,02	88,81	74,28	66,18	85,89	91,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	90,96	99,97	82,72	71,03	79,94	90,38
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	94,49	86,82	72,05	65,12	51,90	30,10
INTERNAS	-	-	100,00	51,12	48,37	22,30	22,55
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	72,19	54,14	41,34	22,50
EXTERNOS	-	-	100,00	98,22	97,84	82,58	47,29
OUTROS CUSTEIOS	100,00	68,05	75,07	64,37	60,35	115,43	130,57
<b>TOTAL DE DISPENDIOS</b>	<b>100,00</b>	<b>92,26</b>	<b>94,40</b>	<b>79,24</b>	<b>72,26</b>	<b>84,63</b>	<b>92,85</b>
<b>RECURSOS</b>	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	86,89	96,58	90,46	90,21	107,72	102,72
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	96,03	109,90	90,36	114,89	25,41
RECURSOS DO TESOURO	100,00	144,98	128,92	61,48	22,77	36,95	81,18
OPERACOES DE CREDITO	100,00	63,96	64,56	27,91	10,16	4,62	30,01
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	2,60	6,95	7,82	3,47
RESOLUCAO 63	-	-	-	100,00	-	133,33	533,33
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	34,18	4,94	0,59	94,21
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	71,74	37,59	18,36	19,23
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	62,04	60,07	41,70	40,30	48,42	60,59
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	37,34	39,79	65,54	188,43	-161,68
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	100,00	45,82	46,94	63,54	-1,73	-4,76
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	140,26	246,25	291,68	384,69	281,53	-46,25
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>100,00</b>	<b>92,26</b>	<b>94,40</b>	<b>79,24</b>	<b>72,26</b>	<b>84,63</b>	<b>92,85</b>

TABELA 2.84  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : TELEGRAMS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		34,46	36,68	35,67	31,51	27,13	25,57	30,32
3. OUTROS CUSTEIOS		25,68	20,11	19,96	18,27	17,18	27,52	32,64
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		60,15	56,79	55,64	49,79	44,32	53,10	62,97
5. MARGEM BRUTA (1-4)		39,85	43,80	44,35	50,20	55,67	46,89	37,02
6. ENCARGOS FINANCEIROS		16,27	17,72	14,64	12,98	11,76	7,85	4,77
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		23,55	26,08	29,70	37,22	43,91	39,04	32,25

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.85

VARIÁVEIS SELECIONADAS - QUANTIFICAÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO : 04 - TELEBRAS

EM DZS MILHÕES DE 1985

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
04010000	- TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	326	96	903	1.828	1.312	2.378
04010100	- CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	684	497	550	470	456	568
04010200	- EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	6.326	4.595	5.365	5.562	6.124	7.108
04010300	- TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	1.124	910	998	897	854	1.091
04010400	- TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	2.482	2.660	2.164	1.948	1.860	2.150
04010500	- TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	1.767	1.538	1.791	1.615	1.499	1.688
04010600	- TELECOM. DO R.J. S/A-TELERJ	2.916	3.397	3.581	3.046	2.882	3.361
04010700	- TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A-TELESC	683	683	677	585	597	720
04010800	- TELECOM. DE SAO PAULO - TELES P	8.689	7.748	8.493	7.948	7.316	8.985
04010900	- CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC	542	764	825	717	697	893
04010900	- CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	49	43	48	44	52	54
04011000	- TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	38	33	34	34	36	41
04011100	- TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	166	152	148	138	132	167
04011200	- TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	24	23	24	21	24	35
04011300	- TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	242	184	207	193	189	248
04011400	- TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	724	716	678	719	673	713
04011500	- TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	588	456	447	412	422	561
04011600	- TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELEST	386	385	383	337	327	398
04011700	- TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	470	481	520	468	506	591
04011800	- TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	162	152	190	195	193	242
04011900	- TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	397	348	457	465	475	644
04012000	- TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	423	382	426	398	378	456
04012100	- TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	267	189	196	174	162	228
04012200	- TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	758	614	637	556	544	646
04012300	- TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPISA	124	115	129	110	104	140
04012400	- TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	178	188	191	158	152	182
04012500	- TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	94	82	95	111	122	171
04012600	- TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	21	28	23	22	21	32
04012700	- TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	169	188	116	185	165	129
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	38.656	26.872	38.170	29.186	28.152	34.626
*****	TOTAL DO GRUPO *****	38.839	26.146	29.652	27.219	27.145	32.414

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV KULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.80  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 INVESTIMENTO  
 GRUPO 04 - TELEBRAS

EM C25 MILHARES DE 1986

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	620	552	514	437	495	663
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	190	241	437	392	253	200
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - ERBRATEL	2.381	2.511	3.195	2.710	2.660	2.399
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	907	895	811	499	371	654
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	716	624	833	597	616	825
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	1.069	977	808	711	657	674
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A-TELERJ	1.477	1.204	1.436	1.186	1.042	1.203
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A-TELESC	311	454	507	340	232	263
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELESF	2.955	4.824	5.889	3.836	3.444	3.695
04010901	CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC	290	391	429	345	276	319
04010900	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	31	36	57	30	29	59
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	33	10	20	12	20	28
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELADA	32	29	67	60	49	66
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	12	16	29	26	15	20
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	128	160	167	129	124	129
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	378	384	430	270	277	293
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	314	469	348	212	174	215
04011600	TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELEST	180	227	281	186	168	180
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	268	192	199	133	186	258
04011800	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	134	162	154	144	130	108
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	299	456	436	288	297	283
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	177	239	221	173	166	205
04012100	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	85	68	115	86	83	95
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	360	237	249	162	164	192
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIA	84	85	98	97	79	98
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	53	33	106	114	63	79
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	56	80	101	85	91	112
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAINA	16	13	15	20	18	19
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	118	67	72	72	63	67
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	13.530	15.391	17.308	13.277	12.280	13.394
*****	TOTAL DO GRUPO *****	13.462	15.102	17.217	13.228	12.216	13.318

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.87  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : TELEBRAS

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE		9,28	7,21	7,62	8,14	8,55	9,14
DISPONIVEL		1,08	1,11	1,51	1,52	1,22	1,12
VALORES		7,39	5,46	5,59	6,23	6,94	7,68
ESTOQUES		0,68	0,50	0,41	0,27	0,28	0,26
OUTROS		0,12	0,13	0,09	0,09	0,09	0,07
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		1,14	0,49	1,83	1,47	1,30	1,15
VALORES A RECEBER		0,83	0,22	1,45	1,17	1,13	0,93
OUTROS		0,30	0,26	0,38	0,30	0,17	0,22
ATIVO PERMANENTE		89,57	92,29	90,54	90,38	90,14	89,70
INVESTIMENTOS		0,63	0,76	0,88	0,94	0,97	0,89
IMOBILIZADO LIQUIDO		84,97	85,74	83,11	82,21	81,44	80,27
DIFERIDO		3,96	5,78	6,54	7,22	7,72	8,53
TOTAL DO ATIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE		12,61	11,25	9,00	9,65	9,65	10,86
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		1,67	0,56	0,30	0,24	0,16	0,09
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	-	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		5,24	4,00	3,00	4,16	4,17	4,84
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS		0,98	1,02	0,92	0,68	0,61	0,85
OUTROS		4,71	5,64	4,77	4,56	4,70	5,06
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		34,44	26,58	24,40	25,96	21,00	16,17
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		1,51	0,98	0,57	0,29	0,11	0,04
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	-	-	-
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		20,99	17,04	16,49	20,59	16,82	12,62
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL		10,00	6,93	5,63	3,43	2,78	2,44
OUTROS		1,92	1,62	1,70	1,63	1,27	1,06
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS		0,04	0,04	0,02	0,03	-	-
PARTICIPACOES MINORITARIAS		14,45	14,97	14,69	13,25	13,55	13,40
PATRIMONIO LIQUIDO		38,45	47,13	51,86	51,08	55,77	59,54
CAPITAL INTEGRALIZADO		11,42	9,85	8,90	6,58	5,10	4,87
RESERVAS		27,02	37,27	43,06	44,50	50,66	54,67
TOTAL DO PASSIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : TELEBRAS

	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PERCENTAGEM							
I - MARGENS DE LUCRO		-	-	-	-	-	-
LO/RO		13,12	14,72	14,68	14,92	17,62	14,99
LLIR/RO		14,65	33,00	32,01	2,13	33,98	29,24
II - TAXAS DE LUCRO		-	-	-	-	-	-
LO/PL		7,22	7,04	5,93	5,27	5,49	4,36
LLIR/PL		0,06	15,79	13,06	0,75	10,59	8,51
III - ENDIVIDAMENTO		-	-	-	-	-	-
PC+EXL/RO		222,23	167,77	157,89	197,30	176,39	155,88
PC+EXL/PL		122,36	89,25	64,41	69,72	54,98	45,40
PC+EXL/PT		47,05	37,83	33,41	35,61	20,64	27,33
FIN.NACIONAL TOTAL/PT		20,81	16,78	16,91	16,86	9,66	9,56
FIN.BANCARIO TOTAL/PT		29,43	22,60	23,37	25,29	21,28	17,61
FIN.BAN.EXT./PT		26,24	21,05	19,49	24,75	20,99	17,47
FIN.BAN.INT./PT		3,19	1,55	0,88	0,54	0,28	0,13
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL		-	-	-	-	-	-
FORNECEDORES/EXT		2,08	2,71	2,76	1,91	1,99	3,16
FIN.BAN./EXT		62,55	59,74	60,99	71,62	69,40	65,13
OUTROS/EXT		35,36	37,53	36,24	27,66	28,59	31,69
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA		-	-	-	-	-	-
AT.PERM./EXL+PL		122,07	125,18	118,70	117,30	117,40	118,45
VI) - COMPOSICAO RE. E CUSTOS		-	-	-	-	-	-
RECEITAS		-	-	-	-	-	-
RO/RT		102,30	94,70	94,45	94,61	96,02	94,07
RNO/RT		-2,30	3,29	5,54	8,38	3,97	5,92
CUSTOS		-	-	-	-	-	-
CO/CT		56,60	55,51	57,75	59,62	59,84	62,81
CI/CT		32,94	31,99	32,51	36,72	30,87	33,39
DFL/CT		10,45	12,46	9,72	9,65	9,28	3,79
VII) - DESPESA E REC. FINANC.		-	-	-	-	-	-
OFL/RO		9,08	10,68	9,32	8,16	7,65	3,22
VIII) - LIQUIDEZ		-	-	-	-	-	-
CORRENTE (AC/PC)		73,65	64,14	64,64	64,33	68,54	64,19
GERAL (AC+RLP/PC+EXL)		22,16	20,37	28,31	27,00	32,14	35,09
SECA (DISP.+VAL./PC)		67,25	58,44	79,02	80,45	84,56	81,06

FONTE : SESP/PR, PERFIL DAS EMPRESAS ESTATAIS - 1986 (VOLUME I). ELABORACAO IESP/FUNDAF

TABELA 2.89  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENSIOS  
 GRUPO : RFFSA

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENSIOES	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	14.266	13.392	8.757	9.374	9.747	10.905	10.926
INVESTIMENTOS	10.866	11.063	7.376	5.797	4.648	4.104	4.495
AMORTIZACOES	3.398	2.327	1.381	3.577	5.078	6.800	6.431
INTERNAS	-	-	116	2.682	3.938	4.990	4.376
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	1.264	894	1.139	1.809	2.055
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1	1	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES	14.386	14.554	15.282	13.222	14.548	17.193	14.904
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.515	7.658	8.049	6.972	5.607	6.723	6.638
ENCARGOS FINANCEIROS	1.642	2.176	2.644	3.105	4.887	5.994	4.191
INTERNOS	-	-	1.252	1.939	2.764	3.638	2.274
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	1.392	1.166	2.122	2.352	1.917
OUTROS CUSTEIOS	5.229	4.719	4.568	3.143	4.053	4.475	4.075
TOTAL DE DISPENSIOES	28.653	27.947	24.040	22.596	24.295	28.098	25.830
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	7.911	7.027	6.676	6.359	6.794	7.957	7.288
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	332	229	4	9	131	228
RECURSOS DO TESOUREIRO	13.057	14.472	11.017	10.188	13.688	17.426	15.932
OPERACOES DE CREDITO	7.191	5.779	4.769	5.420	3.338	4.124	3.308
INTERNAS-MOEDAS	-	-	616	1.018	2.095	1.465	1.143
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	1.102	993	498	23	181
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	2.535	2.848	59	2.214	967
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	484	559	685	421	1.015
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	541	672	1.220	737	936	137	148
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	-	-	-	-	-
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-320	415	105	24	30	-53
VAR. DO DISPONIVEL	-46	-115	-287	-218	-496	-1.709	-1.021
TOTAL DE RECURSOS	28.653	27.947	24.040	22.596	24.295	28.098	25.830

FONTE : SEST - SEPLAN.

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO ISP-DI/FGV NULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.90  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : RFFSA

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	49,79	47,92	36,43	41,48	40,11	38,81	42,29
INVESTIMENTOS	37,92	39,58	30,68	25,65	19,21	14,60	17,40
AMORTIZACOES	11,86	8,32	5,74	15,83	20,90	24,20	24,89
INTERNAS	-	-	0,48	11,87	16,21	17,76	16,94
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	5,26	3,95	4,69	6,44	7,95
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES	50,21	52,07	63,57	58,51	59,88	61,18	57,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26,22	27,40	33,56	30,85	23,07	23,92	25,69
ENCARGOS FINANCEIROS	5,73	7,78	11,60	13,74	20,11	21,33	16,22
INTERNAS	-	-	5,26	8,58	11,37	12,94	9,89
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	5,79	5,16	8,73	8,37	7,42
OUTROS CUSTEIOS	18,25	16,88	19,90	13,91	16,68	15,92	15,77
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	27,31	25,14	27,77	28,14	27,96	26,32	28,21
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	1,18	0,95	0,01	0,04	0,46	0,88
RECURSOS DO TESOURO	45,57	51,78	45,82	45,08	56,34	62,01	61,68
OPERACOES DE CREDITO	25,09	20,68	19,83	23,98	13,73	14,67	12,88
INTERNAS-MOEDAS	-	-	2,56	4,50	8,62	5,21	4,42
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	4,58	4,39	2,04	0,08	0,70
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	10,67	12,60	0,24	7,08	3,74
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	2,01	2,47	2,82	1,49	3,92
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68508	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	1,89	2,40	5,07	3,26	3,85	0,48	0,57
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	-	-	-	-	-
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-0,79	1,72	0,45	0,09	0,10	-0,20
VAR. DO DISPONIVEL	-0,16	-0,41	-1,19	-0,96	-2,04	-6,08	-3,95
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

TABELA 2.91  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS  
 GRUPO : RFFSA

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100.00	93.87	61.38	65.70	68.92	76.44	76.58
INVESTIMENTOS	100.00	101.61	67.98	53.34	42.95	37.76	41.36
AMORTIZACOES	100.00	68.48	40.44	105.26	149.44	200.11	189.25
INTERNAS	-	-	100.00	2.312.06	3.394.82	4.301.72	3.772.41
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	100.00	70.72	90.11	143.11	162.57
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100.00	100.00	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES	100.00	101.16	106.22	91.90	101.12	119.51	103.60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	101.90	107.37	92.77	74.61	89.46	88.33
ENCARGOS FINANCEIROS	100.00	132.52	161.02	189.09	297.62	365.04	255.23
INTERNOS	-	-	100.00	154.87	220.76	290.57	181.62
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	100.00	83.76	152.44	168.96	137.71
OUTROS CUSTEIOS	100.00	90.24	87.35	60.10	77.51	85.58	77.93
TOTAL DE DISPÊNDIOS	100.00	97.53	83.90	78.86	84.79	98.06	90.14
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100.00	88.82	84.38	80.38	85.88	100.58	92.12
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100.00	68.97	1.20	2.71	39.45	68.67
RECURSOS DO TESOURO	100.00	110.83	84.37	78.02	104.83	133.46	122.01
OPERACOES DE CREDITO	100.00	80.36	66.31	75.37	46.41	57.34	46.00
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100.00	165.25	340.09	237.82	185.55
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100.00	90.10	45.19	2.08	16.42
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100.00	111.03	2.30	86.31	37.69
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100.00	115.49	141.52	86.98	209.71
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/08588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100.00	124.21	225.50	136.22	173.01	25.32	27.35
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	-	-	-	-	-
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	100.00	-188.63	-47.72	-10.90	-13.63	24.09
VAR. DO DISPONIVEL	100.00	239.58	597.91	454.16	1.033.33	3.560.41	2.127.08
TOTAL DE RECURSOS	100.00	97.53	83.90	78.86	84.79	98.06	90.14

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.92  
 RELACOES OPERACIONAIS  
 GRUPO : RFFSA

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,03	100,01	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		95,02	109,00	120,86	109,64	82,52	84,48	91,08
3. OUTROS CUSTEIOS		66,11	67,17	68,41	49,42	59,65	56,23	55,91
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		161,13	176,18	189,28	159,07	142,18	140,72	146,99
5. MARGEM BRUTA (1-4)		-61,10	-76,16	-89,28	-59,07	-42,18	-40,72	-46,99
6. ENCARGOS FINANCEIROS		20,76	30,97	39,61	48,83	71,92	75,32	57,50
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		-81,87	-107,14	-128,89	-107,91	-114,10	-116,04	-104,50

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.93  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO : 04 - RFFSA

EM CDS MILHÕES DE 1984

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
06010000	- REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A. RFFSA	7.921	6.926	6.559	6.216	6.623	7.477
06010100	- CIA. BRASILEIRA DE TRENS URBANOS-CSTU	-	-	-	-	-	927
06010200	- EMP. DE TRENS URB. DE PORTO ALEGRE S/A.	-	-	-	-	-	35
06010300	- REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROV. S.A	89	109	136	142	161	175
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	7.911	7.027	6.676	6.358	6.794	7.994
*****	TOTAL DO GRUPO *****	7.911	7.027	6.676	6.358	6.794	7.998

SEST/SEPLAN

FORTE :  
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FCV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.94  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 INVESTIMENTOS  
 GRUPO : 06 - RFFSA

		EM C25 MILHOES DE 1986							
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
06010000	- REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A. RFFSA	10.792	10.802	7.837	4.175	2.960	1.468	-	
06010100	- CIA. BRASILEIRA DE TRENS URBANOS-CBTU	-	-	-	-	-	2.300	-	
06010200	- EXP. DE TRENS URB. DE PORTO ALEGRE S/A.	63	255	325	550	1.692	301	-	
06010300	- REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROV. S.A	9	5	13	8	16	13	-	
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	10.866	11.063	7.376	4.735	4.668	4.105	-	
*****	TOTAL DO GRUPO *****	10.866	11.063	7.376	5.797	4.668	4.105	4.195	

SEST/SEPLAN

FONTE :

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-01/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.95  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : PORTOBRAS

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.540	2.768	3.641	2.591	2.426	2.374	2.270
INVESTIMENTOS	3.093	1.906	2.773	1.750	1.523	1.417	1.299
AMORTIZACOES	907	856	863	841	902	864	917
INTERNAS	-	-	296	373	326	327	294
RESOLUCAO 63	-	-	204	246	291	46	39
EXTERNAS	-	-	362	218	284	491	584
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	540	4	4	-	-	92	54
DESPESAS CORRENTES	5.055	6.232	7.026	5.488	4.576	4.845	4.855
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.583	3.202	3.422	2.566	2.437	2.849	2.983
ENCARGOS FINANCEIROS	386	555	670	720	634	606	487
INTERNOS	-	-	199	248	140	128	99
RESOLUCAO 63	-	-	122	73	73	41	24
EXTERNOS	-	-	347	397	420	436	363
OUTROS CUSTEIOS	3.085	2.475	2.933	2.202	1.504	1.389	1.385
TOTAL DE DISPENDIOS	9.595	9.000	10.667	8.080	7.002	7.219	7.125
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	4.425	5.084	5.385	4.539	4.000	3.802	4.214
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	632	625	551	861	785	555
RECURSOS DO TESOURO	3.400	2.830	3.740	2.603	2.516	2.409	2.565
OPERACOES DE CREDITO	1.395	749	915	750	256	519	306
INTERNAS-MOEDAS	-	-	19	-	19	14	189
INTERNAS-BENS E SERVICIOS	-	-	177	160	38	111	2
RESOLUCAO 63	-	-	139	83	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	460	261	53	104	54
EXTERNAS-BENS E SERVICIOS	-	-	118	224	143	288	60
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/GB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	494	10	204	21	129	96	70
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-212	-160	-203	-11	-59	-23
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-3	27	173	-89	-233	50
VAR. DO DISPONIVEL	-120	-9	-69	-361	-660	-100	-612
TOTAL DE RECURSOS	9.595	9.000	10.667	8.080	7.002	7.219	7.125

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.96  
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
GRUPO : PORTOBRAG

	PERCENTAGEM						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	47,31	30,76	34,13	32,07	34,64	32,83	31,85
INVESTIMENTOS	32,23	21,18	25,99	21,66	21,75	19,63	18,23
AMORTIZACOES	9,45	9,52	8,09	10,41	12,88	11,97	12,87
INTERNAS	-	-	2,78	4,52	4,65	4,52	4,12
RESOLUCAO 63	-	-	1,91	3,07	4,16	0,63	0,54
EXTERNAS	-	-	3,40	2,70	4,06	6,81	8,19
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5,62	0,05	0,03	-	-	1,27	0,75
DESPESAS CORRENTES	52,68	69,24	65,87	67,92	65,35	67,11	68,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16,50	35,57	32,08	31,75	34,81	39,46	41,86
ENCARGOS FINANCEIROS	4,02	6,16	6,29	8,91	9,05	8,39	6,83
INTERNOS	-	-	1,07	3,08	2,01	1,77	1,38
RESOLUCAO 63	-	-	1,15	0,90	1,04	0,57	0,33
EXTERNOS	-	-	3,25	4,92	5,99	6,03	5,09
OUTROS CUSTEIOS	32,15	27,50	27,50	27,25	21,48	19,24	19,43
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	46,12	55,60	50,48	56,18	57,13	52,66	57,14
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	7,02	5,86	6,81	12,30	10,87	7,73
RECURSOS DO TESOURO	35,43	31,44	35,06	32,28	35,94	33,37	36,00
OPERACOES DE CREDITO	14,54	8,32	8,58	9,28	3,65	7,19	4,29
INTERNAS-MOEDAS	-	-	0,10	-	0,28	0,20	2,65
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	1,66	2,22	0,55	1,54	0,82
RESOLUCAO 63	-	-	1,31	1,03	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	4,31	3,23	0,76	1,44	0,75
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	1,10	2,77	2,05	3,99	0,84
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/08588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	5,15	0,11	1,91	0,26	1,84	1,33	0,93
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-2,36	-1,50	-2,51	-0,16	-0,82	-0,32
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-0,04	0,25	2,15	-1,28	-3,23	0,76
VAR. DO DISPONIVEL	-1,25	-0,10	-0,65	-4,47	-9,43	-1,39	-8,58
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.97  
 ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS  
 GRUPO : PORTUBRAS

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPEAS DE CAPITAL	100,00	60,96	80,19	57,07	53,43	52,29	50,00
INVESTIMENTOS	100,00	61,62	89,65	56,57	49,24	45,81	41,99
AMORTIZACOES	100,00	94,37	95,14	92,72	99,44	95,25	101,10
INTERNAS	-	-	100,00	126,01	110,13	110,47	99,32
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	121,56	142,64	22,54	19,11
EXTERNAS	-	-	100,00	60,22	78,45	135,63	161,32
OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL	100,00	0,74	0,74	-	-	17,03	10,00
DESPEAS CORRENTES	100,00	123,28	138,99	108,56	90,52	95,84	96,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	202,27	216,17	162,09	153,94	179,97	168,43
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	143,78	173,57	186,52	164,24	156,99	126,16
INTERNOS	-	-	100,00	124,62	70,35	64,32	49,74
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	59,83	59,83	33,60	19,67
EXTERNOS	-	-	100,00	114,40	121,03	125,64	104,61
OUTROS CUSTEIOS	100,00	86,22	95,07	71,37	48,75	45,02	44,89
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	93,79	111,17	84,21	72,97	75,23	74,25
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	113,08	121,69	102,57	90,39	85,92	95,23
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,00	98,89	07,19	136,23	124,20	07,61
RECURSOS DO TESOUREO	100,00	83,23	110,00	76,70	74,00	70,85	75,44
OPERACOES DE CREDITO	100,00	53,69	85,59	53,76	18,35	37,20	21,93
INTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	-	100,00	73,68	994,73
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	101,69	21,46	62,71	1,12
RESOLUCAO 63	-	-	100,00	59,71	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	100,00	56,73	11,52	22,60	11,73
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	100,00	109,83	121,18	244,06	50,84
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68580	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	2,02	41,29	4,25	26,11	19,43	14,17
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	75,47	95,75	5,18	27,83	10,84
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	100,00	-900,00	-5.766,66	2.966,66	7.766,66	-1.666,66
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	7,50	57,50	300,83	550,00	83,33	510,00
TOTAL DE RECURSOS	100,00	93,79	111,17	84,21	72,97	75,23	74,25

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.98

RELACÖES OPERACIONAIS  
GRUPO : PORTOBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA OPERACIONAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		35,79	63,98	63,55	56,52	60,93	74,93	70,78
3. OUTROS CUSTEIÖS		69,74	49,45	54,47	46,51	37,59	36,54	32,86
4. DESPESAS OPERACIONAIS (2+3)		105,54	113,44	118,02	103,04	98,53	111,48	103,65
5. MARGEM BRUTA (1-4)		-5,50	-13,44	-18,02	-5,03	1,46	-11,48	-3,65
6. ENCARGOS FINANCEIROS		8,72	11,09	12,44	15,86	15,85	15,94	11,55
7. MARGEM LIQUIDA (5-6)		-14,23	-24,53	-30,47	-20,90	-14,38	-27,42	-15,21

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.99  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 RECEITA OPERACIONAL  
 GRUPO : 03 - PORTOS/RAS

EM C\$ MILHÕES DE 1973

COÓDIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
00010000	- EMP. DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOSRA	641	453	489	264	263	260
00010100	- CIA. DOCAS DO CEARA - CDC	71	73	54	68	64	72
00010200	- CIA. DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	194	191	216	221	202	206
00010300	- CIA. DOCAS DO MARANHÃO - CODEMAR	12	10	19	14	15	20
00010400	- CIA. DOCAS DO PARA - CDP	112	72	92	81	66	77
00010500	- CIA. DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	100	91	104	110	94	99
00010600	- CIA. DOCAS DO RIO DE JANEIRO-CDRJ	780	701	590	662	667	674
00010700	- CIA. DOCAS DO ESP. SANTO - CODESA	-	-	-	162	214	219
00010800	- CIA. DOCAS DO EST. DE S.P. S/A.-CODESP	-	1.860	1.793	1.865	1.822	1.727
00010900	- CIA. BRASILEIRA DE DRAGAGEM - CBD.	2.511	1.720	2.004	1.287	601	372
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	4.425	5.004	5.385	4.539	4.000	3.938
*****	TOTAL DO GRUPO *****	4.425	5.004	5.385	4.539	4.000	3.882

SEST/SEPLAN

FONTE :  
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV NULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.100  
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL  
 INVESTIMENTO  
 GRUPO : 88 - PORTOGRAS

EM CZ\$ MILHÕES DE 1984

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985
08010000	- EMP. DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOGRAS	2.252	1.348	2.444	1.639	1.212	1.114
08010100	- CIA. DOCS DO CEARA - CDC	10	1	1	-	6	2
08010200	- CIA. DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	97	43	19	30	23	6
08010300	- CIA. DOCS DO PARANÁ - CODOMAR	3	2	2	1	1	5
08010400	- CIA. DOCS DO PARA - CDP	1	2	-	2	5	1
08010500	- CIA. DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE	36	5	-	-	-	-
08010600	- CIA. DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	453	306	505	34	94	73
08010700	- CIA DOCS DO ESP. SANTO - CODESA	-	-	-	4	28	20
08010800	- CIA DOCS DO EST. DE S.P. S/A. - CODESP	-	6	50	4	163	190
08010900	- CIA BRASILEIRA DE DRAGAGEM - CBD.	32	26	3	1	-	-
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	3.029	1.741	3.628	1.750	1.523	1.417
*****	TOTAL DO GRUPO *****	3.093	1.906	2.773	1.750	1.523	1.417

SEST/SEPLAN

FONTE :  
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 2.101  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
GRUPO : PORTOBRAS

	PERCENTAGEM						
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVO CIRCULANTE		7,28	9,64	5,89	4,89	5,79	5,36
DISPONIVEL		1,18	2,17	0,98	1,35	1,23	1,03
VALORES		1,33	0,22	0,41	2,03	1,46	2,32
ESTOQUES		0,08	0,94	0,64	0,39	0,30	0,24
OUTROS		3,88	6,30	3,84	1,10	2,84	1,75
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2,38	1,81	3,68	3,69	3,66	1,93
VALORES A RECEBER		-	-	-	0,75	0,83	1,59
OUTROS		2,38	1,81	3,68	2,93	2,83	0,34
ATIVO PERMANENTE		90,33	88,54	90,41	91,41	90,53	92,69
INVESTIMENTOS		20,00	19,69	17,07	16,23	16,12	17,09
IMOBILIZADO LIQUIDO		67,01	65,32	68,84	71,71	72,09	73,59
DIFERIDO		3,31	3,52	4,49	3,46	2,31	2,00
TOTAL DO ATIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE		10,12	10,17	8,89	8,13	6,91	8,17
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		1,31	2,04	2,98	1,95	2,00	1,40
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	-	0,20	0,20	0,20
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		3,34	2,87	0,93	2,71	2,09	3,19
FORNECEDORES/EMPREENHEIROS		2,81	1,65	1,70	0,37	0,69	0,38
OUTROS		2,64	3,60	3,27	2,88	1,91	2,99
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		20,34	26,72	38,36	46,53	50,47	53,51
EMP/FINANC MOEDA NACIONAL		12,50	12,50	12,26	9,66	6,60	4,27
EMP/RESOLUCAO 63		-	-	0,69	1,01	0,81	0,60
EMP/FINANC MOEDA ESTRANGEIRA		14,28	12,88	11,10	15,99	16,36	16,83
ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL		-	-	13,29	19,42	25,56	31,44
OUTROS		1,55	1,32	0,80	0,43	1,05	0,37
RESULTADO EXERCICIOS FUTUROS		-	-	-	-	-	-
PARTICIPACOES MINORITARIAS		1,38	0,69	0,58	0,57	0,55	0,34
PATRIMONIO LIQUIDO		60,15	62,40	52,14	44,75	42,04	37,96
CAPITAL INTEGRALIZADO		9,03	6,56	6,23	4,22	3,39	3,21
RESERVAS		51,12	55,84	45,91	40,53	38,65	34,74
TOTAL DO PASSIVO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : SEST/SEPLAN

TABELA 2.102  
INDICADORES SELECIONADOS  
GRUPO : PORTOBRAS

	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
							PERCENTAGEM
I - MARGENS DE LUCRO							
LO/RO		-5,14	-12,90	-32,12	-16,09	-21,24	-7,75
LLIR/RO		-7,87	-19,43	-25,74	-11,67	-7,64	-25,87
II - TAXAS DE LUCRO							
LO/PL		-1,35	-5,05	-14,99	-6,69	-8,17	-3,07
LLIR/PL		-2,98	-7,68	-12,02	-4,85	-2,94	-10,26
III - ENDEVIDAMENTO							
PC+EXL/RO		168,60	151,03	194,11	293,56	354,82	409,67
PC+EXL/PL		83,94	59,10	98,63	122,13	136,51	162,32
PC+EXL/PT		33,46	35,39	47,26	58,26	57,39	61,69
FIN.NACIONAL TOTAL/PT		20,83	22,16	34,32	34,73	37,92	40,66
FIN.BANCIARIO TOTAL/PT		31,45	33,21	25,18	31,54	23,14	26,58
FIN.BAN.EXT./PT		17,62	15,76	12,93	19,92	19,47	20,82
FIN.BAN.INT./PT		13,82	14,54	15,25	11,61	6,69	5,67
IV) - COMPOSICAO DO EXIGIVEL							
FORNECEDORES/EXT		7,33	4,47	3,41	3,59	4,20	6,63
FIN.BAN./EXT		91,77	82,15	59,82	57,70	49,87	42,95
OUTROS/EXT		10,29	13,36	26,75	41,59	49,71	56,41
V) - INDICADOR DE ESTRUTURA							
AT.PERK./EXL+PL		102,07	99,33	99,39	100,13	97,25	101,32
VI) - COMPOSICAO RE. E CUSTOS							
RECEITAS							
RO/RT		97,91	103,11	102,32	95,17	89,79	97,93
RNO/RT		2,03	-3,11	-2,02	4,82	16,20	2,01
CUSTOS							
CO/CT		94,25	94,00	95,19	78,86	72,42	60,78
CI/CT					25,49	23,28	13,23
DFL/CT		5,74	5,99	4,60	3,63	4,28	5,97
VII) - DESPESA E REC. FINANC.							
OFL/RO		5,95	6,56	6,03	4,26	5,06	6,32
VIII) - LIQUIDEZ							
CORRENTE (AC/PC)		71,98	94,82	64,21	60,14	33,76	65,65
GERAL (AC+RLP/PC+EXL)		25,13	31,05	20,27	15,70	16,48	11,83
SECA (DISP.+VAL./PC)		24,39	23,57	15,74	41,71	39,22	41,12

TABELA 2.10.

EVOLUCAO DO NUMERO DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS ESTATAIS  
1980 - 1986

SETORES	PESSOAL PROPRIO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
A(*)		158,142	184,827	185,783	139,270	132,240	122,267	93,858
O(*)		489,170	418,132	422,724	418,287	438,763	457,286	511,739
I(*)		37,457	45,923	42,910	37,470	40,526	47,172	40,859
TOTAL (A)		684,769	589,982	601,417	595,027	611,529	626,725	645,746
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		64,147	67,793	72,719	58,960	51,920	61,212	69,422
CZ\$ MILHOES DE 1986								
A		24,431	29,484	32,325	32,419	30,793	30,993	30,233
O		48,569	65,953	69,476	72,262	73,495	80,131	83,057
I		18,646	19,320	19,398	18,747	21,673	21,075	20,337
TOTAL (B)		91,646	113,727	121,199	123,428	125,961	132,199	133,642
A		182,573	164,231	168,108	171,689	163,033	153,260	123,387
O		457,739	475,195	492,200	498,549	512,258	537,417	594,856
I		56,103	64,343	62,388	56,217	62,199	68,247	61,726
SUB-TOTAL (1) = (A) + (B)		696,415	743,769	722,616	718,455	737,490	758,924	779,388
I NA PEA TOTAL (1)		1,6	1,6	1,5		1,5	1,4	
I NA PEA INDUSTRIAL (2)		8,0	8,2	8,2		8,2	7,8	

FONTE : SEST/PR, 1986 - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL (1985) E PNADs (1981/82/84)

OBS : (\*) A - ADMINISTRATIVO

O - OPERACIONAL

I - INVESTIMENTO

(2) INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO + SERVICOS DE COMUNICACOES E TRANSPORTE

(1) DO SUB-TOTAL (1)